Universidade Federal Fluminense (UFF)
Centro de Estudos Gerais (CEG)
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (IFCH)
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)

O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-63).

Marcio Antonio Lauria de Moraes Monteiro

Niterói
Março de 2016

O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-63).

Marcio Antonio Lauria de Moraes Monteiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Gradução em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato

Niterói
Março de 2016

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

M775 Monteiro, Marcio Antonio Lauria de Moraes.
O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra : uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-63) / Marcio Antonio Lauria de Moraes Monteiro. – 2016.
425 f. : il.
Orientador: Cezar Teixeira Honorato.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2016.
Bibliografia: f. 384-404.

1. História do marxismo. 2. Quarta Internacional. 3. Trotskismo. 4. Revoluções do pós-guerra. I. Honorato, Cezar Teixeira. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

Folha de Aprovação

O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-63).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Gradução em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato (orientador) - UFF

Prof. Dr. Felipe Abranches Demier - UERJ

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos - UFF

Agradecimentos

Agradeço a meus pais, Marcia e Antonio, e a meus avós, Deolinda e Nelson (*in memoriam*), por todo o apoio e estímulo a meus estudos, sem os quais não teria chegado até aqui. E aos grandes amigos Alex Zava, David Campos, Elisson Saldanha, Morgana Romão e Poema Eurístenes, que são constante fonte de alívio, diversão e de conversas estimulantes e sem os quais essa jornada teria sido inimaginavelmente mais difícil.

Agradeço também a meu orientador, Cezar Honorato, e a Virginia Fontes, por terem prontamente me acolhido quando da minha entrada no PPGH e por todos os conselhos, sugestões e ajuda prestada ao longo desses últimos dois anos, tanto em relação a esta pesquisa e ao seu aperfeiçoamento, quanto a questões mais abrangentes. A Felipe Demier, pelo apoio e incentivo prestados desde o começo e por ter aceitado integrar as bancas de qualificação e de defesa, ajudando a aprimorar este trabalho com suas arguições. E a Marcelo Badaró, por ter aceitado integrar a banca de defesa e igualmente contribuir para tal.

Agradeço ainda a Demian de Melo, cujos conselhos e ajuda foram de grande importância para minha decisão em permanecer na área de História e a buscar uma vaga no PPGH. Aos/às companheiros/as de militância, em especial a Icaro Rossignoli, por toda a ajuda, estímulo, paciência e disposição em debaterem diversas das reflexões formuladas ao longo desta pesquisa. Aos colegas do GTO (Grupo de Trabalho e Orientação), Anderson Tavares, André Guiot, Danilo Caruso, Diego Paulo, Flávio Caiero, João Moreira, Paulo de Araújo, Rejane Hoevler, Thiago Ribeiro e Vicente Ribeiro, pelas sempre estimulantes discussões. E aos/às colegas com quem tive o prazer de estagiar na Fundação Biblioteca Nacional entre 2012 e 2014, onde desenvolvi o gosto pela pesquisa arquivística, especialmente Felipe Sppinetti, Iuri Lapera, Pedro Lapa, Vaneza de Azevedo e Renata Aquino.

Por fim, agradeço a todos aqueles envolvidos no árduo processo de preservação, catalogação, digitalização e disponibilização *online* e gratuita de vasta quantidade de periódicos e boletins internos das organizações trotskistas, sem os quais esta pesquisa teria sido simplesmente impossível. Especialmente a toda equipe da *Encyclopedia of Trotskyism Online*, do *Riazonov Library Project* e da *Association Rassembler, diffuser les archives de révolutionnaires* e àqueles em particular que responderam prontamente a pedidos envolvendo tais acervos, como David Walters (ETOL) e Fred (RaDAR).

O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-63).

Marcio Antonio Lauria de Moraes Monteiro

Resumo

O tema dessa dissertação é a história do movimento trotskista internacional nas primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial (1944-63). A partir da análise de documentos e artigos publicados ao longo desse período pelos organismos dirigentes da Quarta Internacional e de algumas de suas seções nacionais, bem como por algumas de suas tendências internas e cisões internacionais da época, pôde-se mapear uma série de (re)leituras (explícitas ou não) do arcabouço teórico-analítico original deste movimento. Estas foram realizadas ao longo de tal período com vistas a melhor compreender as diferentes revoluções que então ocorriam e a delinear programas de intervenção para as mesmas. Tais (re)leituras – especialmente acerca do caráter do stalinismo, do sentido da Teoria da Revolução Permanente e das formas de transição ao socialismo – geraram intensos conflitos no seio de tal movimento, sendo um elemento importante da sua crescente fragmentação. Assim, ainda que a história desse movimento no pós-guerra não se limite às mesmas, elas são fundamentais para se compreender de forma mais apurada a sua atual configuração.

Palavras-chave: História do marxismo; Quarta Internacional; trotskismo; revoluções do pós-guerra.

The international Trotskyist movement and the Post-War revolutions: an analysis of its theoretical and programatical (re)readings (1944-63).

Marcio Antonio Lauria de Moraes Monteiro

Abstract

The theme of this work is the history of the international Trotskyist movement in the first decades following the end of World War II (1944-63). From the analysis of documents and articles published throughout this period by the leading bodies of the Fourth International and some of its national sections, as well as some internal factions and international splits of the time, it was possible to detect a number of (re)readings (explicits or not) of the original theoretical and analytical framework of this movement. These were carried out throughout this period with the aim to better understand the different revolutions then occurring and to set up intervention programs for them. Such (re)readings – especially about the character of Stalinism, the sense of the Theory of Permanent Revolution and the forms of transition to socialism – have generated intense conflicts within such movement, being an important element of its increasing fragmentation. Thus, although the history of this movement in the postwar period is not limited to them, they are fundamental to better understand its current configuration.

Keywords: History of Marxism; Fourth International; Trotskyism; postwar revolutions.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

1. As revoluções do pós-guerra, o marxismo e a história do trotskismo 1

2. Dos acervos e fontes utilizadas e da estrutura da pesquisa 16

3. Da estrutura dos capítulos 22

CAPÍTULO 1 - PARTIDOS POLÍTICOS ENQUANTO OBJETOS DE ESTUDO: UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO 24

1. Introdução 24

2. Da história do movimento operário aos altos e baixos da História do Trabalho 26

2.1. As origens: produção militante e de frequente função legitimadora 26

2.2. A passagem a uma história "vista de baixo" 29

2.3. A crise da História do Trabalho nos anos 1980-90 32

2.4. A recuperação da História do Trabalho e o abandono dos estudos sobre partidos 34

3. A ofensiva neoliberal e os estudos de partidos sob a Nova História Política 38

3.1. O *culturalismo* e o *anticomunismo* da Nova História Política 38

3.2. A Nova História Política e os partidos como objetos de estudo 42

4. Alguns comentários finais e apontamentos alternativos 49

4.1. Breves apontamentos teórico-metodológicos alternativos 51

CAPÍTULO 2 - O PENSAMENTO DE LEON TROTSKI E O ARCABOUÇO TEÓRICO-PROGRAMÁTICO DO MOVIMENTO TROTSKISTA 55

1. A noção de totalidade e a teoria do desenvolvimento desigual e combinado 57

1.1. A análise das "peculiaridades" do desenvolvimento Russo 61

1.2. Conclusões 65

2. A Teoria da Revolução Permanente 67

2.1. O debate sobre o *caráter*, os *sujeitos* e a *dinâmica* da revolução russa 68

2.2. Rússia, 1917: a necessidade de um *sujeito político* 74

2.3. China (1925-27) e a *generalização* da teoria 78

2.4. A antecipação da possibilidade de *exceções* 84

2.5. O campesinato para Trotski: alguns comentários críticos e contrapontos 87

3. A caracterização da formação social soviética e do stalinismo 95

3.1. A URSS enquanto *Estado operário (burocraticamente) degenerado* 99

3.2. A burocracia soviética enquanto *casta* 101

3.3. Sociedade de transição e o duplo caráter do Estado 105

3.4. Reação termidoriana e stalinismo enquanto *regime de crise* (bonapartismo) 107

3.5. O stalinismo dentro e fora da URSS 109

CAPÍTULO 3 - O MOVIMENTO TROTSKISTA PÓS-GUERRA E A QUESTÃO DO LESTE EUROPEU (1940-51) 118

1. Um breve histórico (1923-40) 118

2. A Quarta Internacional durante a guerra e sua reconstrução (1940-47) 120

2.1. Divergências sobre a guerra, o imediato pós-guerra e conflitos organizativos 121

2.2. A Conferência Europeia (1944) e as avaliações acerca do pós-guerra 127

2.3. A 2ª Conferência Internacional (1946) e a consolidação da reconstrução da Quarta Internacional 133

3. Os debates sobre o Leste Europeu e a Revolução Iugoslava (1944-51) 138

3.1. A transformação no Leste Europeu (1944-49) 138

3.2. Os precedentes analíticos em Trotski (1939-40) 141

3.3. A tese da "assimilação estrutural" e a caracterização do Leste Europeu 145

3.4. O 2º Congresso Mundial (1948): a eliminação das contradições pela releitura do stalinismo 154

3.5. A ruptura Tito-Stalin e a mudança na caracterização do Leste Europeu 158

3.6. O legado dessas discussões: stalinismo e "governo operário e camponês" 168

3.7. Uma voz frequentemente ignorada: as posições e análises do RCP inglês 173

CAPÍTULO 4 - O MOVIMENTO TROTSKISTA, O STALINISMO E O "REVISIONISMO PABLISTA" (1951-53) 180

1. Da "questão iugoslava" ao "revisionismo pablista" (1951) 181

1.1. *Aonde nós vamos?* 184

1.2. Um novo tipo de entrismo 189

2. As primeiras respostas críticas a Pablo (1950-51) 190

2.1. Ernest Mandel e o PCI francês 191

2.2. As *Dez Teses* de Mandel 192

2.3. *Aonde vai o camarada Pablo?* 197

2.4. O SWP dos EUA 200

3. O 3º Congresso Mundial e os primeiros conflitos com o SI (1951-52). 203

3.1. O Congresso, seus conflitos e documentos 203

3.2. Os meses após o Congresso e a expulsão do PCI francês (1952) 211

4. A consolidação do "pablismo" e o racha de 1953 213

4.1. Novos conflitos: "pablismo" e "anti-pablismo" nos EUA e na Inglaterra 213

4.2. Os documentos do SI para o 4º Congresso e a nova visão do stalinismo 215

4.3. As respostas da ala majoritária do SWP: *mea culpa* e "trotskismo ortodoxo" 221

5. A formação do Comitê Internacional e a divisão do movimento trotskista 231

CAPÍTULO 5 - O MOVIMENTO TROTSKISTA E AS REVOLUÇÕES DO PÓS-GUERRA (1949-55) 235

1. Breve comentário sobre os trotskistas e a Revolução Vietnamita (1945-75) 239

2. O movimento trotskista, a Terceira Revolução Chinesa e a Guerra da Coreia (1949-52)..... 241

2.1. A Segunda Guerra Mundial e a Terceira Revolução Chinesa (1931-49)..... 242

2.2. As análises e posições da liderança da Quarta Internacional e a consolidação das teses de 1948-51..... 250

2.3. O movimento trotskista e a Guerra da Coreia (1950)..... 254

2.4. As análises e posições dos trotskistas chineses..... 256

2.5. As análises e posições dos "anti-pablistas": RCP (Inglaterra), SWP (EUA) e PCI (França)..... 261

2.6. Conclusão..... 269

3. O movimento trotskista e a Revolução Boliviana de 1952..... 270

3.1. De um *putsch* a uma insurreição popular e proletária..... 270

3.2. A atuação e a linha política do POR..... 272

3.3. As raízes da linha do POR naquela da liderança internacional. 277

3.4. As críticas e as supostas críticas à linha do POR..... 279

4. Outras críticas frequentemente ignoradas: a tendência Vern-Ryan (SWP dos EUA) contra os "pablistas" e os "trotskistas ortodoxos"..... 282

4.1. Uma análise alternativa para os eventos no Leste Europeu..... 285

4.2. "A biografia da liquidação": da revisão acerca do stalinismo à revisão acerca do Estado, da revolução e do partido marxista..... 290

4.3. O "liquidacionismo", do Leste Europeu à Revolução Chinesa. 295

4.4. A crítica aos supostos "trotskistas ortodoxos"..... 298

4.5. O stalinismo é "contrarrevolucionário de cabo a rabo e até o núcleo"?..... 301

4.6. A Quarta Internacional e a Revolução Boliviana de 1952..... 303

4.6. Conclusão..... 307

CAPÍTULO 6 - O MOVIMENTO TROTSKISTA E AS REVOLUÇÕES DO PÓS-GUERRA (1955-63)..... 308

1. Os dez anos de divisão: a questão da "revolução colonial" e o caso argelino..... 309

1.1. O 5º Congresso Mundial (1957) e a questão da "revolução colonial" 309

1.2. Divergências no SI sobre o "terceiro-mundismo" e o racha de Posadas 314

1.3. A "Conferência de Leeds" do CI (1958) e as ideias de Nahuel Moreno 317

1.4. A "Revolução Argelina" para o SI e para o CI 322

1.5. Conclusão 329

2. O movimento trotskista e a Revolução Cubana (1959-63) 330

2.1. A dinâmica complexa e excepcional da Revolução Cubana 331

2.2. Breve comentário sobre os trotskistas cubanos 340

2.3. O Secretariado Internacional e a Revolução Cubana (1949-61) 342

2.4. O SWP dos EUA e a Revolução Cubana (1949-63) 346

2.5. Dissidência dentro do SWP: a "Tendência Revolucionária" (1961-63) 350

2.6. Outras posições no interior do CI: a SLL inglesa, o PCI francês e o SLATO (1949-63) 355

2.7. O "Secretariado Unificado" e o começo de um novo capítulo da história do movimento trotskista (1963) 366

2.8. Conclusão 371

CONSIDERAÇÕES FINAIS 372

APÊNDICE 383

1. Breve comentário sobre o pensamento de Ted Grant (*Militant* / IMT) e Tony Cliff (*International Socialism* / IST) 383

2. Resumo dos rumos de alguns dos grupos aqui abordados 387

ANEXO 393

FONTES E BIBLIOGRAFIA 394

INTRODUÇÃO

1. As revoluções do pós-guerra, o marxismo e a história do trotskismo

A realidade do mundo pós Segunda Guerra Mundial, especialmente ao longo das décadas de 1940-70, foi marcada por intensos conflitos de classe em todo o globo, sendo que alguns deles (uma minoria, deve-se dizer) culminaram em revoluções sociais vitoriosas, as quais originaram novas formações sociais de caráter não capitalista. Revoluções essas que fugiram aos esquemas e previsões da maior parte dos agrupamentos identificados com o marxismo, uma vez que, tal qual Antonio Gramsci avaliara em relação à Revolução Russa de 1917, se deram "contra *O Capital*"[1] – isto é, contra as perspectivas segundo as quais a ascensão da classe proletária à posição de classe dominante ocorreria primeiro e mais facilmente nos centros do sistema capitalista mundial.

Demolindo tais perspectivas de forma ainda mais impactante que a Revolução Russa, o grosso das revoluções do pós-guerra tiveram lugar em países da periferia desse sistema, nos quais o proletariado urbano era pouco numeroso – refletindo uma industrialização ainda incipiente – e nos quais uma massa assalariada rural, muitas vezes mesclada às camadas pobres do campesinato, constituía ainda a maior parte da população. Portanto, a exceção que muitos marxistas enxergaram no caso russo acabou predominando nesse período.

Ademais, de um lado essas revoluções tiveram enquanto seu *sujeito social* principal a força de trabalho rural, tendo apenas em alguns casos minoritários a derrubada do poder burguês sido acompanhada de insurreições por parte do proletariado urbano e, mesmo nesses casos, tendo este desempenhado papel secundário no processo geral. E de outro lado, os *sujeitos políticos* à frente das mesmas não defendiam em suas estratégias os rumos que tais revoluções efetivamente tomaram, de expropriação tanto dos capitais imperialistas, quanto das burguesias nativas, via destruição do Estado burguês e socialização dos meios de produção.

Pois ditos sujeitos políticos foram ou Partidos Comunistas, cuja lógica etapista os fazia atribuir caráter "democrático-burguês" às revoluções que deveriam ocorrer na periferia capitalista, não colocando o socialismo na ordem do dia; ou grupos que sequer proclamavam adesão formal a ideias socialistas e à centralidade do proletariado

[1] Cf. GRAMSCI, Antonio. "A revolução contra *O Capital*". In COUTINHO, Carlos Nelson (org.). *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 61-65.

enquanto sujeito social revolucionário, tendo caráter claramente nacionalista e forte peso da *intelligentsia* urbana de corte pequeno-burguês em suas fileiras e liderança.

Obviamente os marxistas mundo a fora foram profundamente impactados por essas particularidades. Apesar de praticamente nenhuma atenção ter sido dada por longo tempo à realização de uma análise detida de quem era tal força de trabalho rural envolvida nos processos em questão – a qual muitas vezes foi simplificadamente rotulada de "campesinato" – não foram poucas as organizações ou indivíduas que passaram a proclamar a centralidade política do campo. Ademais, tais processos ocasionaram tanto um fortalecimento da corrente stalinista em certas partes do mundo – ainda que por vezes sob novas formas, como no caso do "maoísmo" – como o surgimento de todo um novo nicho político, especialmente através de correntes difusas como o "terceiro mundismo" e a *New Left*.

Correntes essas pautadas por certo impressionismo e que elaboraram novas estratégias revolucionárias que buscavam não só explicar aquelas particularidades, mas reproduzi-las em outros lugares. Não obstante seu caráter difuso, possuíam em comum a defesa da centralidade de novas formas de atuação política (especialmente a guerrilha), em detrimento da atuação parlamentar e / ou sindical. E também defendiam, respectivamente, a perspectiva de o "Terceiro Mundo" ter se tornado o novo centro decisivo da construção do socialismo e a necessidade de se buscar novos sujeitos sociais para as lutas no "Primeiro Mundo", que não mais o proletariado industrial (como os "estudantes").

O stalinismo, a social-democracia e o trotskismo

Já o marxismo pretensamente "oficial" que emanava desde Moscou, com seus rígidos postulados codificados nos famosos manuais de "marxismo-leninismo" e que dividia o mundo entre países "maduros" e "não maduros" para a realização do socialismo, certamente não estava apto a prever ditas particularidades, quanto menos a explica-las de maneira aceitável. Conforme já se discutiu amplamente entre os círculos marxistas críticos, o conservadorismo da burocracia soviética, que se consolidou no poder em meados da década de 1920, transformou o movimento comunista internacional em mero braço de sua política externa, a qual era movida sobretudo pelo desejo de uma coexistência pacífica com o imperialismo, capaz de permitir sua sobrevivência e estabilidade enquanto grupo social.

Desejo esse que, dentro da União Soviética, assumiu logo cedo a forma da "teoria" stalinista do *socialismo em um só país*, a qual rompia com o internacionalismo revolucionário original dos bolcheviques. E que, no plano internacional, realizou uma vulgarização economicista do marxismo, enxergando a periferia do capitalismo a partir de uma ótica dualista, que via os elementos de "atraso" e de "modernidade" ali presentes como realidades antagônicas. E que, consequentemente, postulava que primeiro se deveria destruir os elementos de atraso, para que as formações sociais periféricas pudessem desfrutar de um longo período de desenvolvimento capitalista, apenas ao fim do qual finalmente estariam "maduras" para uma revolução de caráter socialista.

A consequência programática mais direta dessas ideias, conforme formuladas pelo menchevique Alexandr Martinov (ferrenho opositor da ideia de "revolução permanente", recrutado para o PCUS em 1923 no auge da luta do "triunvirato" contra a Oposição de Esquerda), era que a revolução socialista ocorreria em *duas etapas*. Por conta disso, os PCs locais deveriam lutar primeiro por *revoluções democrático-burguesas* e restringirem as reivindicações exclusivamente proletárias, visando não prejudicarem a formação do almejado "bloco das quatro classes", que supostamente levaria tal revolução a cabo. Bloco esse que seria composto pelo proletariado, pela pequena-burguesia urbana, pelo campesinato e pela burguesia "nacional".

Como muitos críticos já apontaram, no fundo isso não passava de uma elaborada (mas nem tanto) desculpa para restringir as lutas revolucionárias e, assim, não prejudicar a almejada "coexistência pacífica" da burocracia soviética com o imperialismo[2]. Pois tal visão era nada mais era do que um verniz de marxismo para justificar a defesa de alianças dos PCs com as burguesias ditas "nacionais" e "progressistas" – ulteriormente consolidada com a política de "Frente Popular" – reduzindo a atuação dos mesmos a uma programa de caráter nacional-reformista e pautado pela colaboração de classes, no qual o socialismo figurava apenas enquanto um projeto para um longínquo futuro.

Da mesma forma que os stalinistas não era capazes de explicarem satisfatoriamente as revoluções que vinham então ocorrendo – e que demoliam na prática seus esquemas evolucionistas de "revolução em etapas" – tampouco os social-

[2] Acerca da stalinização da Internacional Comunista e suas consequências programáticas, umas das melhores obras já produzidas é a *História da Internacional Comunista* de Pierre Broué. Ver especialmente o segundo tomo, BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunistas (1919-1943)*. Tomo II. Da atividade política à atividade policial e anexos. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

democratas se mostraram à altura da tarefas. Pois, desde a Revolução Russa de 1917 que a social-democracia, também pautada por esquemas evolucionistas, segundo os quais o socialismo começaria *necessariamente* a ser construído nos países "avançados" e na forma de reformas graduais dentro da ordem capitalista, havia sido passada para trás pela dinâmica da luta de classes – muito mais complexa do que suas ideias limitadas podiam dar conta.

Apesar dessas correntes não terem estado à altura do desafio de compreender as revoluções do pós-guerra e delas tirar lições políticas, havia uma corrente marxista em particular que, todavia minoritária e bastante isolada, possuía à sua disposição um formidável instrumental teórico, capaz de ser um ponto de partida para dar conta das particularidades centrais desses fenômenos da luta de classes. Tratava-se dos herdeiros políticos do revolucionário bolchevique Leon Trotski, agrupados em torno da bandeira da Quarta Internacional.

Estes carregavam em seu arcabouço uma elaborada compreensão acerca da dinâmica desigual e combinada do desenvolvimento capitalista em sua fase imperialista e das implicações desta para as possibilidades e limitações políticas das classes localizadas na periferia do mercado mundial, tendo desde 1923 se oposto tanto ao evolucionismo reformista da socialdemocracia, derivado de sua adaptação ao capitalismo, quanto ao evolucionismo etapista do stalinismo, derivado do desejo de autopreservação da burocracia soviético. Compreensão essa sintetizada na *Teoria da Revolução Permanente*, cujas bases remontavam a análises do próprio Marx acerca do encerramento da "era revolucionária" da burguesia.

A crise do movimento trotskismo ante as revoluções do pós-guerra

Tendo em mente esse instrumental teórico e a estratégia revolucionária nele embasada, cabe questionar porque a corrente trotskista se dilacerou sob a pressão do ascenso revolucionário que teve lugar ao longo das décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. O destino do trotskismo ao longo das décadas de intensos conflitos de classe que se seguiram ao fim da Segunda Guerra foi tão dramático que hoje o mesmo se encontra extremamente fragmentado. Fragmentação essa que é mais do que organizativa, uma vez que cada organização atualmente existente que se reivindica parte dessa tradição política tende a se basear em uma vertente teórico-programática muito distinta das demais, sendo até mesmo difícil definir o que é o trotskismo atualmente.

O objetivo do presente trabalho é lançar um pouco de luz sobre a longa crise de tal corrente – à qual se pode referir de forma mais precisa enquanto "movimento trotskista internacional", devido à sua fragmentação e diferenciação interna – apresentando uma síntese de alguns aspectos centrais de seu arcabouço teórico-programático original e uma análise da transformação do mesmo face aos complexos desafios políticos do pós-guerra. Transformação essa que envolveu uma crescente diferenciação de análises e posicionamentos, baseada em (re)leituras divergentes acerca de tal arcabouço original.

Uma preocupação importante que motivou esse trabalho é que são poucos os materiais que se dedicam a uma análise aprofundada da história do movimento trotskista a partir de suas dimensões *internacional* e *teórico-programática* – sendo que, dentre aqueles de maior visibilidade que seguem por essa via predominam graves problemas de abordagem, como a falta de rigor metodológico no trato das fontes e um posicionamento apologético, uma vez que são frequentemente produzidas na forma de uma "história oficial" do grupo ao qual o autor ou autora é vinculado(a). Não obstante, são justamente essas narrativas problemáticas as que são utilizados com maior frequência enquanto referência por pesquisadores que se dedicam a escrever a história dos vários grupos nacionais que compunham / compõem o movimento trotskista (o que tem sido o formato mais usual das pesquisas acadêmicas que tem o mesmo por objeto).

Se por um lado tais narrativas podem ser úteis para se obter informações factuais, ainda que sendo necessário sempre cruzar suas informações com fontes diversas – como se verá, foram largamente utilizadas ao longo deste trabalho com tal propósito – por outro elas raramente dão conta de explicar de forma satisfatória o desenvolvimento das ideias dos trotskistas e o impacto das revoluções do pós-guerra no mesmo. Não raro omitem fatos e debates ou os distorcem sobremaneira, como forma de gerar uma narrativa na qual a organização favorecida apareça quase como que perfeita, no sentido de seus "heróis fundadores" nunca terem vacilado ou cometido erros, seja de avaliação e análise, seja de postura organizativa para com seus camaradas.

Ademais, em geral ditas narrativas deixam de lado os debates e divergências mais profundas que marcaram o movimento trotskista internacional nas primeiras décadas após a Segunda Guerra. Todavia, os mesmos são fundamentais para melhor compreender o que houve com tal movimento e, especialmente, compreender sua atual configuração, uma vez que foi justamente a partir deles que foi formulado o núcleo

teórico-programático que embasa os principais "troncos históricos" desenvolvidos a partir da "ramificação" do trotskismo.

Esses debates e divergências lidavam principalmente com a caracterização da força política que esteve à frente de parte das revoluções vitoriosas do período, a saber, o *stalinismo* – se era contrarrevolucionário "de cabo a rabo"; se possuía uma natureza "dual" e "contraditória"; se havia se torando "objetivamente revolucionário" sob as condições da Guerra Fria. Também com o sentido da *Teoria Da Revolução Permanente* – se um postulado sobre a impossibilidade de revoluções socialistas nas quais os trotskistas não fossem o sujeito político e o proletariado o sujeito social; se uma teoria que teria sido plenamente "confirmada" pelos eventos do pós-guerra; se uma teoria que necessitaria ser "atualizada" ou "corrigida" à luz desses eventos. E igualmente com a *transição ao socialismo* – se é possível (e/ou necessário) um regime "intermediário", de transição entre capitalismo e ditadura do proletariado.

A intenção dessa pesquisa foi lidar centralmente com tais questões, através não só de um mapeamento das *conclusões* que embasaram cada "tronco histórico" do movimento trotskista – as quais muitas vezes foram revistas em diferentes momentos, geralmente sem que se explicitasse a mudança operada – mas especialmente de seu *desenvolvimento*. Desenvolvimento esse que em geral é muito mais revelador dos diferentes nexos analíticos empregados e, principalmente, das questões políticas e sociais que por vezes *precederam* as análises e as *moldaram*.

Mas cabe ressaltar que, por mais que se tenha tentado abarcar o conjunto do movimento trotskista internacional, a corrente vinculada a Marx Shachtman – o Workers Party / Independent Socialist League (1940-58) – originada a partir do primeiro racha de grande relevo do movimento trotskista, não foi abordada ao longo deste trabalho. A razão para tal (além das limitações de tempo desta pesquisa) é que ela, apesar de ter continuado a se reivindicar como "trotskista" por muitos anos após romper com a Quarta Internacional, se distanciou consideravelmente da mesma a partir de seu 2º Congresso Mundial (1948), do qual foi convidada a participar como parte dos esforços para reunifica-la à seção norte-americana, o SWP. Nos anos seguintes, tal corrente deixou cada vez mais de lado a reivindicação de trotskista, em uma trajetória que culminou na sua dissolução no interior do Partido Socialista norte-americano, em 1958.[3]

[3] Aos interessados nas ideias e história dessa corrente, recomenda-se a leitura da coletânea dos escritos de Shachtman sobre a caracterização da URSS – seu principal ponto de divergência com Trotski (*The*

As narrativas predominantes sobre tal crise

Como dito, esse tipo de abordagem e as questões escolhidas para se enfocar são praticamente ausentes nos trabalhos "acadêmicos" atualmente existentes, os quais costumam ser mais descritivos do processo de constituição e do desenvolvimento posterior de um dado grupo nacional, priorizando elementos como sua composição, seus líderes e sua relação com o meio em que atuava (os sindicatos, os movimentos sociais, as correntes adversárias etc.). Já dentre a literatura de tipo militante que buscou lidar com âmbito *internacional* e *teórico-analítico* da história do movimento trotskista, as explicações para a crise do mesmo costumam ser centradas no período 1951-53 e na primeira ruptura de grande vulto no pós-guerra, ocorrida em fins de 1953.

De fato esse período foi marcado por intensas polêmicas e enfrentamentos dentro da Quarta Internacional, ocorridos em torno do chamado "revisionismo pablista", isto é, as ideias e análises do dirigente internacional do pós-guerra Michel Pablo (pseudônimo de Michalis Raptis), que propôs uma série de mudanças táticas e programáticas baseadas em uma leitura bastante particular acerca da conjuntura daquele período, formuladas sob o impacto da transformação social do Leste Europeu, das Revoluções Iugoslava e Chinesa e do crescente clima belicista da "Guerra Fria".

Supondo que uma iminente Terceira Guerra Mundial forçaria o stalinismo a efetuar um "giro revolucionário", Pablo e seus aliados mais próximos adotaram posições que se afastavam de alguns dos pressupostos mais básicos da razão de ser do movimento trotskista, tal como a disputa com o stalinismo pela direção política do proletariado, como forma de levar a frente revoluções socialistas vitoriosas, e a perspectiva de regeneração democrática da URSS através de uma "revolução política".

Ao longo dos anos 1951-53, Pablo e seus aliados se utilizaram expedientes altamente controversos para validar formalmente suas ideias e propostas. Como resultado, a partir da realização do 3º Congresso Mundial da Quarta Internacional (1951), no qual as ideias "pablistas" foram formalmente aprovadas, o choque entre "pablistas" e "anti-pablistas" cresceu ao ponto de ter culminado na ruptura de parte de

---

bureaucratic revolution: the rise of the Stalinist state. New York: Donald Press, 1962), a pesquisa de Alan Wald sobre os "intelectuais de Nova York" (*The New York Intellectuals: The Rise and Decline of the Anti-Stalinist Left from the 1930s to the 1980s. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1987*), e os capítulos dedicados aos "schachtmanistas" em LINDEN, Marcel van der. *Western Marxism and the Soviet Union. A Survey of Critical Theories and Debates Since 1917*. Boston: Brill, 2007 e em ALEXANDER, Robert J. *International Trotskyism, 1929-1985: a documented analysis of the movement*. Durham: Duke University Press, 1991.

suas seções nacionais com o Secretariado Internacional, levando em fins de 1953 à formação de uma fração pública de laços bastante frouxos, chamada "Comitê Internacional" (CI).

Não tendo logrado sucesso imediato em sua intenção de adiar o 4º Congresso Mundial (previsto para 1954) e remover Pablo do cargo de Secretariado Internacional, o CI se manteve na condição de fração pública até 1963, quando parte de seus grupos membros retornou às fileiras da Quarta Internacional, dando origem ao que passou a ser conhecido como "Secretariado Unificado da Quarta Internacional" (SU). Frente ao que os demais grupos do CI responderam proclamando o mesmo enquanto o embrião de um novo partido internacional, que viria a substituir a Quarta considerada "degenerada".

É a partir da polarização entre esses dois setores, CI e SI/SU, que se estruturam as duas principais linhas narrativas sobre a crise do movimento trotskista internacional, as quais predominam até hoje nas várias "histórias oficiais" das mais diversas correntes (e que são frequentemente utilizadas como base por estudos acadêmicos, de caráter mais arquivístico).

Segundo a linha narrativa associada ao SI/SU, a realidade do pós-guerra teria apresentado formas "não puras" de revoluções, que diferiam daquelas defendidas na estratégia da Quarta Internacional e da concepção de transição ao socialismo contida na Teoria da Revolução Permanente. Enquanto o setor majoritário da direção teria feito as adaptações programáticas necessárias a esses fenômenos, o setor minoritário teria agido de forma dogmática e sectária, ao se recusar a lidar com aquilo que fugia às suas fórmulas pré-concebidas. O retorno de parte dos setores do CI às fileiras da Internacional, em 1963 (formando o SU), é assim visto como mera "correção de linha" por parte de alguns dos "sectários", como fruto das experiências das revoluções argelina (1954-62) e cubana (1959-60), a partir das quais se deu essa reaproximação.

Tal linha é expressa, por exemplo, nas narrativas produzidas por Pierre Frank (1969) e Daniel Bensaïd (2002), ambos importantes dirigentes do Secretariado Unificado e cujas obras constituem uma leitura da história do movimento trotskista desde a perspectiva da ala majoritária do mesmo. Portanto, constituem quase que "histórias oficiais", não obstante suas diferenças pontuais sobre o que teriam sido erros

ou acertos nas posições e análises adotadas nas décadas de 1950-60 – diferenças essas fruto do giro operado pelo SU na década de 1980.[4]

Já segundo as linhas narrativas associada aos grupos do CI, as adaptações realizadas pelo setor majoritário da direção internacional teriam sido um "revisionismo" nocivo, que diluía a importância do partido marxista enquanto o elemento consciente necessário ao triunfo da revolução e levava a capitulações oportunistas. Revisionismo esse frequentemente chamado de "pablismo" e que teria sido imposto à Internacional na forma de manobras burocráticas e de interferência autoritária na vida interna das suas seções nacionais – forçando a ruptura dos críticos do mesmo, como forma de poderem continuar a travar sua luta política oposicionista. Assim, a saída de parte dos grupos do CI para formarem o SU em 1963 é vista como uma "capitulação" tardia desses ao "revisionismo pablista".

Tal linha é expressa, por exemplo, na narrativa produzida por David North (1988), que constitui uma leitura da história do movimento trotskista desde a perspectiva da ala do Comitê Internacional originalmente ligada a seu grupo inglês, o qual se tornou o principal após 1963 e assim se manteve até meados da década de 1980. Ela também é parcialmente expressa em narrativas ligadas a grupos que abandonaram o CI em algum momento, tal como a produzida por Jean-Jacques Marie (1977), que é o principal historiador da corrente "lambertista", e as produzidas por Mercedes Petit (1963) e Alicia Sagra (2005), que são militantes da corrente "morenista".[5]

Vale notar que existem ainda outras linhas narrativas de menor alcance, como aquela associada à tradição de Tony Cliff e do periódico *International Socialism*. Segundo sua explicação, a origem da crise do movimento trotskista estaria no apego dogmático a certas previsões de Trotski (em particular de iminência da revolução mundial) e, especialmente, à sua noção da URSS enquanto "Estado operário", quando esta seria na realidade uma formação social do tipo "capitalismo de Estado". Daí, a aplicação daquela categoria às formações sociais originadas das revoluções do pós-guerra teria levado a capitular ao stalinismo e abandonar a noção marxiana de revolução social enquanto a "auto emancipação do proletariado" .

---

[4] Cf. FRANK, Pierre. *Fourth International – The Long March of the Trotskyists* [1969]. London: Ink Links, 1979. Disponível em http://tinyurl.com/kpwye4e. Acessado em 08 de setembro de 2013 e BENSAÏD, Daniel. *Os trotskismos* [2002]. Lisboa: Combate, 2008.

[5] Cf. NORTH, David. *The Heritage We Defend: A Contribution to the History of the Fourth International.* Londres: Paperback, 1988; MARIE, Jean-Jacques. *O Trotskismo* [1977]. São Paulo: Perspectiva, 1990; PETIT, Mercedes. *Apuntes para la historia del trotskismo (de 1938 a 1964)*. [S.n]: [Buenos Aires], 1980. Disponível em http://tinyurl.com/jjma7dr. Acessado em 21 de outubro de 2014 e SAGRA, Alicia. *História das Internacionais Socialistas*. São Paulo: Editora Sundermann, 2005.

Portanto, tanto SI/SU quanto CI estariam analítica e programaticamente perdidos por conta de seu apego ao trotskismo do pré-guerra. Não à toa, a corrente "cliffista" costuma se apresentar mais como uma tentativa de "retorno" ao marxismo do que como trotskista. Essa linha é expressa, por exemplo, na narrativa do próprio Cliff (1999) e também do atual dirigente do principal grupo "cliffista" (o SWP inglês), Alex Callinicos (1990).[6]

Por mais que todas essas linhas narrativas contenham elementos de verdade, elas são muito limitadas e marcadas por omissões e distorções. Por questões de tempo e espaço, não se realizará um debate detalhado acerca das mesmas, mas cabe ressaltar que o que todas elas têm em comum e que é de fato acertado é seu reconhecimento da centralidade das revoluções do pós-guerra para a crise do trotskismo, uma vez que as peculiaridades das mesmas de alguma forma fugiam à "regra" prevista na Teoria da Revolução Permanente.

Como o SU se vê enquanto a continuação direta da Quarta Internacional, até hoje não foi feito um grande esforço por parte daqueles a ele associados para explicar o que houve com o movimento trotskista no pós-guerra, encarando a crise do mesmo como rupturas isoladas de alas "sectárias" dessa organização. Já da parte de seus críticos, que precisam explicar como que o setor majoritário desse movimento "se perdeu", bem como se diferenciar das demais cisões, abundam artigos e brochuras.

A linha narrativa associada ao CI, todavia, tem por principal limitação o foco excessivo no "revisionismo pablista". Pois, apesar de terem sido centrais nas disputas que provocaram o racha de 1953, as ideias mais particulares de Pablo tiveram impacto temporalmente limitado. Conforme se verá ao longo deste trabalho, já em meados de 1954, com arrefecimento do clima de intensa polarização internacional entre a URSS e os EUA e, consequentemente, também dos discursos radicais assumidos por alguns PCs ao redor do mundo nos anos anteriores, ele se viu em dificuldades para sustentar suas previsões de uma iminente Terceira Guerra Mundial e de um "giro revolucionário" por parte do stalinismo. Ademais, as análises e posicionamentos delineados por muitos "anti-pablistas" possuíam uma série de elementos fundamentais em comum com as daqueles que denunciavam como "revisionistas".

---

[6] Cf. CLIFF, Tony. *Trotskyism after Trotsky. The origins of the International Socialists*. London, Chicago and Sydney: Bookmarks, 1999 e CALLINICOS, Alex. *Trotskyism*. Londres: Open University Press, 1990.

Tendo tais fatos em vista, é problemático que se reduza a crise do trotskismo ao "revisionismo pablista" e aos embates do período 1951-53 – como se Pablo e seus aliados mais próximos, sob o impacto dos complexos desafios políticos do pós-guerra, tivessem sido os únicos a operarem uma profunda releitura do arcabouço teórico-programático original do movimento trotskista, ou como se seus adversários fossem meramente "sectários", que não haviam entendido tal conjuntura. O quadro verdadeiro é muito mais complexo.

O estudo cuidadoso da história do movimento trotskista no pós-guerra demonstra que uma profunda confusão teórica e analítica se espalhou entre os trotskistas, pegos de surpresa ante a vitalidade atingida pelo stalinismo entre as massas europeias ao fim da guerra, pela expansão soviética no Leste Europeu e pela eclosão de alguns processos revolucionários que lograram expropriarem política e economicamente a burguesia e estabelecerem novas formações sociais não capitalistas, sem que tivessem a sua frente partidos marxistas. Assim, para se compreender de forma mais apurada a crise desse movimento, é essencial que se vá além do conflito em torno das ideias mais particulares de Pablo.

É necessário que se detecte aqueles elementos que, compondo o "núcleo" das mesmas, as originaram e a elas sobreviveram ao longo das décadas seguintes, quando suas previsões mais imediatas se demonstraram equivocadas. Em outras palavras, é necessário que se vá além da ideia mais imediata de Pablo, de relativizar ou reafirmar a chamada "missão histórica" da Quarta Internacional, (i.e., seu almejado papel de liderança revolucionária) e se dê conta das releituras por ele operadas em relação a determinados aspectos centrais do arcabouço teórico-programático original do movimento trotskista, enquanto tentativa de responder a novos e complexos fenômenos da luta de classes.

Da mesma forma, é essencial que se vá além da compreensão de seus opositores como simplesmente negadores de suas ideias mais particulares e se analise de maneira mais detida a forma como eles próprios compreendiam tal arcabouço – e como que alguns deles também operaram consideráveis releituras acerca do mesmo. Sem que se proceda desta maneira, é impossível que se compreenda como que vieram a surgir tantos "trotskismos" tão diferentes uns dos outros ao longo da segunda metade do século XX. É tal tarefa que o presente trabalho almeja ter realizado.

A necessidade de uma *história social* para a história total do trotskismo

Não obstante, cabe ressaltar que também é impossível atingir uma compreensão apurada acerca da crise do movimento trotskista internacional sem uma dimensão *social* da história do mesmo. Afinal, como corretamente ressalta Pierre Frank em sua narrativa, é necessário que se proceda desde um "ponto vista marxista do quadro total, com uma correta apreciação das causas gerais na raiz dessas crises e rachas e as posições principais que, a despeito das posições específicas, conflitavam umas com as outras"[7]. Que ele próprio não o faça em nada diminui o acerto de tal afirmação.

E conforme questiona (em termos bastante duros) uma das fontes trabalhadas ao longo dessa pesquisa, ao tratar do "revisionismo pablista", como foi possível que ideias tão distintas daquelas que informavam originalmente a Quarta Internacional foram capazes de ganhar hegemonia nas fileiras da mesma? Ao que o próprio acrescenta: "Nós precisamos olhar fora do reino das ideias para responder a essa pergunta".[8] E o mesmo certamente também é válido para as tantas outras releituras efetuadas pelas diferentes vertentes do trotskismo que surgiram no pós-guerra.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que o presente trabalho não dá conta de explicar por inteiro a crise do movimento trotskista, sendo antes uma *contribuição* para tal tarefa, que segue em aberto. Por mais que esse trabalho não tenha se limitado a uma "história das ideias", tendo levado em conta pressões mais gerais e de alcance internacional, uma história completa do trotskismo pós Segunda Guerra necessita ir além. Ao mapeamento e à sistematização aqui realizados das diferentes (re)leituras do arcabouço teórico-programático original da Quarta Internacional efetuadas sob o impacto das revoluções do pós-guerra, se faz necessário adicionar também uma análise detalhada das diferentes pressões que atuavam sobre ao menos suas principais seções nacionais do pós-guerra – a norte-americana, a francesa e a inglesa – no sentido de melhor explicar o que originou as diferentes (re)leituras teórico-programáticas que se encontram na base da fragmentação da Quarta Internacional.

Tal feito dificilmente será fruto de um trabalho individual, ele necessita na realidade se constituir enquanto agenda para a articulação entre diferentes pesquisadores(as) trabalhando de forma articulada. Não obstante a tarefa hercúlea que isso demandará, é possível desde já realizar alguns breves apontamentos que ajudarão a enriquecer a história apresentada por este trabalho, apontamentos esses elaborados a

---

[7] FRANK, Pierre. *Op. cit.*, [s.p.].
[8] Cf. GREY, Vincent [Vince Copeland]. Lessons of the Chinese Revolution. The Problem of Leadership and Program. *Fourth* International [Nova York/SWP] vo. 15 , n. 3, Summer 1954, p. 97.

partir de uma sistematização daquilo que as narrativas existentes que lidam com os âmbitos internacional e teórico-analítico da história do trotskismo já fornecem.

Uma ideia recorrente entre as diferentes narrativas já produzidas é de que o medo de possíveis conclusões tiradas a partir da nova conjuntura internacional do pós Segunda Guerra esteve na base da negação por parte de grandes parcelas do movimento trotskista de então, especialmente de sua nova e jovem liderança internacional, de que mudanças fundamentais haviam ocorrido em relação às previsões feitas por Trotski ao fim da década de 1930. Assim, Tony Cliff, por exemplo, afirma em sua narrativa sobre a história do trotskismo que o "dogmatismo" da liderança da Quarta Internacional em relação à realidade do pós-guerra, ao negar a possibilidade de uma expansão econômica e de uma restauração das democracias burguesas, consistia em uma fuga da "dolorosa" realidade, a qual teria destruído "as grandes esperanças que eles tinham"[9].

Segundo sua leitura, os sucessivos rachas pelos quais passou o movimento teriam sido fruto direto da incompreensão acerca dessa realidade. Pois, para Cliff, os trotskistas "estavam tentando traçar um curso com um mapa que estava irremediavelmente desatualizado"[10]. De forma semelhante, Daniel Bensaïd ressalta o medo dessa direção internacional em reconhecer a nova realidade mundial, pois "receava que as especulações sobre uma nova fase de expansão levassem a uma capitulação de direita". Donde afirma que "Sem uma explicação adequada de um dinamismo contrastante com o marasmo dos anos 1930, desenhava-se com efeito a tentação de abandonar a crítica do marxismo em detrimento das receitas keinesianas."[11]

Já em relação aos diversos rachas que marcam a história do trotskismo do pós-guerra, em especial a partir da década de 1960, também há certa convergência de análises entre representantes de correntes distintas. Frank, por exemplo, sustenta que tanto a fraqueza numérica e a falta de enraizamento entre as massas ("fatores objetivos"), quanto o tamanho reduzido das organizações trotskistas fizeram com que se visse as mesmas como secundárias ("fatores subjetivos"), uma vez que possíveis rachas não envolveriam responsabilidades sobre amplas massas, dentro ou fora da mesma[12]. Nesse mesmo sentido, Callinicos ressalta como que a "inabilidade de influenciar eventos é propensa, ela própria, a encorajar rupturas"[13].

---

[9] Cf. CLIFF, Tony. *Op. cit.*, p. 7-23.
[10] *Ibid.*, p. 22.
[11] Cf. BENSAÏD, Daniel. *Op. cit.*, p. 70. Citações na mesma página.
[12] Cf. FRANK, Pierre. *Op. cit.*, [s.p.].
[13] CALLINICOS, Alex. *Op. cit.*, p. 41.

De forma semelhante, destacando que as divergências por detrás dessas cisões ecoavam os grandes problemas da época, em especial a expansão do stalinismo, Bensaïd afirma a existência de um suposto "sectarismo" observado entre os adversários da direção internacional da Quarta Internacional, o qual seria resultado do longo isolamento e tamanho reduzido do movimento trotskista, uma vez que a "desproporção entre a atividade teórica e possibilidade de verificação prática levam a um exacerbar das disputas doutrinais e ao fetichismo dogmático da letra". Ademais, ressalta Bensaïd, a necessidade de remar constantemente contra a corrente teria impregnado os trotskistas com alguns dos próprios métodos que eles condenavam em seus adversários, afirmando que "Uma corrente longamente minoritária impregna-se igualmente, apesar de si própria, daquilo que pretende resistir".[14]

Outra ideia recorrente é a de que o impacto do isolamento e o medo de perder o "trem da História" foram os principais fatores por detrás de toda a confusão teórico-analítico que dominou o movimento trotskista após a Segunda Guerra e que, consequentemente, geraram inúmeras rupturas em suas fileiras. Assim, na mesma fonte previamente citada, pode-se ler, em uma tentativa de explicar como foi possível que o "revisionismo pablista" se apossasse da Quarta Internacional, que

> Trotskyism has the same validity today as it did formerly. Its logic is just as sound. Its critique of Stalinism is just as correct. But it is more isolated. It seems less important. History seems to threaten to pass it by! **This can be very frightening to a revolutionist. To see a great revolution put into power those whom one did not expect to take power at al.**[15] (ênfase adicionada)

Ademais, conforme já indicado, de fato os fenômenos do pós-guerra apresentavam grandes desafios não só aos trotskistas, mas aos marxistas em geral. Para estes, não era e continua a não ser fácil caracterizar com precisão os primeiros anos dos regimes não capitalistas emergidos de revoluções no pós-guerra, os quais – a despeito de terem expropriado politicamente a burguesia nativa e os capitais imperialistas – possuíam direções que afirmavam não estar construindo experiências socialistas, possuíam representantes burgueses em seus governos e até mesmo incluíam a defesa da propriedade privada nas novas constituições adotadas. Tais características – marcantes na Iugoslávia e no conjunto do Leste Europeu sob ocupação soviética entre 1944-48, na

[14] Cf. BENSAÏD, Daniel. *Op. cit.,* p. 16-17. Citações nas mesmas páginas, respectivamente.
[15] GREY, Vincent [Vince Copeland]. *Op. cit.*, p. 97.

China entre 1949-52/54 e em Cuba entre 1959-61 – certamente tornam muito difícil delinear um posicionamento político preciso no calor do momento.

Especificamente para os trotskistas, tais processos, dirigidos por forças consideradas não revolucionárias e com programas nacional-democráticos, levantavam questionamentos profundos sobre a tese leninista e trotskiana acerca da necessidade fundamental do partido marxista de vanguarda como o *sujeito político*, a direção consciente de uma revolução. Bem como sobre o núcleo da Teoria da Revolução Permanente, acerca da impossibilidade de realização das tarefas nacional-democráticas sem que fosse por uma via anticapitalista e pela instauração de uma ditadura do proletariado. Nesse sentido, aponta Bensaïd:

> a teoria da revolução permanente devia ser submetida à prova da revolução chinesa e, mais tarde, da revolução cubana. Como definir os regimes saídos de uma tomada do poder por partidos que se opõem à autonomia dos movimentos sociais, como foi o caso na China com o apelo à calma nas cidades pela direcção maoísta no momento da ofensiva militar de 1949?[16]

Pode-se ver, portanto, que a crise do movimento trotskista internacional por detrás de sua atual fragmentação e extrema diferenciação teórico-programático tem bases que vão além de um debate escolástico entre análises divergentes feitas "a frio". Ao invés, está completamente ligado à necessidade de fornecer respostas políticas imediatas a fenômenos da luta de classes extremamente complexos, tendo por pilar um arcabouço teórico-analítico que não era (e nem pretendia ser) um manual de pronta aplicação. E também às dificuldades de faze-lo lidando com críticas e resistências internas, o que muitas vezes acabou levando à ações burocráticas, que funcionaram enquanto a via mais fácil de implementar mudanças e revisões em tal arcabouço – ou de resistir às mesmas.

Ademais, há que se levar em conta também as diversas pressões que afetavam cada seção nacional em seu respectivo país, as quais repercutiam na vida interna da Quarta Internacional de formas diversas. Pode-se vislumbrar, portanto, a enorme complexidade envolvida em estudar de forma "total" a história de um movimento que assume a forma de partido internacional. Conforme já dito, sem pretender realizar tal tarefa, a intenção do presente trabalho é contribuir parcialmente para a escrita de uma história que una ideias, aspectos "organizativos" e aspectos sociais – a qual deve necessariamente ser fruto de trabalho colaborativo.

---

[16] BENSAÏD, Daniel. *Op. cit.*, p. 82.

Mas cabe ressaltar que o estudo aqui apresentado, apesar de se concentrar em ideias, não o faz de forma atemporal e desvinculada da realidade social com a qual estas se vinculavam. Cada análise e cada mudança de posicionamento foi devidamente analisada em conjunto com os fenômenos da luta de classe que elas buscavam dar conta para, em última instância, neles intervir levando à vitória da revolução socialista. Assim, é a história de um movimento focada em suas ideias em articulação com o contexto em que estas se encontravam. É uma história de quando a realidade desafiou um conjunto de revolucionários que nela desejavam intervir, e das formas variadas com que estes responderam a tal desafio, formas que marcaram profundamente o desenvolvimento do "Partido Mundial da Revolução Socialista" que almejavam construir.

2. Dos acervos e fontes utilizadas e da estrutura da pesquisa

A maior parte das fontes existentes da história do movimento trotskista pós-guerra consiste dos periódicos das diferentes organizações que o compõem ou compuseram, de seus boletins internos e de correspondência entre seus membros. Há também uma miríade de outras fontes que podem ajudar à reconstrução de sua atuação pública, como registros de sindicatos e frentes nas quais seus militantes atuaram, registros policiais etc. E para períodos mais recentes, há ainda a possibilidade de realizar entrevistas com membros e ex-membros de tais organizações, as quais podem ajudar a preencher lacunas e a navegar entre as demais fontes, indicando documentos ou fatos a serem verificados, além de auxiliarem a traçar um quadro mais vívido de seu funcionamento interno e de sua atuação pública.

Como um movimento de caráter internacional, que não só possuí grupos em diferentes países, mas também centros dirigentes regionais (como na Europa ocidental, na América Latina ou na Ásia) e centros internacionais perante o qual todos organismos respondem, seus periódicos, boletins internos e demais documentos se encontram dispersos por um enorme número de arquivos e acervos pessoais nos cinco continentes. Felizmente, em anos mais recentes alguns desses arquivos deram início à digitalização e disponibilização *online* de seus acervos, um processo que segue em curso e que representa um gigantesco salto de possibilidades para a escrita da historia deste movimento.

Os acervos utilizados

Do ponto de vista logístico, a presente pesquisa teria sido impossível de se realizar no prazo necessário e com poucos recursos financeiros se não existissem esses acervos *online*. Nesse sentido, contou-se principalmente com o trabalho realizado pela *Encyclopedia of Trotskyism Online* (ETOL), a qual hospeda e disponibiliza gratuitamente documentos digitais e transcrições realizadas por diferentes arquivos, como a *Holt Labor Library* (Oakland, EUA) ou a *Prometheus Research Library* (New York, EUA), bem como por colaboradores independentes, entre os quais se destaca o *Riazanov Library Project*, que nos últimos anos tem realizado digitalizações de alta qualidade de uma enorme quantidade de materiais de diferentes organizações trotskistas (especialmente norte-americanas, mas não só).

Entretanto, a ETOL, hoje ligada aos coordenadores do *Marxist Internet Archive* nos EUA, é muito centrada em materiais em língua inglesa, particularmente de grupos dos EUA, o que limita sua abrangência, não obstante ela ser hoje o maior acervo digital *online* de materiais do movimento trotskista. Todas as fontes em língua inglesa utilizadas ao longo da pesquisa foram consultadas a partir do mesmo.

Outro acervo de grande relevo e que foi igualmente fundamental para a presente pesquisa é o da *Association Rassambler, diffuser les archives des révolutionnaires* (RaDAR), criado pela hoje extinta Ligue Communiste Revolutionnaire, antiga seção francesa do Secretariado Unificado da Quarta Internacional. Apesar da proposta original do acervo ter sido a de recolher e disponibilizar materiais desse grupo francês em particular, a centralidade do mesmo dentro do SU, mais o fato da liderança internacional ter operado por muitos anos na França, permitiu ao acervo reunir também os principais periódicos e boletins internos dos organismos internacionais da Quarta Internacional, cobrindo um extenso recorte temporal que vai da sua fundação aos dias atuais. E boa parte desse acervo já se encontra disponível para acesso público em seu site, ainda que as digitalizações apresentem uma qualidade mediana.

Todos os boletins internos do Secretariado Europeu da Quarta Internacional e aqueles do Secretariado Internacional publicados a partir de 1946 foram consultados a partir do mesmo. O mesmo vale para a publicação oficial do Secretariado Internacional, a revista *Quatriéme Internationale*.

Além da ETOL e da RaDAR, também se recorreu a outros dois acervos que se assemelham a este último no que tange serem esforços memorialistas empreendidos por grupos trotskistas. Um deles foi o *Centre d'Etudes et de Recherches sur les Mouvements Trotskyste et Révolutionnaires Internationaux* (CERMTRI), fundado pelos

lambertistas franceses e que, apesar de um acervo rico (que cobre não só o movimento trotskista), até o momento disponibilizou pouca coisa do mesmo em formato digital (basicamente, as edições do periódico *La Verité* de 1929 a 1961). Por conta desse acervo *online* limitado, não foi possível abordar em grandes detalhes algumas das análises e posições dos "anti-pablistas" franceses – o que constituiu uma das principais limitações da pesquisa.

O outro foi o *Archivo León Trotsky*, fundado pela morenista Liga Internacional de los Trabajadores - Cuarta Internacional (LIT-CI) e que tem disponibilizado digitalizações de periódicos e documentos não só da organização internacional, mas de várias de suas seções nacionais antigas e presentes, cobrindo um extenso recorte temporal. Todas as fontes em língua espanhola utilizadas ao longo da pesquisa foram consultadas a partir deste último, à exceção de alguns poucos documentos obtidos a partir do acervo da *Fundación Pluma para la Preservación y Difusión de la Tradicion Socialista Morenista*. Infelizmente, nem todo o acerco *online* destas possui acesso gratuito.

Cabe ainda mencionar o *International Institute of Social History* (IISH), sediado em Amsterdã, o qual possui em seu acervo vasta documentação concernente ao movimento trotskista. Este, todavia, não possui um acervo digital *online*, digitalizando materiais apenas sob encomenda – procedimento que implica a cobrança de uma taxa (relativamente barata, ao menos em termos da moeda local) e que acaba por individualizar o acesso.

Apesar da comodidade e das enormes possibilidades que esses acervos *online* conferem aos historiadores, eles implicam algumas restrições e exigem certos cuidados. Como o processo de digitalização e disponibilização *online* dos materiais é, em geral, iniciativa das próprias organizações do movimento trotskista e ou de seus simpatizantes, pode-se esperar algumas restrições, como a não disponibilização de boletins internos mais recentes ou ainda de materiais que talvez constranjam a organização de uma forma ou de outra. Em geral, também não disponibilizam materiais mais "miúdos" e extensamente numerosos, tais como panfletos utilizados no dia a dia da atividade pública.

Existem também casos de acervos online (ou de seções específicas dos mesmos) onde os materiais não se encontram disponibilizados de forma seriada e sequencial, como no caso das várias seleções temáticas disponíveis no ETOL (em grande parte organizadas a partir de coletâneas publicadas pelo SWP dos EUA, principalmente da

série de boletins *Education for Socialists*). No mesmo sentido, durante muito tempo, as fontes mais usuais para a história do movimento trotskista do pós-guerra desde uma abordagem internacional eram compilações de documentos realizadas e publicadas por organizações interessadas em apresentar sua versão dessa história, como as coletâneas *Towards a Hsitory of the Forth International*, produzida pelo SWP dos EUA, ou a série *Trotskyism versus Revisionism*, produzida pela direção do Comitê Internacional da Quarta Internacional. Como não podia deixar de ser, os documentos escolhidos para integrar tais compilações refletiam diferentes narrativas históricas, donde o cuidado de não se restringir a esse tipo de material e fazer amplo uso dos boletins e periódicos originais.

Em suma, faz-se necessário cuidado com a forma como o material é apresentado, não podendo o historiador se deixar restringir por seleções que, muitas vezes, são baseadas em visões das organizações acerca de seu próprio passado e do movimento como um todo, sob pena de reproduzir a narrativa de seu objeto de estudo acerca dele próprio. É essencial nesses casos buscar complementar certas informações cruzando-se outras fontes e recorrendo a acervos variados.

Tipo de fontes utilizadas e estrutura da pesquisa

A partir da vasta gama de materiais à disposição a partir dos acervos anteriormente mencionados, se estruturou a pesquisa centralmente em torno dos *periódicos oficiais* dos vários organismos da Quarta – tanto seus órgãos internacionais, quanto suas seções nacionais – e de seus *boletins internos*, nos quais constam as discussões que precederam certas análises e posicionamentos que aparecem em tais periódicos, além de possuírem atas de reuniões e congressos/conferências. O mesmo procede para os agrupamentos internacionais surgidos a partir do racha de 1953 e das subsequentes fusões e rupturas ocorridas no seio do movimento ao longo das décadas seguintes.

Nesse sentido, a pesquisa se caracterizou por uma abordagem "vista de cima", centrada nos posicionamentos públicos dos organismos dirigentes e nos debates travados internamente em seu interior, ou através de tendências/frações oposicionistas. Sabe-se que essa abordagem é pouco usual atualmente entre estudos concernentes ao chamado "mundo do trabalho" e comumente tida como "tradicional", mas nem por isso

deixa de ser importante, desde que não seja realizada de forma excludente ante a abordagem mais comum hoje em dia, de uma história "vista de baixo".

Sem uma análise das ideias oficiais e dos debates travados nos organismos de liderança de uma organização, uma história acerca da mesma será tão incompleta quanto uma que seja exclusivamente centrada nos "militantes anônimos". Como já foi dito anteriormente, tais abordagens devem ser complementares e muitas vezes uma história "total" só será obtida a partir da junção de pesquisas parciais, que foque em dado aspecto.

Como a maior parte das fontes utilizadas foram publicadas em materiais periódicos, públicos ou não, utilizou-se um modelo de referência que localiza a fonte no periódico original e, para conferir maior precisão, se adicionou entre colchetes uma indicação da cidade onde eram publicados e do grupo responsável por sua publicação (exemplo: *Fourth International* [Nova York/SWP]). Tais indicações são especialmente importantes no caso das "revistas teóricas" de alcance internacional do movimento, uma vez que foi frequente o uso do nome *Fourth International* por diferentes grupos e organismos em diferentes momentos.

No caso específico deste nome, ele foi primeiro utilizado pelo SWP dos EUA, durante certo período em nome do Secretariado Internacional da Quarta Internacional e, depois de sua transferência para a Europa em 1946, enquanto revista do próprio partido, tendo mudado de nome para *International Socialist Review* em 1956 (*Fourth International* [Nova York/SWP]). Depois pelo Secretariado Internacional da Quarta Internacional localizado na Europa, entre 1958-64, sendo uma versão em inglês de sua revista principal, *Quatriéme Internationale* (mas também contendo alguns materiais originais), e tendo seu editor responsável e país de impressão sido alterado diversas vezes por questões de segurança (donde a ausência dessa indicação de local no modelo de referencia aqui utilizado – *Fourth International* [SI]). E ele também foi usado entre 1964-79 pela SLL / WPR da Inglaterra, em nome do Comitê Internacional da Quarta Internacional (*Fourth International* [Londres/CI]).

Cabe ressaltar que todas as citações de trechos de fontes cujo original encontrava-se em outra língua e aqui se encontram em português são traduções próprias. Visou-se com isso facilitar a leitura da presente dissertação por um público o mais abrangente possível, ainda que a maior parte das citações longas tenham sido mantidas em sua língua original por questões de tempo e praticidade.

Cabe ressaltar que não foi a intenção deste trabalho apresentar uma análise exaustiva da história do movimento trotskista no pós-guerra, mas sim centrar em alguns aspectos específicos, de grande importância para se compreender os rumos do mesmo. Por conta disso, e também devido ao longo recorte temporal no qual se estendem os aspectos escolhidos para se abordar em minúcia, foram deixados de lado certos debates avaliados como secundários no longo prazo, ainda que tenham tido importância no momento em que ocorreram. Não obstante, buscou-se ao menos menciona-los e indicar algumas referências a trabalhos que já os tenham abordado de forma mais ou menos satisfatória.

Conforme já indicado, aqueles aspectos que foram considerados essenciais para melhor compreender a crise do movimento que culminou em sua atual fragmentação, e que portanto receberam tratamento detalhado, foram especialmente a) o que se entendida pela Teoria da Revolução Permanente, b) a compreensão acerca do stalinismo enquanto corrente política e c) como ambos se articulavam em uma visão acerca da transição ao socialismo e seus atores políticos e sociais, ou seja, em termos de estratégia revolucionária. Aspectos esses tomados não enquanto ideias soltas no ar, mas em conjunto com os fenômenos da luta de classes que as influenciavam direta ou indiretamente.

Ademais, acredita-se que as fontes trabalhadas, ainda que não exaustivas – como já apontado, a pesquisa se concentrou na parte americana e europeia do movimento, quase não abordando fontes do trotskismo asiático e africano – são suficientes para cobrir a história do mesmo nos aspectos desejados. Tais fontes são em grande parte os materiais que, sendo aprovados ou discutidos nos órgãos dirigentes internacionais, deflagravam discussões nas seções nacionais – também tendo casos inversos – e cobrem assim o fundamental de tais aspectos que aqui se desejou abordar.

Obviamente essa representatividade do material escolhido para dar conta do problema levantado não exclui a necessidade de futuros estudos que deem conta de analisar em pormenor o impacto desses aspectos em cada grupo nacional – algo que, direta ou indiretamente, já vem sendo feito há algum tempo, uma vez que, conforme já mencionado, a maior parte dos estudos acadêmicos atuais concentram-se em grupos nacionais.

3. Da estrutura dos capítulos

Apesar de seguirem uma orientação cronológica, os capítulos do presente trabalho se pautam prioritariamente por abordar os momentos chave da longa crise que acabou por tornar o movimento trotskista internacional tão fragmentado e diferenciado teórica e programaticamente. Dessa forma, receberam maior atenção os períodos de discussões mais intensas, em geral vinculados a um processo revolucionário que então se encontrava em curso.

Antes da abordagem das fontes, todavia, tem lugar dois capítulos que assentam as bases para a discussão da história do movimento trotskista no pós-guerra. O Capítulo 1 consiste em um debate de caráter teórico-metodológico acerca da escrita da história dos partidos proletários, contendo uma polêmica com a escola atualmente predominante da Nova História Política, marcada pelo anti-comunismo, pelo culturalismo e por empreitadas de revisionismo historigoráfico. Já o Capítulo 2 consiste em uma sistematização (incluindo algumas problematizações pontuais) dos aspectos centrais do pensamento de Leon Trotski que constituíam o arcabouço teórico-analítico e programático "herdado" pela Quarta Internacional reorganizada após os duros anos de dispersão da Segunda Guerra Mundial, particularmente a Teoria da Revolução Permanente, sua caracterização da natureza social da URSS e da burocracia soviética / stalinismo.

Já no Capítulo 3 tem início a discussão dessa história, começando com uma abordagem dos momentos iniciais de dita crise, localizados na década de 1940 e começo dos anos 1950, ao longo das quais realizou-se uma série de reavaliações acerca de tal arcabouço, como forma de dar conta de fenômenos como a expansão soviética no Leste Europeu e a Revolução Iugoslava. Por sua vez, o Capítulo 4 aborda os conflitos que tiveram lugar no começo da década de 1950, na sequência dessas reavaliações e relativos às propostas práticas de novas estratégias e táticas a elas vinculadas – os quais foram pautados por acusações de "oportunismo" e "revisionismo" de um lado e de "sectarismo" e "dogmatismo" de outro e que culminaram uma cisão da Quarta Internacional em 1953.

A partir daí, o Capítulo 5 dá conta dos desenvolvimentos intermediários, vinculados às análises e posicionamentos adotados em relação às Revoluções Boliviana (1952) e Chinesa (1949). Enquanto o Capítulo 6 trata dos desenvolvimentos posteriores, vinculados à questão da "revolução colonial" – na qual se destacou as análises e

posicionamentos em relação à Guerra de Independência da Argélia (1954-62) – e à Revolução Cubana (1959). Sendo que esta última marcou um ponto de inflexão importante da referida crise do ponto de vista organizativo e teórico-analítico, tendo provocado uma reorganização das divisões político-organizativas existentes àquela altura, culminando em uma reunificação parcial do movimento trotskista internacional em 1963.

O recorte temporal aqui trabalhando, portanto, vai de 1944 a 1963, cobrindo um importante e determinante capítulo da história do movimento trotskista internacional, ao longo do qual se desenvolveram as bases da maior parte das releituras que hoje informam as diferentes organizações internacionais a reivindicarem o legado teórico-programático da Quarta Internacional e de Leon Trotski.

Após as Considerações Finais, pode-se encontrar um Apêndice contendo tanto "Breves notas sobre o pensamento de Ted Grant (*Militant* / IMT) e Tony Cliff (*International Socialism* / IST)", importantes figuras do movimento trotskista cujos rumos ao longo das décadas de 1950-60 não foram aqui abordados em profundidade; quanto um "Resumo dos rumos de alguns dos grupos aqui abordados", o qual dá conta de complementar (ainda que de forma bastante sintética) o estudo aqui realizado, ao tratar do desenvolvimento posterior de tais grupos ao longo das décadas de 1970-80. Por fim, cabe ressaltar que um fluxograma do movimento trotskista internacional e de sua crescente fragmentação pode ser encontrado no "Anexo", ajudando a melhor visualizar a mesma.

CAPÍTULO 1

PARTIDOS POLÍTICOS ENQUANTO OBJETOS DE ESTUDO: UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO

> [...] é a partir do modo de escrever a história de um partido que resulta o conceito que se tem sobre o que é um partido ou sobre o que ele deva ser.
>
> (Antonio Gramsci)

A presente dissertação, ao focar nas *ideias* de determinada corrente política e utilizar uma abordagem materialista, foge ao padrão hoje predominante entre os estudos acerca de partidos e organizações da classe trabalhadora, que priorizam ou os chamados trabalhadores "anônimos" e suas experiências de vida e / ou abordam as ideias políticas dos seus partidos e organizações de forma extremamente idealista. O capítulo que se segue visa discutir criticamente ditas abordagens, resgatando o histórico de sua ascensão enquanto paradigmas predominantes, seus problemas e suas limitações.

1. Introdução

Por volta do final do século XIX, alguns dos agrupamentos de tipo partidário que se reivindicavam portadores dos interesses da classe proletária (especialmente a social-democracia, de orientação marxista) angariaram considerável influência de massas em partes da Europa, tornando-se assim um fator inegável na vida política dos respectivos países onde atuavam. De forma concomitante com essa escalada, começou-se a produzir narrativas históricas que dessem conta de apresentar as origens, propostas, conquistas e lideranças dessas organizações.

Tais narrativas dividiam-se tanto entre aquelas que atendiam ao objetivo de introduzir tais organizações e suas tradições às novas gerações de militantes, quanto ao de melhor conhecer aquilo que se considerava como um adversário ou mesmo inimigo a ser combatido. O mesmo ocorreu com formações políticas proletárias mais abrangentes, como os sindicatos e organizações de tipo mutuário, que também viveram ao longo do século XIX uma forte expansão e fortalecimento e que em grande parte constituíram o terreno no qual vieram a florescer as organizações partidárias.

Assim surgiu aquilo que passou a ser chamado de *história do movimento operário*. Inicialmente, essa história das organizações políticas da classe proletária, fossem sindicatos ou agrupamentos de tipo partidário, foi por muito tempo desenvolvida predominantemente por militantes e por fora do meio universitário. Tal quadro só foi alterado significativamente a partir da segunda metade do século XX, quando vários fatores fizeram com que eles passassem a ter mais espaço dentro das universidades, levando, assim, tanto a "profissionalização" dessa história, quanto a uma profunda mudança em termos de métodos, de problemáticas e mesmo de objetos por ela abordados.

Em grande parte, tais alterações foram reflexo de diversas mudanças interconectadas ao nível da conjuntura política mundial, que afetaram não só os próprios partidos e organizações classistas, mas também os referenciais epistemológicos que informavam a atuação dos historiadores profissionais. Os dois grandes momentos de inflexão que afetaram tanto objeto quanto historiografia foram as décadas de 1950-60, profundamente marcadas por um espírito revolucionário anticapitalista, e as décadas de 1980-90, marcadas, por sua vez, pelo triunfo momentâneo da reação conservadora a esse espírito.

Assim, ao longo do século XX, o que era a história do movimento operário, quase que exclusivamente produzida pelos próprios militantes (à exceção das narrativas feitas por seus adversários declarados), adentrou cada vez mais o meio universitário, se expandiu através da produção de historiadores profissionais (que não necessariamente possuíam vínculos diretos com seu objeto de estudo) e se transformou consideravelmente. Nas décadas de 1960-70, esse processo culminou na criação daquilo que se convencionou chamar *História do Trabalho* – isto é, não apenas uma história do movimento operário e suas organizações formais, mas da classe trabalhadora como um todo, incluindo aí suas parcelas politicamente organizadas ou não.

Por sua vez, essa área de estudos renovada e profundamente transformada logo cedo enfrentou uma grande crise nas décadas seguintes, frente às derrotas e desarticulações sofridas pelos movimentos classistas, as quais colocaram em xeque a relevância destes enquanto objetos de estudos. E, por fim, se reergueu posteriormente sob diferentes propostas, já na virada do presente século, como por exemplo a de uma "História Global do Trabalho".

Ao mesmo tempo, no decorrer desse processo de transformação-crise-recuperação da história do movimento operário e da História do Trabalho, o estudo dos

partidos classistas do proletariado, antes um dos objetos centrais daquela área, foi sendo marginalizado e cada vez mais apropriado por outro nicho de estudos acadêmicos – o da chamada *Nova História Política*, surgida na França em meados da década de 1970, a partir de nomes como René Rémond, Jacques Julliard, Jean-François Sirinelli e Serge Berstein. Estes frequentemente apresentam uma posição hostil ao classismo proletário, ao marxismo e a projetos antisistêmicos em geral, realizando, através de seus estudos hoje bastante influentes, apologias abertas ou veladas da ordem capitalista.

Ao longo das próximas seções será apresentada tanto uma síntese desse percurso dos partidos políticos enquanto objeto historiográfico, analisando-se de forma mais detida a maneira predominante como os mesmos vem sendo estudados atualmente pelos adeptos da Nova História Política, quanto uma problematização, desde um ponto de vista marxista, do caráter apologético e dos pressupostos teóricos e metodológicos da mesma. Ao final, também serão elencados alguns apontamentos teórico-metodológicos alternativos.

2. Da história do movimento operário aos altos e baixos da História do Trabalho

2.1. As origens: produção militante e de frequente função legitimadora

Não foi fato fortuito que a escrita da história dos partidos do proletariado tenha sido iniciada e por longo tempo realizada predominantemente pelos seus próprios protagonistas. Conforme ressalta o historiador Georges Haupt, "nenhum movimento social experimenta uma tal ligação com sua própria história nem sente tanto a necessidade, e o imperativo mesmo de ligar o passado ao presente, quanto o movimento operário" – principalmente entre aqueles, como os marxistas, que consideram que o proletariado possui uma "missão história" a desempenhar, o que torna imperativo a existência de uma consciência acerca de seu passado[17].

Todavia, se por um lado as primeiras iniciativas de narrativas históricas acerca dos partidos da classe trabalhadora cumpriram importante papel pioneiro, ao abordar um objeto em grande parte negligenciado pela história "profissional" da época[18], por outro o

[17] HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5 n. 10, março/agosto de 1985 p. 213.
[18] Cf. HOBSBAWM, Eric. História operária e ideologia. In *Mundos do Trabalho. Novos Estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 16.

caráter extra-acadêmico e militante de tais narrativas imprimiram nelas uma série de características peculiares. E, não raro, estas peculiaridades assumiram uma forma prejudicial para o frequente objetivo de armar politicamente novas gerações de militantes.

Uma das características mais marcantes dessa historiografia, que se convencionou chamar de "tradicional", era seu caráter frequentemente *legitimador*. Conforme aponta Eric Hobsbawm, esta era marcada pela tendência dos autores a produzirem uma "história oficial", buscando legitimar a existência e o conjunto de posições de determinado partido ou organização de forma a aponta-lo como o verdadeiro representante das causas proletárias[19].

Ao realizar um balanço da historiografia brasileira, o historiador Cláudio Batalha também identifica uma primeira história a qual nomeia de "militante" e que ele aponta possuir uma função legitimadora, sendo por isso marcada por um "estilo hagiográfico", isto é, por um caráter laudatório semelhante à história dos santos escrita pela Igreja Católica[20]. Tais características das quais fala Batalha também podem ser facilmente encontradas na produção inicial europeia.

Para Hobsbawm, isso derivaria da dupla posição desses indivíduos, a um só tempo historiadores e militantes, os quais "situam-se num ponto de encontro entre os estudos acadêmicos e a política, entre compromissos de ordem prática e compreensão teórica, entre interpretar mundo e transformá-lo". Assim, estes frequentemente se veriam em uma encruzilhada, quando se tratava de relatar aspectos do passado das organizações com as quais se identificavam que poderiam ser de alguma forma danosos a imagem da mesma.[21] Se esse apontamento de Hobsbawm não deixa de conter verdades, ele, todavia, exala certo positivismo (a ideia da "contaminação" pelo engajamento), que se faz bastante presente na percepção dos fundadores da História do Trabalho em relação à "tradicional" história do movimento operário, conforme se verá adiante.

Nomeando de "utilitarista" a historiografia produzida quando se opta por esconder tais aspectos possivelmente negativos e relatar apenas aquilo que ajuda a enaltecer o grupo estudado, Haupt comenta:

---

[19] Cf. *Ibid*., p. 18.
[20] Cf. BATALHA, Claudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In CEZAR, M. F. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4a ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 147.
[21] Cf. HOBSBAWM, Eric. *Op. cit.*, p. 15. Mesma página para a citação.

> Fonte de legitimação, a história operária se transforma assim em instrumento da justificação, de autojustificação. Sua função essencial é ideológica: ela consiste em forjar a coesão, em demonstrar a continuidade, em perpetuar as lendas oficiais que servem de referência e que ocupam o lugar da explicação.[22]

Esse *modelo justificador* de narrativa histórica, indica Haupt, tomou conta das narrativas produzidas pelos partidos social-democratas da II Internacional, que estabeleciam um controle institucional sobre muitas das fontes da história operária e produziam, assim, uma narrativa "oficial" tanto da sua existência, quanto do movimento operário como um todo, uma vez que se julgava o representante legítimo deste. Tal narrativa excluía aspectos indesejados da história do partido, como derrotas, crises etc., favorecendo-se nessa empreitada do fato de que muitas vezes a documentação utilizada como fonte encontrava-se sob controle do próprio.[23]

Com o racha da II Internacional e a criação da Internacional Comunista, aponta Haupt, intensificou-se ainda mais o utilitarismo dessas histórias oficiais, que se tornaram instrumento de legitimação em uma batalha por hegemonia política. Quadro esse que se agravou com a emergência do stalinismo, com seu modelo de centralismo sem espaço para divergências internas e sua obsessão em controlar aquilo que se escreve sobre o passado.[24]

Ao se debruçar sobre a questão e, partindo de um ponto de vista hoje minoritário – de que a história operária não deve abandonar seu papel militante – Haupt critica, *justamente por isso*, tal caráter apologético da abordagem tradicional da história operária, pois este impediria um balanço sério dos acertos e erros do passado. Apontando como uma referência de como se fazer uma boa história operária o social-democrata alemão e conhecido biógrafo de Marx, Franz Mehring, tal historiador afirma que "Ele concebe ao mesmo tempo o objeto da história e sua utilização como uma reflexão crítica sobre a práxis que é o passado"[25].

Assim, para Haupt o modo de se fazer história operária deveria ser "engajado e crítico porque se quer militante e não piedoso exercício de hagiografia destinado a perpetuar as convenções admitidas"[26]. Portanto, o compromisso com a verdade ("interpretar o mundo") se torna ainda mais forte uma vez que se adota uma perspectiva militante ("transforma-lo") que seja coerente. Pois, mais do que um compromisso ético,

---

[22] HAUPT, Georges. *Op. cit.*, p. 215.
[23] Cf. *Ibid*., p. 217-219.
[24] Cf. *Ibid*., p. 217-219.
[25] HAUPT, Georges. *Op. cit.*, p. 217.
[26] *Ibid*., ibid.

existe a necessidade prática de não falsificar o passado caso se deseje contribuir para futuras vitórias da classe proletária, incluindo aí balanços necessários dos erros e derrotas para que sejam evitados no futuro. Aprofundando suas considerações acerca do tema, ele afirma que

> uma constante atravessa o movimento operário. O conhecimento ou desconhecimento de seu passado real é um fator importante de seu próprio desenvolvimento. O passado, soma das experiências vividas, não se assimila automaticamente, nem tampouco fica fixado espontaneamente na memória coletiva.[27]
>
> A história do movimento operário transfigurada, reduzida ao papel de auxiliar da ideologia, confunde mais do que esclarece, atrapalha mais do que presta serviço. Porque assim se encontram dissimuladas a substância do movimento histórico e a possibilidade de seu conhecimento e pois de seu controle [...].[28]

Outra característica que marcava fortemente a história "tradicional" era seu *caráter institucional* – não de todo separado das suas tendências apologéticas. Tal historiografia igualava a história da classe trabalhadora à de seu movimento político e este a seus partidos/organizações em particular. Frequentemente, também igualava os círculos dirigentes desses partidos e organizações ao grupo como um todo, elevando ainda mais o grau de reducionismo, ao negligenciar não só os trabalhadores não organizados politicamente e grupos rivais, como as próprias bases do partido ou organização, suas divergências internas, dissidências etc.[29]

A essas duas características que marcaram profundamente as primeiras narrativas acerca das organizações políticas proletárias, sua função justificadora e seu foco institucional, ainda se pode acrescentar algumas outras, em grande parte delas derivadas. Sílvia Peterson, por exemplo, chama atenção para a persistência de um caráter polêmico em seu estilo de escrita, o foco no registro de "feitos heroicos" e a negligência do contexto econômico-social no qual se situavam as organizações estudadas[30].

2.2. A passagem a uma história "vista de baixo"

---

[27] *Ibid*., p. 224.
[28] *Ibid*., p. 226.
[29] Cf. *Ibid*., p. 210 e HOBSBAWM, Eric. *Op. cit.*, p. 17.
[30] Cf. PETERSON, Sílvia Regina F. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 8, dezembro de 1997, p. 68.

Tal quadro só veio a se alterar consideravelmente por volta das décadas de 1960-70, fruto tanto de mudanças no meio acadêmico – via emergência da História Social – quanto na arena política – via emergência da chamada *New Left* e da disseminação de um espírito contestador frente às organizações que até então detinham influência de massas. Espírito esse que fez com que muitos não mais vissem as formas partido e sindicato (igualadas a engessamento e burocratismo) como centrais para a mobilização política.

Conforme aponta Hobsbawm, por si só, a paulatina "profissionalização" da história do movimento operário já implicou diversas mudanças na forma como era escrita, uma vez que a produção a partir da universidade demanda a adoção de uma série de rigores metodológicos antes ausentes na historiografia "tradicional", tais como a utilização de uma bibliografia mais vasta, a submissão à crítica dos pares e maiores cuidados no trato dispensado ao uso das fontes[31]. Mas não se pode perder de visita que a produção de historiadores "profissionais" também é permeada por uma série de peculiaridades de efeitos negativos e que o estatuto de produção universitária não é nenhuma garantia de qualidade superior, conforme se verá em relação à Nova História Política.

A esse maior rigor metodológico do qual fala Hobsbawm, também se somaram mudanças de caráter teórico – as quais certamente foram muito mais relevantes para as mudanças que ocorreram nessa área de estudos. Tais mudanças foram inicialmente realizadas especialmente por historiadores originalmente associados ao Partido Comunista Inglês, via o *Communist Party Historians Group* – dentre os quais se destacaram nomes como o do próprio Hobsbawm e também de Edward Thompson. Influenciados pelos novos ventos políticos, estes historiadores militantes propagaram a perspectiva de uma história *vista de baixo* – isto é, que não tivesse como foco a parcela organizada e militante dos trabalhadores, suas instituições formais e suas lideranças, mas, ao invés, o trabalhador "anônimo", aquele frequentemente não sindicalizado e distante do movimento operário, visando compreender suas condições de vida, as relações de trabalho nas quais se insere e mesmo seu "cotidiano".[32]

Essa sua perspectiva fluía em parte do fato de serem movidos por uma compreensão mais sofisticada do marxismo, resgatando a capacidade de se analisar

---

[31] Cf. HOBSBAWM, Eric. *Op. cit.*, p. 20.
[32] Cf. *Ibid.*, p. 20-21 e ARAÚJO, Maria Paulo Nascimento. Por uma história da esquerda brasileira. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 334-339.

componentes da realidade ligados ao *âmbito subjetivo* – tais como a consciência, a cultura e a experiência. Perspectiva, portanto, muito distinta do economicismo dos manuais stalinistas, que reduziam o marxismo a uma vulgata superficial e teleológica, na qual a "base econômica" determinava mecanicamente a "superestrutura", deixando pouco espaço para a agência dos indivíduos.

Suas contribuições, materializadas em obras como *The making of the English working* class (Thompson, 1963) e *Labouring Men: studies in the history of labour* (Hobsbawm, 1964), marcaram profundamente a chamada "História Social", que se consolidou a partir de então enquanto perspectiva teórico-metodológica, não obstante o termo contemplar uma gama de abordagens variadas[33].

Deve-se salientar ainda como outra característica importante dessa nova historiografia do movimento operário baseada na Historia Social e na perspectiva de uma "história vista de baixo" o apreço pela *interdisciplinaridade*, através do diálogo com outros campos das ciências sociais. Diálogo esse que permitiu a adoção de uma série de novas abordagens, incorporadas, como indica Marcel Van der Linden, pelo intercâmbio com subdisciplinas tais como a história das mulheres, a história cultural, a história das mentalidades e a história urbana, além da adoção de *insights* advindos da sociologia e da antropologia[34].

Nas últimas décadas, não foram poucos os historiadores do movimento operário que escreveram sobre tais mudanças na forma de se narrar a história desse objeto. Realizando um balanço semelhante ao de Hobsbawm, Batalha afirma que "A história operária deixou de ser unicamente a história do movimento operário organizado": a partir desse momento, entraram em cena "as condições de existência diária, o cotidiano operário", surgindo novos temas de estudos ou ganhando maior importância determinados temas que antes eram tratados de maneira secundária[35].

Por sua vez, Leon Fink afirma que "os Novos Historiadores do Trabalho inseriram no núcleo temático mais político-institucional dos seus predecessores um interesse mais amplo e mais humanístico no povo trabalhador, em suas comunidades e sua cultura (e por fim 'identidades')"[36]. E, segundo Van der Linden, essa nova história

---

[33] Cf. HOBSBAWM, Eric. Da História Social à História da Sociedade. In *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 83-84.
[34] Cf. LINDEN, Marcel Van der. Editorial. *International Review of Social History*, vol. 38/supplement S1, abril de 1993, p. 1.
[35] BATALHA, Claudio H. M. *Op. cit.*, p. 153.
[36] FINK, Leon. A grande fuga: como um campo sobreviveu a tempos difíceis. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 64, 2012, p. 16.

ainda foi marcada pela incorporação de novos temas, tais como "relações de gênero, etnia, raça e idade [...] estruturas domésticas, sexualidade e políticas informais"[37]. Com essas mudanças de perspectivas, ressalta por sua vez Batalha, também novas fontes passaram a figurar nesses estudos, somando-se as já tradicionais, tais como a imprensa operária e as fontes impressas em geral (panfletos, cartas etc.), os mais variados tipos de fontes orais (entrevistas, discursos) e ainda documentação judicial e policial[38].

Operou-se, assim, um corte significativo na história do movimento operário, que se "profissionalizou" e se tornou história não mais exclusivamente da parcela organizada do proletariado, mas uma história da classe em suas diversas facetas – passando a ser frequentemente nomeada, a partir de então, de *História do Trabalho*, ou *Nova História do Trabalho*, como forma de marcar sua diferença em relação às origens desse campo de estudos.

Com o tempo, as obras produzidas por historiadores profissionais, em muitos casos dotadas de maior rigor metodológico e, principalmente, de maior sofisticação analítica (no caso daquelas identificadas com as perspectivas da História Social), passaram a suplantar em número e visibilidade a produção de caráter apologético realizada por militantes e assumida pelas suas respectivas organizações como uma história "oficial". Ainda que a presença de militantes entre esses historiadores "profissionais" não seja pequena, os fatores supracitadas, além de uma certa independência dos historiadores militantes em relação a suas respectivas organizações, levou muitas vezes a uma produção mais plural e mais sofisticada do que a anterior às décadas de 1960-70.

2.3. A crise da História do Trabalho nos anos 1980-90

Não obstante as enormes possibilidades abertas pelas novas perspectivas que ganharam forma ao longo das décadas de 1960-70 e do verdadeiro *boom* de pesquisas então desenvolvidas a partir delas, essa nova História do Trabalho mal havia se consolidado enquanto área especializada dentro do ambiente universitário quando enfrentou uma grande crise.

Nas últimas décadas do século XX, a conjuntura política mundial foi fortemente marcada por uma ofensiva conservadora, que afetou tanto o objeto (movimento e classe

---

[37] LINDEN, Marcel Van der. História do Trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, n. 1, janeiro-junho de 2009, [s.p.].
[38] BATALHA, Claudio H. M. *Op. cit.*, p. 153.

operária) quanto sua historiografia. Nas palavras de Hobsbawm, "A história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise"[39].

Para os movimentos dos trabalhadores, essa instabilidade e crise se expressou em derrotas icônicas e fragorosas, tais como o violento aborto da experiência chilena e sua almejada "terceira via" ao socialismo e o ascenso ao governo dos EUA e da Inglaterra de agendas ultra conservadoras, expressas pelas gestões de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, as quais impuseram graves derrotas ao movimento sindical em seus respectivos países e aplicaram uma série de ataques aos direitos da classe trabalhadora. Ao fim da década de 1980, esse giro internacional à direita culminou na vitória das contrarrevoluções que restauraram o capitalismo na URSS, Leste Europeu e Alemanha Oriental e que produziu uma potente onda de pessimismo e resignação no movimento operário.

Todos esses fatores somados auxiliaram a desarticular as resistências proletárias aos ataques que vinham sendo sistematicamente desferidos há uma década contra seus direitos, padrões de vida e organizações politicas, coroando assim a vitória da reação conservadora, que à época da década de 1990 alguns erroneamente enxergaram / comemoraram como definitiva.

Cenário que em parte só se tornou possível, segundo a avaliação da historiadora Virginia Fontes, pela incapacidade dos movimentos antissistêmicos que surgiram a partir dos anos 1960-70 de se articularem a nível internacional ou mesmo nacional (tendo em vista, nesse âmbito, a fragmentação das "novas" pautas contra formas de opressões extra econômicas). Paralelamente, as classes dominantes cada vez mais encontraram meios de faze-lo, assegurando assim sua perpetuação no topo da hierarquia social através de pesados investimentos na construção de sua hegemonia.[40]

A essa conjuntura, que colocou em xeque a relevância dos movimentos e organizações proletárias[41], somaram-se ainda teses sobre a suposta desindustrialização do capitalismo, as quais levaram muitos a questionarem a própria validade da classe trabalhadora como um fator social ainda relevante, fazendo com que a Nova História do

---

[39] HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 393.

[40] Cf. FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010, p. 176-191.

[41] Nas palavras de Fink, "A despeito de seus muitos dramas internos e personagens cheios de vida, o movimento operário organizado, não mais uma ameaça à ordem social, atraía um público cada vez mais reduzido (dentro e fora da academia) para as suas lutas defensivas". FINK, Leon. *Op. cit.*, p. 16.

Trabalho enfrentasse, na avaliação de Batalha, uma verdadeira "crise de identidade" [42]. Assim, uma área que então já se encontrava bastante fragmentada pela expansão de seus objetos de interesse, se viu gravemente afetada pelo descrédito daquele que seria o ponto de unidade entre esses diferentes novos objetos enfocados. Na síntese precisa de Van der Linden:

> First, the worldwide political constellation has undergone a metamorphosis that has caused the evanescence of the spirit of the 1960s, the collapse of "socialism" in the Soviet Union and Eastern Europe, and the crisis of many working-class parties elsewhere. Second, the advanced countries have experienced a long-term shift in relevant standards and values. Work has been objectively displaced from its status as a central and self-evident fact of life and is consequently also forfeiting its subjective role as the central motivating force in the activity of workers.[43]

2.4. A recuperação da História do Trabalho e o abandono dos estudos sobre partidos

Foi com muito esforço que essa área de estudos sobreviveu à crise das décadas de 1970-80. Com o novo século, mudanças na correlação de forças políticas mundiais (expressas, por exemplo, no movimento anti-globalização, no ascenso de lutas populares na América Latina etc.), novas propostas de atualização e expansão da área, bem como uma relativização das ideias de "fim do operariado" ou "fim da industrialização", contribuíram para seu retorno e uma progressiva consolidação da mesma.

Para Fink, o principal fator que permitiu a recuperação da História do Trabalho após essa crise foi a "partida às fronteiras", isto é, a exploração de métodos e objetos novos ou até então pouco abordados. Dessa forma, buscou-se, dentre outras mudanças, trabalhar com um horizonte geográfico transnacional; abordar formas de trabalho que fugiam ao que se considerava padrão, tal como o trabalho feminino doméstico e outras formas diversas de mão de obra não assalariada; abordar trabalho assalariado e escravo de forma não dicotômica, atendando para as interações e interseções entre ambos ao longo da história; e estudar a realidade mais ampla em que se inserem os trabalhadores, repensando as relações entre estrutura e agência.[44]

---

[42] Cf. BATALHA, Claudio H. M. *Op. cit.*, p. 153-1954.
[43] LINDEN, Marcel Van der. *Editorial…op. cit.*, p. 1.
[44] Cf. FINK, Leon. *Op. cit.*, p. 17-20.

Indo por caminho semelhante, Van der Linden propôs a transformação da Nova História do Trabalho em uma *História Global do Trabalho*. Isso significaria superar alguns problemas que ainda se faziam presentes na renovação pela qual o campo passou nas décadas de 1960-70. Tais problemas seriam, principalmente o que este nomeia de "nacionalismo metodológico", um procedimento que "funde sociedade e Estado e, consequentemente, considera os diferentes estados nacionais como espécies de 'mônadas leibnizianas' para a pesquisa histórica"[45]. Característica a qual ainda se somaria um "eurocentrismo", que toma por parâmetro de desenvolvimento as sociedades do Atlântico Norte, construindo hierarquias entre sociedades "avançadas" e "atrasadas", como se as últimas refletissem estágios mais primitivos das primeiras e estivessem fadadas a repetir seus rumos[46].

Como alternativa a essas reminiscências da "Velha História do Trabalho" em meio às contribuições da "Nova", Van der Linden defende uma "História Global" focada em temas transnacionais/transcontinentais. Propõe ainda que, sem que se estabeleçam limites temporais, se englobe formas diversas de trabalho para além do assalariado, como trabalho não-livre e não-remunerado; organizações não formais da classe; e ainda o "outro lado" das relações de trabalho (empregadores, autoridades públicas) e seus "complementos" (família)[47].

Advogando um caminho semelhante, Batalha, ao defender a importância de se realizar estudos comparados como forma de "distinguir os traços gerais dos específicos no estudo de um dado fenômeno", reivindica a realização de uma história transnacional, bem como outros métodos comparativos. Métodos esses como o que chama de "história cruzada", destinada a estudar fenômenos semelhantes ocorridos em contextos distintos, e de "história de transferência", destinada ao estudo de fenômenos culturais que se deslocam geograficamente.[48]

Dessa forma, abraçando novos horizontes, aprofundando a renovação metodológica iniciada nas décadas de 1960-70 e revendo certos pressupostos que punham em xeque a relevância contemporânea da classe trabalhadora, a História do Trabalho sobreviveu à crise na qual entrara ao fim do século XX e tem galgado progressivo reconhecimento.

---

[45] LINDEN, Marcel Van der. *História do Trabalho..., cit.*, p. 6.
[46] *Ibid*.
[47] Cf. *Id*., p. 9-10.
[48] Cf. BATALHA, Claudio H. M. Os Desafios Atuais da História do Trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, jan./dez. 2006, p. 96-98.

Atestado disso, por exemplo, é a vitalidade no Brasil do GT Mundos do Trabalho da ANPUH (Associação Nacional de História), o qual tem promovido um periódico homônimo que já dura cerca de seis anos, além de se fazer presente nos encontros nacionais e diversos encontros regionais da Associação, não raro com mais de um Simpósio Temático. Da mesma forma, internacionalmente são numerosos os periódicos, grupos e institutos de pesquisa associados à perspectiva da História do Trabalho – incluindo iniciativas que buscam concretizar a ideia de uma História Global conforme proposta por Van der Linden e outros.

Todavia, no que tange o estudo especializado dos partidos políticos do proletariado, o quadro está longe de ser positivo. Apesar dos muitos avisos proferidos por historiadores simpáticos às mudanças pelas quais passou a história do movimento operário, sobre não descartar aquilo que se passou a considerar como objetos "tradicionais" (os partidos e demais organizações similares), estes em grande parte o foram diante do novo foco no trabalhador "comum", seu cotidiano e a dimensão subjetiva do mesmo. Conforme avalia a Peterson, "No caso do movimento operário, a crítica à história institucional foi acompanhada de um abandono injustificado do tema, que praticamente desapareceu"[49].

Para se fazer um paralelo direto com a situação da História do Trabalho no Brasil, pode-se apontar como sintoma desse desaparecimento dos objetos "tradicionais" o sumiço do GT História dos Partidos e Movimentos de Esquerda da ANPUH, que havia se originado na Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) em meados da década de 1980. Já o GT da ANPUH Nacional que hoje se dedica ao estudos dos partidos é focado exclusivamente naqueles identificados como pertencentes à direita, ao passo que na Anpocs existe hoje um GT de caráter muito mais abrangente, dedicado a "Partidos e sistemas partidários" e cujo foco é sobretudo o universo parlamentar e eleitoral.

Portanto, de objetos antes estudados sobretudo pelos seus próprios militantes e simpatizantes, tanto fora como dentro das universidades, ao longo do processo de renovação, crise e resgate-expansão que transformou a história do movimento operário em História do Trabalho, os partidos políticos passaram a receber maior atenção por parte de historiadores profissionais e posteriormente foram paulatinamente secundarizados e escamoteados para fora dessa área de estudos. Assim, os estudos dos partidos da classe trabalhadora e demais organizações identificadas como de esquerda

[49] PETERSON, Sílvia. *Op. cit.*, p. 76.

foram em grande parte desassociados dos estudos acerca do chamando "mundo do trabalho", o que implica sérios limites frente às possibilidades que se apresentariam caso estivessem sendo abordados pelos institutos e grupos de pesquisa dedicados a História do Trabalho e identificados com os parâmetros da História Social.

Não que tenham cessado de existir estudos acerca de partidos proletários que sejam realizados por historiadores baseados em pressupostos materialistas e dialéticos, e mesmo identificados com perspectivas antissistêmicas. Esses ainda existem e, não raro, apresentam grande qualidade. Exemplo disso no cenário brasileiro são alguns dos dossiês dedicados a tais objetos publicados pelos *Cadernos AEL* entre 1995 e 2005, aquele publicado pela *Revista História e Luta de Classes* em 2008, dois dos volumes da coletânea *História do Marxismo no Brasil*, publicada pela editora da Unicamp entre 1991 e 2007, além, é claro, de certo número considerável de monografias, dissertações, teses e artigos dedicadas a história de diferentes grupos – número que parece estar crescendo bastante ultimamente.

E também não cessaram de existir espaços institucionais para a realização de pesquisas desse tipo, ainda que reduzidos e relativamente isolados, conforme atesta a existência do Grupo de História dos Partidos e Movimentos Organizações de Esquerda da Bahia (associado à Universidade Federal da Bahia) e do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU – associado a Universidade Estadual de Feira de Santana).

Analisando tais pesquisas, inclusive, pode-se identificar uma mudança do foco da historia dos partidos de esquerda brasileiros, dos predominantes estudos acerca da longeva trajetória do PCB, para análises da trajetória do Partido dos Trabalhadores – boa parte das quais se articulam às temáticas das transformações pelas quais tal partido passou desde sua fundação e do governo que vem exercendo através da presidência. Não raro, a tais análises somam-se ainda estudos sobre a Central Única dos Trabalhadores e, em menor medida, a União Nacional dos Estudantes, particularmente a partir de sua refundação de 1979.

Exemplos dessa leva são as teses de Eurelino Coelho, *Uma esquerda para o capital* (UFF, 2005) e de Cyro Garcia *PT: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem* (UFF, 2008), além de materiais produzidos fora das universidades, como a obra de Valério Arcary, *Um reformismo quase sem reformas, uma crítica marxista do governo Lula* (2011).

Todavia, é raro encontrar artigos focados em tal objeto em publicações mais diretamente vinculadas à História do Trabalho – e reflexões *metodológicas* acerca de como estuda-los são quase inexistentes atualmente, mesmo entre os que resistem e continuam a escrever sua história. Em termos de estudos especializados e sistemáticos, estes são atualmente um objeto quase que exclusivo da Nova História Política, cujos estudos, representando o reverso dos primórdios da história dos partidos e organizações de esquerda, não raro professam uma hostilidade mais ou menos aberta a seu objeto e frequentemente desassociam-no da realidade na qual estão inseridos, sendo marcados por uma abordagem subjetivista que pouco contribui para se conhecer as propostas políticas e a atuação prática dos partidos.

Assim, se por um lado é positivo que estudos de partidos e movimentos de esquerda venham atravessando um renascimento recente, se comparado ao cenário da virada do século, por outro deve-se ressaltar, conforme observou o historiador Carlos Zacarias de Sena Júnior, que "nem todas as abordagens metodológicas são possíveis quando se pretende lidar com um tema de características essencialmente políticas e sociais como um partido"[50]. Assim, para que se possa separar o joio do trigo, cabe uma análise crítica dos fundamentos hoje hegemônicos por detrás de muitos dos trabalhos realizados.

3. A ofensiva neoliberal e os estudos de partidos sob a Nova História Política

Para que se possa compreender devidamente os pressupostos da Nova História Política e a forma como seus adeptos tem escrito a história de partidos do proletariado, é necessário que se tenha em mente que a ofensiva neoliberal do fim do século XX não atingiu apenas a História do Trabalho, mas produziu um pensamento hegemônico sobre os estudos históricos e sociais, estando na base de muitos dos paradigmas que passaram então a predominar.

3.1. O *culturalismo* e o *anticomunismo* da Nova História Política

[50] SENA JÚNIOR, Carlos Z. F. de. Mito, memória e história: a historiografia anticomunista no Brasil e no mundo. In MELO, Demian (org.). *A Miséria da Historiografia. Uma crítica ao revisionismo contemporâneo.* Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 120.

Do ponto de vista teórico, o principal fruto da ofensiva conservadora, que cresceu a partir de meados da década de 1970 e angariou enorme força nos anos '80, foi o chamado paradigma *pós-moderno*, o qual adquiriu grande popularidade por certo tempo[51]. Conforme argumenta o historiador Marcelo Badaró Mattos, ao tratar da produção historiográfica brasileira atual, pode-se afirmar que a maneira pela qual tal paradigma se enraizou na área de História foi através da elevação da esfera *cultural* à instância de um *fator determinante* da vida humana, frequentemente visto como dotado de autonomia total em relação às demais esferas. Perspectiva que tem sido criticamente nomeada de *culturalismo.*[52]

Apesar da "marca de nascença" pós-moderna da mesma, é importante ressaltar, como faz o politólogo Álvaro Bianchi, que as correntes de pensamento culturalistas não são exatamente pós-modernas, pois não negam a possibilidade de se produzir metanarrativas históricas – isto é, ir além da mera descrição empírica. Sua especificidade, em termos do debate acerca da cognoscibilidade do real, reside no fato de considerarem "que existe no mundo da cultura um permanente conflito entre diferentes narrativas e que só é possível uma compreensão adequada do real quando essas diferentes narrativas são reveladas"[53] – o que frequentemente leva seus adeptos a uma postura *relativista*.

Conforme analisa a historiadora Emília Viotti da Costa, o crescimento dessa perspectiva culturalista pode ser compreendido ainda como fruto da reação a certo marxismo vulgar, que reduzia os fenômenos subjetivos a meros reflexos mecânicos das relações sociais de produção. Essa reação, entretanto, ao invés corrigir tal reducionismo determinista a partir de uma abordagem mais sofisticada da esfera subjetiva, acabou por simplesmente inverter os polos, descambando para um "total subjetivismo" de matriz idealista[54].

No campo da História do Trabalho, isso levou a que os historiadores não só dessem mais importância à esfera do político que à do econômico, mas que vissem a

---

[51] Acerca do mesmo, conferir WOOD, Ellen Meiksins. What is the "Postmodern" Agenda? In: _____ e FOSTER, John Bellamy. *In Defense of History. Marxism and the Postmodern Agenda.* New York: Monthly Review Press, 1997, p. 1-16.

[52] Cf. MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de. *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo.* Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 70.

[53] BIANCHI, Álvaro. A parábola do pós-modernismo. *Blog Convergência*, 10 de dezembro de 2014. Disponível em http://tinyurl.com/mecr9qw. Acessado em 07 de janeiro de 2015.

[54] COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História. Brasil: 1954-1964*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.14, n. 27, 1994, p. 9-26.

mesma a partir de uma perspectiva subjetivista[55]. Conforme avalia tal historiadora, estabeleceu-se, assim, uma falsa dicotomia entre *estrutura* e *experiência*, quando o caminho a se seguir teria sido buscar uma síntese entre ambos[56].

Uma das marcas maiores dessa abordagem subjetivista da esfera do político é o uso por parte de seus adeptos da problemática noção de *cultura política*. Conforme ressalta o historiador Ronald Formisano em um extenso levantamento feito acerca do uso do termo entre historiadores e politólogos norte-americanos entre 1960-2000, a mesma é desprovida de conteúdo claro, sendo frequentemente utilizada como um conceito curinga para explicar aquilo que fatores mais precisos não dão conta. Ademais, as problematizações realizadas no âmbito da Ciência Política, através das quais se discutiu intensamente se essa noção seria ou não um fator determinante da ação individual, foram em geral ignoradas pelos historiadores que dela fazem farto uso.[57]

Não obstante essa falta de precisão quase que proposital, o historiador Ciro Flamarion Cardoso ressalta que os historiadores que fazem uso da noção de "cultura política" em geral a tomam como condicionante principal dos atos e comportamentos individuais. Para muitos deles, ela se expressaria através de "sistemas de representações", os quais que seriam dotados de uma autonomia quase total em relação a outros fatores constituintes da realidade social – e que são muitas vezes a eles contrapostos de maneira simplistamente dualista.[58]

Assim, conforme ressalta Mattos, os adeptos dessa noção negam a existência de interesses objetivos e de classes sociais, preferindo antes se pautarem por "discursos", "imaginários", "ritos" etc. que constituiriam, no máximo, grupos difusos de indivíduos[59]. E, segundo a crítica das historiadoras Sônia Mendonça e Virginia Fontes, os mesmos ainda secundarizam o papel do Estado e dos grupos dominantes na construção e perpetuação de mecanismos de poder e dominação, em prol de um foco de

---

[55] Cf. Id., *Estruturas Versus Experiência..., op. cit.*, p. 6.
[56] Cf. *Id*., p. 10. Cabe mencionar o artigo de Sena Junior que, dialogando com esta proposta de Viotti, demonstra que no seio da tradição marxista nunca deixaram de existir diversas abordagens sofisticadas do âmbito subjetivo, a despeito da maior visibilidade e o caráter quase "oficial" adquirido pela vulgata stalinista. Cf. SENA JUNIOR, Carlos Zacarias F. de. A dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, 2004, p. 39-72. Resgate semelhante de um marxismo capaz de abordar de maneira sofisticada o âmbito subjetivo, em especial a noção de cultura, pode ser encontrado em MATTOS, Marcelo Badaró. *Op. cit.*, p. 79-82.
[57] Cf. FORMISANO, Ronald. The Concept of Political Culture.*The Journal of Interdisciplinary History*, v. 31, n. 3, Winter 2001, p. 393-436.
[58] Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In _____ & VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 52.
[59] Cf. MATTOS, Marcelo Badaró. *Op. cit.*, p. 85.

matriz foucaultiana nos "micropoderes" – visando, com isso, "evitarem considerações clássicas sobre o poder e quem o exerce ou, em outras palavras, quem obtém o que, por que e como"[60].

Ademais, Mattos também chama atenção para o fato de seu uso ser constantemente marcado por uma dimensão unificadora e por uma secundarização de conflitos – seja no caso de abordagens essencialistas, que tomam "nação" e "povo" como entidades unitárias cuja "cultura política" constituiria seu *ethos* (como em René Remond), seja no caso de abordagens mais plurais, que falam em uma multiplicidade de "culturas políticas" (como em Jean-François Sirinelli e Serge Berstein)[61].

A mudança paradigmática que permitiu que esse tipo de abordagem subjetivista galgasse peso cada vez maior também foi acompanhada por uma grande hostilidade no meio acadêmico a projetos antissistêmicos e à própria ideia de ruptura revolucionária – o que indica que, mais do que uma "moda acadêmica", a perspectiva culturalista é parte integrante de projetos cujo fim último é a manutenção do *status quo* social, tendo se consolidado justamente em uma conjuntura política que foi altamente favorável aos mesmos. Essa ligação chega a ser explícita no caso de tentativas de construção de um consenso conservador a partir do financiamento e promoção, por parte de fundações privadas, de ideias como as de "fim da história" (Francis Fukuyama) e, posteriormente, de "choque de civilizações" (Samuel Huntington), cujo fim último era sustentar que contradições de ordem econômico-social não mais seriam capazes de mover a História e, portanto, deveriam ser descartadas enquanto fatores explicativos[62].

Tais ideias se condensam naquilo que Enzo Traverso chamou de "anticomunismo elevado ao status de um paradigma histórico"[63] – fator que constitui um importante ponto de unidade, explícito ou não, entre aqueles identificados com perspectivas culturalistas, sendo visível na forma mais ou menos hostil como muitos destes abordam a história dos partidos e organizações do proletariado. Esse paradigma *anticomunista* se baseia em apologias mais ou menos veladas à ordem democrático-burguesa e em uma condenação a projetos alternativos a ela, transmitindo a mensagem de que rupturas antissistêmicas são perigosas – pois supostamente estaria demonstrado

---

[60] Cf. MENDONÇA, Sônia Regina de & FONTES, Virgínia. História e teoria política. In CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.*, p. 56-60. Citação na p. 60.
[61] Cf. MATTOS, Marcelo Badaró. *Op. cit.*, p. 84-86.
[62] Cf. FONTANA, Josep. *História depois do fim da História.* Bauru: EDUSC, 1998, p 17-22.
[63] TRAVERSO, Enzo. The New Anti-Communism: Rereading the Twentieth Century. In: HAYNES, M.; WOLFREYS, J (eds.). *History and Revolution – Refuting Revisionism*. Londres, Nova York: Verso, 2009, p. 139.

pela História que elas inevitavelmente levam a "totalitarismos" que massacram os indivíduos e sua liberdade em prol de uma ideia considerada maior.

Para sustentar essas ideias, diversos historiadores tem se dedicado desde meados da década de 1970 a empreitadas *revisionistas* através das quais realizam releituras apologéticas de diferentes temas, principalmente a história das Revoluções Francesa e Russa, as quais – a despeito de serem veementemente condenadas por especialistas – alcançam grande popularidade e visibilidade no meio acadêmico[64]. Na síntese precisa do historiador Josep Fontana, "em termos gerais, o objetivo essencial [do revisionismo liberal] era negar a revolução em si como fenômeno com consequências de transformação social [...] e apresenta-la como a origem de todas as aberrações políticas do século XX, especialmente da revolução soviética e do triunfo do bolchevismo"[65].

Todas essas características – culturalismo, anticomunismo, revisionismo – podem ser facilmente detectadas nos pressupostos básicos que compõem a Nova História Política, e é baseado nesse arcabouço que hoje tem se realizado a maior parte dos estudos acerca de partidos políticos. Portanto, pode-se ver que a "profissionalização" das narrativas históricas, diferentemente do que argumentam alguns pioneiros da História do Trabalho, ao se contraporem à "tradicional" história do movimento operário, não é nenhuma salvaguarda contra características prejudiciais à produção de conhecimento, a qual é sempre perpassada (explicita ou implicitamente) por disputas de hegemonia em torno de projetos políticos.

3.2. A Nova História Política e os partidos como objetos de estudo

Para se demonstrar a presença dos elementos supracitados na produção da Nova História Política, pode-se recorrer à conhecida coletânea organizada por René Remond, *Por uma história política* – a qual é tida quase como um manifesto dessa "escola" histórica. Para os estudos acerca de partidos políticos é de particular interesse o texto do historiador Serge Berstein nela contido, destinado a debater como se deve aborda-los do ponto de vista teórico-metodológico[66] – o tipo de reflexão que, como já se ressaltou, é bastante escassa atualmente. E tal texto não é mero exemplo casual. Apontado por

---

[64] Acerca do assunto, ver MELO, Demian de. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. In: _____ (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 17-49.
[65] FONTANA, Josep. As guerras da história. In: *A história dos homens*. Bauru: Edusc, 2004, p. 358.
[66] BERSTEIN, Serge. Os partidos. In REMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 57-98.

Mattos como um dos principais referenciais teóricos dos historiadores culturalistas brasileiros[67], Berstein não só é uma figura de destaque da Nova História Política, como um dos principais historiadores com ela identificados que tem os partidos políticos por principal objeto de estudo.

Importando boa parte do seu arcabouço teórico da Ciência Política norte-americana, Berstein realiza um balanço crítico da abordagem então predominante acerca da história dos partidos (o texto é de 1988), isto é, a negligência em relação aos aspectos subjetivos e o foco quase que exclusivo em organizações de esquerda. Em contraste com esse tipo de abordagem, reivindica como modelo o estudo de René Remond acerca da direita francesa, datado de 1954, bem como as reflexões (segundo ele "inovadoras") que politólogos haviam realizado no sentido de se repensar a "natureza" e "função" dos partidos, entendendo-os enquanto o "lugar da mediação política"[68].

Endossando tal definição, Berstein reduz a política ao que chama de "esfera do discurso e das representações especulativas" e afirma que o papel principal de um partido político moderno é o de "traduzir" determinadas aspirações de uma época no âmbito do discurso e na forma de soluções para determinados problemas que acometem a sociedade[69]. Berstein prossegue afirmando que, para perdurar, um partido "torna-se depositário de uma cultura política", a qual funciona como o principal meio de unificar seus membros, tendo em vista que nem sempre todos os membros e simpatizantes possuem domínio do que ele chama da "base doutrinária da ideologia" que constitui o partido. Para ele, essa "cultura política" se reproduziria através de um "sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma família política", referências as quais se expressariam na forma de "ritos".[70] Nas palavras do próprio:

> Assim, a cultura política aparece, em suas diversas manifestações, como a linguagem comum simplificada (da qual o rito é a forma mais sumária) dos membros de uma formação, que desse modo fazem profissão de ideologia sem precisar necessariamente exprimí-la explicitamente, mas com a certeza de serem facilmente compreendidos por todos os membros do grupo.[71]

É inegável a importância de estudar esse tipo de aspectos subjetivos que perpassam a existência de um partido político, tais como a forma como seus membros entendem e reproduzem as propostas do mesmo, ou como eles próprios se veem em

---

[67] Cf. MATTOS, Marcelo Badaró de. *Op. cit.*, p. 85.
[68] Cf. BERSTEIN, Serge. *Op. cit.*, p. 57-60.
[69] Cf. *Ibid.*, p. 60-61 e 66-68.
[70] Cf. *Ibid.*, p. 69 e 88-89.
[71] *Ibid.*, p. 89.

relação ao restante da sociedade. E, em geral, o que Berstein alega ser sua proposta central, que seria estudar um partido com vistas ao que ele e seus membros podem revelar acerca de uma época e sociedade, abre grandes possibilidades para os estudos históricos, se aproximando em muitos aspectos das aspirações da História Social.

Entretanto, a forma como ele propõe que se analise essas questões é profundamente marcado por uma concepção não só idealista e subjetivista da realidade, como por vezes apologética da ordem democrático-burguesa e também anticomunista. Tais características são visíveis, por exemplo, no fato de ele não falar em classes sociais, mas em "grupos" identitários difusos; de entender o campo do político como puramente subjetivo, secundarizando ou mesmo negligenciando determinações materiais; de secundarizar a importância de se estudar o arcabouço programático dos partidos e como eles o implementam na prática, privilegiando, ao invés, a análise de sua "cultura política"; de tender a naturalizar a noção de "nação" enquanto uma unidade, neutralizando conflitos e divisões internas (como quando diz que partidos necessitam "de um projeto global que possa servir a nação em seu conjunto", o que ainda exclui experiências partidárias internacionalistas).[72]

Ademais, ao buscar uma definição de "partido político moderno", Berstein naturaliza a democracia parlamentar burguesa e as eleições como as principais expressões da política, relegando a segundo plano os partidos não parlamentares e mesmo antissistêmicos[73]. Consequentemente, descarta dessa sua definição aqueles partidos que considera "intransigentes" – isto é, incapazes de realizar compromissos com outros partidos e projetos para que cheguem ao poder – e baseados em "doutrinas filosóficas" / "sistema[s] ideológico[s] fechado[s]", considerando ainda estes últimos como "totalitários" – isto é, interessados em "forçar toda a sociedade a se adaptar ao modelo" por eles defendidos[74].

Comparando-os a igrejas, Berstein condena esse tipo de partido, em prol de grupos dispostos a alianças e negociações e que não busquem ultrapassar os limites estreitos da sociedade burguesa. Dita comparação, cabe ressaltar, é recorrente entre os adeptos da Nova História Política, que não raro recorrem à antropologia religiosa para

[72] Cf. *Ibid*., p. 63-64.
[73] Cf. *Ibid*., p. 65 e 92.
[74] Cf. *Ibid*., p. 63, 77 e 86-87.

interpretar a atividade política do militante a partir de uma chave comparativa com o devoto religioso[75].

Passando do âmbito da reflexão metodológica para a dos estudos empíricos, pode-se usar como exemplo a produção do historiador Bruno Groppo, o qual segue caminhos muito semelhantes aos propostos por Berstein, mas com o diferencial de ser mais explicitamente anticomunista e não ter nenhum pudor em falsificar a história para sustentar seus pontos de vista. Afirmando preferir analisar a história dos Partidos Comunistas e da Revolução Russa sob o prisma do "funcionamento dos imaginários políticos"[76], Groppo defende posições inteiramente revisionistas em relação à história soviética e da Revolução Russa, revivendo sob um manto culturalista a velha tese que afirma existir uma continuidade ininterrupta entre bolchevismo e stalinismo e que estas seriam tradições políticas essencialmente autoritárias[77].

Defendendo a tese há muito refutada de que a Revolução de Outubro teria sido "essencialmente um golpe de Estado executado por uma audaz minoria armada, decidida a tomar o poder à força", Groppo encara que o Comunismo só pôde se consolidar internacionalmente pela preponderância de uma "dimensão simbólica e mítica", que distorcia a "realidade do evento" e mobilizava, assim, a militância comunista internacional[78]. Dessa forma, para Groppo a única explicação possível para a adesão ao comunismo seria a o fato deste se basear em um "mito", que teria originado uma "religião política"[79].

Assim, as contradições sociais que afetam praticamente todas as dimensões da vida dos trabalhadores sob o capitalismo pouco importam para compreender como tal corrente política (seja sob a forma degenerada do stalinismo ou não) pôde ganhar tamanha adesão ao longo do século XX. Afinal, para Groppo, "Não era o conhecimento da realidade soviética que alimentava o Ocidente, mas, ao contrário, a maneira como essa realidade era **imaginada e representada** fora da Rússia"[80] (ênfase adicionada).

---

[75] Cf. SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Mito, Memória e História*..., *cit.*, p. 101-102. Nesta referência pode-se encontrar uma crítica profunda da referida abordagem comparativa.
[76] Cf. GROPPO, Bruno. O Comunismo na História do Século XX. *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, n. 75, 2008, p. 125.
[77] Para uma contraposição a suas afirmações revisionistas, bem como para uma análise aprofundada das mesmas e daquelas de outros que compartilham com Groppo essa ressureição culturalista da velha "tese da continuidade", originalmente elaborada pelos historiadores *cold warriors* das décadas de 1940-50, ver MONTEIRO, Marcio Lauria. Revolução Russa e revisionismo historiográfico: o retorno neoliberal da "tese da continuidade". *Revista História e Luta de Classes* ano 10, n. 19, de março de 2015, p. 23-29.
[78] Cf. GROPPO, Bruno. *Op. cit.*, p. 117.
[79] Cf. *Ibid.*, p. 121.
[80] *Ibid*., p. 126.

A realidade por detrás desse "mito", segundo a análise revisionista de Groppo, seria a destruição da democracia por conta tanto das "escolhas políticas" dos bolcheviques, quanto pela "tradição de despotismo própria da Rússia"[81] (vê-se aqui a clara influência da noção essencialista de cultura política, associada à de povo/nação). Dessa forma, falsificando a história, Groppo afirma que a democracia estava vetada aos frutos da Revolução de Outubro, pois os bolcheviques estariam desde o início "absoluta e fanaticamente convencidos de ser [sic] os únicos detentores da verdade" – sendo que, segundo ele, nem mesmo a oposição trotskista via como algo que não fosse uma "heresia" a possibilidade do proletariado se exprimir através de outros partidos políticos[82].

Tais visões acerca do que encara ser o "mito fundador" do Comunismo internacional incidem diretamente na maneira como Groppo analisa a história dos Partidos Comunistas. Além de expressar um *anticomunismo* aberto – pois, sua análise supostamente o demonstraria, a ação revolucionária teria como fim necessário o "totalitarismo", presente em germe nesses partidos – ele reduz o leninismo a uma "tecnologia política para a conquista do poder, como inteligência tática, desprovida de escrúpulos"[83]. Já o fato de igualar bolchevismo e stalinismo o leva a pasteurizar a história da Internacional Comunista, tal qual faz em relação à história da Revolução Russa, minimizando as transformações e mudanças ocorridas ao longo dos primeiros anos e apresentando-a enquanto mero órgão externo da URSS quase que desde o seu nascimento[84]. Reduz, assim a noção de internacionalismo comunista a forma altamente centralizada e burocratizada que o stalinismo deu a ela ao longo dos anos 1930-40.

Como se pode ver, Groppo assume o discurso do próprio stalinismo, legitimando-o enquanto verdadeiro representante da tradição comunista e do bolchevismo, referindo-se ainda às dissidências comunistas (que são mencionadas apenas pontualmente) mais uma vez na chave comparativa religiosa como "heréticos". Postura essa que é muito conveniente para se conferir ares "científicos" para a condenação de projetos antissistêmicos.

Assim, tal como Berstein, vê-se que, por mais que a Nova História Política levante questões importantes para a história dos partidos – nesse caso, qual noção tinha o militante comunista comum, de "base", acerca da Revolução Russa e qual papel tal

---

[81] Cf. *Ibid*., p. 120 e 126.
[82] *Ibid*., p. 121.
[83] *Ibid*., p. 125.
[84] Cf. *Ibid*., p. 129-130.

noção cumpria em sua adesão ao comunismo – ela as trata a partir de um viés *idealista*, que reduz a experiência militante ao âmbito *subjetivo* e chega mesmo a falsificar a história com vistas a fortalecer um posicionamento político anticomunista e apologético em relação ao liberalismo burguês.

Cabe ressaltar ainda que, apesar de reivindicar as perspectivas "inovadoras" da Nova História Política, Groppo é capaz de produzir narrativas bastante "tradicionais", como as que assina em conjunto com Bernard Pudal e com Michel Dreyfus na coletânea *Le siècle des communismes* (2000 e 2004). No Capítulo III da referida obra, dedicado à *Historiografia dos comunistas franceses e italianos*, Groppo e Pudal tecem uma narrativa estritamente descritiva, fazendo um relato cronológico da historiografia dedicada ao PCF e do PCI, periodizando-as e buscando compará-las[85].

De forma semelhante, no Capítulo XII, dedicado a uma análise d'*Os partidos comunistas francês e italiano* (da qual se poderia esperar a aplicação das "inovadoras" abordagens subjetivistas), Groppo e Dreyfus tecem um relato estritamente "tradicional", que se resume a uma descrição factual da história desses dois partidos. Orientada cronologicamente e pontuada por alguns temas de maior destaque (como a resistência ao fascismo, a Frente Popular no caso francês etc.) e algumas comparações entre ambos, tal narrativa foca basicamente na liderança desses partidos, sua inserção eleitoral ou disseminação regional, sua linha política oficial e sua relação com a Internacional Comunista[86].

Neste texto, em apenas um brevíssimo momento transparecem as preocupações subjetivistas que marcam o pensamento de Groppo, quando se fala da "violência do discurso do PCF" contra seus adversários políticos e da "cultura comunista da luta de classes"[87]. Mais tais referências não passam de um lampejo em uma narrativa que, no geral, não transcende a abordagem dita "tradicional".

Ademais, vê-se considerável falta de rigor metodológico, expressa na recorrente adoção do discurso das fontes por parte dos autores, sem problematizá-lo. Exemplo disso é quando se referem ao regime dos PCs como "centralismo democrático", ou quando reproduzem o termo "bolchevização" para se referirem ao processo de

---

[85] GROPPO, Bruno & PUDAL, Bernard. Historiographies des communists français et. In DREYFUS, Michel et al. (org.). *Le siècle des communismes. Éd. augmantée et mise à jour.* Paris: Seuil, 2004, p. 93-115.
[86] DREYFUS, Michel & GROPPO, Bruno. Les Partis communists français et italien. In DREYFUS, Michel et al. (org.). *Op. cit.*, p. 423-432.
[87] Cf. *Ibid.*, p. 434.

transformação de seus regimes[88]. Considerando a associação de Groppo ao atual *revival* da hostilidade historiográfica à Revolução Russa, que se utiliza da problemática noção de "cultura politica" para definir o bolchevismo (igualado a stalinismo) a uma tradição intrinsecamente autoritária e "totalitária"[89], cabe questionar se essa falta de rigor não é proposital, como forma de suprimir a existência de importantes diferenças entre o regime e funcionamento do partido bolchevique até meados dos anos 1920 e aquele característico do stalinismo.

Por último, vale mencionar ainda um exemplo brasileiro: o historiador Jorge Luiz Ferreira, que em muito se aproxima das teses de Groppo. Analisando sua principal obra, *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*, Sena Júnior aponta que esta tem por foco abordar "a representação que os comunistas faziam do mundo", "buscando no militante anônimo ou em dirigentes de segunda linha as respostas para as suas questões"[90]. Conforme o balanço de Sena Júnior, aquilo que baliza tal análise é o pressuposto de que, por detrás de *slogans* e propostas "laicizadas", existiria um "mito revolucionário", que transformaria os militantes em equivalente a religiosos – noção que leva Ferreira a constantemente traçar paralelos entre a militância comunista e a crença religiosa. Assim, destacando o caráter *idealista* dessa abordagem, Sena Júnior aponta o lugar central que nela ocupa o conceito de "cultura", ao qual ainda se somam esses paralelos com "religião", balizados pela apropriação do vocabulário e nexo analítico utilizados pelo antropólogo das religiões Mircea Eliade[91].

Dessa forma, Sena Júnior aponta que o procedimento analítico de Ferreira se destina "a confirmar postulados que diziam que os comunistas viviam em um mundo à parte, calcado numa ideia que não tinha muito a dizer do mundo real". Conclui, assim, que este "não busca as explicações no lugar onde parecem estar, no político e no social,

---

[88] Cf. Id., ibid., p. 425. Problematização que, cabe ressaltar, seu companheiro de ideias, junto a quem co-dirigiu a organização da Primeira Parte de *Le Siècle*, é capaz de realizar, ao distinguir dois momentos qualitativos do Partido Bolchevique como fruto da stalinização deste. Cf. PUDAL, Bernard & PENNETIER, Claude. Do partido bolchevique ao partido stalinista. In Dreyfus, M. et al. (org.) *O Século dos Comunismos. Depois da Ideologia e da Propaganda, uma Visão Serena e Rigorosa*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 389-391.

[89] Cf. MONTEIRO, Marcio Lauria. *Op. cit.*, no prelo.

[90] SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. *Mito, memória e história..., cit.*, p. 113.

[91] Cf. *Ibid*., p. 112-113 e 118. Em análise semelhante, Mattos, ao realizar um balanço crítico de como Ferreira aborda o período 1930-64, aponta como este explicita seu *culturalismo* ao apresentar "representações simbólicas", e não "interesses objetivos", como possuindo papel determinante sobre o comportamento humano. Cf. MATTOS, Marcelo Badaró de. *Op. cit.*, p. 89-90.

mas substitui estes campos pelo campo das representatividades e da cultura em sentido estrito".[92]

Ademais, indo além de Ferreira e debruçando-se sobre outros estudos acerca do PC brasileiro, Sena Júnior traça um quadro que pode sem dificuldades ser generalizado para os estudos de partidos do proletariado em geral, conforme conduzidos por boa parte dos adeptos da Nova História Política. Ele aponta que muitos entre esses estudos recentes pretenderam "deslocar o foco dos estudos antes situados no plano político e social para o terreno das subjetividades e da condenação moral"[93], tendo a literatura *anticomunista* que produziram suplantado em visibilidade e popularidade aquela história "oficial" ou "proto-oficial" produzida pelos próprios militantes[94].

4. Alguns comentários finais e apontamentos alternativos

Apesar da grande visibilidade que esses autores *culturalistas* e *anticomunistas* possuem atualmente, as próprias referências bibliográficas elencadas ao longo da presente análise demonstram que as narrativas *revisionistas* por eles elaboradas vem sendo cada vez mais combatidos por defensores de uma perspectiva segundo a qual não há contradição intrínseca entre produção de conhecimento de qualidade e engajamento político. Por isso, rejeitando a ideia de neutralidade, estes reivindicam um marxismo crítico, tanto como instrumento para a análise do passado, quanto como base para a construção de projetos políticos antissistêmicos. Também é animador ver que os estudos acerca de partidos políticos que partam desse marxismo crítico não deixaram de existir, tendo remado contra a maré da ofensiva neoliberal e seus frutos acadêmicos, e produzido importantes trabalhos. Trabalhos esses que aparentam estarem se aumentando em número atualmente.

Assim, como demonstra a própria prática de tais historiadores, contra a perspectiva extremamente problemática da Nova História Política, faz-se necessário a apropriação daquilo que a História do Trabalho produziu de melhor no seu esforço em superar as limitações da "tradicional" história do movimento operário, bem como daquilo que ela segue produzido em esforços de autocrítica que tem levado a uma sofisticação cada vez maior e culminado na produção de uma história decididamente social da classe trabalhadora. Mas deve-se fazer tal apropriação sem cair em certo

[92] SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. *Mito, memória e história..., cit.*, p. 119.
[93] *Ibid..,* p. 100.
[94] Cf. *Ibid*., p. 109.

positivismo presente entre alguns historiadores do trabalho, que contrapõem conhecimento engajado e conhecimento universitário / "profissional". Bem como sem rejeitar os partidos e sindicatos (e demais *instituições políticas* do proletariado) como se objetos ultrapassados e desimportantes para história (e para o futuro) da classe trabalhadora.

Por hora, coloca-se como tarefa central a unificação dos esforços que remam contra a maré do conservadorismo pró-capitalista, no sentido da constituição de grupos de pesquisa e publicações especializadas no tema da história dos partidos proletários, permitindo assim uma reflexão teórico-metodológica conjunta. Iniciativas desse tipo também facilitariam sobremaneira o desenvolvimento de pesquisas coletivas, as quais são essenciais para que se possa abordar as múltiplas dimensões da existência de um partido político, como suas ideias formais, sua prática, as relações entre sua direção e sua base, suas relações com outras organizações e com os trabalhadores não-organizados, etc.

Um esforço como esse certamente teria muito a se beneficiar dos avanços obtidos no campo da História do Trabalho, que, todavia, secundarizou o estudo desse tipo de organização. Aliar um resgate desse objeto de estudo com os avanços teórico-metodológicos produzidos ao longo das últimas décadas é fundamental não só para o estudo sofisticado dos mesmos, mas para o próprio aperfeiçoamento de uma história mais abrangente do proletariado e dos trabalhadores em geral, uma vez que, como corretamente ressaltou Peterson:

> Não se pode perder de vista que a história operária é a história da formação de uma classe, história, portanto, de experiências e ações comuns e coletivas. Associações, partidos, greves, formas mais ou menos institucionalizadas do movimento são, pois, elementos constitutivos deste objeto e não podem ser simplesmente descartados pela historiografia.[95]

Mas apenas esse resgate não basta. A popularidade da Nova História Política se dá em parte por esta atender a uma demanda concreta: a de se abordar os *aspectos subjetivos* – que, como já foi dito, foram por muito tempo ignorados ou tratados de forma mecanicista. Mas a via *culturalista* e *anticomunista* está longe de ser apropriada. Contra a falsa dicotomia "experiência versus estrutura", para a qual já alertara Viotti da Costa na virada do século, cabe o resgate daquilo que há de mais sofisticado no marxismo, de suas correntes críticas que nunca abandonaram a abordagem desses aspectos – tais como as obras de Antonio Gramsci, centralmente preocupado com a

[95] PETERSON, Sílvia. *Op. cit.*, p. 65.

questão da dominação de classe, a qual coloca as noções de *hegemonia* e *consenso* no centro de sua análise; de membros da Escola Marxista Inglesa, tal como o já mencionado Thompson, que deu grande destaque à *cultura* em sua análise da classe trabalhadora; ou ainda de figuras como Lenin e Trotski, em cuja formulação política o tema da *consciência* e, portanto, do papel do indivíduo e de sua subjetividade na luta política, possuíam papel de peso, por vezes até mesmo central[96].

4.1. Breves apontamentos teórico-metodológicos alternativos

A partir de algumas dessas referências, é possível desde já realizar alguns apontamentos teórico-metodológicos alternativos – ainda que de caráter bastante introdutórios, a serem desenvolvidos em outra oportunidade. Apontamentos esses baseados em um resgate de aspectos das elaborações de tais marxistas que lançam profícuas bases para uma história dos partidos proletários que seja ao mesmo tempo materialista e que aborde fatores subjetivos.

Um ponto de partida óbvio é Lenin, que dedicou muitos escritos e combates políticos não só a consolidar um modelo de partido proletário revolucionário, mas que também, em suas "análises concretas da realidade concreta", teceu importantes critérios metodológicos para classificar as organizações políticas russas predominantes em diferentes momentos históricos.

Conforme a sistematização realizada recentemente por Luziano Lima, Lenin trabalhava antes de tudo com a classificação dos partidos por *classes*. Para tal, conforme expresso em análises da "cena política" russa por ele realizadas durante o período da Duma czarista, que vigorou de outubro de 1905 a junho de 1908 (em *Experiência de classificação dos partidos políticos russos*), tal classificação deveria ser obtida a partir dos seguintes critérios: a) composição social do partido; b) ideologia do partido (aquilo que ele diz defender); c) programa do partido (o que ele defende na prática); d) interesse de classe que o partido representa. Assim, Lenin primeiro dividia os partidos existentes em um espectro direita-esquerda (incluindo aí extrema direita; direita; esquerda; extrema esquerda) e depois classificava cada um deles conforme os critérios

[96] Para alguns esforços nesse sentido, ver SENA JUNIOR, Carlos Zacarias F. de. *A dialética em questão... cit.*, p. 39-72, 2004 e MATTOS, Marcelo Badaró. *Op. cit.*, p. 79-82.

mencionados, os quais eram operados em conjunto e ainda relacionados à conjuntura e estrutura da formação social na qual estavam inseridos.[97]

Já em análises realizadas quando de seu retorno à Rússia revolucionária, em abril de 1917, Lenin (em *Os partidos políticos na Rússia e as tarefas do proletariado*) utilizou um método um pouco diferente, a partir da elaboração de uma série de perguntas e respostas acerca dos partidos atuantes na "cena política" de então, sendo algumas delas de caráter conjuntural (como a posição que assumiam ante demandas levantadas pelos trabalhadores naquele contexto específico) e outras de cárter estrutural (a posição em relação às classes, ao Estado, a atitude ante o socialismo etc.). Todavia, mesmo com esse novo método prevaleceu seu critério central de, segundo as palavras de Lima, "fundamentar suas análises a partir dos **interesses econômicos, político e ideológico** que se apresentam na *cena política*, em determinada conjuntura nas diversas formações sociais". Bem como o de se basear na *prática* dos partidos analisados, e não na "própria declaração dos partidos e seus parlamentares (ideologia)".[98]

Se esses critérios analíticos de Lenin são uma ferramenta interessante para uma classificação mais apurada dos partidos a serem estudos, para além da dicotomia rasa "esquerda versus direita", eles certamente constituem apenas um ponto de partida. Tanto no conjunto de seus escritos, quanto naqueles de Leon Trotski, é possível encontrar muitos outros métodos e *insights* capazes de embasarem análises materialistas do âmbito subjetivo que permeia a militância política e a atuação de um partido. Estes, todavia, são bastante fragmentários e, muitas vezes, encontram-se mais em estado "aplicado" do que na forma de reflexões organizadas. Ainda assim, em relação a Trotski, poder-se-á vislumbrar algumas de suas contribuições ao longo do capítulo seguinte, especialmente na parte sobre suas análises acerca do stalinismo.

Não obstante, há um marxista que se destaca no que tange a presença de reflexões organizadas acerca do estudo de partidos políticos em sua obra: Antonio Gramsci. Conforme a sistematização realizada pelo historiador Igor Gomes Santos, (seguindo os passos de Marx e de Lenin) Gramsci defendia uma perspectiva de história dos partidos que não se restringisse às ideias formalmente apresentadas em suas publicações e resoluções e, ao invés, objetivasse "realçar a relação entre partido e sua

---

[97] Cf. LIMA, Luziano Pereira Mendes de. Lênin: para além da direita e esquerda [2015]. *Anais* do *VIII Colóquio Internacional Marx-Engels*. Texto digital, sem paginação. Disponível em http://tinyurl.com/q2ne798. Acessado em 3 de setembro de 2015.
[98] Cf. *Ibid*., [s.p.]. Sem paginação para as citações.

base, entre partido e outros partidos e os movimentos sociais"[99]. Tal perspectiva derivava da sua noção de um partido político enquanto "um tipo qualquer de associação que tomasse parte de alguma ação política consciente, de organização de 'vontades coletivas', dotada de um princípio político invocador de um projeto de sociedade"[100]. Uma organização que, necessariamente, se constitui em torno de uma "ideia de Estado" e de um "programa de governo" (termos do próprio Gramsci)[101].

Ademais, para Gramsci seria necessário estudar centralmente a "eficácia real" do partido, isto é, sua atuação junto às demais organizações classistas com as quais se aliou, as quais combateu, etc. Ou seja, priorizar não tanto sua "vida interna", mas sua "vida social"[102]. Assim, segundo a avaliação de Santos, a "baliza metodológica" de Gramsci seria a "história da sociedade": aquela dos grupos sociais, da economia, das instituições, e não meramente das ideias formalmente apresentadas pelos partidos. Aqui estaria presente a noção de *práxis*, no sentido de que é necessário conciliar o estudo da *elaboração* política com o da *prática* política em uma "análise única de dois momentos que são *didaticamente* distintos", e não *concretamente* distintos[103].

Todavia, Gramsci não ignorava a tal "vida interna" dos partidos. Pelo contrário, sua obra contém também apontamentos bastante profícuos para se analisar este aspecto: não do ponto de vista formal, como a história "tradicional" do movimento operário fazia (focando em listar nomes de dirigentes, datas de congressos, apresentar o conteúdo das resoluções), mas do ponto de vista das relações entre a "base" e a direção. Isso envolve, em sua perspectiva, precisamente o âmbito da *subjetividade*, que tanto faltou aos estudos marxistas por muito tempo predominantes acerca de partidos políticos.

Se o partido é um embrião de Estado, pois almeja necessariamente o poder político, este precisaria, nas palavras de Santos, "realizar em suas ações iniciativas que visassem fortalecer um mesmo **terreno cultural** comum" (ênfase adicionada).[104] Isso envolveria, conforme citação-chave resgatada por tal historiador, a elaboração de "Uma linguagem comum, modos comuns de raciocínio entre pessoas que não são intelectuais profissionais"[105].

---

[99] Cf. SANTOS, Igor Gomes. A "eficiência real": apontamentos de Gramsci para uma história/concepção dos partidos políticos. *Revista História e Luta de Classes* ano 6, n. 9, de julho de 2010, p. 28.
[100] *Ibid*., p. 30.
[101] Cf. *Ibid*., p. 31.
[102] Cf. *Ibid*., p. 29.
[103] Cf. *Ibid*., p. 30.
[104] Cf. *Ibid*., p. 31. Mesma página para a citação.
[105] *Apud Ibid*., p. 31.

A partir desses breves apontamentos introdutórios, podemos resumir a importância (via Lenin) de analisar partidos políticos segundo critérios de classe, atentando tanto para elementos estruturais quanto conjunturais que possam informar tal classificação; a importância (como se verá em maiores detalhes adiante, via Trotski) de sempre levar em consideração as bases sociais por detrás das ideias políticas; e (via Gramsci) de tratar "elaboração" e "prática" política como dois elementos de uma mesma unidade, que não devem nunca ser tomados em separado, exceto para fins didáticos, bem como de levar em conta o "terreno cultural comum" no qual se localizam os membros de dada organização política. Certamente é necessário um estudo mais sistematizado das contribuições destes e de outros marxistas, mas tais apontamentos já mostram as possibilidades de uma alternativa sofisticada e crítica ao idealismo anticomunista da Nova História Política, bem como aos desvios positivistas de certas parcelas dos historiadores do trabalho.

CAPÍTULO 2

O PENSAMENTO DE LEON TROTSKI E O ARCABOUÇO TEÓRICO-PROGRAMÁTICO DO MOVIMENTO TROTSKISTA

É impossível compreender os intensos debates suscitados no interior do movimento trotskista acerca dos eventos ocorridos após a Segunda Guerra Mundial sem que se conheça o arcabouço teórico-programático que conferia identidade política ao mesmo, bem como os precedentes analíticos que esse movimento carregava como parte de sua "herança". Era essa bagagem que diferentes alas do movimento reivindicavam ou defendiam reavaliar a cada nova disputa derivada de como analisar e, consequentemente, de como se posicionar diante dos desafios apresentados pelo ascenso revolucionário das décadas de 1940-70.

Por um lado, a Quarta Internacional se apresentava enquanto a continuidade revolucionária da Internacional Comunista (IC, ou "Terceira Internacional"), tida como degenerada sob a influência stalinista. Assim, reivindicava formalmente as resoluções de seus quatro primeiros congressos, disputando com os stalinistas o posto de verdadeiros representantes do "leninismo". Não à toa, os militantes da Oposição de Esquerda e, posteriormente, da Quarta Internacional, se auto intitulavam "bolchevique-leninistas", como forma de reforçar suas alegações de continuidade e de ortodoxia. As primeiras gerações do movimento rejeitavam, assim, a alcunha de "trotskistas", que era utilizada por Stalin e seus aliados como uma acusação de heterodoxia, de "desvio" em relação a esse leninismo.[106]

Por outro lado, todavia, as contribuições pessoais de Trotski se faziam profundamente presentes na identidade da Quarta Internacional, pois, independente das alegações do próprio no contexto de sua disputa com os stalinistas, elas não era um

[106] Essa necessidade dos opositores comunistas de Stalin em se apresentarem enquanto "leninistas ortodoxos" era tamanha que Trotski chegou ao ponto de suprimir certas análises próprias para evitar acusações de heterodoxia por parte de seus adversários. A esse respeito, ver, por exemplo, o relato de Fritz Sternberg, no qual este aponta ter discutido extensamente com Trotski as suas críticas às ideias de Lenin sobre a "aristocracia operária", até que este encerrou a discussão afirmando que "não desejava presentear seus oponentes na Rússia com uma nova arma, ao adotar uma posição contra as visões de Lenin acerca da aristocracia operária" e que, "por razões táticas", não desejava ataca-las. Cf. STERNBERG, Fritz. Conversations with Trotsky. [*Survey*, n. 47, April 1963]. Disponível em http://tinyurl.com/mfs9klr. Acessado em 03 de dezembro de 2014. Atentar também às observações mais adiante neste capítulo acerca das divergências entre Trotski e Lenin em torno do caráter da revolução na Rússia antes de 1917 e como Trotski distorceu a questão, ao responder aos ataques stalinistas à sua teoria da revolução permanente.

mero resgate daquelas de Lenin, e sim aportes em parte extremamente originais. É verdade que aspectos centrais da identidade política do movimento trotskista podem ser "rastreados" aos primeiros anos da Internacional Comunista e do bolchevismo, tais como a defesa da necessidade de um *partido revolucionário de vanguarda*, organizativa e politicamente independente dos demais, e cujo regime interno seja o *centralismo democrático*; a rejeição de estratégias que pressuponham *colaboração de classes* entre o proletariado e a burguesia; e até mesmo a concepção de que o programa revolucionário deve ser *transitório* – isto é, nem "mínimo", nem "máximo", mas uma "ponte" entre ambos[107].

Mas também é igualmente verdade que outros aspectos dessa identidade, especialmente aqueles relacionados à *Teoria da Revolução Permanente*, já eram defendidos por Trotski desde muito antes de sua adesão ao bolchevismo, em 1917[108]. Além, é claro, de aspectos ligados a análises e posicionamentos desenvolvidos já em disputa acirrada com o stalinismo, tal como sua caracterização da União Soviética enquanto um *Estado operário burocraticamente degenerado* e suas considerações acerca do próprio *stalinismo* enquanto fenômeno sócio-político.

São esses aspectos mais particulares que este capítulo irá abordar, ainda que de forma sintética, com fins de melhor embasar a análise das fontes que se seguirá – na quais se visou destacar precisamente a forma como os mesmos foram tratados pelos trotskistas do pós-guerra, ante o desafio de analisarem os eventos que então se desenrolavam e nos quais visavam intervir ativamente. Ele está longe, portanto, de tratar do marxismo de Leon Trotski em sua integridade, ainda que lide com alguns de seus elementos principais e mesmo centrais. E o faz seguindo o próprio método de Trotski (exposto ao tratar do pensamento de Lenin), isto é, respeitando a necessidade de se

---

[107] A respeito da questão do partido, a própria concepção por detrás da fundação e funcionamento da Quarta Internacional torna essa afirmação evidente, além, é claro, dos números escritos de Trotski acerca do assunto após 1917. A respeito do programa transitório, ver GAIDO, Daniel. Los orígenes del Programa de Transición en la Internacional Comunista. *Revista Izquierdas*, n. 23, abril 2015, p. 191-214. Cabe apontar também que diversos pontos constituintes do programa da Internacional Comunista foram elaborados pelo próprio Trotski, em especial a política de "frente única proletária", adotada pelo seu IV Congresso (1922). Cf. SENA Jr., Carlos Zacarias F. de. Frente única, frente popular e frente nacional. Anotações históricas sobre um debate presente. *Anais do V Colóquio Internacional Marx e Engels*. Campinas: Unicamp, 2007. Disponível em http://tinyurl.com/lmuzkla. Acessado em 19 de maio de 2015.

[108] Inclusive, essa contribuição de Trotski ao marxismo não foi plenamente assimilada por certos quadros bolcheviques após sua entrada no partido. Assim, não é mero acaso que os principais opositores dessa teoria junto a Stalin nos anos 1920 – Kamenev e Zinoviev – tenham liderado a luta contra Lenin quando este aderiu à mesma na prática, com suas "Teses de Abril", acusando-o de "neo-bolchevismo" ou mesmo de "trotskismo". Cf. TROTSKY, Leon. *Lições de outubro*. São Paulo: Editora Sundermann, 2007, p. 49-57 e GETZLER, Israel. Outubro de 1917: O debate marxista sobre a revolução na Rússia. In HOBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, v. 5, 1985, p. 38-41.

tomar o mesmo *historicamente*, uma vez que este foi se alterando ao longo do tempo, sob a influência da luta de classes e das conclusões práticas daí derivadas[109].

Cabe ainda ressaltar que um estudo que lide com tal marxismo de maneira integral está ainda por ser realizado, sendo aquele de maior fôlego atualmente existente a obra de Baruch Knei-paz, *The Social and Political Thought of Leon Trotsky* (1978). Esta, todavia, tendo sido escrita por um intelectual conservador, não poderia estar isenta de sérias falhas e limitações[110]. Fora a mesma, em geral o que existe hoje é uma miríade de artigos e pequenos livros (produzidos tanto dentro como forma das universidades), os quais abordam apenas fragmentos desse marxismo – muitos dos quais se verá nas referências a seguir e que foram, em grande parte, escrito por militantes trotskistas ou estudiosos simpáticos a tal corrente.

1. A noção de totalidade e a teoria do desenvolvimento desigual e combinado

Para que se compreenda corretamente o pensamento de Trotski e suas contribuições intelectuais é necessário antes de tudo que se tenha noção do lugar que ele ocupa na história do marxismo. Trotski fazia parte do restrito grupo de marxistas de fins do século XIX e início do XX que não haviam se deixado levar pela tendência a reduzir as ideias de Marx e de Engels a um punhado de fórmulas economicistas. Ideias que, segundo tal reducionismo, tomavam a noção de desenvolvimento capitalista enquanto uma sucessão de etapas uniformes, válidas para todo e qualquer país, daí afirmando a "inevitabilidade" do socialismo[111]. Ao invés dessa concepção *evolucionista* vulgar, Trotski buscava uma abordagem não dogmática da realidade, calcada em uma

---

[109] Cf. TROTSKY, Leon. A revolução permanente. In _____. *A teoria da revolução permanente* [compilação]. São Paulo: Editora Sundermann, 2011, p. 215.

[110] Este é duramente criticado por Carlos Eduardo Rebello de Mendonça, por conta de sua conclusão de que Trotski *não seria marxista*, uma vez que seu pensamento altamente dinâmico e que conferia papel de destaque ao fator subjetivo na História (e na estratégia revolucionária) não se enquadra na ideia do autor do marxismo enquanto uma corrente "economicista". Cf. MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello. *Trotsky e a revolução permanente: a história de um conceito chave*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, p. 17.

[111] Para ilustrar a situação da social-democracia de então basta apontar que, já em 1903, Rosa Luxemburg (outra figura que, tal qual Trotski, rejeitava a vulgata economicista que então predominava entre os marxistas) falava em "estagnação" desta corrente de pensamento. Para Rosa, a maior parte de seus adeptos se contentava então com a dedução da revolução "como o resultado inevitável e final da produção de mais-valia e da concentração progressiva de capital", presente no primeiro livro d'*O Capital*, não indo, portanto, muito além da leitura de tal obra , nem de uma abordagem que se poderia nomear utilitarista. Cf. LUXEMBURGO, Rosa. *Estagnação e progresso do marxismo* [1903]. Disponível em http://tinyurl.com/mhdb6ub. Acessado em 19 de maio de 2015.

sofisticada compreensão acerca das relações sociais e sua dinâmica de desenvolvimento, sempre se baseando em dados empíricos (ainda que muitas vezes de segunda mão).

Não obstante tal fato, suas contribuições intelectuais são frequentemente subvalorizadas, muitas vezes sendo também ofuscadas pela magnitude de sua figura política e por sua peculiar trajetória biográfica. Como se verá nos capítulos seguintes, até mesmo entre os trotskistas do pós-guerra pode-se detectar um afastamento em relação a elas (ainda que por razões diferentes), em suas tentativas de darem conta da dinâmica da luta de classes que testemunhavam e na qual buscavam intervir.

Já fora dos círculos trotskistas, conforme chama atenção o sociólogo Carlos Eduardo Rebello de Mendonça, parte da subvalorização de tais contribuições tem muito a ver com o fato de Trotski ocupar um lugar *sui generis* entre os demais marxistas. Este é rejeitado tanto pelo marxismo dito "ocidental", devido à sua defesa do bolchevismo e do legado político da Revolução Russa, quanto pelo dito "oriental", devido à sua ferrenha oposição ao stalinismo e ao regime da URSS[112].

Ainda assim, é possível ver clara influência destas – em particular da teoria do desenvolvimento desigual e combinado – em diversos nichos teóricos e analíticos contemporâneos, como na "Teoria Marxista da Dependência", nos debates sobre "populismo" no Brasil – especialmente na construção de um pensamento não dualista acerca da realidade brasileira – e na teoria do "Sistema Mundo"[113]. Tal influência, entretanto, raramente é explicitada, justamente por conta da dupla rejeição de que fala Mendonça.

Tendo isso em mente, não é difícil compreender que constantemente escapa aos comentadores do pensamento de Trotski aquilo que alguns mais familiarizados com o mesmo já apontaram como sendo um dos principais, se não o principal, fundamento de seu marxismo: a sua noção de *totalidade* e a *teoria do desenvolvimento desigual e combinado* dela derivada.

Em poucas palavras, todas as análises de Trotski possuíam como ponto de partida a categoria de *economia mundial*, compreendida enquanto o resultado da constante expansão do capitalismo para fora das fronteiras nacionais e caracterizada

---

[112] Cf. MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello. *Op. cit.*, p. 18.

[113] Cf. GUIMARÃES Jr., M. C de P. & LOPES, T. C. Trotsky's Law of Uneven and Combined Development in Marini's Dialetics of Dependency. *Political Economy, Activism and Alternative Economic Strategies - Fourth Annual Conference in Political Economy*. July 9-11, 2013, The Hague, The Netherlands. Disponível em http://tinyurl.com/j6o4rj2. Acessado em maio de 2014, e DEMIER, Felipe Abranches. *Do movimento operário para a universidade: Leon Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro*. Dissertação (mestrado) em História. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

enquanto uma *unidade* que constituí mais do que a mera soma das formações sociais nacionais que a compõem, engendrando dinâmicas particulares como fruto dessa soma. Dessa forma, Trotski operava com a noção de *totalidade* presente em Hegel e, posteriormente, utilizada por Marx em chave materialista, enquanto a base de seu método analítico.

Para Trotski, a dinâmica expansionista do capitalismo teria convertido o mundo em "um único organismo econômico e político"[114], cujas partes integrantes seriam indissociáveis e incompreensíveis em separado dessa unidade que integram. Em suas próprias palavras, no *Prefácio* à edição alemã da obra *A revolução permanente* (1929):

> O marxismo parte da economia mundial, considerada não como simples soma de suas unidades nacionais, mas como uma poderosa **realidade independente**, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que em nossa época, domina do alto os mercados nacionais.[115] (ênfase adicionada)

Compreendendo, portanto, o mundo capitalista como intrinsecamente e cada vez mais integrado, Trotski avaliava que a dinâmica de desenvolvimento capitalista era a um só tempo *desigual* e *combinada*. Isso significa que a facilmente detectável desigualdade de ritmos de desenvolvimento de cada formação social – também detectada por figuras como Lenin e Rudolph Hilferding[116] – ao se dar dentro de uma unidade contraditória, produz interações através das quais as relações sociais existentes em países nos quais as forças produtivas se encontram em estágio comparativamente superior ao dos demais transbordam para fora das suas fronteiras, via relações de mercado, e acabam, assim, por interferir nesses próprios ritmos.

O produto dessa dinâmica é que, ao invés de formações sociais enquadradas em "etapas" bem definidas de desenvolvimento, o que se observa na realidade são mesclas (sempre particulares) de "atraso" e de "modernidade", tanto no plano econômico, quanto político[117]. Assim, não se sustenta nem empírica nem teoricamente a concepção

---

[114] TROTSKY, Leon. Balanço e perspectivas. In _____. *A teoria da revolução permanente* [compilação]. São Paulo: Editora Sundermann, 2011, p. 121.

[115] TROTSKY, Leon. *A revolução permanente. Op. cit.*, p. 135.

[116] Conforme chama atenção Bianchi, apesar destes também falarem em "desenvolvimento desigual", não conferem a essa dinâmica a mesma centralidade que Trotski, nem tiram dela as mesmas conclusões que ele. Cf. BIANCHI, Alvaro. O desenvolvimento desigual e combinado: a construção do conceito. *Blog Convergência*, 4 de fevereiro de 2013. Disponível em http://tinyurl.com/lplxqwh. Acessado em 13 de maio de 2015.

[117] Nesse sentido, cabe resgatar a útil distinção feita por Nicos Poulantzas entre as categorias de *modo de produção* e de *formação social*, encarando a primeira como sendo "abstrato-formal" e a segunda "concreto-real", fruto de uma combinação historicamente determinada de diferentes modos de produção, entre os quais um sempre sobressai enquanto *dominante* em relação aos demais. Cf. POULANTZAS, Nicos. *Poder político y clases sociales en el Estado capitalista*. 30ª ed. México: Siglo XXI, 2007, p. 4-7.

segundo a qual toda formação social seguiria um mesmo percurso de desenvolvimento, o qual seria aquele observado nas primeiras formações sociais a se industrializarem.

Nesse sentido, apesar de Trotski costumeiramente utilizar a terminologia pouco precisa de "países "atrasados" (ou ainda "coloniais / semi-coloniais") para distinguir as demais formações daquelas que primeiro se industrializaram, pode-se observar em sua obra, conforme destaca o historiador Felipe Demier, um "ranking do atraso". Isto é, uma certa hierarquia entre graus diferentes de "atraso", decorrentes de processos de industrialização ocorridos em momentos diferentes do desenvolvimento capitalista e, consequentemente, sob graus distintos de predominância de uma economia global e de sua interferência nestes processos.[118]

Ademais, no próprio léxico trotskiano há categorias alternativas à de "atraso", que ressaltam a historicidade do desenvolvimento e suas consequências sem denotar qualquer tipo de evolucionismo. Em vários momentos, Trotski falou em formações sociais de desenvolvimento *tardio*, sendo aquelas que se industrializaram antes da consolidação da fase imperialista do capitalismo (Itália, Alemanha, Japão), e de nações de desenvolvimento *hipertardio*, sendo aquelas que se industrializaram já sob o imperialismo. Em relação a estas, o fato de terem se industrializado em momentos distintos implicou não só em graus distintos de (in)dependência destas em relação a capitais imperialistas estrangeiros, mas também (como consequência) em distintas (im)possibilidades de posicionamento político para suas burguesias nativas. Esse segundo ponto será demonstrado ao longo desta e da próxima subseção.

Apesar da centralidade dessa *teoria do desenvolvimento desigual e combinado* do capitalismo nas elaborações de Trotski, cabe ressaltar que o mesmo não dedicou um material a expô-la de forma detida e sistemática, em "abstrato". Uma das poucas passagens onde ele realizou uma síntese da mesma foi na introdução à sua *História da Revolução Russa* (1930), conforme se segue:

> As leis da História não tem nada em comum com o esquematismo pedante. O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se vêem obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas. Sem recorrer a esta lei, enfocada, naturalmente, na integridade de seu

[118] Cf. DEMIER, Felipe Abranches. *Op. cit.*, p. 21 e p. 58-59.

> conteúdo material, seria impossível compreender a história da Rússia, nem a de nenhum outro país de avanço cultural atrasado, seja em segundo, terceiro ou décimo grau.[119]

Não obstante a ausência de um tratamento mais detido dessa teoria[120], a mesma se fez presente nos escritos de Trotski desde muito cedo, sendo o lastro das análises a partir das quais sustentou sua posição estratégica para revolução na Rússia e, posteriormente, para os países considerados "atrasados" em geral. Na realidade, foi em sua tentativa de compreender a dinâmica do desenvolvimento capitalista na Rússia e suas implicações para a estratégia da social-democracia neste país que Trotski primeiro trouxe à tona tal teoria, ainda que em estado "aplicado". Como as mesmas são muito elucidativas e ocupam importante papel na construção de seu pensamento, cabe aborda-las, ainda que brevemente.

1.1. A análise das "peculiaridades" do desenvolvimento Russo

Conforme ressaltado, diferentemente da maioria dos intelectuais da social-democracia russa de sua época, Trotski rejeitava uma concepção *evolucionista* da História, segundo a qual todos os países percorreriam um mesmo itinerário de desenvolvimento, idêntico àquele das primeiras nações a se industrializarem. Nações essas que haviam passado por processos de revoluções burguesas, através dos quais a nascente burguesia mobilizara os artesãos urbanos e os camponeses e extinguira as instituições feudais e o absolutismo, erguendo em seu lugar outras mais adequadas às necessidades capitalistas. Processos, portanto, que os marxistas evolucionistas acreditavam que se repetiria na Rússia em suas características centrais.

Opondo-se a tal lógica Trotski apontou, em sua obra *Balanço e perspectivas* (1906), para a coexistência na Rússia daquilo que havia de mais moderno no capitalismo de então (a indústria e o proletariado fabril) com o regime czarista e a aristocracia fundiária, ambos de origem "medieval". E defendeu que essa coexistência não era marcada por uma incompatibilidade intrínseca, como se os dois elementos fossem unidades distintas e irreconciliavelmente opostas, mas pela interpenetração e

---

[119] TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. Tomo Um. São Paulo: Editora Sundermann, 2007, p. 21.

[120] Cabe ressaltar que Trotski falava em "lei", ao invés de "teoria". Seguindo a posição de alguns comentadores (como Michel Löwy, Bianchi e Mendonça), aqui se optou por adotar o segundo termo. Também vale ressaltar que, com maior frequência, Trotski se referia apenas à "lei do desenvolvimento desigual", de certa forma deixando subentendido que a dinâmica combinada é uma *consequência* da desigualdade de ritmos, e não uma segunda dinâmica independente.

interdependência, sendo tais elementos parte constituintes e indissociáveis de uma mesma *unidade dialética* contraditória.[121]

Na ilustrativa metáfora de Mendonça, a dinâmica dessa realidade seria comparável a plantar uma vinha de forma que ela cresça enroscada em uma árvore, para poupar gastos. A vinha se torna dependente da árvore a tal ponto que não se pode mais remover a última sem levar junto a primeira, ainda que sejam organismos de origens independentes.[122]

O fator que teria produzido tal realidade *combinada* seria precisamente o fato dessa unidade dialética integrar a totalidade que seria a *economia mundial*. Pois, explica Trotski, o desenvolvimento capitalista russo não teria sido autóctone, fruto das forças internas a essa formação social, mas condicionado a partir de *elementos externos* – que não só teriam forçado o Estado autocrático a impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas, como forma de se proteger da ameaça representada à sua soberania pelas potências militares europeias, como ainda teriam fornecido os meios para tal, a partir da exportação de tecnologias e do empréstimo do capital necessário para sua implementação.

Tal processo, argumenta Trotski, teria tornado a burguesia russa extremamente *dependente* dos capitais estrangeiros e do Estado autocrático. Essas seriam, segundo ele, as principais "peculiaridades do desenvolvimento russo", conforme sintetizadas pelo próprio em duas passagens-chave da obra mencionada:

> o Estado russo, construído sobre o fundamento da economia russa, foi lançado para a frente pela **pressão exercida sobre ele pelos seus vizinhos**, os Estados amigos e sobretudo os Estados inimigos que se tinham formado em países economicamente mais desenvolvidos. A partir de um certo momento, sobretudo desde o fim do século XVII, o Estado procura por todos os meios **acelerar a evolução econômica natural**. Novos ramos do artesanato, máquinas e atelieres, produção em grande escala, capital, parecem ser de algum modo enxertos artificiais na árvore da economia natural. O capitalismo aparece como um filho do Estado.[123] (ênfase adicionada)
>
> Reduzindo ao estado de escravatura econômica este país atrasado, o capital europeu fazia os seus principais ramos de produção e os seus principais meios de comunicação ultrapassar toda uma série de etapas técnicas e econômicas intermediárias, pelas quais tinham sido forçadas a passar nos seus países de origem.[124]

---

[121] Cf. TROTSKY, Leon. *Balanço e perspectivas*. O*p. cit.*, p. 25-129.
[122] Cf. MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello. *Op. cit.*, p. 85.
[123] *Ibid.*, p. 44.
[124] *Ibid*., p. 56-57.

Por conta dessas "peculiaridades", o desenvolvimento do capitalismo na Rússia teria "saltado" as "etapas" que os evolucionistas enxergavam como constituindo o curso geral da modernização capitalista. Trotski descreve como que o capitalismo na Rússia passou da agricultura diretamente à grande indústria, com seus centros urbanos transformando-se rapidamente de pequenos núcleos habitacionais de função primordialmente administrativa a populosos organismos ligados à produção fabril e ao comércio, sem que se tenha desenvolvido o artesanato urbano e outras formas "intermediárias" observadas na França ou na Inglaterra pré-revolução industrial[125]. Dessa forma, retomando a questão anos mais tarde, em polêmica direta com a concepção vulgar adotada por seus críticos stalinistas de então, Trotski afirmou, em *A revolução permanente*:

> Não se pode compreender a nova história da Rússia sem ter apreendido o esquema de Marx: ofício, manufatura, usina. Mas não se compreenderá nada enquanto se tiver aprendido *somente isso.* É que a história russa – sem querer ofender Stalin – realmente saltara algumas etapas.[126]

A refutação da tese evolucionista, entretanto, não se detinha na noção de "salto de etapas", pois essa dinâmica de desenvolvimento engendra consequências políticas de grande monta para a estratégia socialista. É disso que trata centralmente *Balanço e perspectivas*, obra escrita a partir da experiência revolucionária russa de 1905, quando Trotski ainda se encontrava no cárcere devido a sua participação à frente do *soviet* de Petrogrado, principal órgão dirigente desse processo que não logrou vitória.

Conforme ele enfatiza em tal obra, o setor social mais revolucionário na França de 1789-94, tida pela social-democracia como grande modelo a partir do qual se enxergar o futuro da luta revolucionária russa, foram os artesãos urbanos e aprendizes, os quais eram historicamente inexistentes no país[127]. Ademais, a burguesia nativa russa estaria por demais atrelada ao Estado autocrático e ao capital estrangeiro para travar uma luta consequente contra qualquer um dos dois, sendo na prática não um setor social a eles antagônicos, mas a eles *ligado organicamente.* Para Trotski, tal classe era "numericamente muito fraca, isolada do povo, semi-estrangeira, sem tradições históricas, e unicamente inspirada pela sede de lucro".[128] Em contrapartida, o

---

[125] Cf. *Ibid.*, p. 51-52 e 54.
[126] Cf. TROTSKY, Leon. *A revolução permanente. Op. cit.,* p. 269.
[127] Cf. TROTSKY, Leon. *Balanço e perspectivas. Op. cit.,* p. 54.
[128] *Ibid.*, p. 57-58.

proletariado russo era numeroso e extremamente concentrado nos centros urbanos, possuindo, concluiu ele, grandes possibilidades de mobilização política independente.

Para Trotski, portanto, não se poderia esperar que fosse o liberalismo burguês a força política a combater a autocracia e a unificar a nação (isto é, as várias classes subalternas) em torno de um programa democrático e modernizante, baseado nas demandas de independência frente ao capital imperialista, de redistribuição de terras em favor dos pequenos produtos e de estabelecimento de uma república no lugar do Estado autocrático czarista. Esse era o chamado "programa mínimo", defendido pela social-democracia, e o qual Trotski caracterizou como *nacional-democrático*, ou "democrático-burguês", por conta do caráter de suas tarefas.

Todavia, conforme ele afirmou, "A história não se repete [...] O século XIX não passou em vão": a burguesia russa não só estaria por demais atrelada ao Estado autocrático que a criou enquanto classe, bem como ao capital estrangeiro que permitia sua existência, ainda que dependente, como seria ainda por demais temerosa de mobilizar uma classe que, em escala internacional, se mostrava cada vez mais consciente de seus interesses particulares e do antagonismo entre este e os dos capitalistas – "no coração de nossos democratas, o medo do proletariado em armas é maior do que o medo dos soldados da autocracia", afirmou, ao tratar da questão da milícia necessária a execução de uma revolução[129]. Portanto, tal programa não poderia se levado a cabo pela burguesia nativa russa.

E de fato, o que se viu tanto em 1905, quanto em 1917, foi o principal partido dessa burguesia (o *Kadet*, Partido Constitucional-democrata) atuando no sentido de blindar o regime autocrático e, no máximo, buscando algumas reformas pontuais que não se chocassem diretamente com ele[130]. Frente ao desinteresse da burguesia em realizar uma revolução nacional-democrática, ressalta Mendonça, a *intelligentsia* liberal russa historicamente buscou se apoiar politicamente em certa parcela dos proprietários fundiários, opostos à autocracia por conta de sua política protecionista, bem como nos *zemtvos* (câmaras locais de governança)[131]. Já os mencheviques, segundo Trotski, "tentavam sempre e em todas as partes descobrir indícios de desenvolvimento de uma democracia burguesa", e "os inventava" quando não os encontravam – ao ponte deles

[129] Cf. *Ibid.*, p. 59 e p. 70. Citações na p. 70.
[130] Cf. MENDONÇA, Carlos Eduardo Rabello. *Op. cit.*, p. 71.
[131] Cf. *Ibid.*, p. 28-40.

próprios terem se encarregado de "cumprir os deveres desta", quando a mesma se fez ausente na revolução de 1917[132].

A partir dessas análises e da experiência concreta de revolução de 1905, Trotski concluiu que, na Rússia a "revolução burguesa" – ou, mais propriamente, a revolução nacional-democrática – necessitaria ser realizada por outra classe, que não a própria burguesia. Nessa conclusão havia sido diretamente influenciado por Alexandr Parvus (pseudônimo do social-democrata Israel Gelphand), em quem tivera uma espécie de mentor intelectual em sua juventude no exílio. Para Parvus, o desenvolvimento da burguesia nativa russa, por ter sido impulsionado do alto pelo Estado autocrático, a teria privado de raízes sociais e poder econômico, isolando-a dos setores interessados em uma reforma agrária no campo e tornando, assim, o proletariado a única classe capaz de agir diretamente contra o czarismo[133].

Mas essa conclusão não era exclusiva de Trotski e de Parvus, tendo sido compartilhada também por figuras como Lenin e Rosa Luxemburg[134]. O que distinguiu aquele dentro da social-democracia russa foram as consequências estratégicas que ele derivou a partir da mesma e que culminaram no arcabouço básico do que veio a se tornar sua *Teoria da Revolução Permanente*, outro componente fundamental de suas contribuições ao marxismo, do qual se tratará na seção seguinte.

1.2. Conclusões

Do que foi previamente exposto, pode-se concluir, conforme aponta Michael Löwy, que a teoria de Trotski acerca da dinâmica do desenvolvimento capitalista se distinguia antes de tudo pelo uso da sua categoria da *totalidade*, uma vez que analisava a Rússia do ponto de vista de um "subconjunto periférico do capitalismo mundial", e não do ponto de vista de suas especificidades propriamente internas. E que, desse ponto de partida, chegava à conclusão central de que seria impossível uma simples repetição das revoluções burguesas consideradas clássicas.[135] Conforme sintetiza Löwy, "com a ascensão do capitalismo a um sistema mundial, a história mundial torna-se uma totalidade concreta (contraditória) e as condições do desenvolvimento social e

---

[132] TROTSKY, Leon. *Balanço e perspectivas. Op. cit.,* p. 25.
[133] Cf. KNEI-PAZ, Baruch. Trótski: revolução permanente e revolução do atraso. In HOBSBAWM, E. (Org.). *História do Marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1985, v. 5, p. 170.
[134] Cf. MENDONÇA, Carlos Eduardo Rabello. *Op. cit.*, p. 75-76.
[135] Cf. LÖWY, Michael. Teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 01, 1998, p. 72.

econômico conhecem uma mudança qualitativa". Mudança essa que se expressaria acima de tudo pela impossibilidade da repetição dos caminhos anteriores do desenvolvimento capitalista, gerando uma "combinação original das diversidades" que levaria ao "salto" de "etapas" *econômicas* e *políticas*[136].

Daí, utilizando-se os termos do historiador Álvaro Bianchi, pode-se afirmar que "A teoria do desenvolvimento desigual e combinado é, na verdade, uma teoria do desenvolvimento do capitalismo em sua fase imperialista", pois dá conta de sua dinâmica particular. Daí, afirma, por mais que não haja nas obras de Trotsky uma "obra econômica propriamente dita", há claramente uma *teoria do imperialismo*[137]. Teoria essa baseada em um "internacionalismo metodológico" ausente entre a maioria de seus pares social-democratas do começo do século XX.[138]

Ademais, conforme chama atenção Demier, essa teoria de Trotski o permitia analisar a Rússia (e, mais tarde, os demais países "atrasados") a partir do reconhecimento de que ela possuiria uma *historicidade própria*, fruto da dinâmica desigual e combinada do desenvolvimento capitalista a nível global. Esse reconhecimento veio a ser um ponto central de suas intensas divergências com o resgate da vulgata evolucionista feita pelo stalinismo e influência para muitos estudiosos do capitalismo periférico e suas formas políticas particulares.[139] E ele também é central para a correta apreciação das revoluções ocorridas no pós-guerra (tanto as que lograram sucesso, quanto as que fracassaram), uma vez que a maioria delas ocorreu na periferia do capitalismo, em sociedades "atrasadas".

Por fim, cabe ainda ressaltar que as análises de Trotski aqui apresentadas e as contribuições teóricas nelas contidas estão presentes nas elaborações de muitos marxistas que, sem necessariamente se vincularem ao trotskismo ou exporem explicitamente a influência do pensamento de Trotski, se voltaram contra o marxismo "oficial" emanado desde Moscou a partir a década de 1930. Ronald Chilcote, por exemplo, demonstrou a influência e destacou as profundas semelhanças entre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado e a lógica por detrás da versão marxista da

---

[136] Cf. *Ibid.*, p. 77.
[137] Cf. BIANCHI, Álvaro. O primado da política: revolução permanente e transição. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 05, 2000, p. 105.
[138] Cf. BIANCHI, Álvaro. O Marxismo de Leon Trotsky - notas para uma reconstrução teórica. *Idéias*, Campinas, 14 (1/2), 2007, p. 58-99.
[139] Cf. DEMIER, Felipe Abranches. *Op. cit.*, p. 14.

teoria da dependência, desenvolvida por intelectuais latino-americanos[140]. Por sua vez, o já mencionado Demier demonstrou a centralidade da influência das ideias de Trotski sobre toda uma geração de intelectuais brasileiros que se opunham à chamada "razão dualista", em especial os estudiosos do "populismo"[141].

Dessa forma, não é completo exagero a consideração de Ernest Mandel, resgatada por Löwy, sobre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo ser "a tese marxista mais amplamente assimilada" por estudiosos de diferentes áreas do saber, sendo ultrapassada apenas pela "concepção de Marx sobre a determinação econômica da luta de classes"[142].

2. A Teoria da Revolução Permanente

Conforme exposto, a partir da análise das relações sociais historicamente dadas e da dinâmica geral da qual eram fruto, Trotski concluiu que a realização na Rússia das tarefas cumpridas pelos processos revolucionários tidos como "clássicos" deveria se dar pelas mãos de outra classe que não a burguesia. Como se apresentará a seguir, ao defender que essa tarefa cabia ao proletariado, ele concluiu ainda que sua realização faria com que o mesmo se transformasse em uma revolução *socialista*, culminando na expropriação da burguesia e na instauração da ditadura daquela classe. Tais conclusões, diretamente derivadas da *teoria do desenvolvimento desigual e combinado*, foram mais tarde generalizadas para dar conta da dinâmica das revoluções nos demais países atrasados como um todo, tornando-se um pilar central das contribuições de Trotski ao marxismo e também da identidade teórico-política do movimento trotskista: a *Teoria da Revolução Permanente*.

Essa teoria ocupa lugar especial nos debates travados no seio do movimento trotskista do pós-guerra, uma vez que este se deparou com o principal aspecto da mesma. Isto é, as possibilidades e limites impostos à revolução nacional-democrática na periferia do capitalismo pela dinâmica do desenvolvimento capitalista em sua fase imperialista e as consequências daí decorrentes para a dinâmica concreta da revolução socialista.

---

[140] Cf. CHILCOTE, Ronald H. Trotsky and Development Theory in Latin America. *Critical Sociology*, n. 35, 2009, p. 719-741.
[141] Cf. DEMIER, Felipe Abranches. *Op. cit.*
[142] LÖWY, Michael. *Teoria do desenvolvimento... op. cit.*, p. 78.

2.1. O debate sobre o *caráter*, os *sujeitos* e a *dinâmica* da revolução russa

Com suas conclusões acerca da dinâmica do desenvolvimento russo e das implicações deste sobre a estratégia socialista, Trotski encontrava-se em desacordo com grande parte da social-democracia russa, em especial com seu "patrono", Georgi Plekhanov, e com a corrente menchevique do Partido Operário Social-Democrata Russo. Estes, segundo avaliação do próprio Trotski, exposta em um prefácio de 1919 a *Balanço e perspectivas*, baseando-se no pressuposto de que a revolução russa era *burguesa* em caráter, devido às tarefas nacional-democráticas que compreendia, concluíam que esta teria como objetivo o estabelecimento de um *regime parlamentar burguês*[143]. Lutavam, assim, como Trotski apontou em *A Revolução Permanente*, por uma *reforma liberal constitucional*, se propondo a serem a "ala esquerda da frente democrática" que levaria tal revolução a cabo, sob liderança e hegemonia da burguesia liberal[144]. Conforme explica em maiores detalhes no apêndice a seu projeto inacabado de biografia de Stalin, *As três concepções da revolução russa* (1939):

> Para Plekhânov, Axelrod e os dirigentes do menchevismo em geral, a caracterização da Revolução como burguesa tinha, sobretudo, o valor político de evitar uma confrontação prematura da burguesia com o espectro vermelho do socialismo, que a "afugentaria", assim, para o campo da reação. "As relações sociais da Rússia amadureceram apenas para uma revolução burguesa", disse Axelrod, o chefe tático do menchevismo, no Congresso Unificado. "Enquanto persistir a ilegalidade política, não devemos mesmo mencionar a luta direta do proletariado pelo poder político, contra as outras classes... Ele luta pelas condições do desenvolvimento burguês. As condições do objetivo histórico condenam o nosso proletariado a uma colaboração inevitável com a burguesia na luta contra o inimigo comum". O conteúdo da Revolução Russa era assim confinado de antemão a mudanças compatíveis com os interesses e pontos de vista da burguesia liberal.[145]

Já Trotski, conforme anteriormente exposto, discordava da possibilidade da burguesia nativa se colocar à frente de um processo nacional revolucionário, ainda que ele concordasse com o *caráter burguês* da revolução que estava colocada, em termos das tarefas que ela deveria realizar. Nisso, encontrava-se em acordo seu amigo e mentor, Parvus, e também com Rosa Luxemburg e com o importante líder da social-democracia alemã, Karl Kautsky[146].

---

[143] Cf. TROTSKY, Leon. *Balanço e perspectivas*. *Op. cit.*, p. 25-26.
[144] Cf. TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. *Op. cit.*, p. 155.
[145] TROTSKI, Leon. *As rês concepções da revolução russa* [1939]. Disponível em http://tinyurl.com/n7eup38. Acessado em 20 de maio de 2015, [s.p.].
[146] Para a posição de Kautsy em 1905-06, ver MENDONÇA, Carlos Eduardo Rabello. *Op. cit.*, p. 77-78.

Também os bolcheviques compartilhavam dessas ideias, baseando-se, para tal, nas análises elaboradas por Lenin acerca do desenvolvimento do capitalismo russo[147]. Todavia, conforme anteriormente mencionado, as consequências estratégicas que Trotski derivou a partir da necessidade de se realizar uma revolução "burguesa" sem a burguesia, em um país que, mesmo que "atrasado", encontrava-se plenamente integrado à economia capitalista mundial, o mantiveram em uma posição independente de Lenin e dos bolcheviques até meados de 1917, quando estes alteraram a linha básica que defendiam desde a derrota da revolução de 1905. Na realidade, as conclusões estratégicas de Trotski eram divergentes até mesmo daquelas de Parvus, que tanto lhe influenciara inicialmente.

Cabem alguns comentários sobre essas diferenças. Lenin, ao ter se afastado (a partir de 1905) da concepção evolucionista de Plekhanov, que defendia a "auto exclusão" da social-democracia do papel de protagonista político da revolução burguesa, elaborou a fórmula da *ditadura revolucionária democrática do proletariado e dos camponeses*, cujo objetivo seria implementar, através de uma aliança operário-camponesa, o "programa mínimo" da social-democracia, nos marcos relações sociais *capitalistas* que poderiam, então, se desenvolverem livremente, não obstante a ausência da burguesia no governo. Ausência essa que seria fruto da falta de interesse da burguesia russa na revolução, em consequência de fatores peculiares ao desenvolvimeto econômico do país.[148]

---

[147] Expostas em LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria* [1899]. Dois volumes. Coleção Os Economistas. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

[148] Cf. GETZLER, Israel. *Op. cit.*, p. 27-32. O documento-chave que contém esta posição é LENIN, Vladimir Ilich. Dos tácticas de la socialdemocracia em la revolución democrática [1905]. In _____. *Obras selectas*. 1ª ed. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2013, p. 220-304. Cabe notar que, em *A revolução permanente*, Trotski minimizou diversas vezes sua diferença com tal posição de Lenin, chegando a distorce-la em certa medida – postura certamente adotada como forma de não fornecer aos seus adversários stalinistas material para apresenta-lo enquanto um "anti-leninista". Tal fato pode ser observado especialmente na passagem da *Introdução* onde afirma que "Desde o outono de 1902, pelo menos", se considerou "discípulo de Lenin" no que tangia à incapacidade da burguesia e à centralidade da questão agrária, diferenciando-se "apenas" no que tangia sua insistência na incapacidade dos camponeses em empreenderem uma ação política independente, cabendo o protagonismo da revolução e da ditadura ao proletariado "apoiado por milhões de camponeses", omitindo, assim, sua divergência daí derivada, acerca do "conteúdo social" da revolução: ele seria também socialista, e não estritamente burguesa Cf. TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. *Op. cit.*, p. 158. Pode ser visto também na passagem do *Capítulo III* onde afirma que sua divergência com Lenin se limitava à *forma política* da aliança operário-camponesa: enquanto Trotski afirmava categoricamente o protagonismo proletário, Lenin teria operado com uma "fórmula algébrica", a qual ele deu diferentes conteúdos em diferentes momentos. O próprio Trotski enumera algumas dessas maneiras, como a defesa da "predominância eventual da democracia pequeno-burguesa no futuro governo" (março de 1905); da centralidade da "revolução agrária" (1907); da participação do partido proletário na revolução, mas sem visar a tomada do poder (julho de 1905); ou da conquista do poder pelo partido (dezembro de 1906). Cf. *Ibid.*, p. 213-17.

De forma semelhante, Parvus, ainda que por outros caminhos analíticos, também se limitava a defender a instauração de uma *república democrática* pelas mãos dos operários, enxergando, assim, "a tomada do poder pelo proletariado como um caminho para a democracia, e não como via para o socialismo"[149], conforme afirmou o historiador Israel Getzler.

Trotski, por sua vez, se baseava tanto em um resgate das análises e conclusões estratégicas de Marx acerca do encerramento da fase revolucionária da burguesia, desenvolvidas após a experiência das revoluções de 1848 (ponto em que convergia com Parvus), quanto em uma negação categórica da possibilidade de um regime baseado em um co-protagonismo do proletariado com o campesinato na implementação das tarefas nacional-democráticas. Para ele, não só não fazia sentido a ideia de uma *autolimitação* do caráter da revolução por parte do governo operário, originando algo como um regime intermediário entre ditadura de classe da burguesia e ditadura de classe do proletariado, como ainda demonstrou o caráter utópico de tal programa, especialmente na forma defendida por Lenin.

Conforme o raciocínio exposto já em *Balanço e perspectivas*, a impossibilidade de uma ação política independente por parte do campesinato seria o primeiro fator estrutural a fazer com que o caráter da revolução não pudesse ser estritamente burguês, uma vez que restaria ao proletariado ser seu *sujeito social*. Como este possuiria peso social e capacidade estrutural para implementar seu próprio programa "máximo", isso impossibilitaria que se projetasse um regime operário-camponês como sendo o fruto (e o objetivo) da revolução russa. Acerca dessa capacidade estrutural, Trotski afirmou, em *A revolução permanente*, que "a economia mundial, e a economia europeia em particular, estão perfeitamente maduras para essa revolução"[150], donde se vê mais uma vez a centralidade de sua noção de *totalidade*.

Desse raciocínio advinha sua principal divergência com Lenin, pois, mesmo que se admitisse a aliança entre as duas classes – e de fato Trotski alegava ser favorável a uma tal divisão do poder, para que a revolução pudesse ser considerada "sadia" – colava-se enquanto questão fundamental saber, dentre as duas classes, "*quem dá conteúdo à política governamental e quem constitui no poder uma maioria homogênea?*"[151]. Assim, por mais que concordasse com Lenin acerca da centralidade da

---

[149] TROTSKY, Leon. *A revolução permanente. Op. cit.*, p. 212.
[150] *Ibid.*, p. 158.
[151] TROTSKY, Leon. *Balanço e perspectivas*. *Op. cit.*, p. 79.

questão agrária como deflagrador da revolução, Trotski alegava que a história do capitalismo seria a "história da subordinação do campo à cidade", a ponto da própria abolição do feudalismo ter dependido, naqueles países que passaram por revoluções burguesas "clássicas", do protagonismo das classes *urbanas*, não tendo o campo produzido uma classe capaz de desempenhar tal tarefa por conta própria[152].

Alguns anos mais tarde, ao retomar a questão em *A revolução permanente*, Trotski explicou de forma mais detalhada que tal se dava porque o campesinato era uma classe de composição por demais heterogênea, além de ser atomizada e geograficamente muito dispersa, sendo por isso incapaz de criar um partido próprio e que atuasse com uma política independente em uma sociedade cuja contradição fundamental se dava entre capital e trabalho – devendo, assim, "escolher entre a política da burguesia e a do proletariado"[153].

A própria história russa, apontou Trotski em tal obra, teria sido testemunha de diversas tentativas de se estabelecer um partido camponês independente, todas as quais falharam em períodos de grande tensão política, com estes partidos se atrelando à burguesia liberal nos momentos de luta decisiva. Assim, sintetizou: "logo que a crise revolucionária da sociedade põe em primeiro plano os problemas fundamentais da propriedade, o partido 'camponês' pequeno-burguês se converte, automaticamente, numa arma da burguesia contra o proletariado"[154]. Dessa forma, concluiu, de maneira enfática:

> É evidente que a pequena burguesia é incapaz de dirigir a vida da sociedade burguesa moderna, mesmo atrasada, porque o proletariado, já estando separado da pequena burguesia, se insurge contra a grande, e esta, nos quadros do desenvolvimento capitalista, reduz a pequena burguesia à impotência e coloca o campesinato diante da necessidade de escolher entre a burguesia e o proletariado.[155]

Ao fim dessa seção, serão desenvolvidas alguns comentários críticos acerca da concepção de Trotski sobre o campesinato, classe que passou por profundas transformações ao longo do século XX. Por hora, cabe abordar o outro fator a fazer, segundo ele, com que o caráter da revolução não pudesse ser estritamente burguês, como defendiam mencheviques, Lenin, Parvus e Cia. Tal fator era a dinâmica concreta

---

[152] Cf. *Ibid.*, p. 83-82.
[153] Cf. TROTSKY, Leon. *A revolução permanente. Op. cit.*, p. 218.
[154] Cf. *Ibid.*, p. 221 e p. 222 (para a citação).
[155] *Ibid.*, p. 282.

que resultaria de uma tomada do poder pelo proletariado sem que se extinguisse a burguesia como classe.

Em *Balanços e* Perspectivas, Trotski argumentou que, mesmo que a revolução tivesse caráter somente "democrático-burguês", a direção e dominação proletária no governo a transformaria em *socialista* devido ao choque com a resistência burguesa, que adviria da tentativa de se implementar até mesmo as demandas democráticas mais básicas. Pois, confrontada com o poder proletário e a intervenção deste no direito burguês (a propriedade privada), ainda que limitada às demandas plenamente realizáveis sob o capitalismo, a burguesia apelaria para seu método mais eficiente de luta, o *lockout*. Para Trotski, o governo proletário, a fim de garantir sua posição, só poderia responder a isso com "a expropriação das fábricas e empresas fechadas e a organização de sua produção sobre a base da gestão coletiva"[156].

Dessa forma, concluiu, mesmo que o "coletivismo" não seja o *fim* do governo proletário, ele deve ser o *meio* pelo qual este manterá seu poder, o que faz com que a revolução adquira uma dinâmica *ininterrupta*, de burguesa a socialista[157]. Nesse sentido, afirmou:

> Do simples fato de os representantes do proletariado entrarem no governo, não a título de reféns impotentes, mas como força dirigente, **desaparece a fronteira entre programa mínimo e programa máximo**; isto quer dizer que **o coletivismo coloca-se na ordem do dia**.[158] (ênfase adicionada)

A transformação da revolução nacional-democrática em revolução socialista não seria, assim, mera questão de vontade, mas de *necessidade objetiva*. Pois, sendo elevada à condição de classe politicamente dominante para que cumpra as tarefas nacional-democráticas e, visando preservar tal posição ante a contrarrevolução, o proletariado deve atacar a existência da classe burguesa e do capital imperialista. Conforme sintetiza Mendonça, "a realização de fato do programa mínimo de reformas burguesas exige, para sua garantia, a passagem a um programa máximo de instituições propriamente socialistas", pois "a manutenção da posição de sujeito do processo atribuída ao proletariado exigirá um processo revolucionário 'ininterrupto' – isto é, *permanente*"[159] – donde a "ligação orgânica" entre revolução burguesa e socialista, a dissolução da distinção entre programa máximo e mínimo. Nas palavras do próprio Trotski,

---

[156] Cf. TROTSKY, Leon. *Balanço e perspectivas*. *Op. cit.*, p. 88.
[157] Cf. *Ibid.*, p. 91.
[158] *Ibid.*, p. 91.
[159] Cf. MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello. *Op. cit.*, p. 79-80.

> a ditadura do proletariado tornar-se-ia a arma com a qual seriam alcançados os objetivos históricos da revolução burguesa retardatária. Mas esta não poderia ser contida aí. No poder, o proletariado seria obrigado a fazer incursões cada vez mais profundas no domínio da propriedade privada em geral, ou, seja, empreender o rumo das medidas socialistas.[160]

A revolução se torna, assim, *permanente*. E, dada a dinâmica de desenvolvimento desigual e combinado e a integração do país à totalidade que é a economia mundial, seria plenamente possível o "salto de etapas" aí compreendido. Conforme já apontado, na defesa de tal perspectiva Trotski encontrava-se em acordo com formulações feitas por Marx e Engels após a experiência das revoluções de 1848, a partir da qual estes conceberam uma dinâmica de "revolução permanente" ao defender a perspectiva de que havia se encerrado a fase revolucionária da burguesia e que caberia, então, ao proletariado levar adiante as tarefas nacional-democráticas, ao mesmo tempo em que concretizaria seu próprio programa socialista:

> Enquanto a pequena burguesia democrática deseja concluir a revolução o mais rápido possível [...] é o nosso interesse e a nossa tarefa fazer a revolução ser permanente até que todas as classes mais ou menos proprietárias tenham sido removidas das posições de comando, até que o proletariado tenha conquistado o poder de Estado e até que a associação dos proletários tenha progredido suficientemente longe, não apenas em um país, mas em todos os países dirigentes do mundo, tenha avançado ao ponto de que a competição entre os proletários nesses países tenha cessado e de que, ao menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos dos proletários.[161]

Assim, nas palavras do próprio Trotski, em *A revolução permanente*, Marx teria concebido uma dinâmica revolucionária que "não transige com nenhuma forma de dominação de classe, que não se detém no estágio democrático e, sim, passa para as medidas socialistas e a guerra contra a reação exterior". Portanto, um processo ininterrupto, ao ponto de cada "etapa" estar "contida em germe na etapa precedente" e terminando apenas com a "liquidação total da sociedade de classes".[162] Prosseguindo com suas considerações acerca do assunto, reforçou que Marx viu as revoluções de 1848 como o "prólogo imediato da revolução socialista" e que, se errou, não foi no "método", e sim em relação aos fatos, pois as mesmas não teriam alcançado a democracia precisamente por não terem se transformado em socialistas[163].

Apesar da noção básica da necessidade de uma dinâmica de *revolução permanente* para que se pudesse realizar na Rússia as tarefas nacional-democráticas

---

[160] TROTSKY, Leon. *A revolução permanente. Op. cit.*, p. 158.
[161] MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Adress of the Central Authority to the League [March 1850]. In _____. *Collected Works*. Vol. 10. [Livro digital]: Lawrence & Wishart, 2010, p. 277-287.
[162] TROTSKY, Leon. *A revolução permanente. Op. cit.*, p. 160. Mesma página para ambas citações.
[163] *Ibid.*, p. 160.

pendentes e da comprovação desta "pela negativa" em 1905, a teoria só veio a assumir uma forma acabada anos depois. Essa forma foi fruto do acréscimo que Trotski fez a ela, no próprio curso da revolução russa de 1917, da necessidade de um *sujeito político* – tendo posteriormente *generalizado* a afirmação de sua validade para além da Rússia, à luz da Revolução Chinesa de 1925-27.

2.2. Rússia, 1917: a necessidade de um *sujeito político*

A primeira mudança importante pela qual passou a *Teoria da Revolução Permanente* ocorreu, portanto, em 1917, com a inclusão da noção de que seria necessária uma força política dirigente de tipo específico para que fosse viável a tomada do poder pelo proletariado e sua perpetuação. Aqui é importante ressaltar que revolução de 1905 tivera um caráter em grande parte espontâneo, o que inicialmente reforçara as ideais de Trotski (e também de Rosa Luxemburg) contra a visão defendida pelos bolcheviques, que encaravam ser primordial a ação de um partido de vanguarda, cujas posições fossem democraticamente centralizadas e que fosse organizativa e politicamente independente das demais correntes políticas.

Todavia, em seu decurso ficaram claras as limitações de uma dinâmica "espontaneísta", uma vez que o *soviet* erguido em Petrogrado, enquanto poderosa expressão da força política do proletariado, perdeu progressivamente a sua capacidade de atuação e se limitou cada vez mais a uma "política de ágora" (expressão de Mendonça), baseada em discursos que não mais se desdobravam em ações concretas[164]. Conforme a própria conclusão de Trotski, descrita por Mendonça de acordo com o que este expôs na obra *1905* (1907), "o Soviet havia esgotado sua capacidade de ação pelo simples fato de que não dispusera de *meios* materiais para mais". Pois, uma vez que a estrutura repressivo-jurídica do Estado havia se mantido de pé, o *soviet* só pode agir de forma "negativa", limitando a ação destes ao se contrapor a eles.[165]

Assim, já em *Balanço e perspectivas*, Trotski dedicou algumas linhas à defender a importância do *fator subjetivo* e da organização deste por um partido. Segundo sua avaliação, não obstante os "fatores objetivos" que permitiam a eclosão da revolução, a esfera da política, compreendida enquanto "terreno onde os pré-requisitos objetivos se entrecruzam com os subjetivos e onde ambos se influenciam mutuamente", seria

---

[164] Cf. MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello. *Op. cit.*, p. 56-58.
[165] *Ibid.,* p. 58-59.

também decisivo para vitória[166]. Nesse sentido, afirmou: "Acima de tudo, é preciso que essa classe [o proletariado] seja *consciente* de seu interesse objetivo. É necessário que *entenda* que para ela não há outra saída além do socialismo. E é preciso que se una em um exército suficientemente forte para conquistar o poder político em uma luta aberta". Ao que complementou mais adiante no mesmo texto: "A social-democracia entende por conquista do poder uma **ação consciente da classe revolucionária**.".[167]

Todavia, foi apenas em 1917 que Trotski deu forma acaba a tais considerações ainda um tanto abstratas. Sua adesão ao partido bolchevique, momento que marca de forma decisiva sua mudança de posição, se deu após este ter alterado sua linha estratégica em sua Conferência Extraordinária, realizada em abril, na qual se aprovou a nova posição de Lenin expressa em suas *Teses de Abril*. Nestas, este defendeu uma linha muito parecida com a de Trotski, de tomada do poder pelo proletariado não apenas *sem* a burguesia, mas efetivamente *contra* ela. Assim, foi derrotada a postura de conciliação com o Governo Provisório que vinha ditando a atuação do partido desde fevereiro, sob liderança de Kamenev, Rikov e outros que não haviam sido novamente exilados, como Lenin fora[168].

Esse episódio representou não só uma certa "trotskização" de Lenin e de parte dos bolcheviques, que aderiram na prática a Teoria da Revolução Permanente e à estratégia revolucionária dela derivada, como também representou uma "bolchevização" de Trotski, que abandonou suas antigas (e ferrenhas) críticas ao modelo de partido vanguardista e centralizado. Desde então, Trotski se tornou um sólido defensor de tal modelo, inserindo-o no núcleo de sua teoria da revolução e, posteriormente, buscando recria-lo através da Quarta Internacional.

O texto onde primeiro aparece de forma enfática essa mudança de Trotski em relação ao partido de vanguarda enquanto um componente essencial da revolução permanente é em *Lições de outubro* (1924), obra originalmente elaborada enquanto introdução a uma coletânea de seus escritos que estava sendo preparada. Tendo sido

---

[166] TROTSKY, Leon. *Balanço e perspectivas. Op. cit.*, p 110.
[167] *Ibid.*, p. 111. Mesma página para ambas citações.
[168] No *Prefácio* de 1919 a *Balanço e perspectivas*, Trotski afirmou que "após algumas lutas internas, [o partido bolchevique] adotou sem rodeios uma táctica dirigida em direção à ditadura socialista da classe operária, em plena harmonia com toda a situação internacional e com as relações de classe na Rússia". *Ibid.*, p. 30. Todavia, a vitória da nova linha de Lenin nesta Conferência não foi absoluta. Como avalia Isarael Getzler, a Conferência chegou a um "compromisso" entre "neobolchevismo" (Lenin) e "bolchevismo tradicional" (Kamenev/Rikov), o que veio a se expressar em certa ambiguidade das resoluções por ela adotadas e na composição do novo Comitê Central, o qual vivenciou intensos conflitos, como a famosa denúncia de Kamenev na imprensa, segundo a qual Lenin preparava a derrubada do Governo Provisório. Cf. GETZLER, Israel. *Op. cit.*, p. 37-41.

escrita já no contexto de conflitos entre Trotski e o "triunvirato" formado por Stalin, Kamenev e Zinoviev dentro do Comitê Central do partido, a mesma resgatou as polêmicas travadas entre Lenin e estes às portas da revolução de outubro, para, a partir daí, não só atacar seus adversários do momento, mas principalmente lidar com o fracasso da onda revolucionária internacional que havia se seguido à vitória dos *soviets* russos.

Ao passo que a Internacional Comunista vinha, conforme aponta Mendonça, buscando "fabricar insurreições" de maneira "aventureirista" (como na Estônia e na Bulgária em 1924) desde o fracasso da segunda revolução alemã (1923)[169], Trotski afirmou enquanto a mais importante "lição de outubro" que não basta uma insurreição espontânea das massas proletárias. Sem um partido capaz de organizar a dirigir tal força, argumentou, ela tenderá ao fracasso, tal qual ocorrera na Rússia em 1905 e nas chamadas "jornadas de julho" de 1917, brutalmente reprimidas, ou ainda na Alemanha em novembro de 1918. Nesse sentido, afirmou que, "na ausência de um partido capaz de o dirigir, o golpe de força proletário tornava-se impossível. **O proletariado não pode conquistar o poder através de uma insurreição espontânea**"[170] (ênfase adicionada).

Considerando o partido enquanto "o instrumento essencial da Revolução proletária"[171], Trotski tomou sua ausência enquanto o fator explicativo principal para a o fracasso da onda revolucionária do pós Primeira Guerra, afirmando:

> Se não houve nenhuma revolução vitoriosa no fim da guerra, foi por não haver um partido. Esta constatação aplica-se a toda a Europa. Seguindo par e passo o movimento revolucionário nos diferentes países, poder-se-á verificar a sua Justeza.[172]
>
> A revolução proletária não pode triunfar sem o Partido, contra o Partido ou através dum sucedâneo dele. Este é o principal ensinamento dos últimos dez anos. [...] Pagamos caro demais esta lição sobre o papel e importância do Partido para poder renunciar-lhe tão levianamente ou mesmo a minimizar.[173]

Quatro anos depois da chamada "polêmica literária", deflagrada pela publicação de *Lições de Outubro*, Trotski havia sido expulso do partido e forçado ao exílio na Turquia, por conta de seu confronto com o "triunvirato" (através da Oposição de Esquerda) e, posteriormente, com Stalin/Bukharin (através da Oposição Unificada, em

---

[169] Cf. MENDONÇA, Carlos Eduardo Rabello. *Op. cit.*, p. 154.
[170] TROTSKY, Leon. *Lições de outubro. Op. cit.*, p. 24.
[171] *Ibid.*, p. 26.
[172] *Ibid.*, p. 113.
[173] *Ibid.*, p. 114.

aliança tática com Kamenev e Zinoviev). Dessa nova posição, ainda mais isolada que a anterior, ele mais uma vez voltou a insistir na centralidade de um partido proletário de vanguarda para o sucesso da revolução, em seu texto que ficou conhecido como *A Terceira Internacional Depois de Lenin* (1928), no qual desferiu um ataque frontal às políticas que Stalin e seu bloco de aliados vinham impondo à Internacional Comunista:

> O movimento revolucionário das massas no pós-guerra era forte o suficiente para derrubar a burguesia. Mas não havia ninguém para levar isso para uma consumação. A social-democracia, que detinha a liderança das organizações tradicionais da classe trabalhadora, exerceu todos os seus esforços para salvar o regime burguês. Nessa época, quando olhávamos para a frente visando uma tomada imediata do poder pelo proletariado, nós contávamos que um partido revolucionário iria amadurecer rapidamente no fogo da guerra civil. Mas os dois termos não coincidiram. A onda revolucionária do pós-guerra diminuiu antes de os partidos comunistas crescerem e atingirem a maturidade na luta com a social-democracia, de modo a assumir a liderança da insurreição.[174]

Por volta do mesmo período, ao recapitular os eventos de 1917, em sua *História da Revolução Russa* (1930), Trotski mais uma vez falou da centralidade do partido, deixando claro que não é nem um fator secundário, mas também não é o único dentre os centrais. Daí se pode notar a sua noção de uma autonomia do político como sendo sempre *relativa*, pois dependente de outros fatores:

> Apenas na base de um estudo dos processos políticos nas próprias massas se pode entender o papel dos partidos e líderes, que nós, menos que outros, estamos inclinados a ignorar. Constituem um elemento não independente, mas não obstante muito importante, no processo. Sem organização dirigente, a energia das massas se dissiparia como um vapor não encerrado numa caldeira com bombas de pistão. Entretanto, o que move as máquinas não é nem a caldeira nem o pistão, mas o vapor.[175]

Assim, conforme as considerações de Bianchi, se em 1905 Trotski já tinha muito bem definido que a revolução russa tinha no proletariado o seu *sujeito social* e que, por conta disso, se daria em uma dinâmica de "revolução permanente", a qual ligaria organicamente a realização das tarefas nacional-democráticas com aquelas socialistas, foi no curso da experiência revolucionária de 1917 que ele adicionou à sua teoria a necessidade do partido revolucionário de vanguarda enquanto o *sujeito político* indispensável do processo. Essa seria a segunda formulação da *Teoria da Revolução Permanente*.[176]

---

[174] TROTSKY, Leon. *The Third International After Lenin - The Draft Program of the Communist International: A Criticism of Fundamentals* [1929]. Disponível em: http://tinyurl.com/my97wqd. Acessado em 20 de maio de 2015, [s.p.].
[175] TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa. Op. cit.*, p. 10-11.
[176] Cf. BIANCHI, Álvaro. *O primado da política... Op. cit.*, p.109.

2.3. China (1925-27) e a *generalização* da teoria

Já a terceira e última formulação se deu principalmente à luz da experiência da Revolução Chinesa de 1925-27. Ela foi exposta de forma sistematizada em *A revolução permanente* (1929), uma resposta de Trotski aos ataques do seu até então aliado de Oposição de Esquerda Internacional, Karl Radek. Este abandonara a Oposição em 1930, influenciado pela coletivização do campo e pelo lançamento do 1º Plano Quinquenal, supondo que Stalin havia adotado na prática o programa da mesma. Pouco antes desse rompimento, Radek pavimentara sua "reabilitação" lançando duras críticas à Teoria da Revolução Permanente. Ele foi preso durante os expurgos de 1937 e morreu na prisão dois anos depois.

Desde *Balanço e perspectivas* até esse momento, Trotski não havia dedicado nova obra à sua teoria, dando o assunto como encerrado pela comprovação de sua validade através da revolução de outubro. Nem mesmo a publicação da obra de Stalin, *Questões do leninismo* (1924), onde este rompia abertamente com as "lições de outubro" e seu internacionalismo, ao defender a ideia de "socialismo em um só país", fizera Trotski retomar o assunto. Foi a estratégia de subordinação do PC chinês ao partido nacionalista-burguês, Kuomitang (KMT), visando a realização de uma revolução democrático-burguesa no país, que fez Trotski passar a se diferenciar da linha oficial da Internacional Comunista – principalmente depois dos desastrosos efeitos da mesma.

Até meados de 1926, Trotski não parece ter se contraposto à linha predominante no PC soviético (PCUS), segundo a qual a tarefa na China era de promover, em associação com o KMT, um "governo nacional unificado" – posição derivada da visão de que primeiro era necessário superar o "atraso" econômico do país, permitindo o amadurecimento de seu capitalismo. Cabe ressaltar que essa linha não era muito diferente daquilo proposto nas chamadas "Teses do Oriente", adotadas pelo 4º Congresso Mundial da Internacional Comunista (1922).

Todavia, em março de 1926, ao participar de uma comissão do Bureau Político do PCUS acerca do Extremo Oriente, Trotski teria feito uma "consideração de última hora", conforme aponta Mendonça. Já após a redação do relatório da mesma, ele defendeu que o PC chinês rompesse com o KMT (no interior do qual se encontrava

desde o começo da década) e apontou que os compromissos diplomáticos soviéticos não deveriam impedir o PCUS de apoiar a revolução chinesa até o fim.[177]

Mendonça ressalta que um aspecto importante dessa mudança de postura teria sido o fato de que os antagonismos de classe no país vinham se expressando concretamente e colocando em xeque as possibilidades da almejada aliança "revolucionário-democrática" entre o proletariado, pequeno-burguesia e burguesia. Pois, em março de 1926, Chiang Kai-shek, líder do KMT, dera um golpe, dissolvendo o comitê de greve de Cantão/Hong-kong e assumindo ele próprio o poder na região. Ao mesmo tempo, impôs sérias limitações à atuação independente dos comunistas no interior do KMT, além de ter prendido certas lideranças comunistas.[178]

A partir desse momento, Trotski passou a polemizar com a linha oficial do PCUS (que não fora alterada após o golpe de Kai-shek), analisando a China segundo a mesma lógica que usara anteriormente em relação à Rússia. Ele apontou que, por mais que houvesse diferenças óbvias[179], também na China as relações sociais pré-capitalistas haviam se "fundido quimicamente" com a exploração burguesa, o que impediria a concretização das tarefas nacional-democráticas sem que fosse por uma via anti-capitalista[180]. Daí sua cada vez mais ferrenha oposição à linha da Internacional, que seguiu apostando em uma revolução sob a liderança da burguesia supostamente liberal, ainda que esta teimasse em não se fazer presente no processo de luta de classes[181]. Nesse sentido, Trotski a acusou de reeditar a linha dos mencheviques russos em 1917, com o agravante da submissão organizativa ao partido da burguesia[182].

Dado a insistência por parte da Internacional em uma linha que se mostrava desastrosamente equivocada, Trotski viu mais uma comprovação de que esta se encontrava dominada pelas "necessidades sociais" conservadoras da burocracia soviética, desejosa de uma coexistência pacífica com o imperialismo e, por conta disso, desinteressada e temerosa de novas revoluções. Conforme afirmou, "tornando-se cada vez mais conservadora, ela aspirava a uma ordem mundial estável; desejava que a

---

[177] Cf. MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello. *Op. cit.*, p 116-21.
[178] Cf. *Ibid.*, p 116-21.
[179] Para Trotski, diferentemente da Rússia, ali a questão agrária teria menor importância, ao passo que a questão da unificação nacional (ou "tarefa libertadora") estava colocada na ordem do dia, uma vez que o país era recortado por áreas sob domínio estrangeiro. Cf. TROTSKY, Leon. *A revolução permanente. Op. cit.*, p. 177.
[180] Cf. *Ibid.*, p. 178.
[181] Após o golpe de março de 1926, Kai-shek ainda perpetrou um massacre contra o proletariado em abril de 1927, após os operários de Xangai terem aberto as portas da cidade às suas tropas, assegurando seu controle da região norte do país e finalizando a unificação do mesmo.
[182] Cf. *Ibid.*, p. 171-72.

revolução [russa] terminada, tendo-lhe assegurado uma situação privilegiada, fosse suficiente para a construção pacífica do socialismo".[183]

Assim, para Trotski a verdadeira divergência que os stalinistas apresentavam como "socialismo em um só país" *versus* revolução permanente era sobre sobrevivência e internacionalização da revolução, ou conservação da estabilidade da burocracia. Daí a Internacional ter buscado, antes da Revolução Chinesa, uma política de alianças para fazer "pressão" nas burguesias ocidentais, para que deixassem a URSS em paz (o caso do "Comitê Anglo-Russo", de 1926), e posteriormente ter lançado a linha do "Terceiro Período" ("classe contra classe"), ante a falha dessa medida e o crescimento das hostilidades imperialistas.[184] E daí seu feroz ataque à Teoria da Revolução Permanente, pelo programa intrinsicamente internacionalista a ela vinculado. (A sua análise acerca do stalinismo e da burocracia soviética será aborda em maiores detalhes ao longo da próxima seção).

Vê-se, assim, que o embate entre Trotski e os stalinistas e seus aliados em torno de que posição o PC chinês deveria adotar ia muito além do processo revolucionário daquele país, tratando-se, na verdade, de uma batalha entre a submissão dos PCs aos interesses conservadores da burocracia soviética, ou a internacionalização da revolução russa através do incentivo e apoio a novos processos revolucionários mundo afora. E, mais uma vez, a defesa de Trotski de uma estratégia revolucionária não era uma questão de vontade, mas derivada da análise das relações sociais e dos rumos da luta de classes sob a dinâmica particular da fase imperialista do desenvolvimento capitalista.

Assim, segundo ele, a "generalização" da *Teoria da Revolução Permanente* foi ditada pela própria realidade, uma vez que os problemas enfrentados na Rússia – especialmente a questão da possibilidade de um regime social intermediário entre capitalismo e ditadura do proletariado, cuja defesa o stalinismo resgatara depois da revolução russa a ter enviado para o museu[185] – havia surgido sob formas variadas em diversos países nos anos seguintes a 1917[186]. Nesse sentido, ao longo da década de 1930, Trotski reafirmou a validade de tal lógica em diferentes países e situações.

Abordando o assunto, Demier enumera tais situações: ao tratar da Itália, ele apontou que a transição do fascismo à democracia não seria fruto de uma luta da

---

[183] Cf. *Ibid.*, p. 164 (mesma página para a citação).
[184] Cf. *Ibid.*, p. 167.
[185] Trotski polemiza duramente com o resgate feito pelo VI Congresso da IC da antiga fórmula de Lenin de "ditatura democrática" (do campesinato e do proletariado), cf. *Ibid.*, p. 172.
[186] Cf. *Ibid.*, p. 282.

burguesia nativa contra o regime e, apesar de não ter excluído a possibilidade de ser construída uma democracia burguesa após a queda do fascismo, enfatizou que esta seria fruto de uma revolução proletária "abortada", não de uma "revolução democrática". Ao tratar da Índia, apontou que a luta por "libertação nacional" não poderia contar com o apoio dos "opressores internos". Ao tratar da Espanha, apontou que as tarefas nacional-democráticas (reforma agrária e destruição dos privilégios da igreja católica) deveriam ser realizadas pelo proletariado em aliança com o campesinato, e condenou a política stalinista de combater o fascismo via aliança com a burguesia nativa (a "Frente Popular"). Por fim, ao tratar da África do Sul, apontou que as tarefas nacional-democráticas (questões agrária, nacional e da opressão racista) necessitavam de uma ditadura do proletariado, sem qualquer tipo de aliança "anti-imperialista" com a burguesia nativa.[187]

Da mesma forma, ao tratar da América Latina, Trotski ressaltou as limitações dos governos que então (década de 1930) se apoiavam nas massas contra o imperialismo, apontando que eram incapazes de realizar as tarefas nacional-democráticas de forma *completa* e de se operem ao imperialismo de forma *consequente*[188]. Assim, defendeu para a região a mesma lógica de *revolução permanente*: "Na medida em que as tarefas são democráticas, em um amplo sentido histórico, são tarefas democrático-burguesas, mas aqui [na América Latina] a burguesia é incapaz de resolvê-las, como o foi na Rússia e na China"[189].

Vê-se daí que, mesmo que Trotski não a tenha sistematizado de forma aprofundada e a exposto em forma "abstrata", a sua *Teoria da Revolução Permanente* operava por detrás de suas análises e posicionamentos acerca da revolução mundial e suas especificidades na periferia capitalista. Do ponto de vista da estratégia política, tal teoria conduziu todas as formulações de Trotski a apontarem essencialmente **a)** tanto para a necessidade da atuação de um partido revolucionário proletário organizativa e politicamente independente, para que pudesse triunfar uma revolução socialista; **b)** quanto para a incapacidade do campesinato/pequeno-burguesia de atuar como força política independente; **c)** e, ainda, para a impossibilidade da burguesia dos países "atrasados" de seguir uma via revolucionária e, assim, solucionar as tarefas nacional-democráticas, as quais deveriam então ser implementadas pela dinâmica "permanente"

---

[187] Cf. DEMIER, Felipe. *Op. cit.*, p. 28-30.
[188] Cf. *Ibid.*, 40-41.
[189] *Apud ibid.*, p. 41-21.

(ou *ininterrupta*) da revolução conduzida pelo proletariado; **d)** a qual, por fim, deveria assumir caráter internacional para se completar.

Tratando deste terceiro ponto, acerca da impossibilidade da burguesia dos países "atrasados" em seguir uma via revolucionária – questão essencial para a diferenciação entre trotskismo e stalinismo ao longo das décadas de 1920-30 e adiante – Mendonça aponta que as revoluções burguesas "jamais ultrapassaram o nível da exigência de *reformas políticas* que dessem à burguesia uma melhor representação de seus interesses específicos *no interior do Ancien Régime*"[190]. Aqueles casos nos quais ela fora além, atingindo uma "transformação social em larga escala" teriam sido fruto, continua, da intervenção de outros sujeitos sociais. Tal se daria porque a Revolução Francesa a teria "instruído" acerca dos perigos para a propriedade privada de se mobilizar as massas.[191]

Ademais, conforme já mencionado, o próprio Trotski já havia apontado que, mesmo na Revolução Francesa não foi a burguesia que a realizou, mas os artesãos e pequenos comerciantes jacobinos – grupos sociais que, todavia, não existiam na Rússia por conta desta ter saltado etapas em sua industrialização[192]. Nesse sentido, aponta Mendonça, se em tal revolução a burguesia liberal não se chocou com os interesses dos camponeses por reforma agrária ou com certas demandas da pequena burguesia urbana, como ocorrera ao longo da história da Rússia capitalista, foi porque a chamada "burguesia" era na verdade o amplo *Terceiro Estado*, "composto por artesãos e comerciantes, aos quais estavam associados os intelectuais revolucionários". Não se inseria aí o moderno proletariado industrial. Tal setor amplo, entretanto, se desintegrou ao longo do século XIX mundo a fora, por conta tanto da emergência da grande indústria no centro e pela dinâmica combinada que fez tal etapa ser saltada na periferia capitalista.[193]

Daí, conclui, em consonância com Trotski: "Assim, ainda que a ideia de uma democracia liberal radical [burguesa] possa existir como *ideologia*, ela não tem mais *condições materiais* que a tornem concretamente possível"[194]. O liberalismo (ou a "modernidade", na terminologia que Mendonça toma de Zeev Sternhell) se encontraria, assim, "bloqueado". E não pelas reminiscências anticapitalistas, presentes principalmente nas formações sociais periféricas, mas pelo próprio capital: "a burguesia

---

[190] MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello. *Op. cit.*, p 70-71.
[191] Cf. *Ibid.*, p 70-71.
[192] Cf. TROTSKY, Leon. *Balanço e perspectivas. Op. cit.*, p. 54.
[193] Cf. MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello. *Op. cit.*, p 70-73.
[194] Cf. *Ibid.*, p 73. Mesma página para os trechos citados.

limita as suas próprias reivindicações democráticas, para evitar 'despertar' as classes trabalhadoras", afirma Mendonça[195].

Portanto, a Revolução Francesa – tida como modelo "clássico" de revolução burguesa e paradigma estratégico para os adeptos social-democratas da vulgata evolucionistas do marxismo, bem como para os stalinistas que a ressuscitaram como máscara teórica para os interesses sociais da burocracia soviética – teria sido uma *singularidade.* O pacto da burguesia liberal com a reação, conforme afirmou Trotski em seu prefácio ao *Discurso*, de Ferdinand Lassale, se tornara desde então um "imperativo de classe" para a primeira, encontrando-se a revolução burguesa, "como um evento *global*", aponta Mendonça, *concluída*[196].

A partir daí, a via escolhida pela burguesia para dar continuidade às mudanças político-institucionais necessárias àquelas ocorridas no terreno das relações de produção (bem como para realizar mudanças nesse próprio terreno) passou a assumir uma dinâmica baseada em processos cuidadosamente conduzidos com vistas a não engendrarem uma mobilização ativa das classes subalternas e a evitarem uma ruptura da ordem institucional. Tais processos abarcaram alianças entre frações burguesas e reminiscências de classes pré-capitalistas e foram detectados por diversos e diferentes figuras. Antonio Gramsci os nomeou de *revoluções passivas*, Lenin de *via prussiana* e Barrington Moore Jr. de *modernização conservadora*. Diferenças à parte, suas analises confirmam a ideia essencial de Trotski, segundo a qual a desigualdade de ritmos, ao se dar dentro de uma totalidade, impedia a simples repetição das primeiras experiências de modernização capitalista.

À guisa de conclusão, cabe recuperar a síntese que o próprio Trotski fizera acerca da *Teoria da Revolução Permanente*, que possuiria "três partes indissoluvelmente ligadas e formando um todo"[197], expressas nas assertivas **a)** da *ligação ininterrupta* entre revolução burguesa e socialista; **b)** da *contínua transformação* da sociedade após a revolução; e **c)** da *internacionalização da revolução*. Trotski expressou tais assertivas da seguinte forma:

> [a] [...] o cumprimento das tarefas democráticas impostas aos países burgueses atrasados [conduz] diretamente à ditadura do proletariado, que coloca as tarefas socialistas na ordem do dia.

---

[195] *Ibid.*, p. 63.
[196] *Ibid.*, p. 64.
[197] Cf. TROTSKY, Leon. *A revolução permanente. Op. cit.*, p 161.

> [b] Durante um período cuja duração é indeterminada, todas as relações sociais se transforma no transcurso de uma luta interior contínua. A sociedade não faz senão mudar de pele sem cessar. Cada fase de transformação decorre diretamente da precedente. [...] a sociedade não pode chegar a um estado de equilíbrio. Nisso se revela o caráter permanente da própria revolução socialista.
>
> [c] A revolução socialista começa no âmbito nacional, mas nele não pode permanecer. A revolução proletária não pode ser mantida em limites nacionais, senão sob a forma de um regime transitório [...] Se o Estado proletário continuar isolado, ele, ao cabo, sucumbirá vítima dessas contradições. Sua salvação reside unicamente na vitória do proletariado dos países avançados. [...] A revolução internacional, a despeito de seus recuos e refluxos provisórios, representa um processo permanente.[198]

A essas três assertivas, cabe ainda acrescentar a quarta das teses síntese expostas ao fim de *A revolução permanente*. Tal tese em particular trata da questão do *sujeito político* necessário à revolução e afirma: "Quaisquer que sejam as primeiras etapas episódicas da revolução nos diferentes países, a aliança revolucionária do proletariado com os camponeses só é concebível sob a direção política da vanguarda proletária organizada como partido comunista"[199].

2.4. A antecipação da possibilidade de *exceções*

Apesar de Trotski ter exposto sua teoria na forma de teses bastante categóricas ao fim de *A revolução permanente*, ele não deixou de antever possíveis exceções às conclusões delas derivadas ou, ainda, a lhes fornecer certo grau de "elasticidade". A sua antecipação, que será aqui abordada, da possibilidade do processo concreto da luta de classes, sob condições excepcionais, fugir às conclusões teóricas infelizmente foi ignorada ou deturpada por muitos setores do movimento trotskista do pós-guerra, que poderiam ter utilizado a mesma como um forte ponto de apoio para a realidade complexa com a qual precisaram lidar.

A começar, conforme aponta Mendonça, Trotski não descartava a possibilidade de existência de "governos burgueses de caráter reformista e/ou nacionalista" que efetivamente realizassem concessões às massas. Ele chegou inclusive a classificar como "aventureira" a tentativa de chamar as massas proletárias a uma imediata tomada do poder enquanto elas ainda nutrissem ilusões nestes possíveis governos. Ao tratar do assunto, todavia, ele deixou claro que estes não constituiriam "prévias" do socialismo,

---

[198] *Ibid.*, p 161-163 (para as três citações).
[199] *Ibid.*, p. 312.

mas experiências que deveriam ser superadas por uma via revolucionária baseada no princípio da independência de classe.[200]

Tal possiblidade por ele aventada se torna evidente em suas análises acerca das burguesias latino-americanas, em particular dos regimes da região que caracterizou como "bonapartistas *sui generis*", desenvolvidas ao longo de seu exílio no México (1936-40). Conforme aponta Demier, Trotski os via enquanto tentativas por parte das burguesias "atrasadas" de utilizaram-se das contradições interimperialistas daquele momento de grandes tensões internacionais (vésperas da Segunda Guerra Mundial) para obterem algumas vantagens econômicas e algum grau de independência nacional. O fazia, todavia, sem deslancharem uma luta em prol de uma independência *verdadeira*, por medo da mobilização proletária que isso exigiria.[201]

Essencialmente, ele enxergava tais governos enquanto uma "frente popular" (política da *Comintern* de aliança dos PCs com a burguesia dita "progressista") atípica, própria da periferia capitalista. Eles seriam um governo de colaboração de classes "avermelhado", mas sem partidos do proletariado em seu seio, daí sendo uma frente popular "sob na forma de partido", conforme disse em dada ocasião[202].

Exibido igual não-dogmatismo, Trotski também relativizou a assertiva acerca da impossibilidade de uma revolução bem sucedida que não contasse com um partido revolucionário enquanto seu *sujeito político*. Nesse sentido, ao fim dos anos 1930 apontou que, sob "circunstâncias excepcionais", "os partidos pequeno-burgueses, inclusive os stalinistas, [podem] ir mais longe do que queriam no caminho da ruptura com a burguesia"[203]. Segundo sua argumentação completa:

> É possível a criação de tal governo ["operário e camponês", aqui compreendido enquanto sinônimo de ditadura do proletariado] pelas organizações operárias tradicionais? A experiência anterior mostra-nos, como já vimos, que isto é, pelo menos, pouco provável. **É, entretanto, impossível negar categórica e antecipadamente a possibilidade teórica de que, sob a influência de uma combinação de circunstâncias excepcionais (guerra, derrota, quebra financeira, ofensiva revolucionária das massas etc.), os partidos pequeno-burgueses, incluídos aí os stalinistas, possam ir mais longe do que queriam no caminho da ruptura com a burguesia.** Em todo caso, uma coisa está fora de dúvida: se mesmo esta variante pouco provável se realizasse um dia em algum lugar, e um "Governo operário e camponês", no sentido acima indicado, se estabelecesse de fato, ele somente representaria

[200] Cf. MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello. *Op. cit.*, p 115.
[201] Cf. DEMIER, Felipe Abranches. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Tese (doutorado) em História. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, 2012, p. 178-79.
[202] Cf. Id. *Do movimento operário para a universidade... op. cit.*, p. 80.
[203] TROTSKY, Leon. *O programa de transição para a revolução socialista*. São Paulo: Ed. Sundermann, 2008, p. 52.

> um curto episódio em direção à ditadura do proletariado.[204] (ênfase adicionada)

Essa antecipação de possíveis exceções no que concerne ao *sujeito político* da revolução assume relevo ainda maior caso se leve em conta que o trecho acima não se encontra em texto secundário, mas do próprio documento aprovado enquanto manifesto programático da Quarta Internacional, o *Programa de Transição* (1938). Todavia, é necessário enfatizar que Trotski via nessa possibilidade excepcional de partidos pequeno-burgueses ("incluídos aí os stalinistas") serem "empurrados" a expropriarem a burguesia pela *dinâmica permanente* da revolução nacional-democrática consequente, não mais do que um "curto episódio" em direção à ditadura do proletariado – ou à "verdadeira" ditadura do proletariado, isto é, aquela efetivamente encabeçada pelo partido revolucionário da vanguarda proletária.

Todavia, apesar dessa relativização em relação à assertiva acerca da necessidade do partido revolucionário da vanguarda proletária ser o *sujeito político* da revolução (a qual foi muito mais frequentemente expressa por Trotski de maneira categórica), não se encontra em sua obra semelhante ponderação em relação ao *sujeito social* poder ser outro que não o proletariado. Por exemplo, em uma carta de 1932, na qual avalia as notícias que recebera acerca da organização de um exercito camponês pelo PC chinês, após este ter se retirado para o interior do país na década de 1930 (sob a nova liderança de Mao Tse-tung, e tendo ficado bastante isolado da IC e, consequentemente, de seu controle férreo), Trotski expressou grande desconfiança acerca da possibilidade desse movimento guerrilheiro de base camponesa lograr êxito para além do nível local[205].

Ao invés, ele reforçou a necessidade de um protagonismo da classe proletária para o sucesso da revolução no país e, inclusive, alertou para a possibilidade desse exército camponês vir a se chocar violentamente contra a vanguarda proletária ao chegar às cidades. Para sustentar tal posição, mais uma vez ressaltou sua visão de que o campesinato "ocupa uma posição intermediária, indeterminada e vacilante", sempre pendendo ou para o proletariado ou para a burguesia nos momentos decisivos da luta política.[206]

---

[204] *Ibid.*, p. 52.

[205] Cf. TROTSKY, Leon. *Peasant War in China and the Proletariat* [1932]. Disponível em http://tinyurl.com/nd7ymcg. Acessado em 1º de junho de 2015, [s.p.].

[206] Cf. Id. Sem paginação para a citação. Aqui é necessário criticar a forma inteiramente distorcida com a qual Mendonça trata essa mesma carta. Ao analisa-la, visando criar uma ponte entre as análises de Trotski acerca da luta de classes na China dos anos 1930 e a subsequente "terceira revolução chinesa" (1949), o sociólogo afirma que o mesmo não teria descartado a possibilidade desse "exército camponês", cuja liderança era de militantes nominalmente comunistas de origem proletária e urbana, ter sua consciência

Nesse sentido, mesmo diante da existência de um poderoso movimento (supostamente) camponês, Trotski reforçou a necessidade de uma direção revolucionária a frente do proletariado urbano para que este conseguisse se aliar com os camponeses pobres e, assim, conduzir a revolução com o apoio da "guerra camponesa". Pois, ainda que tal movimento fosse de grande importância, bem como necessária a aliança do proletariado com ele para que a revolução lograsse sucesso, chamou atenção para "O fato de que indivíduos comunistas [estejam] na liderança dos presentes exércitos não transforma de maneira alguma o caráter social de tais exércitos, mesmo que seus líderes comunistas exibam uma marca claramente proletária". Fator este que efetivamente impediria a conclusão, por parte de tal movimento, das tarefas nacional-democráticas às quais se propunha, uma vez que, sob a fase imperialista do capitalismo, estas só podem encontrar sua conclusão através da ligação orgânica com revolução socialista, a qual apenas o proletariado é capaz de efetivar.[207]

Por fim, é válido notar que tais considerações, que de certa forma relativizam a Teoria da Revolução Permanente, ao contrário de representarem "fraquezas" desta, indicam o caráter não dogmático do pensamento de Trotski, sempre baseado em uma análise concreta das relações sociais – as quais não raro ultrapassam os limites estreitos do pensamento abstrato e das racionalizações históricas. Todavia, conforme se discutirá ao longo dos capítulos seguintes, tais considerações foram em grande parte esquecidas ou ignoradas pelos trotskistas do pós-segunda guerra, justamente quando estes se depararam com um conjuntura bastante "excepcional", a qual produziu fenômenos da luta de classes que, em certo sentido, desafiaram algumas das assertivas da Teoria da Revolução Permanente.

2.5. O campesinato para Trotski: alguns comentários críticos e contrapontos

Feita essas considerações acerca do dinamismo do pensamento de Trotski, é necessário chamar atenção para falha em suas análises, largamente ignorada e reproduzida pelos trotskistas do pós-guerra: a sua visão parcialmente anacrônica e

---

elevada ao "*nível exigido por uma revolução socialista real*", ainda que encarasse tal quadro enquanto o menos provável (cf. MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello. *Op. cit.*, p 162-63). Todavia, em nenhuma passagem da carta se encontra semelhante ponderação. Assim, ou o autor apontou a fonte errada na referência fornecida para essa afirmação, ou se equivocou gravemente – o que parece mais provável, tendo em vista o deslocamento de tal assertiva frente ao conjunto do pensamento de Trotski.

[207] Cf. TROTSKY, Leon. *Peasant War in China and the Proletariat. Op. cit.*, [s.p.]. Sem paginação para a citação.

enviesada acerca do que era o campesinato. Tal classe passou por profundas mudanças conforme fluxos cada vez maiores de capitais imperialistas adentraram as formações sociais da periferia capitalista. Tal processo aumentou sobremaneira após a Segunda Guerra Mundial, mas já era perceptível em várias partes do mundo enquanto Trotski ainda era vivo. Com a chamada "Revolução Verde" da segunda metade do século XX, a produção no campo mudou ainda mais e em escala ainda maior.

Todavia, a despeito das mudanças que foram ocorrendo ao longo das décadas, tanto Trotski, quanto grande parte dos trotskistas do pós-guerra, mantiveram a noção "clássica" do marxismo acerca da mesma. Dessa forma, esse foi um elemento que certamente influiu na desorientação analítica e estratégica que acometeu o movimento trotskista ante as revoluções ocorridas dos anos 1940 em diante, uma vez que as mesmas não só fugiam às expectativas trotskianas acerca de qual deveria ser seu sujeito político (o partido marxista), como também muitas vezes tiveram no meio rural o seu epicentro. Como os trotskistas da época praticamente não discutiram o assunto em termos de quem realmente seriam os supostos "camponeses" a frente de muitos desses processos revolucionários, cabe finalizar a presente seção com algumas observações críticas acerca do assunto, ausente nas fontes que sustentarão as análises dos próximos capítulos.

Nas fileiras do movimento trotskista, Michel Löwy (ligado ao Secretariado Unificado desde 1968) foi um dos poucos que prestou atenção a tal questão, ao tratar da mesma em duas (breves) passagens de um livro de 1979-80. Nestas, ele afirma que a Teoria da Revolução Permanente reproduz a "visão marxista clássica" do campesinato enquanto uma classe "incapaz de auto-organização independente ou hegemonia social" – o "saco de batatas", do qual fala Marx n'*O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*[208]. Como foi visto ao longo das subseções anteriores, de fato Trotski via o campesinato enquanto uma classe por demais heterogênea e espacialmente dispersa para ser capaz de qualquer protagonismo político e de assumir uma posição independente ante as disputas entre o proletariado e a burguesia. Ademais, também via o mesmo essencialmente enquanto uma classe *pequeno-burguesa*.

Associada a essa noção, afirma Löwy, também se faria presente na Teoria da Revolução Permanente uma transposição do "paradigma" da Revolução Soviética, segundo o qual o campo seria politicamente arrastado pela cidade. Em sua opinião,

[208] LÖWY, Michael. A política do desenvolvimento desigual e combinado. A teoria da revolução permanente. São Paulo: Sundermann, 2015, p. 123. Mesma página para a citação.

esses fatores teriam feito, por exemplo, com que Trotski não compreendesse adequadamente a dinâmica que assumira a luta revolucionária na China a partir de 1928 em diante, como ao considerar que o caráter camponês do Exército Vermelho chinês o impedia de ser realmente comunista.[209]

Para Löwy, o erro central dessa forma de ver o campesinato, compartilhada em grande medida pela *Comintern* e até mesmo por Mao Tse-tung (em seus escritos prévios à sua consolidação no poder, em 1949), seria o de ignorar as especificidades que marcam tal classe na periferia capitalista, a qual possuía características estruturais consideravelmente distintas do campesinato europeu. Todavia, ele ressalta que Trotski esteve "a ponto" de rever tal "visão clássica", quando afirmou (em *As três concepções da Revolução Russa*, de 1939) ser possível que ela fosse "errônea", ainda que tenha ressaltado que ela não era "estática e absoluta".[210] Aqui vale lembrar que o próprio Marx não possuía uma visão "estática e absoluta" do campesinato enquanto "saco de batatas", conforme se pode ver através de suas considerações acerca da Irlanda e da Rússia – largamente ignoradas por muitos marxistas[211].

Essas considerações de Löwy possuem grande relevância, pois, conforme observa o mesmo, o campesinato possuiu "papel crucial" nas revoluções ocorridas na periferia capitalista, tendo sido, em sua avaliação, a "base social principal" desses processos, "ao menos até a tomada do poder". Segundo sua avaliação, era tal classe que compunha a maior parte das fileiras tanto dos partidos que lideraram tais processos, quanto dos exércitos populares criados ao longo dos mesmos. Ademais, a mobilização revolucionária dessa classe, afirma, "*não* foi resultado da ação de massa do proletariado urbano", como fora o caso de 1917.[212]

Para ele, tais afirmações não seriam contraditórias com a Teoria da Revolução Permanente, apenas com (várias) "asserções específicas" de Trotski acerca do campesinato, especialmente em seus escritos sobre o futuro da revolução chinesa, após as derrotas de 1927-28[213]. Para Löwy, seria a própria Teoria da Revolução Permanente que forneceria a melhor explicação para os "dois determinantes subjacentes" por detrás das "inclinações" revolucionárias demonstradas pelo campesinato: a) a *penetração de capitais imperialistas* na periferia capitalista teria desestabilizado as relações sociais no

---

[209] Cf. Id., p. 120-21.
[210] Cf. Id., p. 123-24.
[211] Cf. CHANDRA, Nirmal Kumar. The Peasant Question from Marx to Lenin The Russian Experience. *Economic and Political Weekly* v. 37, n. 20, May 18-24, 2002, p. 1929-32.
[212] Cf. Id., p. 151. Mesma página para as citações.
[213] Cf. Id., p. 151-52.

campo, ao expropriar as massas camponesas e, assim, causar o "desenraizamento" da mão de obra rural, levando esse "ex-camponês desempossado" à assumir a frente das mobilizações antissistêmicas; b) a *ausência de solução burguesa* para o problema teria empurrado essas massas para os "movimentos comunistas" pré-existentes[214].

Ou seja, a dinâmica de *desenvolvimento desigual e combinado* é que estaria por detrás das mudanças pelas quais passara o campesinato da periferia capitalista e o colorada na via da luta revolucionária. Todavia, Löwy ressalta que a classe camponesa é de fato heterogênea e que o extrato que atuou de tal forma teria sido aquele "médio", composto por pequenos proprietários, tendo os "camponeses pobres" só entrado em cena quando este já havia desestabilizado os poderes locais do campo[215]. Essa dinâmica, que teria escapado a Trotski (e à maioria dos trotskistas do pós-guerra), continua Löwy, não teria invalidado a necessidade que este sempre enfatizou de uma liderança externa para colocar o campesinato em marcha:

> Os camponeses rebeldes necessitaram de uma vanguarda revolucionária de intelectuais urbanos e classe trabalhadora a fim de atingir uma consciência socialista e estar organizados em escala nacional. Na ausência de tal liderança, o movimento camponês ou permaneceu local e ineficaz, ou seguiu a liderança burguesa ou pequeno-burguesa, como no México e na Argélia. O movimento camponês por si mesmo não pôde tornar o poder ou assumir a transformação da sociedade.[216]

Se essas reflexões de Löwy soam uma nota dissonante dentro do movimento trotskista, que basicamente ignorou as especificidades do campesinato da periferia capitalista e suas consequências sobre as revoluções ocorridas nessa parte do mundo a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, o quadro geral no seio do marxismo não foi muito diferente. Não foram muitos aqueles que se dedicaram a estudar a questão de perto, tendo se destacado em tal empreitada nomes como Hamza Alavi, James Petras (este, com uma breve passagem pelas fileiras trotskistas quando jovem) e Eric Wolf – alguns destes, conforme se verá, utilizados como referência por Löwy.

Não à toa, os mesmos desenvolveram suas principais reflexões acerca do tema ao longo de um período relativamente comum, entre meados dos anos 1960 e '70 (quando também Löwy tocou no assunto). Período esse fortemente marcado pelas experiências das Revoluções Argelina e Cubana, que estimularam em boa parte da esquerda revolucionária o foco estratégico no campesinato, na periferia capitalista

---

[214] Cf. Id., p. 153-53.
[215] Cf. Id., p. 153-54.
[216] Id., p. 154.

("terceiro mundismo") e na guerra de guerrilhas. Dessa forma, suas análises foram invariavelmente pautadas pela tentativa de compreender os sujeitos sociais e as dinâmicas particulares envolvidos naqueles processos, além de outros a eles similares.

Cabe, portanto, uma breve síntese de suas contribuições, como forma de preparar terreno para as discussões acerca das revoluções do pós-guerra que perpassarão os capítulos seguintes. Discussões essas para as quais não só o pensamento de Trotski se mostra insuficiente no que tange sua análise do que se poderia nomear "campesinato moderno", como as próprias análises do movimento trotskista que constituem o objeto da presente pesquisa se mostram limitadas, ao não problematizar tal questão e basicamente ignora-la.

***

Em seu conhecido artigo de 1965, publicado na *The Socialist Register*, Hamza Alavi parte da ideia básica de que os camponeses não são uma massa uniforme e homogênea. Para ele, até mesmo a divisão corrente de "camponeses ricos", "camponeses médios" e "camponeses pobres" não seria suficiente para dar conta da complexidade do que chama de "economia agrária". Nesse sentido, Alavi agrupa em três setores distintos as várias classes ou frações de classe que atuam no campo, de acordo com a relações de propriedade e produção estabelecidas ente elas: a) proprietários de terras que as arrendam a terceiros e os produtores arrendatários que dela fazem uso; b) pequenos proprietários que atuam como produtores em suas próprias terras; c) proprietários de terras que nelas investem capitais e trabalhadores assalariados por eles empregados.[217]

A partir dessas divisões, Alavi levanta a tese de que os produtores arrendatários e trabalhadores assalariados (comumente agrupados sob o nome de "camponeses pobres") só tendem a se engajarem politicamente após o poderio de seus senhores ter sido contestado pela ação de outros setores. Segundo ele, quem em geral cumpre o papel de iniciar as contestações são os pequenos proprietários produtores ("camponeses médios"), os quais, todavia, possuem um limite político em seu interesse na manutenção da propriedade privada da terra[218]. Dessa forma, Alavi contesta as teses então em voga, de Frantz Fanon acerca do caráter *intrinsecamente revolucionário* do campesinato (ademais, por ele tomado de forma indiferenciada), bem com de Mao Tse-tung acerca

[217] Cf. ALAVI, Hamza. Peasants and revolution. In MILIBANDAND, Ralph & SAVILLE, John (eds.). *The Socialist Register*. London: The Merlin Press, 1965, p. 244.
[218] Cf. Id., p. 274-75.

da proeminência do *campesinato pobre* enquanto setor principal e vanguarda da revolução chinesa (donde, consequentemente, contesta também a estratégia maoísta, centrada em tal setor)[219].

Por volta do mesmo período, Eric Wolf desenvolveu uma extensa pesquisa, baseada em fontes secundárias, acerca da dinâmica por detrás daquilo que nomeou *Guerras Camponesas do Século Vinte* (1969) – isto é, as revoluções mexicana, russa, chinesa, vietnamita, argelina e cubana. A partir da mesma, chegou a conclusões muito semelhantes à de Alavi, sustentadas por uma quantidade considerável de dados.

Demonstrando preocupação similar à de Alavi, Wolf distinguiu os "camponeses" dos "pescadores", dos "trabalhadores sem-terra" e dos "fazendeiros", definindo os primeiros enquanto aqueles que cultivam a terra, possuem autonomia sobre seu cultivo e o fazem centralmente para fins de subsistência[220]. A partir de uma análise comparada dos casos supracitados, ele reuniu uma série de conclusões acerca das "guerras" travadas por tal classe ao longo do século XX, conclusões essas que são basicamente aquelas que Löwy apresenta em seu texto, abordado acima.

Isto é, Wolf demonstra que foram os "camponeses médios" (pequenos proprietários produtores) e, em menor medida, os "camponeses pobres" das regiões fronteiriças ou afastadas dos centros de poder (portanto, dotados de maior "mobilidade tática"), que constituíram a força motora das revoluções por ele analisadas[221]. Estas teriam sido fruto da mobilização inicial dos extratos médios em reação a mudanças econômicas e culturais, resultantes da expansão das relações de mercado para os países da periferia capitalista. Tal expansão colocou em xeque sua realidade, não só ao levar à expropriação das terras, para transforma-las em mercadorias e também liberar mão de obra para o assalariamento, mas também ao desestruturar as redes locais de poder[222].

Essa reação teria tido, a princípio, um caráter conservador, pois pautada pelo desejo de manter a situação econômica e cultural anterior[223]. Mas acabou por se mesclar com a mobilização de outros setores, especialmente a "intelligentsia-em-armas" urbana, insatisfeita com a incapacidade das classes dominantes em solucionar os novos problemas sociais. Conforme aponta Wolf, tal setor acabou por subordinar os camponeses política e organizativamente, através de exércitos ou partidos paramilitares

---

[219] Cf. Id., p. 241-42.
[220] Cf. WOLF, Eric R. *Peasant Wars of the Twentieth Century*. New York, Evanston, London: Harper & Row Publishers, 1969, p. xiv-xv.
[221] Cf. Id., p. 289-92.
[222] Cf. Id., p. 276-80 e p. 283.
[223] Cf. Id., p. 289-92.

dotados de projetos societários que transcendiam a mera preservação da realidade até então existente. Sem essas lideranças externas, conclui, as rebeliões camponesas não teriam sido capazes de extrapolarem o nível local e se transformarem em revoluções sociais.[224]

Destoando de Wolf e de Alavi em sua ênfase em compreender tais processos enquanto revoluções de base *camponesa* (mas convergindo com eles em várias de suas conclusões e análises), James Petras escreveu dois longos artigos em 1978, com o objetivo de demonstrar o caráter *proletário* e *socialista* das revoluções do pós-guerra, bem como de explicar a dinâmica por detrás de tal caráter. No primeiro desses artigos, publicado no *Journal of Contemporary Asia*, sob o título *Rumo a uma teoria das revoluções socialistas do século XX*, Petras utiliza centralmente a categoria de *desenraizamento* para tratar do (suposto) camponês moderno que esteve presente nas revoluções do pós-guerra. Em suas palavras:

> The notion of **'uprootedness'** as the basis of revolutionary action is clearly differentiated from the notion of **exploitation**. In the latter, labour tied to the productive process continues to produce surplus value, in the former, the worker is separated from the means of production and labour is prevented from selling their labour power (conscription and requisitioning being the forms of coerced labour). While these processes defy an analysis focusing on identifying labour through its relationship with individual capitalists, the conditions of uprootedness are products of the collective behaviour of all capitalists acting primarily **through the state**. The collective responsibility of the imperial state is reflected in the mass opposition of the uprooted: and the loss of control of productive forces, position in the labour force and coerced nature of work all contribute to a total rupture between the intruding state and the uprooted population. Hence the 'uprootedness' is potentially an even more revolutionary force than exploitation.[225] (ênfase adicionada)

Assim, tal qual Alavi e Wolf, Petras enfatiza a instabilidade política e econômica gerada pela expansão capitalista ("modernização", em suas palavras) provocada pelas necessidades geradas pelas guerras interimperialsitas, processo no qual capitais penetraram sociedades nas quais ainda existiam grandes porções geográficas dominadas por relações "pré-capitalistas", expropriando *en masse* os pequenos produtores rurais, através da mescla de formas variadas de exploração e dominação, bem como da combinação de formas de acumulação primitiva com exploração industrial. Processo esse que teria produzido, dentre outras coisas, tal *desenraizamento* econômico e cultural de setores populacionais antes vinculados a esferas pré-capitalistas dessas sociedades,

---

[224] Cf. Id., p. 296-98.
[225] PETRAS, James. Toward a theory of twentieth century socialist revolutions. *Journal of Contemporary Asia*, n. 3, 1978, nota 14.

gerando uma enorme massa insatisfeita de "trabalhadores sem terra", ou "ex-camponeses".[226]

O ponto em que Petras difere de Alavi e Wolf é na sua conclusão tirada a partir da análise de que a luta de classes por detrás dos processos revolucionários do pós-guerra não era travada em termos de relações sociais pré-capitalistas (camponeses *versus* senhores de terra), mas em termos de uma *massa desapropriada* por processos de acumulação, de um lado, e os *capitais imperialistas* que os impulsionaram e os *Estados burgueses* que os implementaram militarmente, de outro[227]. Conclusão essa segundo a qual, por conta de tais características, as revoltas rurais de pequenos produtores desenraizados puderam ser subordinadas à liderança e ideologia de movimentos urbanos de corte proletário e orientação coletivista[228]. Ou seja, no fundo, Petras aponta que tratava-se não de "camponeses", mas de *proletários recém expropriados*.

Em seu segundo artigo, de certa forma complementar a este, *Revoluções Socialistas e seus Componentes de Classe*, publicado na *New Left Review*, Petras afirma de forma mais clara que os extratos de *ex-camponeses expropriados*, bastante próximos ao "proletariado clássico", foram os que estiveram a frente da mobilização revolucionária do restante do campesinato, e não o "camponês médio" (como afirmam Alavi e Wolf). Portanto, não é que o campesinato tivesse se torando uma classe revolucionária, mas ele (ou melhor, certos extratos dele), havia sido profundamente transformado.[229] Petras ainda enfatiza que, a entrada em cena do proletariado urbano nas revoluções do pós-guerra foi determinante para moldar o processo em um de caráter socialista, ao conferir ao mesmo um norte "socializante" em determinado momento do mesmo[230].

Todavia, a explicação que ele fornece para o fator subjetivo desses processos, segundo a qual forças políticas *socialistas* haviam educado essa massa desenraizada nas tradições coletivistas[231], perde de vista o fato central de que as mesmas não estavam lutando conscientemente pela expropriação da burguesia – tanto os PCs chinês e vietnamita, quanto o M26J cubano, inicialmente possuíam um programa claramente

---

[226] Cf. Id., p. 172.
[227] Cf. Id., p.185.
[228] Cf. Id., p. 167-69 e p. 172.
[229] Cf. PETRAS, James. Socialist Revolutions and their Class Components. New Left Review, n. 111, set./out. De 1978, p. 44-45.
[230] Cf. Id., p. 50.
[231] Cf. Id., p. 38-39.

nacional-reformista e almejavam uma aliança com as burguesias nativas. Portanto, essa tese é incapaz de explicar os numerosos casos em que processos muito similares se desenvolveram sem que o Estado burguês fosse destruído e uma formação social não-capitalista fosse estabelecida. Mas esse já é um assunto que extrapola as presentes observações críticas acerca de como Trotski tratou o campesinato e das limitações de tal abordagem frente às transformações pelas quais tal classe passou ao longo do século XX.

O que se pode ver a partir de tais análises é que, conforme observou Löwy, não obstante ter escapado à Trotski as transformações pelas quais passou o campesinato da periferia capitalista, as quais permitiram que este ocupasse papel central em processos revolucionários ocorridos após a Segunda Guerra Mundial e que deixaram muitos trotskistas perdidos, é o próprio arcabouço teórico-analítico trotskiano que melhor explica a dinâmica responsável por ditas transformações. Que a maior parte dos trotskistas do pós-guerra, incluindo aí alas muito diferentes umas das outras, não tenha sido capaz de atentar para isso é um dentre tantos outros aspectos da tragédia que constitui o objeto da presente pesquisa.

3. A caracterização da formação social soviética e do stalinismo[232]

Outro aspecto central das contribuições de Trotski ao marxismo são suas análises acerca do que encarou enquanto o processo de degeneração burocrática da União Soviética e sua caracterização do stalinismo daí decorrente. Sua importância para a compreensão dos debates travados no seio do movimento trotskista do pós-guerra é enorme, uma vez que tal período foi inicialmente marcado por um ascenso do stalinismo na Europa e pelo surgimento de novas formações sociais com relações de propriedade e produção análogas às da URSS.

Se a Teoria da Revolução Permanente encontrou sua versão acabada através do combate de Trotski ao etapismo reformista do stalinismo (do qual se tratará em maiores detalhes adiante), as suas análises acerca da URSS foram produzidas no combate ao próprio fenômeno social e político que gerou tal stalinismo. Desde o começo da década

[232] A presente seção foi originalmente escrita como parte da monografia apresentada pelo autor como requisito parcial para obtenção de seu título de bacharel em História. Ela sofreu modificações (cortes, inclusões e correções ortográficas) como forma de se adequar aos propósitos gerais do presente capítulo. A referência para versão original é MONTEIRO, Marcio L. *A tese da continuidade e o marxismo:* análise da historiografia da Revolução Russa e das contribuições de Leon Trotsky. Monografia (bacharelado) em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, 2013, p. 51-62.

de 1920, Trotski e Lenin encararam existirem *deformações burocráticas* no aparelho de Estado criado pela revolução, as quais também teriam tido efeitos sobre a estrutura do Partido Comunista, com o qual este estava a cada dia mais associado.

Frente ao desafio de alterar tal quadro, assim como na mudança decisiva da linha do partido bolchevique operada em abril de 1917, mais uma vez Lenin e Trotski se viram aliados em um momento crucial. Todavia, por mais que os dois estivessem unidos na luta contra a crescente burocratização detectada, suas análises desse processo foram bastante distintas. Enquanto Trotski analisou as especificidades conjunturais e estruturais que teriam levado ao que nomeou de *reação termidoriana*, Lenin nunca chegou a elaborar uma análise acerca desse processo que se poderia nomear de "sociológica"– até porque, tendo falecido em 1924, só pode ver seus momentos iniciais, diferentemente de Trotski, que não só testemunhou seu ápice, como foi uma de suas mais conhecidas vítimas.

Dos dois, Lenin foi o primeiro a prestar sistemática atenção à questão. Em uma lúcida avaliação registrada em 1923, este reconhecia a distância entre a realidade soviética e aquilo que esperavam os Bolcheviques ao liderarem a Revolução de Outubro: "os soviets, que de acordo com seu programa eram órgãos de governo *dos trabalhadores*, são na prática apenas órgãos de governo *para os trabalhadores* pela seção mais avançada do proletariado, mas não pelas próprias massas trabalhadoras"[233]. E, se o Partido Comunista havia tomado o lugar do proletariado, substituindo o papel de agente dessa classe pela sua vanguarda política, por sua vez esta estava sendo progressivamente substituída pela burocracia administrativa, como Lenin reconheceu ao tratar do quadro na capital soviética: "Moscou: 4700 líderes comunistas e uma massa de burocratas. Quem está liderando e quem está sendo liderado? Eu duvido muito que se possa dizer que os comunistas estão liderando. Eu penso que se possa dizer que eles estão sendo liderados"[234].

Lenin encarou a burocracia e a burocratização soviéticas centralmente enquanto um resquício da sociedade czarista, passível de ser eliminado através de reformas vindas do topo do regime. Para ele, a burocracia seria basicamente uma excrescência parasitária *herdada* do czarismo e potencializada pelos problemas enfrentados pela União Soviética em seus primeiros anos, marcados pela guerra civil, pelo isolamento

---

[233] *Apud* LEWIN, Moshe. *Lenin's Last Struggle*. 4th ed. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008, p. 6.
[234] *Apud Ibid*., p. 10.

internacional e, sobretudo, pelas condições culturais de um país cuja esmagadora maioria dos habitantes era ainda analfabetos[235].

Ainda que a análise de Trotski absorva essa percepção de Lenin, ela contempla também (e centralmente) a avaliação da burocracia enquanto fruto dos problemas enfrentados pela nova formação social. Mas suas análises são indubitavelmente, ainda que de forma limitada e em um sentido mais abstrato, herdeiras das elaborações e, principalmente, da luta anti-burocrática travada por Lenin em seus últimos momentos de vida. Assim, é possível detectar sua influência no sofisticado modelo analítico e conceitual elaborado por Trotski para dar conta da nova realidade da formação social soviética vista a partir de meados dos anos 1920 e, principalmente, da década de 1930.

Uma vez que essa burocracia se tornava cada vez mais politicamente autônoma em relação às massas proletárias e camponesas, e em que direcionava a administração estatal de acordo com seus interesses enquanto grupo social, a luta por reformas iniciada por Lenin no começo da década de 1920 acabou por assumir caráter de confronto aberto entre alas distintas do Partido Comunista, já em um momento em que aquele se encontrava impossibilidade de participar ativamente da vida política do partido e do país.

Foi nesse contexto que, em 1923, se formou a "Oposição de Esquerda", da qual Trotsky era uma das figuras principais e que tinha como plataforma a retomada da democracia interna do Partido e dos *soviets*, como via de combate às tendências burocratizantes – enfrentando, para tal, o "triunvirato" formado por Stalin-Kamenev-Zinoviev dentro do Comitê Central do partido. Após sua derrota no XIII Congresso do Partido Comunista, em 1924, uma nova batalha foi travada entre 1926-27, com a unificação de diversos setores na chamada "Oposição Unificada", que contava com membros da antiga "Oposição de Esquerda" e, dentre outros, Kamenev e Zinoviev – que haviam então rompido com Stalin e formado a "Nova Oposição". Mas essa segunda batalha também terminou em derrota, no XV Congresso, realizado em 1927, e levou a expulsão da maioria dos opositores.

---

[235] Para uma síntese das análises de Lenin e das suas propostas propostas de reforma delas derivadas, ver MONTEIRO, Marcio Lauria. Lenin e a burocratização do Estado soviético. *Blog Convergência*, 7 de julho de 2014. Disponível em http://tinyurl.com/qj77ohq. Acessado em 27 de maio de 2015. Para um estudo detalhado deste e de outros tópicos que integraram a "última batalha" travada por Lenin, já ao final de sua vida, ver LEWIN, Moshe. *Op. cit.* Também cabe ressaltar que Lenin e Trotski não foram os únicos a se debruçar sobre o assunto da "degeneração burocrática". Ao fim da década de 1910 e começo da década de 20, ao menos três tendências internas surgiram no partido bolchevique, defendendo diferentes propostas contra o que enxergavam serem desvios burocráticos: a "Oposição Operária", a "Tendência Centralismo Democrático" e os "comunistas de esquerda". Cf. BROUÉ, Pierre. *El partido bolchevique*. Madrid: Ayuso, 1973, Capítulos V e VI.

Pode-se ver que Trotski dedicou a maior parte da sua militância ao longo da década de 1920 a compreender a situação da União Soviética e a lutar por uma reforma do PC e do aparelho de Estado[236]. Foi ao longo desses anos de oposição interna que ele formulou os principais elementos de sua análise, os quais foram expressos de maneiras mais acabada em sua obra *A Revolução Traída* (1936). Outra importante fonte são alguns de seus escritos de 1940, produzidos no contexto de uma disputa dentro da seção norte-americana da Quarta Internacional, contra a tendência Burham-Shachtman (que advogava o abandono da caracterização da URSS enquanto "Estado operário") e posteriormente compilados na obra *Em defesa do marxismo* (1940).

Com as contínuas derrotas sofridas pelos que defendiam a perspectiva de reforma do aparelho de Estado soviético, e com o fortalecimento das tendências burocratizantes, a partir de 1933, Trotski encarou que tais tendências haviam se consolidado, com o acúmulo de mudanças quantitativas tendo assumido um caráter de mudança qualitativa. Segundo ele, aquelas "deformações burocráticas", detectadas por Lenin no início dos anos 1920, teriam crescido e solidificado, levando a um novo regime jurídico-político, assentado sobre as bases sociais estabelecidas a partir da revolução.

Tal regime seria caracterizado pela *expropriação do poder político* do proletariado pela burocracia do Estado e do partido (então já praticamente uma só). Em alusão à Revolução Francesa, Trotski caracterizou tal processo enquanto uma *reação termidoriana*. E classificou o regime stalinista enquanto *bonapartista*, por ser marcado por uma autonomização relativa em relação às classes. Isso o levou a caracterizar a União Soviética enquanto um *Estado operário degenerado*, caracterização que apontou derivar dos seguintes fatores centrais:

---

[236] O fato de Trotski ter participado de intensas lutas internas advogando uma posição próxima daquela expressa por Lenin ao longo de 1921-23, e de ter dedicado o resto de sua vida a aprofundar e defender sua política antiburocrática, não deve obscurecer o fato de sua posição sobre a autonomização do aparelho de Estado soviético e do Partido Comunista em relação às massas ter sido muito diferente ao longo dos anos de guerra civil (1918-1921). No período em questão, enquanto Lenin se tornava cada vez mais preocupado com essa tendência, Trotski defendia posições que na prática as fortaleceriam, pois advogava abertamente pela nomeação vertical para os órgãos administrativos e de gestão produtiva, além da substituição das massas pelo partido e da militarização do trabalho. Cf. DEUTSCHER, Isaac. *Trotski: o profeta armado, 1879-1921.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, Capítulo XIV. Inclusive, Trotski nunca fez uma autocrítica dessas posições, como se vê por uma passagem de uma polêmica de 1940, contra Max Shachtman. Nesta, ao mencionar a polêmica entre ele e Lenin acerca do papel dos sindicatos, quando aquele advogava sua submissão ao Estado e este a sua independência, afirma que "Não me deterei aqui sobre a questão de o quão corretamente Lenin dirigia os seus argumentos contra mim. Creio que o fez incorretamente, uma vez que não existiam diferenças de opinião entre nós sobre a definição do Estado.". TROTSKY, Leon. *Em defesa do marxismo* [compilação]. São Paulo: Editora Sundermann, 2011, p. 165.

> 1) Aqueles traços que em 1920 constituíam uma "deformação burocrática" do sistema soviético se transformaram agora num regime burocrático independente, que devorou os soviets; 2) A ditadura da burocracia, incompatível com as tarefas internas e internacionais do socialismo, introduziu e continua introduzindo deformações profundas na vida econômica do país; 3) basicamente, no entanto, o sistema da economia planificada, sobre a base da propriedade estatal dos meios de produção, conservou-se, e continua sendo uma conquista colossal da humanidade.[237]

3.1. A URSS enquanto *Estado operário (burocraticamente) degenerado*

Pode-se ver que essa sua caracterização consistia em uma definição dupla, que abarcava simultaneamente o *caráter de classe* e o *regime político* da formação social soviética. Apesar da mudança de regime para a qual apontava enquanto uma "degeneração burocrática", Trotski encarava que o caráter de classe do Estado não havia se alterado. Daí advinha sua política de "defensismo revolucionário" da URSS contra possíveis ataques do imperialismo, pois estes incidiriam sobre as formas de propriedade estabelecidas pela revolução, a qual considerava como o maior ganho a ser preservado, a despeito do regime político burocraticamente degenerado que veio a surgir[238].

Essa sua análise do caráter de classe do Estado se baseava em dois pilares explicativos que se complementam: a defesa de que as formas de propriedade da União Soviética não haviam sido alteradas pelo processo de degeneração burocrático; e de que a burocracia governante à frente do regime bonapartista não era uma nova classe, mas sim um *casta* originada a partir da classe proletária.

Em uma passagem sintética de *A Revolução Traída*, Trotski afirmou que "a nacionalização da terra, dos meios de produção industrial, dos transportes e de troca junto com o monopólio do comércio exterior constitui a base da sociedade soviética"[239]. Essas relações de propriedade, marcadas pela coletivização dos meios de produção realizada pela revolução, seriam para ele a principal base para a definição do caráter de classe *proletário* da formação social soviética, independente do seu regime político. Conforme afirmou em uma polêmica de 1937, para ele "a natureza de classe do Estado define-se, não por suas *formas políticas*, mas sim por seu *conteúdo social*, ou seja, pelo caráter das formas de propriedade e das relações de produção que o Estado em questão protege e defende"[240].

---

[237] Cf. TROTSKY, Leon. *Em defesa do marxismo. Op. cit.*, p. 166-67.
[238] Cf. *Ibid.*, p. 152 e p. 167.
[239] Id. *A revolução traída – o que é e para onde vai a URSS*. São Paulo: Editora Sundermann, 2005, p. 223.
[240] Id. *Em defesa do marxismo. Op. cit.*, p. 256.

Trotski ainda fundamentou sua definição do caráter de classe da União Soviética através de alguns argumentos lógicos, os quais possuíam um grande peso político, demonstrando, assim, o quão entrelaçada estava sua análise com seu *programa*. Partindo da premissa anterior, afirmou que, caso a burocracia fosse derrubada por um partido proletário revolucionário, este teria como tarefas principais o restabelecimento da democracia nos sindicatos e nos *soviets*, o restabelecimento das liberdades dos partidos soviéticos (isto é, aqueles que defendem as conquistas da revolução) e o expurgo da burocracia parasitária dos aparelhos do Estado. Entre suas tarefas não constaria, portanto, uma alteração das formas de propriedade então vigentes, donde a caracterização dada a tal processo/estratégia de *revolução política*[241] – sendo esta a estratégia defendida pela Quarta Internacional em relação às tarefas políticas no interior da União Soviética[242].

Já no caso de ser um partido burguês contrarrevolucionário a derrubar a burocracia, este teria como tarefa principal uma *contrarrevolução social*, que restaurasse a forma privada de propriedade dos meios de produção[243]. Daí, Trotski afirmou certa vez que "Stalin derrubado pelos trabalhadores: é um grande passo para o socialismo. Stalin eliminado pelos imperialistas: é a contrarrevolução que triunfa"[244] – um "aviso" que muitos trotskistas ignoraram quando das contrarrevoluções que varreram o Leste Europeu na virada da década de 1980 para '90.

Estruturando essa sua análise na constatação de que as formas de propriedade estabelecidas pela revolução não haviam sido alteradas, em diversos momentos Trotski precisou argumentar contra aqueles que buscavam igualar essa propriedade coletivizada à prática de estatização por vezes adotada por governos em Estados capitalistas. Contra esse tipo de posição, um de seus principais argumentos apontava para a necessidade de se distinguir entre uma expropriação econômica da burguesia, que eliminasse assim o capital privado, e uma medida pontual de estatização. Esta última seria frequentemente adotada pela própria burguesia, com a intenção de salvar a economia capitalista de uma crise e, consequentemente, "frear o desenvolvimento da técnica, sustentando empresas inviáveis e mantendo camadas sociais parasitárias"[245].

---

[241] Cf. Id. *A Revolução Traída... op. cit.,* p. 226. Cf.
[242] Id. *O programa de transição. Op. cit*., p. 70-71.
[243] Cf. Id. *A Revolução Traída... op. cit.,* p. 227.
[244] Id. *Em defesa do marxismo. Op. cit.,* p. 254.
[245] *Ibid.,* p. 222. Ao contrário da sua avaliação acerca dos efeitos da estatização capitalista, Trotski encarava que a coletivização da propriedade representava um avanço no desenvolvimento das forças produtivas, se comparado aos padrões capitalistas, por resolver a contradição entre o caráter coletivo da

Ao passo que muitos historiadores realizaram uma aproximação indevida entre propriedade socializada e estatização no contexto capitalista, levando por vezes a equiparações entre a economia soviética e o estatismo fascista[246], Trotski apontou que, mesmo no contexto do "III Reich", as estatizações em larga escala faziam do Estado não um proprietário das empresas, "mas apenas um **intermediário** entre seus proprietários"[247] (ênfase adicionada) – a burguesia alemã. Esta, argumentou ele, permaneceu a existir enquanto classe independentemente da autonomização do Estado sob o regime fascista e da eliminação (até mesmo física) de membros individuais e mesmo de algumas de suas frações.

Diferentemente, na União Soviética ocorreu a expropriação da burguesia *como classe* e a consequente eliminação do capital privado, ocasionada pela concentração da propriedade coletivizada sob a administração estatal. Dessa forma, conforme Trotski apontou, era o Estado que desempenhava funções de "comerciante, banqueiro e industrial universal"[248], impedindo assim o acúmulo individual de dinheiro para reinvestimento produtivo (ou mesmo especulativo, salvo em ações periféricas como trocas no mercado negro). Consequentemente, era impossibilitada a concretização do que Marx nomeou de "fórmula geral do capital", inviabilizando a formação (ou ressurgimento) de uma classe capitalista/burguesa nativa[249].

3.2. A burocracia soviética enquanto *casta*

---

produção e o caráter privada da apropriação – ponto nodal da defesa marxista do socialismo. Nesse sentido, o primeiro capítulo de *A Revolução Traída* é dedicado justamente a realizar um balanço dos avanços produtivos obtidos pela União Soviética a partir da Revolução de Outubro. Cf. Id. *A Revolução Traída... op. cit.,* Capítulo I – O Que Foi Alcançado.

[246] Caso da escola totalitarianista, predominante na chamada "sovietologia" da década de 1940-50. Cf. MONTEIRO, Marcio Lauria. Outubro na mira do revisionismo historiográfico (Parte 1). *Blog Convergência*, 23 de janeiro de 2014. Disponível em http://tinyurl.com/nof8fpg. Acessado em 27 de maio de 2015.

[247] Id. *Em defesa do marxismo. Op. cit.,* p. 222.

[248] Id. *A Revolução Traída... op. cit.,* p. 90.

[249] Cf. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital* . São Paulo: Boitempo, 2013, Seção II, Capítulo 4. Apesar da extinção do capital privado, o dinheiro foi introduzido e excluído da sociedade soviética algumas vezes ao longo das décadas de 1920 e 1930 (cf. Trotsky, Leon. *A Revolução Traída... op. cit.,* p. 90). Entretanto, ele funcionava apenas como medida de valor para a realização de trocas (função equivalente universal), sendo impossibilitado, pela forma coletivizada da propriedade e pelo controle estatal dos preços e do sistema financeiro, de ser transformado em capital. Em determinado momento da vigência da planificação estatal, Trotski alegou que os salários haviam até mesmo perdido qualquer base real de cálculo de valor em sua forma monetária, uma vez que ele era politicamente determinado – o que teria ocasionado problemas sérios de produtividade devido ao desestímulo dos trabalhadores (cf. *Ibid.,* p. 94). Uma explicação alternativa (de caráter lógico) pode ser encontrada em MANDEL, Ernest. Why The Soviet Bureaucracy is not a New Ruling Class. *Monthly Review*, 1979, p. 63-89.

Essa análise, entretanto, suscita o questionamento se a burocracia não seria uma nova *classe proprietária*, utilizando da sua posição de administradora no Estado para se apossar coletivamente dos meios de produção, caracterizando-se assim enquanto uma "burguesia estatal" ou uma nova classe equivalente. Tal questionamento não é de todo despropositado, uma vez que a posição privilegiada da burocracia inegavelmente possibilitou a ela uma retenção de parte do sobreproduto soviético, que era adicionada ao seu rendimento, proporcionando-lhe assim regalias diversas – ao passo que muitos operários recebiam apenas um salário mínimo vital. Trotski reconhecia essa realidade, mas não via nela prejuízos para sua caracterização da URSS[250].

Dada a importância de uma caracterização precisa do que era a burocracia soviética, Trotski dedicou a essa questão uma profunda atenção. Para analisar a burocracia, ele partia do princípio segundo o qual "as classes são definidas pelo seu lugar na economia do sistema social e, antes de tudo, pela sua relação com os meios de produção". Nesse sentido, afirmou que, apesar da sua considerável autonomia política e das diferenças estruturais entre as formações sociais, a burocracia soviética estava no mesmo patamar sociológico que a burocracia capitalista – especialmente aquela dos regimes fascistas, também marcados por uma autonomização da superestrutura frente às relações de produção e a classes sociais conflitantes.[251]

Segundo ele, a caracterização da burocracia enquanto categoria social se daria pela sua existência enquanto grupo que não desempenha funções diretamente produtivas, e sim funções de comando e administração. No caso da burocracia soviética, esta seria uma "casta dirigente" que se destacou do restante do proletariado, ao se autonomizar e passar a atuar segundo seus interesses distintos daqueles da classe proletária. [252]

Essa autonomização teria assumido formas particulares devido à especificidade da União Soviética ser um Estado operário e, consequentemente, seu aparelho administrativo estar diretamente ligado à gestão dos meios de produção. Uma vez beneficiada pela sua relação privilegiada com a riqueza produzida, a burocracia teria consolidado tal autonomização através da expropriação definitiva do poder político do proletariado[253]. Entretanto, ela não teria alterado a forma coletivizada da propriedade, o

---

[250] Cf. *Ibid.,* p. 218.
[251] Cf. *Ibid.*, p. 223. Mesma página para o trecho citado.
[252] Cf. *Ibid.*, p. 142-43.
[253] Cf. *Ibid.*, p. 224.

que implicaria a legalização da sua *posse* por indivíduos ou grupos seletos, no lugar de sua *administração* à revelia de formas democráticas de controle pelo proletariado.

Assim, Trotski concluiu que "a burocracia não criou uma base social para a sua dominação, sob a forma de condições particulares de propriedade", dependendo, portanto, da defesa das formas de propriedades estabelecidas pela revolução e se estabelecendo de forma distorcida enquanto "um instrumento da ditadura do proletariado"[254]. Como consequência de não ter alterado as formas de propriedade, a burocracia carecia de algo essencial a qualquer classe dominante, isto é, a sua capacidade de se reproduzir socialmente a partir das relações com os meios de produção:

> A burocracia não tem títulos nem ações. Ela é recrutada, suplementada e renovada como uma hierarquia administrativa, independentemente de qualquer relação de propriedade particular. O burocrata não pode transmitir aos seus herdeiros o seu direito à exploração do Estado. Os privilégios da burocracia são *os* abusos do poder. Ela esconde os seus rendimentos. Dissimula ou finge não existir como grupo social. **O seu domínio sobre uma parte enorme do rendimento nacional é um caso de parasitismo social**.[255] (ênfase adicionada)

A partir dessa situação, altamente contraditória, Trotski encarava que, por mais que fosse obrigada (até certo ponto) a defender as formas de propriedades características do Estado operário (deformado), das quais sua existência dependia, "tal qual o parasita do hospedeiro", com o tempo a burocracia tenderia a se cindir em frações interessadas em uma maior estabilidade e, portanto, na expropriação desses meios de produção e no (re)estabelecimento da propriedade privada e do capitalismo. Tendência essa determinada pela contradição entre o contínuo desenvolvimento das forças produtivas, que estaria "preparando as bases econômicas do socialismo", e as normas de distribuição do produto social, "cada vez mais burguesas", em benefício dos cumes da casta burocrática[256].

Tal situação contraditória, afirmou, não poderia se prolongar indefinidamente, necessitado as "normas burguesas" se estenderem aos "meios de produção" (transformando a propriedade coletivizada em privada), ou as "normas de distribuição" corresponderem ao "sistema de propriedade socialista"[257]. Daí Trotski conclui que, se por um lado a burocracia governante precisava defender a forma coletiva da propriedade

---

[254] Cf. *Ibid.*, p. 224.
[255] Cf. *Ibid.*, p. 224.
[256] *Ibid.*, p. 220.
[257] *Ibid.*, p. 220-21.

para dela poder parasitar, por outro seus extratos superiores teriam um interesse crescente na restauração da propriedade privada, para que pudessem passar de administradores a proprietários. Tal burocracia seria, então, atravessada por um *caráter dual*. Em suas palavras:

> A função de Stalin [...] tem um duplo caráter. Stalin serve à burocracia e por isso à burguesia mundial, mas não pode servir a burocracia sem preservar o fundamento social que a burocracia explora em seu próprio interesse. Nessa medida, Stálin defende a propriedade nacionalizada contra o imperialismo e contra as camadas demasiado impacientes e ávidas da burocracia. No entanto ele realiza esta defesa por métodos que preparam o desmoronamento geral da sociedade soviética. É por isso que é preciso derrubar a camarilha stalinista.[258]

Essa caracterização da relação da burocracia soviética para com os meios de produção e o Estado como sendo um "parasitismo social" é um dos pontos chaves para a compreensão desta enquanto categoria social dentro das análises de Trotski. Tal caracterização foi confirmada de forma contundente ao fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando a propriedade estatal soviética foi largamente privatizada, em um processo que beneficiou não só investidores estrangeiros (o capital imperialista), mas também altos mandatários soviéticos. Foi *só então* que estes passaram a ter uma relação de *posse* com a propriedade que até então *parasitavam*, estabelecendo-se jurídica e socialmente enquanto proprietários privados, e não mais administradores privilegiados[259]. Tal processo encontrou ainda resistência por parte de setores da burocracia soviética que se viram ameaçados por tal processo e buscaram estancá-lo através de um golpe de Estado[260], confirmando assim certas análises de Trotski sobre a possibilidade de um fracionamento da burocracia ante tentativas "restauracionistas"[261].

Ademais, cabe ainda ressaltar como Trotski encarava a relação entre tal burocracia parasitária e o desenvolvimento das forças produtivas soviéticas. Conforme demonstrado pelo já mencionado primeiro capítulo de *A Revolução Traída*, ele reconhecia que a mesma havia cumprido um papel progressivo naquilo que tangia a importação do que havia de mais avançado no mundo capitalista em termos de técnicas e meios de produção, bem como sua implementação na União Soviética através do

---

[258] *Ibid.*, p. 261.
[259] Cf. CERDEIRA, Bernardo. A natureza social da ex-União Soviética. Atualidade de uma polêmica. *Revista Outubro*, n. 1. São Paulo: Xamã, 1998, p. 81-87.
[260] A tentativa da assim chamada "linha dura" da *nomenklatura*, o autodenominado "Comitê Estatal de Emergência" (também conhecido como "Bando dos Oito"), que perpetrou um *putcsh* fracassado contra o governo de Mikhail Gorbatchev em fins de agosto de 1991. Cf. HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos... op. cit.*, p. 478-479.
[261] Cf. TROTSKY, Leon. *O programa de transição, cit.,* p. 68-69.

planejamento econômico[262]. Nisso ele chegou a compara-la, em outro texto, ao "despotismo esclarecido" e o papel histórico que este cumprira em benefício do desenvolvimento e da expansão das relações capitalistas, ainda que a burguesia não estivesse em controle do aparato estatal[263].

Todavia, Trotski ressaltava que a partir de dado momento tal burocracia não mais seria capaz de cumprir um papel progressivo, devido ao risco dos avanços tecnológicos e produtivos minarem as funções sociais por ela desempenhadas. Nesse sentido, a mesma se converteria mais e mais em um "freio" ao desenvolvimento das forças produtivas soviéticas, como forma de assegurar sua estabilidade e reprodução[264].

Não obstante tais considerações, por volta dos anos 1950, algumas vozes identificadas com o pensamento trotskiano passaram a defender a noção de uma "auto-reforma" da burocracia, a qual encararam que seria fruto gradual do desenvolvimento econômico da URSS. Noção essa a partir da qual seus defensores acabaram por abandonar a defesa de uma "revolução política" como forma necessária de restaurar democracia proletária no país. Dentre eles, o que mais ganhou notoriedade na defesa da mesma foi Isaac Deutshcer, que já não se encontrava nas fileiras do movimento trotskista desde praticamente a fundação da Quarta Internacional (à qual ele opôs)[265]. Mas, conforme se verá no Capítulo 4, o principal dirigente internacional do movimento no período pós-guerra, conhecido pelo pseudônimo Michel Pablo, também defendeu tal noção por certo período, levando a sérios conflitos internos.

3.3. Sociedade de transição e o duplo caráter do Estado

Voltando à caracterização de Trotski acerca da URSS, ao mesmo tempo em que ele argumentou contra aqueles que definiam que esta era uma forma de "capitalismo de Estado" (ou de categorias equivalentes, como "coletivismo burocrático"), não a diferenciando qualitativamente dos países capitalistas, Trotski também combateu as

---

[262] Cf. Id. *A Revolução Traída... op. cit.,* Capítulo I – O Que Foi Alcançado.
[263] Cf., Id. *Em defesa do marxismo. Op. cit.*, p. 26-7.
[264] Cf., p. ex., *Ibid.*, p. 26-7 e p. 257-58. Para um interessante estudo que corrobora tal ponto de vista, recomenda-se a leitura do artigo de Slava Gerovitch no qual se discute o pioneirismo soviético no desenvolvimento de uma tecnologia de rede nacional de computadores uma década antes da ARPA norte-americana. Neste, Gerovitch demonstra que, a despeito dos grandes avanços realizados nesse sentido, com fins de facilitar a planificação econômica, o desenvolvimento da mesma foi boicotado por alas da burocracia, temerosas de perderem seus postos. Cf. e GEROVITCH, Slava. InterNyet: why the Soviet Union did not build a nationwide computer network. *History and Technology* vol. 24, n. 4, December 2008, p. 335-50.
[265] Cf. CALLINICOS, Alex. *Op. cit*., p. 50-52.

alegações do regime stalinista de que a URSS seria "socialista". Em verdade, pode-se afirmar que *A Revolução Traída* é em grande parte uma resposta a estas alegações. Tal caracterização, oficialmente proclamada pelo regime em 1931[266], também foi amplamente reproduzida pela literatura acadêmica, às vezes adaptada para um tom mais hostil através da terminologia "socialismo real"[267].

Contra essa terminologia e autocaracterização do regime, Trotski contrapôs a impossibilidade, apontada nas obras dos próprios Marx e Engels, de se considerar enquanto socialista uma formação social cujo desenvolvimento das forças produtivas era inferior à daquelas capitalistas e que estava isolada em um único país. Dentro da tradição marxista clássica, considerou-se como *socialismo* uma fase de desenvolvimento de duração imprecisa, na qual a burguesia teria sido eliminada do poder político, mas ainda existiriam desigualdades sociais herdadas do capitalismo que necessitariam ser superadas para se atingir o comunismo. Ademais, sendo o capitalismo um sistema global, também seria imprescindível para se atingir o socialismo que se alcançasse tal patamar.[268]

Nesse sentido, Trotski caracterizou a formação social soviética enquanto uma de *transição* entre o capitalismo e o socialismo, na qual ainda predominava uma profunda desigualdade social, decorrente do incipiente desenvolvimento de suas forças produtivas e reforçada pelo isolamento internacional[269]. Seria nessa situação de *escassez* que se encontraria para Trotski a base social da degeneração burocrática da URSS – sendo ela, portanto, fruto de uma nova situação histórica, e não mera reminiscência do passado "potencializada", como pensara Lenin.

Segundo seu pensamento, todavia, essa condição de desigualdade social a que estava submetida a URSS, apesar de potencializada pelo seu isolamento, também se faria presente em muitos outros casos de transição ao socialismo. Dessa forma, um Estado operário, fosse saudável ou burocratizado, necessitaria de um *direito desigual* para dar conta da desigualdade social existente. Marx e Engels chamaram atenção para

---

[266] Cf. Id. *A Revolução Traída... op. cit.*, p. 84.

[267] Até mesmo Eric Hobsbawm, enquanto um crítico desse termo de conotação hostil à experiência soviética, reproduziu em parte a caracterização apologética do regime stalinista ao adaptá-lo para a variante "socialismo realmente existente" e ao frequentemente utilizar a nomenclatura "Estados socialistas" para se referir a formações sociais análogas à União Soviética – não demonstrando, assim, grande preocupação em analisar de forma mais aprofundada as especificidades desta. Cf. HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos... op. cit.*, capítulos 13 e 16.

[268] Para um discussão acerca de como tal distinção se fez presente nas obras de Marx e Engels, ver LENIN, Vladimir. *O Estado e a revolução. A revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo: Editora Sundermann, 2005, Capítulo V da primeira obra.

[269] Cf. TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída... op. cit.,* p.74-75.

tal fato, quando afirmaram que "*Direito igual* aqui [em uma sociedade de transição] ainda é, em princípio, *direito burguês*", pois "com um desempenho igual do trabalho e, consequentemente, uma parte igual do fundo social de consumo, um receberá, na verdade, mais do que outro [...]. Para evitar todos esses defeitos, o direito, ao invés de ser igual, precisaria ser desigual" (*Crítica ao Programa de Gotha*, 1985[270]).

Esse direito desigual, "burguês", se materializaria, sobretudo, na forma da *lei do valor*[271] (as "normas burguesas de distribuição" anteriormente mencionadas) e na sua proteção pelo Estado operário. Nesse sentido, Lenin afirmara que, ao longo do período de transição, "não só o direito burguês, mais ainda o Estado burguês, sem burguesia, subsistem"[272], uma vez que esta classe teria sido expropriada, mas permaneceriam por algum tempo as normas tipicamente capitalistas de distribuição do sobre-produto. Tal situação só seria alterada até que houvesse abundância para que se atingisse a célebre fórmula de Marx, "de cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo as suas necessidades" e, assim, se desse a passagem para a "etapa superior" do comunismo[273].

Essa situação estrutural indicava, portanto, que uma formação social de transição entre o capitalismo e o socialismo é, necessariamente, marcada por uma constante contradição na qual tendências estruturais opostas se chocam. Ao ser perpassado por dita contradição, argumentou Trotski, o Estado operário assume um "duplo caráter", ao mesmo tempo "socialista", decorrente da propriedade coletivizada, e "burguês", decorrente da permanência da lei do valor, derivada do desenvolvimento econômico ainda insuficiente[274].

3.4. Reação termidoriana e stalinismo enquanto *regime de crise* (bonapartismo)

A burocracia de qualquer Estado operário seria, assim, a "guardiã do direito burguês", atuando enquanto uma atenuadora dos antagonismos sociais através da coerção[275]. A posição extremamente autonomizada que a burocracia assumira na URSS,

---

[270] *Apud* BRUCE, Dave. *Trotsky and the Materialist Analysis of Stalinism*. [S.n.]: texto digital, p. 5. Disponível em: http://tinyurl.com/ozvcgg4. Acessado em 10 de maio de 2015.
[271] No sentido da distribuição dos produtos se dar via transformação destes em mercadorias, a serem trocadas (fosse por dinheiro ou outra medida de valor) de acordo com o valor médio socialmente necessário para produzi-las.
[272] LENIN, Vladimir. *O Estado e a revolução, op. cit.*, p. 104.
[273] Cf. Id., p. 104-05.
[274] Cf. Id. *A Revolução Traída... op. cit.*, p. 76.
[275] Cf. *Ibid.*, p.123 e p. 76 e 78.

todavia, não seria normal no Estado operário, o qual deveria se dissolver progressivamente, acompanhando o desenvolvimento das forças produtivas e a consequente eliminação das desigualdades sociais. Pois, conforme aumentasse a abundância econômica, se tornaria cada vez mais supérflua a necessidade de um organismo de coerção com fins de mediar conflitos gerados pela desigualdade social.[276]

Conforme se viu, a situação estrutural da União Soviética enquanto uma sociedade de transição, por si só, já fornecia perigosas contradições para uma possível degeneração burocrática. Mas para Trotski, segundo suas análises mais tardias, o processo concreto de encastelamento dessa burocracia no Estado soviético e sua extrema autonomização em relação às massas, fatores que iam na contramão das expectativas teóricas, seria fruto tanto de elementos estruturais, peculiares à Rússia, quanto de elementos conjunturais e políticos.

O principal deles, o fato do Império Russo possuir uma economia marcadamente "atrasada" em comparação com as demais potências imperialistas da época, a qual se degradou ao extremo ao longo dos anos de participação na Primeira Guerra Mundial e da guerra civil que se seguiu à revolução. Além desses elementos estruturais / econômicos, Trotski enumerou ainda como influências importantes a queda da participação política do proletariado nos órgãos de massa de tipo soviético, fruto dos duros anos de guerra civil, e o isolamento internacional do país, ante a derrota de outros processos revolucionários[277].

E considerou ainda o papel desempenhado por medidas antidemocráticas, inicialmente planejadas como temporárias, que acabaram por alimentar ainda mais a situação de "deformação burocrática" em curso. Dentre estas, a proibição das frações internas no partido governante e a supressão de diversas liberdades civis no decurso da guerra contra a reação burguesa[278] – todas as quais o stalinismo transformou em dogmas organizativos de seu rígido modelo de partido. Ademais, também apontou que, mesclada à degeneração burocrática do Estado, teve lugar uma degeneração do partido à

---

[276] Cf. *Ibid.,* p. 79-80. Ver também LENIN, Vladimir. *O Estado e a revolução... op. cit.*, Capítulo V.
[277] Cf. TROTSKY, L. *A Revolução Traída... op. cit.*, p. 107-108.
[278] Cf. *Ibid.,* p. 112-113. Cabe lembrar o fato frequentemente "esquecido" por aqueles hostis a Revolução Russa, ou realmente desconhecido por muitos, de que chegou a haver uma democracia pluripartidária após outubro de 1917, expressa na presença de representantes do partido menchevique e da ala direita do partido SR tanto nos *soviets* quanto no próprio Comitê Executo Central, órgão máximo de governo. No caso dos SR, foram os próprios que se retiraram do governo: a ala direita em março de 1918, após o Tratado de Brest-Litovski e a ala esquerda após o V Congresso dos Soviets (julho de 1918), onde ficaram em minoria (tendo então passado a insurreições armadas e atentados a dirigente bolcheviques, como ao próprio Lenin). Cf. JOHNSTONE, Monty. O socialismo num só país. In HOBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, v. 5, 1985, p. 133.

frente do regime, que se tornou cada vez mais o porta-voz da burocracia estatal e da nova aristocracia operária (stakhanovistas)[279].

Para Trotski, eram essas as bases econômicas e políticas da forma extrema de autonomização atingida pela burocracia soviética, a qual ele caracterizou como sendo um tipo novo de *regime bonapartista*, assentado sobre e moldado pelas relações sociais decorrentes do predomínio da propriedade coletivizada. Esse bonapartismo *sui generis* seria justamente o *stalinismo*:

> O cesarismo nasceu em uma sociedade baseada na escravatura e abalada por lutas intestinas. O bonapartismo foi um dos instrumentos do sistema capitalista nos seus períodos críticos. **O stalinismo é uma variedade, mas sobre as bases de um Estado operário**, dilacerado pelo antagonismo entre a burocracia soviética organizada e armada e as massas laboriosas desarmadas.[280] (ênfase adicionada)

Todos esses elementos que teriam originado o stalinismo enquanto um *regime de crise*, conforme Trotski o descreveu, caracterizado pela autonomização do Estado em uma formação social de caráter proletário, foram vistos por ele enquanto um processo de *reação termidoriana*[281]. Isto é, "a vitória da burocracia sobre as massas" e, como tal, também a "reação ainda constrangida a vestir as roupas da revolução"[282].

3.5. O stalinismo dentro e fora da URSS

Conforme já se comentou, essas análises de Trotski foram desenvolvidas ao longo da própria luta que este travou contra os processos burocratização do estado soviético e de degeneração do Partido Bolchevique. Dessa forma, apesar de ter sido apresentada uma visão concisa e estruturada de seu pensamento ao longo das subseções anteriores, este sofreu alterações ao longo do tempo, sempre respondendo à própria evolução da URSS e do stalinismo. Por conta disso, alguns comentadores optam por

---

[279] Cf. TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída... op. cit.,* p. 82-83.
[280] *Ibid.,* p. 244.
[281] Aqui é importante ressaltar que Trotski tratava as categorias "bonapartismo" e "termidor" enquanto processos concretos, e não como rígidos esquemas a-históricos, como se fossem etapas. Dessa forma, já em 1931, mesmo antes de concluir que o termidor havia triunfado na URSS, este apontava para a possibilidade de um entrelaçamento de ambas no caso soviético. Cf. TROTSKY, Leon. *Thermidor and Bonapartism* [maio de 1931]. Disponível em http://tinyurl.com/nof8fpg. Acessado em setembro de 2013, e Id. *Thermidorianism and Bonapartism* [janeiro de 1931]. Disponível em http://tinyurl.com/puonevb. Acessado em maio de 2015.
[282] TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída... op. cit.,* p. 117 e p. 162.

dividir o pensamento de Trotski em fases distintas[283] – abordagem que facilita uma compreensão pormenorizada do que era o stalinismo para ele.

Já foi dito que, do começo da década de 1920, até meados da década de 1930, Trotski e a Oposição de Esquerda lutaram por uma *reforma* do aparato estatal soviético e do Partido Bolchevique. Perry Anderson localiza ao longo desse período duas das três fases que atribui ao pensamento daquele. Uma inicial, marcada pela obra *Novo Curso* (1923), na qual Trotski ainda focava na questão da "burocratização" e se apoiava bastante nas análises de Lenin acerca do assunto. E uma "intermediária", marcada pela obra *A Terceira Internacional Depois de Lenin* (1928), localizada após a derrota da OE dentro do partido (meados de 1924) e ao longo da qual ele aprofundou consideravelmente suas análises e lançou as bases fundamentais da caracterização da URSS que mais tarde consolidaria na sua terceira fase, "madura".[284]

No que tange Stalin e o stalinismo, ao longo de 1923-33, Trotski primeiro o considerou como sendo o "centro" do partido, gravitando entre a Oposição de Esquerda e a ala "direita", representada por Bukharin e Tomski. Nos primeiros anos de luta da OE, sua preocupação, conforme ressalta o historiador Robert McNeal, não era tanto com stalinismo – considerado não só "burocrático", como também um regime "plebiscitário", no sentido de operar através de apelos populares demagógicos – mas com essa ala direita e, especialmente, com certos setores extrapartidários, os quais ele encarava que poderiam substituir o stalinismo através "via termidoriana", ou de uma "via bonapartista". Setores esses que seriam compostos por figuras militares como Tukhachevski, por membros do aparato policial, como Yagoda, e pelos "desertores" e "traidores" da revolução – todos os quais poderiam chegar ao poder via guerra civil e restaurar o capitalismo.[285]

Com o tempo, ainda nesse contexto de luta por reforma, essa definição do stalinismo enquanto o "centro" partidário evoluiu para a de *centrismo*, já na "segunda

---

[283] Cabe ressaltar que, ainda assim, não são todos que atentam para certas alterações de grande relevo que ocorreram ao longo do tempo. E também que essa falta de atenção, conforme se verá, não se restringe apenas aos comentadores, mas pode ser observada entre os próprios trotskistas, especialmente no conturbado período pós-Segunda Guerra.

[284] Cf. ANDERSON, Perry. Trotsky's Interpretation of Stalinism. *New Left Review*, vol. 1, n. 139, May-June 1983, p. 49-51.

[285] Cf. MCNEAL, Robert H. Trotskyist Interpretations of Stalinism [1975]. In: TUCKER, Robert C. (ed.). *Stalinism. Essays in Historical Interpretation. With a new introduction by the author*. New Branswick, London: Transaction Publishers, 1999, p. 30-31. Apesar da análise cuidadosa e bem embasa de McNeal, cabe ressaltar que o autor apresenta um quadro muito negativo, e por vezes desdenhoso, acerca do pensamento de Trotski. Isso acaba fazendo com que ele incorra em várias afirmações pontuais ao longo do texto que simplesmente não se sustentam e, em alguns casos, são contraditas pela sua própria análise. Todavia, este não é o lugar adequado para lidar com tal questão.

fase" ("intermediária") a que se refere Anderson. Conforme mapeou Thomas Twiss, isso inicialmente significava que, politicamente, o stalinismo gravitava entre o *oportunismo* e o *marxismo* e depois passou a significar que ele gravitava entre o *oportunismo* e o *ultra-esquerdismo*.[286] Foi a partir dessa categoria que Trotski inicialmente explicou os *zig zags* do stalinismo, tanto dentro como fora da URSS.

Além dessa inconstância política que fazia do stalinismo politicamente centrista, ele seria ainda um centrismo especial, de tipo *burocrático*. Pois, gravemente afetado pela burocratização do regime, através de um processo de constante retroalimentação, o próprio Partido Bolchevique teria sofrido uma grave degeneração burocrática, tendo Trotski considerado que ele passou então a possuir um regime não mais de "centralismo democrático", mas de "centralismo burocrático". Neste, sua direção reverberava e impunha aos membros políticas que correspondessem aos interesses da burocracia encastelada no aparelho de Estado e calava brutalmente qualquer possibilidade de oposição[287].

Sendo o stalinismo o representante da burocracia dentro do partido, a sua inconsistência política, caracterizada enquanto *centrismo burocrático*, seria decorrente do fato de que suas posições não era senão a expressão dos "necessidades sociais" da burocracia soviética, a qual, conforme se viu, cumpre uma "dupla função" dentro do Estado operário. Ademais, no plano internacional, apesar de almejar estabilidade e uma coexistência pacífica com o imperialismo, ela se via forçada a momentos de ofensiva para se proteger.[288]

Daí políticas tão dispares como, de um lado, a do "socialismo em um só país" e "socialismo a passos de tartaruga", proclamadas em 1924; a proclamação, em diferentes momentos, de uma "via pacífica ao socialismo" (não só por Khrushchev, mas também pelo próprio Stalin); as experiências de colaboração de classe do tipo do "Comitê Anglo-Russo", de 1926, mais tarde consolidadas e generalizadas através das "Frentes Populares", de meados anos 1930, e das "Frentes de Unidade Nacional", dos anos 1940; o pacto de não-agressão com o nazismo, em 1939. E, de outro, a política de "classe contra classe" do "Terceiro Período", do começo dos anos 1930; a campanha contra os "nepmen" e os "kulaks", no mesmo período; a transformação social operada (militarmente) em parte da Polônia e da Finlândia, a partir de 1939.

---

[286] Cf. TWISS, Thomas Marshall. Trotsky's Analysis of Stalinism. *Critique: Journal of Socialist Theory*, v. 38, n. 4, 2010, p. 553.
[287] Cf. TROTSKY, L. *A Revolução Traída... op. cit.*, p. 114.
[288] Cf. TROTSKY, Leon. *Em defesa do marxismo. Op. cit*. p. 40.

E, da mesma forma que a burocracia soviética fazia com que o stalinismo assumisse um duplo caráter político, ao mesmo tempo progressivo e conservador, a Internacional Comunista também se tornara *centrista*, ao ter virado mais um dos instrumentos dessa burocracia. Ela fora fundada em 1919 com a missão de promover a revolução socialista em todo o mundo, a partir da construção de partidos nacionais que seriam sessões locais de um verdadeiro partido internacional, democraticamente centralizado. Todavia, dada a enorme influência do PC soviético sobre a Internacional, bem como sua grande dependência material ante a União Soviética, a degeneração de ambos implicou também a degeneração desta[289].

Afinal, como Trotski deixou claro em uma passagem de *A revolução permanente*, as racionalizações "teóricas" do stalinismo (as quais ele via enquanto uma forma de revisionismo) não passavam de uma máscara para as tais "necessidades sociais" da burocracia soviética, cujo caráter, ainda que dual, seria intensamente marcado pelo *conservadorismo*:

> Já explicamos muitas vezes que esta revisão dos valores foi provocada pelas necessidades sociais da burocracia soviética: tornando-se cada vez mais conservadora, ela aspirava a uma ordem mundial estável; desejava que a revolução terminada, tendo-lhe assegurado uma situação privilegiada, fosse suficiente para a construção pacífica do socialismo e reclamava a consagração desta tese.[290]

Assim, através da chamada política de "bolchevização", implementada a partir de seu V Congresso Mundial (1924), o corpo dirigente da Internacional impôs aos demais Partidos Comunistas o mesmo modelo rígido e altamente burocratizado que passou a vigorar no interior do PC soviético, removendo das direções nacionais, ou mesmo do partido, todos aqueles elementos que fossem (ou pudessem vir a ser) incômodos para a direção internacional, rotulando-os, invariavelmente, de "trotskistas" – o que passou a ser o grande espantalho utilizado contra os adversários do stalinismo. Da mesma forma que, inicialmente, Trotski advogava a restauração da democracia soviética através de uma *reforma*, ele também atuou no sentido de reformar a Internacional e o PC soviético, através da Oposição de Esquerda, que se tornara uma "fração pública" internacional em 1930 (a partir de 1926, a OE fora expulsa do PC soviético).[291]

---

[289] Cf. *Ibid.*, p. 177.
[290] Cf. TROTSKY, L. *A Revolução Traída... op. cit.*, p. 164.
[291] Cf. BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1934)*. Tomo Um. São Paulo: Editora Sundermann, 2007, Capítulo 18.

A partir dessa transformação do regime interno da IC e dos demais PCs, que passaram a mimetizar o "modelo" burocrático do PCUS, foi possível a imposição a eles de um programa compatível com o interesse da burocracia soviética em garantir uma "coexistência pacífica" com o imperialismo, a partir de uma estabilização da luta de classes entre capital e trabalho. Daí a ressurreição da *vulgata evolucionista* no interior do nascente movimento comunista, pois, a despeito de ter sido refutada na prática pela experiência revolucionária na Rússia, a mesma permitia justificar uma política de não enfrentamento do proletariado com a burguesia, uma vez que pressupunha a existência de países não "maduros" para o socialismo, nos quais o proletariado deveria buscar alianças com a burguesia nativa.

Isso fez com que os PCs da periferia do mundo assumissem uma política *nacional-reformista*, ao passo que nos países centrais do capitalismo a luta de classes era constantemente posta em segundo plano, em prol de medidas de "pressão" sobre as burguesias nativas, visando um deturpada defesa da "pátria socialista". Para Trotski, foi esse o caso do já mencionado do "Comitê Anglo-Russo" e também da linha para a Revolução Chinesa de 1925-27.[292]

Dessa forma, como muitos historiadores de diferentes colorações políticas já apontaram, a Internacional foi reduzida a mero braço da política externa da burocracia soviética, alterando a política dos PCs mundo afora de acordo com as necessidades de preservação desta. E, conforme apontou Trotski, a cada derrota do movimento revolucionário internacional, mais a burocracia soviética se fortalecia, e mais ela conduzia este a novos desastres:

> A burocracia soviética ganhava segurança à medida que a classe operária internacional sofria derrotas cada vez mais pesadas. Entre estes dois fatos, a relação não é unicamente cronológica, mas causal e recíproca: a direção burocrática do movimento contribuía para as derrotas; as derrotas fortaleciam a burocracia.[293]

Assim, sendo expressão dos interesses da burocracia, o stalinismo que se apossara dos Partidos Comunistas e da Terceira Internacional foi visto por ele, tal qual aquela, como também sendo *centrista*. Pois, se por um lado os mesmos eram atravessados por demandas radicais decorrentes do caráter revolucionário que professavam e do caráter de classe proletário de suas bases, por outro estavam

---

[292] Cf. TROTSKY, Leon. *The Third International After Lenin… op. cit., Chapter* 3, Part 6, e Id. *A revolução permanente. Op. cit.*, p. 167.
[293] Id. *A revolução traída.* Op. *cit.*, p. 108.

submetidos em primeiro lugar aos interesses da burocracia soviética, que seriam extremamente conservadores, pois pautados em angariar uma coexistência pacífica com o imperialismo.

Todavia, a partir de 1933, sob o impacto da ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, praticamente sem resistência do maior e mais forte Partido Comunista existente fora da URSS, essa caracterização de que o stalinismo era centrista dentro e fora da URSS foi alterada. Conforme observam alguns comentadores, desse ponto em diante, Trotski praticamente deixou de usar a caracterização do stalinismo enquanto *centrismo*, fosse para descrever sua atuação dentro ou fora da URSS. Ao invés, reavaliando suas análises anteriores, passou a encarar que a reação termidoriana já havia ocorrido na União Soviética, em meados da década de 1920, e que esta havia sido realizada pelo próprio stalinismo. Daí, ele passou a caracteriza-lo enquanto *bonapartista*/*termidoriano*, sustentando tal caracterização naquelas análises já abordadas ao longo das subseções anteriores.[294] Para Andesron, esta seria a terceira fase, "madura", do pensamento de Trotski, marmada pela obra *A Natureza de Classe do Estado Soviético* (1933), na qual a mudança é realizada, e por *A Revolução Traída* (1936), que consolida as análises que este manteria até o fim de sua vida[295].

Essa mudança foi de grande importância para a Oposição de Esquerda, que então deixou de lado a estratégia de reforma do aparato de Estado e do partido e da Internacional, e passou para um confronto de vida ou morte (literalmente) com o stalinismo. Sua tarefa a partir de então seria, fora da URSS, a de construir novos partidos comunistas capazes de ganharem a consciência das massas para a revolução socialista. Já dentro da URSS, preparar a derrubada revolucionária do regime bonapartista como forma de reestabelecer a democracia proletária (a "revolução política" já comentada). Essa dupla tarefa se tornou a razão de ser da Quarta Internacional, quando esta foi fundada cinco anos depois, em 1938.

Todavia, segundo Robert McNeal, tal mudança de caracterização do stalinismo, de "centrista" para "termidoriano / bonapartista", teria ocorrido "silenciosamente", simplesmente desparecendo o primeiro termo dos escritos de Trotski de outubro de 1933 em diante[296]. Isso não é de todo verdade, uma vez que, conforme ressalta Thomas

---

[294] Cf. MCNEAL, Robert H. *Op. cit.*, p. 34-39. E TWISS, Thomas Marshall. *Op. cit.*, p. 556.
[295] Cf. ANDERSON, Perry. *Op. cit.*, p. 51-52. Apesar de reconhecer a mudança em relação à caracterização do papel do stalinismo no plano internacional, Anderson não atenta para a substituição da categoria "centrismo" pela de "bonapartismo".
[296] Cf. MCNEAL, Robert H. *Op. cit.*, p. 34-39.

Twiss, Trotski observara, em *O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo* (fevereiro de 1932), que "Conforme a burocracia se torna mais independente, conforme mais e mais poder é concentrado nas mãos de uma única pessoa, mais o *centrismo burocrático* se transforma em bonapartismo"[297]. Asssim, Twiss afirma que, a "crescente ênfase [de Trotski] acerca do papel ativo do regime bonapartista substituiu em grande parte o papel passivo sugerido por sua análise anterior do centrismo burocrático"[298].

Mas, se Trotski indicou, em alguns textos do começo da década de 1930, que ele estava operando uma mudança em sua análise e caracterização do stalinismo, por outro isso não foi feito de maneira clara, gerando confusão até mesmo nas fileiras da Oposição de Esquerda Internacional. Conforme dito pelo próprio, em uma carta de outubro de 1937 ao dirigente norte-americano James P. Cannon: "Alguns camaradas continuam a caracterizar o stalinismo como 'centrismo burocrático'. Essa caracterização está hoje completamente ultrapassada. **Na arena internacional**, o stalinismo não é mais centrismo, mas **a forma mais crua de oportunismo e social patriotismo**."[299]. Ainda assim, tal passagem consiste em um diminuto "P.S.", ao fim de um documento sobre um assunto distinto.

Não obstante tais considerações, quando a URSS invadiu partes da Polônia e também a Finlândia, em fins de 1939, Trotski levantou a possibilidade do stalinismo cumprir ali um papel revolucionário, ainda que por meios que ele nomeou de "burocrático-militares". Suas análises sobre tais eventos serão abordadas no próximo capítulo (ver página 136) e mostram que a caracterização que este fazia do stalinismo estava longe de ser estática. Partindo das determinações materiais básicas por detrás da ação do stalinismo, isto é, o papel social *dual* da burocracia soviética, Trotski era capaz de compreender seus *zig zags* políticos sob cada conjuntura particular. Se, ao invés, se pautasse pelas posições políticas episódicas assumidas pelo stalinismo para defini-lo, teria criado uma categoria rígida, incapaz de dar conta das contradições concretas que permeavam a ação daquele. Ademais, conforme já discutido na seção anterior, Trotski não descartava a possibilidade de stalinistas e reformistas, "sob circunstâncias

---

[297] *Apud* TWISS, Thomas Marshall. *Op. cit.*, p. 556. Cabe ressaltar que, além de tal equívoco, McNeal encara que o uso que Trotski fez das categorias "termidoriano" e "bonapartista" para caracterizar o stalinismo eram basicamente "acusatórias", carecendo de base analítica – o que claramente não se sustenta, conforme visto ao longo das seções anteriores.
[298] *Ibid.*, p. 556.
[299] TROTSKY, Leon. More Thoughts on the Party Regime (October 3, 1957). In: *Writings of Leon Trotsky (1936-37)*. 2nd ed. New York: Pathfinder Press, 1978, p. 478.

excepcionais", irem "além de seu programa" e de fato dirigirem uma revolução vitoriosa.

Conforme se verá ao longo do próximo capítulo, a falta de clareza dos trotskistas do pós-guerra acerca da caracterização de Trotski sobre o stalinismo, de suas determinações mais fundamentais, e das mudanças pelas quais passou ao longo do tempo, especialmente em relação a seu papel no plano internacional, teve um alto preço. Não raro tais trotskistas adotaram uma caracterização unilateral acerca do papel cumprido pelo stalinismo, fosse essencialmente contrarrevolucionário ou essencialmente progressivo, aplicando-a a processos concretos de luta de classes que exigiam uma abordagem muito mais sofisticada para sua correta compreensão.

***

De tudo que foi exposto, pode-se ver o sofisticado modelo teórico elaborado por Trotski, na esteira das contribuições feitas por outros bolcheviques que se dedicaram a analisar as tendências de burocratização pelas quais passou a União Soviética no início dos anos 1920: a partir de uma situação de grande desigualdade social, decorrente de um incipiente desenvolvimento das forças produtivas, a burocracia teria se autonomizado para além do esperado em um Estado operário saudável e levado a cabo um processo de reação termidoriana, através do qual expropriou politicamente o proletariado. A partir daí, esta pôde se consolidar enquanto uma casta parasitária, cuja função principal era mediar os conflitos sociais através de uma crescente coerção a partir do controle do aparato repressivo de Estado, se utilizando, para tal, de um regime análogo ao bonapartismo.

Esta, todavia, se pautava, acima de tudo, pelo seu interesse particular de continuar a parasitar a propriedade coletiva e, a longo prazo, de fortalecer cada vez mais sua frágil condição social via restauração da propriedade privada. Daí seu caráter contraditório – nem intrinsecamente contrarrevolucionário, nem intrinsecamente revolucionário – que fazia com que ela defendesse as formas de propriedade estabelecidas pela revolução, ao mesmo tempo em que preparava a restauração da propriedade privada em seu próprio benefício.

E, daí também, o caráter contraditório, ou centrista, do stalinismo internacionalmente, cujo fim último era garantir a sobrevivência da burocracia, buscando ora neutralizar as ameaças revolucionárias à sua estabilidade, ora as ameaças imperialistas à sua existência. Todavia, após anos manobrando entre as rivalidades interimperialistas, Trotski encarou que este acabou por se consolidar no plano

internacional enquanto uma força contrarrevolucionária, levando a derrotas fragorosas, tais como a ascensão de Hitler ao poder e a traição da Revolução Espanhola. O que não o impediu de reconhecer novos giros políticos determinados pelas contradições características da burocracia soviética, como sua ofensiva sobre a Polônia e a Finlândia alguns anos mais tarde. Nem de descartar a possibilidade, ainda que remota, de tal força política (ou mesmo dos reformsitas) dirigir uma revolução, mesmo que de maneira deformada e como fruto e circusntâncias muito particulares.

CAPÍTULO 3

O MOVIMENTO TROTSKISTA PÓS-GUERRA E A QUESTÃO DO LESTE EUROPEU (1940-51)

A história do movimento trotskista pré Segunda Guerra Mundial já foi bastante estudada, sendo o período que vai de 1923, com a fundação da Oposição de Esquerda dentro do Partido Bolchevique, até a morte de Leon Trotski, em 1940, o que se encontra melhor detalhado, tanto em relação a seu âmbito internacional, quanto ao âmbito dos seus vários grupos nacionais. Já no que diz respeito à história desse movimento durante os anos da guerra, ela é mais centrada nos grupos nacionais, uma vez que a Quarta Internacional praticamente deixou de existir enquanto tal ao longo do conflito.

As partes iniciais do presente capítulo, que cobrem ambos períodos, se resumem a uma síntese com fins de situar melhor o leitor menos familiarizado com o tema, recomendando-se as referências doravante elencadas para um maior aprofundamento. Apesar de ainda não ter sido suficientemente estudado, o período imediatamente posterior à guerra, no qual ocorre uma reconstrução da Quarta Internacional (1944-48), também foi abordado de forma sintética, ressaltando-se certas questões que tiveram impacto prolongado e se ligam diretamente com a crise do começo dos anos 1950. Os debates travados no seio do movimento ao longo do período 1948-51 é que receberam tratamento mais detalhado, por representarem o começo de releituras fundamentais do arcabouço teórico-programático original do movimento – particularmente aqueles relativos à caracterização do Leste Europeu, com destaque para o caso iugoslavo.

1. Um breve histórico (1923-40)

A Quarta Internacional foi fundada em 1938, como alternativa ao que se via como uma degeneração stalinista da Internacional Comunista. Em certo sentido, ela representou a forma madura do movimento de oposição à burocratização soviética que se originara no interior do PCUS em 1923 – a "Oposição de Esquerda" – em contraposição às políticas do chamado "triunvirato" de Stalin, Kamenev e Zinoviev, que se tornara a força hegemônica no Comitê Central do partido na sequência ao afastamento de Lenin. Após a derrota desta, que culminou na expulsão de Trotski do Comitê Central do partido, uma segunda batalha foi travada (e também perdida), na forma da "Oposição Unificada". Formada em 1926, esta era uma aliança tática entre a

antiga Oposição de Esquerda e a "Nova Oposição", liderada por Kamenev e Zinoviev, após estes terem rompido seu bloco com Stalin e se voltado contra ele.[300]

Com o espaço oposicionista tendo sido cada vez mais reduzido no interior da URSS, e com a degeneração burocrática do regime e do partido tendo se projetado cada vez mais sobre o conjunto do movimento comunista internacional, por volta de 1930 a Oposição de Esquerda se tornou um organismo internacional. Esta passou a levar a batalha contra o stalinismo para o interior dos demais PCs, constituindo-se então enquanto uma "fração pública" da Internacional Comunista. Seu objetivo central era disputar a direção da IC, ainda que por fora de suas fileiras, por conta das expulsões e perseguições que boa parte de seus membros sofreram (a mera identificação com posições da Oposição já eram razão para expulsão de membros dos PCs).[301]

Em 1934, com a postura adotada pela direção da IC ante a ascensão fascista na Alemanha – a política, considerada "ultraesquerdista", de igualar social-democracia e fascismo e, portanto, de se recusar a construir uma "frente única operária" contra o segundo – Trotski e os demais dirigentes do que então era a "Oposição Internacional de Esquerda" encararam que havia chegado o momento de declarar morto o partido internacional criado pelos bolcheviques em 1919. Assim, iniciaram os esforços para a construção de um novo "Partido Mundial da Revolução Socialista", a Quarta Internacional – decisão que não foi bem recebida por todos os aliados de Trotski, tendo gerado algumas cisões.[302]

Os quatro anos de intervalo entre a campanha por um novo partido internacional e a efetiva fundação da Quarta Internacional, em 1938, não frutificaram em um movimento numerosamente poderoso, fosse em quantidade de seções nacionais ou no tamanho daquelas que aderiram ao projeto. Inclusive, uma tentativa de fundar a nova internacional ainda em 1936 já havia deixado clara a fragilidade do movimento trotskista. Independentemente, baseado no poderoso arcabouço teórico e analítico anteriormente exposto, esse movimento foi se fortalecendo de pouco em pouco, ao ponto de ter chegado ao fim da década de 1930 possuindo algumas seções nacionais que iam além de meros grupos de propaganda – sendo o caso mais significativo o Socialist Workers Party (SWP) dos EUA, ao qual Trotski dedicou grande esforço em colaborar

[300] Cf. SAGRA, Alicia. *Op. cit.,* Capítulos IV a VI e ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 251-68.

[301] Cf. *Ibid.* p. 251-68.

[302] Cf. *Ibid*., p. 251-68.

pessoalmente e que foi capaz de dirigir uma poderosa greve na cidade de Minneapolis, em 1934.[303]

Não obstante, as pressões advindas de defender a URSS em um momento em que esta firmara um pacto de não agressão com o nazismo cobraram um grande preço para o SWP. Em 1940, uma luta fracional travada em torno da caracterização da URSS como Estado operário e da "defesa incondicional" desta contra o imperialismo culminou em um racha que levou consigo cerca de 40% da organização, especialmente seus principais quadros "intelectuais". Em maio do mesmo ano, foi realizada uma "Conferência de Emergência" com o objetivo de reorganizar a liderança internacional, que havia há pouco sido transferida de Paris para Nova York e cuja maioria havia aderido à dissidência norte-americana (incluindo membros de outros países).

Segundo informações publicadas à época pelo SWP, tal Conferência contou com delegados de dez seções da Quarta Internacional, além de delegados "fraternais" (sem direito a voto) de outros dois grupos e do comitê editorial do *Boletim da Oposição*, publicado na Rússia. No mesmo material informa-se ainda que cinco seções não puderam enviar delegados por conta de problemas legais em seus respectivos países e outras oito não puderam ser contatadas a tempo. Com tais informações, pode-se ter uma ideia básica do estado da Quarta Internacional às vésperas da Segunda Guerra Mundial.[304]

Como se o racha no SWP já não tivesse sido ruim o bastante para tal organização, pouco após a realização dessa Conferência, em agosto de 1940, Leon Trotski foi assassinado por um agente da polícia secreta soviética (NKVD) em seu exílio no México. Com isso, a jovem Quarta Internacional ficou privada da experiência e sabedoria de seu principal fundador e dirigente. O "Manifesto" de tal Conferência acabou por ser o último documento de relevo que Trotski escrevera em nome da mesma e lançou as bases para a atuação dela ao longo dos anos de guerra.[305]

2. A Quarta Internacional durante a guerra e sua reconstrução (1940-47)

Com esses retrocessos, a Quarta Internacional adentrou o conturbado período da Segunda Guerra Mundial bastante fragilizada. As duras condições impostas aos

[303] Cf. *Ibid.*, p. 268-85.

[304] Cf. EMERGENCY Conference is Held! *Socialist Appeal* [New York / SWP], vol. 4 n. 26, June 29, 1940, p. 1 e p. 7.

[305] Cf. *Ibid.*, p. 285-91.

trotskistas pelo conflito internacional, especialmente na Europa, fizeram retroceder ainda mais os ganhos políticos e organizativos obtidos ao longo do período anterior, fazendo com que a organização praticamente deixasse de existir enquanto um verdadeiro partido internacional. Sendo sua nova liderança desproporcionalmente composta por quadros norte-americanos e dependente do SWP dos EUA, ela acabou reduzida a um organismo quase que meramente figurativo, uma vez que não foi feito grande esforço para manter contato com o resto do mundo.

Entre 1940 e 1944, suas seções nacionais perderam a maior parte do contato que mantinham entre si e o centro dirigente internacional, o Secretariado Internacional (SI) – composto por membros indicados pelo Comitê Executivo Internacional (CEI), que fora eleito na "Conferência Extraordinária". Ademais, muitas das seções europeias sofreram pelo fato de seus militantes terem sido forçados à clandestinidade e muitos terem sido presos ou mesmo mortos (tanto pelas mãos de fascistas, quanto de stalinistas). Assim, ao fim da guerra, foi necessário praticamente reconstruir a Quarta Internacional, que havia cessado de existir enquanto um verdadeiro partido internacional.

Essa reconstrução se deu sob a direção de alguns quadros veteranos, mas contou também com importante protagonismo de uma nova geração de militantes. Através desse processo, vários grupos até então isolados nacionalmente se reconectaram e, em alguns casos, foi possível inclusive unificar certas organizações que estavam há anos separadas nacionalmente por conta de divergências diversas. Mas esse processo de reconstrução não foi fácil, uma vez que, não obstante a distância e a falta de contato entre suas seções nacionais, duras divergências atravessaram o movimento trotskista internacionalmente ao longo do começo dos anos 1940.

2.1. Divergências sobre a guerra, o imediato pós-guerra e conflitos organizativos

As polêmicas que dividiram os trotskistas ao longo dos nãos de guerra tinham a ver tanto com a própria caracterização da Segunda Guerra Mundial, quanto do período que se seguiria a seu fim. As mesmas serão aqui apresentadas de forma bastante

sintética, e recomenda-se ao leitor desejoso de mais informações se aprofundar através da leitura das referências apresentadas[306].

Tais polêmicas integram um certo período intermediário da existência do movimento trotskista, uma vez que se situam entre a morte de Trotski e a reorganização do mesmo ao fim da Segunda Guerra Mundial. Inclusive, algumas das figuras que protagonizaram os debates travados em torno das mesmas podem ser tidas como pertencendo a uma geração intermediária de quadros trotskistas, que acabou dando lugar a uma nova geração de dirigentes nacionais e internacionais a partir de meados dos anos 1940.

Apesar de serem aqui abordadas de forma sintética e de ocuparem lugar secundário no presente capítulo, cabe ressaltar que algumas dessas polêmicas reverberaram ao longo dos debates que serão centralmente analisados ao longo das seções seguintes, ainda que não constituam o fator explicativo central da crise do movimento trotskista.

***

No já mencionado documento adotado pela Conferência de Emergência, de maio de 1940, *Manifesto da IV Internacional sobre a Guerra Imperialista e a Revolução Proletária Mundial*, os trotskistas caracterizaram a guerra como um conflito análogo à Primeira Guerra Mundial, daí delineando as mesmas tarefas políticas básicas que a social-democracia internacionalista (os chamados "zimerwaldianos") havia defendido naquela ocasião. Isto é, segundo os termos daquela, tratava-se de uma "guerra de rapina" das potências imperialistas por uma redivisão dos mercados internacionais e das colônias, sendo, portanto, um *conflito interimperialista* com o qual o proletariado não teria nada a ganhar. Por conta disso, os revolucionários deveriam realizar agitação em torno da ideia de que "o inimigo está em casa", defendendo a política de *derrotismo revolucionário*, que preconizava sabotar as operações de guerra desde o interior de cada país e transformar a guerra interimperialista em *guerra civil revolucionária*.[307]

---

[306] Uma das obras mais respeitadas acerca do movimento trotskista internacional ao longo da guerra, ainda que focada nos grupos britânicos, é BORSTEIN, Sam & RICHARDSON, Al. *Op. cit.*. As revistas *Cahiers Léon Trotsky* e *Revolutionary History* dedicaram alguns números ao tema do trotskismo ante a Segunda Guerra Mundial, com ricos artigos e polêmicas. Dos *Cahiers Léon Trotsky*, ver os ns. 23 (set/1985), 39 (set/1989) e 43 (set/1990). Da *Revolutionary Hsitory*, ver vol. 1, ns. 3 e 4 (outono e inverno – do hemisfério norte – de 1988). Outras referências podem ser encontradas ao longo das notas seguintes.

[307] Cf. LENIN, V. I. *Tres artículos de Lenin sobre la guerra y la paz.* Pekín: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1976, *passim*. Disponível em http://tinyurl.com/q7avppt. Acessado em 21 de novembro de 2015 e IMPERIALIST War And The Proletarian World Revolution. *Socialist Appeal* [New York / SWP], vol. 4 n. 26, June 29, 1940, p. 3-7.

A primeira polêmica derivada dessa caracterização surgiu ainda em 1940, em relação à reedição de uma (pouco conhecida) posição defendida por Lenin quando da Primeira Guerra e que foi por Trotski nomeada de "Política Militar Proletária", quando de seu resgate no contexto do novo conflito mundial. Conforme sintetiza Maycom de Almeida, esta

> reivindicava e clamava por armamento e treinamento militar generalizado ao proletariado, o controle operário – e posteriormente a nacionalização – na Indústria Bélica, independência das organizações operárias em relação ao controle policial militar, a abolição da diplomacia secreta e a formação de escolas especiais, financiadas pelo Estado e controladas pelos sindicatos operários, com o objetivo de formar oficiais proletários para as tropas e regimentos mobilizados.[308]

Tratava-se, portanto, de uma tentativa de adaptar a agitação revolucionária com o contexto de recrutamento militar obrigatório e a forte onda patriótica e militarista, utilizando, para tal, de palavras de ordem "transitórias". Todavia, tal política repercutiu muito mal entre as fileiras trotskistas, tendo sido defendida apenas pelo SWP dos EUA. As demais seções que se posicionaram acerca da mesma a acusaram de constituir uma capitulação à guerra[309].

Outra polêmica concernente a posicionamentos relativos à guerra surgiu pouco depois dessa, já no auge da guerra. Trata-se da chamada polêmica sobre a "questão nacional", acerca da posição a ser adotada pelos trotskistas dos países europeus imperialistas ocupados pela Alemanha. O debate principal era se estes deveriam defender ou não uma linha de "autodeterminação nacional" em tais países.

Tal polêmica, por si só, já denotava que a Segunda Guerra havia assumido contornos distintos da Primeira, especialmente a partir da passagem da URSS para o campo militar dos "Aliados". Passagem essa que fez com que o conflito assumisse ares de uma disputa "de regimes", contra o fascismo, e não somente uma disputa interimperialsita por mercados.

---

[308] ALMEIDA, Maycon Bezerra de. Política Militar Proletária: Trotsky diante da Segunda Guerra Mundial. *Anais do IV Colóquio Internacional Marx-Engels*. Disponível em http://tinyurl.com/ndwcf3n. Acessado em 21 de novembro de 2015, [s.p.].

[309] Cf. *Ibid*., [s.p.]. Uma lista de documentos e análises históricas posteriores acerca da polêmica em torno da "Política Militar Proletária" pode ser encontrada na nota de introdução dos editores da revista *Revolutionary History* a um texto de Pierre Broué acerca da atuação dos trotskistas durante a guerra, cf. BROUÉ, Pierre. How Trotsky and the Trotskyists Confronted the Second World War. *Revolutionary History*, Vol. 3 No. 4, Autumn 1991, s.p. Disponível em http://tinyurl.com/prw5ybp. Acessado em 1º de junho de 2015. Os documentos principais que compõem tal polêmica encontram-se compilados em DOCUMENTS on the "Proletarian Military Policy". Prometheus Research Series n. 2. Prometheus Researsh Library: New York, 1989.

A forma prática que as divergências acerca da "questão nacional" assumiram girou em torno da questão de apoiar/integrar ou não os movimentos de libertação nacional desses países ocupados, os quais tinham forte teor nacionalista e não possuíam um corte claro de classe. Na França, onde os trotskistas se encontravam divididos em quatro grupos distintos, foi onde essa disputa assumiu contornos mais acirrados.

Conforme aponta Daniel Bensaïd, o dirigente do Parti Ouvrier Internationaliste (POI) e do Secretariado Europeu no começo da década de 1940, Marcel Hic, defendeu em suas *Teses sobre a questão nacional* a inclusão de slogans democráticos para a atuação dos trotskistas na França e a participação nas lutas *partisans* – mas sem abandonar a política de confraternização entre "trabalhadores sob uniforme", preconizada pela estratégia do derrotismo revolucionário. Tal posição, ressalta Bensaïd, teria se feito presente ainda em uma resolução adotada por tal Secretariado em dezembro de 1943.[310]

Já o Comité Communiste Internationaliste (CCI, liderado por Rodolph Prager e Jacques Privas) se negou a participar da resistência antifascista, focando sua atuação no meio sindical e vendo em tal decisão do POI um ato de colaboração de classes e capitulação ao nacionalismo. Posição semelhante assumiu a Union Communiste Internationaliste (também conhecida como "Grupo Barta", por conta do pseudônimo de seu dirigente, David Korner, e que existe atualmente enquanto Lutte Ouvrière), a qual também restringiu sua atuação ao longo da guerra ao meio sindical.[311]

Conforme ressalta Pierre Frank, quando da fusão do POI com o CCI e o Groupe Octobre, em maio de 1944, originando o Parti Communiste Internationaliste (PCI), a "Conferência Europeia" que consolidou tal fusão condenou tanto os supostos desvios "centristas de direita" do POI, que teria capitulado ao gaullismo ao atuar junto à resistência antifascista, quanto o desvio "sectarista de esquerda" do CCI, que teria se negado a reconhecer a necessidade de uma luta de libertação nacional. Já para o Grupo Barta, que não participou da fusão, a postura do POI teria sido uma grave *traição*, encoberta pela direção internacional, ao trata-la meramente como um "desvio".[312]

Apesar da centralidade que essa discussão assumiu entre os trotskistas franceses em particular e europeus em geral, ela também reverberou nas fileiras do SWP dos EUA. Felix Morrow, então um importante dirigente do grupo e editor de sua revista

---

[310] Cf. BENSAÏD, Daniel. *Op. cit.*, p. 62-64.
[311] Cf. FRANK, Pierre. *Op. cit.*, [s.p.].
[312] Cf. *Ibid* , [s.p.].

Morrow defendia a prioridade das palavras democráticas ("primeiro plano"), projetando como central uma luta em prol de "democracia verdadeira", tanto para expor os acordos dos PCs e PSs como regimes (semi) autoritários e romper suas bases, quanto para mostrar as limitações do capitalismo (incapaz de "democracia verdadeira") e permitir aos trabalhadores desfazerem suas ilusões, ao conquistar liberdades e verem que o problema não é falta de democracia, mas o próprio capitalismo.

(*Fourth International*), se posicionou contra a maioria da direção desta seção e, posteriormente, também contra a maioria do novo Secretariado Europeu que foi formado em 1944, argumentando que o setor majoritário do movimento trotskista internacional havia em boa parte negligenciado a importância da questão nacional. Essa crítica de Morrow se inseria em uma polêmica mais abrangente, acerca da caracterização do período pós-guerra e das tarefas políticas daí advindas.[313]

Para ele, à guerra se seguiria um período de relativa estabilidade econômica nos países imperialistas, a qual seria acompanhada da restauração da democracia burguesa naqueles em que ela fora dilacerada pelos regimes fascistas pelas ocupações nazistas. A partir dessas projeções, Morrow defendeu o abandono das palavras de ordem transitórias, as quais supostamente seriam válidas apenas durante períodos de crise. Já a direção nacional do SWP, conforme se verá em mais detalhes na próxima seção, encarava que à guerra se seguiria um período de longa estagnação e crise econômica, marcado pela perpetuação de regimes não democráticos.[314]

Em sua disputa contra a maioria da direção do SWP, ainda no começo da década de 1940, Morrow inicialmente recebeu apoio do então Secretário Geral da Quarta Internacional (eleito na Conferência de Emergência de 1940), Jean van Heijenoort. Posteriormente, conforme sua disputa se aprofundou, Morrow formou uma fração junto a Albert Goldman, a qual acabou expulsa do partido em 1946, supostamente por colaboração com o Workers Party de Max Shachtman. Quando dessa expulsão, van Heijenoort abdicou de seu cargo e, no ano seguinte, também foi expulso das fileiras da Quarta Internacional, o que abalou ainda mais o Secretariado Internacional então já quase que inexistente.[315]

A posição do IKD é anterior. Eles defendiam "revoluções democráticas como as de 1848" e elencavam demandas democrática afirmando serem transitórias.

Também os dirigentes exilados do IKD alemão (Internationale Kommunisten Deutschlands) assumiram posição semelhante à de Morrow. Estes passaram, em suas *Três Teses*, de 1941, a defenderem que a guerra alterara a tal ponto a situação política mundial que seria necessário um retorno ao programa "democrático" (supostamente) defendido por Marx e Engels em 1848, pois a revolução socialista não mais figuraria no

[313] JENKINS, Peter. *Where Trotskyism got lost: The restoration of European democracy after the Second World War.* Spokesman' pamphlet, n. 59. Nottingham: Spokesman Books, 1977. Disponível em: http://tinyurl.com/qb8vluv. Acessado em 10 de abril de 2015, [s.p.]. Tal texto consiste em uma breve, porém bem embasada análise das idéias de Morrow, provavelmente a melhor escrita até o momento.
[314] Cf. *Ibid.*, [s.p.].
[315] Cf. *Ibid.*, [s.p.] e HALLAS, Duncan. Fourth International in decline: from Trotskyism to Pabloism. 1944-1953. *International Socialism,* n. 60, 1973. Disponível em http://tinyurl.com/qh4dpem. Acessado em 18 de fevereiro de 2015, [s.p.].

horizonte. Daí, estes defenderam o abandono do *Programa de Transição* trotskiano e acabaram expulsos das fileiras da Quarta Internacional.[316]

Na análise crítica de Duncan Hallas, proeminente membro do grupo trotskista dissidente International Socialists (precursor do atual SWP inglês), ao longo das disputas travadas em torno dessas polêmicas, a direção nacional do SWP (especialmente James P. Cannon, Bert Cochran e Joseph Hansen) teria atuado no sentido de afastar todos aqueles quadros que, de alguma forma, ameaçavam aquilo que eles viam como a "ortodoxia" trotskista. Ao mesmo tempo, teria erguido, a partir da ajuda de seu representante na Europa, Sam Gordon, uma nova direção internacional composta de jovens militantes afinados com suas análises e posições, dentre os quais o grego Michalis Raptis (pseudônimo "Michel Pablo") e o belga Ernest Mandel (pseudônimo "Germain").[317]

Apesar dessa análise ser muito difundida entre os herdeiros políticos do International Socialists, como Alex Callinicos (um dos dirigentes do atual SWP inglês), estes não fornecem sustentação para suas afirmações[318]. Não obstante, os historiadores trotskistas Al Richardson e Sam Bornstein, em sua profunda pesquisa sobre o trotskismo britânico (desenvolvida ao longo de dois livros conjuntos, publicados na década de 1980), trouxeram à tona algumas fontes que confirmam os aspectos centrais da mesma.

A partir de documentos da nova liderança internacional formado ao fim da guerra e que só foram reproduzidos no boletim interno da então seção inglesa (o Revolutionary Communist Party), bem como de críticas desenvolvidas à época por Natalia Sedova, Grandizo Munis e Benjamin Péret, estes apontam que aquela foi eleita irregularmente pela 2ª Conferência Internacional, de 1946. Pois tal Conferência havia sido originalmente convocada enquanto uma "Pré-Conferência", sem poderes e representatividade para eleger uma nova liderança, mudando de caráter *in loco*, por decisão dos presentes.

Não obstante, com o apoio do SWP norte-americano, essa liderança irregularmente eleita passou então a pressionar setores divergentes do movimento trotskista internacional até mesmo com ameaças de expulsão – setores esses que eram numerosos, conformando maiorias dentro de algumas das principais seções nacionais.

---

[316] Cf. FRANK, Pierre. *Op. cit.*, p. 33 e BENSAÏD, Daniel. *Op. cit.*, p. 69-70.
[317] Cf. HALLAS, Duncan. *Op. cit.*, [s.p.].
[318] Cf. CALLINICOS, Alex. *Op. cit.*, p. 24-25.

Ante essa situação, tal liderança protelou a convocação do 2º Congresso Mundial, realizado dois anos após o encontro de 1946, e em seu 3º Pleno (março de 1947), manipulou os estatutos para estabelecer critério que favorecessem seus aliados na eleição dos delegados para o mesmo – algo denunciado pelo trio Sedova-Munis-Péret, que logo romperiam com a Quarta Internacional. Conforme Richardson e Borstein:

> The Third Plenum of the I.E.C. meeting in March 1947 had to resort to elaborate gerrymandering to ensure that its views prevailed when the delegates came to assemble. Three categories of sections were decided upon, those of great, moderate and slight importance, with descending ratios of delegates for each, with ludicrous results. The Bolivian section, the mass party of its working class and about to form a parliamentary group, had less delegates than the American S.W.P., and the Indo-Chinese group, only recently the mass party of the Vietnamese working class, was placed in the second category. Similarly placed was the Italian Section, not much smaller than the British and French, whilst the tiny German Section found its place in the first category. A motion from the French Section was rejected to allow representation and a consultative vote to all minorities no matter how small.) Even more incredible were the arrangements for the representation of minorities, which were allowed full vote and voice only if they came from countries of the first category and were at least a quarter of the members of the Section. This magic figure was arrived at because that was the proportion following the Minority of the R.C.P., whilst Pierre Frank had just been reduced from a majority to a minority of about a third in the French P.C.I. , both groups supporting the line of the International Secretariat. Thus the countries of the first importance would have a voting strength of between 35 and 38% at the world congress, needing only 9 votes to secure a majority.[319]

Independente dessas questões (ainda não de todo certificadas), fato é que as análises e posições supostamente "ortodoxas" defendidas pelo SWP e por sues aliados mais próximos nesse contexto, profundamente vinculadas a certos prognósticos realizados por Trotski em seus últimos anos de vida, estavam se mostrando cada vez mais em descompasso com os novos desenvolvimentos mundiais. Assim, conforme se verá ao longo da próxima seção, a reorganização que tomou lugar entre as fileiras trotskistas ao fim da Segunda Guerra Mundial, com vistas a restabelecer o funcionamento da Quarta Internacional enquanto um verdadeiro partido internacional, foi perpassada desde cedo por sérias fragilidades teórico-analíticas, as quais assentaram o terreno para a crise que tomou lugar ao fim dos anos 1940 e começo dos '50.

2.2. A Conferência Europeia (1944) e as avaliações acerca do pós-guerra

[319] BORSTEIN, Sam & RICHARDSON, Al. *Op. cit.*, p. 215.

Não obstante as muitas dificuldades políticas e organizativas enfrentadas pelos trotskistas ao longo da guerra, em meados de 1943 ocorreram as primeiras tentativas de reconstrução. Nesse ano foi formado um "Secretariado Europeu provisório", com vistas a restabelecer contato entre os grupos então isolados por conta do conflito bélico. Tal organismo contou inicialmente com representantes de grupos trotskistas da França, Bélgica, Grécia, Espanha e Alemanha. Apesar de sua criação ter partido da iniciativa, em meados de 1942, de grupos então não ligados oficialmente à Quarta Internacional, a mesma foi encampada pouco tempo depois pela seção francesa "oficial", o já mencionado POI.[320]

A partir desse ponto, Marcel Hic se tornou seu principal articulador e formulador político – até ter sido preso pela Gestapo e enviado para um campo de concentração na Alemanha, onde morreu em 1944. A razão para sua prisão foi a realização de agitação entre as tropas de ocupação nazistas na França, através da distribuição do jornal (em alemão) "Trabalhador e Soldado", que defendia a confraternização revolucionária dos "trabalhadores em uniforme".[321]

A partir da formação desse Secretariado Europeu provisório, passaram a existir dois órgãos internacionais da Quarta Internacional, uma vez que o Secretariado Internacional, formado em 1940 e sediado em Nova York continuou a existir até 1946. Foi apenas em setembro de 1944, portanto cerca de sete meses depois da realização de uma conferência de grupos trotskistas europeus e da formação de um novo Secretariado Europeu, que tais órgãos estabeleceram contato formal. Conforme relata Robert Alexander, o primeiro contato foi realizado por Terence Phelan (peseudônimo Sherry Mangan), militante do SWP dos EUA que havia ido à Europa na condição de correspondente de guerra para o jornal no qual trabalhava. Segundo Alexander, ele teria ficando surpreso ao saber da existência de um Secretariado Europeu.[322]

Seguindo a esse primeiro contato, George Breitman, membro do Comitê Nacional do SWP (órgão dirigente de tal partido), que se encontrava na Europa enquanto soldado das forças norte-americanas, passou a acompanhar as atividades de tal Secretariado. Mas foi apenas no fim de 1945 que o partido enviou um representante oficial para dialogar com tal órgão, Sam Gordon. Seguindo-se a esses contatos, em outubro de 1945, o Secretário Geral do Secretariado Internacional, van Heijenoort,

---

[320] Cf. ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 298-300.
[321] Cf. *Ibid.*, p. 298-300.
[322] Cf. *Ibid.,* p. 304-05.

solicitou que o Secretariado Europeu assumisse as funções desse órgão, por conta dos conflitos que vinha enfrentando com a direção do SWP, devido ao seu apoio às ideias de Morrow. A formação de um novo Secretariado Internacional, todavia, só ocorreu no ano seguinte, quando da controversa 2ª Conferência Internacional.[323]

Sob a coordenação de Marcel Hic, o Secretariado Europeu provisório assumiu como tarefas prioritárias a preparação de uma conferência dos grupos trotskistas do continente e a publicação de um "órgão teórico", que veio a ser a revista *Quatrième Internationale*, publicada a partir de Paris. Tal "Conferência Europeia" veio a ocorrer em fevereiro de 1944 e contou com 14 representantes dos grupos que haviam formado o Secretariado provisório, todos os quais passaram então a serem tidos enquanto seções nacionais oficiais da Quarta Internacional. Suas resoluções foram publicadas em *Quatrième Internationale* e, dentre elas, constou a eleição de um Comitê Executivo Europeu e de um novo Secretariado Europeu, deste derivado.[324]

Para substituir Hic, o grego Michalis Raptis (pseudônimo "Michel Pablo") foi eleito para o cargo de Secretário do novo organismo regional, tendo ficado a cargo do belga Ernest Mandel (pseudônimo "Germain") a formulação da maior parte dos documentos políticos. Pablo havia se exilado na França durante a guerra, onde atuou junto aos trotskistas franceses, ao passo que Mandel havia se juntado aos trotskistas belgas ainda na adolescência e atuou na resistência durante a guerra.

A Conferência promoveu ainda a já mencionada unificação de três dos quatro grupos franceses que se reivindicavam trotskistas e cuja divisão remontava a meados dos anos 1930, tendo daí surgido o Parti Communiste Internationaliste (PCI), que viria a ser uma das principais seções nacionais da Quarta ao longo das décadas de 1940-50, com sólida atuação no movimento operário.[325] De forma semelhante, ela também formalizou a unificação dos dois grupos trotskistas ingleses, a qual originou o Revolutionary Communist Party (RCP), que possuía razoável inserção no movimento operário inglês, a despeito de não integrar o Labour Party (partido de tendências ao qual era ligado o grosso do movimento sindical). Cabe ressaltar que também os grupos ingleses haviam travado duras polêmicas acerca da política em relação à guerra, com a

---

[323] Cf. *Ibid.*, p. 305 e HALLAS, Duncan. *Op. cit.*, [s.p.].
[324] Cf. REPORT on the Activity of the European Secretariat. Resumé of report by G. *Fourth International* [Nova York/SWP], vol. VII, n. 67, jun. de 1946, p. 184-185.
[325] Cf. JENKINS, Peter. *Op. cit.*, e ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 298.

seção oficial (Revolutionary Socialist League) sendo acusada de "social-patriótica" pelo grupo não-oficial (Workers International League).[326]

Ao longo dos meses posteriores à Conferência, durante o período 1944-45, o Secretariado Europeu veio a se expandir e conseguiu abarcar um total de oito seções europeias, com a adição de representantes das seções inglesa, suíça e holandesa. Durante esse período, ele também passou a incluir representantes da indochina e estabeleceu contato com grupos na Itália, Irlanda e Dinamarca.[327] Com essa reorganização do movimento a nível europeu, a maior parte das divergências supracitadas foram superadas, com os setores minoritários tendo ou se dissolvido e adotado as posições majoritárias, ou abandonado ou mesmo sido expulsos das fileiras da Quarta Internacional, propiciando, assim, renovado grau de coesão programática à mesma.

Todavia, apesar do movimento ter então dado os primeiros passos rumo à superação da sua crise organizativa, as fraquezas decorrentes das divergências políticas precedentes e da ausência de uma figura com a autoridade de Trotski, derivada de sua profunda experiência e capacidade intelectual, cobraram seu preço nesse novo momento de existência do movimento trotskista. As análises e posicionamentos adotados a partir de então expressaram uma mescla de autocrítica ante a algumas previsões não realizadas – como a de que o stalinismo seria destruído por um ascenso revolucionário ao fim da guerra, com a Quarta Internacional emergindo enquanto a principal corrente proletária internacional – e certo grau de desorientação ante a nova realidade mundial.

***

O documento político central da Conferência Europeia, as *Teses sobre o término da segunda guerra imperialista e o ascenso revolucionário*, continha a avaliação de que a Europa se encontrava em uma conjuntura "pré-revolucionária", determinada pela transformação *inevitável* da guerra mundial em guerra civil. Nesse sentido, apostava principalmente na eclosão de uma revolução na Alemanha, que atuasse enquanto deflagradora de outras no restante do continente. A previsão de uma onda revolucionária não era de forma alguma despropositada, considerando a situação em países como França, Itália e Grécia, onde exércitos *partisans* sem ligações diretas com as burguesias nativas emergiram após a derrota das tropas de ocupação, tendo em alguns

[326] Cf. *Ibid.*, p. 298.
[327] Cf. *Ibid.*, p. 298.

casos (especialmente na França) ocorrido também um forte ascenso operário, inclusive com ocupações de fábricas.

Já em relação ao mundo como um todo, o documento previa uma dinâmica de profunda crise econômica, a qual supostamente levaria ao surgimento de fortes movimentos anticapitalistas. Era uma expectativa que se baseava na analogia com a Primeira Guerra Mundial, uma vez que a Europa se encontrava ainda mais devastada. Conforme já comentado, essas previsões de crise econômica seguida de onda revolucionária nos centros capitalistas geraram grandes polêmicas no interior das fileiras trotskistas ao longo da década de 1940.[328]

Se tais previsões se mostraram historicamente falhas, cabe também resultar que o documento destacava a importância que vinham assumindo as lutas anticoloniais no "oriente"[329]. Lutas essas que de fato vieram a assumir grande relevo ao longo das décadas seguintes, moldando a conjuntura internacional e impactando profundamente os movimentos socialistas, ao culminarem, em alguns casos em revoluções sociais que produziram formações sociais neocapitalistas.

Desse documento, cabe destacar especialmente as ponderações acerca do stalinismo e do Leste Europeu, devido à importância que tais questões vieram a assumir nos anos seguintes entre as fileiras trotskistas. Ao longo da guerra, vários Partidos Comunistas europeus haviam desempenhado papel central nos movimentos *partisans* de resistência ao fascismo, angariando assim popularidade muito maior do que no período pré-guerra. Por conta disso, as *Teses* avaliavam que seria provável que o stalinismo conseguisse assumir a frente do levante revolucionário por elas previsto (o que de fato ocorreu onde tal levante se expressou), mas asseguravam que as massas logo romperiam com tal força política, criando grandes oportunidades para as organizações trotskistas[330].

Como se sabe, essa última previsão se mostrou bastante equivocada, de forma que os stalinistas se mantiveram por mais de uma década enquanto a principal referência política dos trabalhadores e da intelectualidade de esquerda de boa parte da Europa ocidental. A partir de tal posição, o stalinismo inclusive conseguiu restabelecer

---

[328] Cf. THÈSES sur la liquidation de la deuxième guerre impérialiste et la montée révolutionnaire. *Quatrième Internationale* [Paris/SE], n. 4-5, fev./mar. de 1944, p. 5-7 e p. 10. Uma abordagem mais detalhada acerca de tal Conferência, tanto no que tange sua preparação, quanto as discussões nelas travadas e as demais resoluções daí decorrente, pode ser encontrada em ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 300-04. Aqui buscou-se priorizar apenas alguns elementos básicos e mais relacionados ao objeto da presente pesquisa.
[329] Cf. THÈSES sur la liquidation... op. cit. p. 10.
[330] Cf. *Ibid.*, p. 9.

regimes burgueses naqueles países onde a luta de classes havia assumido forma mais aguda e ameaçado a continuidade das relações capitalistas.

Na Grécia, por exemplo, onde o movimento *partisan*, largamente dirigido pelo PC grego, havia engendrado uma guerra civil da qual saíra vitorioso, assinou-se um acordo em conjunto com o governo monárquico exilado, através do qual desarmou-se o exército popular (o Pacto de Varkiza, de 1945). Todavia, não demorou para que o governo de coalização fosse rompido, o PC posto na ilegalidade e muitos ex-*partisans* presos – o que fez parte da resistência, já fragilizada, retomar a luta armada e defender a formação de um governo operário. Na França, onde um poderoso movimento de ocupação de fábricas tomou lugar após a derrota das tropas nazistas, o PC francês, força de grande peso dentro do movimento de resistência *partisan*, optou por formar um governo conjunto com De Gaulle (1944). Situação semelhante se deu na Itália, onde o PC local integrou o governo da Democracia Cristã. Apenas em 1947 estes dois partidos deixariam de participar dos gabinetes mistos instituídos após a guerra, deles tendo sido expulsos por orientação norte-americana.[331]

Já acerca do cenário no Leste Europeu, ocupado pelas tropas soviéticas como forma de derrubar os regimes ligados à Alemanha nazista, as *Teses* reafirmavam a caracterização da URSS enquanto um "Estado operário degenerado", mas avaliavam que a burocracia soviética recorria a métodos equivalentes aos do imperialismo como forma de se defender deste. Entre tais métodos, "assegurar as fronteiras estratégicas, criar zonas de influência, tentar assumir o controle de pontos de apoio econômicos [...] de onde a utilização em direção aos Balcãs da arma da propaganda religiosa e dos partisans frente populistas de Tito".[332]

Ao comentar as manobras da burocracia soviética nos Balcãs, que agia de forma a estancar os levantes populares que ali tomavam lugar, através de alianças com a burguesia e a pequena-burguesia locais, o documento afirmava que tais manobras se davam "debaixo dos panos da propriedade privada e da democracia burguesa"[333]. Todavia, ponderava as implicações que a "natureza" da burocracia traria para a ocupação dos Balcãs e a estrutura sócio-política da região, afirmando que:

---

[331] Cf. COGGIOLA, Osvaldo. *A Segunda Guerra Mundial. Causas, estrutura e consequências.* São Paulo: Editora LF, 2015, Capítulo 14 e Serge & TODOROV, Antony. L'expansion européenne d'après-guerre. In DREYFUS, Michel et al. (org.). *Le siècle des communismes. Op. cit.*, p. 326-30.
[332] Cf. THÈSES sur la liquidation... op. cit., p. 8. Mesma página para a citação.
[333] Cf. *Ibid.*, p. 8. Mesma página para a citação.

> a economia dos países fronteiriços [à URSS] não pode se soldar à economia soviética sem que usem os mesmos métodos, isto é, através da nacionalização das indústrias, da coletivização da agricultura, da planificação. A burocracia, por outro lado, não pode tolerar a menor democracia. Ao contrário, quanto mais se elevam as forças produtivas e aumenta o peso do proletariado, tornando possível uma organização verdadeira da democracia proletária no plano político, econômico e em todos os estratos, mais a burocracia, para defender seus privilégios, deve dar fim ao movimento próprios dos proletários.[334]

Nesse sentido, as *Teses* afirmavam, ao tratar dos casos da Polônia Oriental e da Bessarábia, que "uma anexação não é possível senão na condição de uma assimilação estrutural", ou seja, de transformação das relações de produção para ficarem em conformidade com aquelas da URSS. Mas ressaltavam o potencial contrarrevolucionário das forças militares e policiais soviéticas, daí exigindo a imediata retirada de todas as tropas de ocupação, fossem imperialistas ou soviéticas.[335]

Vê-se, assim, que a primeira análise acerca do que acontecia e do que poderia vir a acontecer no Leste Europeu era bem próxima daquelas realizadas por Trotski quando da tentativa de expansão soviética ocorrida em 1940, quando ele ressaltou que uma ocupação prolongada necessitaria de uma transformação das relações de propriedade. Todavia, conforme se verá adiante, essa ideia de uma "assimilação estrutural" foi mais tarde imbuída de um significado mais distante do empregado no documento supracitado, distanciando-se de tal proximidade original com o pensamento trotskiano.

A partir daí, a ideia de "assimilação estrutural" adquiriu ares de categoria e se tornou a pedra de toque da análise dos setores majoritários da Quarta Internacional acerca do Leste Europeu. Então, as posteriores caracterizações das formações sociais da região, bem como as caracterizações acerca da natureza do stalinismo e da burocracia (ambas intrinsecamente vinculadas) derivados dessa ideia vieram a constituir as bases de um trotskismo consideravelmente diferente daquele do próprio Trotski e dos primeiros anos do movimento trotskista – questão que será debatida em detalhes na próxima seção.

2.3. A 2ª Conferência Internacional (1946) e a consolidação da reconstrução da Quarta Internacional

Conforme já foi dito, a formação do Secretariado Europeu provisório, em 1943, e a posterior eleição de um novo corpo dirigente internacional, pela Conferência

---

[334] *Ibid.*, p. 8.
[335] Cf. *Ibid.*, p. 9. Mesma página para a citação.

Europeia de 1944, ocorreram de forma bastante independente do então órgão máximo da Quarta Internacional, o Secretariado Internacional. Ao longo da guerra, este se manteve em Nova York e, assim, ficou bastante isolado dos grupos europeus. Como resultado da (re)aproximação entre os trotskistas do Atlântico Norte realizada a partir dos contatos entre o SWP e o Secretariado Europeu em 1944-45, organizou-se uma "pré-conferência" internacional do movimento trotskista em março de 1946, que controversamente se autorgou poderes de Conferência Internacional uma vez reunida.[336]

Esta reunião unificou o movimento em torno de uma única direção internacional, dissolvendo o Comitê Executivo Europeu, bem como o Secretariado a ele ligado, e elegendo um novo Comitê Executivo Internacional e um novo Secretariado Internacional. Tais órgãos passaram a funcionar na Europa, mais especificamente em Paris, e tiveram como seus dirigentes principais os jovens militantes que haviam coordenado o funcionamento da direção europeia nos anos anteriores, tendo Pablo e Mandel a sua frente, como o apoio do SWP dos EUA. Com isso, consolidou-se uma nova geração do movimento trotskista internacional, formada ao longo dos duros anos de guerra e centrada na Europa[337].

Cabe ressaltar que se falou em (re)aproximação dos trotskistas do Atlântico Norte por que os grupos trotskistas latinoamericanos, africanos e asiáticos foram sub-representados nos organismos internacionais do movimento trotskista desde as suas origens até fins da década de 1940, quando tal quadro passou a ser parcialmente modificado. Tais organismos, por sua vez, apresentaram uma sistemática dificuldade em manter uma comunicação ativa com os mesmos.

Até a reorganização que teve lugar no pós-guerra, a única exceção ao predomínio norte-americano / europeu em ditos organismos foi a presença de um representante de uma seção latinoamericana no Comitê Executivo Internacional "residente", estabelecido após a transferência deste órgão de Paris para Nova York, em 1940. Todavia, tal representante, o histórico dirigente trotskista brasileiro Mario Pedrosa, rompeu com esta pouco após, acompanhando a já mencionada tendência Burham-Shachtman do SWP.[338]

---

[336] Cf. ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 304-05.
[337] Cf. *Ibid.*, p. 305-08.
[338] Pedrosa participava da vida da internacional desde 1938, quando representou as seções latinoamericanas no Congresso de fundação da Quarta. Essa sua representação, todavia, era basicamente formal, uma vez que ele não atuava junto a tais grupos, como supostamente deveria na sua condição de coordenador regional. Ademais, quando este rompeu com a Quarta Internacional, a seção brasileira que ele havia ajudado a fundar e da qual fora um importante dirigente passou anos sem conseguir retomar

***

Essa autoproclamada Conferência Internacional de 1946, contou com representantes de oito países, sendo apenas os EUA e o Vietnã aqueles não-europeus[339]. Além de ter eleito uma nova direção internacional, ainda convocou a realização de um 2º Congresso Mundial, que ocorreu após dois anos. Ela também realizou um balanço crítico de certas avaliações constantes nas *Teses* europeias de 1944, em especial a previsão de uma iminente revolução alemã, a qual encarou-se não teria se realizado por conta da não prevista ocupação e divisão da Alemanha por parte da URSS e demais países "Aliados"[340].

Já no que tange a análise econômica do capitalismo do pós-guerra, seu documento político principal, *A nova paz imperialista e a construção dos partidos da Quarta Internacional*, reconhecia um avanço no desenvolvimento das forças produtivas e da industrialização, acompanhado de concentração de capitais em alguns poucos países. Todavia, ele insistia na perspectiva de uma iminente e profunda crise econômica mundial, prevendo uma estagnação econômica na Europa e um breve *boom* nos EUA, o qual seria seguido de uma profunda quebra, a ser pior do que aquela de 1929-33[341].

Do ponto de vista político, tal documento partia dessa análise para reafirmar que o pós-guerra seria "um longo período de graves dificuldades econômicas, convulsões e crises gerais e parciais". Todavia, reconhecia que essa caracterização não desaguou de imediato em revoluções vitoriosas, conforme se esperava em 1944. E atribuía tal fato ao papel cumprido pelas "direções tradicionais" do proletariado, as quais teriam se mostrado mais influentes do que o anteriormente esperado[342]. Não obstante esses retrocessos na luta de classes, o documento enfatizava que se passava mundialmente por um ascenso das lutas proletárias. E reafirmava que, apesar das concessões democráticas às quais a burguesia fora forçada em tal situação, as "condições objetivas" a

---

contato com o centro dirigente internacional. Cf. KAREPOVS, Dainis. Mario Pedrosa e a IV Internacional (1938-1940). In MARQUES NETO, José Castilho de (org.). *Mario Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 99-130 e REPORT on the movement of the Fourth International in Latin America. *International Bulletin* [Nova York/SWP], vol. 1, n. 2, ago. de 1940, p. 3-10.

[339] Cf. *Ibid.*, p. 305-06.

[340] CRITICISM of Theses of the February 1944 Conference (Resumé). *Fourth International* [Nova York/SWP], vol. VII, n. 67, junho de 1946, p. 184.

[341] NEW imperialist peace and the building of the parties of the Fourth International, The. *Fourth International* [Nova York/SWP], vol. VII, n. 67, junho de 1946, p. 169-70. Tal perspectiva foi parcialmente contestada pelos representantes da seção inglesa (o Revolutionary Communist Party), mas sua proposta de emenda foi rejeitada.

[342] Cf. NEW imperialist peace… *op. cit.*, p. 174-75.

empurravam para a construção de ditaduras militares ou regimes bonapartistas, o que levaria ao ressurgimento do fascismo e a uma intensificação da luta de classes.[343]

Assim, apesar de certo reconhecimento de que as previsões realizadas em 1944 não haviam se concretizado, tal Conferência reafirmou os pressupostos básicos daquelas, de que se avizinhava um ascenso revolucionário, o qual seria fruto da estagnação econômica e do recrudescimento da reação burguesa. Se este não havia ocorrido ainda, encarou-se que era mais por uma questão de "ritmo", e não por um erro em relação à análise dos traços essenciais da conjuntura do pós-guerra[344].

É possível ver a forte influência do SWP dos EUA sobre essas análises adotadas pelas Conferências de 1944 e de 1946. Pois o documento principal adotado pela sua 12ª Convenção Nacional, realizada em novembro do mesmo ano, *Teses sobre a Revolução Americana*, afirmava que a pobreza produzida pela guerra entre as massas *jamais* seria revertida e negava enfaticamente a possibilidade de um novo período de prosperidade econômica, como aquele de 1920-29, ao ponto de afirmar que se deveria esperar uma crise que faria 1929-31 "parecer com um período de prosperidade".[345]

Baseado nessa perspectiva e em um otimismo exagerado quanto à aceitação do programa revolucionário pela classe proletária norte-americana, o documento concluía que a revolução naquele país se avizinhava, pois as contradições objetivas estariam "fadadas a levar a uma crise social de proporções tão catastróficas, que colocarão a revolução proletária na ordem do dia"[346]. Sustentando essa afirmação estava a seguinte análise, que é em boa parte uma síntese daquela adotada por ditas Conferências:

> The following conclusion flows from the objective situation: US imperialism which proved incapable of recovering from its crisis and stabilising itself in the 10-year period preceding the outbreak of the Second World War is heading for an **even more catastrophic explosion** in the current postwar era. The cardinal factor which will light the fuse is this: The home market, after an initial and artificial revival, must contract. It cannot expand as it did in the '20s. What is really in store is not unbounded prosperity but a short-lived boom. In the wake of the boom must come **another crisis and depression which will make the 1929-32 conditions look prosperous by comparison**.[347] (ênfase adicionada)

Frente a essas previsões e ao papel cumprido pela social-democracia e o stalinismo nos anos anteriores em relação aos levantes de massas que ocorreram ao fim

---

[343] O termo utilizado é "neo-fascismo". Cf. *Ibid.*, p. 176-77.
[344] Cf. *Ibid.*, p. 176.
[345] THESES on the American Revolution [1946]. Disponível em http://tinyurl.com/obzhv4g. Acessada em 23 de novembro de 2015, [s.p.].
[346] *Ibid.*, [s.p.].
[347] *Ibid.*, [s.p.].

da guerra, o documento da Conferência de 1946 reforçava a centralidade e o protagonismo do partido marxista em um processo revolucionário. Em certo trecho, afirmava-se que "A questão da construção da liderança revolucionária continua, como sempre, sendo a **questão chave**. [...] na ausência desta última, elas [as situações revolucionárias] terminaram, estão terminando, e irão terminar em recuo, desmoralização e derrota para as massas"[348] (ênfase adicionada).

Nesse sentido, o documento ainda criticava o aparecimento do que caracterizava enquanto "tendências derrotistas" no interior da Quarta Internacional, afirmando que

> impressionadas com a relativa lentidão do amadurecimento da situação revolucionária na Europa, bem como pela lentidão de nosso próprio progresso, [estas] defendem mais ou menos abertamente a redução do nosso programa transitório e socialista a *slogans* apenas democráticos e a uma política de entrismo em larga escala ou mesmo total nos partidos reformistas e centristas na Europa.[349]

É interessante notar como que tais críticas, voltadas àquelas posições anteriormente abordadas da tendência Felix-Morrow do SWP dos EUA e da liderança exilada do IKD alemão, podem ser facilmente aplicadas às posições que o setor majoritário da nova liderança internacional veio a assumir nos anos seguintes. A diferença, conforme se verá, é que as conclusões práticas criticadas neste documento derivavam de um impressionismo com a "lentidão" da revolução, ao passo que aquelas derivavam em boa parte da (persistente) "lentidão" de desenvolvimento da Quarta Internacional em uma conjuntura altamente revolucionária.

Por fim, cabe ressaltar que, se Felix Morrow e seu aliados já não estavam mais presentes na Quarta Internacional quando dessa Conferência (à exceção de van Heijenoort, expulso apenas no ano seguinte, mas então já bastante inativo), nem por isso essas análises acerca do período pós-guerra passaram incólume a críticas dentro das fileiras trotsksitas. Conforme se abordará em maiores detalhes adiante, as alas majoritárias das recém formadas seções inglesa (RCP) e francesa (PCI), também contestaram as visões da nova direção internacional acerca de uma profunda crise econômica mundial e da impossibilidade de regimes democráticos. Estes, todavia, não tiraram daí as mesmas conclusões de Morrow e Cia. sobre abandonar o *Programa de Transição*.

***

[348] *Ibid.*, p. 177.
[349] *Ibid.*, p. 178.

Não obstante as divergências e disputas do período 1940-44, à altura dessa 2ª Conferência a Quarta Internacional havia enfim voltado a existir enquanto um partido internacional – situação que foi consolidada com a realização, em 1948, de seu 2º Congresso Mundial. Todavia, fraquezas analíticas claramente marcavam a nova liderança internacional, fato evidente pela insistência de que uma grave crise econômica se avizinhava e que, a partir dela decorreria uma onda revolucionária. Fraquezas essas que geravam fortes vozes críticas a tal liderança.

Mas os problemas não se limitavam à caracterização do período pós-guerra. Um problema muito mais profundo acometia as avaliações desenvolvidas entre 1944-48 acerca do que ocorria então no Leste Europeu. Como se verá a seguir, essas últimas, ao não encontrarem sustentação, necessitaram ser corrigidas ante novos desenvolvimentos. Essa correção, todavia, ocorreu de forma que levou a reavaliações de pontos fundamentais do arcabouço teórico-programático que Trotski fornecera à Quarta Internacional, e acabou por lançar as bases para a profunda crise política que atravessou o movimento trotskista no pós-guerra, dando início à sua atual fragmentação teórico-programática.

3. Os debates sobre o Leste Europeu e a Revolução Iugoslava (1944-51)

Dos fenômenos do pós-guerra, aquele mais impactou os dirigentes do movimento trotskista, gerando ampla confusão e intensos debates, foi a expansão soviética no Leste Europeu e particularmente a ruptura Tito-Stalin. Nos momentos finais da Segunda Guerra Mundial as tropas da URSS ocuparam uma série de regiões limítrofes ao país, com vistas a derrubar os regimes nazistas ali instalados e criar uma zona de segurança contra possíveis novos ataques – zona essa que passou a ser conhecida, principalmente na literatura anglo-saxã, como "zona tampão" (*buffer zone*, expressão recorrente nos materiais da Quarta Internacional da época).

3.1. A transformação no Leste Europeu (1944-49)

Na terminologia stalinista, os regimes ali estabelecidos a partir da derrota do nazismo foram chamados de "democracias populares", termo cunhado pelo líder soviético Georgi Dimitrov e último dirigente da então extinta *Comintern*, para designar governos de coalizão de forças anti-fascistas nos quais os PCs deveriam ocupar

posições chave. Todavia, esses regimes não preconizavam a expropriação da burguesia, não constituindo, portanto, ditaduras do proletariado.[350] Não é coincidência que o ideólogo por detrás de tal programa político fosse o mesmo que elaborara a política de "Frente Popular" anos antes.

Todavia, devido à colaboração das burguesias nativas com o nazismo e/ou a ausência de resistência por sua parte, em muitos dos países da região os comunistas locais passaram a desfrutar de considerável popularidade entre as massas ao fim da guerra, além de contarem como o forte aparato militar soviético. Assim, apesar de se ter mantido por alguns anos a "carapaça" do Estado burguês nesses territórios, através dos regimes parlamentares pluripartidários e dos governos de coalizão que incluíam partidos da burguesia nativa, a verdadeira força política e militar predominante nas "democracias populares" eram os PCs, com o suporte ou do Exército Vermelho ou das milícias derivadas das resistências *partisans* (em especial na Iugoslávia e Albânia).[351]

Essa situação complexa, de forte poderio político-militar e de divisão de poder com representantes das burguesias nativas, era fruto direto da dificuldade que sempre marcou a atuação política internacional da burocracia soviética ao longo e sua existência. Isto é, sua constante tentativa de se manter em bons termos com o imperialismo, quando sua existência enquanto grupo social dependia de relações de propriedade e de produção antagônicas àquele e que, aos olhos de tantos milhões, representava a Revolução Soviética de 1917 e o socialismo.

Seguindo essa sua orientação de "coexistência pacífica" com o imperialismo, que sustentava a ideia das "democracias populares", a União Soviética também manteve relações de propriedade privada na região, se limitando, a título de "reparações de guerra", a saquear o maquinário industrial e as reservas de dinheiro e matérias primas dos países ocupados. Ademais, nos primeiros anos após a guerra, apenas aqueles setores que anteriormente pertenciam à Alemanha foram estatizados – ainda que, em muitos países da região tal setor fosse, na realidade, o grosso da economia.[352]

Todavia, em 1947 o governo norte-americano recrudesceu sua atitude em relação à URSS, lançando uma ofensiva diplomática e econômica, cujas primeiras medidas foram a elaboração do "Plano Marshall", para concessão de crédito para a

---

[350] Cf. WOLIKOW, Serge & TODOROV, Antony. *Op. Cit.*, p. 232.
[351] Cf. *Ibid.*, p. 331-32 e BROWN, Archie. *The Rise and Fall of Communism.* New York: Harper Collins, 2009, p. 148-49 e p. 164.
[352] Cf. *Ibid.*, p. 157 e BRUS, Wlodzimierz. Stalinism and the "People's Democracies". In TUCKER, Robert C. (ed.). *Op. cit.*, p. 242.

reconstrução europeia e a remoção dos PCs dos gabinetes mistos formados na França e na Itália após a guerra. Isso foi acompanhado de pressão para a ruptura dos governos de coalizão da "zona tampão" com os PCs, para que pudessem receber ajuda financeira norte-americana.[353]

Vendo sua hegemonia política no Leste Europeu ameaçada, a burocracia soviética passou então à postura igualmente ofensiva. Em setembro do mesmo ano, aquela fundou o *Cominforn* (Birô Comunista de Informação), uma agência internacional para preencher o vácuo deixado pela dissolução da Internacional Comunista, quatro anos antes (1943). Em sua conferência inaugural, o dirigente soviético Andrei Zhadanov anunciou a nova "doutrina" oficial a ser seguida pelos PCs, segundo a qual o mundo estaria dividido entre dois "campos" irredutivelmente antagônicos, o "imperialista antidemocrático" e o "socialista". Caberia aos PCs travarem uma luta em defesa do segundo. Assim, estava suspensa a lua de mel entre URSS e potência imperialistas que passou a vigorar desde a entrada daquela na Segunda Guerra Mundial.[354]

A partir da enunciação do que ficou conhecido como a "doutrina Zhadanov", iniciou-se no Leste Europeu um processo de expropriação do que restava das burguesias nativas, moldando as relações de propriedade e de produção desses países para se tornarem equivalentes àquelas da URSS. Esse processo se deu sobretudo vertical e militarmente, através de uma série de manobras que expulsaram (em alguns casos, paulatinamente) os representes burgueses nos governos locais de coalização. O chamado "Golpe de Praga", ocorrido em fevereiro de 1948, foi o momento mais simbólico da passagem formal do poder político da "zona tampão" para os respectivos PCs locais, eliminando tais governos[355].

As exceções a essa dinâmica foram os casos da Iugoslávia e Albânia, onde os comunistas locais desde cedo assumiram o controle exclusivo do regime, após tentativas bastante efêmeras de formar um governo de coalização. Contrariando as orientações de Moscou, estes haviam expropriado política e economicamente as burguesias nativas ainda em 1944-45, em um processo revolucionário baseado na mobilização (tutelada)

---

[353] Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 156 e WOLIKOW, Serge & TODOROV, Antony. *Op. Cit.*, p. 325.
[354] Cf. *Ibid.*, p. 233 e BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 157-59.
[355] Cf. *Ibid.*, Capítulo 10 (este descreve sinteticamente cada caso), WOLIKOW, Serge & TODOROV, Antony. *Op. Cit.*, p. 233-35 e BRUS, Wlodzimierz. *Op. cit.*, p. 249-51.

das massas camponesas e proletárias, o qual tivera início com o sucesso dos poderosos movimentos de resistência antifascista atuantes em tais países.[356]

Dessa forma, levando em conta a destruição do aparato de Estado anterior, substituído pelo poderio militar soviético, bem como a transformação (ainda que parcial) das relações de propriedade e produção nos países da "zona tampão", dificilmente se poderia caracterizar tais formações sociais como qualitativamente distintas da União Soviética. Com a derrota do nazismo na região as burguesias nativas foram politicamente expropriadas, uma vez que perderam o controle efetivo dos aparatos que compõem o Estado.

Assim, ainda que não se tivesse observado uma mobilização revolucionária das massas (à exceção da Iugoslávia e Albânia), que houvesse representantes burgueses nos governos de coalizão e que predominasse juridicamente a propriedade privada, não era possível afirmar que existiam Estados burgueses naquela região. A despeito do que afirmavam os próprios ideólogos soviéticos, uma mudança qualitativa havia ocorrido.

Todavia, explicações e análises feitas com considerável distanciamento histórico tendem a fazer processos concretos parecerem muito mais simples do que realmente foram. Conforme se verá ao longo da presente seção, as diferentes tentativas dos trotskistas em compreenderem os mesmos passaram longe da aparente obviedade das conclusões aqui apresentadas e mais longe ainda de produzirem consenso dentro das fileiras da Quarta Internacional.

3.2. Os precedentes analíticos em Trotski (1939-40)

Há nos escritos de Trotski importantes precedentes analíticos para se pensar em termos marxistas o que ocorreu no Leste Europeu ao fim da guerra. Demonstrando o caráter não dogmático de seu pensamento e a complexidade que encerrava sua caracterização acerca da burocracia soviética e do stalinismo, ele antevira, no contexto da invasão da Polônia por tropas alemãs e soviéticas (setembro de 1939), a possibilidade de uma expansão da formação social soviética em suas regiões limítrofes que se desse pelo que ele caracterizou como uma *via burocrático-militar*.

Segundo ele, para que ocupação militar dos territórios poloneses pela URSS fosse mais do que episódica, esta teria que realizar a expropriação da burguesia e uma

[356] Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 149-52. Cabe ressaltar que Brown não reconhece tais processos como revoluções sociais, a segunda parte do parágrafo são afirmações destoantes das suas, ainda que sejam baseadas nas informações por ele fornecidas.

mudança qualitativa no caráter de classe do Estado. Pois seria necessário haver compatibilidade entre as condições sociais nas quais se sustenta a burocracia soviética e aquelas dos territórios politicamente anexados por ela. Isso seria feito com chamados à mobilização das massas nativas, mas de forma a controla-las rigidamente e esmaga-las "no dia seguinte", se necessário.[357] Em suas palavras:

> é mais provável que nos territórios que forem incorporados à URSS, o governo de Moscou atue expropriando os grandes proprietários e estatizando os meios de produção. [...] À medida que a ditadura bonapartista de Stalin se baseia na propriedade estatal, e não na privada, a invasão da Polônia pelo Exército Vermelho levará, por si só, à abolição da propriedade privada capitalista para que o regime dos territórios ocupados esteja de acordo com o regime da URSS.
>
> Esta medida, de caráter revolucionário – "a expropriação dos expropriadores" – é levada a cabo, neste caso, de forma burocrático-militar.[358]

Nesse sentido, ele se contrapôs àqueles (inclusive dentro das fileiras trotskistas) que criticaram tal expansão como sendo "imperialista" e afirmou que

> Se queremos definir exatamente a política exterior do Kremlin, devemos dizer que é a política da burocracia bonapartista de um Estado operário degenerado rodeado por um cerco imperialista. Esta definição não é tão breve ou sonora como a de "política imperialista", mas em troca, é mais precisa.[359]

Alguns meses após tais considerações, Trotski retomou o assunto, ao falar tanto da invasão da Polônia, quanto daquela ocorrida pouco após na Finlândia (novembro/dezembro de 1939). Ele então rebateu as acusações de Max Shachtman, segundo as quais ele teria aventado a possibilidade de uma "revolução burocrática" em seus textos anteriores. Nesse contexto, Trotski afirmou a mudança social observada nos países invadidos pela URSS se deu como fruto de um "impulso" desta à mobilização das massas, as quais "entenderam seu significado e utilizaram-no para levar a cabo uma transformação drástica nas relações de propriedade".[360]

Transformação essa que só teria sido possível "porque a burocracia da URSS se apoia e tem suas raízes na economia de um Estado operário". E, conforme Trotski previra, tendo sido marcada por ocupações espontâneas de terras e pela formação de

---

[357] TROTSKY, Leon. A URSS na Guerra [25 de set. de 1939]. In *Em defesa do marxismo*. *Op. cit*., p. 40.
[358] *Ibid*, p. 40.
[359] Id. Novamente, e uma vez mais, sobre a natureza da URSS [18 de out. de 1939]. In *Em defesa do marxismo*. *Op. cit*., p. 51.
[360] Cf. Id. De um arranhão ao perigo de gangrena [24 de jan. de 1940]. In *Em defesa do marxismo*. *Op. cit*., p. 176. Mesma página para a citação.

comitês locais de poder popular, tal mobilização foi rapidamente "estrangulada" pela burocracia, por conta tanto do isolamento daquela, quanto pela força desta.[361]

Já no caso finlandês, Trotski ressaltou que, ameaçada por uma resistência militar, a URSS teria instruído o PC local a preparar uma guerra civil que "complementasse" a invasão do Exército Vermelho e aumentasse, assim, as chances da mesma ser exitosa. Nesse sentido, tal PC lançou chamados à mobilização dos trabalhadores urbanos e a uma revolução agrária, os quais culminaram na formação de um "Governo Popular", o qual chegou até mesmo a defender o controle operário da produção, como forma de derrotar a burguesia nativa.[362]

Ademais, respondendo a outra acusação de Shachtman – de que Trotski estaria errado em sua caracterização da URSS como Estado operário por que não foi observada na Letônia, Lituânia e Estônia as mesmas mudanças ocorridas na Ucrânia e Bielo-rússia polonesas (todos estes, territórios invadidos pela URSS) – este afirmou que:

> Ninguém disse que a burocracia soviética, sempre e onde quiser, deseja ou é capaz de levar a cabo a expropriação da burguesia. A única coisa que dizemos, é que nenhum outro governo poderia ter realizado a transformação social que, apesar de sua aliança com Hitler, a burocracia do Kremlin viu-se obrigada a sancionar na Polônia do Leste. Se não o fizesse, não teria podido incluir o território na Federação da URSS.[363]

Apesar de ter como positivas as transformações sociais levadas a cabo pela combinação do "impulso" gerado nas massas pelo exército soviético com a invasão militar, Trotski advertiu que a Quarta Internacional não deveria ver na via "burocrático-militar" um modelo a ser seguido. Para ele, o critério político central ante tal via não deveria ser a possibilidade de transformação das relações de propriedade em dado território, mas "a mudança na consciência e organização do proletariado mundial, a elevação de sua capacidade de defender as conquistas obtidas e conquistar outras novas".[364]

A partir desse critério, tal via "burocrático-militar" trazia à tona o caráter reacionário do stalinismo, por ele tido enquanto o principal obstáculo para a revolução mundial, uma vez que esta implicava o controle rígido das massas e a supressão de

---

[361] Cf. *Ibid.*, p. 176-78. Citação na página 176.
[362] Cf. *Ibid.*, p. 180-82.
[363] Cf. *Ibid.*, p. 177.
[364] Cf. Id. *A URSS na Guerra. Op. cit.*, p. 41. Mesma página para a citação.

órgãos de poder direto e democrático.[365] Nesse sentido, se contrapondo às acusações de Shachtman previamente mencionadas, Trotski afirmou que

> O nosso estrito dever era participar nesta transformação [social], junto aos operários e camponeses, e, nessa medida, junto ao Exército Vermelho. Ao mesmo tempo, era indispensável prevenir incansavelmente as massas sobre o caráter reacionário geral da política do Kremlin e dos perigos que ela leva para os territórios ocupados. Saber como combinar estas duas tarefas ou, mais precisamente, os dois aspectos de uma mesma tarefa — eis precisamente a política bolchevique.[366]

Por fim, cabe lembrar que, no próprio processo de consolidação do poder soviético após a Revolução de Outubro, muitos territórios do Império Czarista foram postos sob o controle do novo governo através da ação militar do Exército Vermelho e de sua luta contra os "brancos" e seus aliados de vários diferentes exércitos estrangeiros. Sem essa ação, as fracas ou mesmo inexistentes mobilizações locais em certas partes da Rússia teriam sido completamente incapazes de serem vitoriosas.[367] Ainda assim, já naquela época Trotski colocou ênfase na autoemancipação consciente do proletariado, como em sua oposição às propostas de "guerra revolucionária" defendidas pelos "comunistas de esquerda", então liderados por Nikolai Bukharin em 1918.

***

Apesar desses importantes precedentes analíticos, apenas alguns setores minoritários da Quarta Internacional buscaram em tais passagens uma chave interpretativa para o que se passava no Leste Europeu desde *circa* 1944. A partir de 1948, os debates nas fileiras trotskistas foram marcados pela disputa entre dois setores que, sem recorrerem a tais precedentes, se digladiaram em torno da caracterização das formações sociais daquela região (capitalistas ou não capitalistas) e das consequências teóricas e programáticas decorrentes de se reconhecer uma mudança qualitativa na suposta ausência de uma revolução.

Durante a disputa, que durou de 1948 até meados de 1950, a ala majoritária – representada sobretudo pela maioria do Comitê Nacional do SWP dos EUA (James Cannon, Murry Weiss e Morris Stein) e por Mandel no interior do Secretariado Internacional – negou que tivesse ocorrido uma mudança qualitativa na natureza social da "zona tampão", pois supunham que atribuir ao stalinismo e à burocracia soviética capacidade de operar mudanças revolucionárias levaria a posições teoricamente

---

[365] Cf. *Ibid.*, p. 41.
[366] Id. *De um arranhão ao perigo de gangrena*. *Op. cit*., p. 179.
[367] Cf. CARR, Edward Hallet. *The Russian Revolution. From Lenin to Stalin.* New York: The Free Press, 1979, p. 9-13, SERGE, Victor. *O Ano I da Revolução Russa*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 375-87.

heterodoxas e politicamente oportunistas. A esta ala se opôs uma minoria – representada por Bert Cochran e Joseph Hansen na direção do SWP e por Pablo no Secretariado Internacional – que afirmava ter ocorrido uma mudança qualitativa gradual (noção estranha à Teoria da Revolução Permanente), decorrente de mudanças na esfera econômica.

Altamente isoladas nessa disputa, a maioria do RCP inglês (Ted Grand, Jock Haston e Bill Hunter) e a tendência Vern-Ryan do SWP dos EUA foram as únicas vozes que, em momentos diferentes (o RCP ainda no começo dos anos 1940, a tendência Ver-Ryan já no contexto de disputa de 1948-50) afirmaram ter ocorrido uma mudança social qualitativa na região, sem recorrer à noção de transformação gradual. Eles afirmaram ter ocorrido uma revolução de tipo excepcional e explicaram tal afirmação com base na noção do caráter dual do stalinismo, mas rejeitaram que tal processe representasse um modelo a ser seguido.

3.3. A tese da "assimilação estrutural" e a caracterização do Leste Europeu

Tendo ocorrido em março de 1946, a 2ª Conferência Internacional não tinha como lidar com a forma acabada que a ocupação soviética do Leste Europeu veio a assumir em 1948-49. Analisando os traços principais daquilo que vinha ocorrendo desde 1944, isto é, o saque às economias locais e a formação de governos mistos, o já mencionado documento principal da mesma (*A nova paz imperialista e a construção dos partidos da Quarta Internacional*) afirmava que "a burocracia soviética vê necessidade em estender suas zonas estratégicas e aproveitar os recursos de outros países", fazendo-o através da expansão territorial e pondo sob sua órbita econômica uma série de países que já se encontravam sob seu controle político e militar[368].

Todavia, avaliava o documento, a burocracia buscava realizar a integração dessas economias à sua própria de maneira *gradual*, pois era temerosa tanto de uma reação imperialista, quanto à ameaça a sua estabilidade política que representaria uma revolução proletária. Nesse sentido, reafirmava a ideia, já presente nas resoluções da Conferência Europeia de 1944, de que vinha ocorrendo uma "assimilação estrutural" na região e que essa não poderia ser completada sem a ação revolucionária das massas.[369]

---

[368] Cf. NEW imperialist peace… *op. cit.*, p. 171. Mesma página para a citação.
[369] Cf. *Ibid.*, 172.

Quanto à definição do caráter de classe daquelas formações sociais e de seus respectivos Estados, o documento não era preciso. Ele também reafirmava a caracterização da Conferência Europeia sobre o Leste Europeu permanecer sendo *capitalista*, mas apontava que, conforme o avanço territorial do exército soviético gerou levantes na região, chegando à guerra civil em alguns casos, teriam se originado *regimes de duplo poder* naqueles países.[370]

No léxico trotskista, "duplo poder" significa uma situação necessariamente temporária e transitória (melhor expressa pelo termo "dualidade de poderes"), na qual a luta de classes chega ao ponto culminante do proletariado criar órgãos de poder próprios, os quais constituem o embrião de um Estado operário e que disputam com o Estado burguês a legitimidade do controle político da sociedade[371]. Já a noção de *regimes de duplo poder* empregada pelo documento para a "zona tampão" deixava subentendido que os Estados da região se encontravam sob o *controle simultâneo* de duas classes, em constante disputa. O raciocínio que explica essa suposta situação é exposto da seguinte forma, em um trecho chave do documento:

> Posta em xeque pela pressão do imperialismo de um lado, e pelo seu próprio medo da extensão da revolução proletária, de outro, e impulsionada pelas necessidades do sistema social sobre o qual repousa, a burocracia soviética visa, nos países que controla, uma política oportunista que, mesmo enquanto tendendo em direção a uma assimilação estrutural, a realiza apenas lenta e parcialmente, por meio de uma série de avanços e recuos, hesitações e convulsões, e crises políticas e militares, condicionada acima de tudo pela evolução da relação de forças entre si e o imperialismo.[372]

Por fim, o documento encerrava sua análise acerca da questão soviética reafirmando a caracterização da URSS enquanto um "Estado operário deformado" e afirmando serem "progressivas" as reformas econômicas por ela levadas a cabo no Leste Europeu. Mas indicava a proximidade de uma Terceira Guerra Mundial e adotava certo tom catastrofista em relação ao futuro da URSS, que teria adentrado "a fase crítica de sua existência", só podendo ser salva através de uma revolução política, que removesse a burguesia do poder e restabelecesse uma democracia proletária.[373]

Dessa forma, apesar de manter a caracterização trotskiana acerca da União Soviética, a Conferência encarava que esta não havia levado a uma mudança qualitativa nos territórios por ela ocupados, os quais permaneceriam sendo capitalistas, ainda que

---

[370] Cf. *Ibid*., 172.
[371] Cf. TROTSKY, Leon. *O programa de transição. Op. cit.*, p. 53-55.
[372] NEW imperialist peace… *op. cit*., p. 172.
[373] Cf. *Ibid*., p. 172.

em vias de "assimilação estrutural" e com Estados em "regime de duplo poder". Apesar das evidentes contradições teóricas em tal análise (ou talvez, precisamente por conta delas), levou algum tempo até que a nova direção internacional buscasse tocar no assunto de forma aprofundada, fornecendo uma explicação mais sistematizada.

O primeiro pleno do Comitê Executivo Internacional (controversamente) eleito nessa Conferência (realizado em junho de 1946), por exemplo, adotou uma *Resolução acerca do assunto dos territórios ocupados*, na qual tratava centralmente do Leste Europeu, mas onde não apresentava uma caracterização da natureza social dos países dessa região. Nesta, se caracterizava como "reacionária" a política de ocupação soviética, devido à destruição que estava causando às economias locais e pela repressão levada a cabo contra mobilização das massas. Mas se ponderava que algumas medidas, em especial as nacionalizações parciais da economia, deviam ser defendidas, por serem "progressistas".[374]

Ao definir o traço principal da ocupação como "reacionário", a resolução reafirmava a reivindicação já levantada pela Conferência Europeia de 1944, pela imediata retirada das tropas soviéticas da região. A mesma política era definida para os demais países que seguiam ocupados por tropas estrangeiras após o fim da guerra e orientava a Quarta Internacional para uma política de "confraternização revolucionária" entre os trabalhadores e soldados nestes casos.[375]

Fora essa *Resolução*, a nova direção internacional só dedicou um documento mais detalhado à análise da situação no Leste Europeu em setembro daquele ano, através de um extenso material acerca da União Soviética e do stalinismo em geral. Publicado como parte das contribuições do novo Secretariado Internacional às discussões preparatórias para o 2º Congresso Mundial, que veio a ocorrer dali a cerca de um ano e meio, o mesmo foi escrito por Mandel e apresentando enquanto posição oficial de tal órgão. Com o nome *A União Soviética após a Guerra e a Política dos Partidos Comunistas*, tal documento circulou através dos boletins internos internacionais para fins de debate e possuía uma seção inteira sobre o Leste Europeu[376].

---

[374] Cf. RÉSOLUTION au sujet des territoires occupies. *Bulletin Interieur du Secretariat Internationale* [Paris/SI], vol. 1 n. 5, ago. de 1946, p.1-2.
[375] Cf. *Ibid.*, p.1-2.
[376] Aqui utilizou-se a versão em inglês do referido artigo, publicada pelo SWP dos EUA, GERMAIN, E. The Soviet Union after the War And the Policy of the Communist Parties. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], vol 1, n. 2, mar. de 1947, p. 2-20. A tradução para o inglês de materiais publicados originalmente em francês no boletim do SI havia sido iniciada por tal partido em setembro de 1946, como forma de manter sua militância a par do funcionamento do novo centro dirigente internacional, o qual não mais se encontrava nos EUA desde a realização da 2ª Conferência Internacional.

Nesta, nomeada "O 'Bastião Estratégico' da URSS", Mandel buscou lidar com a expansão territorial soviética e suas consequências para os países que passaram a integrar a chamada "zona de influência" daquela. Para tal, retomou as considerações feitas por Trotski em 1939-40, acerca da possibilidade de uma transformação das relações de produção e propriedade nos territórios então invadidos pelo Exército Vermelho. Todavia, reafirmou a avaliação dos documentos anteriores, segundo a qual essa transformação, no caso do Leste Europeu, estaria ocorrendo *gradualmente*, na forma de uma "tendência" à "assimilação estrutural" das formações sociais daquela região por parte da União Soviética.[377]

As noções de "gradualismo" e de "tendência" foram empregadas para indicar que não se considerava essa transformação, em curso de 1944, como já consumada. Nesse sentido, o documento afirmava que a conclusão da mesma dependeria da correlação de forças entre a burocracia soviética e o imperialismo, de um lado, e entre a burocracia soviética e o proletariado, de outro, de forma que ela só ocorreria caso o stalinismo mobilizasse as massas em um processo revolucionário[378]. Tal conclusão acarretou em uma série de contradições que perpassam o documento.

Analisando detidamente, caso a caso, a dinâmica pela qual se deu a ocupação soviética na região ao fim da guerra, Mandel concluiu que essa "expansão burocrática" havia levado, não obstante os "saques" realizados, ao desenvolvimento das forças produtivas locais. Já em termos políticos, avaliava que, se o stalinismo havia inicialmente desmobilizado as massas (que, em muitos lugares, realizaram levantes na esperança de que a chegada das tropas soviética representariam o começo de uma revolução social), ele posteriormente as convocou a ações limitadas, como forma de neutralizar a oposição burguesa que começou a se fortalecer a partir de meados de 1945.[379]

Esses altos e baixos, tanto em termos de mobilização das massas, quanto de impactos econômicos, encarava Mandel, seriam expressões contraditórias do caráter *gradual* e *vacilante* do suposto processo de "assimilação estrutural" levada a cabo pela burocracia soviética, a qual estaria agindo a um só tempo enquanto agente do capital e agente da burocracia soviética. Nesse sentido, ao falar dos processos de nacionalização ocorridos na região – os quais se deram de forma generalizada naqueles setores

[377] Cf. *Ibid.*, p. 7.
[378] Cf. *Ibid.*, p. 7-8.
[379] Cf. *Ibid.*, p. 9-10.

econômicos que antes se encontravam sob controle alemão, e que, de forma mais limitada, também incidiram sobre alguns setores considerados enquanto "espólio de guerra" pela URSS – ele afirmou que estes, mesmo que representando um passo na direção da "assimilação estrutural", "de forma alguma alteram o **caráter capitalista** da economia dos países-tampão" (ênfase adicionada).[380]

E, supostamente não alterando a economia, também não alterariam o caráter de classe Estado, pois, segundo afirmado no documento, "O caráter burguês do Estado flui da natureza capitalista das relações de produção, e é expresso em um tipo específico de estrutura estatal"[381]. Portanto, conclui, o suposto caráter capitalista da "zona tampão" só seria alterado através de uma ação revolucionária das massas, a qual concretizasse plenamente a "assimilação estrutural", dando então nova natureza social à economia e, consequentemente, ao Estado dela "derivado"[382].

Aqui se vê uma importante diferença de método por parte de Mandel em relação à forma de proceder de Trotski, pois fica evidente a centralidade critério principal para caracterizar o Estado é a mudança nas *formas de propriedade*. Uma mudança dessas, todavia, não pode *preceder* a destruição do Estado burguês e sua substituição por um Estado proletário. Dessa forma, conforme já se viu, em seus escritos de 1939-40 Trotski ressaltou o fato de que as tropas soviéticas necessitariam expropriar *politicamente* a burguesia para que pudessem transformar as relações sociais das zonas ocupadas com vistas a torna-las compatíveis com as bases nas quais se assentam o domínio da burocracia soviética. Ou seja, se a mudança nas relações de propriedade seriam a *consequência* necessária de uma anexação territorial à URSS, para que esta ocorresse seria preciso destruir o Estado burguês de dito território.

Apesar de denotar certo mecanicismo econômico, o raciocínio de Mandel se baseava centralmente em outro elemento que não as relações jurídicas de propriedade predominantes. Para ele, se os Estados da "zona tampão" permaneciam sendo burgueses, ainda que "penetrados" pela burocracia soviética, se a transformação econômica estava ocorrendo gradualmente, via "assimilação estrutural", e se aquelas formações sociais permaneciam sendo capitalistas, isso era porque não havia ocorrido uma *revolução*. E, conforme ficou claro mais tarde, a negação de que havia ocorrido

---

[380] Cf. *Ibid.*, p. 10-12 e p. 15. Citação na p. 12.
[381] *Ibid.*, p. 12.
[382] Cf. *Ibid.*, p. 12.

uma revolução na região era determinada pela sua compreensão do stalinismo como *essencialmente contrarrevolucionário*, conforme se verá adiante.

De qualquer forma, já neste documento Mandel deixava isso transparecer, como em trecho no qual polemizava com o trotskista francês Paul LeBlanc, para quem os Estados da "zona tampão" seriam *Estados operários*. Para Mandel, essa caracterização, baseada na afirmação de que o stalinismo havia "tomado o lugar" do proletariado ante sua "incapacidade em desempenhar seu papel histórico", seria um *revisionismo pequeno-burguês*, fruto da pressão stalinista na esquerda francesa, onde LeBlanc atuava.[383]

Ainda que esse seu raciocínio fosse bem estruturado, a necessidade de encarar os fatos acabava por resultar em claras contradições presentes em seu documento. Se Mandel afirmava que, na Polônia, na Alemanha ocupada, na Iugoslávia e na Tchecoslováquia a "assimilação estrutural" estaria apenas "começando" (ignorando, assim, a revolução de massas ocorrida na Iugoslávia) e que, na Finlândia, na Áustria, na Hungria, na Romênia e na Bulgária ela sequer havia começado, ele próprio apontava que esta já estava *completa* na Polônia Oriental, em parte da Prússia Ocidental, na Ucrânia sub-carpatiana, na Bessarábia e nos países bálticos.[384]

Essa completude, em suas próprias palavras, implicava que ali a burguesia "não mais existe enquanto classe"[385]. Ou seja, as mudanças nas relações de propriedade em certas regiões da "zona tampão" refutavam empiricamente a ideia de que ditas mudanças não poderiam ser consumadas por supostamente ainda estar ausente uma revolução. Todavia, mesmo com essa afirmação, que ia contra a ideia da impossibilidade de uma "assimilação" sem uma revolução proletária, Mandel mantinha sua caracterização acerca dos Estados serem *burgueses* e as relações de propriedade *capitalistas*. Se ele não afirma isso diretamente no que tange essas últimas regiões, também não deixa claro se as caracteriza de forma distinta das demais.[386]

De certa forma, Mandel justifica essas contradições ao afirmar que a "penetração do aparato estatal burguês pela burocracia dos partidos stalinistas" tornava "extremamente difícil julgar a natureza social dos Estados tampão"[387]. Todavia, essa

---

[383] Cf. *Ibid.*, p. 13.
[384] Cf. *Ibid.*, p. 12.
[385] *Ibid.*, p. 12.
[386] Cf. *Ibid.*, p. 12.
[387] *Ibid.*, p. 15. Mesma página para ambos os trechos citados.

ponderação não o impediu de afirmar que eles permaneciam sendo essencialmente capitalistas, pois, em suas palavras

> enquanto o aparelho de Estado burguês não é realmente destruído e, enquanto os trabalhadores ainda não tiveram de fato tomado as indústrias e expropriado as burguesias, a natureza do Estado e da sociedade permanece basicamente capitalista, não obstante quase possam ser as possibilidades revolucionárias inerentes a uma situação de dualidade de poder. [388]

Não obstante as dificuldades de se analisar eventos durante seu decurso, o próprio Mandel reconhecia que os trabalhadores da "zona tampão" haviam expropriado muitas fábricas e empresas da burguesia, que tantas outras haviam sido abandonadas por seus proprietários em fuga e que os stalinistas nativos ou os agentes do Exército Vermelho haviam acabado por estabelecer Estados próprios, sobre os escombros daqueles anteriormente controlado pela Alemanha nazista, assumindo a reorganização dos aparatos repressivo e jurídico. Assim, mesmo que não abolindo formalmente a propriedade privada e também dando certo espaço para a recuperação da burguesia nativa, como era possível negar que uma mudança qualitativa havia ocorrido? Ao longo do artigo, Mandel buscou esgrimar contra tais fatos apresentados por ele próprio, como ao afirmar que as nacionalizações haviam sido benéficas para a burguesia nativa, por terem interferido no incipiente controle proletário da produção instaurado pelas ocupações semi-espontâneas das fábricas[389].

Negando categoricamente que esses fatos tivessem alterado o caráter de classe do Estado ou das relações de produção, pois não se testemunhara uma revolução de massas equivalente àquela ocorrida na Rússia em outubro de 1917, Mandel finalizava o documento do SI apenas reconhecendo a *possibilidade* de que os stalinistas levassem a cabo expropriações políticas e econômicas dos "remanescentes do poder e da propriedade burguesa" no Leste Europeu. Mas apontava que isso só se daria no caso destes se basearem "firmemente nas aspirações revolucionárias das massas"[390].

Com uma análise tão marcada por contradições, era inevitável que os documentos públicos da Quarta não apresentassem problemas similares. Através destes, é fácil perceber a dificuldade dos trotskistas de então em manterem a caracterização de que o Leste Europeu ainda era capitalista, ao mesmo tempo em que lidavam com as mudanças que se observava na região desde meados de 1944. Ante tais dificuldades,

---

[388] *Ibid.*, p. 14.
[389] Cf. *Ibid.*, p. 11.
[390] Cf. *Ibid.*, p. 14.

eles buscaram uma salvaguarda na ideia de *assimilação estrutural* – a qual, conforme se verá, passou cada vez mais a indicar um processo *gradual* de transformação social, levando, mais tarde, à formulação das noções de "Estado de transição" e de "sociedade de transição".

Tais noções, que se chocam frontalmente com alguns dos pressupostos mais básicos da Teoria da Revolução Permanente, foram a saída encontrada por uma ampla parcela do movimento trotskista para conciliar a recusa de que o stalinismo havia realizado uma transformação pela via "burocrático-militar" na "zona tampão" com as mudanças cada vez mais evidentes que se processavam na região. Dessas noções, acabou por se consolidar uma nova concepção de transição ao socialismo, que predominou entre o movimento trotskista do pós-guerra, moldando certas releituras do arcabouço teórico-programático original do mesmo e, consequentemente, de sua estratégia.

***

Exemplo de tal dificuldade é um artigo intitulado *O Kremlin no Leste Europeu*, publicado na edição de novembro de 1946 na revista teórica do SWP dos EUA, *Fourth International* – até a 2º Conferência Internacional, a publicação oficial do então moribundo Secretariado Internacional. Seu autor, o dirigente do SWP Bert Cochran (pseudônimo E. R. Frank), havia assumido o cargo de editor da revista após a expulsão de Felix Morrow alguns anos antes, ganhando assim projeção nas fileiras trotskistas.

Neste, Cochran reconhecia que a burocracia soviética havia realizado expropriações nos principais setores das economias do Leste Europeu, que os Estados burgueses da região haviam sido destruídos e chegava mesmo a falar em "revolução agrária" e até em "revolução socialista no sentido da passagem de poder de uma classe para outra". Mas reafirmava a caracterização das formações sociais do Leste Europeu enquanto sendo *capitalistas*, tal qual definido pela 2ª Conferência Internacional e reafirmada pelo documento interno do SI.[391]

Lutando contra os fatos por ele próprio apresentados, Cochran claramente evitou o uso de caracterizações precisas ao longo deste artigo, utilizando categorias bastante ecléticas e muito distantes do arcabouço teórico-analítico trotskiano. Assim, concluía que, determinada a preservar a estrutura capitalista da região, a burocracia soviética teria "dominado e controlado" com "mão de ferro" os processos revolucionários

[391] FRANK, E. R. The Kremlin in Eastern Europe. *Fourth International* [Nova York/SWP], vol. 7, n. 11, nov. de 1946, p. 330-45.

espontâneos impulsionados pela aproximação das tropas soviéticas e, assim, dado origem a *formações bastardas* – uma tentativa "não natural de unir as formas de propriedade soviéticas e a propriedade capitalista"[392].

Nem mesmo ao tratar da Iugoslávia, que ele reconhecia que estava cada vez mais semelhante à URSS do ponto de vista estrutural (isto é, tanto das relações de produção coletivizadas, quanto do regime político altamente repressivo e baseado no monopólio do poder pelos stalinistas), Cochran conferia uma caracterização precisa de classe ao Estado e à sociedade[393].

Uma leitura cuidadosa desse artigo, o mais significativo publicado no órgão teórico do SWP entre a 2ª Conferencia Internacional e o 2º Congresso Mundial acerca do assunto, leva facilmente a concluir que Cochran buscava se equilibrar entre duas posições. De um lado, o reconhecimento de que as tropas soviéticas eram o real poder político na maior parte do Leste Europeu, tendo levado a cabo uma expropriação da burguesia enquanto classe (ainda que preservando uma fachada formal de democracia burguesa) e, de outro, a caracterização oficial da liderança internacional, segundo a qual o Leste Europeu não deixara de ser capitalista.

A contradição entre os fatos apresentados ao longo do próprio artigo e as conclusões apresentadas pelo mesmo fica evidente quando, em momentos diferentes do texto, Cochran afirmava que "os Exércitos Vermelhos entraram na Europa enquanto portadores de novas relações econômico-sociais [...] demonstrado pelo programa social revolucionário que os stalinistas levaram a cabo através da esfera [de influência] soviética", e, mais adiante, que a União Soviética "adentra hoje nas relações econômicas dos Bálcãs enquanto um parceiro capitalista" [394]. Daí, ele pondera se tratar de um "capitalismo bizarro",

> onde uma burocracia soviética é dona de metade do capital dos sectores-chave da economia, onde os países estão sob ocupação das tropas soviéticas, onde a governos policiais controlados pelos stalinistas estão no comando, e onde os comitês de fábrica burocratizados controlados pelos stalinistas continuam a exercer certa influência sobre a indústria.[395]

Mas, se dados todos estes fatores, não se poderia falar de uma transformação qualitativa do caráter de classe dessas sociedades, o que se passaria então? Segundo Cochran, tratar-se-ia de um novo tipo de "duplo poder", distinto daquele usado no

---

[392] *Ibid*., p. 340.
[393] *Ibid*., p. 343.
[394] *Ibid*., p. 337 e p. 340, respectivamente.
[395] *Ibid*., p. 340.

"sentido marxista": a situação seria de disputa entre o aparato estatal stalinista, de um lado, e organismos ilegais da burguesia de outro[396]. Mas qual o caráter de classe desse aparato estatal stalinista, Cochran não definia.

Ainda que afirmasse que "um movimento social revolucionário [...] varreu o poder dos capitalistas e latifundiários" e que "Se uma revolução social significa a transferência de poder de uma classe para outra, então certamente uma revolução social foi posta em curso no Leste Europeu após a 'liberação'"[397], ele não deu o passo lógico seguinte, de afirmar que haviam sido formados Estados operários na região. Tal passo Cochran só veio a dar cerca de dois anos depois, quando passou a contestar a linha oficial do SI e integrou a disputa dentro das fileiras trotskistas em prol da caracterização do Leste Europeu como sendo equivalente à URSS, conforme se verá adiante.

3.4. O 2º Congresso Mundial (1948): a eliminação das contradições pela releitura do stalinismo

Passados mais dois anos desses documentos, realizou-se o 2º Congresso Mundial da Quarta Internacional, em abril de 1948. Este contou com delegados de 22 seções nacionais mas, conforme visto, a direção internacional formada de maneira controversa pela Conferência de 1946 manipulara os critérios de eleição de delegados para garantir uma maioria artificial favorável às suas posições e à sua (re)eleição. O principal apontamento prático desse Congresso no que tangia os esforços de reconstrução e consolidação da Quarta Internacional foi a orientação para uma inserção cada vez maior das organizações trotskistas no movimento de massas e a meta de sua passagem de "grupos de propaganda" a "partidos de massas"[398].

Já no que tangia a importante questão do Leste Europeu, mais uma vez negou-se que ocorrera alguma mudança substancial na natureza dos países sob órbita soviética. Mas as resoluções adotadas pelo Congresso deixaram mais claro o porquê da insistência da liderança internacional de que seria impossível conceber que a burocracia soviética tivesse levado a cabo uma mudança dessas. Indo na contramão da "possibilidade" aventada por Mandel no documento pré-congressual publicado em nome do SI em meados de 1946, um dos principais documentos aprovados no 2º Congresso, *A URSS e*

---

[396] *Ibid*., p. 342.
[397] *Ibid*., p. 343 e p. 344, respectivamente.
[398] Cf. OPENING Adress. Delivered at Second World Congress of Fourth International. *Fourth International* [Nova York/SWP], vol. IX, n. 6, ago. de 1948, p. 142-143.

o stalinismo, continha a avaliação de que os partidos stalinistas haviam mudado inteiramente de caráter, passando de formações *centristas*, como Trotski supostamente as caracterizava, a *contrarrevolucionários*.[399] Supostamente, pois o próprio Trotski havia realizado tal alteração de caracterização em 1933.

Segundo tal documento, o stalinismo (enquanto corrente internacional) havia se tornado um tipo de "neo-reformismo", programaticamente equivalente a social-democracia, cuja possibilidade de cumprir algum papel revolucionário estaria *morta* – exceto no caso de uma radical mudança de conjuntura, como a eclosão de uma guerra entre EUA e União Soviética. Apontava-se que tal mudança de caráter seria fruto da entrada dos PCs em governos burgueses a partir de 1944 (a política da "Frente Única Nacional"), bem como de terem recrutado largas camadas pequeno-burguesas entre 1941-45.[400]

Baseado nessa caracterização, o documento reafirmava que o Leste Europeu era composto de sociedades *capitalistas* e apontava ainda que o stalinismo havia cumprido um "papel abertamente contrarrevolucionário" na região, devido à política de extorsão econômica das riquezas locais e à supressão de movimentos revolucionários autóctones[401]. Quanto às nacionalizações efetivadas na região, o documento às igualava àquelas ocorridas na Inglaterra e na França, caracterizadas enquanto "nacionalizações burguesas"[402]. Reafirmando a "natureza capitalista" da economia da região, o documento enumerava ainda sete itens para sustentar a tal caracterização, dentre os quais as assertivas segundo as quais "Em lugar algum a burguesia enquanto tal foi destruída ou expropriada" e as "formas especiais de exploração" introduzidas pela burocracia constituíam *formas de exploração capitalista*[403].

Já no que tangia o caráter de classe dos Estados nos países do Leste Europeu, o documento abandonava a indefinição ou a vacilação presente em alguns dos documentos e artigos publicados nos anos anteriores e os caracterizava categoricamente enquanto *Estados burgueses*, baseando-se nas assertivas de que os Estados previamente existentes à ocupação *não haviam sido destruídos*, tendo os stalinistas apenas ocupado posições-chave dentro deles, e de que tais Estados defendiam uma forma de propriedade que era "fundamentalmente burguesa em caráter". E apontava que tais Estados

---

[399] Cf. USSR and Stalinism, The. *Fourth International* [Nova York/SWP], vol. IX, n. 4, jun. de 1948, p. 121-23.
[400] Cf. *Ibid.*, p. 121-23.
[401] Cf. *Ibid.*, p. 113-14 e p. 117.
[402] Cf. *Ibid.*, p. 126.
[403] Cf. *Ibid.*, p. 119. Mesma página para os trechos citados.

possuíam "um grande grau de independência em relação à burguesia e ao proletariado", devido não só à correlação de forças e prostração de ambas as classes, mas, acima de tudo, devido "aos seus laços íntimos com o aparato de Estado soviético e ao enorme peso do último no Leste Europeu".[404]

Concluindo que a situação no Leste Europeu só poderia ser *transitória* (ainda que então já se estendesse por quatro anos), o documento reafirmava que apenas uma *revolução de massas* poderia alterar a situação em um sentido favorável ao proletariado:

> A peculiaridade dos países da "zona tampão" consiste no fato de que a burocracia soviética conseguiu, por enquanto, orientar a **economia capitalista** em um sentido correspondente, na primeira instância, aos seus próprios interesses. Esta situação só pode ser *transitória*. Deve terminar ou com a retirada da burocracia de sua posição, sob a pressão do imperialismo, ou na destruição real do capitalismo, que só pode ocorrer como resultado da **mobilização revolucionária das massas**, e a eliminação das formas especiais de exploração, introduzidas pela burocracia em seus países.[405] (ênfase adicionada)

Não obstante tais caracterizações, o documento não deixava de reconhecer a validade da premissa básica levantada por Trotski ao analisar os casos de expansionismo soviético observados em 1939-40, isto é, de que a burocracia soviética necessitaria transformar as relações sociais dos países por ela ocupados, caso desejasse manter controle direto sobre eles. Nesse sentido, partindo da noção de que a burocracia soviética assenta suas bases de existência na "propriedade coletiva dos meios de produção", ainda que seu caráter parasitário constantemente prejudicasse a mesma, o documento apontava que "sua conduta nos países da 'zona tampão' também carrega as marcas de suas natureza social, apesar do caráter **reacionário** de sua política lá"[406] (ênfase adicionada). Donde o documento concluía que "As formas híbridas do seu poder e pilhagem na 'zona tampão' tão somente paralela, sob circunstâncias objetivamente diferentes, as formas híbridas do seu poder e pilhagem na URSS".[407]

Ademais, ainda que reconhecendo que o stalinismo havia ganhado grande influência na Europa ocidental após a guerra, diferente do que previram a Quarta Internacional em 1940, quando apostara em uma destruição dessa corrente por parte de um grande ascenso revolucionário mundial, o documento afirmava que "A nossa perspectiva como um todo se baseia na seguinte consideração: *que a luta de classes irá*

---

[404] Cf. *Ibid.*, p. 119. Mesma página para os trechos citados.
[405] Cf. *Ibid.*, p. 119.
[406] Cf. *Ibid.*, p. 117.
[407] Cf. *Ibid.*, p. 117.

finalmente triunfar sobre o stalinismo"[408]. E, nesse sentido, concluía apontando a centralidade de se avançar na construção e fortalecimento da Quarta Internacional – assunto ao qual foi dedicado um documento a parte, acerca d'*A situação mundial e as tarefas da Quarta Internacional*[409].

***

Portanto, no Congresso de 1948, a negação anteriormente implícita da possibilidade de uma mudança qualitativa da natureza social do Leste Europeu, fosse por uma via "burocrático-militar", ou por uma revolução dirigida por um PC, assumiu um caráter ainda mais rígido, bem como mais distante do arcabouço teórico-programático original do movimento trotskista. Conforme visto, invertendo a ordem das coisas, o novo documento chegava a negar fatos apresentados nos artigos e documentos anteriores (como o reconhecimento da destruição dos Estados burgueses, ou o caráter progressivo das nacionalizações realizadas), com vistas a eliminar as contradições entre os mesmos e as conclusões apresentadas.

Para tal, recorreu à assertiva de que o stalinismo havia se tornado contrarrevolucionário a partir do fim da Segunda Guerra, o que eliminava a possibilidade deste ter operado transformações sociais qualitativas no Leste Europeu – fosse pela via "burocrático-militar", fosse, nos casos iugoslavo e albanês, através da desfiguração de revoluções de massas. Mas dita assertiva não só perdia de vista o fato de que o próprio Trotski já havia realizado semelhante caracterização, em 1933, mas, principalmente, que ele não utilizava sua categoria de stalinismo de forma estática, focando mais nas determinações centrais do stalinismo – o papel dual que a situação contraditória da burocracia soviética o fazia desempenhar – do que nas diferentes posições que ele assumia episodicamente.

Não à toa, Trotski foi capaz de antever a possibilidade de tal burocracia cumprir um papel *revolucionário* quando da invasão de parte da Polônia e da Finlândia em 1939 – ainda que, ressaltou, ela o fosse fazer por seus próprios métodos, os quais seriam *reacionários* desde o ponto de vista da autoemancipação consciente do proletariado. Dessa forma, por mais que encarasse o stalinismo enquanto força *contrarrevolucionária*, ele não o enxergava de forma unilateral, percebendo as contradições que o atravessavam. E, ademais, não deixou de aventar (como n'*O*

---

[408] *Ibid.*, p. 123.
[409] Cf. WORLD Situation and the Tasks of the Fourth International. *Fourth International* [Nova York/SWP], vol. IX, n. 4, jun. de 1948, p. 98-110.

Programa de Transição) a possibilidade excepcional das massas realizarem uma revolução, à despeito do programa de sua liderança, que poderia ser levada a ir além do mesmo.

Indo na contramão dessa flexibilidade que permitia operar categorias de forma a dar conta de realidades altamente contraditórias, a liderança internacional do movimento trotskista do pós-guerra optou por uma via marcada pela rigidez formal e por uma visão unilateral do stalinismo, que colocava as categorias na frente das análises concretas e que não dava conta da complexidade observada no comportamento político da burocracia soviética. Daí, concluiu, se o stalinismo é necessariamente contrarrevolucionário, então não pode ter havido revolução no Leste Europeu e este permanece sendo capitalista, ainda que se observe ali um "capitalismo" extremamente "atípico".

É compreensível a hesitação dos trotskistas em reconhecerem que seu nêmeses havia desempenhado um papel anticapitalista no Leste Europeu (ainda que contra seu próprio discurso e desejo de "coexistência pacífica com o capitalismo). Mas essa hesitação não tornava a realidade diferente do que ela era, e fez com que os mesmos tivessem que lançar mão de categorias extremamente ecléticas do ponto de vista teórico no que tange a compreensão marxista acerca do Estado e da transição ao socialismo, para que pudessem dar conta minimamente das mudanças observadas na "zona tampão".

Assim, conforme se viu, Cochran precisou falar em *capitalismo bizarro* e Mandel em *Estado burguês bastardo*. E, conforme se verá a seguir, a estas categorias ainda se somou a noção de "Estado burguês degenerado em vias de assimilação estrutural com a URSS" e ainda a ideia de sociedades "transitórias", sem um caráter de classe definido, as quais introduziram no arcabouço teórico-programático trotskiano a noção de mudança gradual entre capitalismo e ditadura do proletariado, até então considerada incompatível com o mesmo.

3.5. A ruptura Tito-Stalin e a mudança na caracterização do Leste Europeu

Essa visão aprovada pelo 2º Congresso Mundial ainda perdurou por quase mais dois anos após sua realização, mesmo que a investida final do stalinismo no Leste Europeu, com a eliminação definitiva dos governos de coalizão, tivesse ocorrido pouco antes de sua realização – o "Golpe de Praga", por exemplo, ocorreu em fevereiro de

1948, cerca de dois meses antes do Congresso. Todavia, logo após a realização do mesmo, divergências acerca do assunto surgiram no interior da liderança internacional e de algumas seções nacionais.

Até esse momento, a única voz dissonante quanto a esse assunto advinha da já mencionada ala majoritária do RCP inglês, cujas posições serão abordadas mais adiante. Mas a nova ala divergente que se formou pouco após o Congresso não compartilhava da mesma análise que vinha sendo defendida pelo grupo inglês desde meados de 1944. A visão defendida pelas mesmas, ainda que convergisse com sua caracterização do Leste Europeu como sendo composto por *Estados operários*, foi diretamente influenciada pelo seu entusiasmo com a ruptura do PC iugoslavo com o *Cominform* e do regime de Belgrado com Moscou, ocorridas em junho de 1948.

Tais eventos fizeram com que boa parte da liderança internacional passasse a adotar uma posição pública favorável a ambos e levou ainda parte dos trotskistas a defenderem que a Quarta Internacional caracterizasse a Iugoslávia e as demais formações sociais da "zona tampão" enquanto *ditaduras do proletariado*[410]. Trotskistas esses que passaram a compor uma ala minoritária muito mais expressiva do que o RCP e cujo entusiasmo ante o PC e o regime iugoslavo deixou marcas na nova caracterização por eles defendida. Para os mesmos, existia na Iugoslávia um regime politicamente saudável, de democracia proletária, e o PC de Tito havia cessado de ser stalinista – posições duramente criticadas pelo RCP e por uma ala do SWP dos EUA por ele influenciada, a chamada tendência Vern-Ryan.

***

A ruptura Tito-Stalin ocorreu pouco após a realização do 2º Congresso Mundial. A maioria do CEI recém (re)eleito, em especial Pablo, a viu com grande entusiasmo e, como fruto disso, o SI chegou a enviar duas "cartas abertas" ao PC e ao governo iugoslavos, nas quais saudava suas lideranças e as exortava a seguir aprofundando e expandindo o processo revolucionário que supostamente estava em curso. Sem realizar nenhuma crítica à falta de democracia proletária no país ou fazer algum chamado à construção de uma oposição trotskista, tais cartas continham um tom bastante laudatório.[411]

---

[410] Cabe notar que, apesar de ter tido características muito semelhantes à Revolução Iugoslava, a Revolução Albanesa não despertou praticamente nenhum interesse entre as fileiras trotskistas.

[411] Cf. NORDEN, Jan. Yugoslavia, East Europe and the Fourth International. The Evolution of Pabloite Liquidationism. *Prometheus Research Series n. 4*, Nova York, 1993, p. 7-8.

Esse tom só foi minimamente alterado em uma terceira carta, enviada após a realização do 5º Congresso do PC iugoslavo (julho de 1948), no qual os delegados ao mesmo fizeram questão de deixar claro que, a despeito da ruptura com Moscou, se mantinham fieis ao programa herdado da Internacional Comunista stalinizada e condenavam firmemente o trotskismo. Em tal congresso, Tito teria inclusive dito que os iugoslavos "sabiam lidar com seus trotskistas", se referindo a uma série de prisões recém-realizadas de opositores políticos.[412] Não obstante, seguindo o entusiasmo de boa parte do CEI com a ruptura Tito-Stalin, parte da Quarta Internacional passou então a atuar em solidariedade não só ativa, como também por vezes *acrítica*, à "revolução iugoslava" (que supostamente teria ocorrido apenas em 1948).

Essas cartas do SI eram claramente motivadas pela noção de que a ruptura de um PC com a União Soviética implicaria necessariamente em uma ruptura com o stalinismo. Ideia essa que foi formulada de maneira mais explícita em diferentes ocasiões a partir de então e que foi compartilhada não só pelos dois lados em disputa entre 1948-50, favoráveis e contrários a uma mudança de caracterização da "zona tampão", mas também pelos "pablistas" e "anti-pablistas" que se enfrentaram entre 1951-53, tendo sido um dos pilares da confusão teórico-programática que passou a predominar no movimento trotskista do pós-guerra.

Essa ideia foi formalizada após o conflito acerca da "zona tampa" ter chegado a um término, no 9º pleno do CEI, realizado em novembro-dezembro de 1950. Em uma resolução adotada pelo mesmo, e posteriormente ratificada pelo 3º Congresso Mundial (1951), se definiu o stalinismo enquanto "*a subordinação dos interesses dos trabalhadores de cada país àqueles da burocracia soviética*". Assim, se apontou que a suposta ruptura do PC iugoslavo com o stalinismo, ocorrida sob pressão das massas, o havia tornado um grupo "centrista de esquerda" e o colocado em vias de se tornar realmente *revolucionário*.[413]

Até esse Pleno, no qual as alas em disputa na liderança internacional chegaram a uma posição comum, uma intensa disputa perpassou as fileiras da Quarta Internacional e levou a mais de uma alteração de posição por parte de algumas de suas seções. Até o momento, o estudo que melhor mapeou esses debates e *zig zags* dos trotskistas do pós-guerra foi *Yugoslavia, East Europe and the Fourth International - The Evolution of*

---

[412] Cf. *Ibid.*, p. 7-8.
[413] Cf. RESOLUTION on the Yugoslave Revolution and the Fourth International. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], jan. de 1951, [s.p.] (ponto 6 do documento).

Pabloite Liquidationism, de Jan Norden[414]. Conforme se verá ao longo das referências que se seguem, a presente sub-seção se baseia em certa medida na pesquisa contida em tal material, ainda que a transcenda, ao utilizar pesquisa arquivística própria e ao enfatizar alguns aspectos subvalorizados e pouco explorados pelo referido trabalho.

Talvez o grupo que melhor exemplifique o estado de confusão e disputa que tomou a Quarta Internacional entre 1948 e o começo da década de 1950 seja o PCI francês. Conforme aponta Norden, tal grupo havia inicialmente adotado uma posição crítica quanto ao entusiasmo demonstrado pela liderança internacional ante a ruptura Tito-Stalin, posição essa que se fez presente em uma moção de repúdio às "cartas abertas", aprovada pelo seu 5º Congresso (julho de 1948). Já em seu 6º Congresso, realizado em 1950, tal grupo abandonou essa posição e passou a se engajar sistematicamente em atividades de solidariedade à "revolução iugoslava" – que, para eles, datava apenas de 1948.[415]

A partir de então, o PCI organizou o envio de "brigadas de trabalho" à Iugoslávia, traduziu e distribuiu livros de dirigentes do PC iugoslavo, enviou delegações sindicais e de juventude ao país e ainda publicou um jornal financiado por sua embaixada na França. Neste, editado por um dos principais dirigentes do PCI, Pierre Lambert, se chegou a negar a existência de um "regime policial" na Iugoslávia, que era o termo que a Quarta vinha utilizando desde 1944 para caracterizar os regimes do Leste Europeu.[416]

Ainda que em escala menor, várias outras seções se engajaram em atividades semelhantes ao longo dos meses que se seguiram ao 2º Congresso Mundial, como o SWP dos EUA. De forma semelhante ao PCI francês, este inicialmente adotou uma postura crítica em relação à ruptura Tito-Stalin, mas, por volta de 1949, passou a caracterizar o PC iugoslavo enquanto uma "nova forma de centrismo", ao invés de "stalinista". Mais tarde, em 1950, tal partido já se portava acriticamente ante o regime de Belgrado, tendo iniciado preparativos para o envio de uma delegação sindical ao país (que foi impedida de ser enviada pelo governo dos EUA).[417]

---

[414] Este trabalho é essencialmente uma polêmica entre a international Spartacist tendency (International Communist League) e a League for a Revolutionary Communist International (atual League for a 5th International) acerca de quando e como a Quarta Internacional teria sido "destruída" programaticamente, sendo baseado em uma minuciosa pesquisa arquivística. Cabe notar que seu autor não mais faz parte da iSt/ICL, tendo sido expulso em 1996 e formado, então, o Internationalist Group (EUA) e o agrupamento internacional League Fouth Internationalist.
[415] Cf. NORDEN, Jan. *Op. cit.*, p. 13.
[416] Cf. *Ibid.*, p. 13-14.
[417] Cf. *Ibid.*, p. 12-13.

Esse entusiasmo de setores expressivos da Quarta Internacional com a Iugoslávia cessou apenas em meados de 1950, quando da decepção com a postura assumida pelo país ante a intervenção militar norte-americana na Revolução Coreana. Nas votações sobre o assunto nas Nações Unidas, o representante iugoslavo adotou inicialmente uma posição de abstenção e, posteriormente, de apoio a tal intervenção. A partir de então, tanto a liderança internacional, quanto de grupos como o PCI francês e do SWP dos EUA passaram a adotar um distanciamento crítico em relação aos stalinistas iugoslavos.[418]

Por conta da postura assumida por uma ampla parcela dos trotskistas ante a ruptura Tito-Stalin , que colocou em segundo plano a construção de um partido marxista na Iugoslávia – até então, a razão de ser da Quarta Internacional, baseada na ideia de que a "crise de direção" do proletariado seria o principal empecilho para a revolução socialista mundial – alguns encaram que se encontra aí o nascimento do chamado "revisionismo pablista", com sua postura "liquidacionista" em relação ao partido. Esta é, por exemplo, a tese sustentada por Norden ao longo de seu estudo / polêmica[419].

Por mais que tal avaliação se demonstre historicamente correta, ela é certamente limitada, uma vez que, conforme se está demonstrando, na ocasião "nasceu" muito mais o que o "revisionismo pablista" em relação à questão da construção do partido revolucionário. Os debates sobre o caráter da "zona tampão" em geral, e da Iugoslávia em particular, são permeados por uma série de releituras acerca de diversos outros pontos essenciais do arcabouço teórico-programático do movimento trotskista, realizadas por ambos os setores em disputa – como acerca da noção de stalinismo, conforme já mencionado anteriormente.

***

Já no que tange à influência da ruptura Tito-Stalin na disputa acerca da caracterização da "zona tampão", é importante lembrar que, à altura do envio das "cartas abertas", a Quarta Internacional havia acabado de reafirmar em seu 2º Congresso Mundial a caracterização das formações sociais do Leste Europeu enquanto sendo *capitalistas*. Por conta disso, a ala majoritária do RCP inglês criticou duramente não só a postura acrítica em relação ao PC e ao regime iugoslavo, mas também chamou atenção para a profunda contradição entre o apoio político dado aos mesmos e tal caracterização. Pois, se a Iugoslávia era de fato um país *capitalista* e possuía um Estado

[418] Cf. *Ibid.*, p. 14.
[419] Cf. *Ibid.*, p. 6 e *passim*.

burguês, conforme defendia a liderança internacional, então isso significava que a Quarta Internacional estava indo contra um de seus princípios mais básicos, que era a negação intransigente a qualquer tipo de política de "colaboração de classes".

Essa contradição entre caracterização e posição prática não demorou para se expressar na forma de uma disputa no interior do CEI. A partir de seu 7º Pleno (abril de 1949), que adotou uma nova resolução sobre a "zona tampão", reafirmando as posições e análises anteriores, Pablo passou a defender a mudança da caracterização da região, advogando pelo reconhecimento de que a Iugoslávia havia se tornado uma *ditadura do proletariado* e os demais países também. O principal adversário dessa proposta de Pablo foi Mandel, que manteve sua avaliação acerca do caráter *capitalista* da "zona tampão" como um todo, "concedendo" apenas na avaliação de que uma transformação estava *em curso*, donde sua categoria de "países capitalistas em vias de assimilação estrutural com a URSS".[420]

Tal contradição também gerou intensas disputas no interior de algumas seções nacionais, em especial o SWP dos EUA. Neste, Bert Cochran mudou de posição em relação ao texto que publicara em 1946 nas páginas de *Fourth International* e passou a defender o mesmo ponto de vista de Pablo. Ele passou então a criticar duramente a hesitação de Mandel e do CEI em definir as formações sociais do Leste Europeu como análogas à URSS, por conta de sua transformação ter se dado através da ação "burocrático-militar" da burocracia soviética e não de "revoluções proletárias vitoriosas"[421]. Dentro do SWP, tal ponto de vista recebeu ainda adesão de outro importante dirigente, Joseph Hansen[422].

Contra eles, defendendo as posições representadas por Mandel no Interior do CEI, se aliaram os históricos dirigentes do partido, James P. Cannon, Murry Weiss, Morris Stein, dentre outros membros do "Comitê Nacional", o órgão dirigente do partido[423]. Resumidamente, ao passo que Pablo-Chochran se baseavam na passagem do

---

[420] Cf. *Ibid.*, p. 8.
[421] Cf. FRANK, E. R [Bert Cochran]. Memorandum on Resolution "The Evolution of the Buffer Countries". *International Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 11, n. 5, de out. de 1949, p. 13-14 e Id. The Kremlin's Satellite States in Eastern Europe, Yugoslavia, Marxist Theory, and our Perspectives. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP], n. 1, abr. de 1950, p. 1-23.
[422] Cf. HANSEN, Joseph. The Problem of Eastern Europe. *International Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 12, n. 2, de fev. de 1950, p. 1-34.
[423] Cf. STENOGRAM of Discussion in the Political Committee of the Socialist Workers Party on the Buffer Countries. *Internall Bulletin* [Nova York/SWP] vol.11, n. 5, de out. De 1949, p. 19-30. Documentos de membros da maioria do Comitê Nacional podem ser encontrados nos n. 1 a 3 do *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP], de abril e junho de 1950.

Programa de Transição, na qual Trotski fala da possibilidade excepcional do stalinismo dirigir uma revolução vitoriosa, Mandel-Cannon argumentavam que este era essencialmente contrarrevolucionário.

Refletindo a maioria em torno da posição de Mandel, mas também as vozes dissidentes a ela, o 7º pleno do CEI, realizado em abril de 1949 – portanto, um ano após a liquidação definitiva da burguesia no Leste Europeu – adotou uma resolução que seguia negando uma mudança qualitativa na natureza social dos países da região (*A Evolução dos Países da Zona Tampão*). Todavia, tal resolução o fazia de forma menos enfática do que o documento do 2º Congresso Mundial, aproximando-se mais da noção de "sociedade de transição", que já havia aparecido em documentos anteriores de Mandel. Essencialmente, ele e seus apoiadores insistiam que, mesmo que mudanças visíveis tivessem sido realizadas ao nível da economia e do Estado, o processo de "assimilação estrutural" ainda não havia sido completado.[424]

O principal motivo para essa resistência em enxergar a transformação do Leste Europeu em algo equivalente à URSS em termos políticos e sociais, conforme já apontado, era a ideia de que o stalinismo era uma força *contrarrevolucionária* e que, portanto, seria incapaz de levar a cabo de forma completa a destruição do capitalismo. Conforme aponta Norden, reconhecer que o stalinismo havia levado a cabo revoluções implicaria, para Mandel, em ter que revisar "de cima a baixo" a avaliação histórica em relação a este[425].

Assim, para Mandel seria necessário que se observasse um levante revolucionário das massas nativas, para que as mudanças econômicas graduais realizadas pelo stalinismo na região dessem um salto qualitativo e transformassem aquelas formações sociais em ditadores do proletariado. Ao enfatizar isso, ignorava que tal levante havia ocorrido na Iugoslávia e Albânia (ainda que sem a presença de órgãos de tipo soviético) e que se fizera presente em certa medida em vários países do Leste Europeu, ante a aproximação do Exército Vermelho (que, todavia, fez o possível para suprimi-los).

Não obstante, refletindo a pressão de Pablo e seus apoiadores, a resolução do 7º Pleno indicava a possibilidade de uma mudança qualitativa, que indicasse a completude

---

[424] Cf. NORDEN, Jan. *Op. cit.*, p. 8.
[425] Cf. *Ibid.*, p. 17. O documento onde Mandel expressa tal ponto de vista com maior clareza é GERMAIN, Ernest [Ernest Mandel]. The Yugoslav Question, the Question of the Soviet Buffer Zone, and Their Implications for Marxist Theory. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP] de jan. de 1950. O documento é de outubro de 1949.

do suposto processo de "assimilação", estabelecendo para tais critérios como a eliminação das fronteiras da região pela URSS.[426] A partir de tais perspectivas, a resolução do 7º Pleno caracterizava o tipo de formação social da "zona tampão" enquanto uma "sociedade transitória híbrida em processo de transformação", com "países capitalistas no caminho da assimilação estrutural com a URSS". Mais tarde, essa noção de formação transitória entre capitalismo e ditadura do proletariado a ser conceitualizada através de uma redefinição do termo "Governo Operário e Camponês", que se tornou uma categoria central para as análises e posições adotadas pela liderança internacional a partir do começo dos anos 1950.

Já no pleno seguinte (o 8º, realizado em abril de 1950), aprovou-se a caracterização da Iugoslávia como sendo um *Estado operário* e uma *ditadura do proletariado*, o que foi fruto de uma mudança de posição por parte de Mandel (*Resoluções Sobre o Caráter de Classe da Iugoslávia*). Nesta, expressou-se claramente a ideia de que a ruptura de um PC com Moscou significava uma ruptura com o stalinismo, e se apontou que o PC iugoslavo vinha seguindo um "curso progressivo", ao ponto que o documento projetava a possibilidade de tal partido encabeçar um reagrupamento revolucionário no qual se incluíssem outros PCs.[427]

Aprofundando o entusiasmo da direção internacional para com o regime de Tito, a resolução aprovada não mais falava em "regime policial" para se referir ao país, conforme a Quarta Internacional vinha fazendo desde 1944 em relação aos regimes da "zona tampão" como um todo. Ao invés, afirmava haver na Iugoslávia uma "essência altamente democrática". Mesmo reconhecendo a existência de "deformações burocráticas", a resolução alegava que a liderança do PC iugoslavo as estava combatendo, sem esclarecer, assim, quais seriam suas origens senão as próprias deformações stalinistas do PC.[428]

Apesar de não ter caracterizado o regime político da Iugoslávia como equivalente ao da URSS (isto é, um em que o proletariado se encontra politicamente expropriado), o 9º Pleno do CEI (novembro de 1950) dedicou uma nova resolução questão iugoslava o CEI, na qual se adotou uma postura mais crítica do que a que vinha sendo mantida até então. Nesta, apontava-se a necessidade de que a liderança do PC alterasse os rumos políticos que vinha seguindo.[429]

---

[426] Cf. NORDEN, Jan. *Op. cit.*, p. 8.
[427] Cf. *Ibid.*, p. 9-10.
[428] Cf. *Ibid.*, p. 9-10.
[429] Cf. *Ibid.*., p. 10.

Essa mudança de postura e tal chamado a Tito e a seus colaboradores foi motivada pela posição do governo iugoslavo frente à Guerra da Coreia na assembleia das Nações Unidas, onde seu representante se absteve em relação a permitir que as tropas do general MacArthur cruzassem o paralelo 38º e, posteriormente, se opôs à resolução proposta pelo representante da China, pela retirada das tropas norte-americanas da região. Todavia, foi apenas no 3º Congresso Mundial (1951) que a liderança da Quarta, através de uma emenda a tal documento, apontou a necessidade de se combater a liderança do PC iugoslavo e de substituí-la por outra, "revolucionária", através da criação de uma "tendência bolchevique" no interior de tal partido.[430]

Apesar da mudança de caracterização em relação à Iugoslávia, a direção internacional só reconheceu a destruição do capitalismo no Leste Europeu como um todo às vésperas do 3º Congresso Mundial da Quarta Internacional, através de um documento submetido pelo Secretariado Internacional como parte dos debates pré-congressuais em meados de 1951 (*Rascunho de Resolução Sobre o Caráter de Classe dos Países Europeus na Zona Tampão Soviética*). Neste, que foi ratificado pelo Congresso, se classificou as demais formações sociais da região enquanto *Estados operários burocraticamente deformados* – caracterização que apontava para a existência de um regime análogo ao da URSS, porém já originado dessa forma, ao passo que aquele teria sido fruto de um processo de "degeneração", conforme a caracterização original de Trotski[431].

Daí pode-se ver um alto grau de impressionismo em relação à ruptura Tito-Stalin e o dogmatismo em relação à caracterização do stalinismo como contrarrevolucionário, uma vez que foi apenas a partir daquela que se reconheceu a existência de uma revolução na Iugoslávia. Sendo que o caso albanês, por não ter havido ruptura com Moscou, seguiu ignorado.

Acompanhando de perto as mudanças ocorridas no interior do CEI, o Comitê Nacional do SWP também publicou documentos que, primeiro reconheciam a

---

[430] Cf. *Ibid.*, p. 10 e RESOLUTION on the Yugoslav Revolution and the Fourth International. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], jan. de 1951, p. 12-20. Posteriormente ratificada pelo 3º Congresso Mundial (1951), sob o nome *The Yugoslav Revolution*.

[431] Cf. CLASS Nature of Eastern Europe, The. *Fourth International* [Nova York/SWP], vol. 12, n. 6, de nov./dez. de 1951, p. 199-200. Esta é a versão do documento que foi ratificada no 3º Congresso Mundial. A original foi publicada no *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], set. de 1950. Não houve mudanças de uma para outra. Na versão em inglês do *Rascunho* não consta a data da versão original do mesmo e os boletins internos do SI para o período 1950-51 não se encontram disponíveis, donde não se pode afirmar exatamente quando ele foi apresentado por tal órgão.

Iugoslávia como Estado operário e, depois, o restante da "zona tampão" também[432]. Nesse contexto, de disputa no interior de sua liderança entre uma ala alinhada a Pablo e outa a Mandel, surgiu no partido a chamada tendência Vern-Ryan, um pequeno agrupamento de militantes do setorial de Los Angeles do partido.

Tal tendência criticou duramente as análises de ambos os lados, ainda que tivesse acordo prático com a caracterização defendida por Cochran e Cia. Ela se manteve ativa mesmo ao fim da disputa, criticando as análises finais as quais se chegou no 8º e 9º Plenos do CEI, por enxergar nas mesmas sérios problemas metodológicos (especialmente a caracterização do stalinismo), com implicações políticas importantes. Uma seção a parte foi dedicada à mesma mais adiante, no Capítulo 5, uma vez que ela praticamente não recebeu atenção nas diferentes narrativas acerca da história do trotskismo do pós-guerra, ainda que tenha apresentado posições e análises bastante interessantes e sofisticadas sobre diversos assuntos interconectados, como a caracterização da "zona tampão" e da Iugoslávia, da China e também da questão do "revisionismo pablista", especialmente suas consequências para a Revolução Boliviana.

Cabe mencionar ainda outro grupo minoritário que interviu nas discussões no interior do SWP acerca da "zona tampão", a chamada tendência Johnson-Forest. Composta por C. L. R. James (pseudônimo J. R. Johnson) e Raya Dunayevskaya (pseudônimo Freddie Forest), a mesma era adepta da teoria do "capitalismo de Estado" para descrever a URSS, tendo estendido tal caracterização ao Leste Europeu / Iugoslávia). Ela havia deixado o SWP em 1940, para formar o Workers Party junto a Max Shachtman, mas retornara em 1947, com base em acordos sobre a existência de uma situação "pré-revolucionária" nos EUA.

Mas as divergências sobre o Leste Europeu e URSS a fizeram romper novamente em 1951, tendo seus membros seguido caminhos diferentes. Suas posições e análises, sintetizadas em um dos principais documentos da mesma nesse período de 1947-51, *Capitalismo de Estado e a Revolução Mundial* (o qual possui uma seção sobre Iugoslávia) já foram mapeadas por Loren Goldner em sua *Introdução* à história de tal tendência, cuja leitura recomenda-se aos interessados em maiores detalhes[433].

---

[432] Cf. RESOLUTION on the Class Nature of Yugoslavia. *Internal Bulletin* [Nova York/SWP], vol. XII, n. 3, de out. de 1950, p .1-4.

[433] JOHSON, J. R. & FOREST, F. State-Capitalism and World Revolution. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP] n. 4, de set. de 1950 e GOLDNER, Loren. *Introduction to the Johnson-Forest Tendency and the Background to "Facing Reality"* [2004]. Disponível em http://tinyurl.com/zooj3pk. Acessado em 27 de novembro de 2015.

3.6. O legado dessas discussões: stalinismo e "governo operário e camponês"

Através dessas resoluções adotadas pelo 8º e 9º pleno do CEI, a Quarta Internacional eliminou a contradição antes existente entre seu apoio à Iugoslávia e a caracterização deste país como capitalista, bem como a contradição entre a caracterização da URSS como Estado operário e das formações sociais da "zona tampão", que guardavam importantes semelhanças estruturais com aquela, como sociedades capitalistas ou "transitórias". Essa mudança, todavia, não se deu na forma de uma correção das avaliações anteriores, menos ainda de uma autocrítica, como normalmente ocorre após uma disputa interna entre posições divergentes ou uma reavaliação.

Ao invés de uma substituição da posição anterior pela nova, o que se observou foi uma amálgama das duas, através da qual se reafirmou os pontos essenciais das avaliações elaboradas entre 1944-48, buscando lhes dar uma nova roupagem para que melhor se encaixassem com aquelas adotadas ao longo de 1949. Com isso, pretendeu-se indicar que as análises da Quarta Internacional acompanharam corretamente o desenrolar dos processos observados na "zona tampão" e, assim, omitir que houve um longo período de desorientação. Assim, ao invés de adequar suas análises e categorias à realidade, o que a liderança internacional fez em grande medida foi "adequar" esta àqueles.

Portanto, conforme ressalta Norden, não obstante a mudança de caracterização realizada tardiamente, os trotskistas não procederam a um verdadeiro balanço teórico acerca dos desafios que a questão iugoslava e a expansão soviética no Lese Europeu lhes havia posto[434]. Ao invés, a amálgama entre as posições anteriores acabou por distanciar a Quarta Internacional de seu arcabouço teórico-programático original e abrir as portas para a crise que veio a dilacera-la ao longo das décadas seguintes.

A análise que sustentou a conclusão final a que chegaram os dois lados anteriormente em disputa no interior do CEI, expressas nas resoluções supracitadas (as quais foram posteriormente ratificadas pelo 3º Congresso Mundial), afirmava que a transformação das sociedades do Leste Europeu, à exceção da Iugoslávia, havia se dado de forma *gradual*, através de um processo de *assimilação estrutural* delas pela URSS. A diferença é que teria ocorrido uma mudança qualitativa entre 1948-49, que concluiu tal processo. Isso reafirmava a ideia que embasou a posição oficial do período 1944-49,

[434] Cf. NORDEN, Jan. *Op. cit.*, p. 10-11.

segundo a qual a "zona tampão" consistia em "países capitalistas em vias de assimilação estrutural pela URSS".

Seguindo tal lógica, a resolução adotada no 8º pleno, realizado em abril de 1950, afirmava que as sociedades daquela região possuiriam *caráter transitório* entre a ocupação soviética, iniciada 1944, e a consumação de tal "assimilação estrutural", a qual encarava-se ter ocorrido em 1949. Tal caráter transitório corresponderia a um *regime de duplo poder*, "permanecendo a estrutura [dessas sociedades] fundamentalmente capitalista tanto no plano econômico quanto político"[435].

Já para explicar a particularidade do caso iugoslavo, afirmou-se, em outra resolução adotada no mesmo pleno, que "a ruptura de um partido stalinista com o Kremlin necessariamente envolve uma diferenciação frente ao stalinismo"[436], o que permitia a um só tempo manter a nova avaliação, aprovada no 2º Congresso, de que o stalinismo teria se tornado intrinsecamente *contrarrevolucionário* e apoiar politicamente figuras como Tito, tomando-as como possíveis lideranças em substituição ao trotskismo. Seguindo uma lógica semelhante, a resolução do 9º pleno (novembro/dezembro de 1950) acerca do assunto afirmava que, como o stalinismo é um fenômeno característico de um período de refluxo da luta de classes (avaliação do próprio Trotski), supostamente ele teria deixado de existir na Iugoslávia, como fruto da vitoriosa mobilização revolucionária do proletariado daquele país[437]. Cabe mais uma vez frisar que essa avaliação não foi estendida à Albânia, onde se observe semelhante "mobilização revolucionária do proletariado", mas não uma ruptura com Moscou.

Ademais, considerou-se, em tal resolução, que "As dinâmicas da revolução iugoslava confirmam a teoria da revolução permanente em todos os pontos"[438] – isto é, a necessidade de uma revolução proletária para a plena realização das tarefas nacional-democráticas em um país "atrasado". Uma vez que tal teoria pressupunha a existência de um sujeito político para o triunfo da revolução, o qual necessitaria ser o partido marxista de vanguarda, tal consideração englobava a afirmação de que a vitória

---

[435] CLASS Nature of Eastern Europe. *Fourth International* [Nova York/SWP], v. 12, n. 6, nov./dez. de 1951, p. 28-29. Esta é a versão do documento que foi ratificada no 3º Congresso Mundial. A original foi publicada no *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], set. de 1950. Não houve mudanças de uma para outra.

[436] RESOLUTION on the Crisis of Stalinism and the Developments of the Yugoslave Revolution. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], set. de 1950, p. 2-5.

[437] Cf. YUGOSLAV Revolution, The. *Fourth International*, v. 12, n. 6, nov./dez. de 1951, p. 203. Esta é a versão do documento que foi ratificada no 3º Congresso Mundial. A original foi publicada no *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], jan. de 1951. Não houve mudanças de uma para outra.

[438] Cf. *Ibid.*, p. 203.

revolucionária na Iugoslávia teria sido fruto da aplicação pelo PC local da própria estratégia da Quarta Internacional. Aplicação essa que teria sido bem sucedida graças ao "caráter específico" de tal partido, que seguiu um rumo diferente dos demais PCs ao fim da guerra.[439]

Com tal consideração, mais uma vez se enaltecia o PC iugoslavo e dava a entender que ele não diferia, em termos estratégicos, da Quarta Internacional, donde se compreende o porque da liderança da mesma ter buscado se aproximar dele e do regime por ele encabeçado, conforme previamente descrito. Fora isso, é importante lembrar que não houve um processo revolucionário em 1948, com destruição do aparato burguês. A destruição do aparato de dominação de classe previamente existente no país havia ocorrido *quatro anos antes*, com a vitória do exército *partisan*.

Foram essas conclusões às quais se chegou acerca do stalinismo e do PC iugoslavo que forneceram, ainda, as bases para outra mudança importante, defendida por Pablo nos meses entre o 9º pleno e o 3º Congresso (que a ratificou): a reavaliação acerca da possibilidade do stalinismo ir além de seu programa, que deixou de ser vista como uma remota excepcionalidade, para ser encarada como a *regra* sob a nova conjuntura mundial. Conforme será detalhado no capítulo seguinte, da consideração inicial sobre o caráter intrinsecamente *contrarrevolucionário* do stalinismo, Pablo mais tarde chegou à consideração *inversa* ao reconhecer as mudanças ocorridas na "zona tampão".

Por fim, tal qual se encarou que a transformação no restante do Leste Europeu se deu de forma *gradual*, através de "regimes transitórios", a resolução dedicada à questão iugoslava continha a avaliação de que a revolução ocorrida naquele país havia se dado em "estágios" e que, até outubro de 1945, quando os últimos ministros burgueses se retiraram do gabinete provisório, o que havia existido ali teria sido um *governo operário e camponês*[440]. Conforme afirmava a resolução, "Começando nesse momento, a transição entre o governo operário e camponês e a ditadura do proletariado estava sendo completada e a Iugoslávia se tornou um Estado operário"[441].

Essa avaliação contém enorme importância histórica, pois estabeleceu uma visão de transição ao socialismo que se tornou central dentre o setor majoritário do movimento trotskista a partir de então, tendo determinado as análises de todos os

---

[439] Cf. *Ibid.*, p. 203.
[440] Cf. YUGOSLAV Revolution, The. *Op. cit.*, p. 202-207.
[441] Cf. *Ibid.*, p. 202-207.

demais processos revolucionários ocorridos após o fim da Segunda Guerra. Até tal resolução, o termo o termo "governo operário e camponês" era usado entre os trotskistas basicamente enquanto um sinônimo "popular" para se referir à ditadura do proletariado, ou uma demanda tática.

Nesse sentido, Trotski afirmou em dada passagem do *Programa de Transição* (1938), que "A **palavra-de-ordem** de 'governo operário-camponês' é empregada por nós unicamente no sentido que teve em 1917 na boca dos bolcheviques, quer dizer, como uma palavra-de-ordem **anti-burguesa** e **anti-capitalista**"[442] (ênfase adicionada). E o próprio Pablo assim sintetizou a questão, em um texto de 1946 dedicado ao assunto:

> […] what is involved is not supporting or propagandizing for a parliamentary socialist government applying its program, but above all addressing the socialist workers and promising them revolutionary aid against bourgeois reaction in case they force their leaders to break effectively with the coalition and take power.[443]

Esses dois usos apontados por Trotski e por Pablo remetem à própria origem do termo "governo operário e camponês", nas *Teses sobre as táticas do Comintern*, adotadas pelo IV Congresso Mundial da Internacional Comunista (1922). De fato, uma leitura atenta de tal documento permite perceber certa ambiguidade em sua redação final, não tanto por essa a dupla definição que foi conferida ao termo, mas especialmente pela lista de "tipos" de governos operário e camponês que ele enumerava.

Enquanto palavra de ordem *propagandística*, apontavam as teses, o termo "governo operário e camponês" deveria ser usado para fins de agitação política, destinado a falar em ditadura do proletariado de forma a evitar confusões com a noção negativa que o termo "ditadura" poderia suscitar entre os menos familiarizados com seu sentido marxiano. Já enquanto palavra de ordem *tática*, ela deveria ser usada na forma da exigência à social-democracia para que rompesse com a burguesia e tomasse o poder, com fins de "desmascara-la" perante suas bases. Mas o documento ainda falava na possibilidade dessa ruptura realmente acontecer e ser formado um "governo operário e camponês" que não tivesse um Partido Comunista à sua frente, mas que de fato constituísse uma ditadura do proletariado. Esta forma foi considerada, todavia, necessariamente episódica.[444]

---

[442] TROTSKY, Leon. *O programa de transição*. *Op. cit*, p. 51.
[443] PABLO, Michel. On the Slogan of "Workers" and Farmer's Government. *Fourth International* [Nova York/SWP], v. 8, n. 2, fev. de 1947, [s.p.].
[444] Cf. THESES on Comintern Tactics [1922]. Disponível em http://tinyurl.com/ju8rwzv. Acessado em 27 de novembro de 2015. Em relação a este terceiro uso possível do termo, cabe lembrar que a experiência

Distanciando-se desses sentidos e usos feitos do termo desde sua origem, na Internacional Comunista, a partir das resoluções sobre a Revolução Iugoslava ele passou a ser usado como uma *categoria* cujo conteúdo é um *governo intermediário entre o capitalismo e a ditadura do proletariado*. Conforme afirmado pelo próprio Mandel, em uma contribuição às discussões pré-3º Congresso Mundial, esse termo passou então a "designar certos **estágios transitórios** entre a destruição do poder da burguesia e o estabelecimento de uma ditadura do proletariado, a construção de um novo tipo de aparato de Estado" (ênfase adicionada), sendo tal período um "fenômeno transitório de nossa época"[445].

Conforme se verá ao longo do restante deste trabalho, fruto da amálgama das análises de Mandel entre 1944-49 e das posições de Pablo entre 1948-49, tal uso se tornou frequente nos principais documentos da Quarta Internacional ao longo das décadas de 1950-60. Enquanto categoria, esse termo condensa toda uma nova estratégia de *transição gradual* do capitalismo à ditadura do proletariado, a ser fruto de uma paulatina transformação conduzida por um governo que é encabeçado por um partido não-revolucionário, o qual deve ser apoiado criticamente pelos trotskistas. Essa nova concepção estratégica é que está por detrás das posições adotadas pela ala majoritária do movimento trotskista internacional nas décadas de 1950-60, bem como do abandono da teoria da revolução permanente pelo SWP dos EUA na década de 1980, quando este abdicou formalmente ao trotskismo.

***

Apesar da magnitude da mudança que esse novo uso do termo "governo operário e camponês" encerrava e da centralidade que tal noção veio a assumir ao longo dos anos seguintes, tal questão raramente recebe foco nas narrativas sobre a história do movimento trotskista do pós-guerra[446]. Não obstante, vê-se que o arcabouço teórico-

---

da Revolução Húngara ainda era recente (1919), experiência essa que de fato consistiu na expropriação política e econômica da burguesia pelo proletariado, acompanhada da formação de um governo dominado pela social-democracia. Para uma análise pormenorizada de tais *Teses* adotadas pela IC e do debate ocorrido em torno delas durante o Congresso que as aprovou, sugere-se a polêmica escrita em 1979 pela Spartacist League da Inglaterra contra o grupo Workers Power. SPARTACIST League. A workers government without revolution? *Spartacist Britain* n. 11, de maio de 1979, [s.p.]. Disponível em http://tinyurl.com/pq7zhy7. Acessado em 27 de novembro de 2015.

[445] GERMAIN, E. What should be modified and what should be maintained in the theses of the Second World Congress of the Fourth International on the question of Stalinism? *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], abr. de 1951, p. 14.

[446] Robert Alexander, por exemplo, chega a dedica uma brevíssima seção à questão em um dos capítulos de sua extensa obra sobre a história do movimento trotskista. Neste, ele aponta que "Uma facção ou outra dentro do movimento acusou seus rivais de reler a demanda [por governo operário e camponês] como um

programático que o movimento possuía quando da eclosão da Segunda Guerra Mundial, previamente exposto em alguns de seus pontos centrais ao longo do capítulo anterior, passou por consideráveis modificações sob o impacto de certos fenômenos da luta de classes que ocorreram na sequência do encerramento de tal conflito bélico, assentando o terreno para uma série de mudanças que vieram a ocorrer nas décadas seguintes.

Em suma, após um período de conflito nos órgãos dirigentes internacionais, especialmente entre 1948-50, conciliou-se uma visão rígida acerca do stalinismo, segundo a qual este não seria capaz de realizar atos progressivos, com o reconhecimento das mudanças sociais ocorridas no Leste Europeu, o qual ocorreu não só tardiamente, como foi embasado em uma explicação que, de um lado, negava os traços stalinistas da experiência iugoslava e, de outro, adotava uma lógica "gradualista" para as demais experiências. Assim, a liderança internacional abriu as portas para toda uma nova concepção estratégica, pautada pela noção da possibilidade de uma transição gradual à ditadura do proletariado e pela ideia de que um PC pode deixar de ser stalinista sob certas circunstâncias.

3.7. Uma voz frequentemente ignorada: as posições e análises do RCP inglês

Conforme mencionado, o conflito no interior da Quarta Internacional acerca da caracterização do Leste Europeu não se resumiu às alas Mandel-Cannon e Pablo-Cochran, outras posições se fizeram presentes, ainda que não tenham alcançado muita repercussão. Foi o caso da ala majoritária do RCP inglês, a qual já vinha contestando a caracterização oficial da "zona tampão" anos antes de Pablo e Cia. terem se entusiasmado com a ruptura Tito-Stalin e passado, apenas então, a defenderem que a Iugoslávia não era um país capitalista. Tal ala era representada na liderança do partido pelo trio Ted Grant, Jock Haston e Bill Hunter – dirigentes cuja militância remontava a um dos grupos que participaram da formação do RCP, em 1944, a Workers Internationalist League[447].

Ao longo da década de 1940, representando as posições majoritárias dos Congressos do partido, tal trio esteve em constante conflito com o Secretariado Internacional acerca de outros assuntos para além da caracterização da "zona tampão". Na Conferência Internacional de 1946, os delegados da ala majoritária do RCP se

---

conceito intermediário diferente da ditadura do proletariado, ao invés de sinônimo dela" (ênfase adicionada). Todavia, ele não vai além dessa constatação. ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 278.

[447] Cf. *Ibid.*, p. 152-60.

opuseram ao prognóstico de que uma profunda crise econômica mundial era iminente e de que seria impossível ao capitalismo tanto uma retomada do desenvolvimento das forças produtivas, quanto uma restauração de democracias burguesas na Europa.

Nessas questões, o trio Grant-Hunter-Haston adotou análises muito similares àquelas de Feliz Morrow, com quem efetivamente manteve contato ativo entre 1944-46. Mas seus dirigentes não compartilhavam das conclusões práticas daquele sobre abandonar as palavras de ordem transitórias. Assim, quando da 2ª Conferencia Internacional (1946), seus delegados se posicionaram apresentando uma proposta de emenda ao documento *A nova paz imperialista e a construção dos partidos da Quarta Internacional*.

Em tais emendas, a ala majoritária da delegação do RCP relativizou a ideia de esgotamento das possibilidades de expansão do capitalismo e criticou tal documento (e os delegados da minoria do RCP que nele votaram) por negar a possibilidade de recuperação para além dos níveis do pré-guerra. Assim, apesar de afirmar a validade geral desse documento, contra-argumentou apontando que uma profunda crise econômica só poderia ser tida enquanto uma previsão *geral*, e não uma *imediata*. Para o futuro imediato, previu que teria lugar uma recuperação econômica, a qual seria mais adiante seguida de uma nova e profunda depressão. Não obstante, tal emenda foi rejeitada pela Conferência.[448]

Já em relação à "zona tampão", a delegação do RCP ao 2º Congresso Mundial (1948) defendeu, na forma de propostas de emendas aos documentos submetidos pelo SI a tal encontro, a tese de que as relações de propriedade capitalistas na região haviam sido "revertidas" ou que, em alguns casos, tal processo estava perto de se completar. Da mesma forma, defenderam que o controle das burguesias nativas sobre os Estados havia sido destruído ou que, em alguns casos, estava em vias de ser.[449]

Defendendo posição bastante próxima àquela adotada por Trotski em 1939-40, quando a invasão soviética da Polônia e Finlândia, os delegados do RCP explicaram que esse processo era um "produto necessário e inevitável" do caráter de classe da URSS. Ademais, afirmaram que seu triunfo só teria sido possível devido à fraqueza das burguesias locais e de seus Estados ao fim da guerra, bem como pela correlação de

---

[448] PROPOSALS for Amendments Submitted by the RCP (England). *Worker's International News* [Londres/RCP] vol. 6, n. 10, de nov./dez. de 1946, p. 186-87.
[449] Cf. AMENDMENTS aux thèses sur La Russie et l'Europe Orientale soumis par le R.C.P. de Grande-Bretagne. *Bulletin Interieur du Secretariat Internationale* [Paris/SI], n. special, de nov. de 1948, p. 27.

forças favorável às organizações proletárias e ao poderio político e militar do stalinismo na região.[450]

A partir dessa análise, a proposta de emenda concluía que a política da Quarta Internacional em relação a esses países deveria ser análoga àquela em relação às "Repúblicas Soviéticas", como, por exemplo, na defesa destes países contra possíveis ataques militares imperialistas. Todavia, ressaltava que esses processos que haviam transformado o Leste Europeu não deveriam ser tidos pelos trotskistas enquanto um modelo estratégico para a destruição do capitalismo, pois a burocracia dominante nas novas formações sociais, tal qual a burocracia soviética, seria um impeditivo para o "livre desenvolvimento" do socialismo. Ademais, argumentava, a destruição do capitalismo no Leste Europeu, ao deixar intactos os centros imperialistas, não era suficiente para a destruição definitiva de tal sistema.[451]

Dito isto, é importante ressaltar que o ex-dirigente do RCP Tony Cliff (pseudônimo de Yagel Gluckstein) não foi o único que contestou as previsões de crise econômica iminente, conforme sustentam certas narrativas acerca das origens de sua corrente, a International Socialists (atual SWP inglês)[452]. Da mesma forma, ele não rompeu com a Quarta Internacional por discordar da teoria do Estado operário, a qual apresentou em um documento de 1947, mas foi *expulso* de suas fileiras, em 1949-50, por se negar a defender a Coreia da invasão norte-americana, ao igualar o stalinismo no poder a "capitalismo de Estado"[453].

Foi justamente em uma polêmica de Ted Grant contra as ideias de Cliff acerca da teoria do Estado operário que este apresentou em maiores detalhes a visão da maioria do partido acerca de como teria ocorrido a mudança social na "zona tampão", em *Contra a Teoria do Capitalismo de Estado - Resposta ao camarada Cliff* (1949). Ao responder a questão de "O que aconteceu no Leste Europeu", Grant primeiro ressaltou que a invasão nazista à região expropriou o grosso dos capitais nativos e os colocou sob controle alemão. Já aqueles que não foram expropriados, encontravam-se sob controle

[450] Cf. *Ibid.*, p. 27.
[451] Cf. *Ibid.*, p. 27-28.
[452] Cf. CALLINICOS, Alex. *Op. cit.*, p. 80.
[453] Cf. NORDEN, Jan. *Op. cit.*, 30-31. A afirmação equivocada, de que Cliff teria *rompido* com a Quarta Internacional, pode ser vista, por exemplo, em BENSAÏD, Daniel. *Op. cit.*, p. 80 (onde se afirma que ele "deixou" a Quarta Internacional após seu 2º Congresso Mundial).

de colaboradores do novo regime. Regime esse que passou a depender inteiramente do aparato militar nazista.[454]

Daí, Grant apontou que, conforme o exército soviético avançou sobre a região, ocorreram diversas insurreições proletárias e camponesas, as quais levaram à ocupação de fábricas e terras. Em certos países, as tropas nazistas e os burgueses simplesmente fugiram, temerosos dessas insurreições e do avanço soviético, ao passo que em outros ocorreram conflitos militares que terminaram na derrota e destruição do aparato repressivo nazista. Dessa forma, a combinação de insurreições proletárias e camponesas (que chegaram a estabelecer órgãos de poder em alguns casos) com a investida da máquina militar soviética, fez com que os Estados capitalistas da região fossem *destruídos* e com que a maior parte dos capitais – concentrados sob controle estatal alemão e, em menor medida, sob controle de alguns colaboradores do regime – fossem *expropriados* e postos sob controle do novo aparado Estatal.[455]

Ante essa situação, Grant apontou que, apesar de terem o real controle político e militar da região, os stalinistas permitiram certos setores das burguesias nativas a manterem suas propriedades e empreendimentos – "Em parte para destruir a revolução socialista, em parte para chegar a um compromisso com o imperialismo dos EUA", afirma. Todavia, ressaltou que "o poder decisivo, por exemplo, os corpos armados de homens, estavam organizados por eles e sob o seu controle. Não era esta a mesma maquinaria estatal de antes. *Era uma nova maquinaria estatal de criação própria.*".[456] E, ressaltando que essa convivência entre o poder stalinista e a burguesia não poderia perdurar indefinidamente, Grant apontou ainda que:

> Naturalmente, a tentativa dos estalinistas de manter um compromisso com a burguesia – sem renunciar a seu controle e poder de Estado – não poderia durar indefinidamente. [...] A tentativa da burguesia EUA de instalar seus pontos de apoio na Europa do Leste baseando-se nos remanescentes da burguesia e nos setores da economia que estes controlavam com o Plano Marshall como moeda, era um sinal de perigo. Com uma velocidade inusitada, a burocracia agiu e ordenou a todos os Estados da Europa do Leste rejeitar o Plano Marshall. A história demonstrou que é impossível manter duas formas antagônicas de propriedade. Embora a burguesia fosse muito débil, começava a ganhar uma base, devido ao fato de manter uma boa proporção da indústria ligeira sob seu controle. O crescente antagonismo com os EUA, a impossibilidade de depender da burguesia e a incompatibilidade

[454] Cf. GRANT, Ted. *Contra a Teoria do Capitalismo de Estado - Resposta ao camarada Cliff* [1949]. Disponível em http://tinyurl.com/j3vuwku. Acessado em, [s.p.].
[455] Cf. *Ibid.*, [s.p.].
[456] Cf. *Ibid.*, [s.p.].

> desta com o Estado nas mãos da burocracia... tudo isto obrigou à burocracia a tomar medidas para completar o processo.[457]

Assim, Grant explicava a transformação da "zona tampão" essencialmente pela combinação de terem ocorrido processos revolucionários de massas com o fato da Rússia ser um *Estado operário* e, portanto, não poder integrar tal região ao seu domínio político sem transformar suas relações de propriedade e produção para que estejam em harmonia com suas próprias. Para tal, o stalinismo teria recorrido à mobilização e ao armamento das massas, em muitos locais já em curso. Todavia, por ser um Estado operário *burocraticamente degenerado*, a URSS não poderia conviver com órgãos de poder democráticos das massas da região, tendo feito o possível para suprimi-los onde eles foram criados, controlar a mobilização das mesmas rigidamente e construir regimes bonapartistas tais quais o seu próprio.[458]

Vê-se, assim, que as análises do setor majoritário do RCP acerca do Leste Europeu eram as que, ao menos à época, mais se encontravam em conformidade com o arcabouço-teórico programático do movimento trotskista de antes da guerra, bem como extremamente sintonizado com as análises tecidas pelo próprio Trotski quando da tentativa de expansão militar soviética ocorrida em 1939. E, mais importante, que seu método partira da "análise concreta da situação concreta" e não da aplicação mecânica de fórmulas. Todavia, suas propostas foram rejeitadas pelo setor majoritário da Quarta Internacional, tendo prevalecido a caracterização de que tanto a economia quanto os Estados da "zona tampão" eram essencialmente capitalistas.

Dessa forma, quando o SI emitiu suas "cartas abertas" aos stalinistas iugoslavos pouco após o Congresso onde o RCP teve sua posição rejeitada, este criticou a contradição entre a postura simpática da direção internacional frente ao regime iugoslavo e a caracterização ainda vigente à época, segundo a qual este seria um país capitalista. Assim, em uma carta de Jock Haston em nome do Comitê Central do partido, direcionada ao CEI em fins de 1948 (a qual o SI não fez circular através dos boletins internos da Quarta), o partido voltou a criticar tal caracterização.

Nesta, Haston afirmou que "as teses adotadas pelo Congresso Mundial falharam em prover um guia claro aos problemas que surgiram do racha entre o *Cominform* e a Iugoslávia e as tarefas dos revolucionários em relação ao regime e sua base econômica". Ele ainda apontou ainda que "é evidente, através dessas cartas, que o SI foi forçado

---

[457] *Ibid.*, [s.p.].
[458] Cf. *Ibid.*, [s.p.].

pelos eventos a proceder de acordo com o ponto de vista do partido britânico, *de que as relações e politicas na Iugoslávia são basicamente idênticas àquelas da União Soviéitca*".[459]

Além de ter requisitado ao CEI que reabrisse a discussão sobre o caráter da "zona tampão", para que as análises da Quarta pudessem ser corrigidas e postas em conformidade com a realidade, a carta do RCP também questionou duramente o fato da liderança internacional não ter tecido críticas à direção do PC iugoslavo, como se sua expulsão do *Cominform* implicasse que tal partido não estava igualmente comprometido com a forma rígida e burocrática através da qual tal organização funcionava. Conforme afirmado em determinado trecho da mesma, "Nós não podemos dar crédito, silenciando sobre aspectos da política e do regime do PCI [PC Iugoslavo], a nenhuma impressão de que Tito ou os líderes do PCI são trotskistas, ou de que não há grandes obstáculos que os separam do trotskismo".[460]

Ao agir dessa forma, criticava a carta, a direção internacional teria deixado de aproveitar a oportunidade para "desmascarar" a liderança do PC iugoslavo perante suas bases e se iludido quanto ao fato de que, apesar da ruptura com Stalin e com Moscou, seus dirigentes permaneceriam sendo "*stalinistas em método e treinamento*"[461]. Assim, essa ideia (central nas análises do SI) de que um partido stalinista que rompesse com Moscou deixava de ser stalinista foi criticada pelo RCP enquanto uma "ilusão"[462].

Ao mesmo tempo em que levantava essas divergências com as análises e posicionamentos da nova liderança internacional, a ala majoritária do RCP se recusou sistematicamente a aceitar as indicações do SI para que o partido realizasse um entrismo no Labour Party (LP), o tradicional partido do movimento operário inglês e que havia assumido o governo nacional ao fim da guerra (Gabinete Atlee, 1945-51). Entrismo esse que pressupunha certa clandestinidade no interior do LP, incluindo aí a omissão de posições políticas.

A forma como o SI atuou em relação a tais conflitos com o RCP inglês constitui uma verdadeira prévia de certos métodos e "esquemas" utilizados mais tarde contra outros adversários, no contexto da disputa entre "pablistas" e "anti-pablistas" que marcou os anos 1951-53. Igualmente, essa perspectiva de um entrismo

---

[459] LETTER on Yugoslavia. Sent to the IEC by the RCP (Britain). *Prometheus Research Series n. 4*, Nova York, 1993, p. 65.
[460] Cf. *Ibid.*, p. 63 (mesma página para o trecho citado).
[461] Cf. *Ibid.*, p. 63 (mesma página para o trecho citado).
[462] Cf. *Ibid.*, p. 63 (mesma página para o trecho citado).

"semiclandestino" pode ser vista como uma prévia da ideia de "entrismo *sui generis*" defendida por Pablo durante tal período.

Resumidamente, o SI não conseguiu convencer nem o grosso da militância, nem a maioria dos dirigentes do RCP a aplicarem tal entrismo. Todavia, conseguiu convencer um dos membros do Comitê Central do partido, Gerry Healy (pseudônimo Burns), o qual travou uma intensa luta dentro da direção do mesmo em torno dessa posição durante dois anos. Não tendo conseguido uma maioria que o apoiasse, Healy rompeu com o RCP em 1946 e, junto com alguns poucos militantes que o acompanharam, foi realizar o almejado entrismo no LP, formando o grupo que passou a ser informalmente conhecido como "The Club" (ele não existia formalmente enquanto tendência do LP).[463]

Em seu 6º Pleno (julho de 1946), o CEI reconheceu o grupo entrista de Healy como uma seção da Quarta Internacional e determinou que ele estaria subordinado apenas ao SI. Assim, conferiu status especial ao mesmo, passando a ter duas seções oficiais na Inglaterra. Mas a pressão sobre o RCP não cessou e, assim, em fins de 1948 e começo de 1949, a maioria do Comitê Central do partido aceitou entrar no LP e se reunificar com o grupo de Healy que lá se encontrava. Todavia, o SI concedeu a Healy uma maioria artificial na direção da nova seção reunificada, a qual ele utilizou para expulsar seus antigos adversários pouco depois, na sequência da expulsão de Grant e Haston do CEI, em seu 8º Pleno (abril de 1950).[464]

Assim, após ter suas críticas rejeitas e ter sido duramente combatido pelo SI por anos, o RCP foi efetivamente destruído pela liderança internacional, quando aceitou implementar o entrismo no LP. Ao ser expulso do CEI, Grant escreveu uma *Carta Aberta à S.B.Q.I.* (Seção Britânica da Quarta Internacional) na qual afirmava que a Quarta Internacional havia "colapsado" enquanto uma corrente revolucionária na Grã Bretanha, enumerando três razões para tal: "1) Capitulação ao Tito-stalinismo internacionalmente; 2) Política e programa na Grã Bretanha [o entrismo no LP]; 3) Falta de democracia interna"[465].

---

[463] Cf. NORDEN, Jan. *Op. cit.*, p. 16.
[464] Cf. *Ibid.*, p. 21-22 e ALEXANDER, *Op. cit.*, p. 468-71.
[465] GRANT, Ted. *Open Letter to B.S.F.I. [British Section of the Fourth International]* [set.out. de 1950]. Disponível em http://tinyurl.com/jqkdg25. Acessado em 05 de abril de 2015, [s.p.].

CAPÍTULO 4

O MOVIMENTO TROTSKISTA, O STALINISMO E O "REVISIONISMO PABLISTA" (1951-53)

Conforme visto, das conclusões as quais a ala majoritária da Quarta Internacional chegou a partir dos debates sobre o Leste Europeu e a "questão iugoslava", originou-se uma releitura do arcabouço teórico-programático trotskiano. Mas se uma releitura de alguns dos pontos fundamentais do mesmo já era perceptível nos documentos acerca de tais assuntos, ela foi aprofundada e generalizada por Michel Pablo nos meses seguintes ao término da disputa sobre a caracterização da Iugoslávia e da "zona tampão".

As ideias propostas por Pablo ao longo desses meses diziam respeito tanto a uma nova análise para a conjuntura mundial, quanto a uma nova estratégia, supostamente dela derivada, bem como de medidas táticas para implementar a mesma. Tais ideias foram expressas de forma mais acabada nas resoluções adotadas no 9º e no 10º pleno do CEI, bem como através de documentos complementares publicados por Pablo para as discussões preparatórias do 3º Congresso Mundial (1951).

As mesmas, aprovadas por tal Congresso, acabaram por deflagrar um intenso conflito nas fileiras da Quarta Internacional, primeiro através de uma forte oposição por parte da ala majoritária do PCI francês, ao longo de 1952, depois pela oposição das maiorias das seções norte-americana e inglesa, ao longo do ano seguinte. Acompanhando essas vozes críticas, também se levantaram representantes das seções vietnamita e chinesa. Ao fim de 1953, um chamado do SWP dos EUA acabou por deflagrar um racha e a formação de uma "fração pública", composta alguns desses grupos (ou partes deles) e outros que os acompanharam. Os anos 1951-53 são, portanto, anos de crise para o movimento.

Tais setores críticos às ideias apresentadas por Pablo passaram a nomeá-las de "revisionismo pablista" e é a essas e aos conflitos travados em torno delas que esse capítulo é dedicado. Todavia, mais do que um resumo de tais ideias (o qual pode ser encontrado em outros materiais sobre a história do trotskismo), as próximas seções abordam sua íntima relação com os debates acerca da Revolução Iugoslava e da "zona tampão". Elas também analisam de forma mais detida os contra argumentos e análises apresentados pelos críticos das mesmas, os autodenominados "anti-pablistas", ou

"trotskistas ortodoxos", demonstrando que estes também operaram uma série de releituras em torno do arcabouço teórico-programático original do movimento trotskista – fato frequentemente ignorado / omitido.

1. Da "questão iugoslava" ao "revisionismo pablista" (1951)

No 9º pleno do CEI (novembro/dezembro de 1950), além de se ter aprovado a já abordada resolução acerca da "questão iugoslava", também se aprovou um documento nomeado *Teses sobre as perspectivas internacionais e a orientação do movimento da Quarta Internacional*, o qual foi apresentando enquanto contribuição do SI aos debates preparatórios para o 3º Congresso Mundial, a ser realizado em 1951. Tal documento, posteriormente ratificado pelo Congresso sem alterações, foi fortemente influenciado pelas novas ideias de Pablo.

As posições e análises nele contidas eram centralmente estruturadas em torno da previsão de que se aproximava um novo conflito bélico mundial, para a qual o imperialismo estaria se preparando cada vez mais[466]. Conforme visto no capítulo anterior, a previsão de uma Terceira Guerra Mundial já estava presente em documentos do movimento trotskista do imediato pós-guerra, como aqueles da 2ª Conferência Internacional (1946) ou do 2º Congresso Mundial (1948). Mas, até tais *Teses*, tal previsão era muito mais um sinal de alerta do que um ponto de partida para se elaborar a política e a atuação dos trotskistas.

O peso dado por Pablo à previsão de uma Terceira Guerra Mundial em meados de 1950 é compreensível, uma vez que em junho desse ano tropas da Coreia do Norte cruzaram o paralelo 38 com vistas a conquistar o sul da península e, em rápida resposta, os EUA organizaram uma coalização internacional a partir da ONU para intervirem militarmente e impedirem seu avanço. Com a mobilização de tropas estrangeiras, a recém formada República Popular da China interveio em favor da Coreia do Norte enviando tropas em fins de outubro e, doze dias depois, a URSS se juntou ao enviar aviões. O conflito perdurou até meados de 1953 e, muito mais do que as tensões diplomáticas entre os EUA e a URSS ou os recentes testes de bombas atómicas por parte da última ao longo de 1949, "esquentou" sobremaneira a Guerra Fria.

---

[466] Cf. THESES on the International Perspectives and the Orientation of the Fourth International Movement. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], jan. de 1950, p. 1.

Foi baseada na previsão de um novo conflito mundial que ditas *Teses* explicaram, por exemplo, a "integração mais completa" do Leste Europeu à União Soviética, a qual foi tida enquanto a resposta da burocracia soviética aos preparativos bélicos do imperialismo. Mas a isso também teriam se somado esforços para prevenir um "desenvolvimento mais autônomo" da Revolução Chinesa e um empenho na utilização dos PCs enquanto instrumentos de pressão contra políticas antissoviéticas nos países capitalistas, almejando um compromisso com o inimigo. Esse misto de ofensiva (na "zona tampão") e de barganha (na China e Europa) seria fruto, explicava o documento, da "própria natureza" da burocracia soviética.[467]

Pois esta temeria o triunfo de uma revolução mundial pela possibilidade deste abalar sua estabilidade política dentro da URSS e, assim, almejava evitar a guerra por vias conciliatórias. Por razões distintas, afirmava tal documento, o imperialismo norte-americano também teria o desejo de "adiar" o suposto conflito, o que tornaria possível o estabelecimento de "compromissos temporários" entre ambas as partes. Previa-se, todavia, que a eclosão da nova guerra mundial levaria rapidamente a uma "inevitável" mobilização revolucionária das massas na Europa e nos EUA à guerra e aos fardos econômicos que ela acarretaria sobre os trabalhadores. No caso do Velho Continente especificamente, "rapidamente" se observaria a liquidação dos poderes burgueses – mas como ou através de que sujeitos sociais e políticos, o documento não afirmava.[468]

Assim, apesar de continuar a caracterizar o stalinismo como essencialmente *contrarrevolucionário* no plano internacional, o documento falava de um processo de superação dos "obstáculos subjetivos" (caráter contrarrevolucionário do stalinismo) pelas "condições objetivas" (a "inevitável" resistência revolucionária das massas). Baseado nessa lógica, afirmava que seria possível um PC ir além de seu programa, por conta da pressão das massas, e assumir a direção política da revolução, levando-a a vitória.[469]

Para sustentar tal possibilidade, o documento enumerava os casos iugoslavo, chinês e coreano como exemplos concretos da mesma, apontando que os PCs de tais países teriam deixado de ser stalinistas ao se colocarem à frente dos processos revolucionários ali observados[470]. A forma como o movimento trotskista lidou com estes dois últimos casos será abordada no próximo capítulo, mas cabe ressaltar que a

[467] Cf. *Ibid.*, p. 1.
[468] Cf. *Ibid.*, p. 1-2.
[469] Cf. *Ibid.*, p. 5-6.
[470] Cf. *Ibid.*, p. 5-6.

liderança internacional havia operado uma *generalização* do mesmo raciocínio originalmente aplicado ao caso iugoslavo, que mantinha a caracterização de que o stalinismo seria intrinsecamente *contrarrevolucionário*, mas previa a possibilidade de um PC dar um giro de 180º sob a pressão das massas e se tornar, assim, *revolucionário*.

Em outro trecho e tal documento, ao tratar mais detidamente do stalinismo, alegava-se que o "vasto escopo e intensidade" dos processos revolucionários que se avizinhavam não só iria garantir a *impossibilidade* de a burocracia soviética cumprir seu papel contrarrevolucionário no plano internacional, mas também que a onda revolucionária desestabilizaria a burocracia soviética, impedindo, assim uma "dominação stalinista" prolongada[471]. Dessa análise, o documento concluía que o papel central da Quarta Internacional no novo cenário que supostamente se avizinhava seria o de "defender" as revoluções em curso e os Estados operários existentes, pois isso "fortalece as posições revolucionárias objetivas" e "no longo prazo mina o poder da burocracia soviética"[472].

Por fim, reafirmando a orientação predominante desde 1946, o documento ressaltava a necessidade da Quarta Internacional "penetrar no movimento de massas"[473]. Mas dava um sentido para essa orientação bastante distinto daquele dos anos anteriores, ao apontar enquanto medida prática a necessidade dos trotskistas se aproximarem dos e, em alguns casos, adentrarem nos PSs e PCs, com o objetivo de "influencia-los" ou de formar uma "ala esquerda" em seu interior. Medida essa derivada da expectativa de que seria em tais grupos (especialmente nos PCs) que surgiriam as "forças revolucionárias" durante a crise política a ser engendrada pela guerra.[474]

Assim, apesar de finalizar afirmando o protagonismo da Quarta Internacional enquanto a necessária liderança revolucionária do proletariado, bem como a centralidade de se alcançar tal posição como meio de se solucionar a "crise atual do movimento operário e de toda a humanidade"[475], pode-se perceber uma contradição. De um lado, a ideia de "defender" esses possíveis processos revolucionários, agindo na verdade como instrumento de pressão sobre as direções já estabelecidas da classe trabalhadora e, do outro, o objetivo manifesto da Quarta Internacional, de *disputar a direção das massas proletárias*, através da disputa de sua consciência.

---

[471] Cf. *Ibid.*, p. 6-7.
[472] Cf. *Ibid.*, p. 8.
[473] Cf. *Ibid.*, p. 3.
[474] Cf. *Ibid.*, p. 9-10.
[475] *Ibid.*, p. 11.

Nesse sentido, toda a análise do documento era claramente baseada em um distanciamento da sofisticação com a qual Trotski e os trotskistas do pré-guerra, seguindo os passos do bolchevismo (ou, antes da "teoria da vanguarda", de Lenin), encaravam o fator subjetivo na política, particularmente as contradições que perpassavam o processo de formação de consciência de classe. Basta recordar a icônica passagem do *Programa de Transição*, na qual se rejeitava uma correlação mecânica entre fatores objetivos e subjetivos necessários à revolução: "As condições objetivas necessárias para a revolução proletária não estão somente maduras, elas começam a apodrecer. […] A crise histórica da humanidade se resume à crise da direção revolucionária"[476].

Em tal passagem, fica cristalino o papel almejado pela Quarta Internacional como o de assumir a direção política da classe proletária e elevar sua consciência ao patamar subjetivo necessário à realização de uma revolução socialista vitoriosa. Papel esse, conforme já visto, derivado, dentre outras coisas, das considerações de Trotski acerca do "sujeito político" em sua teoria da revolução. Já o documento do SI, de forma bem diferente, afirmava que "No longo prazo, condições objetivas determinam o caráter e a dinâmica do movimento de massas, o qual, elevado a certo nível, pode ultrapassar todos os obstáculos subjetivos na via à revolução"[477].

1.1. *Aonde nós vamos?*

Por conta das previsões quase que mecânicas acerca da inevitabilidade de uma revolução mundial (a despeito do nível de consciência da classe trabalhadora na maior parte do globo), na qual o stalinismo possivelmente / provavelmente poderia cumprir papel dirigente, muitos trotskistas reagiram de forma crítica a tal documento do SI. Foi em uma tentativa de responder a tais críticas e de clarificar alguns pontos de tal documento que Michel Pablo escreveu seu conhecido artigo, *Aonde nós vamos?* (janeiro de 1951), no qual expressou de forma mais clara o núcleo do que alguns setores do movimento trotskista passaram então a denunciar enquanto ideias "revisionistas" – ou "revisionismo pablista". Foi a partir desse momento que se deflagrou uma profunda disputa no interior da Quarta, que culminou no racha de 1953.

---

[476] TROTSKY, Leon. *O programa de transição. Op. cit.*, p. 13.
[477] THESES on the International Perspectives… *op. cit.*, p. 5-6.

Em tal documento, Pablo buscou lidar com as consequências teóricas dos fenômenos da luta de classes observados após a guerra, especialmente a expansão do stalinismo e a eclosão de revoluções sociais dirigidas por tal corrente política (em especial Iugoslávia e China). Ainda que, para tal, Pablo resgatasse alguns elementos do arcabouço teórico-programático que alguns setores da Quarta Internacional vinham deixando de lado em sua recusa em reconhecer a possibilidade do stalinismo dirigir uma revolução vitoriosa, ele o fez de forma subordinada a uma série de considerações analíticas e programáticas que acabaram por resultar em algo consideravelmente distante de tal arcabouço.

Claramente impactado pelo belicismo imperialista que levou à Guerra da Coreia e, ecoando elementos da "Doutrina Zhadanov", Pablo substituiu a noção de *totalidade*, tão marcante no pensamento trotskiano, pela ideia de que o mundo pós-guerra estava dividido entre dois "campos" fundamentalmente antagônicos. Em suas palavras, "a realidade social objetiva consiste essencialmente no regime capitalista e no mundo stalinista" – sendo que este último hegemonizaria as forças anticapitalistas[478]. Aqui se pode observar, portanto, certo impressionismo de Pablo com a dinâmica "bipolar" que assumiu a política internacional a partir das hostilidades EUA-URSS, especialmente em um dos períodos mais "quentes" da Guerra Fria.

Dessa divisão, e da suposição de que seria impossível uma recuperação do capitalismo sem a retomada de territórios perdidos para a esfera soviética (uma ideia já presente nas teses da Conferência de 1946), Pablo derivava a impossibilidade de conciliação entre ambos "campos" e apontava que isso estava supostamente levando a uma dinâmica que culminaria *inevitavelmente* em uma revolução mundial. Segundo sua análise, de um lado, o imperialismo se armava com vistas a lançar uma Terceira Guerra Mundial; de outro, forçada a se defender, a burocracia soviética reorientaria sua ação contrarrevolucionária e passaria a um enfrentamento com a burguesia, com fim de destruir o capitalismo ao nível global.[479]

Assim, a "iminente" Terceira Guerra Mundial assumiria rapidamente um caráter de "guerra civil internacional", torando-se uma "Revolução-Guerra, Guerra-Revolução", donde resultaria a rápida passagem da maior parte do globo para "o controle da burocracia soviética, dos Partidos Comunistas, ou das massas

---

[478] PABLO, Michel. Where are we going? *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], mai. de 1951, p. 2.
[479] Cf. *Ibid.*, p. 3-4.

revolucionárias"[480]. Dentro dessa dinâmica de *guerra-revolução* descrita por Pablo, em momento algum fica claro o papel da vanguarda revolucionária, originalmente almejado pela Quarta Internacional. Para Pablo, seria a "realidade objetiva" que empurraria cada vez mais o mundo em direção ao socialismo, sendo os problemas subjetivos que tanto preocupavam os primeiros trotskistas completamente obliterados por uma dinâmica de desenrolar quase que mecânico. Em suas próprias palavras:

> As reviravoltas mais profundas, mais revolucionárias, e mais decisivas do capitalismo e de sua fase imperialista, a teoria marxista-leninista nos ensina, são engendradas **apesar e contra todos os obstáculos subjetivos**, apesar e contra a linha traiçoeira das tradicionais lideranças social-democratas e stalinistas, pelas contradições inerentes ao presente regime social, pelo inevitável acirramento destas contradições em proporção direta com o desenvolvimento capitalista.[481] (ênfase adicionada)

A essa noção, Pablo adicionava uma avaliação acerca da possibilidade do stalinismo conduzir revoluções que ia contra a tese que circulava entre as fileiras trotskistas desde meados de 1946, segundo a qual o stalinismo teria se tornado inteiramente *contrarrevolucionário*. Para ele, as experiências iugoslava, chinesa, e indochinesa "demonstraram que os Partidos Comunistas retêm a possibilidade, *em certas circunstâncias*, de delinearem grosseiramente uma orientação revolucionária, isto é, de se verem compelidos a engajarem em uma luta pelo poder"[482] – ainda que isto tivesse ocorrido contra a sua vontade, completa.

Todavia, esse resgate das considerações originais do trotskismo, segundo as quais o stalinismo (tal qual outras correntes não revolucionárias) poderia ir além de seu programa sob *circunstancias excepcionais*, foi realizado de forma subordinada à tese de que o mundo adentrava inevitavelmente em um processo de "guerra-revolução". Dessa forma, o que antes era visto como *exceção*, Pablo passou a encarar como *regra*.[483]

Ademais, afastando-se da ideia até então oficial na Quarta Internacional, de que um partido stalinista ao dirigir uma revolução *deixa de ser* stalinista – fruto da amálgama das posições de Pablo e Mandel sobre a Iugoslávia e que ainda se fizera presente nas resoluções do 9º Pleno – este afirmou que, da ação revolucionária do stalinismo, se originariam "formas e regimes de transição entre o capitalismo e o socialismo", as quais "necessariamente" desviariam "de formas e normas 'puras'". Mas, completava, tais formas (os Estados operários burocraticamente deformados) durariam

---

[480] *Ibid.*, p. 5.
[481] *Ibid.*, p. 6.
[482] *Ibid.*, p. 9.
[483] *Ibid.*, p. 8-9.

"todo um período histórico de vários séculos", até que o desenvolvimento das forças produtivas possibilitasse a redução das desigualdades sociais que engendravam a burocratização.[484]

Essa última afirmação, que foi interpretada por alguns como uma previsão de "séculos de Estados operários deformados", repercutiu muito mal nas fileiras trotskistas. Por conta disso, alguns meses depois, Pablo escreveu um curto documento no qual tentou esclarecer a mesma. Em *Sobre a duração e a natureza do período de transição do capitalismo para o socialismo* (julho de 1951), ele inicialmente discute a questão segundo as considerações clássicas de Marx acerca de uma "primeira fase da sociedade comunista" (i.e., a "ditadura do proletariado")[485]. Assim, retomando várias passagens das obras de Marx, Lenin e Trotski em que tal assunto é discutido, Pablo evitava inteiramente a questão da *deformação* do Estado proletário – ou, em seus próprios termos, as "formas não puras" da revolução – que era o verdadeiro centro da polêmica deflagrada[486].

Quando enfim seu documento tocava na questão da deformação burocrática, ele não diferenciava deformações quase que inevitáveis, derivadas das desigualdades sociais presentes na transição do capitalismo para o socialismo, do stalinismo enquanto fenômeno político historicamente localizado e que atende a muitas outras determinações.[487] Assim, ignorando uma distinção entre qualidade e quantidade para se pensar o *grau* de deformação de um Estado operário, Pablo afirmava que "é impossível abolir 'deformações burocráticas' imediatamente após a tomada do poder e antes de se atingir certo grau de forças produtivas muito mais elevados do que o patamar do capitalismo". Bem como que "Deformações e tendências burocráticas não estão confinadas apenas ao desenvolvimento da atrasada e isolada URSS". Daí, concluía que

> Está, portanto, conforme o espírito de Trotski (senão à própria letra de seus escritos) *que a transformação do capitalismo no socialismo levará de fato um período histórico inteiro,* ***preenchido por regimes transitórios burocraticamente deformados****, e essas deformações burocráticas* ***inevitáveis*** *(que tem basicamente causas econômicas) desaparecerão apenas conforme a revolução conquiste os países desenvolvidos e que o nível das forças produtivas alcance e ultrapasse aquele do mais avançado capitalismo.* [488] (ênfase adicionada)

[484] Cf. *Ibid.*, p. 10. Mesma página para os trechos citados.
[485] Cf. PABLO, Michel. On the duration and the nature of the period of transition from capitalism to socialism. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], jul. de 1951, p. 8.
[486] Cf. *Ibid.*, p. 8-10.
[487] *Ibid.*, p. 11.
[488] *Ibid.*, p. 11-12.

Apesar dessas considerações, Pablo terminava tal documento afirmando que nunca escreveu ou quis sugerir que a *expropriação política* do proletariado possa perdurar após a tomada do poder em escala mundial, ou que possa se estender por séculos. Segundo suas palavras, "Tal afirmação seria teoricamente equivalente a admitir a teoria do 'coletivismo burocrático', isto é, a possibilidade de um regime histórico entre o capitalismo e o socialismo". Assim, retomando o mecanicismo presente em seu documento anterior, apontava que a revolução mundial levaria à queda definitiva do stalinismo. Portanto, que não se tratava de "séculos" de deformação burocrática, mas "apenas" até a revolução tomar todo o globo e, então, o stalinismo sumir como fruto de fatores objetivos.[489]

Voltando a *Aonde nós vamos?*, após a passagem sobre os "vários séculos" de transição marcados por 'formas não puras", seguem-se algumas páginas através das quais Pablo quase que enaltecia o stalinismo – afirmando, por exemplo, que seus militantes eram "os mais prontos a lutar contra a guerra dos imperialistas e os mais valiosos na luta pela revolução"[490]. Após as mesmas, este concluía que o papel dos trotskistas ante processos revolucionários por aqueles dirigidos deveria ser o "de uma Oposição de Esquerda que lhes dá *apoio crítico*"[491]. Sua luta pela liderança do proletariado ficaria reservada apenas lugares onde o stalinismo "é praticamente inexistente ou exerce uma influência fraca sobre as massas"[492].

Assim, Pablo deixava claro que, na suposta nova conjuntura mundial, os trotskistas não mais deveriam almejar a liderança do proletariado, pois os impedimentos subjetivos à revolução seriam anulados pelos fatores objetivos advindos da "inevitável" dinâmica de "guerra-revolução". Ademais, uma vez que o stalinismo assumisse o poder, através da "pressão das massas", os trotskistas também não deveriam se preocupar com os "desvios" que os Estados por eles encabeçados teriam em relação às "formas e normas puras", pois o desenvolvimento das forças produtivas faria com que as deformações burocráticas desaparecessem com o tempo. Aqui cabe lembrar, enquanto contra-ponto, as já mencionadas assertivas de Trotski sobre a burocracia se converter, em dado momento, em um "freio" a tal desenvolvimento, uma vez que este poderia tornar suas funções obsoletas.

---

[489] *Ibid.*, p. 14. Mesma página para a citação.
[490] *Ibid.*, p. 12.
[491] *Ibid.*, p. 13.
[492] *Ibid.*, p. 14.

1.2. Um novo tipo de entrismo

Foi se pautando por essa lógica que Pablo defendeu a aplicação de um tipo de "entrismo" muito diferente daquele praticado pelos trotskistas na década de 1930. Anteriormente, "entrismo" foi uma tática utilizada pelos trotskistas para adentrar nos partidos social-democratas, formar frações no interior dos mesmos com vistas a ganhar seus setores mais combativos e depois de um período de disputa interna romperem para construírem partidos marxistas de vanguarda[493]. Já o novo entrismo de Pablo tinha como princípio básico o mascaramento e a dissolução do programa revolucionário, com vistas a se aproximar mais facilmente da militância de base e, assim, formar ou fazer avançar alas esquerdas ou centristas dos partidos nos quais fosse aplicado.

Tal entrismo, muito semelhante àquele defendido pelo SI na década de 1940 em relação à seção inglesa e o Labour Party, se fez presente em uma série de resoluções aprovadas pelo 3º Congresso Mundial. Mas foi apenas após o mesmo que a liderança internacional dedicou um documento específico ao assunto, através de um relatório apresentado por Pablo ao 10º pleno do CEI, realizado em fevereiro de 1952.

Em tal relatório, nomeado *A Construção do Partido Revolucionário*, Pablo distinguia entre dois subtipos de entrismo, que variaria de acordo com o tipo de organização na qual seria aplicado, uma vez que essa tática foi estendida também a agrupamentos reformistas que tivessem influências de massas. O primeiro tipo, a ser aplicado em grupos que permitissem a organização dos trotskistas enquanto uma tendência interna, foi nomeado de *entrismo profundo*, acerca do qual afirmou-se que:

> Não estamos entrando nesses partidos a fim de deles sairmos em breve. Estamos entrando neles a fim de lá permanecermos por um longo tempo, nos baseando na grande possibilidade que existe de vê-los, colocados sob novas condições, desenvolverem tendências centristas que liderarão todo um estágio da radicalização das massas e dos processos objetivamente revolucionários em seus respectivos países.[494]

Já no caso dos PCs, onde frações não eram permitidas, essa linha assumiria a forma de um entrismo ao qual se nomeou *sui generis*, pois implicaria uma atuação clandestina, através da qual os militantes deveriam "mascarar seu trotskismo", "não levar a cabo nenhum trabalho político baseado em nossas próprias ideias" e em relação a qual se afirmava que "'Ardis' e 'capitulações' são não só admissíveis como

---

[493] Cf. ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 27-28.
[494] PABLO, M. The building of the revolutionary party. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], jun. de 1952, p. 11. Tradução própria.

necessárias"[495]. Por mais dissonante que fosse em relação a toda a tradição trotskista, esse tipo de entrismo não só foi aprovada pelo 3º Congresso Mundial, como não sofreu resistência quando de sua defesa no 10º Pleno do CEI – à exceção da ala majoritária do PCI francês, da qual se tratará mais adiante.

2. As primeiras respostas críticas a Pablo (1950-51)

Da realização do 9º pleno até o 3º Congresso Mundial Pablo recebeu diversas críticas às suas novas ideias. Elas vieram dos mais variados grupos e nas mais variadas formas e intensidades. Aqui cabe não só resgata-las naquilo em que se contrapunham a Pablo, mas também analisar de forma mais detida como lidavam com os fenômenos da luta de classes que o levaram a uma profunda releitura do trotskismo, isto é, a expansão stalinista no Leste Europeu e as revoluções ocorridas pouco após o fim da Segunda Guerra Mundial – algo que ainda não foi feito de forma satisfatória pela historiografia existente.

Ainda no período pré-congressual ocorreu uma ruptura em alguma medida gerada por tais ideias – a qual, apesar de numericamente pouco significativa, representou um profundo impacto simbólico para a Quarta Internacional. Em maio de 1951, Natalia Sedova, viúva de Trotski, enviou ao CEI e ao SWP dos EUA uma carta na qual expressava diferenças em relação à manutenção da caracterização da URSS como Estado operário; à caracterização equivalente atribuída aos países do Leste Europeu; à perspectiva de que o stalinismo poderia realizar atos progressivos ("nós sempre o consideramos enquanto uma força contrarrevolucionária", afirmou ela); à aproximação realizada nos anos anteriores com o regime de Tito (que para ela não seria em nada diferente do de Stalin); e ao apoio militar à URSS na Guerra da Coreia.[496]

Com base nessas divergências, Natalia anunciou em tal carta sua ruptura com a Quarta Internacional. Nisso foi acompanhada por Benjamin Péret – que havia auxiliado na construção da Oposição de Esquerda no Brasil, na década de 1930, e na Espanha durante a guerra civil – que convivera um tempo com ela no México, bem como pela

---

[495] *Apud* NORDEN, Jan. *Op. cit.*, p. 21. O documento publicado no *International Information Bulletin* consistia apenas em extratos do original e esses trechos citados foram suprimidos em tal reprodução parcial. Já a edição do *Bulletin Interieur du Secretariat Internationale* na qual o original foi publicado não se encontra disponível no acervo da Association RaDAR. Norden utiliza como referência a versão reproduzida no volume quarto da compilação de documentos organizada por Rodolphe Prager (*Les congrès de la IVe Internationale: manifestes, thèses, résolutions*).

[496] Cf. ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.,* p. 315-16.

chamada "Fração Revolucionária" da seção mexicana. Essa ruptura recebeu ainda o apoio de Grandizo Munis (pseudônimo de Manuel Fernandez Grandizo-Martínes), antigo dirigente do diminuto grupo espanhol que permanecera fiel à Quarta Internacional após a formação do POUM (a Sección Bolchevique-Leninista de Espanã) e que também se encontrava no México, mas que já havia rompido com a Quarta Internacional após o Congresso de 1948 – onde ele, Péret e Sedova haviam emblocado com o grupo de Max Shachtman na defesa da caracterização da URSS como "capitalismo de Estado". Ante esse acúmulo de divergências, as ideias de Pablo foram apenas a "gota d'água" para as crescentes diferenças que os mesmos vinham tendo com a liderança internacional desde meados dos anos 1940.[497]

2.1. Ernest Mandel e o PCI francês

Das críticas desse primeiro momento, pré 3º Congresso, as mais duras vieram do PCI francês – o qual, após os documentos do 9º Pleno, se viu dividido entre uma ala majoritária "anti-pablista" e uma minoritária, pró-Pablo. Respectivamente, estas eram representadas na direção do partido sobretudo por Marcel Bleibtreu e Pierre Lambert, de um lado, e por Pierre Frank e Michele Mestre, de outro. Devido ao SI funcionar em Paris, seus membros tinham contato bastante próximo com a seção francesa da Quarta Internacional e isso fez com que as divergências entre a ala majoritária do partido e a direção internacional assumissem contornos muito mais agudos do que em outros casos.

Conforme relata um texto do PCI escrito em 1953, quando da formação da fração pública internacional "anti-pablista", o chamada "Comitê Internacional", logo após a realização do 9º Pleno do CEI teve lugar uma reunião do Comitê Central do partido na qual o membro do SI, George Clarke, na condição de representante de tal órgão, atacou duramente Jacques Privas e Pierre Frank, por terem indicado ressalvas em relação à resolução adotada pelo mesmo. Ambos também eram representantes do PCI na direção internacional e, desde a reformulação dos estatutos da Quarta Internacional em seu 2º Congresso Mundial, passara a vigorar uma regra segundo a qual os membros da direção internacional deveriam agir de forma centralizada perante o resto da organização.[498]

---

[497] Cf. *Ibid*., p. 315-16, NORDEN, Jan. *Op. cit.*, p. 11-12 e BENSAÏD, Daniel. *Op. cit.*, p. 77 (este fornece a data errada para tal ruptura).

[498] Cf. STRUGGLE of the French Trotskyists Against Pabloite Liquidationism, The. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP] A-17, de mai. de 1954, [s.p.].

Ao final dessa reunião do CC, uma ampla maioria de tal organismo se posicionou de forma igualmente crítica às resoluções do 9º Pleno do CEI, com a exceção de Michele Mestre e de "Corvin", dirigentes da célula de Lyon do partido. Devido a isso, Pablo removeu Privas do birô do SI e demandou que Mandel e Frank defendessem no pleno seguinte do CEI a linha tornada majoritária através dessa medida, ameaçando também remove-los caso não respeitassem o "centralismo" do órgão dirigente. A partir de então, linhas distintas de ação se delineiam: Mandel, Frank e Privas buscaram alterar os estatutos do CEI para que tivessem garantido o direito de se expressarem enquanto minoria; já Marcel Bleibtreu propôs um ataque político através de uma contra-resolução, a ser apresentada ou pela minoria do SI ou pela maioria do PCI.[499]

Ao final, o CC do PCI optou por não atacar Pablo frontalmente, alertado por Mandel de que isso acabaria por dar a ele a chance de destruir a direção do partido, tendo este prometido submeter à votação no CEI e no 3º Congresso Mundial um contra-documento que ele escrevera. Todavia, após a publicação de *Aonde nós vamos?*, Mandel-Frank-Privas passaram a uma postura conciliatória com Pablo. Mandel assumiu, então, o papel anteriormente desempenhado por Clarke, de participar do CC do PCI enquanto representante formal do SI, ao passo que Privas fez uma defesa da linha de Pablo em tal órgão. Desse ponto em diante, o CC se dividiu entre duas novas alas distintas, uma maioria "anti-pablista" e uma minoria pró-Pablo.[500]

2.2. As *Dez Teses* de Mandel

Enquanto ainda agia em conjunto com a ala majoritária do PCI, Mandel preparou um documento de debate pré-congressual no qual, ainda que de maneira um tanto quanto indireta, atacava alguns dos pressupostos básicos defendidos por Pablo. Nomeado *O que deve ser modificado e o que deve ser mantido nas Teses do Segundo Congresso Mundial da Quarta Internacional na questão do stalinismo?*, o mesmo ficou conhecido como as *Dez Teses*. Ele foi escrito em março de 1951, mas Mandel solicitou

[499] Cf. *Ibid*., [s.p.].
[500] Cf. *Ibid*., [s.p.].

à ala majoritária do PCI que retivesse sua divulgação, com fins a evitar possíveis "armadilhas" de Pablo para destruir a direção do partido.[501]

Tal ala só fez esse documento circular depois que Mandel se opôs a sua adoção pelo Comitê Central do partido. Conforme uma *Carta Aberta* de Bleibtreu a Mandel, de julho de 1951, este havia garantido à maioria do partido que as *Dez Teses* seriam apresentadas e aprovadas pelo SI como documento fundamental para o 3º Congresso, dissuadindo-a, assim, de abrir uma briga com Pablo e seus aliados no CEI. Uma vez que Mandel não o fez, Bleibtreu o acusou de formar um "bloco sem princípios" com Pablo e de travar um "irresponsável e pueril jogo duplo"[502].

A partir da divulgação das *Dez Teses* pelos "anti-pablistas" do PCI, ela foi adotada tanto pelo CC do partido, quanto por seu 7º Congresso, realizado em 1951. Como Mandel acabou por assumir o lado de Pablo algum tempo depois, ele não submeteu tal documento a voto no 3º Congresso Mundial.[503] Nessas *Teses*, ele se propôs atualizar as teses do 2º Congresso Mundial naquilo que concernia o tema do stalinismo, considerando as mesmas como o documento fundamental da orientação da Quarta Internacional no pós-guerra e afirmando que a atualização por ele proposta se dava em conformidade com as posições mais recentes do CEI acerca da Revolução Colonial na Ásia (8º Pleno), da Revolução Iugoslava (9º Pleno) e das teses sobre orientações e perspectivas (também 9º Pleno)[504].

No geral, as *Teses* de Mandel apresentavam uma apreciação muito mais sofisticada dos eventos do pós-guerra do que a de Pablo, rebatendo de forma indireta várias teses objetivistas deste e ressaltando em diversas passagens a importância do fator subjetivo para a revolução. Ao passo que aquele previa um desparecimento gradual da burocracia soviética como fruto do desenvolvimento das forças produtivas, Mandel defendeu que tal desenvolvimento não levaria automaticamente ao desaparecimento da burocratização, ressaltando que a burocracia iria reter o mesmo. Ele também apontou que tal desenvolvimento tenderia a acentuar as contradições sociais que davam base a tal burocracia, isto é, aquelas existentes entre as normas de produção

---

[501] Cf. BENSAÏD, Daniel. *Op. cit.*, p. 86-89 e FAVRE [Marcel Bleibtreau]. Where is Comrade Pablo going? [jun. de 1952]. In WOHLFORTH, Tim & FELDMAN, Fred (ed.). *Toward a History of the Fourth International.* Part 3, Volume 1. Education for Socialists Series. New York: Pathfinder Press, 1974, p, 9.
[502] Cf. FAVRE [Marcel Bleibtreau]. Lettre ouverte à E. Germain. *A propos de l'art de couvrir sa retraite* [4 de jul. de 1951]. Disponivel em http://tinyurl.com/qeltuqj. Acessado em 18 de fevereiro de 2015.
[503] Cf. BENSAÏD, Daniel. *Op. cit.*, p. 86-89 e FAVRE [Marcel Bleibtreu]. *Op. cit.*, p, 9.
[504] Cf. GERMAIN, E. [Ernest Mandel]. What should be modified and what should be maintained in the theses of the Second World Congress of the Fourth International on the question of Stalinism? (Ten Theses). *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], de abr. de 1951, p. 1.

e as normas de distribuição dos produtos. Daí, concluía que a *derrubada revolucionária* da mesma constituía uma "necessidade urgente".[505]

Afirmando, ademais, que a burocracia "reflete e concentra a contradição da sociedade soviética" e que a tendência da burocracia à acumulação capitalista é expressão da "função objetiva da burocracia enquanto uma *casta*, que prejudica ininterruptamente as bases econômicas da URSS", Mandel concluía que "A **democracia proletária** se tornou cada vez mais uma condição **indispensável** para promover um novo ascenso das forças produtivas" (ênfase adicionada).[506]

De forma semelhante, Mandel também contestou indiretamente a noção de Pablo acerca do stalinismo ter se tornado objetivamente revolucionário ante a suposta conjuntura de preparação de uma Terceira Guerra Mundial. Ele afirmava que a "política altamente contrarrevolucionária" da burocracia soviética era um fator que prolongava a existência do imperialismo, pois enfraquecia as forças anticapitalistas mundo a fora em sua tentativa de estabelecer um "*modos vivente* vantajoso" com aquele. E ressaltou que, se isso já era verdade antes da Segunda Guerra, quando existia a possibilidade da URSS manobrar entre as forças imperialistas de um lado e os movimentos anti-imperialistas de outro, teria se tornado ainda mais verdadeiro depois da onda revolucionária que teve início em 1942-43.[507]

Assim, na ausência de um partido revolucionário de massas, ante um processo revolucionário a natureza dual dos PCs (de um lado, um partido operário, de outro um instrumento da diplomacia soviética) os permitia se adaptarem "passo a passo" à combatividade das massas, sem deixar de controla-las com vistas a servir aos interesses da burocracia soviética. Dessa forma, reafirmando o caráter contrarrevolucionário dos PCs, retomava as teses aprovadas no 2º Congresso, segundo as quais um PC que vai até o fim no caminho da revolução e de fato toma o poder deixa de ser stalinista "sentido clássico do termo". Entretanto, ressaltava as "condições excepcionais" que permitiram que isso ocorresse, por exemplo, na Iugoslávia e na China.[508]

Apesar de traçar esse contraponto indireto às teses de Pablo, Mandel reafirmou as previsões do 9º Pleno, de que os PCs (como o francês e italiano) pudessem ser forçados, pela "crescente pressão das massas" ante a preparação de uma nova guerra, a

---

[505] Cf. *Ibid.,* Tese I. Ainda discutindo a questão da URSS, Mandel dedica também certo espaço a rebater teorias "revisionistas", como aquelas do "coletivismo burocrático" (Max Shachtman) e do "capitalismo de Estado" (Tony Cliff, Natalia Sedova).
[506] Cf. *Ibid.,* Tese II.
[507] Cf. *Ibid.,* Tese II.
[508] Cf. *Ibid.,* Tese III.

"projetarem uma orientação revolucionária" e a "se verem forçados a *empreenderem* uma luta pelo poder". Dessa forma, reafirmava a ideia de Pablo da possibilidade excepcional de um PC "ir além de seu programa" se tornar a regra sob a suposta nova conjuntura mundial.[509]

Mandel ainda teceu uma análise da excepcionalidade dos casos iugoslavo e chinês, ressaltando que o caráter "atrasado" desses países e a dinâmica militarizada do conflito no qual os PCs locais estavam à frente fez com que a base social das revoluções ali ocorridas fosse o campesinato pobre, através de cuja mobilização o exército comunista pôde conquistar cidades basicamente passivas, nas quais não ocorreram levantes proletários. Assim, ressaltando as suposta bases *camponesas* dessas revoluções e seu caráter *militarizado*, Mandel afirmava que tais processos poderiam ser "duplicados" no Oriente Médio ou na Ásia, mas que dificilmente poderiam ocorrer em um país industrializado da Europa Ocidental ou da América.[510]

Ele ponderava também que o stalinismo se esforçaria ao máximo para não permitir algo assim em um país desenvolvido, pois ter um Estado operário econômica e militarmente mais forte no cenário político internacional significaria um golpe mortal para o mesmo[511]. Assim, por mais que não cedesse de todo ao objetivismo de Pablo, Mandel demonstrava acordo com aquele naquilo que era central às suas novas ideias: a perspectiva do stalinismo operar um giro revolucionário – ainda que, para Mandel, isso fosse uma *possibilidade* e ainda uma limitada à periferia capitalista.

Já ao traçar explicações para a conjuntura mundial e para as revoluções que vinham eclodindo em algumas partes do globo desde o fim da guerra, Mandel afirmava que estas consistiam em "produtos semiautomáticos da extrema decadência do capitalismo" e que, "na ausência de uma liderança revolucionária suficientemente forte", as mesmas assumiam "temporariamente formas novas ou transitórias". Assim, cedia terreno a certo impressionismo de Pablo, acerca de uma época na qual as revoluções assumiriam as formas "mais diversas e inesperadas", ao invés de "esquemas puros" – isto é, a excepcionalidade se tornara a regra, ainda que temporariamente.[512]

Todavia, ao falar do "otimismo revolucionário" acerca da conjuntura de então, ele se contrapunha à ideia de "séculos de stalinismo", afirmando que a suposta onda revolucionária iria eliminar tanto este quanto a burocracia soviética, ambos produtos de

---

[509] Cf. *Ibid.,* Tese III.
[510] Cf. *Ibid.,* Tese III.
[511] Cf. *Ibid.,* Tese III.
[512] Cf. *Ibid.,* Tese IV.

um estágio de reação que então se encerrava.[513] Ademais, apesar de repercutir a ideia de uma arena política internacional bipolar – tendo de um lado o imperialismo dos EUA e seu aliados e, de outro, uma "frente única *de facto*" entre a URSS e as "revoluções coloniais"[514] – Mandel declarava que "nós vamos sempre apoiar incondicionalmente todo movimento insurrecional das massas contra a burocracia soviética, se este movimento corresponder às aspirações reais das massas". Ao que adicionava mais um ataque indireto a Pablo, ao afirmar que "Nossa posição não é a de defender um 'bloco diplomático' contra o outro. Nós rejeitamos a noção de orientarmos nossa política enquanto uma mera função dos 'dois blocos' existentes.".[515]

Mandel ainda retomou as explicações do 9º Pleno acerca da transformação ocorrida na "zona tampão", apontando que estas tomaram "como ponto de partida as reais forças de *classe* e não as relações de propriedade *isoladas* de sua origem histórica" – no que se distanciou do método que ele próprio defendeu até tal Pleno, de tomar como fator determinante na caracterização daquela região as suas relações de propriedade. Ademais, ressaltou que as teses adotadas pelo mesmo "legalizaram o uso da fórmula de Governo Operário e Camponês".[516]

Segundo ele, a mesma deveria ser usada para "designar certos **estágios transitórios entre a destruição do poder da burguesia e o estabelecimento de uma ditadura do proletariado**, a construção de um novo tipo de aparato de Estado" (ênfase adicionada), sendo tal período um "fenômeno transitório de nossa época". E apontou que tal fórmula "encontrou seu pleno uso no caso da Revolução Chinesa", legitimando, dessa forma, a noção de um regime de transição entre a ditadura de classe da burguesia e a ditadura do proletariado – a qual passou a ocupar lugar central nas análises e na linha política da Quarta Internacional.[517]

Por fim, Mandel realizou uma última critica indireta a Pablo, reafirmando a "missão histórica" da Quarta Internacional enquanto a necessária liderança revolucionária do proletariado. Nesse sentido, distingue-a do stalinismo apontando que

> The historical justification for our movement does not reside in the fact that it is more democratic than Stalinism, that it makes the revolution with less overhead expenses or that it is alone capable of constructing a socialist society**.** Its only possible justification, confirmed by three dramatic decades, resides in the **incapacity of Stalinism to overturn *world* capitalism**, an

[513] Cf. *Ibid.,* Tese VI e Tese VII.
[514] Cf. *Ibid.,* Tese VII.
[515] Cf. *Ibid.,* Tese VIII.
[516] Cf. *Ibid.,* Tese IX.
[517] Cf. *Ibid.,* Tese IX.

> incapacity rooted in the social nature of the Soviet bureaucracy.[518] (ênfase adicionada)

Não obstante, Mandel concluía seu documento se aproximando em certo grau das conclusões práticas de Pablo, ainda que através de uma análise distinta. Ele defendia que a Quarta Internacional deveria se aproximar dos PCs, os quais poderiam se "regenerar" – vide o caso dos PCs que supostamente deixaram de ser stalinistas ao tomarem o poder – devido à "crise" do stalinismo, engendrada pela conjuntura revolucionária. Todavia, ressaltava a importância dos trotskistas manterem sua independência política ante tais partidos. Em suas palavras:

> it is because the new revolutionary wave contains in embryo the destruction of the Stalinist parties as such that we ought to be much closer today to the Communist workers. This is only one phase of our fundamental task: to construct new revolutionary parties. Experience has shown us that in certain countries, these parties can come forth in an **unexpected form**, or even that Communist parties can, under pressure of grandiose revolutionary experiences, take the first steps on the road toward a **regeneration**. But all these cases are located in the perspective of *the crisis of Stalinism*, and not in its even temporary revitalization. If our slogan today is "Closer to the Communist Workers," that if because we feel the moment coming when we can deliver a mortal blow to Stalinism, it is precisely because the revolutionary preoccupations of this worker collide more and more with the counter-revolutionary policy of Stalinism. To be "closer to the Stalinist workers" then signifies *at the same time* to **affirm more than ever our own program and our own *Trotskyist* policy** in opposition to the Stalinist *policy* which leads them into a blind alley. There is no other possibility for an international victory of the revolution.[519] (ênfase adicionada)

2.3. *Aonde vai o camarada Pablo?*

Como Mandel passou para o lado de Pablo pouco tempo depois de escrever suas *Dez Teses*, a ala "anti-pablista" do PCI decidiu escrever um documento próprio, para ser submetido à discussão pré-congressual. Escrito por Bleibtreu (sob o pseudônimo Pierre Favre) e nomeado *Aonde vai o camarada Pablo?* (junho de 1951), este reivindica as *Dezes Teses* de Mandel e se propunha a enumerar e a rebater as teses "revisionistas" de Pablo – as quais encarava terem se feito presentes nas resoluções do 9º Pleno de forma "disfarçada", uma vez que estas teriam sido fruto de uma "solução de compromisso" entre alas divergentes.[520] Mas é interessante notar a ausência de crítica por parte de

---

[518] Cf. *Ibid.,* Tese X.
[519] Cf. *Ibid.,* Tese X.
[520] Cf. FAVRE [Marcel Bleibtreau]. *Where is Comrade Pablo going? Op. cit.*, p. 10.

Bleibtreu às concessões feitas por Mandel aos elementos centrais da novas ideias de Pablo.

A crítica de Bleibtreu a Pablo começa por sua "teoria" dos "blocos" e "campos", a qual transformava o "regime capitalista" em uma totalidade oposta ao "mundo stalinista", substituindo, assim, a contradição entre classes por uma contradição entre "blocos" / "campos". Dessa forma, ao tomar o segundo como contendo as principais "forças opostas ao capitalismo", critica Bleibtreu, Pablo descartava o proletariado de centros imperialistas como EUA, Inglaterra ou Alemanha, os quais não eram "nem influenciados, nem liderados pelo stalinismo". A partir dessa falsa polarização, muito similar à "teoria" stalinista de Zhadanov, ressalta, Pablo levava à conclusão lógica de que se deveria escolher Stalin ao invés do imperialismo.[521]

Bleibtreu prosseguia sua crítica levantando a acusação de que Pablo estava dando início a uma revisão da natureza da burocracia soviética, ao projetar a possibilidade desta sobreviver a uma revolução mundial (sua ideia de "séculos de transição"). Ele apontava que o maior temor da burocracia seria "o despertar da consciência das massas soviéticas em contato com a revolução de outro país". Dessa forma, explicitava a contradição entra as previsões de Pablo de que aquela despareceria tanto como fruto do desenvolvimento das forças produtivas soviéticas, quanto das revoluções nos centros capitalistas, e apontava que o principal perigo nas teses daquele era o de "mascarar a natureza organicamente contrarrevolucionaria da burocracia operária na União Soviética".[522]

Para Bleibtreu, existia uma "incompatibilidade entre a burocracia soviética e o desenvolvimento da revolução proletária", uma vez que a segunda constituiria "uma ameaça direta e imediata à existência da burocracia e o faria ainda mais rapidamente se ocorresse em um país menos economicamente atrasado". Em contraposição, apontava, Pablo operava com a noção de que a burocracia não só iria *tolerar* a revolução mundial como ainda a *estimularia*. Contra tal perspectiva, Bleibtreu alegava que a burocracia seria levada a posições *contrarrevolucionárias* no caso de um levante internacional das massas proletárias e que não seria capaz de sobreviver por "séculos" caso este fosse vitorioso. Para ele, a "burocracia termidoriana da URSS irá desempenhar um **papel**

[521] Cf. *Ibid.*, p. 10-11. Citações na página 10.
[522] Cf. *Ibid.*, p. 11. Citações na mesma página.

contrarrevolucionário ainda mais enfático" (ênfase adicionada) no caso de um ascenso socialista internacional.[523]

Ademais, Bleibtreu comparava as ideias essenciais de Pablo àquelas de Gilles Martinet – segundo ele, o "porta-voz de toda a intelligentsia stalinista na França" – isto é, as teses de que **a)** "a classe trabalhadora será obrigada a passar por um estágio de desigualdade e diferenciação social após conquistar o poder" e **b)** "A falência das revoluções proletárias 'clássicas' de 1918-23 é definitiva. A estratégia leninista da revolução proletária é algo do passado". Bleibtreu apontava ainda que Martinete e seus correligionários da *Revue Internationale* (grupo do qual fez parte, por exemplo, Charles Bettelheim) seriam o ápice de um "revisionismo pró-stalinista" derivado das pressões específicas da política francesa, então muito dominada pelo PC. Assim, dava a entender que Pablo estaria, ao menos em parte, repercutindo pressões semelhantes, em decorrência da forte popularidade do stalinismo naquele país – que era onde o SI operava.[524]

Por fim, ainda citava uma polêmica entre o próprio Pablo e Martinet, na qual aquele se diferenciava deste apenas ao negar que o stalinismo seria uma força revolucionária *consciente*, concordando que "causas objetivas" estariam estabelecendo "formas transitórias de sociedade e do poder" pós-capitalistas que seriam "muito distantes das 'normas' delineadas pelos clássicos do marxismo antes da Revolução Russa".[525]

Em contraposição à "revisão" operada por Pablo em relação ao stalinismo, Bleibtreu defendeu a noção de que o movimento stalinista era meramente a subordinação dos PCs aos interesses da burocracia soviética. Por conta dessa definição restrita, ele negava as disputas intra-burocráticas que marcaram a querela sino-soviética, bem como a ideia de poder existir uma "co-liderança" no movimento stalinista internacional (como de fato passou a existir a partir da ruptura de Pequim com Moscou). Ademais, tal noção, combinada com aquela de que o stalinismo é necessariamente *contrarrevolucionário* (ignorando, portanto, as análises de Trotski sobre seu papel dual e contraditório e suas afirmações acerca de possibilidades excepcionais), levou Bleibtreu a defender a tese de que um PC necessariamente deixa de ser stalinista ao tomar o poder, como supostamente teria ocorrido nos casos iugoslavo e chinês.[526]

---

[523] Cf. *Ibid.*, p. 12. Citações na mesma página.
[524] Cf. *Ibid.*, p. 14. Citações na mesma página.
[525] Cf. *Ibid.*, p. 15. Citações na mesma página.
[526] Cf. *Ibid.*, p. 12-13.

Coerente com tal visão do stalinismo, ele negava a possibilidade do mesmo ter sobrevivido à Revolução Chinesa, à qual dedicou uma porção razoável do documento. Sua análises acerca da mesma serão abordadas em maiores detalhes no próximo capítulo, ao se analisar a resposta dos "trotskistas ortodoxos" a tal revolução. Mas cabe adiantar que, essencialmente, Bleibtreu delineou uma linha de *apoio político* ao novo regime chinês, uma vez que esse supostamente não teria como ser stalinista devido ao sucesso da revolução. E também criticou a seção chinesa (o Partido Comunista Revolucionário), a qual, também partindo do suposto de que o stalinismo é intrinsecamente *contrarrevolucionário*, chegou à posição oposta, de negar que a guerra civil teria assumido caráter revolucionário e, daí, de caracterizar o regime de Mao e do PC chinês como burguês (tal posição também será abordada em maiores detalhes no próximo capítulo). Para Bleibtreu, ao invés, tal seção deveria estar apoiando Mao – a despeito do fato de estar sendo brutalmente perseguida por ele (algo que talvez Bleibtreu de fato não soubesse, devido ao cerco feito por Pablo a tal informação).[527]

Fato é que tal noção acerca do stalinismo levava Bleibtreu para perto de Pablo e Cia., uma vez que este concluía que os trotskistas daqueles países nos quais os PCs possuíssem bases de massas deveriam atuar no sentido de fazer os mesmos romperem com Moscou e, assim, seguirem uma linha progressiva.[528] Certamente foi à luz dessa ideia que o PCI francês atuou de maneira tão entusiasta em relação ao regime de Tito a partir de certo momento. Vê-se, daí, que a caracterização do stalinismo não só era central para as análises e posicionamentos dos trotskistas do pós-guerra, como caracterizações diferentes podiam acabar por aproximar, na prática, supostos adversários irredutíveis.

2.4. O SWP dos EUA

Além da ala majoritária do PCI francês, o SWP dos EUA também elaborou uma contribuição pré-congressual crítica às ideias Pablo, mas esta nunca chegou às seções europeias ou ao Congresso, tendo sido (literalmente) queimada pelo representante do partido no SI, George Clarke, então aliado a Pablo[529]. Não obstante sua postura crítica, até meados de 1953, quando Pablo fomentou uma fração secreta no interior de tal partido, sua direção nacional buscou evitar um confronto aberto com ele, por receio de

[527] Cf. *Ibid.*, p. 15-17.
[528] Cf. *Ibid.*, p. 17.
[529] Cf. ALEXANDER, Robertson J. *Op. cit.,* p. 838.

desestabilizar a Quarta Internacional, e manteve-se em grande parte alheia às disputas que vinham sendo travadas entre os trotskistas europeus.

Exemplo disso é uma correspondência de fevereiro/maio de 1952 entre um dos líderes dos "anti-pablistas" franceses, Daniel Renard, e o dirigente do SWP, James Cannon, na qual este último negou que estivesse ocorrendo uma perseguição burocrática aos opositores franceses e que as ideias de Pablo fossem revisionistas[530]. Pouco tempo depois dessa carta, a ala "anti-pablista" do PCI foi suspensa de seus cargos na direção do partido por ação de Pablo.

Neste documento que nunca chegou até o Congresso, intitulado *Contribuição à Discussão Sobre as Perspectivas Internacionais* (junho de 1951), a liderança do SWP seguia por uma via muito parecida àquela do documento de Mandel, tanto no que diz respeito a realizar críticas apenas indiretas a Pablo, quando nas suas análises sobre as Revoluções Iugoslava e Chinesa. Tal documento começava enumerando as principais posições expressas nas *Teses sobre Perspectivas Internacionais...*, do 9º Pleno. Assim, pontuava primeiro aquelas com as quais afirma estar "em pleno acordo": a perspectiva da proximidade de uma nova guerra mundial; a caracterização de uma conjuntura de ascenso mundial de forças "anticapitalistas"; a previsão do caráter de "guerra civil internacional" a ser assumido pela supostamente vindoura nova guerra mundial.[531]

A partir desses pontos, a *Contribuição* delineava três conclusões práticas, sem notar que duas destas não só não se faziam presentes nas ditas *Teses* de forma clara, como ainda iam contra a contribuição pessoal de Pablo, em *Aonde nós vamos?*. A primeira delas girava em torno da afirmação da centralidade do partido marxista para o sucesso da revolução. Pois o documento condiciona as possibilidades revolucionárias da conjuntura à vanguarda ter "uma linha correta" e ressaltava a necessidade de se distinguir entre "regimes sociais, forças e movimentos de tipo anticapitalista e suas lideranças burocráticas e oportunistas". Frente ao que afirmava a necessidade dos marxistas atuarem segundo seu próprio programa, como forma de "aprofundar e expandir os movimentos segundo linhas revolucionárias", e a necessidade de se explorar a "crise mundial do stalinismo para a construção de uma nova liderança revolucionária".[532]

---

[530] Cf. WOHLFORTH, Tim & FELDMAN, Fred (ed.). *Op. cit.*, p. 20-25.
[531] CONTRIBUTION to the Discussion on the International Perspectives [jun. de 1951]. In WOHLFORTH, Tim & FELDMAN, Fred (ed.). *Op. cit.*, p. 4.
[532] Cf. *Ibid.*, p. 5.

Por sua vez, a segunda girava em torno da necessidade de se travar uma luta contra a burocracia soviética, que atuaria no sentido de sabotar as oportunidades revolucionárias[533]. Já a terceira conclusão prática apresentada era a única que se aproximava um pouco das ideias de Pablo, ao apontar que, "Sob certas condições, [a atuação com vistas a aprofundar e expandir os movimentos anticapitalistas segundo linhas revolucionárias] exigirá o **entrismo** em movimentos controlados pelo stalinismo e mesmo **apoio crítico** a regimes sob seus auspícios, como na China" (ênfase adicionada). Bem como que, naqueles lugares onde o stalinismo é fraco, se deverá atuar dentro dos partidos de liderança reformista e, no caso dos EUA, se deverá lutar diretamente contra a burocracia sindical "pela liderança dos trabalhadores". [534]

Após tais considerações, a *Contribuição* apontava a necessidade de "expandir e fortalecer" as *Teses* do 9º Pleno. Nesse sentido, realizava uma série de contrapontos às ideias mais particulares de Pablo, sem nunca ataca-lo diretamente. Assim, levantava a necessidade de não apoiar "movimentos diplomáticos ou a estratégia militar do Kremlin", mas se restringir a defender os ganhos de Outubro e, se necessário se colocar contra o Kremlin em defesa de lutas revolucionárias (exemplificando com a Iugoslávia).[535] Isto claramente era um contraponto indireto à ideia de "blocos" de Pablo e sua conclusão de alinhamento com o "mundo stalinista".

Já em relação ao stalinismo, apontava na necessidade de se reafirmar seu caráter *contrarrevolucionário* e atentar para o fato de que o Kremlin se posicionaria contra possíveis movimentos revolucionários ou irá até reprimi-los, principalmente quando tendessem a se distanciarem de seus ditames. Nesse sentido, também se contrapunha indiretamente ao "giro revolucionário" que Pablo previa sob a suposta nova conjuntura mundial. Daí, defendia que não se deveria descartar a possibilidade de um acordo de paz entre EUA e URSS, uma vez que o stalinismo estaria "preparado, como sempre esteve, para sacrificar os interesses dos trabalhadores em todos os lugares".[536]

Para embasar sua caracterização do stalinismo como *contrarrevolucionário*, tal documento o definia como "uma burocracia nacional reformista e uma agência do imperialismo no movimento operário mundial". Apontando, daí, que a "possibilidade e probabilidade dos movimentos de massas passarem por cima da cabeça do stalinismo em alguns países" abria duas alternativas: os PCs permanecerem ligados ao Kremlin e,

---

[533] Cf. *Ibid.*, p. 5.
[534] Cf. *Ibid.*, p. 5. Citações na mesma página.
[535] Cf. *Ibid.*, p. 5.
[536] Cf. *Ibid.*, p. 5. Citações na mesma página.

assim, cumprirem um papel *contrarrevolucionário*; os PCs romperem com o Kremlin e não mais poderem ser considerados como *stalinistas*, tendendo então a ter um caráter *centrista* (como teria ocorrido com o PC iugoslavo).[537] Assim, pode-se ver que a liderança do SWP, tal qual aquela do PCI, compartilhava da tese central de Mandel sobre um PC que realiza uma revolução deixar de ser stalinista – ou seja, a perspectiva de que é possível regenerar o stalinismo.

Ainda tratando dos PCs e das possibilidades deles cumprirem um papel revolucionário, o documento levantava a necessidade da Quarta Internacional enfatizar a possibilidade de um PC *trair* um processo revolucionário tanto quanto os seus últimos documentos vinham se enfatizando a possibilidade de, sob a nova conjuntura mundial, ele "delinear um programa revolucionário". E rejeitava categoricamente a noção de "séculos de Estados operários deformados", afirmando que esta deveria ser removida por completo dos documentos da Quarta Internacional.[538]

Por fim, ressaltava que "a orientação tática [de aproximação dos PCs] não implica nenhuma conciliação com o stalinismo" e que a mesma se destina a "combater o stalinismo de forma ainda mais eficaz". E concluía reafirmando o protagonismo dos trotskistas enquanto a necessária liderança revolucionária das massas, ao afirmar que "A principal característica política da situação mundial atual é a crise de direção do proletariado".[539]

3. O 3º Congresso Mundial e os primeiros conflitos com o SI (1951-52)

3.1. O Congresso, seus conflitos e documentos

Quando da realização do 3º Congresso Mundial, em agosto de 1951, compareceram 74 delegados, de 25 países diferentes, representando um total de 27 grupos e partidos. A resolução principal apresentada pelo SI, as já abordadas *Teses sobre perspectivas internacionais e a orientação da Quarta Internacional*, foi aprovada por 39 votos contra 3[540]. Além desse documento, do também já abordado *A Natureza de Classe do Leste Europeu*[541] e do último documento escrito pelo CEI sobre a questão

[537] Cf. *Ibid.*, p. 5. Citações na mesma página.
[538] Cf. *Ibid.*, p. 6. Citação na mesma página.
[539] Cf. *Ibid.*, p. 6. Citação na mesma página.
[540] Cf. FRANK, Pierre. *Op. cit.*, p. 43.
[541] Originalmente apresentado pelo SI sob o título *Rascunho de Resolução Sobre o Caráter de Classe dos Países Europeus na Zona Tampão Soviética.*

iugoslava, *A Revolução Iugoslava* – todos ratificados pelo Congresso – também foram aprovados documentos sobre *A Situação Internacional e as Tarefas na Luta Contra a Guerra Imperialista* e *América Latina: Problemas e Tarefas*.

No que diz respeito à resolução principal, como o representante do SWP, George Clarke (pseudônimo Livingstone), não apresentou as contribuições críticas do partido ao Congresso e este não enviara uma delegação, por conta da legislação norte-americana que o impedia de ser publicamente parte de uma organização internacional, a ala majoritária do PCI francês ficou bastante isolada em suas críticas àquela, tendo sido apoiada apenas por um dos delegados da seção vietnamita. Marcel Bleibtreu chegou a defender que as *Dez Teses* de Mandel fossem postas à votação como resolução alternativa, mas tal pedido foi recusado por conta de um argumento "técnico" de Clarke, que alegou que a mesma "não foi submetida em tempo para a discussão preparatória"[542].

Já o delegado da seção vietnamita ("Charles"), em minoria em relação à delegação dessa seção, declarou que "A minoria do grupo vietnamita vota contra todas as resoluções políticas do SI por conta de seus **caráter confuso e contraditório** e de sua **tendência a subordinar o trotskismo ao stalinismo**"[543] (ênfase adicionada).

Fora esses votos contrários, dois delegados da seção suíça ("Pia" e "Jacques") optaram por se absterem na votação da tese principal, argumentando que preferiam votar em uma contra-resolução. Ecoando os antigos argumentos de Mandel da época 1948-50, em sua declaração de abstenção estes negaram que houvesse uma nova conjuntura mundial, argumentando que a Segunda Guerra Mundial *não havia terminado*, por ser "impossível uma estabilização pacífica até mesmo temporária" sob a época de "agonia de morte do capitalista", aberta em 1939. Tais delegados também criticaram a noção de "campos" de Pablo, a qual afirmaram levar à "identificação do *front* da classe proletária com o campo stalinista". Ademais, ecoando a noção do stalinismo como sendo intrinsecamente *contrarrevolucionário*, eles negaram que os PCs pudessem ir além de seu programa, mesmo que sob circunstâncias excepcionais. Daí contestaram também a caracterização da "zona tampão" como constituída por ditaduras do proletariado.[544]

***

[542] MINUTES of the Third World Conference. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP] de dez. de 1951, p. 26.
[543] *Ibid.*, p. 28.
[544] Cf. *Ibid.*, p. 26-27.

Ante essa frágil resistência, fosse ao nível da direção internacional, ou das seções nacionais, as novas ideias de Pablo dominaram todos os documentos aprovados pelo Congresso. Todavia, elas se fizeram presentes de forma mesclada com afirmações sobre a necessidade do protagonismo da Quarta Internacional enquanto direção revolucionária, ou sobre a importância do fator subjetivo para o sucesso de uma revolução de forma geral. Assim, é fácil perceber contradições nos mesmos – ainda que a influência de tais ideias seja bastante clara nos trechos e resoluções específicas concernentes às *tarefas práticas* que deveriam ser assumidas pelos diferentes grupos trotskistas.

Por exemplo, no que tange a questão do novo tipo de entrismo que Pablo veio a propor no 10º Pleno do CEI (realizado na sequência do Congresso) é bastante elucidativa a resolução acerca da atuação da seção austríaca, a qual havia rachado no ano anterior, com sua maioria se recusando a adentrar o PS do país. De forma muito semelhante ao que havia sido feito com o RCP em 1946, o Congresso submeteu o grupo minoritário pró-entrismo ao controle direto do SI. Ao grupo majoritário, apontava a resolução, caberia manter sua publicação "limitada a membros e simpatizantes", para não "criar obstáculos para a principal atividade que deve ser levada a cabo no interior do PS". Tal atividade, a ser conduzida pelo grupo minoritário, seria pautada por "facilitar e apoiar a criação de uma tendência abrangente de esquerda dentro do PS, com o objetivo de formar uma ala esquerda".[545] Já no que tangia as "diretivas" que informariam a atuação prática da mesma, aprovou-se que ela deveria:

> a. **Não se apresentar como trotskistas com nosso programa completo**.
>
> b. **Não levantar questões programáticas e de princípio**.
>
> c. Começar pelo nível de consciência dos trabalhadores em cada setor de dada atividade e evitar o perigo do isolamento por ir muito além desse nível.
>
> d. Levar a frente a diferenciação dentro do partido com o auxílio de questões centrais do momento nas quais camadas abrangentes dos trabalhadores estiverem prontas para lutar (questões de preços e salários, alugueis, política de coalizão, etc.).[546] (ênfase adicionada)

Esse tipo de orientação, conforme se viu, foi generalizada pelo 10º Pleno, na forma do "entrismo profundo" e do "entrismo *sui generis*" defendidos por Pablo. Já no que no concerne o conteúdo das duas resoluções ainda não abordadas, em *A Situação*

---

[545] Cf. RESOLUTIONS and decisions adopted after the reports of commissions. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP] de dez. de 1951, p. 22-23. Todas as citações na página 22.
[546] *Ibid.*, p. 22.

Internacional e as Tarefas na Luta Contra o Imperialismo, se reafirmava a dinâmica básica prevista nas *Teses sobre perspectivas internacionais...*, de uma estagnação econômica cada vez maior e de preparativos por parte dos EUA para um conflito bélico com a URSS. Tais preparativos, previa-se, deflagrariam uma forte mobilização das massas proletárias e oprimidas nos centros imperialistas. Aqui é interessante notar que o documento discutia um pouco a decadência das potências imperialistas europeias no pós-guerra e a transformação dos EUA em um "super-imperialismo" – sendo isso a base do que muitos analistas acadêmicos mais tarde passaram a chamar de "bipolarização" (EUA *versus* URSS).[547]

Já ao tratar da periferia capitalista, o mesmo enfatizava a importância do que nomeava "revoluções coloniais", tais como o processo que culminou na Guerra da Coreia. Acerca destas, apresentava-se uma análise da burocracia soviética segundo a qual, ao mesmo tempo em que esta seria incapaz de "trair abertamente" os processos que atingissem grande envergadura, ela faria o mínimo possível para sua vitória, almejando o prolongamento dos conflitos e, assim, a exaustão tanto do imperialismo quanto das "forças revolucionárias" neles envolvidas.[548]

Em relação a essa "impossibilidade" de traições por parte do stalinismo, o documento afirmava que, devido ao fator determinante da política da burocracia soviética ser o medo das revoluções a serem engendradas pela futura nova guerra mundial, e a consequente necessidade daí decorrente em adiar a mesma, esta seria "obrigada a não simplesmente sabotar essas lutas [onde elas angariassem força], mas ao invés, tentar utiliza-las em sua vantagem". Assim, no que tange os PCs, sob essas "novas condições" eles seriam "obrigados, ao mesmo tempo em que insistem em um compromisso [com a burguesia], a lutarem contra os preparativos de guerra da burguesia e, sentindo os efeitos da pressão das massas, **eles se tornam o veículo de um potencial revolucionário que pode leva-los além das intenções do Kremlin e de seus próprios líderes**" (ênfase adicionada).[549]

Em suma, repercutindo as ideias de Pablo, tal documento afirmava que os giros à esquerda e à direita observados no comportamento recente dos PCs e da burocracia soviética decorriam da necessidade desta de adiar a suposta Terceira Guerra Mundial que se aproximava. Sob tal conjuntura, o stalinismo estaria passando por uma nova

---

[547] Cf. INTERNATIONAL Situation and the Tasks in the Struggle Against Imperialism, The. *Fourth International* [Nova York/SWP] vol. XII, n. 6, de nov.-dez. de 1951, p. 189-90.
[548] Cf. *Ibid*., p. 191-92.
[549] Cf. *Ibid*., p. 194. Mesma página para as citações.

forma de crise, na qual "As possibilidades de rachas importantes nos PCs, as quais existiam antes da Guerra da Coreia e durante a evolução progressiva da questão iugoslava, são substituídas por um **giro à esquerda** dentro dos Partidos Comunistas entre suas bases".[550]

Baseado nesse tipo de perspectiva, de uma conjuntura determinada por "imensas perspectivas revolucionárias", bem como pela possibilidade dos PCs serem levados a dirigirem revoluções, o documento afirmava que o papel da Quarta Internacional nessa situação deveria variar "de acordo com a influência do stalinismo nas áreas envolvidas". Assim, naqueles lugares onde o stalinismo tivesse pouca influência sobre as massas, a tarefa dos trotskistas seria a de lutar pela "liderança revolucionária". Já nos locais onde o stalinismo fosse a principal corrente entre as massas proletárias, especialmente naqueles em que estivesse em curso um processo revolucionário, a tarefa seria a de dar *apoio político* ao mesmo.[551]

Dessa forma, ao traçar perspectivas práticas para a atuação dos trotskistas em várias partes do mundo, o documento apontava enquanto tarefas para a seção chinesa rever sua linha então predominante (sobre não ter ocorrido uma revolução no país e este ter permanecido capitalista) e passarem a dar *apoio crítico* ao regime de Mao Tse-tung, bem como lutarem para que "comitês populares democraticamente eleitos" exercessem o poder[552]. Cabe ressaltar que, segundo um trecho anterior do documento, a China estaria "se movendo **por estágios** rumo a uma economia estatizada e planificada" (ênfase adicionada) – afirmação que remete às explicações *gradualistas* para a "questão iugoslava"[553]. De forma semelhante, em relação ao Vietnã, era apontada como linha para os trotskistas do país o *apoio crítico* ao regime de Ho Chi-min, "enquanto se diferenciado dele em relação ao objetivo dessa luta e à melhor maneira de leva-la à vitória"[554].

Assim como se pode perceber a profunda influência das novas ideias de Pablo nesse documento, também em *América Latina: Problemas e Tarefas* as mesmas se fizeram bastante presentes. É interessante notar que, ao tratar do "Caráter e Estrutura dos Países Latinoamericanos", tal documento diferenciava entre os países do subcontinente que seriam "semicolônias" e aqueles, como Argentina, México, Brasil,

---

[550] Cf. *Ibid*., p. 195. Mesma página para a citação.
[551] Cf. *Ibid*., p. 195.
[552] Cf. *Ibid*., p. 197-98.
[553] Cf. *Ibid*., p. 191. Conforme já dito, os debates sobre a Revolução Chinesa serão objeto de uma seção própria no capítulo seguinte.
[554] *Ibid*., p. 198.

Uruguai e Chile, que haviam passado por processos de industrialização e de acumulação nativa de capital. Não obstante tais processos, o mesmo apontava para a então dominação norte-americana na vida política da região e para a aparição de uma nova burguesia, que havia se fundido as velhas oligarquias rurais[555].

Reverberando a Teoria da Revolução Permanente, o documento ponderava que as burguesias nativas da América Latina não seriam capazes de levar a cabo uma libertação anti-imperialista ou uma reforma agrária. Daí, apontava para a necessidade de uma revolução proletária na região. A partir dessa chave analítica, o documento discutia ainda a questão do "populismo", isto é, dos países nos quais a burguesia industrial passou a "nutrir noções de independência [...] e até projeta uma certa resistência ao imperialismo" (Argentina, Brasil, México).[556]

Avaliando que os regimes de tais países precisavam se basear nas massas, mas, ao mesmo tempo, controla-las com firmeza, o documento afirmava que daí resultavam "aparatos burocráticos e militares-policiais", os quais constituíam a base para o que seriam "poderes bonapartistas" e para a predominância das forças armadas na política da região. Ele também abordava o que chamava de "movimentos anti-imperialistas pequeno-burgueses", como o de Villaroel/MNR na Bolívia, Betancourt na Venezuela, APRA no Peru e Grau San Martín em Cuba. E afirmava que tais setores seriam incapazes de realizar uma revolução democrático-burguesa, frente ao que se fazia necessário o protagonismo do partido revolucionário marxista como sujeito político e do proletariado como sujeito social.[557]

Já recorrendo à previsão da iminência de uma nova guerra mundial, o documento afirmava que ocorrera uma reconversão das economias latinoamericanas para tal conflito, o que teria adiado a crise econômica que estava sendo gestada na região. Todavia, continuava, o cenário regional seria marcado por uma intensificação das lutas sociais, por conta do aprofundamento das desigualdades decorrentes de tal reconversão.[558]

Ante tal previsão, reafirmava a centralidade do sujeito político na determinação dos rumos a serem seguidos pelos processos revolucionários que poderiam eclodir a

---

[555] Cf. LATIN America: Problems and Tasks. *Fourth International* [Nova York/SWP] vol. XII, n. 6, de nov.-dez. de 1951, p. 207-08. Vale notar que tais considerações, bastante baseadas na teoria do desenvolvimento desigual e combinado, guardam importantes convergências com aquelas desenvolvidas pela chamada Teoria Marxista da Dependência ao longo dos anos 1960-70.
[556] Cf. LATIN America: Problems and Taks. Op. cit., p. 208. Mesma página para a citação.
[557] Cf. *Ibid*., 209.
[558] Cf. *Ibid*., 209-10.

partir de tal situação e, consequentemente, reafirmava também a centralidade da formação de partidos marxistas de vanguarda. No mesmo sentido, o documento tecia um breve comentário sobre a impossibilidade do stalinismo cumprir o papel do sujeito político revolucionário, devido ao seu vínculo com os interesses da burocracia soviética e seu desejo de atingir acordos com o imperialismo visando uma coexistência pacífica.[559]

Apesar dessa primeira metade de tal documento se encontrar bastante sintonizada com o arcabouço original do movimento trotskista acerca dos fatores necessários à revolução socialista na periferia capitalista, ao tratar das tarefas práticas a serem assumidas pelos trotskistas latinoamericanos ele ecoava claramente as novas teses de Pablo. Aqui cabe ressaltar que, para levar adiante tais tarefas, o Congresso votou pela formação de um "Birô Latinoamericano" (BLA), cujo controle foi entregue a Juan Posadas (pseudônimo de Homero Cristalli Frasnelli), dirigente do grupo argentino que foi reconhecido enquanto seção oficial da Quarta Internacional pelo mesmo, em detrimento daquele dirigido por Nahuel Moreno (pseudônimo de Hugo Bressano Capacete)[560]. Ao longo dos anos seguintes, Posadas se tornou um dos principais aliados de Pablo na direção internacional, até que divergências levaram aquele a romper abruptamente tal relação.

Retomando os tais "movimentos anti-imperialista pequeno-burgueses" anteriormente mencionados, o documento delineava como tarefa para os trotskistas latinoamericanos a realização de um entrismo nos mesmos, o qual deveria ser "livre de todo sectarismo". Esse entrismo era aqui camuflado pelo eufemismo, muito utilizado nos documentos pré-congressuais, de "participação e atividade" nos "movimentos de massas e organizações que expressam, ainda que de forma indireta e confusa, as aspirações das massas". Movimentos esses que poderiam vir a ser o peronismo argentino, o MNR boliviano, a APRA peruana, o "trabalhismo" varguista brasileiro ou a Ação Democrática venezuelana.[561]

Ao traçar o conteúdo programático que deveria permear a atuação de tais trotskistas, predominava nas orientações para os mais diversos países a linha de lutar

---

[559] Cf. *Ibid*., 210-11.

[560] O grupo de Moreno, bem como um terceiro, foi orientado a adentrar aquele de Posadas, mas proibido de formar frações e tendências. Moreno, que possuía profundas divergências com Posadas acerca de como lidar com o peronismo, acabou por manter seu grupo independente e formar um órgão regional paralelo, o SLATO, do qual se tratará mais adiante. Cf. RESOLUTIONS and Decisions… op. cit., p. 23 e p. 24 e BENSAÏD, Daniel. *Op. cit.*, p. 94.

[561] Cf. LATIN America: Problems and Tasks. Op. cit., p. 211. Mesma página para as citações.

pela formação de "governos operários e camponeses", claramente entendidos aqui enquanto governos de transição entre capitalismo e ditadura do proletariado, no sentido que tal termo assumiu a partir das discussões sobre a "questão iugoslava". Assim, para a Bolívia, por exemplo, isso significava um governo entre o MNR-POR (a seção trotskista boliviana), já para o Chile, um governo PC-PS.[562]

Em relação à Bolívia, o documento traçava ainda como tarefas centrais a atuação entre os mineiros (o setor mais dinâmico do proletariado boliviano) e a tarefas de "tentar **influenciar a ala esquerda do MNR**, que se baseia precisamente nesses círculos" (ênfase adicionada). Estabelecia, assim, a tarefa de construção de uma "frente única anti-imperialista" junto ao MNR, "em ocasiões precisas e sob um programa concreto". E apontava que, em ocasiões de mobilizações de massas que tenham tal partido a sua frente, o POR deveria atuar nas mesmas "com o objetivo de forçar quanto mais for possível a **tomada do poder pelo MNR**, na base de um programa progressivo de frente única anti-imperialista" (ênfase adicionada).[563] Conforme se verá no capítulo seguinte, a aplicação dessa linha quando da Revolução Boliviana, deflagrada cerca de um ano depois do 3º Congresso Mundial, teve consequências desastrosas.

***

Em síntese, as resoluções e teses desse Congresso representavam, mais uma vez, uma amálgama de posições. Dessa vez, de posições "ortodoxas", no sentido de serem firmemente baseadas no arcabouço teórico-programático original do movimento trotskista, e das novas teses defendidas por Pablo a partir de meados de 1948 e aprofundadas em 1950-51. Sendo que, no que concernia às tarefas práticas a serem cumpridas pelos trotskistas mundo a fora, sempre sobressaiam as teses de Pablo, e não posições afinadas com dito arcabouço.

Ademais, a resistência apresentada a isso tudo foi muito limitada, tendo ainda as poucas vozes dissidentes sofrido com manobras como aquelas de George Clarke, que suprimiu as contribuições críticas do SWP dos EUA e evitou que o PCI francês submetesse contra-teses à votação. E, no geral, tais vozes, ainda que se contrapusessem às conclusões práticas desenvolvidas por Pablo a partir de suas leituras conjunturais e, especialmente, de suas leituras sobre o que havia ocorrido no Leste Europeu e na Iugoslávia, se mostraram incapazes de apresentar uma explicação alternativa satisfatória. Ao invés, negaram que tivessem ocorrido revoluções nesses locais (caso da

[562] Cf. *Ibid*., 211.
[563] Cf. *Ibid*., 211-12. Citações na página 212.

minoria da delegação suíça) ou adotaram exatamente a mesma lógica de Pablo e Cia., sobre o partido stalinista que participa de uma revolução vitoriosa deixar de ser stalinista (caso da maioria do PCI francês e do SWP dos EUA).

3.2. Os meses após o Congresso e a expulsão do PCI francês (1952)

Como reconhece o próprio Pierre Frank, em sua narrativa sobre a história da Quarta Internacional, "a quase unanimidade do congresso na realidade mascarou posições divergentes e tendências que não haviam sido expressas"[564] (ao menos formalmente, deve-se acrescentar). Nesse sentido, as teses adotadas não foram assimiladas por todas as seções, ou mesmo por muitas das lideranças nacionais. Assim, nos meses que se seguiram ao fim do Congresso, emergiram intensas disputas nas fileiras trotskistas, causadas pela tentativa do SI em fazer com que as diretivas práticas do mesmo fossem devidamente aplicadas.

A primeira seção a entrar em conflito com o SI foi precisamente aquela que já vinha travando batalhas contra Pablo e Cia., o PCI francês. Ante a resistência sistemática desse partido às posições do SI, o Congresso havia aprovado uma resolução segundo a qual "Caso transpareça que a liderança francesa não cumpre com tal esperança [de levar a cabo as resoluções do mesmo], o CEI e o SI serão instruídos a tomar todas as medidas organizativas para corrigir a atuação do PCI"[565]. Baseado nela, a minoria do partido, com o apoio do SI, passou a pressionar os "anti-pablistas" a aplicarem o "entrismo *sui generis*" no PC francês.

Em um carta de janeiro de 1952 à liderança do partido, o SI a acusou de não implementar a linha do 3º Congresso e demandou que mudasse imediatamente de postura. Frente à recusa da mesma, Pablo suspendeu 16 membros do Comitê Central do partido, medida que foi posteriormente ratificada pelo SI com o apoio de membros que mais tarde se tornariam fervorosos "anti-pablistas", tais como Gerry Healy, da seção inglesa, e George Novack, do SWP dos EUA. Apesar dessa suspensão ter sido revogada pelo 10º Pleno do CEI (fevereiro de 1952), o controle do PCI foi posto nas mãos de um Birô Político controlado pela ala minoritária do CC e Mandel foi designado para ser uma espécie de interventor do SI em tal órgão, como forma de garantir que o partido cumprisse as diretivas da liderança internacional.[566]

---

[564] FRANK, Pierre. *Op. cit.*, [s.p.].
[565] RESOLUTIONS and decisions... op. cit., p. 25.
[566] Cf. NORDEN, Jan. *Op. cit.*, p. 23.

Conforme visto, nesse mesmo Pleno foi aprovado um relatório de Pablo no qual este apresentou de forma sistematizada o novo tipo de entrismo que deveria ser empregado pelos trotskistas sob a suposta nova conjuntura mundial. Foi nesse contexto de perseguição e revisão aberta de alguns princípios básicos do trotskismo (como a independência político-programática) que Daniel Renárd, na condição de membro da maioria do PCI, buscou o auxílio do dirigente do SWP dos EUA, James Cannon.

Na carta anteriormente mencionada que Renárd enviou a Cannon, este alertou sobre o caráter revisionista das ideias de Pablo, sobre as medidas antidemocráticas adotadas em relação à seção francesa e sobre o caráter liquidacionista desse novo entrismo defendido pelo SI. Este, todavia, basicamente respondeu fazendo vista grossa aos abusos aos quais a liderança do PCI fora submetida e alegou não ver ilusões no stalinismo nas propostas do SI. Ao invés, recomendou que a maioria do partido cessasse sua luta (a qual supostamente só poderia levar à desorientação e desorganização de seus militantes de base) e tentasse "chegar a um acordo" com a liderança internacional. Cannon ainda repreendeu Renard e seus camaradas por gerarem uma divisão na liderança do PCI em um momento em que este partido encarava a difícil tarefa de levar a cabo um entrismo em um PC, o que seria por si só algo extremamente difícil de se realizar com sucesso.[567]

Assim, altamente isolada dentro da Quarta Internacional, a ala majoritária do PCI focou em travar sua luta internamente, a qual escalou ao ponto de uma divisão formal após o 11º Pleno do CEI, no qual se aprovou um ultimato pela aplicação do entrismo por parte do partido[568]. Em resposta a essa resolução, a ala majoritária convocou o 8º Congresso do PCI e, em resposta, a minoritária teria saqueado o aparato técnico da sede do mesmo. Por conta disso, tal congresso foi realizado em julho de 1952 de forma rachada, com cada ala realizando "seu" 8º Congresso em separado.[569]

Naquele realizado pela maioria, se votou contra a política de entrismo no PC francês e pela expulsão dos membros da minoria. Segundo o relato daquela, apenas 25% da organização teria permanecido com os dirigentes desta.[570] Já no pleno seguinte do CEI, realizado em novembro, votou-se pela expulsão da ala majoritária do PCI das fileiras da Quarta Internacional e pelo reconhecimento da minoritária como seção

---

[567] Cf. WOHLFORTH, Tim & FELDMAN, Fred (ed.). *Op. cit.*, p. 20-25.
[568] Cf. STRUGGLE of the French Trotskyists Against Pabloite Liquidationism, The. Op. cit., [s.p.].
[569] Cf. *Ibid.*, [s.p.].
[570] Cf. *Ibid.*, [s.p.]. Já de acordo com Jean-Jacques Marie, tal número teria sido de aproximadamente 40%. Cf. MARIE, Jean-Jacques. *Op. cit.*, p. 86.

oficial. Cabe ressaltar que tais medidas tiveram a aprovação dos representantes das seções norte-americana e inglesa[571], as quais logo após passaram a enfrentar conflitos muito semelhantes com a direção internacional por conta de suas demandas pela realização de entrismos e sua visão acerca do stalinismo.

A partir de então, até meados dos anos 1960, passaram a existir dois PCIs na França, tendo aquele ligado à antiga ala majoritária mantido o nome da publicação do grupo, *La Verité*, ao passo que o que se manteve ligado ao SI passou a publicar o jornal *La Verité Ouvriere*. O PCI-LV ficou até o final de 1953 isolado internacionalmente, tendo voltado a integrar um agrupamento internacional apenas após a ruptura de parte das seções da Quarta Internacional com o SI e a formação do "Comitê Internacional".

4. A consolidação do "pablismo" e o racha de 1953

Como foi dito, ao longo das disputas entre a seção francesa e a liderança internacional, esta não recebeu apoio das demais seções nacionais. Ao longo de 1952, o assunto que mais gerou discussão entre os componentes do movimento trotskista internacional foi a Revolução Chinesa, especialmente por parte do SWP dos EUA e dos dirigentes chineses exilados, que divergiam de aspectos da linha da direção internacional – mas estas divergências foram, de uma forma ou de outra, contidas e não produziram tensões significativas. Também em 1952, conforme se verá, ocorreu a Revolução Boliviana, na qual a seção local da Quarta Internacional possuía certo papel de destaque – mas tal evento praticamente não gerou divergências dentro da Internacional, apesar da linha seguida por tal seção ter sido à risca aquela nova, aprovada pelo 3º Congresso Mundial.

Dessa forma, foi apenas em meados de 1953 que novos conflitos realmente intensos emergiram dentro da internacional, dessa vez entre Pablo e seus aliados e as alas majoritárias das seções norte-americana e inglesa, tornando-se uma verdadeira crise interna. Os mesmos foram causados tanto pelo surgimento de alas em tais seções que defendiam o que seus opositores encararam enquanto linhas liquidacionistas (a linha entrista do 10º Pleno), como pelo conteúdo das contribuições que o SI formulara para o 4º Congresso Mundial, previsto para ocorrer em 1954.

4.1. Novos conflitos: "pablismo" e "anti-pablismo" nos EUA e na Inglaterra

[571] Cf. NORDEN, Jan. *Op. cit.*, p. 24.

A primeira seção a enfrentar sérias desavenças com o SI em 1953 foi o SWP dos EUA. Nesse ano, uma fração formada na célula de Nova York do partido passou a advogar por uma política entrista no PC norte-americano, com base na ideia de que a nova conjuntura mundial forçaria os stalinistas a um *giro revolucionário*. Para tal, usava como exemplo os eventos no Leste Europeu/Iugoslávia, China e Coreia. À luz das concessões democráticas feitas pela burocracia soviética após a morte de Stalin, ela também defendia que a revolução política não necessariamente seria a única via para a restauração da democracia proletária na URSS, podendo esta ser obtida por *reformas graduais* levadas a cabo pela própria burocracia, sob a pressão das massas[572].

Tal tendência era liderada pelo dirigente de dita célula do partido, Mike Bartel (pseudônimo de Milton Zaslow) e por George Clarke. Sua proposta central era a realização de um entrismo no PC dos EUA, para o que possuía o respaldo da resolução do 10º Pleno do CEI acerca d'*A Construção do Partido Revolucionário.*[573] Clarke, conforme foi visto, era um dos representantes do SWP dos EUA junto ao CEI durante o começo dos anos 1950 e era um dos principais aliados de Pablo[574]. Por conta dessa proximidade entre Clarke e Pablo e pelo fato de suas posições serem basicamente as mesmas que a liderança internacional vinha defendendo nos últimos anos, a luta da tendência Clarke-Bartel contra a maioria da liderança do SWP logo envolveu também o SI, fazendo com que assumisse a forma de uma disputa entre "pablistas" e "anti-pablistas".

Bastante isolada no interior do SWP, a tendência Clarke-Bartel acabou por se aliar a um grupo de quadros sindicais organizados ao redor de Bert Cochran desde meados de 1949, localizados no chamado "Meio Oeste" do país, em estados como Michigan e Ohio. Sem chegar a ser uma tendência oficial, estes sustentavam uma perspectiva de que o SWP precisava se tornar uma organização de caráter "amplo" para que rompesse seu isolamento em relação às massas, o que implicava abandonar o caráter de partido leninista, que demandava alto grau de acordo político para recrutar.[575] Apesar de não possuírem exatamente as mesmas ideias, é possível ver alguns pontos de

---

[572] Cf. ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 838.
[573] Cf. *Ibid.*, p. 835-36.
[574] Nessa mesma época, George Novack também representava o partido na liderança internacional, todavia, Pablo o enviara à Inglaterra, supostamente para auxiliar na atuação da seção local.
[575] Cf. *Ibid.*, p. 836. Para maiores detalhes acerca das origens e atuação desse grupo, ver *Ibid.*, p. 836-37. Desde a formação de dito grupo, Cochran deixou de ser editor de *Fourth International*, que passou aos cuidados de Clarke e Joseph Hansen durante o final da década de 1940 e o começo dos anos 1950.

confluência entre ambos, especialmente na sua perspectiva de "penetrar no movimento de massas" – que Clarke-Bartel associavam ao PC e sua periferia.

Ao longo da disputa entre a fração Cochran-Clarke-Bartel e a ala majoritária da liderança nacional do SWP, representada por Cannon-Hansen-Weiss (aos quais ainda se juntou Farrell Dobbs, após certa hesitação inicial), também interveio a já mencionada tendência Vern-Ryan. Esta criticou ambas as alas, por se basearem em visões unilaterais do stalinismo: ou internamente revolucionário – ainda que por razões conjunturais – ou inteiramente contrarrevolucionário. Tendência essa que será abordada no capítulo seguinte.

No mesmo período em que emergiu tal conflito no SWP, algo semelhante ocorreu na seção inglesa, que então se encontrava "semiclandestinamente" dentro do Labour Party – isto é, não constituía uma tendência formal e não se apresentava enquanto um grupo. Pouco após o SI ter apresentado dois documentos enquanto contribuições ao 4º Congresso Mundial, em agosto de 1953 – os quais acompanhavam uma nota afirmando serem apresentados em nome de um SI "unânime" – Gerry Healy levantou críticas aos mesmos em uma reunião do Comitê Central da seção inglesa.[576]

Nesta ocasião, Jack Lawrence teria exigido de Healy centralismo em torno da posição majoritária do órgão dirigente internacional, do qual ambos eram membros. Pouco depois, Healy teria sido repreendido em reunião do SI por sua "quebra de centralismo". Cabe lembrar que algo semelhante havia ocorrido com os representantes do PCI francês no SI quando estes levantaram críticas a Pablo e Cia. dentro de seu partido.[577] A partir de então, teve lugar um conflito entre Lawrence e Healy dentro da seção inglesa, também nas linhas de uma luta entre "pablismo" e "anti-pablismo", na qual o SI interveio em favor da ala minoritária que se formou em torno do primeiro.

4.2. Os documentos do SI para o 4º Congresso e a nova visão do stalinismo

Os documentos publicados pelo SI como contribuições ao 4º Congresso Mundial, previsto para 1954, foram *A Ascensão e o Declínio do Stalinismo*, escrito por Mandel, e *A nossa integração ao real movimento das massas, a nossa experiência e as nossas perspectivas*, escrito por Pablo. Eles foram originalmente publicados no *Bulletin Interiéur du Secrétariat Internationale* de agosto de 1953 e circularam entre os

[576] Cf. *Ibid.*, p. 321-22.
[577] Cf. *Ibid.*, p. 321-22.

trotskistas do outro lado do atlântico a partir de setembro daquele ano, através do *International Information Bulletin*, produzido pelo SWP dos EUA.

O documento de Pablo basicamente reafirmava o conteúdo prático de seu relatório ao 10º Pleno do CEI (fevereiro de 1952), no qual apresentou formalmente sua defesa da aplicação de uma nova forma de entrismo nos partidos stalinistas e reformistas. Sendo que essa nova forma implicava, conforme visto, a omissão da identidade trotskista e de partes do programa da Quarta Internacional. Todavia, tal documento mesclava essa orientação prática aprovada pelo 10º Pleno com análises menos mecanicistas do que aquelas de *Aonde nós vamos?* acerca da dinâmica política da suposta nova conjuntura. E também era menos direto na defesa de uma relativização do "papel histórico" da Quarta Internacional enquanto a necessária liderança revolucionária, contendo formulações que reafirmavam a mesma, ao mesmo tempo em que defendiam tais entrismos.[578]

Esse conteúdo "mesclado" certamente foi fruto ou de um acordo entre Pablo e Mandel – que, conforme visto em suas *Dez Teses*, apesar de crítico a certas análises de Pablo, não divergia naquilo que suas novas ideias possuíam de essencial – ou de uma ação consciente para evitar novos conflitos como aqueles que ocorreram anteriormente com a liderança da seção francesa. Não obstante, ainda que de forma dissimulada, essas novas ideias de Pablo eram a base de tal documento e da reafirmação da política entrista e da sua aposta na possibilidade de um giro revolucionário por parte de certas organizações reformistas e oportunistas.[579]

De forma semelhante, o documento de Mandel também apresentava de forma "mesclada" uma visão do stalinismo e dos rumos que esse poderia assumir dentro e fora da URSS em seu momento de "crise", uma vez que hora reafirmava postulados básicos do movimento trotskista, hora afirmava elementos da nova estratégia de Pablo – não à toa, caindo em contradição em diversas passagens. "Crise" essa a qual já estaria presente desde as rupturas iugoslava e chinesa com Moscou e que teria se aprofundado sobremaneira com a morte de Stalin, em março de 1953 – à qual se seguiu um intenso conflito sucessório na cúpula do PC soviético e pressões diversas por mais democracia e melhores condições de vida em diversas partes do "bloco soviético" – e que, encarava-se, abriria enormes possibilidades revolucionárias por diferentes razões.

---

[578] Cf. OUR integration in the real mass movement, our experience and perspectives. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP] de set. de 1953, p. 39-53.
[579] Cf. *Ibid.*, [s.p.].

Tal documento, que ademais recuperava em detalhes uma série de análises anteriores (como acerca da "zona tampão", da "questão iugoslava" e da Revolução Chinesa), não só foi aprovado pelo 4º Congresso Mundial (julho de 1954) – ainda que com modificações para contemplar algumas das duras críticas a ele feitas pela seção cingalesa (o Lanka Sama Samaja Party, LSSP)[580] – como foi ratificado e expandido pelo 5º Congresso Mundial (novembro de 1956)[581].

No geral, o mesmo também não apresentava o mecanicismo presente nas contribuições pessoais de Pablo, como *Aonde nós vamos?*. Ele não focava tanto, por exemplo, na questão da "Terceira Guerra Mundial" como um fator central, que determinaria uma série de características conjunturais. Todavia, ao longo de sua primeira parte predominava a noção de "fatores objetivos" para caracterizar a conjuntura mundial e fazer previsões sobre um muito provável ascenso revolucionário internacional, só aparecendo com ênfase o lado "subjetivo" e a "missão histórica" da Quarta Internacional nas seções posteriores. Em outras palavras, falava-se em ascenso das massas proletárias e em revolução, mas não se define o *sujeito político* de tais processos.[582]

Mas, se aproximando nas ideias de Pablo naquilo que elas possuíam de essencial, tal documento delineava uma linha entrista para os PCs, sustentando uma previsão (já presente nas *Dez Teses* e em *Aonde nós vamos?*) segundo a qual aqueles com influência de massas – principalmente o francês e o italiano – iriam se tornar os "canais" e "instrumentos" da revolução por vir. Pois, apesar de serem "partidos operários degenerados", eles seriam dotados de uma "natureza dual": de um lado, por conta de sua base social, "eles são obrigados a refletir, até certo ponto e apesar de faze-lo de forma inadequada, os interesses do proletariado"; por outro, "Pela suas liderança, eles são sujeitados ao estrito controle do Kremlin, que busca manter o *status quo* da revolução 'em um só país', precisamente às custas da revolução em outros países".[583]

Todavia, afirmava-se que, por mais que essa dualidade pudesse faze-los girar à esquerda, eles jamais seriam capazes de se tornarem autênticos "partidos marxistas revolucionários". Ainda assim, afirmava-se também que, ao adentrarem na via

---

[580] Cf. FELDMAND, Fred. *Op. cit.*, p. As críticas de tal seção se encontram em RESOLUTION of the Central Committee of the LSSP on IS Resolution "Rise and Decline of Stalinism". *Discussion* Bulletin [Nova York/SWP] A-17, de mai. de 1954, p. 1-7.
[581] Cf. FRANK, Pierre. *Op. cit.*, p. 49 e p. 52.
[582] Cf. RISE and Decline of Stalinism. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP] de set. de 1953, [s.p.].
[583] Cf. *Ibid.*, [s.p.].

revolucionária por conta da pressão das suas bases, os PCs deixariam "molecularmente" de serem stalinistas. Pois, segundo as análises apresentadas, a expansão do stalinismo significava também sua "desintegração", uma vez que supostamente propiciava a penetração de ideias contrárias às da burocracia soviética nos PCs mundo a fora.[584] Aqui vê-se ecos da noção de que o stalinismo é intrinsecamente *contrarrevolucionário* e de que, se ele dirige uma revolução bem sucedida, então necessariamente deixa de ser *stalinista* e se torna outra coisa.

Ademais, tal previsão de "desintegração" do stalinismo é ainda estendida ao próprio PC soviético, o qual se avaliava que estaria deixando de ser stalinista com o desenvolvimento das forças produtivas daquele país – apesar de afirmações contraditórias, sobre a burocracia constituir um "freio" às mesmas. Já em relação à URSS, afirmava-se ainda que a "era Malenkov" representava o "começo do fim" do bonapartismo soviético, uma vez que a juventude do PCUS supostamente vinha demonstrando descontentamento com seus dirigentes e que as massas soviéticas em geral vinham cada vez mais ganhando consciência dos problemas do regime e se mobilizando contra eles.

Assim, o documento falava em um "novo curso" do stalinismo, caracterizado, de um lado, por melhores condições econômicas para todas as camadas da população dos Estados operários e, de outro, por uma distinção na atmosfera repressiva. Fatores esses que, combinados, se não levassem a uma auto reforma gradual por parte burocracia, certamente levariam a revoluções políticas por parte das massas. Todavia, ao aventar a possibilidade de um ascendo por parte dessas, novamente não se definia qual seria o *sujeito político* envolvido na organização e direção do mesmo.[585]

É interessante notar que a ideia de uma possível auto reforma por parte da burocracia soviética, defendida por Pablo, por seus aliados no SWP dos EUA e presente em tal documento, era disseminada também em outros círculos. Por volta da mesma época, por exemplo, Isaac Deutshcer (que abandonara as fileiras trotskistas quando da fundação da Quarta Internacional) desenvolveu a tese de existência de uma "pressão inconsciente objetiva" pela de-stalinização, a qual teria ocorrido de forma distorcida pelas mãos da própria burocracia por conta da ausência de uma força revolucionária.[586]

---

[584] Cf. *Ibid.*, [s.p.].
[585] Cf. *Ibid.*, [s.p.].
[586] Cf. CALLINICOS, Alex. *Op. cit.*, p. 50-52.

Já em relação à Iugoslávia e à China, tal documento caracterizava tais países como *Estados operários burocraticamente deformados* e os PCs a frente dos mesmos como *oportunistas* e *burocráticos* – ou, mais precisamente, "centristas burocráticos". Era feita uma ressalva, todavia, de que no caso iugoslavo teria ocorrido uma tentativa de "genuína" democracia proletária entre 1948-50, período em que a liderança internacional flertara com o regime e o partido de Tito. Apesar dessa mudança de caracterização – até então a Iugoslávia era considerada um Estado operário com "deformações burocráticas" e a China um regime de transição sob a forma de "governo operário e camponês – o documento não apresentava uma linha coerente com a mesma. Ao invés de chamar por uma derrubada revolucionária do regime de tais países e dos PCs a frente dos mesmos ("revolução política"), ele defendia a linha de formação de uma "ala esquerda" no interior de tais partidos, sob a perspectiva de que os mesmos ainda estariam "sob pressão da revolução" e, portanto, poderiam mudar de rumo.[587]

Por fim, no que tangia o papel dos trotskistas, o documento deixava subentendido, em meio a proclamações do "papel histórico" da Quarta Internacional mescladas a tarefas práticas que iam no sentido contrário desta, que este seria o de corrigir os desvios que as revoluções supostamente próximas de ocorrerem teriam, como fruto da sua provável direção stalinista. Direção essa que carregaria consigo, ainda que fosse se regenerar (parcialmente?) no curso da revolução, problemas de oportunismo político, de falta de "audácia" e de burocratização.

Dessa forma, pode-se ver mais uma vez a mescla de ideias novas com postulados originais do movimento, uma vez que a existência da Quarta Internacional é justificada de forma extremamente tênue. Pois afirmava-se que fatores objetivos fariam com que os PCs fossem o "instrumento" da revolução por vir, independentemente da atuação dos trotskistas. Todavia, mesmo que se transformem no decurso de tal processo, eles jamais serão "partidos marxistas revolucionários", o que tornava necessária a existência de uma corrente revolucionária autêntica, que incidisse sobre a ação dos mesmos como forma de guia-la e corrigi-la quando necessário.[588]

***

Apesar de Healy ter apresentado críticas a esse documento de Mandel em uma reunião do Comitê Central da seção inglesa e de ter sido repreendido por Lawrence e, depois, também pelo SI, o historiador Robert Alexander afirma que, como o conflito no

[587] Cf. *Ibid.*, [s.p.].
[588] Cf. *Ibid.*, [s.p.].

SWP seguia escalando, Pablo teria usado a oportunidade para barganhar o apoio daquele contra a seção norte-americana, prometendo em troca retirar seu apoio a Lawrence e garantir, assim, a hegemonia de Healy na direção da seção inglesa. Este, porém, não teria aceitado a proposta de Pablo e, então, estabeleceu contato com outros adversários do SI. Assim, em outubro de 1953, teve lugar em Londres uma reunião composta por representantes da seção inglesa, da antiga ala majoritária da seção francesa (já não mais nas fileiras da Quarta Internacional) e da seção suíça. Dela ainda participou também o membro do SWP Sam Gordon, mas "a título individual", como observador.[589]

Tal reunião decidiu pela formação de uma fração para disputar o 4º Congresso Mundial, formando uma ala "anti-pablista" no interior do movimento trotskista internacional. Todavia, antes que tal fração fosse de fato lançada, o pleno do Comitê Nacional do SWP realizado no mês seguinte (novembro) votou pela expulsão da tendência Cochran-Clarke-Bartel, sob acusações de sabotagem às atividades públicas do partido e de atuação desleal, pelo não comparecimento a reuniões de organismos internos e, ao invés, se organizar em organismos próprios.

O SI respondeu de imediato a essa medida, através de uma carta assinada por Pablo, Mandel e Frank condenando-a e acusando a maioria do SWP tanto de sectarismo, quanto de resistir a se integrar à Internacional e às posições aprovadas pelo 3º Congresso Mundial. O SI conclamou ainda o CEI a ameaçar expulsar tal maioria caso essa não voltasse atrás em sua decisão.[590]

Mas o mesmo pleno em que se expulsou a tendência Cochran-Clarke-Bartel aprovou também uma *Carta aos trotskistas ao redor do mundo*, na qual se conclamou uma luta pela remoção de Pablo da direção internacional. Em 23 de novembro o apelo da maioria do SWP foi atendido por aqueles setores que haviam se reunido em Londres e, assim, foi formado o "Comitê Internacional da Quarta Internacional" (CI), em uma nova reunião realizada em Paris e que contou com a presença de Healy (Inglaterra), Bleibtreu (França), Dobbs (EUA, citado nos documentos como "Smith, da Nova Zelândia") e Jacques (Suíça).[591]

---

[589] Cf. ALEXANDAER, Robert J. *Op. cit.*, p. 322.
[590] Cf. *Ibid.*, p. 323-25.
[591] Cf. *Ibid.*, p. 323-25.

4.3. As respostas da ala majoritária do SWP: *mea culpa* e "trotskismo ortodoxo"

Abordada a visão da liderança internacional, especialmente a amálgama resultante da renovada aliança entre Mandel e Pablo após as propostas deste em prol de uma nova estratégia para o movimento trotskistas, cabe aqui uma análise do conteúdo das ideias apresentadas como alternativa pelo SWP dos EUA. Elaboradas de forma mais acabada no decurso da luta interna contra a tendência Cochran-Clarke-Bartell e do ataque final do partido a Pablo, estas já haviam se feito presentes nos debates de 1948-51, acerca da "questão iugoslava" e da "zona tampão", e foram em grande parte compartilhadas por seus aliados "anti-pablistas", que se definiram enquanto "trotskistas ortodoxos" e que passaram a década seguinte atuando em conjunto fora das fileiras da Quarta Internacional.

A liderança do SWP não aparentava estar muito incomodada com as novas ideias de Pablo até o momento em que estas se expressaram dentro de suas próprias fileiras. Conforme mencionado, Cannon havia até mesmo negado a um membro da ala majoritária do PCI, pouco antes desta ser expulsa, que houvesse algum tipo de "revisionismo" envolvido em tais ideias, ou que aquela estivesse sendo submetida a algum tipo de tratamento abusivo por parte da liderança internacional. Durante as várias rodadas de discussões que ocorreram nas células regionais do SWP no decurso da luta entre Cannon e seus aliados dentro do Comitê Nacional do partido (Hansen, Weiss, Dobbs etc.) e os apoiadores de Pablo, Cannon chegou a tocar no porque dessa sua atitude, no mínimo conivente com as ideias e atos deste.

Segundo Cannon, foi o SWP que ajudou jovens quadros europeus como Pablo e Mandel, até então praticamente desconhecidos dentro do movimento trotskista internacional, a assumirem a liderança da Quarta Internacional ao fim da guerra. E, quando estes começaram a desenvolver ideias consideradas equivocadas e a adotarem métodos organizativos considerados burocráticos, ele e outros minimizaram suas críticas aos mesmos e até mesmo tentaram manter as divergências restritas aos círculos dirigentes, visando não prejudicar os esforços feitos pela reconstrução da Internacional. Conforme afirmou o próprio:

> Our relations with the leadership in Europe at that time [meados dos anos 1940] were relations of closest collaboration and support. There was general agreement between us. These [Mandel, Pablo etc.] were unknown men in our party. Nobody had ever heard of them. We helped to publicize the individual

> leaders, we commended them to our party members, and helped to build up their prestige. We did this, first because we had general agreement, and second because we realized they needed our support. They had yet to gain authority, not only here but throughout the world. And the fact that the SWP supported them up and down the line greatly reinforced their position and helped them to do their great work
>
> **We went so far as to soft-pedal a lot of our differences with them**—and I will mention here tonight some of the many differences, **known for the most part only in our leading circles**, that we have had in the course of the last seven years.[592] (ênfase adicionada)

Tal afirmação deixa transparecer um sentimento compreensível, de evitar colocar em risco a tênue estabilidade que havia sido obtida ao longo dos anos 1940 dentro do movimento trotskista internacional e, assim, não colocar em risco todo o esforço de reorganização que permitiu que a Quarta Internacional voltasse a funcionar efetivamente enquanto um partido mundial. E tal sentimento não ficou restrito a Cannon e seus aliados dentro da liderança do SWP, conforme demonstra uma carta aberta de um dos dirigentes exilados da seção chinesa, Peng Shuzhi (também grafado Shu-tse), de dezembro de 1953. Entre 1952-53, Shuzhi havia passado algum tempo na Europa enquanto membro observador na liderança internacional e, nessa carta na qual rompeu com a mesma e aderiu ao bloco "anti-pablista", ele relatou uma série de diferenças políticas que desenvolveu com Pablo durante tal período, além de diversos abusos burocráticos que sofreu por parte deste.[593]

Todavia, ele afirmou que se omitiu de travar um combate aberto ou mesmo de denuncia-lo perante o movimento trotskista por medo de desestabilizar a organização – postura que alegava ter sido incentivada por membros do SI, como Gerry Healy ("Burns") e George Novack ("Manuel")[594]. Seu relato demonstra que a postura descrita por ele e por Cannon estava disseminada entre certos dirigentes veteranos e, por mais compreensível que seja o sentimento por detrás da mesma, não se pode perder de vista suas consequências, ao ter permitido uma hegemonia política e organizativa de Pablo e Cia. dentro da liderança internacional, a qual foi utilizada para perseguir e calar adversários das suas novas ideias, produzindo enormes danos ao movimento trotskista internacional.

---

[592] CANNON, James P. Internationalism and the SWP [18 de mai. de 1953]. In *Fighting for Socialism in the "American Century"*. Sydney: Resistance Books, 2001. Disponível em http://tinyurl.com/o95gkgb. Acessado em 26 de outubro de 2015, [s.p.].

[593] Cf. SHUZHI, Peng. The Chinese Experience with Pabloite Revisionism and Bureaucratism. A Letter to James P. Cannon [30 de dez. de 1953]. *Internal Bulletin* [Nova York/SWP], A-15, fev. de 1954, p. 1-16.

[594] Cf. *Ibid.* [s.p.].

Quando finalmente a liderança do SWP se levantou contra aquilo que encarava serem ideias "revisionistas" e métodos burocráticos por parte de Pablo e do SI, esta apresentou certas visões acerca do arcabouço teórico-programático original do movimento trotskista que em muito se assemelhavam àquelas expressas ao longo do período 1948-51, no qual se discutiu o que vinha ocorrendo na "zona tampão" e na Iugoslávia. Ideias que, portanto, não foram descartadas após a formulação dos documentos do 9º Pleno do CEI, que encerraram o conflito acerca de tais temas, mas, ao invés, aparentam terem sido deixadas "adormecidas", com fins de evitar conflitos com a liderança internacional. A principal delas era a tese de que o stalinismo era intrinsecamente *contrarrevolucionário* e que, portanto, jamais poderia ter transformado a "zona tampão" ou a Iugoslávia em formações sociais não capitalistas.

Se isso ocorreu, então era porque algo na natureza dos sujeitos políticos envolvidos em tal processo havia mudado, argumentaram alguns. Conforme visto, a conclusão final a que chegaram Mandel, Pablo, Cochran e Cia. era de que, ainda que permanecendo *subjetivamente contrarrevolucionário*, uma nova conjuntura mundial forçava o stalinismo ao se tornar *objetiva revolucionário*. Já para Hansen, conforme o próprio afirmou no decurso da disputa contra Cochran-Clarke-Bartell, "o poder de realizar tais mudanças não demanda que mudemos nossa concepção do stalinismo desenvolvida por Trotski. O stalinismo continua sendo **contrarrevolucionário até o núcleo**"[595] (ênfase adicionada). O que teria acontecido, portanto, é que os PCs a frente das revoluções vitoriosas, com ao Iugoslava e Chinesa teriam *deixado de ser stalinistas*.

Essa aparente "ortodoxia" contraposta ao "revisionismo pablista" – também presente entre outros setores do movimento trotskista (franceses, suíços, chineses) – era na verdade um distanciamento em relação à concepção original de Trotski. Conforme visto no Capítulo 2, este encarava que burocracia soviética desempenhava um *papel dual*, devido às próprias características de um Estado operário, sendo estranha a noção de que esta era *intrinsecamente* contrarrevolucionária. E, mesmo quando passou a considerar o papel do stalinismo no "plano internacional" como *contrarrevolucionário* (a partir de 1933), não deixou de reconhecer "possibilidades excepcionais" deste e de partidos reformistas "irem além de seu programa" (como no *Programa de Transição*, de 1938).

---

[595] HANSEN, Joseph. What the New York Discussion Has Revealed? The SWP Majority Position on Stalinism in the Cochran Fight. *Internal Discussion Bulletin* [Nova York/SWP] vol. XV, n. 4, de fev. de 1953, [s.p.].

Não obstante tal equívoco acerca da caracterização realmente "ortodoxa" do que era o stalinismo, a visão deste como intrinsecamente *contrarrevolucionário* era a base de unidade dos "anti-pablistas" do SWP dos EUA – e alhures. Ela foi primeiramente expressa de forma clara em certa sessão de discussão entre as alas em disputa em Nova York. Falando pela posição da ala majoritária da liderança do partido e conta a tese de um "giro revolucionário" do stalinismo, defendida pela tendência Clarke-Bartell, "Stevens" (David Weiss, irmão de Murry Weiss) afirmou que o stalinismo era "contrarrevolucionário de cabo a rabo".

A partir de então, Hansen passou a usar a expressão sistematicamente – às vezes expandindo-a, na forma "contrarrevolucionário de cabo a rabo e até o núcleo" – como síntese do que encarava ser a visão trotskiana acerca do stalinismo. Em suas próprias palavras: "Visto *politicamente* [o stalinismo] é contrarrevolucionário até o núcleo, seus métodos se equiparando bem de perto àqueles do regime Nazi"[596]. Assim, sem abandonar a noção de um "papel dual", mas, ao invés, distorcendo-a, o que argumentavam Hansen e Cia., conforme a precisa síntese crítica feita décadas depois pelo trotskista inglês Dave Bruce, era que

> Stalinism, so the argument runs, is the name given by our movement primarily to the ideology of a reactionary caste within the workers' states which is generally assumed to have been charged with a progressive historical role. That it cannot fulfil this role is due to its reactionary character and its counter-revolutionary methods. What it does to defend the state today endangers it tomorrow: **even its 'progressive' measures are carried out in a manner that confuses and demoralises the proletariat. It is, therefore, 'counter-revolutionary through and through'**.[597] (ênfase adicionada)

Lastreando toda a crítica dos "trotskistas ortodoxos" do SWP contra o "revisionismo pablista", tal visão os levou a uma posição bastante contraditória, uma vez que os tornou incapazes de explicarem o que havia ocorrido na "zona tampão", na Iugoslávia e na China. Não à toa, a liderança de tal partido manteve as avaliações formulados pelo CEI acerca de tais eventos, de que teria ocorrido uma transformação *gradual* daquelas formações sociais e de que, nos dois últimos casos, os PCs envolvidos haviam deixado de serem *stalinistas*, sem perceber que isso era a base das ideias "revisionistas" de Pablo.

Conforme se verá nos próximos capítulos, foram tais avaliações, sintetizadas na categoria (ressignificada) de "governo operário e camponês", que anos depois

---

[596] *Ibid.*, [s.p.].
[597] BRUCE, Dave. *Op. cit.*, p. 6-7.

pavimentou a reunificação do SWP com os "pablistas", a partir de convergências sobre o que ocorrera em Cuba entre 1959-63 e de qual linha defender em relação ao governo castristas. Também foram elas que, já em meados dos anos 1980, levaram tal partido a abdicar formalmente o trotskismo, argumentando que a Teoria da Revolução Permanente era incompatível com a estratégia de transição gradual que supostamente havia permeado as revoluções vitoriosas do pós Segunda Guerra.

Apesar dos discursos e dos documentos de linha "anti-pablista" que circularam no interior do SWP ao longo do conflito contra a tendência Cochran-Clarke-Bartell, foi apenas já na iminência da ruptura com o SI que a ala majoritária da liderança de tal partido produziu uma resposta sistematizada ao "revisionismo pablista". Além da já mencionada *Carta aos trotskistas ao redor do mundo*, através da qual o pleno de novembro do Comitê Nacional do SWP conclamou uma luta aberta contra Pablo dentro das fileiras da Quarta Internacional, tal pleno também emitiu o documento *Contra o Revisionismo Pablista*, o qual foi uma resposta (tardia) à *Ascensão e Declínio do Stalinismo*.

Em tal documento, publicado em uma edição especial da revista *Fourth International*, o SWP enumerava as principais análises deste e contrapõe a elas o que supostamente seria uma visão baseada no trotskismo "ortodoxo". Assim, apontava que o SI apostava no desaparecimento do stalinismo da face da terra, em decorrência de uma onda revolucionária que findaria as condições que permitiam a ele existir, a saber, o refluxo da revolução mundial, o isolamento internacional da URSS e o atraso de sua economia. Contra o que SWP argumentava que a ausência de uma vitória revolucionária em um grande centro capitalista mantinha inalterada, do ponto de vista qualitativo, a correlação de forças que originaram o stalinismo, ao passo que a URSS seguia isolada. Sendo esse isolamento um elemento de pressão tanto para prevenir as massas soviéticas de enfrentarem o governo, bem como para controlar os PCs mundo a fora, através de manobras de conciliação com o imperialismo. Ademais, para o desaparecimento da burocracia soviética, argumentava, seria necessário abundância econômica, ainda inexistente.[598]

[598] Cf. AGAINST Pabloite Revisionism. *Fourth International* [Nova York/SWP] v. 14, n. 5, de set.-out. de 1953, p. 99-102. A data da edição não bate com a data do documento, o qual, conforme informado na própria revista, foi aprovado no Pleno de *novembro* de 1953 da liderança nacional do SWP (p. 98). Ele havia ainda sido publicado na edição de dezembro de 1953 do *Internal Discussion Bulletin*, sendo provável que tal edição de *Fourth International* (que, ademais, era uma edição especial, contendo somente tal documento) só tenha sido publicada em fins de tal mês.

Assim, se para o SI a burocracia soviética estaria desempenhando objetivamente um papel diferente em relação ao passado, por supostamente estar cada vez mais restringida em sua capacidade de executar manobras contrarrevolucionárias, para o SWP, esta mais do que nunca estaria desempenhando um papel contrarrevolucionário, visando defender o *status quo* internacional, ao ponto de "formular conscientemente a concepção de coexistência pacífica entre o socialismo e o capitalismo" (Kruschev). Para sustentar tal ponto de vista, o documento apontava para a postura soviética em relação aos conflitos militares na Coréia do Norte, Irã e Malásia, onde o Kremlin estaria disposto a deixar as revoluções locais "sangrarem", bem como pela postura "traidora" do PC francês na fortíssima greve geral que tomou o país em agosto de 1953. Ademais, argumentava, não se verificava a ideia de que o Kremlin estaria então "obrigado" a cooperar com a revolução colonial – antes, ele as estaria usando em seu interesse próprio.[599]

Assim, ainda que se negando a enxergar uma nova conjuntura mundial, marcada por lutas intestinas na periferia capitalista (algumas das quais culminando em revoluções vitoriosas, como na China e Coreia), não obstante o SWP contestava a visão unilateral formulada por Pablo e Cia. acerca do papel cumprido pelo stalinismo ante a mesma, supostamente "objetivamente revolucionário". Nesse sentido, ressaltava o documento, o SI estaria deseducando a vanguarda proletária e deixando-a desarmada para a luta contra as ilusões acerca do stalinismo, uma vez que transformava em regra o que era exceção: se na Iugoslávia e na China a "maré revolucionária rompeu os diques" do stalinismo, nos outros lugares ele foi bem sucedido em direcionar as revoluções no sentido contrário.[600]

Ademais, ressaltava, nesses países onde a revolução triunfou seus métodos estariam prejudicado seriamente o desenvolvimento da mesma. Assim, contestando a política conciliatória do SI para com os regimes iugoslavo e chinês, o SWP afirmou que "Um novo poder [proletário] e novos métodos de governo só podem vir a existir a partir de forças de fora da burocracia e em oposição a ela, através da derrubada pelas massas do regime bonapartista". Em outras palavras, o SWP advogava por revoluções políticas em tais países, como forma de instituir regimes de democracia proletária.[601]

---

[599] Cf. *Ibid.*, p. 102-103. Citação na página 103.
[600] Cf. *Ibid.*, p. 103. Citação na mesma página.
[601] Cf. *Ibid.*, p. 104. Citação na mesma página.

Acerca de tal política conciliatória do SI, o documento afirmava que, abandonando "a concepção básica de Trotski acerca do Termidor Soviético, o qual enxergava a burocracia Stalinista como representando o primeiro estágio da restauração burguesa, os "pablistas" "abrem caminho para a concepção totalmente revisionista de que a burocracia pode se endireitar por conta própria", o que, por sua vez, "abre caminho para a capitulação à burocracia". Assim, concluía, o SI não era explícito em sua nova política, mas lançava as "premissas revisionistas" para novas posições futuras.[602]

Mais adiante no documento, apontava-se para as revoltas anti-burocráticas então recentemente ocorridas em Berlim Oriental como constituindo um ponto de partida essencial para se pensar a posição dos trotskistas em relação à burocracia soviética, a qual não abriria mão de seu poder de bom grado. E se criticava o SI por ter visto o levante como sendo motivado puramente por questões econômicas e como tendo constituído um dos fatores que alavancaram o suposto "novo curso" liberalizante da burocracia – sendo que o mesmo foi reprimido por tropas soviéticas – não chamando, assim, por uma revolução política ou pela formação de comitês proletários que assumissem o controle do país.[603] Dessa forma, acusava a liderança internacional de ter disseminado ilusões nas concessões feitas pela burocracia na sequência dos levantes, ao invés de ter denunciado o regime stalinista, prevendo que teria lugar uma liberalização e um apaziguamento cada vez maiores.[604]

Já em relação às previsões para a atuação do stalinismo fora da URSS, o documento contestava a noção do SI de que os PCs poderiam escapar do controle do Kremlin e se projetarem no caminho da revolução, sob a pressão das massas. Ele então levantava novamente o exemplo do papel desempenhado pelo PC francês, que durante a greve geral se chocou com a mobilização das massas, ao invés de ter sido "empurrado" por elas.[605] Vale lembrar que este era justamente um dos PCs que o documento do SI apostava que poderia ser levado a ir além de seu programa.

Para explicar a "excepcionalidade" dos casos iugoslavo e chinês, o SWP afirma que estes foram marcados por condições sob as quais os stalinistas se viram sob a disjuntiva de ou conduzirem o processo revolucionário até o fim, ou serem fisicamente exterminados pela contrarrevolução burguesa. Nesse sentido, afirmava que "Isso pode

---

[602] Cf. *Ibid.*, p. 105-06. Citações nas mesmas páginas.
[603] Cf. *Ibid.*, p. 109-10.
[604] Cf. *Ibid.*, p. 111-12.
[605] Cf. *Ibid.*, p. 106-07.

ser repetido sob condições comparáveis, especialmente no evento de uma nova guerra mundial"– no que se aproximava estranhamente da base das novas ideias de Pablo, isto é, sua previsão de uma "guerra-revolução". Mas ressaltava que: "Dois partidos comunistas, o iugoslavo e o chinês, responderam ao teste de dada forma; os demais em uma direção oposta".[606] E seguia explicando a "excepcionalidade" de tais casos conforme as seguintes linhas:

> Both parties had been in conflict with the existing regimes and operated illegally for long years. Both fought prolonged civil wars during which the leadership and cadres were selected, tested and hardened and their forces organized. The Chinese CP had armed forces of its own for years before launching the struggle for power. The domestic capitalist regimes were exceptionally weak and imperialism was unable to intervene with any effectiveness.[607]

Por fim, concluía reafirmando o Manifesto do 3º Congresso Mundial (sem notar que este era já recheado de ideias "pablistas"), no qual se lia que o stalinismo era o "obstáculo número um, dentro do movimento operário" para o triunfo da revolução socialista mundial[608]. Da mesma forma, ao explicar a transformação ocorrida na "zona tampão" do Leste Europeu, reproduzia as teses do 9º Pleno do CEI, cuja concepção *gradualista* constituiu um dos pilares do "pablismo". A única diferenciação que o documento fazia em relação a estas era uma crítica à ausência de defesa dos direitos nacionais dos povos sob controle do Kremlin, apontando isso como mais um indício de capitulação à burocracia soviética.[609]

No que tangia às propostas entristas de Pablo e Cia., o documento do SWP mais uma vez se contradizia em seu "anti-pablismo". Pois, ao falar das três formas "válidas" de se aplicar tal tática, defendia, além daquela "clássica" utilizada na década de 1930, não só a linha que foi, na prática, imposta à força ao RCP inglês em meados da década de 1940, de adentrar o Labour Party por este ser um partido que congregava o "conjunto" do proletariado inglês, como também a linha aprovada no 3º Congresso Mundial em relação aos PCs de massas e que se encontraria então em "estágio experimental".[610]

O documento só contestava o entrismo defendido por Pablo para os PCs da "zona tampão", por considera-lo uma forma de capitulação à burocracia governante,

---

[606] Cf. *Ibid.*, p. 107. Citações na mesma página.
[607] Cf. *Ibid.*, p. 107.
[608] Cf. *Ibid.*, p. 107. Citação na mesma página.
[609] Cf. *Ibid.*, p. 107-08.
[610] Cf. *Ibid.*, p. 109.

uma vez que envolvia "entrar em um partido que detém o poder de Estado e que é o opressor principal e direto das massas trabalhadoras"[611]. Porque tal critério crítico não seria igualmente válido para o Labour Party inglês, que se encontrava à frente do governo nacional à época que o SI demandou que o RCP realizasse um entrismo no mesmo, o documento não dizia.

Não obstante, a liderança do SWP criticava os "pablistas" por contarem que a liderança de um movimento contra a burocracia dentro dos Estados operários viria necessariamente do interior dos PCs. Todavia, não descartava a possibilidade "tática" de um entrismo em tais partidos, para aproveitar um momento de crise. E apontava que, no caso dos PCs iugoslavo e chinês, o entrismo estaria justificado pelo fato desses partidos terem liderado revoluções e terem tido que contarem com a ação das massas em diferentes momentos.[612] Assim, vê-se os limites claros do "anti-pablismo" do SWP, o qual se voltava contra os *fundamentos* das ideias "pablistas" e contra algumas de suas *manifestações práticas*, mas demonstrava acordo com outras – especialmente por ser incapaz de apresentar uma explicação alternativa para as revoluções iugoslava e chinesa, que não envolvesse caracterizar os PCs nela envolvidos como não mais stalinistas.

Cabe ainda abordar o conteúdo da *Carta aos Trotskistas ao Redor do Mundo*, que foi escrita por Cannon e publicada no jornal do partido, *The Militant*. Nesta, que é certamente o documento "anti-pablista" mais famoso, é interessante notar que Cannon faz uma *mea culpa* pela sua omissão e do restante do SWP em relação aos erros da liderança internacional, o que teria permitido "a consolidação de uma fração fora de nosso controle, secreta e personalista na administração da IV Internacional, fração que abandonou o programa fundamental do trotskismo".[613]

Basicamente, a carta contrapunha a "missão histórica" da Quarta Internacional – a saber, de ser a organização capaz de superar a crise de direção que tem impedido o proletariado de realizar a revolução socialista mundialmente, e que passa fundamentalmente pela tarefa da "derrota revolucionária do stalinismo dentro e fora da URSS" – ao "revisionismo pablista", que estaria jogando a mesma fora. Tal "revisionismo" seria marcado pela crença na inevitabilidade do socialismo, baseada na

---

[611] Cf. *Ibid.*, p. 109. Citação na mesma página.

[612] Cf. *Ibid.*, p. 110.

[613] Cf. CANNON, James P. A Letter to Trotskyists Throughout the World. *The Militant* [Nova York/SWP] de nov. de 1953. Disponível em http://tinyurl.com/gr729ck. Acessada em fevereiro de 2015, [s.p.].

ideia de que uma "onda avassaladora de revoluções" dará origem a "Estados Operários 'deformados', do tipo stalinista, que durarão por 'séculos'". Vinculada a tal ideia estaria a tese de que a burocracia stalinista seria "capaz de mudar sob pressão das massas, podendo chegar a aceitar as 'ideias' e o 'programa' do trotskismo".

As consequências práticas desse "revisionismo", apontava Cannon, seriam o encobertamente das traições cometidas pelo stalinismo, como forma de manter uma postura "diplomática" em relação a tal corrente, supostamente permitindo uma aproximação com a mesma. Daí teriam frutificado uma ruptura "pró-stalinista" na seção cingalesa da Quarta Internacional (LSSP) e a visão de que as concessões ocorridas na URSS após a morte de Stalin seriam legítimas e indicariam que a burocracia estaria disposta a dividir o poder com os trabalhadores (a tese da auto reforma da burocracia). Outro fruto do mesmo, segundo Cannon, teria sido a já comentada posição "conciliatória" adotada pelo SI ante ao levante ocorrido na Alemanha Oriental em junho de 1953.

De forma semelhante, apontava, ante a greve geral francesa de agosto do mesmo ano, a maior que o país já tivera até então e que teria ocorrido contra a vontade das lideranças oficiais, os "pablistas" franceses teriam encoberto a traição dos stalinistas, "e com isso foram cúmplices dela". Em relação a isso, Cannon analisava um panfleto "verhonhoso", circulado na fábrica da Renault de Paris pela seção francesa e assinado por Frank, Mestre e Privas, no qual estes afirmavam que os stalinistas a frente da CGT estavam corretos em "não apresentar demandas outras que as exigidas pelos trabalhadores", isto é, em sua postura de "manter os sindicatos fora da política". Ademais, apontava, tal panfleto ainda denunciava os trotskistas do PCI *La Verité* (a ala majoritária que rompera/fora expulsa em 1952), os quais teriam tido uma linha correta ao longo da greve.

Mais adiante na carta, Cannon tecia uma autocrítica parcial pelo fato das lideranças do SWP não terem tomado "atitude mais vigorosa" do que um mero protesto formal ante a expulsão de tal grupo no ano anterior, mas não mencionava que os representantes do partido no CEI haviam legitimado tal ato. Ao invés, buscava justificar a omissão do SWP afirmando que este possuía, então, "uma insuficiente apreciação [...] dos reais problemas que estavam envolvidos", tendo encarado que se tratavam de diferenças de ordem táticas.

A carta dedicava ainda espaço razoável a denunciar os "pablistas norte-americanos", a tendência Cochran-Clarke-Bartell, os quais representariam um misto de

pessimismo em relação à incapacidade da classe trabalhadora norte-americana desenvolver posições revolucionários naquele período histórico, com o otimismo em relação ao stalinismo não mais seria capaz de realizar traições, sendo possível que absorvesse ideias trotskistas e, assim, encaminhasse a revolução no futuro. E denunciava Pablo, por ter agido pelas costas da direção do SWP com vistas a favorecer tal tendência, tendo colaborado abertamente com a mesma a partir de maio de 1953, "sendo inspirador da sua campanha de sabotagem das finanças do partido, destruição do trabalho do partido e da preparação para uma ruptura".

Assim, Cannon acusava Pablo de reproduzir métodos stalinistas dentro da Quarta Internacional, ao praticar um "jogo duplo" com seus adversários e também exigir acordo monolítico nas instâncias dirigentes da organização, utilizando de expedientes burocráticos contra aqueles que o enfrentavam. Aqui, Cannon incorreu em uma contradição, ao apontar como "falso argumento" a justificativa de Pablo sobre suas ideias constituírem a linha oficial da Quarta Internacional, uma vez que elas de fato se respaldavam não só em resoluções do CEI, mas também pelas decisões do 3º Congresso Mundial.

Concluindo com seu apelo por um "enfrentamento aberto" contra Pablo e Cia., Cannon afirmava não ser possível "nenhum compromisso político ou organizativo" com ele, defendendo que os trotskistas ao redor do mundo o removessem da liderança internacional e substituíssem seu "agentes" por "quadros que têm demonstrado na ação que sabem conduzir o trotskismo ortodoxo e manter o movimento no caminho correto tanto do ponto de vista político quanto organizativo".

5. A formação do Comitê Internacional e a divisão do movimento trotskista

Desse apelo do SWP dos EUA a uma luta aberta contra Pablo e Cia. foi formado o "Comitê Internacional da Quarta Internacional" (CI). Seu objetivo inicial era adiar o 4º Congresso Mundial e remover Pablo do cargo de Secretário Geral, para que as discussões entre pontos de vista divergentes pudessem fluir democraticamente. Até que essas demandas fossem atendidas, o CI atuaria enquanto uma *fração pública* – isto é, um setor que se entendia como parte da Quarta Internacional, mas se recusava a submeter à sua direção, semelhante ao que fora a Oposição de Esquerda Internacional ante a Internacional Comunista stalinizada.

Todavia, na sequência de sua formação, o 14º Pleno do CEI respondeu a tal ato suspendendo os signatários da carta de lançamento dessa fração pública e reconhecendo as minorias expulsas das seções norte-americana e inglesa como sendo as seções oficiais da Quarta Internacional – atos que reforçavam a divisão organizativa entre as alas divergentes.[614] Mas tais atos não impediram que o CI logo recebesse a adesão de alguns outros setores da Quarta Internacional, ainda no final de 1953.

Os primeiros foram os dirigentes exilados da seção chinesa e um setor da seção canadense, que rachou no processo de discussão de adesão ou não ao CI. Mais tarde, já em 1954, também aderiram o grupo argentino liderado por Nahuel Moreno (pseudônimo de Hugo Bressano Capacete) e o organismo regional formado naquele mesmo ano por ele e pelos agrupamentos "anti-pablistas" do Chile e do Peru, em contraposição ao Birô Latinoamericano de Juan Posadas – o qual foi inicialmente batizado de Comité Latino Americano del Trotskismo Ortodoxo (CLA). Ademais, nesse ano ainda se aproximou do CI (sem a ele aderir formalmente) uma ala da seção boliviana liderada por Guillermo Lora – seção essa que rachara devido a questões relativas à Revolução Boliviana, conforme se verá no próximo capítulo.[615]

Cabe ressaltar que, em março de 1957, o CLA realizou a "Primeira Conferência Latinoamericana do Trotskismo Ortodoxo", a qual o rebatizou de "Secretariado", passando a ser chamado de SLATO, e lançou a revista teórica *Estrategia*, que circulou basicamente em Buenos Aires. Nessa conferência o SLATO também recebeu a adesão de mais alguns outros grupos "anti-pablistas".[616]

Com a saída dessas seções nacionais (ou de setores delas), o LSSP cingalês foi a única voz em alguma medida crítica a Pablo e Cia. remanescente dentro das fileiras da Quarta Internacional. Nos anos seguintes à divisão, tal seção atuou ainda no sentido de buscar a reaproximação do CI com a liderança internacional, com vistas a reunificar o movimento trotskista internacional. Suas iniciativas, todavia, não lograram sucesso: um efêmero "Comitê Paritário" foi formado em entre o SI e o CI em fins de 1954, mas divergências dentro do segundo acerca de seu propósito (o grupo inglês desejava utilizar as discussões para atrair o LSSP para o CI) fizeram com que fosse rapidamente abandonado após algumas reuniões iniciais.[617]

---

[614] Cf. ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 323-25.
[615] Cf. *Ibid.*, p. 325.
[616] Cf. *Ibid.*, p. 329-30.
[617] Cf. *Ibid.*, p. 325-26 e FRANK, Pierre. *Op. cit.*, [s.p.]. Cabe ressaltar que, tendo durante anos sido o principal partido da classe trabalhadora do Ceilão (atual Sri Lanka), o LSSP tinha uma adesão muito

Não tendo suas demandas atendidas, o CI continuou a existir enquanto fração pública por cerca de dez anos. Ao longo destes anos de divisão, a Quarta Internacional passou a ser referida como sendo o "Secretariado Internacional", como forma de diferencia-la do "Comitê Internacional".

Durante os mesmos, quando tal divisão ainda era aparamente reversível, chegaram a haver outras tentativas de reaproximação além do "Comitê Paritário" de 1954, mas tanto Pablo e seus aliados mais próximos dentro da Quarta Internacional, quanto alguns setores do CI (especialmente os grupos francês e inglês), não viam como superadas as divergências que haviam precipitado o racha e fizeram o possível para evitar uma reunificação. Apenas com a Revolução Cubana (1959) e com a convergência a que chegaram o SI e parte do CI acerca de tal evento é que foi possível uma reunificação parcial, estimulada sobretudo pelo SWP dos EUA – o qual, não obstante, precisou enfrentar resistências internas em suas fileiras.

Cabe ressaltar que, enquanto a Quarta Internacional continuou funcionando como antes ao longo desses anos – isto é, na base de um partido internacional que realizava congressos, elegia organismos dirigentes e seguia um regime de centralismo democrático – o CI operou de forma muito mais "frouxa". Ao invés de ter se constituído enquanto um partido internacional centralizado, ele operou mais como uma federação de organizações nacionais, tendo encontros internacionais esporádicos e sem caráter decisório, não tendo uma direção internacional e sem que suas seções membros fossem obrigadas a seguirem uma mesma política geral.[618]

Mais precisamente, entre 1953 e 1963, o CI só realizou dois encontros internacionais, um em novembro de 1955, em Paris, para discutir uma possível reaproximação com a Quarta Internacional – e que também emitiu uma nota de *Solidariedade com a Luta Argelina por Libertação Nacional*[619]. E outro em 1958, conhecido como Conferência de Leeds (cidade inglesa na qual foi realizado), o qual teria sido hegemonizado pelo SWP dos EUA – ao ponto de se ter suprimido as contribuições críticas dos delegados do organismo latinoamericano liderado por Nahuel

---

frágil ao trotskismo, uma vez que ele foi criado como um partido amplo e, em determinado momento, alguns de seus quadros dirigentes históricos entraram em divergência com uma ala stalinista do mesmo, tendo a expulsado e aderido à Quarta Internacional. Em 1961 tal fragilidade cobrou seu preço, com uma ala liderada por "M. N. Perera" tendo levado o partido a formar uma frente política com o partido burguês que ganhara as eleições daquele ano e um setor bastante minoritário, liderado por Colvin de Silva e Leslie Goonawardene mantido fidelidade ao SI. Cf. *Ibid.*, [s.p.].

[618] Cf. *Ibid.*, p. 329.

[619] Cf. ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 329.

Moreno, então renomeado SLATO.[620] Mas os laços do CI eram tão frouxos, que a imprensa de seus grupos membros sequer publicou as resoluções adotadas em tais encontros. Elas parecem ter sido impressas apenas em um *Boletim Interno* em língua inglesa e de circulação ao que parece bastante restrita, cujo conteúdo até o momento é apenas parcialmente conhecido, através dos documentos republicados em coletâneas posteriores de tais grupos.

[620] Cf. *Ibid.*, p. 329.

CAPÍTULO 5

O MOVIMENTO TROTSKISTA E AS REVOLUÇÕES DO PÓS-GUERRA (1949-55)

Conforme se discutiu ao longo dos capítulos anteriores, o movimento trotskista internacional, mal reerguido após os duros anos de guerra, logo se viu politicamente dividido ante a nova conjuntura mundial, passando por uma dura crise que culminou em sua divisão organizativa ao final de 1953. Tal conjuntura era marcada, de um lado, por uma inesperada recuperação econômica do capitalismo e de seus centros imperialistas e, de outro, por intestinas lutas de classes por toda a Europa e pela periferia capitalista (especialmente na forma de lutas anticoloniais), as quais deram um novo impulso à social-democracia e ao stalinismo em termos de popularidade e adesão de novos membros.

Ademais, em alguns poucos casos tais lutas culminaram na realização de algumas das tarefas nacional-democráticas pendentes em tais países, especialmente a reforma agrária e a emancipação nacional. Mas, a despeito do programa e dos desejos de suas direções políticas a frente de tais processos, isso só foi possível através de uma dinâmica de expropriação das burguesias nativas e dos capitais imperialistas. Nesses casos, novas formações sociais de caráter não-capitalista foram construídas e fortaleceram, ainda que não internacionalmente, o chamado "bloco soviético".

A partir da crise, que levou à formação do Comitê Internacional, as análises expressas pelos diferentes setores do movimento trotskista passaram a definir correntes cada vez mais distintas uma das outras desde a perspectiva teórico-programática e, consequentemente, a aprofundar sua fragmentação organizativa. Como se verá ao longo do deste e do próximo capítulo, na base dessas diferentes análises encontrava-se precisamente divergências e diferentes (re)leituras do arcabouço original de tal movimento que remontavam às questões que permearam os debates acerca do Leste Europeu e da "questão iugoslava".

Questões entre as quais destacavam-se, especialmente, a caracterização do stalinismo e a interpretação da Teoria da Revolução Permanente, particularmente no que tangia a (im)possibilidade de forças não revolucionárias levarem a cabo revoluções anticapitalistas e à possibilidade de existência de "regimes intermediários" entre capitalismo e ditadura do proletariado. No longo prazo, tais questões tiveram muito

mais peso do que as leituras conjunturais desenvolvidas por Pablo na confecção de suas polêmicas novas ideias, como sua previsão de uma iminente Terceira Guerra Mundial. E, igualmente no longo prazo, a própria figura de Pablo não tem a centralidade histórica que algumas narrativas atribuem à mesma.

Pois, menos de um ano depois do racha dos "anti-pablistas", a URSS e os EUA passaram por uma reaproximação diplomática. Esta levou ao arrefecimento dos discursos radicais assumidos por alguns PCs ao redor do mundo e, consequentemente, do clima de intensa polarização internacional. Tal reaproximação teve como maior expressão política entre o stalinismo a ideia, que passou a ser sistematicamente promovida por Nikita Kruschev, de uma "via pacífica ao socialismo" e de uma "coexistência pacífica" com o imperialismo, as quais consistiam no exato oposto do suposto giro revolucionário enxergado por Pablo anteriormente.

Sob essa nova conjuntura, Pablo passou a relativizar algumas das ideias apresentadas com tanto vigor ao longo dos anos anteriores, inclusive ao ponto de ter se voltado contra seus apoiadores mais próximos, quando estes quiseram levar a frente no 4º Congresso Mundial (1954) o que viam como as conclusões práticas das mesmas, tendo proposto a completa dissolução da Quarta Internacional e a entrada definitiva dos trotskistas nos PCs. Tais aliados eram a fração Cochran-Clarke-Bartel, expulsa do SWP em fins de 1953, os pequenos agrupamentos canadense e inglês, igualmente expulsos de suas seções e que eram liderados, respectivamente, por Murray Downson e John Lawrence, bem como o setor minoritário do PCI francês "oficial", liderada por Michelle Mestre, da célula de Lyon. Ao terem sido derrotados em tal Congresso, os mesmos se retiraram da organização.[621]

Com a saída desses setores, que levaram a cabo sua proposta de dissolução no interior dos PCs, Pablo ficou um tanto quanto isolado dentro da liderança internacional, especialmente a partir do momento em que este passou a aventar ideias "terceiro-mundistas". Pois delas discordaram outros dirigentes, os quais passaram a ganhar maior peso – em especial a *troika* formada por Mandel e Frank e pelo italiano Livio Maitan.

E reforçando a tese de que as releituras operadas em relação ao arcabouço teórico-programático original do movimento não se resumem ao "revisionismo pablista", mesmo com esse abandono das leituras conjunturais e com o declínio gradual

---

[621] Cf. FELDMAN, Fred. Section I: The Parity Commission and Peng Shu Tse's "Pabloism Reviewed". In WOHLFORTH, Tim & FELDMAN, Fred (ed.). *Toward a History of the Fourth International.* Part 7, Volume 1. Education for Socialists Series. New York: Pathfinder Press, 1977, p. 4.

da influência de Pablo sobre a liderança internacional ao longo dos anos 1950, continuou a predominar entre a mesma aquelas ideias básicas que sustentavam as análises e propostas práticas por ele formuladas entre 1951-53. Pois os elementos essenciais dessas ideias, conforme demonstrado, foram desenvolvidas ao longo dos debates sobre a expansão soviética no Leste Europeu e sobre a Revolução Iugoslava (1948-50) e seguiram sendo compartilhadas mesmo por alguns fervorosos "anti-pablistas".

Ideias essas que giravam em torno da estratégia de uma transição *gradual* entre capitalismo e ditadura do proletariado, na forma de um "governo operário e camponês", ao longo da qual se deveria apoiar politicamente o partido que estivesse a frente do mesmo, como forma de leva-lo a realizar plenamente a revolução nacional-democrática ao transforma-la em socialista, através da expropriação econômica e política da burguesia. Em outras palavras, a transferência das tarefas da Revolução Permanente para sujeitos políticos "imperfeitos", mas que poderiam ser "corrigidos" e "guiados" pelos trotskistas.

Conforme se verá ao longo do presente capítulo e do próximo, foram esses elementos que basearam as posições adotadas pelo setor majoritário da Quarta Internacional acerca de processos como a Revolução Chinesa, bem como em processos nos quais o stalinismo não era a força dirigente, como no caso da Revolução Boliviana – que serão abordadas a seguir. Foi ela ainda que sustentou o enorme entusiasmo de Pablo em relação à chamada "Revolução Argelina", ao ponto dele ter integrado o governo pós-independência daquele país, e que determinou o nexo analítico utilizado pela liderança da Quarta Internacional para dar conta do processo cubano – ambos processos nos quais o stalinismo também não era um fator político relevante, e que serão abordados no próximo capítulo.

Já entre aqueles que se contrapunham a tal setor majoritário, especialmente os que passaram a atuar por fora dos fóruns oficiais da Quarta Internacional, através do "Comitê Internacional", não havia um consenso em termo das análises produzidas para dar conta das revoluções que vinham ocorrendo. Grosso modo, nenhum dos partidos ou grupos "anti-pablistas" dedicou um estudo sério a compreender os fenômenos do pós-guerra, tendo se limitado a ver nas Revoluções Iugoslava e Chinesa uma "confirmação" da Teoria da Revolução Permanente e encarado que os PCs a frente das mesmas haviam deixado de ser stalinistas, daí não reconhecendo também (ao menos em um primeiro

momento) a ausência de democracia proletária nos Estados operários por eles governados.

Em geral, o que os unia era o repúdio à ideia de "capitulação" política compreendida nas propostas de relativização ou mesmo de abandono da independência política e organizativa dos trotskistas face a correntes políticas com influências de massas, bem como ao autoritarismo do SI de tentar impor (pro vezes com métodos ardilosos) sua linha política a seções nacionais cujo setor majoritário dos membros dela discordava. Não à toa, refletindo tais diferenças (dentre outros fatores), o CI nunca funcionou enquanto um verdadeiro organismo internacional.

E, se os grupos do CI encontraram enormes dificuldades em entender como teria sido possível a alguns Partidos Comunistas terem levado a cabo revoluções anticapitalistas, e não possuíam um consenso quanto ao assunto, processos como a Guerra Civil Argelina e a Revolução Cubana – em cujas direções políticas encontravam-se movimentos abertamente nacionalistas sem sequer terem uma retórica socialista – eles acabaram por dividir-se de vez, em especial devido ao segundo caso.

Assim, de um lado, as análises produzidas pelos setores da Quarta Internacional que haviam se mantido unificados em torno de seu Secretariado Internacional demonstram claramente que eles haviam aderido a um novo tipo de "trotskismo" ao longo das décadas de 1940-50. E, de outro lado, as análises produzidas por aqueles que romperam com tal órgão e construíram o Comitê Internacional demonstram o quão eles se encontravam distantes uns dos outros acerca da questão fundamental da transição ao socialismo, muitas vezes operando também releituras próprias.

Espera-se, ao longo deste capítulo e do próximo, demonstrar que o núcleo básico das diferenças que vieram a dividir o movimento trotskista, desenvolvido em meados das décadas de 1940-50 em decorrência da dificuldade dos novos quadros trotskistas do pós-guerra em lidarem com fenômenos inesperados, é em grande parte a chave explicativa para a compreensão da crise de tal movimento. E também que é essencial para se compreender algumas de suas "subcorrentes" que surgiram a partir da segunda metade do século XX, devido a seu longo alcance temporal. Compreensão essa para a qual as análises acerca de uma série de eventos para além daqueles das décadas de 1940 e 1950 são essenciais.

Ademais, no presente capítulo também se dedica espaço a analisar uma voz minoritária frequentemente ignorada, a já mencionada tendência Vern-Ryan do setorial de Los Angeles do SWP dos EUA. Esta atuou no interior da Quarta Internacional entre

1950-54, constituindo-se enquanto uma voz crítica tanto aos "pablistas", quanto aos "trotskistas ortodoxos", defendendo que ambos operavam releituras desnecessárias e perigosas do arcabouço teórico-programático do trotskismo na sua tentativa de responder aos eventos revolucionários do pós-guerra.

Cabe ressaltar que outros eventos extremamente importantes marcam o período que este capítulo cobre (1949-55), especialmente uma série de "revoluções coloniais", conforme a terminologia utilizada pelos trotskistas de então, especialmente a Guerra da Coreia (1946-50) e a primeira fase da Guerra do Vietnã (1950-51). Infelizmente não será possível abordar a todos eles em detalhes. A Revolução Coreana, todavia, devido ao seu entrelaçamento com a Terceira Revolução Chinesa, será pontualmente abordada, na seção a seguir. Já naquilo que concerne a Revolução Vietnamita, cabe tecer algumas breves linhas sobre a atuação dos trotskistas quando de seus momentos iniciais, no imediato pós-guerra.

1. Breve comentário sobre os trotskistas e a Revolução Vietnamita (1945-75)

À altura da Revolução Vietnamita, ocorrida ao fim da Segunda Guerra e que assumiu a forma de uma luta anticolonial inicialmente policlassista, os trotskistas vietnamitas concentravam-se no território colonial francês da Conchinchina, especialmente em sua capital, Saigon. Apesar de terem adquirido grande visibilidade e influência entres trabalhadores ao longo das lutas urbanas da década de 1930 – em grande parte por conta da recusa dos stalinistas em levantarem a bandeira da independência nacional por comporem o governo francês da Frente Popular – em 1945 eles encontravam-se divididos em dois grupos adversários, com atitudes diferentes em relação aos governos estabelecidos pela "Frente Única Nacional" ao sul da península vietnamita e pelo Viet Minh ao norte.[622]

O grupo La Lutte, seção oficial da Quarta Internacional, era favorável à participação nas frentes nacionais anticoloniais de composição policlassista, as quais incluíam a "Frente Única Nacional", integrada pelo Viet Minh hegemonizado pelos stalinsitas. Já a "Liga Comunista Internacionalista" denunciava o governo estabelecido pelo Viet Mihn ao norte da península como sendo um governo de colaboração de

[622] Cf. ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 958 e p. 967-68.

classes e chamava ao proletariado a levar a luta revolucionária adiante e formar "comitês populares" (*soviets*).[623]

Relatos dão conta de que o segundo grupo foi capaz de mobilizar contingentes independentes de dezenas de milhares de trabalhadores em dado protesto convocado em Saigon pela "Frente Única Nacional", tendo utilizando palavras de ordem próprias e bandeiras da Quarta Internacional. Ademais, eles de fato conseguiram formar "comitês populares" representativos e dirigi-los politicamente, no sentido de negar apoio político ao governo do Viet Minh, convocar ao armamento dos proletários e camponeses e demandar a nacionalização das indústrias e seu controle pelos operários. Apesar de possuir menor influência e capacidade de mobilização, o La Lutte foi capaz de garantir espaço tanto no regime da "Frente Única Nacional" no sul da península, quanto no do Viet Minh, ao norte.[624]

Não obstante o peso relativamente considerável dos trotskistas vietnamitas, eles foram exterminados pelos stalinistas à frente do Viet Mihn a partir de setembro de 1945, por realizarem críticas à sua colaboração com a burguesia nativa e suas tentativas de aproximação com as potências imperialistas, em especial a Inglaterra (cujas tropas foram permitidas em seu território). Apesar da maior parte dos membros dos dois grupos terem sido dizimados, não sem resistirem por certo tempo de armas em mãos, uma nova organização foi fundada no exílio na França, porém a maior parte de sua militância foi enviada de volta ao Vietnã pelo governo pouco tempo depois, junto a tantos outros exilados.

Em 1953, quando do racha da Quarta Internacional, um setor minoritário do que restara de tal grupo de exilados se juntou aos "anti-pablistas" e só voltou a se reunir aos demais quando da formação do Secretariado Unificado, em 1963.[625] Durante o desenvolvimento da segunda fase da Revolução Vietnamita (1955-75), ao longo da qual a maior parte dos grupos trotskistas mundo a fora defenderam (por vezes de forma acrítica) a vitória do "Estado operário deformado" do Vietnã do Norte, dirigido pelos algozes dos trotskistas vietnamitas, praticamente não se falou mais na imprensa trotskista da história dos mesmos e de seu papel no começo da revolução naquele país. Dessa forma, na década de 1970 o grupo exilado teceu duras polêmicas com o

[623] Cf. *Ibid.*, p. 968.
[624] Cf. *Ibid.*, p. 968-69.
[625] Cf. *Ibid.*, p. 969-72.

Secretariado Unificado sobre a falta de reconhecimento do mesmo acerca da relevância política de um partido trotskista vietnamita.[626]

Cabe ressaltar que, se os debates sobre o caráter da revolução vietnamita, suas tarefas e sujeitos foi praticamente inexistente em 1945, na década de 1970 duras polêmicas surgiram no interior do movimento trotskista internacional (as quais não serão abordadas no presente trabalho). Durante a década de 1940, o máximo que houve de "discussão" no interior da Quarta Internacional em torno do processo vietnamita foram as denúncias feitas por Natalia Sedova, Grandizo Munis e Benjamin Péret em 1947, pelo fato da liderança internacional e algumas seções nacionais (como a francesa e norte-americana) terem emitido saudações acríticas à Ho Chi Mihn e aos stalinistas por ele liderados. "Discussão", pois tais críticas não geraram debate, tendo sido em grande parte suprimidas de circularem.[627] De qualquer forma, as denúncias do trio apontam para um precedente do entusiasmo que dominou as fileiras trotskistas em 1948, em relação à Tito e aos comunistas iugoslavos.

2. O movimento trotskista, a Terceira Revolução Chinesa e a Guerra da Coreia (1949-52)

Conforme visto no Capítulo 2, a política de colaboração de classes imposta ao PC chinês pela *Comintern* stalinizada ao longo da chamada "Segunda Revolução Chinesa" (1925-27) teve resultados desastrosos. Tal política se expressou na forma de uma aliança político-militar entre o PC e o partido nacionalista burguês Kuomitang (KMT) em prol da unificação nacional da China, a qual chegou ao ponto da dissolução parcial do PC, que passou a ser uma ala interna do KMT. A aproximação incluiu até mesmo a aceitação do KMT e de seu líder, Chiang Kai-shek, como membros honorários da Internacional Comunista.[628]

Enquanto durou tal aliança, não foram poucas as ocasiões em que a liderança do KMT silenciou os comunistas nos fóruns internos do partido ou mesmo prendeu alguns deles. Mas ela só foi rompida de fato quando o KMT enfim conseguiu conquistar a porção norte do país, em março de 1927, momento a parir do qual este reprimiu

---

[626] Cf. *Ibid.*, p. 972. Alguns desses materiais de teor polêmico podem ser lidos na coletânea PIRANI, Simon. *Vietnam & Trotskyism*. [s.l.]: [Communist League, Australia], 1987. Disponível em http://tinyurl.com/haf9muu. Acessado em novembro de 2015.
[627] BORSTEIN, Sam & RICHARDSON, Al. *Op. cit.*, p. 215-26.
[628] Cf. COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Moderna, 1986. Versão digital, disponível em http://tinyurl.com/ou3ywpz. Acessado em 10 de dezembro de 2015, [s.p.].

duramente os trabalhadores que se mobilizaram e armaram dentro das cidades nortenhas para facilitar a conquistas delas pelos nacionalistas – sendo o Massacre de Xangai, ocorrido em abril, o episódio mais conhecido. A repressão também se estendeu aos antigos aliados comunistas, que foram presos e fuzilados em massa.[629]

Em resposta a essa atitude do KMT, a *Comintern* orientou o PC chinês a um giro de 180º, no qual este deveria se alçar ao poder unilateralmente, através da construção de *soviets* de trabalhadores naquelas cidades onde possuía maior influência. Essa mudança radical, por ter ocorrido após o KMT já ter se consolidado politica e militarmente na maior parte do território chinês, teve um alto preço. Os comunistas foram massacrados pelas tropas nacionalistas naquelas cidades em que tomaram o poder, como em Cantão, em dezembro de 1927.[630]

Após as derrotas sofridas, o PC se retirou para a porção sul do país, consideravelmente mais rural, tendo contado com a formação de guerrilhas camponeses para se sustentar militarmente – as quais, mais tarde, deram forma a seu "Exército Vermelho". A frente das mesmas encontrava-se Mao Tse-tung, cada vez mais proeminente entre os comunistas chineses. A luta contra o KMT se prolongou até o começo da década de 1930, com o endosso da *Comintern*. Esta demandou ainda a formação de um governo soviético centralizada nas zonas sulistas controladas pelo PC e suas guerrilhas camponesas, de onde se originou uma "República Soviética da China".[631]

2.1. A Segunda Guerra Mundial e a Terceira Revolução Chinesa (1931-49)

Em 1931, enquanto ainda perduravam as investigadas militares do KMT para retomar o controle das zonas sulistas dominadas pelo PC, o Império Japonês acresceu à sua política imperialista de conquista de territórios estrangeiros uma operação de ocupação da região chinesa da Manchúria. Enquanto os japoneses pouco a pouco conquistavam mais territórios chineses, o KMT seguiu concentrando seus esforços em derrotar o PC e suas guerrilhas camponesas. Mas sob esse novo contexto, os comunistas chineses relançaram a proposta de uma frente nacional com o KMT, em prol da expulsão das forças de ocupação japonesas.[632]

---

[629] Cf. *Ibid.*, [s.p.].
[630] Cf. *Ibid.*, [s.p.].
[631] Cf. *Ibid.*, [s.p.] e BROUÉ, Pierre. *Op. cit.*, p. 592-96.
[632] Cf. COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Chinesa. Op. cit.*, [s.p.].

Ante a negativa deste, em 1934 o PC lançou a sua "Longa Marcha", através da qual o recém fundado Exército Vermelho cruzou o país em direção ao norte, liberando áreas rurais do controle das tropas nacionalistas do KMT e recrutando novos membros, com o objetivo de alcançar as zonas sob controle japonês e lá travar uma luta contra as tropas imperialistas de ocupação. Foi apenas em 1936 que o KMT aceitou formar uma nova aliança com o PC, em grande parte por pressão vinda de suas próprias tropas, sob influência da agitação comunista pró liberação nacional.[633]

Nesse contexto de renovada aliança entre o PC e o KMT, todo o discurso socialista do período 1927-34 arrefeceu. Nesse sentido, em 1937 a liderança da *Comintern* aprovou teses que estabeleciam como tarefa central na China a luta unificada contra o imperialismo japonês, mesmo que às custas das zonas sulistas conquistadas nos anos anteriores e dos avanços sociais nelas realizados. Dessa forma, a burocracia soviética retomou sua defesa de uma submissão política dos trabalhadores chineses à burguesia "democrática" (isto é, ao KMT), em detrimento de uma revolução socialista. Conforme o discurso de Dimitrov à reunião de 10 de agosto de 1937 do Comitê Executivo da *Comintern*:

> A questão hoje na China não é de sovietização, mas de impedir o povo chinês de ser devorado pelo imperialismo japonês. É necessário unir largas forças do povo chinês na luta contra a agressão japonesa para que se mantenha a independência, liberdade e integridade do povo chinês. E aqui o partido deveria – e no geral ele o fez – **fazer a transição para a posição de luta não pela sovietização da China, mas pela democracia**, pela unificação das forças do povo chinês sob uma base democrática contra o imperialismo japonês, contra a agressão japonesa. (ênfase adicionada)
>
> [...]
>
> E agora as discussões e conversas com o Kuomintang e com Chiang Kai-shek estão em curso. Nosso partido está pronto e já tomou os primeiros passos rumo a transformar e reconstruir na prática as regiões soviéticas, **de soviéticas a serem democráticas**, onde o governo Soviético é transformado em governo de uma Região Especial, e o Exército Vermelho está sendo transformado **não em Exército Vermelho dos Sovietes, mas enquanto parte conjunta do exército anti-imperialista de todos os chineses** etc. (ênfase adicionada)[634]

Não obstante tal orientação, a guerra contra a ocupação japonesa, lançada oficialmente em 1937 e concluída com o armistício japonês em fins de 1945, enfraqueceu sobremaneira o KMT, ao passo que o PC expandiu sua influência de

---

[633] Cf. *Ibid.*, [s.p.].
[634] DIMITROV, Grigori. *Speech on the Chinese Question. Delivered 10 August 1937 at the Meeting of the Secretariat of the ECCI*. Disponível em http://tinyurl.com/h8br2w4. Acessado em novembro de 2014, [s.p.].

maneira estonteante: conforme aponta o historiador Archie Brown, nesses anos as áreas sobre seu controle pularam de uma população de 4 para 95 milhões, enquanto suas tropas passaram de 100 mil soldados para 900 mil. Ademais, apesar das tropas do PC terem desempenhado um papel mais modesto do que as do KMT ao longo do conflito, quando da entrada de tropas soviéticas na região da Manchúria, em 1939, elas conseguiram se ligar às mesmas e tomaram o controle de várias cidades importantes da porção norte do país.[635]

Até então, suas ações principais tinha consistido em investidas guerrilheiras para expropriar terras, as quais muitas vezes sequer estavam em controle dos japoneses ou de seus aliados locais, mas de senhores de terras chineses. Todavia, quando da sua atuação nas zonas ao norte do país, o PC passou a angariar amplo apoio popular, como suposto representante dos interesses nacionais e patrióticos – uma vez que, entre 1931-37, o KMT pouco fizera contra os paulatinos avanços japoneses.[636]

Dessa forma, ao fim da guerra o KMT se encontrava bastante fragilizado militarmente, sem muito apoio popular e ainda por cima enfrentando uma fortíssima inflação, que fazia tal apoio diminuir cada vez mais conforme crescia a pobreza nas cidades do norte.[637] Foi sob tais condições desfavoráveis que a guerra civil entre o KMT e o PC foi retomada, apesar de um acordo de coalizão ter sido tentado ao fim do conflito com os japoneses, através da iniciativa dos EUA e com o apoio de Moscou. Ante tais vantagens, o PC chinês resolveu não seguir as diretivas vindas de Moscou, para que se limitasse aos territórios já conquistados e estabelecesse um *modus vivendi* com o KMT – diretivas essas que se deram no contexto de acordos entre Chiang Kai-shek e Stalin pela "independência" da Mongólia, que passou a ser mais um dos satélites políticos da URSS.

Assim, entre 1945-49 teve lugar a chamada "Terceira Revolução Chinesa", que culminou na vitória do PC sobre o KMT. Além dos fatores já mencionados, outros dois ainda favoreceram os comunistas chineses em sua luta pelo poder, a saber, o fato do KMT não poder atender aos interesses dos revoltosos camponeses, uma vez que tinha nos senhores de terras seu principal pilar no campo e também de ter deixado que parte de suas tropas se desmobilizasse após a rendição japonesa, sendo que muitos dos ex-soldados se encontravam amplamente insatisfeitos com a falta de perspectiva de uma

[635] Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 179-80.
[636] Cf. *Ibid.*, p. 180.
[637] Cf. *Ibid.*, p. 181 e p. 183.

vida melhor sob o governo nacionalista.[638] Ademais, como os EUA estavam interessados em evitar conflitos com a União Soviética, demandaram que o KMT não se aproximasse das zonas onde havia tropas daquela, como na Manchúria, tendo inclusive realizado um embargo para carregamentos de armas e munições ante a negativa daquele.[639]

Ao longo do conflito PC-KMT, a postura de Moscou seguiu sendo aquela adotada quando do VII e último Congresso Mundial da *Comintern* (1935), isto é, Stalin advogou por uma aliança com a burguesia durante a guerra contra os japoneses e a guerra civil entre o PC e o KMT. Conforme uma carta de Stalin a Mao, de abril de 1949:

> It should be kept in mind that after the victory of the people's liberation armies of China – at least, in a postvictory period for which the duration is difficult to define now – the Chinese government, in terms of its policy, will be a national revolutionary-democratic government, rather than a Communist one.[640]

Isso significava que não se deveria expropriar as propriedades da burguesia nativa ou dos senhores de terras. E, apesar do balanço negativo da experiência prévia de aliança com o KMT nos anos 1920 ter levado a uma alteração das figuras dirigentes dentro do Partido, a partir do que passou a se destacar Mao Tse-tung e sua estratégia da "Nova Democracia", este não fugia ao cânone etapista e, consequentemente, nacional-reformista do stalinismo. Se tal experiência fez com que Mao e seus aliados na direção do PC chinês negassem a perspectiva de um governo de coalização com o KMT, sua alternativa de "Nova Democracia" preconizava uma revolução de caráter nacional-democrático, a qual deveria contar com a burguesia "nacional" entre seus sujeitos sociais, ainda que fosse ser liderada pelo proletariado e pelo campesinato.

Assim, Mao resgatava a ideia do "bloco das quatro classes", defendida pelo formulador do etapismo stalinista (o menchevique Alexandr Martinov), mas com a diferença de que o PC deveria não só ser o jeito político do processo, como gozar de independência organizativa. Nas palavras do próprio Mao, em texto de janeiro de 1940:

> No curso da sua história, a revolução chinesa deve passar por **duas etapas**, primeiro a revolução democrática, e segundo, a revolução socialista, e por suas próprias naturezas elas são processos revolucionários distintos. Aqui a democracia não pertence à velha categoria – não é a velha democracia, mas pertence à nova categoria – é a Nova Democracia.

---

[638] Cf. *Ibid.*, p. 181-82.
[639] Cf. *Ibid.*, p. 183.
[640] Cf. *Ibid.*, p. 183.

> Sem dúvida, **a presente revolução é a primeira etapa**, que vai desenvolver a segunda etapa, a do socialismo, em uma data posterior. E a China vai atingir a verdadeira felicidade apenas quando ela entrar na era socialista. Mas **hoje não é ainda o tempo de introduzir o socialismo.** A presente tarefa da revolução na China é lutar contra o imperialismo e o feudalismo, e **o socialismo está fora de questão** até que esta tarefa esteja completada. A revolução chinesa não pode evitar passar por duas etapas, primeiro de Nova Democracia e então a do socialismo. Além do mais, **a primeira etapa vai precisar de um tempo bastante longo** e não pode ser cumprida da noite para o dia. Nós não somos utópicos e não podemos nos esquecer das reais condições que nos confrontam. (ênfase adicionada)[641]

Tal linha etapista e nacional-reformista continuou a ser defendida por Mao ao longo dos anos de guerra contra o KMT, conforme pode ser visto por estas passagens de um artigo de 1945, no qual se discute a perspectiva de um governo de coalizão com a "burguesia nacional":

> É claro que ainda há contradições entre essas classes, notavelmente a contradição entre trabalho e capital, e consequentemente cada um tem suas próprias demandas particulares. Seria hipócrita e errado negar a existência dessas contradições e demandas diferenciadas. Mas ao longo da etapa da Nova Democracia, essas contradições, essas demandas diferenciadas, não vão crescer e transcender as demandas que todos tem em comum **e não se deve permitir isso; elas podem ser ajustadas**. Dado tal ajuste, essas classes podem juntas cumprir as tarefas políticas, econômicas e culturais do novo Estado democrático. (ênfase adicionada)
>
> [...]
>
> Algumas pessoas suspeitam que os comunistas chineses se opõem ao desenvolvimento da iniciativa individual, o **crescimento do capital privado** e a **proteção da propriedade privada**, mas eles estão enganados. É a opressão estrangeira e a opressão feudal que aprisionam cruelmente o desenvolvimento da iniciativa individual do povo chinês, dificultam o crescimento do capital privado e destroem a propriedade do povo. É a própria tarefa da Nova Democracia que nós reivindicamos a remoção desses empecilhos e a interrupção dessa destruição, para garantir que o povo possa desenvolver livremente suas individualidades dentro do quadro da sociedade, e desenvolver livremente tal economia capitalista privada, pois ela vai beneficiar e não 'dominar a subsistência das pessoas', e proteger todas as formas apropriadas de propriedade privada.[642]

A almejada aliança com uma suposta "burguesia nacional", todavia, logo se mostrou uma possibilidade muito limitada. Em fevereiro de 1949, o rebatizado "Exército Popular de Libertação", sob controle do PC, conquistou a capital Pequim, proclamando um novo governo nacional no dia 1º de outubro e a fundação da República Popular da China. Em novembro do mesmo ano, foi conquistada a última cidade importante que ainda estava sob controle do KMT, fazendo com que seus líderes

---

[641] TSE-TUNG, Mao. *On The New Democracy* [jan. de 1940]. Disponível em http://tinyurl.com/nbfta76. Acessado em novembro de 2014.

[642] Id. *On Coalition Government* [abr. de 1945]. Disponível em http://tinyurl.com/hg7mob4. Acessado em novembro de 2014.

fugissem para a ilha de Taiwan no começo do mês seguinte e proclamassem, ali, a manutenção de seu governo. Apesar de ter o controle da China continental e de assegurar na nova constituição (adotada em outubro) a permanência e defesa da propriedade privada, o PC encontrou sérias dificuldades para governar em conjunto com representantes da burguesia nativa, uma vez que esta passou a criar tensões cada vez maiores com vistas a desestabilizar o governo de coalização.[643]

A situação se agravou ainda mais quando da eclosão da Guerra da Coreia, em 1950. De forma semelhante, aquele país também sofrera com o imperialismo japonês, que o anexara após a Guerra Russo-japonesa de 1905. Acordos diplomáticos firmados entre as potências Aliadas almejavam uma Coreia independente, o que havia sido decidido na Conferência do Cairo, realizada em 1943 com a presença de Churchill, Roosevelt e Kai-shek, e reafirmado na Conferência de Potsdam, realizada em 1945 com a presença de Attlee, Truman e Stalin. Assim, em 1945 tropas soviéticas expulsaram as forças japonesas da parte norte da península coreana, enquanto uma coalização liderada pelos EUA fez o mesmo na parte sul.

A partir da expulsão dos japoneses, o norte passou a ser controlado pelo PC local, que expropriou a burguesia nativa e os capitais imperialistas entre 1945-56, enquanto no sul foi formado um governo provisório. Em 1948, os Estados Unidos tentam reverter essa divisão através de eleições chanceladas pelas Nações Unidas, mas nenhum dos governos aceitou a proposta. Em agosto daquele ano, foi proclamada a República da Coreia, ao sul, que almejava controle sobre a totalidade da península. Em resposta, o norte proclamou República Popular Democrática da Coreia.

Entre 1948 e 1950, seguiram os esforços diplomáticos por parte das grandes potências internacionais em prol de uma unificação. Todavia, conforme as tensões entre os dois lados cresceram, a Coreia do Norte lançou um ataque militar para conquistar o sul da península, em julho de 1950. Mas ele não obteve o rápido sucesso que o PC local esperava, especialmente por conta da formação de uma coalização internacional legitimada pela ONU, que interviu em socorro do governo do sul. Em resposta, a URSS (que apoiou secretamente a investida do norte) pressionou a China a enviar tropas em auxílio e também forneceu certo suporte aéreo. O PC chinês, todavia, não estava muito interessado em se engajar em uma nova guerra, tanto devido ao desgaste da população

[643] Cf. COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Chinesa. Op. cit.*, [s.p.].

chinesa com tantos anos de conflito interno, quanto devido ao medo de uma possível represália norte-americana.[644]

Cedendo, ao final, às demandas da burocracia soviética, a China revolucionária entrou no conflito coreano em fins de outubro de 1950, garantindo a sobrevivência do regime do norte, que não obteve a almejada conquista da totalidade da península, assinando um armistício em julho de 1953, que reafirmou as fronteiras anteriores (o paralelo 38). Internamente, foi nesse começo da década de 1950 que teve início uma forte repressão ao dissenso por parte do PC chinês e do governo por ele encabeçado. Também foi no período 1950-54 que teve lugar a expulsão dos representantes burgueses do regime e a nacionalização do grosso da indústria chinesa, especialmente a pesada, ao que se seguiu o começo do planejamento econômico, via um primeiro "Plano Quinquenal".[645]

***

Dessa forma, pode-se afirmar que a expansão do poder paralelo da "china soviética" de 1930-34 para o restante do país ao longo dos anos 1934-49, culminando na formação da República Popular da China, marcou a passagem de uma situação prolongada de dualidade de poder – na qual porções inteiras do país, ainda que predominantemente rurais, já não se encontravam mais sob domínio burguês – para a consolidação de uma formação social não capitalista no conjunto da China continental. Processo esse determinado muito mais pelas pressões dos capitais imperialistas e nativos, bem como da massa de explorados e oprimidos chineses sobre seus agentes políticos, do que pela vontade de Stalin e de Mao em preservar o capitalismo e estabelecer um regime de coalização com a burguesia chinesa.

Pois, em grande parte, foi a recusa do KMT em fazer uma coalizão governamental ao fim do conflito sino-japonês, a despeito da vontade do PC e das orientações dos EUA e de Moscou – recusa essa que levou à retomada dos ataques militares às áreas sob domínio stalinistas – que forçou a manutenção de uma posição político-organizativa independente por parte deste. Inclusive, devido à desastrosa experiência passada, mesmo durante a coalizão contra os japoneses o PC manteve um alto grau de independência, pois não só tinha sua própria força armada, como também tinha grandes porções territoriais sob seu controle. Ademais, tal força armada e a população de tais porções territoriais eram compostas por uma base social que

[644] Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 190.
[645] Cf. *Ibid.*, p. 192-93.

demandava a realização de tarefas nacional-democráticas incompatíveis com os interesses da burguesia e do KMT.

Assim, em certo sentido, foi a burguesia nativa chinesa que fez com que a revolução fosse adiante e forçasse o PC a acompanha-la e dirigi-la, por conta da sua intransigência em chegar a um acordo com o PC e da sua incapacidade estrutural de realizar as tarefas que demandavam as massas pobres do campo, quando esse acordo foi parcialmente estabelecido após a derrota militar do KMT e a destruição do velho aparato de Estado.

Por fim, cabem alguns comentários sobre dita base social, frequentemente categorizada como "camponesa" ou "pequeno-burguesa" – conforme se verá, todas as diferentes alas do movimento trotskista utilizavam essa caracterização. Desde um ponto de vista marxista, Hamza Alavi afirma, contestando as narrativas maoístas, que o sujeito social fundamental nesse processo de destruição do poder burguês e de posterior profunda transformação social havia sido o *campesinato médio*, isto é pequenos proprietários produtores – no que converge com as análises do também marxista Eric Wolf.

Campesinato esse que, nos momentos finais do processo de conquista do poder, recebeu o auxílio de camadas inferiores da economia rural, advinda de proletários rurais e de arrendatários das regiões fronteiriças, dotados de maior "mobilidade tática" frente a seus senhores. Conforme ressalta Wolf, todavia, o fator essencial teria sido a existência de *liderança externa* ao campo, capaz de fazer a "revolta camponesa" assumir caráter nacional – liderança essa que se deu na forma do Partido Comunista, formado por "revolucionários de classe média". Ademais, destaca Wolf, o grande fator distintivo da Revolução Chinesa – se comparada, por exemplo, com a russa – foi o de que uma forte mobilização *militar* precedeu a tomada do poder, tendo isso influenciado na forma (burocrática, deve-se acrescentar) que este assumiu.[646]

Mas essa avaliação não é consensual, uma vez que James Petras – mais atento às profundas transformações econômicas pelas quais passou a periferia capitalista – afirma que foram "ex-camponeses", "desenraizadas" pelos fluxos de capital imperialista e pela consequente expansão das relações de mercado para o campo (em outras palavras, uma camada social recém *proletarizada*), que predominaram entre a base social do PC chinês ao longo dos anos 1927-34. Tal apreciação o leva a afirmar que duas revoluções ocorreram simultaneamente no país, sob a aparência de ser um só processo: uma de

[646] Cf. ALAVI, Hamza. *Op. cit.*, p. 242 e p. 244 e WOLF, Eric. *Op. cit.*, p. 296-98.

caráter *socialista*, determinada pelos interesses materiais de tais "ex-caponeses" proletariazados e outra *nacional-democrática*, da qual participaram setores da burguesia nacional e das classes médias urbanas, tendo prevalecido a primeira.[647]

Ademais, essa noção da existência de um importante caráter proletário na base social do PC é reforçada pelas informações fornecidas pelo historiador Steve Smith acerca da importância do *proletariado urbano*, especialmente de Xangai. Este não só protagonizou importantes conflitos no começo da década de 1930, como mais tarde forneceu muitos dos seus para a formação do "Novo Quarto Exército" comunista, em 1937, e também se fez presente nos conflitos finais com o KMT, em 1949. Dessa forma, aponta Smith, a Terceira Revolução Chinesa foi marcada por uma "dinâmica circular", indo da cidade para o campo e, depois, voltando novamente para a cidade.[648]

Sendo que, na avaliação de Petras, dois fatores principais determinaram a sobreposição da segunda revolução (nacional-democrática) pela primeira (socialista), a despeito da vontade manifesta da liderança política do PC. A saber, a experiência prévia dos quadros e militantes do PC com insurreições urbanas proletárias e governos de coalização com a burguesia, as quais conferiram a eles forte senso "coletivista" / socialista, o qual teria se sobreposto à mentalidade pequeno-burguesa dos ex-caponeses sob seu comando.[649] E também a entrada em cena do proletariado urbano no período 1949-50, que teria moldado o processo através de sua ação[650]. Todavia, conforme se verá a seguir, esse tipo de considerações mais profundas se fizeram completamente ausentes das análises das diferentes alas do movimento trotskista.

2.2. As análises e posições da liderança da Quarta Internacional e a consolidação das teses de 1948-51

Enquanto todos esses complexos eventos se desenvolviam na China, a liderança da Quarta Internacional ainda lutava para chegar a uma visão sólida sobre o que havia ocorrido na "zona tampão" e na Iugoslávia entre 1944-48. Em grande parte, a Terceira Revolução Chinesa fez consolidar aquelas novas teses e interpretações acerca do

---

[647] Cf. PETRAS, James. *Toward a theory of twentieth century socialist revolutions. Op. cit.*, p. 174-77 e Id. *Socialist Revolutions and their Class Components. Op. cit.,* p. 39.
[648] Cf. SMITH, S. A. *Revolution and the People in Russia and China. A Comparative History.* New York: Cambridge University Press, 2008, p. 4. A ideia de uma "dinâmica circular" é apropriada do também historiador Odoric Wou.
[649] Cf. PETRAS, James. *Toward a theory of twentieth century socialist revolutions. Op. cit.*, p. 174 e Id. *Socialist Revolutions and their Class Components. Op. cit.,* p. 38-39 e p. 41.
[650] Cf. *Ibid.*, p. 50.

arcabouço original do movimento que foram elaboradas entre 1948-51 para dar conta dessas questões.

Em seu 7º Pleno, realizado em abril de 1949 – portanto, antes da proclamação da República Popular da China – o CEI emitiu uma resolução intitulada *Terceira Revolução Chinesa*. Nesta, se caracterizava o movimento guerrilheiro encabeçado pelo PC chinês enquanto um "movimento camponês de liderança stalinista"[651] e, ante seus sucessivos triunfos militares sobre as forças governamentais do KMT, se afirmava que levantar a possibilidade de uma expropriação da burguesia pelo stalinismo chinês, tal qual ocorrera no Leste Europeu, seria "colocar a questão de uma maneira que esquece todas as diferenças entre a China e os países tampão"[652].

O documento chegava a reconhecer a possibilidade de uma expropriação da burguesia por parte do PC chinês, por conta das pressões advindas da mobilização em larga escala do campesinato, que seriam muitas e muito maiores do que aquelas testemunhadas no Leste Europeu, bem como pelo fato do controle de Moscou sobre tal partido ser muito menor do que sobre os demais. Mas encarava como cenário mais provável a conciliação desse PC com a burguesia nativa e o imperialismo – o que, de fato, era o que este vinha tentando fazer, através de sua proposta de um governo de coalização.[653]

Todavia, em meados do ano seguinte, quando o KMT já havia sido derrotado e o PC chinês se encontrava em um governo de coalizão com elementos da burguesia nativa, Ernest Mandel publicou um longo artigo sintonizado com as novas análises do CEI sobre o Leste Europeu. Neste, ela analisava em pormenor o histórico da "Terceira Revolução Chinesa", as ideias particulares desenvolvidas pelos líderes do PC chinês após a perda de contato com Moscou, ocorrida quando da retirada desta para o interior do país quando do fracasso da "Segunda Revolução" (1925-27) e o caráter do novo governo. E ressaltava que a China "ainda está passando por uma *período transitório* entre a queda do velho regime e o estabelecimento definitivo do novo. Politicamente, ela é um *Governo Operário e Camponês* que ainda mantém uma coalizão com certos elementos da burguesia".[654]

---

[651] THIRD Chinese Revolution, The. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], jun. de 1949, p. 29.
[652] *Ibid.*, p. 31.
[653] Cf. *Ibid.*, p. 31-34.
[654] GERMAIN, E. [Ernest Mandel]. The Third Chinese Revolution Part II. Nature and Perspectives of the China of Mao Tse-Tung. *Fourth International* [Nova York/SWP] vol. 12, n.1, de jan.-fev. de 1951, [s.p.].

Tal caracterização era lastreada pela noção de que uma situação de "dualidade de poder" existia não só na "escala dos vilarejos" e na escala de zonas territoriais inteiras, mas também "dentro do próprio governo, devido à presença de ministros burgueses em suas fileiras". Ou seja, assim como a Iugoslávia entre 1944-48, a China estaria a meio caminho ente a ditadura de classe da burguesia e a ditadura do proletariado, sendo seu Estado controlado e disputado por duas classes antagônicas.[655]

Já em relação ao PC de Mao, Mandel ressaltava seu distanciamento em relação a Moscou não só no plano do controle político, mas também das ideias políticas. Assim, indiretamente descartando que este fosse um partido *stalinista*, ao caracteriza-lo apenas como "oportunista", ele levantava a possibilidade do mesmo girar à esquerda, caso "ouvisse as vozes das massas". Todavia, alertava, caso isso não ocorresse, então tal PC provavelmente giraria à direita, seguindo um caminho de burocratização e se voltando contra as massas.[656]

Não obstante, Mandel concluía tal artigo com um tom crítico, afirmando que as massas dos outros países não precisam seguir a "via tortuosa" de Mao, isto é, "23 anos de sofrimento das massas nesse país ante do esmagamento do inimigo". Ao invés, afirmava, "A via de Lenin continua na ordem do dia enquanto as forças revolucionárias das massas continuam a crescer em escala mundial: golpes decisivos e estratégia audaciosa fazem possível hoje, tal qual em outubro de 1917, uma vitória rápida".[657]

No 3º Congresso Mundial, realizado em agosto de 1951, ratificou-se essas análises de Mandel[658] e também se delineou tarefas práticas para os trotskistas chinesas do "Partido Comunista Revolucionário". Conforme visto, tais tarefas implicavam uma revisão da sua linha anterior, de oposição ao regime de Mao, e a adoção de um *apoio crítico* ao mesmo. Essa apoio crítico significava que, junto ao apoio político ao governo, também se deveria lutar para que "comitês populares democraticamente eleitos" passassem a exercer o poder no país.[659] Mas, expandindo as análises do 7º Pleno, a resolução política de tal Congresso afirmava que a Revolução Chinesa estava se "consolidando" e previa guinada à esquerda por parte de Mao, a qual seria fruto da

---

Originalmente publicado na edição de em mai.-jul. de 1950 de *Quatrième Internationale* [SI], tal artigo foi dividido em duas partes quando de sua tradução pelo SWP dos EUA.

[655] Cf. *Ibid*., [s.p.].

[656] Cf. *Ibid*., [s.p.].

[657] Cf. *Ibid*., [s.p.].

[658] Cf. INTERNATIONAL Situation and the Tasks in the Struggle Against Imperialism, The. Op. cit., p. 191.

[659] Cf. *Ibid.*, p. 197-98.

pressão pela participação da Guerra da Coreia e do bloqueio imperialista à China, dentre outros fatores.[660]

Mais uma resolução foi dedicada à Terceira Revolução Chinesa, quando da realização do 11º Pleno do CEI, em maio de 1952. Nesta, mais uma vez se reafirmava a caracterização do regime erguido pelo PC chinês em 1949 enquanto um *governo operário e camponês*, sem que se desse uma definição clara do caráter de classe de seu Estado, descrevendo-o apenas enquanto um "*estágio curto e transitório na estrada rumo à ditadura do proletariado*"[661]. Mas, repercutindo as novas ideias de Pablo sobre o stalinismo, então já bastante hegemônicas no interior da liderança internacional, o documento afirmava que a dinâmica "objetiva" do processo revolucionário chinês obrigaria "mais e mais" o PC a expropriar a burguesia.[662]

Assim, apontava que aquele seria levado a romper "empiricamente" com suas "falsas concepções programáticas", adentrando, pela pressão de "fatores objetivos", na estrada rumo à realização da revolução permanente – isto é, a passagem da revolução nacional-democrática à socialista. Tais fatores seriam, essencialmente, a polarização entre imperialismo e stalinismo, com um giro deste último à esquerda, decorrente da suposta aproximação de uma Terceira Guerra Mundial.[663]

O documento concluía, assim, que o PC chinês iria melhorar progressivamente com o tempo, caracterizando-o enquanto um "partido operário oportunista" – isto é, não mais uma formação *stalinista*, pois havia rompido com as diretrizes de Moscou – e que iria acabar por se transformar em "um partido centrista que avança rumo a consumação da revolução"[664]. Daí, delineava para os trotskistas chineses a política de, na prática, serem uma linha auxiliar desses "fatores objetivos", devendo atuarem enquanto uma força de pressão sobre tal PC, com o objetivo de empurra-lo (ou a uma suposta ala esquerda do mesmo) para a estrada da revolução[665].

Cabe ressaltar que tal política ignorava conscientemente que o regime de Mao estava então prendendo e até exterminando fisicamente tais trotskistas, fato do qual a liderança internacional estava plenamente ciente, conforme demonstrado por uma carta do CEI ao PC chinês de fevereiro de 1953, na qual se condena a perseguição aos

---

[660] Cf. *Ibid.*, p. 193.
[661] Cf. THIRD Chinese Revolution, The. A Resolution of the Fourth International. *Fourth International* [Nova York/SWP], v. 13, n. 4, jul./ago. de 1952, p. 116.
[662] Cf. *Ibid.*, p. 116.
[663] Cf. *Ibid.*, p. 116-17.
[664] Cf. *Ibid.*, p. 117.
[665] Cf. *Ibid.*, p. 118.

trotskistas daquele país[666]. Ademais na previamente mencionada carta aberta de Peng Shuzi a James Cannon, de dezembro de 1953, aquele relatava como Pablo e seus aliados no SI impediram sistematicamente ao longo dos anos anteriores que ele apresentasse suas críticas a tal posicionamento do CEI e que divulgasse entre as fileiras trotskistas o que se passava com seus companheiros chineses sob o governo de Mao[667].

Já na contribuição do SI para o 4º Congresso Mundial, *Ascensão e Declínio do Stalinismo* (agosto de 1953, abordada em detalhes no capítulo anterior), a liderança internacional enfim caracterizou a China como um *Estado operário*, de tipo *burocraticamente deformado*, e o PC a frente do mesmo como *centrista burocrático*. E, não obstante o reconhecimento da existência de uma situação de expropriação política do proletariado no país, tal documento, ratificado pelo 4º Congresso em julho de 1954 apenas com modificações parciais, manteve a orientação de entrismo no PC chinês, com vista a formar uma "ala esquerda" no interior do mesmo. A perspectiva era de que, como tal PC ainda se encontrava "sob pressão da revolução", se poderia alterar seu rumo político, regenerando a ele ao regime por ele encabeçado.[668]

Ao longo dos anos seguintes (1953-63), conforme teve lugar a ruptura de Mao com a URSS, já presidida por Nikita Kruschev, a Quarta Internacional assumiu o lado do primeiro, mantendo seu apoio político "crítico" a ele. Tal posição não gerou dissenso considerável entre os que permaneceram na Quarta Internacional após 1953, exceção feita ao LSSP cingalês, que via nela uma "capitulação" ao maoísmo. Mas o quadro mudou por volta de 1961, quando Pablo passou à posição de apoio quase que acrítico à URSS contra a China – o que foi um dos precedentes de sua ruptura com o SI, em 1964 (também determinada por divergências acerca das lutas por independência na Argélia e Angola).[669]

2.3. O movimento trotskista e a Guerra da Coreia (1950)

Cabe notar que a Quarta Internacional não dedicou muita atenção aos eventos ocorridos na península coreana ao fim da Segunda Guerra Mundial. Apenas em 1950, quando da Guerra da Coreia – altamente imbricada com a Terceira Revolução Chinesa – é que o movimento trotskista voltou seus olhos para a região. Ainda assim, menções ao

---

[666] Cf. LETTRE du C.E.I. de la IVe Internationale au P.C. chinois [fev. de 1953]. *Quatrième Internationale* [SI] 11º ano, v. II, n. 2-4, abr. de 1953, p. 53-64.
[667] Cf. SHUZI, Peng. *Op. Cit.*, p. 1-16.
[668] Cf. *RISE and Decline of Stalinism. Op. cit.*, [s.p.].
[669] Cf. FRANK, Pierre. *Op. cit.*, p. 54 e BENSAÏD, Eduard. *Op. cit.*, p. 96.

conflito de 1950 foram muito mais frequentes enquanto parte de debates sobre a "questão iugoslava", devido ao já mencionado papel cumprido pelo representante de Belgrado nas Nações Unidas – o qual, após uma posição de neutralidade, adotou postura favorável à intervenção norte-americana no conflito.

A principal relevância assumida pela Revolução Coreana nas fileiras trotskistas, conforme se pode perceber por certos documentos abordados ao longo do capítulo anterior, foi o de reforçar a noção de Pablo e Cia. de que uma nova conjuntura mundial revolucionária se abria, na qual as forças imperialistas e soviéticas se confrontariam em um duelo final. Da mesma forma, o papel do recém formado regime chinês, o qual auxiliou a Coreia do Norte militarmente, também esteve na base do entusiasmo de certos setores da Quarta Internacional para com o mesmo.

No próprio mês da eclosão da guerra, julho de 1950, a liderança internacional emitiu uma declaração na qual denunciava as ações "contrarrevolucionárias" na Ásia por parte tanto do imperialismo norte-americano, quanto da burocracia soviética, e chamava por solidariedade internacional para com o proletariado coreano, cuja guerra civil considerava "necessária e justa"[670]. Também em julho, James Cannon, em nome do SWP dos EUA, enviou uma *Carta ao Presidente e aos Membros Congresso dos Estados Unidos*, demandando a imediata suspensão da intervenção militar no país[671].

Em geral, os materiais sobre a Guerra da Coreia soavam uma nota dissonante, uma vez que não reverberavam nem o entusiasmo visto anteriormente em relação aos stalinistas iugoslavos (à época esmaecido por conta da postura dos mesmos em relação a tal geurra), nem traçava perspectivas de "apoio crítico" ao PC local e a seu regime, como fora feito praticamente na mesma época em relação aos stalinistas chineses. Ademais, tais materiais também não traçavam uma análise detida do processo revolucionário ocorrido no norte do país ao fim da ocupação japonesa, encarando que a revolução estava a ocorrer *naquele momento*. Assim, em um artigo de agosto de 1950 dedicado aos eventos na península coreana, escrito por Michel Pablo, afirmava-se que

> The *revolutionary* aspect of this war is not less important. It began as a *national* civil war, for the unity and independence of the country, and then developed into a *revolutionary anti-imperialist* war, which had to fight the

[670] Cf. IVe Internationale et les évènements de Corée, La. *Quatrième Internationale* [SI] vol. 8, n. 5-7, de mai.-jul. de 1950, p. 10-11. Citação na página 11.
[671] Cf. LETTRE au Président des Etats-Unis sur la guerre de Corée. *Quatrième Internationale* [SI] vol. 8, n. 8-10, de ago.-out. de 1950, p. 13-14.

> inevitable coalition of native feudal-capitalists and foreign imperialists, as happened in China, Indo-China, and the Philippines.[672]
>
> [...]
>
> The Korean struggle must be placed in the framework of the immense mass movement of the colonial and semi-colonial countries which aims to throw off the yoke of imperialism and also of the native feudal-capitalists. At the present time this movement is the main revolutionary factor which is causing the ruin of the capitalist system and is powerfully strengthening the historical perspectives of the world proletarian revolution. It thus acts in the long run also against Stalinism, against the rule of the Soviet bureaucracy which is incompatible with the expansion of the revolution in the world and with the new possibilities for the organization and development of the world productive forces.[673]

De forma semelhante, na mesma edição de *Fourth International* na qual esse artigo de Pablo foi reproduzido (set.-out. de 1950), o SWP publicou também um escrito por Sam Gordon (sob o pseudônimo "J. B. Stuart"), que abordava a "revolução asiática" em geral. Tratando dos processos que vinham se desenvolvendo na China, Vietnã e na Coreia, Gordon concluía com uma afirmação na qual encarava que os PCs locais estavam rompendo na prática com o stalinismo, sem, todavia, falar em apoio político aos mesmos:

> The force of the Asian revolution itself compels the native leaders to cast off their Stalinist miseducation and in contrast to Stalin's policy for decades, to seek out, however hesitantly and confusedly, the great strategic concepts of the October Revolution.
>
> The task of Marxists under these circumstances is clear. To place themselves firmly on the side of the permanent revolution; to distinguish between its dynamic forces and those of the Kremlin trying to exploit it; to support the struggles of the colonial peoples against imperialism in their present complicated form. The successful prosecution of these revolutionary struggles, we are profoundly convinced, will bring the insurgent Asian peoples into conflict with the conservative and counter-revolutionary Soviet bureaucracy and, as Yugoslavia has shown, will open up the path for the regeneration of the revolutionary Marxist movement throughout the world.[674]

2.4. As análises e posições dos trotskistas chineses

À altura do 11º Pleno (maio de 1952) e de sua resolução sobre a Revolução Chinesa, Mandel estava mais próximo de Pablo do que no começo das discussões acerca do Leste Europeu, tendo abandonando sua posição de rígida negação da

---

[672] PABLO, Michel [Michalis Raptis]. Korea and the "Cold War". *Fourth International* [Nova York/SWP] vol. 11, n. 5, de set.-out. de 1950, p. 139. Originalmente publicado na edição de agosto-outubro de *Quatrième Internationale*, sob um título diferente.
[673] *Ibid.*, p. 140.
[674] STUART, J. B. [Sam Gordon]. New Stage in the Asian Revolution. Civil War in Korea. *Fourth International* [Nova York/SWP] vol. 11, n. 5, set.-out. de 1950, p. 137.

possibilidade (ainda que excepcional) do stalinismo encabeçar revoluções vitoriosas e passado a concordar com aquele acerca da ideia de que tal possibilidade havia se transformado em "regra" sob a conjuntura da Guerra Fria. Todavia, as ideias que antes haviam sido expressas por ele no âmbito da liderança internacional não haviam desaparecido das fileiras trotskistas. Elas, na verdade, possuíam adesão entre certas seções nacionais (ou setores delas), representando um importante aspecto do pensamento dos que mais tarde vieram a se declarar "anti-pablistas". Talvez o maior exemplo dentre o primeiro seja o da própria seção chinesa da Quarta Internacional, o "Partido Comunista Revolucionário" (PCR), a qual participara da formação do "Comitê Internacional", em fins de 1953.

À época da revolução, os trotskistas chineses encontravam-se divididos em dois grupos, ambos bastante pequenos. O PCR era a seção oficial, mas havia também outro, que fora formado em 1941, como resultado de divergências que remontavam ao começo da invasão japonesa à China, quando os trotskistas chineses se organizavam através da "Liga Comunista". A ala majoritária da Liga, liderada por Peng Shuzi (também grafado "Shu-tse"), defendia a linha de aliança tático-militar com o regime do KMT contra a invasão imperialista japonesa, mas havia uma minoria que defendia uma política de "duplo derrotismo" frente ao conflito, por entende-lo como parte do conflito entre potências imperialistas, dado o começo da Guerra do Pacífico e da aliança do KMT com os EUA. Parte dessa minoria, liderada por Wang Fanxi e Cheng Chiao-lim, formou a "Liga Comunista (Internacionalista)" – posteriormente rebatizada de "Partido Internacionalista dos Trabalhadores" (PIT). Alguns anos depois desse racha, a ala majoritária adotou o nome PCR.[675]

Quando as tropas japonesas foram expulsas e recomeçou a guerra civil entre o PC e o KMT, os trotskistas do PCR adotaram a posição de que ambos deveriam estabelecer uma "paz incondicional". Já seus adversários do PIT defenderam a linha de aliança tático-militar com o PC, por representar "forças progressivas", ainda que encarasse que a "guerra camponesa" estaria fadada ao fracasso. Conforme o PC se aproximava cada vez mais da vitória, uma reunião de emergência do Comitê Executivo do PCR partido decidiu transferir seu Birô Político de Pequim para Hong Kong (então sob domínio inglês), como forma de evitar represálias, e também adotou uma linha entrista no PC e em suas organização, como a "Liga Comunista da Juventude". O PIT também decidira migrar sua militância para Hong Kong, mas alguns permaneceram em

[675] Cf. ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 212-214 e p. 216.

Xangai, onde atuaram clandestinamente até serem presos, em dezembro de 1952. Segundo Robert Alexander, o PIT foi dissolvido em meados da década de 1950, mas o mesmo não fornece detalhes do porquê.[676]

Em um artigo de um dos dirigentes do PCR, escrito em abril de 1948 (portanto, antes da derrubada do KMT) e publicado na edição de outubro-novembro de *Quatrième Internacionale*, afirmava-se que o "poder popular" de Mao, supostamente uma "ditadura democrática do proletariado em aliança com o campesinato" almejava incluir a burguesia nativa. Por conta disso, se classificava sua política enquanto *colaboracionista de classe*. E, com base em tal caracterização, se delineava enquanto tarefa do partido a atuação junto às massas populares e camponesas com vistas a estimular e fazer avançar suas lutas, com o fim último de derrotar "o imperialismo, a burguesia e seu cliente, burocracia stalinista".[677] Já quando o PC triunfou sobre o KMT, em outubro/novembro daquele ano, o partido caracterizou o novo regime como uma "ditadura burocrático-militar", de caráter *burguês* e sustentada pelo *campesinato* – assim se opondo ao mesmo de forma intransigente.[678]

Após a tomada do poder pelo PC, não demorou muito para que boa parte de seus poucos militantes fossem presos, tanto nas regiões sob domínio stalinista, quanto em Hong Kong. Em decorrência da repressão, as figuras públicas de sua liderança partiram para o exílio – primeiro para o Vietnã e, devido à similar repressão aos trotskistas daquele país, posteriormente para a França. Ao chegarem na França, tais dirigentes logo estabeleceram contato com o Secretariado Internacional, tendo o principal deles, Peng Shuzi, se integrado a tal órgão. Paralelamente, os trotskistas que sobreviveram à repressão stalinista e se encontravam em liberdade reorganizaram, em 1952, um organismo dirigente clandestino e passaram a manter contato com Shuzi e Cia.[679]

Graças a essa ponte Paris-Hong Kong as polêmicas que atravessaram a seção chinesa acerca do regime revolucionário estabelecido em 1949 circularam entre o conjunto do movimento trotskista internacional. Ainda em 1952, a nova liderança *in loco* produziu um documento de análise e orientação. Neste, encarava-se que a revolução ainda estava *em desenvolvimento*, por conta das mobilizações proletárias que haviam apenas recentemente se iniciado nas cidades e da luta anti-imperialista que fora

---

[676] Cf. *Ibid.*, p. 215-17.
[677] Cf. HSIEH-HYUE. Développement et perspectives du stalinisme chinois [abr. de 1949]. *Quatrième Internationale* [SI] vol. 7, n. 8, de out.-nov. de 1949, *passim*. Citações nas páginas 31 e 32, respectivamente.
[678] Cf. ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 215-16.
[679] Cf. *Ibid.*, p. 218-21.

travada na Coreia no ano seguinte à tomada do poder. Acerca do caráter dessa "revolução em curso", afirmava-se que se tratava de uma *revolução democrático burguesa*, por conta de sua base *pequeno-burguesa* (o suposto "campesinato"). Não obstante esse suposto caráter de classe, afirmava-se também que a impossibilidade da burguesia nativa em realizar as tarefas de reforma agrária e unificação nacional, fazia com que tal processo fosse um "primeiro estágio" de uma *revolução proletária*, pois as referidas tarefas nacional-democráticas não poderiam ser efetivamente realizadas sem o protagonismo do proletariado e uma orientação socialista.[680]

Em sua análise do processo e na caracterização do regime, tal documento ressaltava a forte base social *camponesa* do mesmo, cuja espinha dorsal seria o "exército camponês" liderado pelo PC. Ressaltava também a ausência do proletariado na tomada do poder, que só aos poucos estava sendo mobilizado pelos stalinistas. Por conta dessa mobilização ainda incipiente é que a presença da burguesia na coalização governamental era possível, afirmava-se, mas esta não teria mais capacidade de determinar os rumos da política, pois seu aparato de Estado havia sido destruído.[681]

Não obstante esse reconhecimento da destruição do aparato de Estado burguês previamente existente e da efetiva expropriação política da burguesia chinesa, o documento caracterizava o regime revolucionário como *burguês* do ponto de vista social. Mas apontava também que ele era atravessado por contradições que lhe forneciam um caráter *bonapartista*, o que fazia com que pudesse ir para um lado ou para o outro do espectro de classe, a depender do processo concreto da luta.[682] Assim, traçando os possíveis cenários resultantes, o documento aventava a possibilidade de uma retomada pacífica do poder por parte da burguesia, através da corrupção do PC e de sua transformação em um instrumento próprio. Outra saída possível para a retomada do poder pela burguesia seria uma via violenta, de destruição do "exército camponês".[683]

Já a alternativa que favorecesse o proletariado passaria ou por um movimento liderado pelo partido trotskista para *completar* a revolução e estabelecer uma *ditadura do proletariado* (removendo o PC do poder, se este se opusesse ao processo). Ou pelo próprio PC expurgar sua "ala direita", mobilizar as massas, dar início a elementos de

---

[680] Cf. THIRD Chinese Revolution and the Tasks of the Revolutionary Communist Party. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP] de mar. de 1952, p. 1-2.
[681] Cf. *Ibid.*, p. 4-5.
[682] Cf. *Ibid.*, p. 5-6. É interessante notar como que tal análise se assemelha àquela de "bonapartismo proletário" posteriormente desenvolvida por Ted Grant (ver Apêndice).
[683] Cf. *Ibid.*, p. 8.

democracia proletária e, então, eliminar a burguesia do governo e expropria-la economicamente. Apenas a partir de então é que se teria um *Estado operário*.[684]

Vê-se, assim, que os trotskistas chineses, tal qual a liderança internacional frente à "zona tampão" e à Iugoslávia entre 1944-51, ou à China entre 1949-53, trabalhava com a noção de um Estado que não pertencia à burguesia, pois construído a partir da destruição do seu aparato previamente existente, mas que se encontrava nos marcos do *capitalismo* e que era perpassado por uma disputa interna de poder entre esta e outra classe – sendo que aqui, ao invés do proletariado, os trotskistas chineses enxergavam a "pequena burguesia" rural. Ou seja, por sua própria via, os trotskistas chineses chegaram a uma noção muito próxima daquela que fora condensada sob a releitura realizada por Pablo e Mandel acerca do termo "governo operário e camponês".

Entretanto, eles viam a possibilidade de passagem para uma ditadura do proletariado não como fruto de uma transformação *gradual*, auxiliada pela atuação dos trotskistas como força de pressão sobre o PC, mas pela realização de um segundo "estágio" da revolução que supostamente ainda estava "em curso". Estágio esse que se daria ou pelo protagonismo dos próprios trotskistas como seu sujeito político, ou pela excepcionalidade do PC assumir esse papel. Donde eles adotavam posição extremamente crítica ao PC e a seu regime, divergindo da liderança internacional e sua linha de *apoio crítico* a Mao.

Essas análises, todavia, não eram consensuais no interior do PCR chinês, conforme demonstrado por um documento de maio de 1951 (portanto, precedente à reorganização do PCR), assinado por "Maki" e que circulara nos boletins internos internacionais. Este defendia que havia sido aberta no país uma "situação revolucionária" a partir de 1947 e apontava que a ala majoritária, pela identificação do movimento das massas com sua liderança stalinista, bem como pela insistência de que a Terceira Revolução Chinesa consistiria no levante do proletariado urbano, fora incapaz de perceber isso. Consequentemente, afirmava-se, a liderança do PCR negava que a guerra civil entre o PC e o KMT tivesse assumido a forma de uma *revolução social*, a qual teria atingido a vitória em 1949. Todavia, tal documento não caracterizava o regime então criado, não deixando claro se o enxergava como um Estado operário, nem se os stalinistas à frente do processo deveriam ser caracterizados de forma diferente.[685]

---

[684] Cf. *Ibid.*, p. 8.
[685] Cf. MAKI. Why is this civil war called a revolution and the importance of this recognition. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP] de mar. de 1952, p. 12-21.

Dois outros documentos dos trotskistas chineses circularam nos boletins da Quarta Internacional na mesma época, um que reforçava os traços centrais da linha da direção *in loco*, mas polemizava em torno de aspectos secundários da mesma[686] e outro que respondia aos argumentos de "Maki" (referido como "Ma") e de outro militante, que supostamente sustentava análises semelhantes, "Chao"[687]. Tais documentos fazem referências a outros não republicados nos boletins internacionais, indicando que uma viva polêmica perpassava as fileiras dos trotskistas chineses. Todavia, conforme ressaltou Shuzi em sua carta aberta a Cannon, o SI em nada auxiliou a superação dessas divergências, tento antes ajudado a disseminar uma profundar a confusão dentro do PCR com suas posições[688]. Devido a precariedade de informações disponíveis sobre as posições no interior do PCR e sobre a atuação do PIT, pode-se dizer que a história do trotskismo chinês do pós-guerra segue por ser escrita.

2.5. As análises e posições dos "anti-pablistas": RCP (Inglaterra), SWP (EUA) e PCI (França)

Conforme foi visto no capítulo anterior, o RCP inglês, através de sua ala majoritária, foi a primeira seção nacional a confrontar as análises da liderança internacional acerca do imediato pós-guerra, do Leste Europeu e da ruptura Tito-Stalin. Antes de ter sido destruída pela sistemática campanha do SI para que adentrasse o Labour Party, tal seção foi capaz de se debruçar ainda sobre os eventos chineses e a apresentar, mais uma vez, uma análise muito mais próxima das categorias e nexos analíticos trotskianos do que fizera a liderança internacional.

Ainda em 1949, em um artigo de Ted Grant publicado na edição de janeiro de seu periódico, *Socialist Appeal*, o RCP inglês apontou que o fato de os "stalinistas chineses" terem levado a cabo a *revolução agrária* estabeleceu uma diferença crucial em relação à revolução de 1925-27, pois impediu que o KMT mobilizasse tropas camponesas a seu favor. Mas apontava que, se o "campesinato" havia sido mobilizado ativamente pelo PC chinês, o mesmo não ocorrera com o proletariado urbano, cuja

---

[686] Cf. LIN; WANG; CHI; TIN; CHIAN; TAO. The rule of the Chinese CP and the tasks of our party. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP] de abr. de 1952, p. 14-31.
[687] Cf. YUAN, Chun. The problem of the so-called "revolutionary situation". Criticism of "The Thesis on the Errors Committed by our Party and Their Nature". *International Information Bulletin* [Nova York/SWP] de abr. de 1952. p. 1-13.
[688] Cf. SHUZHI, Peng. *Op. cit.*, p. 1-16.

"passividade" observada até então seria o fato "mais marcante" dessa nova revolução, afirmava o artigo.[689]

Ademais, Grant ressaltava que, não obstante o vasto apoio que o PC muito provavelmente ganharia entre o proletariado com o avanço das mudanças sociais, não se poderia tomar as políticas do PC chinês senão enquanto uma "perversão do marxismo". Mas, não obstante sua posição crítica ante os stalinista chineses, o artigo traçava uma linha de apoio a medidas progressivas que estes viessem levar a cabo. De qualquer forma, alertava que eles iriam se inspirar no Leste Europeu e na Rússia não só para estabelecer novas relações de produção, mas também um tipo regime não democrático, ao qual os trotskistas deveriam se opor politicamente, pois levaria à opressão das massas pela burocracia.[690]

Dessa forma, enquanto o SI encarava ter sido formado na China um regime transitório, através de um "governo operário e camponês", e dava apoio "critico" a Mao e seus correligionários, que supostamente estavam deixando de serem stalinistas, já em 1949 o RCP indicava que a destruição do Estado burguês pelo exército liderado pelo PC havia originado um Estado operário e que, devido às deformações antidemocráticas que o stalinismo imporia a ele, caberia aos trotskistas uma postura oposicionista em relação ao regime encabeçado pelo mesmo.

***

Já a ala majoritária do PCI francês, que foi a principal voz crítica à Pablo às vésperas e na sequência do 3º Congresso Mundial, assumiu uma posição intermediária entre aquela do RCP chinês e a do SI, sendo muito semelhante àquela defendida por Mandel e outros acerca da "zona tampão" e Iugoslávia entre 1948-51. Conforme já mencionado, no principal documento de tal ala contra as ideias de Pablo, escrito por Marcel Bleibtreu em junho de 1951, foi dedicado certo espaço para a questão chinesa.

Neste, afirmava-se que a principal força do processo revolucionário chinês fora o *campesinato pobre* e que o PC local teria se visto sem alternativas além da tomada do poder, uma vez que se encontrava em um conflito militar de vida ou morte. Nesse processo de luta, a própria composição social do PC teria sido alterada, via o "influxo de novos militantes endurecidos na forja da própria revolução", fator que teria submergido os quadros de até então, "filhos educados de camponeses ricos". Para

---

[689] Cf. GRANT, Ted. The Chinese Revolution. [*Socialist Appeal* de jan. de 1949]. In *The Unbroken Thread. The Development of Trotskyism over 40 Years*. Edited by John Pickard. London: Fortress Books, 1989. Disponível em http://tinyurl.com/op6hzbx. Acessado em 1º de abril de 2015, [s.p.].
[690] Cf., *Ibid.*, [s.p.].

Bleibtreu, foi a partir dessa transformação da composição social que o PC chinês teria sido capaz de rejeitar "sua linha stalinista anterior" e efetivamente tomar o poder.[691]

A partir desse momento, apontava ele, tal partido teria "deixado de ser um partido stalinista e se tornou um **partido centrista** avançando junto com a revolução" (ênfase adicionada). Mas, ressaltava, isso não significava que ele havia se tornado um partido *revolucionário*, uma vez que ele ainda "reteve de seu passado uma séria de conceitos burocráticos e incorretos", os quais seriam os responsáveis pelo "caráter tímido" de sua reforma agrária, pela limitação de seu poder ao norte da China e por seu "esforço consciente de manter o proletariado urbano isolado da revolução". Todavia, Bleibtreu lançava esperanças de ver tal partido evoluir num rumo progressivo e concertar seus erros, afirmando ser absurda a concepção de que o que ocorrera no país fora uma "vitória do stalinismo".[692]

A partir de tal visão acerca da Revolução Chinesa, Bleibtreu realizou ainda uma discussão daquilo que encara ter sido o erro dos trotskistas chineses. Para ele, sua posição de negar que tivesse ocorrido uma revolução no país teria sido fruto da incompreensão acerca do que é o stalinismo, a qual os teria levado a identificarem este com a revolução – o que significava "identificar o stalinismo com sua *negação*".[693] Mas, se Bleibtreu acusava seus camaradas chineses de identificarem a revolução com sua liderança stalinista e, dessa forma, negarem a existência da mesma, cabe ressaltar que ele e seus camaradas franceses, ao invés, identificavam a revolução com a *negação* do stalinismo, o que os levava a negar a deformação burocrática da mesma e o caráter stalinista de sua direção.

Pois, em suas próprias palavras, um partido stalinista seria caracterizado essencialmente pela sua "total e mecânica subordinação ao Kremlin". Assim, concluía, "Quando, por uma ou outra razão, essa subordinação deixa de existir, o partido deixa de ser stalinista" – sendo que para ele isso havia ocorrido tanto na Iugoslávia, quanto na China.[694] Por conta dessa noção restrita do que era o stalinismo, também defendida, conforme visto, por Mandel e pelas teses do CEI acerca da questão iugoslava, Bleibtreu sustentou a mesma linha da liderança internacional acerca do PC chinês e do regime de Mao, isto é, de *apoio político* destes. Para ele, aquele estaria a "realizar as tarefas da revolução permanente, tanto na China quanto internacionalmente". Portanto, seria tarefa

---

[691] Cf. Cf. FAVRE [Marcel Bleibtreau]. *Op. cit.*, p. 15. Citações na mesma página.
[692] Cf. *Ibid.*, p. 16. Citações na mesma página.
[693] Cf. *Ibid.*, p. 16. Citações na mesma página.
[694] Cf. *Ibid.*, p. 16-17. Citações página 16.

dos trotskistas chineses (perseguidos, presos e exilados pelo regime, vale ressaltar) se posicionarem "junto às massas chinesas, junto ao PC chinês, contra Stalin".[695]

Assim, de um lado tanto Pablo quanto os chineses identificaram a revolução com sua liderança stalinista – sendo que o primeiro daí tirou conclusões sobre um "giro revolucionário" do stalinismo e os segundos, sobre a inexistência de uma revolução. Já o PCI, negando a identificação entre processo e liderança, "resolveu" o imbróglio encarando que o PC havia deixado de ser stalinista, daí "podendo" afirmar que teria ocorrido uma revolução, sem "precisar" concluir o que o stalinismo estaria a operar um giro político.

***

Por fim, de forma semelhante ao que ocorreu com a seção chinesa, o SWP dos EUA também foi perpassado por uma intensa confusão analítica acerca dessa revolução, tendo certas alas reproduzido a ideia da impossibilidade de uma revolução realizada por stalinistas, ao passo que sua liderança reproduziu a concepção de transformação social gradualista e de apoio político ao novo regime. Conforme visto, em sua contribuição ao 3º Congresso Mundial (1951), tal liderança aventou a possibilidade de realizar um entrismo no PC chinês e de se conferir *apoio político* ao regime por ele estabelecido, com fins de "aprofundar e expandir os movimentos anticapitalistas segundo linhas revolucionárias" – sem todavia, considerar que já existia ali uma ditadura do proletariado.[696]

Internamente, todavia, existiam posições muitos diferentes. Uma delas, expressa entre 1949-54 pela tendência Vern-Ryan, do setorial de Los Angeles do partido, será abordada mais adiante. Um artigo que defendia uma posição muito similar a de tal tendência em seus pontos chaves, porém com uma análise muito mais profunda, foi publicado em 1954 por "Vincent Grey" (pseudônimo de Vince Copeland) em uma edição de 1954 de *Fourth International*, sem que representasse a linha da direção do partido. Em *Lições da Revolução Chinesa – O Problema da Liderança e do Programa*, Grey polemizou duramente com as análises e posições do SI "pablista", ao qual o SWP já não mais estava ligado.

Nesse sentido, ele acusava o pablismo de ser o "filho bastardo" da Revolução Chinesa, no sentindo que generaliza para o restante do mundo um modelo que encarava

---

[695] Cf. *Ibid.*, p. 17. Citações na mesma página.
[696] CONTRIBUTION to the Discussion on the International Perspectives [jun. de 1951]. Op. cit., p. 5. Mesma página para a citação.

se basear na dinâmica desse processo. Pois, afirmava, mesmo que as ideias de Pablo tenham começado a se desenvolver com a ruptura Tito-Stalin, o "pablismo" propriamente dito teria nascido com tal revolução, a qual teria permitido que suas ideias ganhassem certa adesão. Ideais essas que, essencialmente, se baseavam na noção de que, como foi um partido stalinista que assumiu o poder a partir da Revolução Chinesa, as massas poderiam realizar revoluções independentemente do programa de suas lideranças. Assim, os pequenos partidos trotskistas se tornarem secundários ante a existência de grandes partidos stalinistas que supostamente pudessem ser levados a fazerem revoluções.[697]

Concordando com o SI que o novo regime chinês era um *Estado operário* (o que a direção do SWP ainda não havia afirmado), Grey discordava que o processo ali observado constituísse um novo "padrão mundial" de revolução socialista. Pois, diferente do que afirmava Pablo e Cia., se a Revolução Chinesa deveria ser vista à luz do contexto internacional, marcado por um crescente conflito entre URSS e EUA e pela iminência de uma Terceira Guerra Mundial, o papel que vinha cumprindo o stalinismo nesse contexto era o de sabotar as lutas proletárias, visando a manutenção do *status quo* com o imperialismo – vide, apontava Grey, sua atuação no Irã, na Indo-China, na França e na Itália. Assim, o stalinismo ter falhado em segurar a maré revolucionária na China não implicava que era possível repetir os eventos chineses em outros locais, nem apagava o fato daquele estar atuando como um freio para a revolução, concluía.[698]

Ao mesmo tempo em que polemizava com o "pablismo", Grey também apontava que seria um grave erro descartar que houve uma revolução na China como forma de ressaltar as "inadequações" do stalinismo enquanto liderança. Para ele, em 1925-27 o stalinismo submeteu a classe trabalhadora chinesa à burguesia e isso terminou em um banho de sangue. Todavia, como a luta continuou no campo e o PC passou a organizar uma força armada independente, este teria operado uma correção prática de seu erro central. Teria sido por conta da existência prévia de um exército independente e de territórios sob seu controle que a política de "Frente Popular", que Moscou orientou ao PC firmar com a "burguesia nacional" contra o imperialismo japonês, conforme fez para todos os PCs do mundo, acabou por assumir a forma de uma

---

[697] Cf. GREY, Vincent [Vince Copeland]. Lessons of the Chinese Revolution. The Problem of Leadership and Program. *Fourth* International [Nova York/SWP] vo. 15 , n. 3, Summer 1954, p. 96-97.
[698] Cf. *Ibid.*, p. 98-99.

frente única – isto é, de uma aliança sem submissão organizativa e política às outras forças envolvidas.[699]

Nesse sentido, não teria sido tanto a "pressão das massas" que empurra o PC a expropriar a burguesia, conforme encarava Pablo e Cia., mas a ruptura do KMT com ele e sua vontade em extermina-lo, para findar com seu exército e reconquistar seus territórios. Ademais, ressaltava, uma vez que continuou a se enfrentar com o KMT e assumiu o poder nacional, o PC precisou mobilizar o proletariado contra a burguesia para realizar as demandas do campesinato. Assim, concluía, "a ditadura democrática do campesinato só pôde existir na forma da ditadura do proletariado" – confirmando, portanto, os postulados centrais da Teoria da Revolução Permanente. Grey apontava, ademais, a necessidade de uma real democracia proletária no pais, já que a revolução foi *deformada* deste o início por sua liderança stalinista e suas políticas burocráticas e oportunistas.[700]

Dessa forma, Grey negava tanto que o reconhecimento de revoluções dirigidas por stalinistas devesse levar ao apoio político aos regimes por eles estabelecidos e à capitulação aos PCs, conforme faziam os "pablistas", quanto à negação dessas revoluções como maneira de reafirmar o "papel histórico" do trotskismo (caso do PCR e outros) e ainda à ideia intermediária de que um partido stalinista que realiza uma revolução deixa de sê-lo (e deve receber apoio político), já que este seria intrinsecamente contrarrevolucionário. É interessante notar, todavia, que, a despeito dessas suas análises bastante críticas ao stalinismo soviético e chinês, Grey pouco depois integrou a tendência extremamente pró-stalinista formada por Sam Marcy (pseudônimo de Sam Ballan) em meado da década de 1950, a qual se posicionou contra a Revolução Húngara de 1956 e apoiou seu massacre pela burocracia soviética, por considera-la "contrarrevolucionária". Tal tendência formou o Workers World Party em 1959, o qual ficou bastante conhecido por sua atuação nos protestos contra a Guerra do Vietnã, na década de 1960, através de sua frente Youth Against War and Fascism.

Já no ano seguinte, "David Miller" (pseudônimo de Steve Zeluck) publicou uma avaliação completamente diferente em *Fourth International*, em seu artigo *O Caráter do Estado na China – A Teoria da Revolução Permanente de Trotski se Sustenta?* – o qual também não refletia as visões do setor majoritário da direção do partido. Nele, o mesmo afirmava que a Revolução Chinesa teria tido caráter *democrático-burguês* –

[699] Cf. *Ibid.*, p. 100-01.
[700] Cf. *Ibid.*, p. 101-02.

essencialmente, de ruptura com o imperialismo – e que havia sido realizada pela *pequena-burguesia* (i.e., o campesinato). Posteriormente, todavia, ela teria sido apropriada pela própria burguesia, que teria readquirido controle sobre o novo Estado criado. Segundo ele, tal resultado teria sido decorrência da ausência de um partido proletário revolucionário que tivesse dirigido a "revolução colonial" para uma via socialista, donde processo culminou em um *Estado burguês* supostamente *independente do imperialismo*.[701]

Miller defendia ainda que a Teoria da Revolução Permanente em nada teria sido afetada por esse suposto processo de revolução burguesa anti-imperialista, pois seu núcleo essencial não seria o postulado de que apenas o proletariado seria capaz de realizar as tarefas democrático-burguesas clássicas (conforme visto no Capítulo 2), mas sim que "caso os trabalhadores participem do processo [de revolução democrático-burguesa] enquanto uma classe [...], então as áreas coloniais também podem estar maduras para uma transição direta a um Estado operário"[702]. Através dessa noção, ele distorcia completamente tanto a Teoria da Revolução Permanente, quanto a realidade acerca da Revolução Chinesa, que em 1954 já havia expropriado a burguesia nativa tanto política quanto economicamente – distorção realizada, aparentemente, para "salvar" tal teoria de um processo que fugia aos esquemas ideias por ela previstos. Isso fica claro quando o próprio afirmava que a explicação por ele apresentada seria a única alternativa de ver, como Pablo e seus aliados, a burocracia stalinista enquanto a portadora da revolução socialista mundial.[703]

Cabe ressaltar que essa sua análise é, argumento por argumento, exatamente a mesma desenvolvida por Tony Cliff e seus partidários para explicar as revoluções do pós-guerra, a qual foi apresentada em 1963 sob o nome de "Teoria da Revolução Permanente Desviada" (*Deflected Permanent Revolution* – ver Apêndice). Não à toa, Steve Zeluck – que havia deixado o SWP em 1940, junto com a tendência liderada por Marx Shachtman, e retornara após a Segunda Guerra, junto com a tendência Johnson-Forest, que continuou a advogar pela teoria do "capitalismo de Estado" no interior do

[701] Cf. MILLER, David [Steve Zeluck]. The Character of the State in China. Does Trotsky's Theory of the Permanent Revolution Hold Up? *Fourth International* [Nova York/SWP] vol. 16, n. 1, Winter 1955, p. 19-25, *passim*.
[702] *Ibid.*, p. 22-23.
[703] Cf. *Ibid.*, p. 23.

partido – aderiu ao International Socialists (atual SWP inglês) em 1971, dele saindo no final da década de 1970 para ajudar a formar o grupo Workers Power[704].

Por mais que não seja possível afirmar até onde Zeluck influiu na formulação de tal teoria, é estranho que seu nome sequer seja mencionado na narrativa de Cliff sobre as origens de sua corrente (*Trotskyism After Trotsky. The Origins of the International Socialists*, 1999) e na narrativa de Alex Callinicos acerca da história do trotskismo (*Trotskyism*, 1990).

Esses dois artigos de *Fourth International* aqui abordados refletiam apenas duas posições dentre outras em disputa no interior do SWP, sendo possível encontrar um número razoável de documentos dedicados à questão chinesa nos boletins internos do partido ao longo de 1954-55. Dada essa confusão interna, foi apenas em 1955, no pleno de setembro do Comitê Nacional do partido, que sua direção chegou a uma posição oficial, divulgada na forma de uma resolução que foi posteriormente ratificada pela Convenção Nacional seguinte, realizada em 1957[705].

Resumidamente, tal resolução caracterizava a China como um *Estado operário deformado*, fruto de um processo de revolução democrático-burguesa que, ante a reação contrarrevolucionária da burguesia, necessitou se transformar em revolução *socialista*, ainda que de maneira deformada, por conta da sua liderança stalinista. Segundo a resolução, essa dinâmica confirmava os postulados básicos da Teoria da Revolução Permanente. Ademais, ante o caráter burocraticamente deformado, que implicava que o proletariado encontrava-se expropriado politicamente por uma casta burocrática, a resolução defendia a estratégia de uma *revolução* política, que estabelecesse um regime de democracia proletária.[706]

Ante essa mudança em relação à contribuição apresentada pela direção do partido ao 3º Congresso Mundial da Quarta Internacional cerca de quatro anos antes, cabe notar que tal resolução não realizada nenhuma autocrítica ou mesmo sinaliza dita mudança. Ademais, apesar da aparente "ortodoxia" que seu conteúdo apresentava frente ao "revisionismo pablista", a mesma não localizava com precisão o momento da *mudança qualitativa* ocorrida na formação social Chinesa, ecoando, assim, a noção de transformação *gradual* que se encontrava no âmago do "pablismo". Ela localizava o

[704] Cf. LANDY, Sy. Steve Zeluck 1922-1985. *Proletarian Revolution* n. 24, Summer 1985. Disponível em http://tinyurl.com/zpm4nbu. Acessado em 12 de dezembro de 2015.
[705] Cf. [SWP]. *The Chinese Revolution and its Development*. Education for Socialists series. New York: [s.n.], 1969, p. 32.
[706] Cf. THIRD, Chinese Revolution and its Aftermath, The [1955]. In [SWP]. *The Chinese Revolution and its Development.* Education for Socialists series. New York: [s.n.], 1969, p. 3-10, *passim*.

surgimento do Estado operário chinês de forma imprecisa, em algum momento do começo da década de 1950 – portanto, alguns anos após a tomada do poder em 1949.[707]

Não à toa, nos meses que se seguiram ao pleno de novembro de 1955, tal resolução gerou diferentes respostas críticas no interior do partido. Dentre eles, vale destacar um longo documento do já mencionado "Vincent Grey" (Vince Copeland), no qual esse lidou com vários aspectos analíticos e teórico-metodológicos relativos à Revolução Chinesa, aprofundando elementos de seu artigo de 1954 previamente abordado.

Neste, dentre outras coisas, Grey teceu duras críticas à noção de Estado por detrás da análise segundo a qual uma mudança gradual havia ocorrido na China entre 1949 e meados dos anos 1950. Contra o gradualismo da direção do SWP, e resgatando o pensamento de Marx, Engels, Lenin e Trotski sobre a noção de *revolução social*, ele enfatizou que a tomada do poder pelo exército sob controle do PC teria constituído a passagem de poder de uma classe para outra. Seria, portanto, o momento decisivo de *mudança qualitativa*¸ após o qual (e apenas após o qual), se poderia realizar mudanças mais profundas na esfera econômica.[708] Dessa forma, cabe ressaltar, ecoou argumentos muito semelhantes aos anteriormente utilizados pela tendência Vern-Ryan, conforme se verá ao fim desse capítulo.

2.6. Conclusão

Vê-se através da análise dos documentos dos "anti-pablistas" acerca da Revolução Chinesa, que estes não constituíam um bloco uniforme, conforme muitas vezes são apresentados pelas narrativas sobre a história do movimento trotskista. Ao invés, compreendiam uma miríade de posições e análises diversas, às vezes inclusive dentro de um mesmo partido/organização. Dessa forma, se a "Terceira Revolução Chinesa" serviu para consolidar o "revisionismo pablista" de um lado, de outro ela disseminou confusão e diferentes (re)leituras do arcabouço teórico-programático original do movimento – algumas das quais demonstram que os autointitulados "trotskistas ortodoxos" não eram assim tão diferentes do "pablistas" no que tangia certos nexos analíticos fundamentais para interpretar as revoluções do pós-guerra.

---

[707] Cf. THIRD, Chinese Revolution and its Aftermath, The [1955]. In [SWP]. *The Chinese Revolution and its Development*. *Op. cit.*, p. 3-10, *passim*.
[708] Cf. GREY, V. [Vince Copeland]. The Class Character of the Chinese State. *Debate Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 17, n. 2, de abr. de 1956, p. 4-6.

Compreender isso é essencial não só para uma visão mais completa da história do movimento trotskista internacional dos anos 1940-50, mas também para que se possa entender a reunificação de parte dos "trotskistas ortodoxos" com os seus adversários "pablistas" em 1963. Bem como a forma atual que assumiram algumas das principais correntes do movimento trotskista internacional, cujas origens remontam precisamente aos anos 1950-60.

3. O movimento trotskista e a Revolução Boliviana de 1952

Além da Revolução Chinesa, outro processo revolucionário no qual a nova linha estratégica da direção internacional foi prontamente aplicada foi a Revolução Boliviana de 1952. Todavia, apesar da seção boliviana da Quarta Internacional, o Partido Obrero Revolucionario (POR), possuir então uma considerável e histórica inserção entre o movimento operário do país, este foi um processo que não integrou os debates travados pelas alas então em divergência na Internacional e que, ademais, mal apareceu na imprensa trotskista europeia e norte-americana da época[709].

O The Militant publicou uma série de materiais, a partir da edição de 28/abr, e o SWP organizou debates públicos e uma campanha de solidariedade

Cabe ressaltar ainda que atuação do POR, que basicamente se restringiu a exercer pressão sobre o Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), não só não foi alvo de críticas daqueles que entraram para a história como as principais alas "anti-pablistas" da Quarta Internacional, o SWP dos EUA e o PCI francês, como tais organizações chegaram a repercutir acriticamente tal atuação em suas publicações, através de uma entrevista com Guillermo Lora, então uma das principais figuras públicas e lideranças do partido[710]. Conforme se verá adiante, à época as divergências acerca da atuação e da linha do POR ficaram restritas à tendência Vern-Ryan do SWP, a um setor minoritário do próprio POR e, ainda que de forma diferente, ao grupo argentino dirigido por Nahuel Moreno.

3.1. De um *putsch* a uma insurreição popular e proletária

O artigo não é sobre a revolução de 52

[709] No ano de 1952, *Quatrième Internationale* [SI] (vol. 10, n. 2-4, de fev./abr.) publicou um único artigo sobre esse processo revolucionário, escrito por Guillermo Lora, do POR, e logo traduzido e republicado por *Fourth International* [Nova York/SWP] (vol. XIII, n. 4, de jul./ago), sendo igualmente o único material sobre o mesmo em tal periódico. Fora esse artigo, a única outra publicação da época foi uma entrevista dada por Lora, conforme a próxima nota.

[710] Tal entrevista foi originalmente feita pelo jornal do PCI francês, *La Verité*, e posteriormente traduzida e republicada pelo SWP dos EUA, em seu jornal *The Militant* (dividida em duas partes, nas edições de 12 e 19 de maio).

John (p. 115) afirma não haver clareza da posição do partido, dada a desorganização que tomou conta dele após os eventos repressivos de 1949. Ao que parece, houve uma orientação de voto nulo, mas alguns setores teriam votado no MNR.

As origens dessa revolução remontam às eleições de 1949, nas quais o MNR ganhou do candidato da situação com ampla margem, contando com o apoio do POR e do recém-formado PC boliviano. Todavia, as forças armadas o impediram de assumir, instituindo uma junta militar. Se aproveitando da crescente insatisfação popular para com o governo da junta, em abril de 1952 o MNR tentou chegar ao poder através de um *putsch*, em aliança com um general ligado ao governo (Hernán Siles, chefe da Polícia Nacional) e com a nacionalista Falange Socialista Boliviana (que acabou por se retirar da empreitada no último instante).[711]

Todavia, o golpe rapidamente acabou se tornando uma insurreição popular. Em resposta à mobilização das forças armadas para impedir o mesmo, setores do proletariado e da população civil em geral pegaram em armas, marcharam sobre as principais cidades e nelas montaram barricadas, seguindo a iniciativa dos mineiros de Oruro, que tomaram La Paz no dia 9 de abril. Assim, o golpe projetado pela liderança do MNR, a qual não almejava mudanças sociais, foi transformado pela ação das massas em uma revolução, que destruiu o aparato repressivo do Estado, o substituiu por milícias operárias e, apenas uma semana após o levante do dia 9, culminou na formação da Central Obrera Boliviana (COB). Esta era uma poderosa organização proletária, com participação ainda de estudantes e camponeses e fortemente influenciada pelo POR, a qual inicialmente deteve o controle das milícias populares e à qual o MNR acabou por conceder um "co-governo".[712]

Juan Lechín, líder da ala do MNR mais próxima do movimento sindical e que há anos possuía projeção entre os mineiros, foi a principal figura à frente da insurreição, mas entregou o governo ao general Siles. Este, por sua vez, o repassou a outro líder do MNR, o então exilado Víctor Paz Estenssoro. A tensão entre o novo governo e as massas insurretas não tardou a aparecer. De um lado, a liderança do MNR dava declarações à imprensa de que era absolutamente contra o comunismo, de que almejava a restauração da normalidade institucional e buscava aproximação diplomática com os EUA. De outro, fábricas eram ocupadas, camponeses tomavam as terras dos latifundiários e a COB demandava a nacionalização e autogestão operária das minas e ferrovias, bem como uma reforma agrária.[713]

---

[711] Cf. JOHN, S. Sándor. *Bolivia's Radical Tradition: Permanent Revolution in the Andes*. Tucson: The University of Arizona Press, 2009, p. 117-19.
[712] Cf. *Ibid.*, p. 117-19.
[713] Cf. *Ibid.*, p. 120-21.

Através da ideia de um "co-governo" com a COB, a resposta do MNR a essa radicalização foi a cooptação de lideranças operárias e populares – dentre as quais Lechín e a chamada "esquerda do MNR", que ocupava os principais cargos da recém-fundada central operária – para comporem o gabinete ministerial e cargos de segundo escalão do novo governo. Paralelamente, também realizou concessões parciais às demandas das massas insurretas, como a nacionalização das minas – realizada, todavia, mediante compensação monetária, diferentemente do que exigiam os mineiros.[714]

Com o passar dos anos, o MNR foi recuando nas suas reformas, tendo reerguido uma força armada nacional em 1956, em detrimento das milícias, e se aproximado cada vez mais dos EUA, que chegaram a ter assessores ocupando postos de destaque no governo. Foi apenas naquele ano que foram convocadas eleições, realizadas com base no voto universal que havia sido outorgado ainda em julho de 1952. O candidato do MNR, Hernán Siles, foi eleito Presidente com 84,4% do votos, contra 14% da Falange, 1,3% do PC e 0,2% do POR – que não conseguiu assentos no parlamento bicameral.

3.2. A atuação e a linha política do POR

Conforme mencionado, o POR possuía considerável inserção entre o proletariado boliviano, mais especificamente entre os trabalhadores mineiros – historicamente, um dos setores mais combativos e organizados da classe trabalhadora boliviana. A influência do POR entre o mesmo era tanta, que as teses adotadas pela Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia, quando de sua fundação (1946), foram escritas pelo partido e seguiam os princípios básicos do *Programa de Transição*.[715]

Graças a essa inserção, o POR ocupou papel de destaque na fundação da COB e em sua liderança, ainda que esta estivesse majoritariamente nas mãos da "esquerda" do MNR, tendo Lechín como seu Secretário Geral. Vale destacar que, naquele momento, ter influência na COB (mesmo que em "segundo lugar") significava ter influência sobre aquilo que o próprio Lora afirmou, em sua *História do movimento operário boliviano*,

---

[714] Cf. *Ibid.*, p. 120-21.

[715] Cf. LORA, Guillermo. *A History of the Bolivian Labour Movement. 1848-1971*. Edited and abridged by Laurence Whitehead. Translated by Christine Whitehead. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, p. 245 e p. 246-52. As ditas teses são conhecidas como *Teses de Pulacayo*, e podem ser acessadas (em espanhol) em http://tinyurl.com/gqnke3v.

ter se tornado "a força política mais importante no país", ao redor da qual passara a ser travada a disputa pelo controle do mesmo.[716]

Todavia, apesar dessa força política considerável, os trotskistas bolivianos não buscaram mobilizar as massas e a COB para uma disputa aberta pelo poder. O historiador Steven Sándor John (*Bolivia's Radical Tradition: Permanent Revolution in the Andes*) resume sua atuação da seguinte forma:

> […] the policy of the Partido Obrero Revolucionario was not the intransigent opposition to bourgeois-nationalist regimes demanded by the doctrine of permanent revolution. Nor did it maintain the watchwords of the Pulacayo Thesis, opposing the entry of "worker ministers" into a capitalist government. Instead, the POR combined leftist criticism of the regime with support, especially to Lechín and the other worker ministers, seeking to push and pressure the government to fulfill the aspirations of the masses.
>
> […]
>
> The axis of Bolivian Trotskyists' politics was their orientation to Lechín's MNR Left, which headed the COB labor federation while participating in Paz Estenssoro's cabinet.[717]

A avaliação crítica do militante trotskista José Villa, baseada em farta pesquisa arquivística e bibliográfica (*A Revolution Betrayed. The POR and the Fourth International in the Bolivian Revolution*), vai no mesmo sentido daquela de Sándor John. Segundo o mesmo, o POR caracterizava como inimigos da revolução a "ala direita" do MNR e do governo de Paz Estenssoro e defendia a entrada de representantes operários no gabinete ministerial, com vista a favorecer sua "ala esquerda" e, assim, "empurra-lo" para políticas mais radicais.[718]

---

[716] Cf. *Ibid.*, p. 279. Mesma página para citação.

[717] JOHN, S. Sándor. *Op. cit.*, p. 125-26. A essa breve síntese, seguem diversas seções, baseadas em rica pesquisa arquivística e entrevistas, detalhando a atuação do POR ao longo do processo revolucionário.

[718] Cf. VILLA, José. *A Revolution Betrayed. The POR and the Fourth International in the Bolivian Revolution* [1992]. Traduzido por Mike Jones. Disponível em http://tinyurl.com/zkhg4wq. Acessado em 3 de novembro de 2014, [s.p.]. Trata-se da versão completa do artigo originalmente publicado em *Bases* n. 5 e traduzido e republicado apenas parcialmente em *Revolutionary History* vol.4, n. 3 Summer 1992, p. 58-85. Na década de 1980, Villa foi militante do POR-Masas boliviano e figura de destaque no movimento sindical universitário de La Paz, tendo sido uma liderança proeminente durante a greve de mineiros que tomou a cidade em 1985. Entretanto, foi expulso do partido pouco após seu Congresso realizado naquele ano, supostamente por ter discordado de Lora. Conseguiu fazer rachar uma quantidade razoável de membros ao ser expulso e deu origem ao grupo Poder Obrero e, mais tarde, à League for a Revolutionary Communist International (atualmente League for the 5th International). Seu texto é um balanço crítico da atuação do POR e da Quarta Internacional ante a Revolução Boliviana de 1952, defendendo o ponto de vista segundo o qual o POR boliviano nunca teria sido verdadeiramente trotskista e a Quarta Internacional havia se tornado centrista em meados dos anos 1940 (o ponto de virada teria sido a questão iugoslava). Para tal, se utiliza material arquivístico e bibliográfico, como as publicações do POR e da COB, a renomada obra do historiador James Dunkerley (*Rebelión en las venas*, 1982) e memórias e obras historiográficas de Lora, posteriores à revolução.

Essa postura de disputa do governo e de apoio a parte dele, aponta Villa, era baseada na caracterização do mesmo enquanto "pequeno-burguês"[719]. Já quanto ao MNR, este era caracterizado enquanto "um partido **em transição**, de uma política tradicional ou reformista para a nova política da transformação revolucionária do proletariado enquanto o líder de toda a sociedade oprimida" (*Lucha Obrera*, nov. de 1952, ênfase adicionada)[720]. Ainda que reconhecendo que o MNR não era um partido proletário, o POR defendia que ele passasse por uma "mudança de composição social", para que pudesse atingir um programa capaz de fazê-lo "desempenhar um papel decisivo no presente período"[721].

Era baseada em tais caracterizações que a liderança do POR não via necessidade de uma oposição intransigente ao governo e que almejava transforma-lo em um "governo operário e camponês" pela via constitucional (mudança na composição do gabinete ministerial) e pela "disputa" do MNR (sua transformação em partido marxista). Essa perspectiva foi sistematicamente reproduzida no periódico do POR, *Lucha Obrera*, ao longo de 1952-54.[722] Na edição de 25 de maio de 1952 de tal jornal, é apresentada uma síntese muito clara da mesma, na qual se afirma que o partido

> works so that the masses and the left-wing sector of the governing party will proceed to their logical conclusion, that is to say, **evolve towards a worker-peasant government**. […] The evolution towards the left of the government and its consequent transformation will be determined by the exploited. Owing to the pressure to political circumstances, the petty bourgeois government **may possibly be superseded and be turned into a stage of worker-peasant government**. It is the most probable tendency of that unstable moment and only in this sense do we speak of the only outcome. The aforementioned involves the political defeat of the right and the **active participation in the state of the proletariat and the peasants**. (ênfase adicionada)

Quanto à influência do POR no interior da COB, segundo a avaliação de Villa, apesar de ter inicialmente se constituído enquanto um órgão de duplo poder, a mesma estava longe da democracia dos *soviets* russos de 1917. Pois ela teria sido construída de cima para baixo, a partir das lideranças que já se encontravam no topo das estruturas sindicais do país. Diante desse quadro, aponta Villa, ao invés do POR ter adotado uma postura crítica, ele teria assumindo o comando real das atividades cotidianas da central – incluindo a redação de seu jornal, *Rebelión* – uma vez que as principais lideranças oficiais, ligas à ala esquerda do MNR, estavam ocupadas em seus cargos ministeriais.

[719] Cf. *Ibid.*, [s.p.].
[720] *Apud Ibid.*, [s.p.].
[721] *Apud Ibid.*, [s.p.].
[722] Cf. *Ibid.*, [s.p.].

Desde essa posição, o POR utilizou o jornal da COB para constantemente declarar o apoio "das massas proletárias" ao governo, que identificava enquanto criação destas.[723]

Todavia, à caracterização determinante do MNR e de seu governo enquanto "pequeno-burguês", Villa contrapõe a seguinte análise, segundo a qual tal partido seria, na realidade, um grupo "inconfundivelmente burguês":

> **Its members came from various capitalist and *cacique* parties that had presided over anti-working class governments**. Paz had been the governor of the Central Bank and Finance Minister in two bosses' governments. The MNR had sympathized [sic] with the German Führer who massacred the biggest labour movement of the world. When they were in the government [1943-46, junto a Gualberto Villarroel] they repressed the left and put in power a pro-imperialist dictatorship which was thrown out by a popular insurrection.[724] (ênfase adicionada)

Por conta da caracterização equivocada do POR e de sua postura política dela derivada, avalia Villa, o MNR teria obtido sucesso em transformar a situação inicial, de poder dual, em uma cadeia vertical de comando, com o governo forçando os "ministros operários" a implementarem medidas reacionárias, estes convencendo a COB da necessidade das mesmas e esta, por sua vez, repassando tal convencimento às suas bases[725]. A liderança do POR só teria revisto sua postura ao fim de 1952, através de uma autocrítica na qual reconhecia que os ministros indicados pela COB acabaram atuando no sentido de submete-la ao governo. E também reconhecia que a fração sindical do partido estava a capitular sistematicamente ao representante da "ala esquerda" do MNR, Juan Lechín.[726]

Essa autocrítica levou a um chamado para que os ministros operários se demitissem, mas este não foi acompanhado por um chamado para que a COB assumisse o poder. Ademais, demonstrando que sua caracterização fundamental não havia sido abalada por tais reconhecimentos, em janeiro de 1953, quando a "ala direita" do MNR tentou um golpe para deter exclusivamente o poder, o POR respondeu com a demanda de um gabinete conjunto entre o partido e a "ala esquerda" do MNR.[727]

Conforme o próprio Lora reconheceu em uma autocrítica acerca de tal posição – escrita anos depois, em *La revolución boliviana: Análisis crítico* (1963) – a mesma "possuía os sinais de um enorme erro ideológico: o de acreditar que os trabalhadores

---

[723] Cf. *Ibid.*, [s.p.].
[724] *Ibid.*, [s.p.].
[725] Cf. *Ibid.*, [s.p.].
[726] Cf. *Ibid.*, [s.p.].
[727] Cf. *Ibid.*, [s.p.]. Cabe ressaltar que, antes dos eventos de janeiro de 1953, o POR já havia autorizado um de seus militantes a assumir o posto de Ministro da Cultura, em julho de 1952. Todavia, Villa aponta que não há fontes que confirmem ou neguem que o mesmo assumiu o cargo.

poderiam chegar ao poder via Lechín"[728]. Em contrapartida, continua Lora mais adiante, "A palavra de ordem de 'Todo poder para a COB' poderia ter levado os trabalhadores à vitória"[729].

Essa demanda, de "Todo poder à COB!", aponta Villa, só foi levantada pelo POR em março de 1953, mas, ainda assim, na forma de um chamado para que a burocracia ligada à "ala esquerda" do MNR dentro da COB assumisse o controle completo do gabinete ministerial. Tal linha derivava do programa adotado pelo POR em seu 9º Congresso, de dezembro de 1952, no qual se indicava como central a luta para que fosse formado um gabinete com maioria de representantes da COB.[730]

Esta linha, todavia, foi substituída pela de "Controle total do Estado pela ala esquerda do MNR", em uma resolução do Birô Político do POR, de 23 de junho de 1953. Tal mudança foi embasa por uma resolução do 10º Congresso do partido (realizado em meados de 1953), que tornou bastante explícita a perspectiva de transformar o MNR em um partido revolucionário e, a partir daí, transformar o governo em um "governo operário e camponês", composto pelo POR e pelo MNR, e que rumasse para ser uma ditadura do proletariado:[731]

> **The total predominance of this sector ["esquerda" do MNR] would profoundly modify the nature of the MNR and would enable it to come significantly closer to the POR** [...] Only in such conditions could one speak of a possible coalition government of the POR and the MNR, which **would be a form of creating the formula of the "worker-peasant government"**, which, in its turn, would constitute the **transitory stage** towards the dictatorship of the proletariat.[732] (ênfase adicionada)

Baseada nessa perspectiva, a liderança do POR reagiu a uma crise ministerial de agosto de 1953 argumentando que o slogan de "Todo o poder à esquerda do MNR!" seria adequado, pois "Um novo governo do MNR deste tipo implementaria as novas tarefas da revolução. […] o POR vai ajudar a esquerda [do MNR] nesta tarefa, ele irá guia-la politicamente e apoia-la criticamente"[733]. A partir de tudo isso, Villa sintetiza da seguinte forma a dinâmica das forças políticas na Revolução Boliviana de 1952: "Enquanto Paz queria se alinhar atrás do imperialismo, Lechín se alinhou atrás de Paz e o POR atrás de Lechín"[734].

---

[728] *Apud Ibid.*, [s.p.].
[729] *Apud Ibid.*, [s.p.].
[730] Cf. *Ibid.*, [s.p.].
[731] Cf. *Ibid.*, [s.p.].
[732] *Apud Ibid.*, [s.p.].
[733] *Apud Ibid.*, [s.p.].
[734] *Ibid.*, [s.p.].

3.3. As raízes da linha do POR naquela da liderança internacional

Os traços fundamentais da linha do 3º Congresso Mundial e do Secretariado Internacional se fazem claramente presentes nessas posições e análises do POR, as quais no fundo buscavam na "esquerda" do MNR um caminho mais rápido e fácil para a revolução socialista, tomando-a enquanto um substituto para o partido marxista. O fato de que o POR ia além da linha de Pablo e Cia., ao substituir ainda a luta de classes por manobras palacianas, ao nível da composição ministerial (ou mesmo ao nível do Presidente, uma vez que o partido chegou a declarar que o próprio Paz Estenssoro poderia conduzir a transição para um "governo operário e camponês"[735]) não deve obscurecer tais relações.

Conforme visto no Capítulo 4, no próprio 3º Congresso Mundial – portanto, antes mesmo da revolução de abril de 1952 – a maioria dos delegados aprovou o documento *América Latina: Problemas e Tarefas*, no qual se caracteriza, em diferentes passagens, o MNR enquanto um partido "pequeno-burguês" e no qual o POR era orientado a realizar um entrismo no MNR. Orientação baseada na perspectiva de que tal partido seria a expressão, na Bolívia, de uma série de "movimentos pequeno-burgueses anti-imperialistas", que então estariam surgindo na América Latina[736].

Com base em tais caracterizações, o documento ainda estabelecia dois nortes estratégicos para o POR, a depender da situação concreta. Caso a mobilização das massas ocorresse sob a predominância do MNR, o partido deveria intervir no processo "com o objetivo de forçar quanto mais for possível a **tomada do poder pelo MNR**, na base de um programa progressivo de frente única anti-imperialista"[737] (ênfase adicionada). Já se, no decurso do processo, o POR angariasse influência a ponto de dividir a liderança do mesmo com o MNR, então ele deveria "lançar a demanda de um Governo Operário e Camponês dos dois partidos"[738].

Nesse sentido, quando do começo da revolução, o SI publicou um curto artigo em *Quatrième Internationale* (edição de fev.-abr. de 1952) no qual, seguindo a lógica

---

[735] Cf. *Ibid.*, [s.p.].
[736] Cf. LATIN America: Problems And Tasks. *Op. cit.*, p. 209 e 211. Como era frequente nos documentos da época (1950-51), o entrismo é aqui nomeado através de termos mais "sutis", como "participação" ou "integração" ao "movimento das massas". Neste caso em particular, os termos utilizados foram "participação e atividade, livre de todo sectarismo, nos movimentos e organizações" – isto é MNR, peronismo, "trabalhismo" varguista, Ação Democrática e APRA. *Ibid.*, p. 211.
[737] *Ibid.*, p 112.
[738] *Ibid.*, p 112.

das resoluções do 3º Congresso Mundial e, baseado na perspectiva de que "A pressão das massas durante os próximos meses será refletida na ala esquerda do governo, que buscará destruir o poder econômico das classes proprietárias", apontou que o POR tinha o "dever de mobilizar as massas exploradas em torno de um programa revolucionário e de, além disso, ajudar a luta da ala esquerda do MNR contra a ala direita". Ademais, a liderança internacional reafirmou a caracterização desse partido como "pequeno-burguês" e estendeu a mesma ao novo governo por ele criado.[739]

Dessa forma, ao longo dos meses após a tomada do poder, a liderança internacional deu todo apoio às políticas perseguidas pelo POR. Conforme aponta Villa, em uma resolução do 12º Pleno do CEI (novembro de 1952), se afirmava que "A forma pela qual o POR tem operado até o momento está, em geral, correta e corresponde tanto à realidade objetiva, quanto à força real do partido"[740]. A mesma resolução também legitimava a política de "apoio crítico" ao governo do MNR, indicando que ela era a prova de que aquele estava "preparado" para os eventos de abril de 1952 e de que havia "analisado corretamente" a situação[741].

Passado mais de um ano desde a insurreição de abril de 1952, o SI publicou outro artigo em *Quatrième Internationale* (edição de nov. de 1953) no qual continuava a endossar a linha perseguida pelo POR. E isso a despeito do governo de Paz Estenssoro àquela altura já ter girado consideravelmente à direita, negando implementar demandas vindas das massas e buscando uma firme aliança com a burguesia nativa e o imperialismo norte-americano – o que estava sendo feito com toda a cumplicidade da sua "ala esquerda", que, a despeito de suas diferenças, atuava como correia de transmissão das posições do governo entre as massas. Em tal artigo, a liderança internacional afirmava que, "diante dessas novas condições" caberia ao POR declarar "Nenhuma confiança no governo que capitula à reação e ao imperialismo!" e chamar a "ala esquerda" do MNR a "romper com a ala direita capitulacionista e tomar o caminho de um verdadeiro governo operário e camponês!".[742]

Ademais, o grande *precedente prático* para as posições do POR também advinha da liderança internacional, através de sua posição já exposta acerca do governo de Mao na China. Inclusive, essa relação entre a linha do POR frente à Lechín e a esquerda do

---

[739] Cf. INSURRECTION en Bolivie. *Quatriè Internationale* [SI], vol. 10, n. 2-4, de fev.-abr. de 1952, p. 12. Mesma página para as citações.
[740] *Apud* VILLA, José. *Op. cit.*, [s.p.].
[741] Cf. *Ibid.*, [s.p.].
[742] Cf. BOLIVIE: Tensions entre le gouvernement et les masses. *Quatriè Internationale* [SI], vol. 11, n. 8-10, de nov. de 1953, p. 84. Mesma página para as citações.

MNR e aquela da liderança internacional em relação a Mao e ao PC chinês era tal que, em dado momento, o próprio POR chegou a publicar um artigo bastante elogioso a estes últimos (em *Lucha Obrera* n. 36, de abril de 1953)[743].

3.4. As críticas e as supostas críticas à linha do POR

Guillermo Lora e seus herdeiros políticos costumam se apresentar enquanto a ala do trotskismo boliviano que não compactuou com a linha do POR e da liderança internacional previamente apresentada, afirmando que uma fração de orientação "pablista" havia se apoderado do partido à época da revolução[744]. De fato houve um conflito interno no POR, que inclusive levou a um racha em 1954, com parte da Fraccíon Obrera Leninista, encabeçada por Lora, tendo se separado do mesmo. Inclusive, mais tarde naquele ano, o novo partido de Lora (POR-Masas, devido ao nome de seu novo jornal) declarou solidariedade ao racha "anti-pablista" do Comitê Internacional, apesar de não ter aderido ao mesmo – ao passo que o restante do POR, sob a liderança de Hugo Gonzáles Moscóso, se manteve ligado ao SI[745]. Todavia, conforme ressalta Sándor John, não se tratou de um conflito entre "pablistas" e "anti-pablistas", como geralmente o mesmo é apresentado[746].

Segundo tal historiador, tanto a fração de Lora, quanto aquela de Moscóso (a Fraccíon Proletaria Internacionalista), possuíam a *mesma caracterização* acerca do governo do MNR, discordando apenas quanto a um entrismo em tal grupo. Sendo que o grupo pró-entrismo não era aquele liderado pelos colaboradores próximos de Pablo, mas sim a fração do próprio Lora. Ademais, a luta entre ambas as frações só ocorreu após o 10º Congresso do POR, realizado em julho de 1953, cujas teses principais, da autoria de Lora, foram contestas pelo SI – e as frações só foram formalizadas enquanto tal no ano seguinte, ante o 11º Congresso.[747]

O SI encarava ser necessário que o POR atuasse com vistas a estimular a *ruptura* da esquerda do MNR com o restante do partido, através da pressão das massas. Já Lora e seus aliados apostavam na formação de um bloco político de longo prazo com a

---

[743] Cf. trecho do artigo citado em RYAN, S. [Sam]. The Bolivian Revolution and the Fight Against Revisionism [jun. de 1954]. *Debate Bulletin* [Nova York/SWP] A-22, out. de 1954, p. 12. Tal documento de Sam Ryan será analisado de forma detida na seção acerca da já mencionada tendência Vern-Ryan.
[744] Cf., p. ex., CASTRO, Atilio. *El P.O.R. y la IV. Internacional*. La Paz: Ediciones Masas, 2015, p. 21-23. Disponível em http://tinyurl.com/gl8k4xw. Acessado em 06 de novembro de 2015.
[745] Cf. ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 325.
[746] Cf. JOHN, S. Sándor. *Op. cit.*, p. 147-48.
[747] Cf. *Ibid.*, p. 149-50.

mesma, na forma de uma "frente única anti-imperialista" – linha que consiste em um dos principais pontos indenitários dos grupos que atualmente se reivindicam herdeiros políticos de Lora. Dentro da fração de Lora, o dirigente sindical Edwin Möller defendia ainda que essa política assumisse a forma de um entrismo no MNR e na formação de um partido dentro do mesmo, que atuasse junto à sua "ala esquerda" – posição com a qual Lora teria inicialmente concordado de forma relutante e parcial.[748]

O conflito perdurou até meados de 1954 e foi perpassado por acusações de que a fração de Lora estava cooperando com o SWP dos EUA e com o CI – algo que foi negado pela mesma, tendo Lora inclusive participado do 4º Congresso Mundial da Quarta Internacional, em 1954. Todavia, após retornar ao país, a Fraccíon Obrera Leninista decidiu romper com a Fraccíon Proletaria Internacionalista e, pouco depois, a própria fração de Lora rachou, com Möller levando à cabo o entrismo no MNR. Segundo Sándor John, a divergência que levou a essa separação entre Lora e Möller não era acerca de fazer um entrismo ou não, mas da insistência do segundo em que os membros da liderança também participassem do mesmo – levando, na prática, a uma entrada total do grupo no MNR.[749]

Outra figura do movimento trotskista que se reivindicava enquanto um crítico da linha adotada pelo POR foi Nahuel Moreno, que alegava ter defendido, em contraste com a linha de seção boliviana, o slogan de "Todo poder à COB!" desde o começo da revolução – e para quem a atuação do POR representou "uma das traições mais espetaculares do século 20"[750]. De fato, o grupo argentino à época liderado por Moreno realizou críticas à atuação do POR em seu jornal, *Frente Proletario*. Todavia, conforme ressalta Villa, este apresentou enquanto alternativa tão-somente uma *variante* da linha geral do POR de travar a luta ao nível da composição do gabinete ministerial[751].

De acordo com trechos de um artigo publicado na edição de 25 de maio de 1952 de *Frente Proletario*, o POR deveria exigir "que os ministros operários sejam eleitos e controlados pela Federação dos Mineiros e que os novos Centros Operários sejam integrados ao governo de Paz Estenssoro"[752]. Ademais, aponta Villa, Moreno só defendeu a palavra de ordem de "Todo poder à COB!" quando a mobilização popular e proletária já havia decrescido consideravelmente – o que o leva a concluir que:

---

[748] Cf. *Ibid.*, p. 150.
[749] Cf. *Ibid.*, p. 150-53.
[750] Cf. MORENO, Nahuel. *O partido e a revolução*. 2ª ed. São Paulo: Sundermann, 2008, p. 24. Mesma página para a citação.
[751] Cf. VILLA, José. *Op. cit.*, [s.p.].
[752] *Apud Ibid.*, [s.p.].

> One [Lora] proposed a government of Lechín's faction of the MNR, while the other [Moreno] preferred a government of Lechín's bureaucracy of the COB – the same jam but in different jars. Anyway the slogan "All Power to the COB" is invalid once a dual power situation no longer exists (that is since 1952). It only generates illusions in its bureaucracy.[753]

Todavia, se Lora e Moreno, conhecidos como críticos "anti-pablistas" da linha do POR, não o foram de fato – ao menos à época da revolução – dois outros setores do movimento trotskista, em grande parte ignorados até hoje, cumpriram tal papel. Um foi a tendência Ver-Ryan do SWP dos EUA, da qual se tratará ao fim do capítulo. O outro setor foi a Fracción Leninista do POR, um grupo minoritário do partido, crítico tanto ao grupo de Lora-Möller, quanto ao de Moscóso.

Conforme ressalta Sándor John, o mesmo foi completamente apagado da história do trotskismo boliviano. Segundo sua pesquisa sobre o tema, ele tinha como líder um emigrado suíço, que utilizava o pseudônimo de "Juán Lopez" e era parte da célula de Cochabamba do POR, a qual era muito ativa entre as lutas camponesas e indígenas dessa região – até hoje considerada o "celeiro" do país e que abriga uma grande população quéchua.[754]

Essencialmente, tal fração rejeitava de forma veemente a caracterização do governo do MNR como "pequeno-burguês" e a ideia de que seria possível transformar a natureza de tal partido a partir da "pressão das massas" – ou seja, a ideia fundamental comum às duas frações principais do POR[755]. De acordo com a pesquisa de Sándor John, ela se baseava centralmente na caracterização do MNR enquanto "o partido da burguesia nacional" e, consequentemente, de seu governo enquanto expressão da "ditadura do proletariado"[756].

Dessa forma, a mesma realizou duras críticas à direção nacional do partido, por seguir o que considerava ser uma "política ilusória e oportunista ante a 'esquerda' [do MNR], a qual espalhou ilusões entre as massas". Co-responsabilizava, assim, a direção do partido pelo atrelamento das massas ao novo governo e suas esperanças no mesmo, que sistematicamente as

---

[753] *Ibid.*, [s.p.].
[754] Segundo o relato de John, ele primeiro ouviu falar dessa fração ao entrevistar um de seus antigos membros, o quéchua Modesto Sejas, tendo apenas anos mais tarde encontrado documentos que corroboravam as mesmas. Cf. JOHN, S. Sándor. *Op. cit.*, p. 153-54. Nas palavras do historiador, "Para ouvir sua voz [da fração], é necessário escavar seus documentos em pilhas de antigos papéis no cofre do porão do Congresso da Bolívia e de velhas caixas, amarradas com fitas de um verde desbotado, em uma biblioteca nos arredores de Paris". *Ibid.*, p. 155.
[755] Cf. *Ibid.*, p. 154.
[756] Cf. *Ibid.*, p. 155. Citações *Apud* *Ibid.*, p. 155.

traiu. A fração acusava ainda a linha adotada pelo 10º Congresso do POR de ter auxiliado o MNR a "burocratizar os sindicatos" e a "frear ação das massas".[757]

Em relação aos "ministros operários", suas críticas apontavam que a política do POR havia "beirado a traição" e reafirmavam a passagem das *Teses de Pulacayo* (1946) na qual se caracterizava que, membros do movimento sindical que integrassem um governo burguês, seriam "traidores" da classe[758]. Nesse sentido, a fração se opunha à postura da direção do POR ante Lechín e Cia., a qual estaria espalhando "ilusões" no mesmo, ao invés de "desmascara-lo"[759].

Ela ainda criticava o que via como falta de democracia interna no POR e sua completa desorganização, uma vez que as lideranças partidárias, ao invés de eleitas, estariam sendo meramente auto-proclamadas pelos "figurões" locais, e as informações da política da direção nacional não estariam circulando conforme deveriam[760]. Se apresentando, portanto, enquanto uma oposição a ambas as frações que então se expressavam na direção do partido, a Fracción Leninista, aponta Sándor John, declarava ainda "apoio ao Comitê Internacional contra o 'pablismo', e a necessidade de que todos os membros do partido estudassem as questões por detrás do racha na Internacional"[761]. Demonstrava, assim, estar atenta às divergências travadas no seio do movimento trotskista internacional da época e suas ligações com os aspectos centrais da linha do POR.

Todavia, segundo o relato de um de seus antigos membros, a Fracción Leninista não foi capaz de se expandir para além de Cochabamba, pois sofreu duramente com repressão governamental. Sua delegação ao 11º Congresso do POR teria sido detida ao chegar em La Paz, a partir do que seu líder suíço e sua esposa teriam sido deportados e outros membros teriam deixado o país em fuga ou sido forçados à clandestinidade[762]. Isolada dentro do partido e desmantelada pela repressão, essa ala do POR permaneceu esquecida durante longos anos.

4. Outras críticas frequentemente ignoradas: a tendência Vern-Ryan (SWP dos EUA) contra os "pablistas" e os "trotskistas ortodoxos"

---

[757] Cf. *Ibid.*, p. 155. Citações *Apud* *Ibid.*, p. 155.
[758] Cf. *Ibid.*, p. 155-56. Citações *Apud* *Ibid.*, p. 156.
[759] Cf. *Ibid.*, p. 156. Citações *Apud* *Ibid.*, p. 156.
[760] Cf. *Ibid.*, p. 156.
[761] *Ibid.*, p. 156.
[762] Cf. *Ibid.*, p. 154 e p. 157.

Até aqui foi demonstrado o distanciamento entre o arcabouço original do movimento trotskista e as análises e posições acerca das revoluções do pós-guerra adotadas pelos dois principais lados em disputa no interior da Quarta Internacional entre meados da década de 1940 e começo da década de 1950. Também foram resgatadas algumas vozes críticas, que se levantaram contra aspectos dessas análises e posições, como o RCP inglês em meados dos anos 1940 e a "Fraccíon Leninista" do POR boliviano, em 1954. Cabe agora resgatar um setor que foi além da crítica a "aspectos" e a posições práticas e realizou uma crítica global aos rumos assumidos pelo conjunto do movimento trotskista naquele período, indo na raiz teórica de ditas análises e posições.

Trata-se da tendência encabeçada por Dennis Vern e Sam Ryan no setorial de Los Angeles do SWP dos EUA, que atuou entre 1950-54. Conforme se verá, suas posições coincidem em vários aspectos com as análises apresentadas ao longo desta dissertação, ainda que a maior parte de seus documentos só tenha sido analisada quando a mesma já se encontrava em fase de conclusão[763]. Cabe ressaltar que essa tendência não é mencionada nas principais e diferentes narrativas acerca do trotskismo do pós-guerra[764] e, no presente momento, é difícil saber muito mais do que suas ideias, expressas nos treze documentos publicados nos boletins internos do SWP ao longo de seus cinco anos de atividade[765].

Resumidamente, a chamada "tendência Vern-Ryan" defendia em seus documentos que nenhum dos dois lados, "pablistas" e "trotskistas ortodoxos", se baseavam em uma concepção correta acerca do que era o stalinismo – tido unilateralmente pelos primeiros como objetivamente *progressivo* e, pelos segundos, como intrinsecamente *contrarrevolucionário*. Por conta disso, argumentava, ambos acabaram por revisar a caracterização da URSS, levando a errarem na análise e no posicionamento quanto ao Leste Europeu e, a partir daí, a criarem toda uma nova estratégia, que teria sido aplicada às Revoluções Chinesa e Boliviana com resultados desastrosos.

---

[763] Até o presente momento, somente seus três documentos sobre a Revolução Boliviana, todos escritos por Sam Ryan, haviam recebido certa atenção entre parcelas movimento trotskista contemporâneo, permanecendo os demais praticamente ignorados ou esquecidos.

[764] Exceção feito a JOHN, S. Sándor. *Op. cit.*, p. 157-59 e VILLA, José. *Op. cit.*, p. 5. Todavia, John aborda apenas as críticas da tendência acerca da postura da Quarta Internacional ante a Revolução Boliviana de 1952 e Villa meramente menciona a existência tais críticas, sem detalha-las.

[765] Desses treze documentos, apenas um não será abordado, por fugir à temática da presente pesquisa. Trata-se do último que aparece nos boletins internos do partido, em 1954, no qual Vern e Ryan criticam a concepção da direção do mesmo acerca do macarthismo ser um fenômeno de caráter "fascista". Cf. VERN, Dennis & RYAN, Sam. Resolution on "McCarthyism" [set. de 1954]. In *Debate Bulletin* [Nova York/SWP] A-24, de nov. de 1954, p. 1-14.

Tendo começado suas análises e críticas acerca deste tema enquanto a direção internacional ainda polemizava sobre o que ocorrera no Leste Europeu, é possível ver uma evolução de suas ideias ao longo dos anos, bem como um aperfeiçoamento de seus argumentos. A tendência, portanto, acompanhou de perto a própria evolução das (re)leituras realizadas pelo grosso do movimento trotskista acerca de seu legado teórico-analítico, tendo conferido especial atenção aos eventos nos quais ela foi aplicada, especialmente a Revolução Boliviana. Revolução essa que ela considerava ter sido *traída* pela Quarta Internacional, sob o silêncio e cumplicidade dos supostos "trotskistas ortodoxos".

Para além de suas ideias, o pouco que se pode afirmar é que este era um grupo minoritário e que enfrentou dura resistência dos dirigentes locais do setorial de Los Angeles, Murry Weiss e Myra Tunner Weiss[766]. Já em relação a seu tamanho, é possível assumir que chegou a angariar o apoio de ao menos nove outros militantes desse setorial, conforme demonstram as assinaturas em um de seus documentos[767]. Nesse mesmo documento, consta ainda a informação de que alguns de seus assinantes eram militantes veteranos, ligados à organização trotskista norte-americana desde meados dos anos 1930[768].

Também é conhecida a informação que tal tendência (ou ao menos seus dois principais nomes) acabou por deixar o SWP em algum momento após novembro de 1954 (data de seu último documento encontrado nos boletins internos do partido) e aderiu à Independent Socialist League. Este era o grupo criado por Max Shachtman e outros militantes que deixaram o SWP em 1940, originalmente nomeado Workers Party (a mudança de nome ocorreu em 1949).

Segundo o relato de um ex-membro da ISL, o mesmo e outros companheiros seus haviam contatado Vern e Ryan em meados de 1957, acreditando poder contar com eles para enfrentarem a perspectiva da direção do grupo de dissolvê-lo no interior do Partido Socialista dos EUA. Todavia, a resposta dos dois teria sido de que eles haviam originalmente aderido à ISL "justamente" por esta ser uma organização de linha "social-

[766] Conforme indicado por Vern ao afirmar, em documento de 1953, que foi acusado de ser "pró-stalinista" ao longo de três anos pelo casal Weiss, por conta de suas análises sobre a URSS e o Leste Europeu. Cf. VERN, Dennis. The Biography of Liquidation [fev. de 1953]. *Debate Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 15, n. 5, mar. de 1953, p. 28.

[767] Cf. VERN, Dennis et al. Statement on the Recent Suspensions in the SWP [nov. de 1953]. *Internal Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 16, n. 1, fev. de 1954, p. 25. Seus treze documentos encontrados nos boletins internos do SWP, indo de 1950 a '54, em geral eram assinados ou por Vern, ou por Ryan. Alguns indicavam coautoria dos dois e, em uma minoria dos casos, continham assinaturas de outros militantes do setorial de Los Angeles.

[768] Cf. *Ibid.*, p. 23.

democrata", e que eles estavam contentes com a perspectiva de adentrarem uma organização com esse tipo de linha que fosse ainda maior em números[769].

Como duas figuras que, ao longo de cinco anos, defenderam firmemente noções acerca do stalinismo e da URSS que derivavam da categoria de "Estado operário" acabaram aderindo a uma organização que tinha como principal identidade a *negação* de tal categoria e, ademais, passaram a se reivindicar *social-democratas*, é algo que apenas uma pesquisa mais minuciosa pode revelar, e isso foge ao escopo da presente seção.

4.1. Uma análise alternativa para os eventos no Leste Europeu

O primeiro documento da tendência Vern-Ryan (talvez nesse momento ainda não sendo uma tendência propriamente dita) data de outubro de 1950 e é assinado por Dennis Vern. Intitulado *A Distinção Entre "Estado" e "Sociedade"*, o mesmo já apresenta alguns dos elementos básicos que marcarão os demais: o rigor metodológico no uso das categorias trotskianas e uma análise alternativa àquelas das duas alas da direção em disputa no que tangia compreender os eventos ocorridos no Leste Europeu após a guerra, sendo a mesma sustentada pela noção "original" do que é o stalinismo. Vale lembrar que, nesse momento, o CEI e o SWP ainda se encontravam divididos acerca de tal assunto, tendo as duas alas em disputa no interior da direção internacional só chegado a um acordo cerca de um mês depois, no 9º Pleno do CEI, realizado na virada de novembro para dezembro de 1950.

Cabe ressaltar que muitos dos argumentos básicos utilizados pela tendência Vern-Ryan em relação à caracterização do Leste Europeu são semelhantes àqueles apresentados pela ala majoritária do RCP inglês, ainda no começo da década de 1940. Mas não há nenhuma referência direta que indique inspiração neles ou mesmo conhecimento acerca dos mesmos (que não circularam nos boletins do SWP).

Em primeiro lugar, Vern se coloca ao lado da então "Minoria" (Joseph Hansen, no SWP e Pablo e Frank no CEI) contra a "Maioria" (Morris Stein e John G. Wright, no SWP e Mandel, no CEI), no que tange a caracterização das formações sociais da

[769] ROBERTSON, James. Max Shachtman and the Bolivian Revolution. In *Revolutionary History*, Vol. 4, No. 4, Spring 1993, [s.p.]. Disponível em: http://tinyurl.com/jm984mh. Acessado em 30 de outubro de 2015.

chamada "zona tampão" enquanto sendo *Estados operários deformados*[770]. Todavia, ressalta possuir profundas diferenças metodológicas com a "Minoria", as quais aborda ao longo de quase metade do documento.

Esse aspecto "metodológico" será tratado em maiores detalhes adiante, uma vez que foi exposto de forma mais estruturada em documentos posteriores. Resumidamente, basta dizer que Vern critica o uso intercambiável das categorias "Estado" e "sociedade", como forma de caracterizar os Estados ("sociedades") do Leste Europeu como *operários*, mas tratar seus aparatos repressivos ("Estados") como reacionários – uma maneira, a seu ver, da Minoria evitar críticas de "capitulação" ao stalinismo[771].

Desse primeiro documento, o que cabe ressaltar é a análise de Vern sobre a transformação da "zona tampão". A lógica básica utilizada se pautava pela caracterização de classe da URSS: para Vern, a luta entre o exército nazista e o exército soviético teria assumido a forma de uma *luta de classes* – pois, de um lado, se tinha um "instrumento do imperialismo" e, de outro, o de um Estado operário. Assim, a vitória do exército soviético sobre as forças nazistas no Leste Europeu (1944-45) teria significado a destruição dos aparatos repressivos dos Estados capitalistas da região.[772]

Considerando que ali a propriedade privada nativa era a essa altura quase inexistente (o grosso dos meios de produção haviam sido expropriados e postos sob controle alemão ao longo da ocupação nazista), Vern afirma ter restado do capitalismo apenas a "burocracia estatal" – a qual teria passado, então (a despeito de sua origem de classe e passado) a servir à URSS. Tendo as tropas soviéticas se tornado o novo aparato repressivo e, consequentemente, a nova força estatal da região, o momento da expulsão das forças nazistas teria marcado a passagem dos Estados burgueses da "zona tampão" para *Estados Operários* ("degenerados ou deformados, como queiram", acrescenta).[773]

Para Vern, portanto, foi esse o momento decisivo de *mudança qualitativa*, uma vez que as mudanças nas relações de propriedade, tão enfatizada pela "Maioria" como critério central (especialmente Mandel), só vieram depois do mesmo.[774] Essa análise foi mais tarde sintetizada da seguinte forma, em um documento de Sam Ryan de 1954:

> Com a vitória sobre os alemães, o Exército Vermelho foi deixado como o único verdadeiro poder – o único poder de Estado – no Leste Europeu. Essa

[770] Cf. VERN, Dennis. The Distinction Between "State" and "Society" [jul. de 1950]. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP] n. 5, out. de 1950, p. 27.
[771] Cf. *Ibid.*, p. 27-39.
[772] Cf. *Ibid.*, p. 39-40.
[773] Cf. *Ibid.*, p. 39-40. A citação se encontra na p. 40.
[774] Cf. *Ibid.*, p. 40.

> foi a revolução, a transferência de poder de uma classe para outra. Sem essa transferência de poder, as subsequentes transformações econômicas e sociais teriam sido impossíveis.[775]

Em outras palavras, conforme aponta Vern, a transformação da "zona tampão" teria sido fruto de um enfrentamento militar no qual a burocracia soviética foi *forçada* a se engajar (após fazer de tudo para evita-lo) como forma de se preservar e sobreviver. Assim, teria se apresentado de forma vital a questão do *poder político*: ou o poder consolidado da burocracia, baseado no exército soviético e na economia coletivizada da URSS, ou o poder não existente de uma burguesia com pouca importância econômica e sem forças armadas.[776] Como o *caráter de classe* de um Estado Operário é determinado centralmente pelas suas bases em organizações proletárias, ressalta, o predomínio do exército soviético e até mesmo da GPU enquanto aparatos repressivos da "zona tampão" é que deveria ser o fator central na caracterização dos novos Estados ali estabelecidos. E tais aparatos eram *proletários*, afirma – ainda que seu caráter derivasse apenas *indiretamente* da base econômica da URSS[777].

Já a "Maioria", ao encarar que o Leste Europeu seguia sendo capitalista sob a ocupação soviética sustentava uma posição, critica Vern, que implica logicamente admitir que a burocracia soviética se emancipou de suas bases econômicas, sendo capaz de manter o capitalismo na região por *opção política* – o que, se verdadeiro, tornaria necessário rever completamente a caracterização do stalinismo e da URSS[778].

Essa "Maioria" criticada no documento de 1950, todavia, deixou de existir enquanto tal após o 9º Pleno do CEI, no qual Pablo e Mandel chegaram ao acordo já analisado anteriormente, através do qual concordavam ter ocorrido um processo *gradual* de transformação da "zona tampão", via "assimilação estrutural". Essa nova linha foi apresentada às fileiras da Quarta Internacional em janeiro de 1951, na forma das já analisadas *Teses sobre as Perspectivas Internacionais e a Orientação da Quarta Internacional* – que acabaram ratificadas pelo 3º Congresso Mundial alguns meses depois.

Respondendo a tais "Teses", Sam Ryan escreveu, em fevereiro de 1951, o documento *Leste Europeu e a Natureza do Stalinismo.* Neste, utilizando como ponto de

---

[775] RYAN, S. [Sam]. The Bolivian Revolution and the Fight Against Revisionism [jun. de 1954]. *Op. cit.*, p. 17.
[776] Cf. VERN, Dennis. *The Distinction Between "State" and "Society"* [jul. de 1950]. Op. cit., p. 41-42.
[777] Cf. *Ibid.*, p.42. Para reforçar seu argumento, Vern lembra a seus adversários que a Geórgia também foi, décadas antes, integrada à URSS e "sovietizada" através da invasão do Exército Vermelho. Cf. *Ibid.*, 44.
[778] Cf. *Ibid.*, p. 40-41.

partida o documento anterior de Vern, Ryan aprofunda a discussão sobre o Leste Europeu indo na raiz das categorias "Estado" e "stalinismo". Em primeiro lugar, critica o fato do CEI ter abandonado sua política anterior sem ter realizado uma autocrítica e um exame do que havia levado aos erros – o que ele próprio se propõe a fazer[779].

Nesse sentido, procede a uma dura crítica da noção de "Estados burgueses em vias de assimilação estrutural", argumentando que o Estado é, centralmente, uma *força armada*. Assim, seu caráter de classe não pode ser determinado pelo "nível de consciência das massas" ou pelas relações de propriedade (conforme propunham Mandel no interior do CEI e Stein/Wright no SWP). Inclusive, ressalta, as relações de propriedade capitalistas só podem ser alteradas *após* a tomada do poder e o estabelecimento de um Estado operário. Ademais, também não se pode, argumenta, determinar o caráter de classe de um Estado a partir de seu regime político ou da origem de classe de sua burocracia.[780]

Em relação ao processo de transformação do Leste Europeu, Ryan argumenta contra Murry Weiss, dirigente do setorial de Los Angeles, que se recusava a aceitar a caracterização nova estabelecida pelo CEI, que, por mais que desejasse uma "zona tampão" de Estados burgueses simpáticos à URSS (as "democracias populares" de Dimitrov[781]), a burocracia soviética não podia criar, ela própria, Estados burgueses na região. Ademais, o imperialismo exercia pressão constante sobre as burguesias nativas. Assim, contra sua vontade de "coexistência pacifica" com o imperialismo, a burocracia soviética teria sido *forçada* a expropriar tal burguesia para poder preservar seus interesses[782].

Nas palavras de Ryan: "Foi o conflito irreconciliável entre o imperialismo e a URSS que decidiu o caráter de classe dos Estados do Leste Europeu"[783]. Em suma, mesmo o stalinismo tendo traído vários processos revolucionários no passado, neste caso em particular a burguesia nativa era muito fraca para agir por conta própria e o imperialismo falhara em intervir a tempo, fazendo com que o processo fosse adiante e resultasse em um "Estado operário distorcido"[784].

---

[779] Cf. RYAN, Sam. Eastern Europe and the Nature of Stalinism [fev. de 1951]. *Debate Bulletin* [Nova York/SWP] n. 8, mai. de 1951, p. 1.
[780] Cf. *Ibid.*, p. 1-2.
[781] Cf. WOLIKOW, Serge & TODOROV, Antony. *Op. cit.*, p. 232.
[782] Cf. RYAN, Sam. *Op. cit.*, p. 2-3.
[783] *Ibid.*, p. 4.
[784] Cf. *Ibid.*, p. 3.

Tal explicação, ressalta, estava lastreada pela compreensão do stalinismo enquanto uma corrente *centrista* e possuidora de um *caráter dual*. Segundo ele, era através de tal compreensão que se deveria analisar também as revoluções iugoslava e chinesa, uma vez que seria de se esperar que o stalinismo se dividisse em alas divergentes ante a pressão da luta de classes. Portanto, os PCs iugoslavo e chinês não seriam "exatamente stalinistas", no sentido que não puderam seguir à risca a política da burocracia soviética e não traíram os respectivos processos revolucionários em que se envolveram (cabe ressaltar que aqui Ryan considera stalinismo como a *ideologia* de tal burocracia).[785] Aqui se pode ver que Ryan ignorava a mudança de caracterização operada por Trotski a partir de 1933, quando este passou a encarar o stalinismo como *contrarrevolucionário* no plano internacional, ainda que reconhecendo a possibilidade deste "ir além de seu programa" sob circunstâncias excepcionais.

Ryan ainda aponta que, se a categoria trotskiana de stalinismo (ou a forma como Vern e Ryan a compreendiam) seria suficiente para dar conta dos novos fenômenos do pós-guerra, a direção da Quarta Internacional não teria visto a questão dessa forma. Motivada pelas enormes traições cometidas pelo stalinismo ao fim do conflito mundial, ela teria realizado uma revisão (apenas parcialmente anunciada) dessa definição, nas teses do 2º Congresso Mundial (*Teses sobre a URSS e o Stalinismo*). Tal revisão teria sido a responsável pelo erro na caracterização do Leste Europeu, pelo "terceiro campismo" adotado em relação a este (a neutralidade no caso de um conflito envolvendo as tropas soviéticas na região) e a incialmente ignorar as revoluções iugoslava e chinesa.[786]

A "stalinofobia sutil" por detrás disso, afirma Ryan, só fora (parcialmente) corrigida ante a ruptura do PC iugoslavo com Moscou (mas considerando a Iugoslávia como exceção em relação ao restante do Leste Europeu e o PC de Tito como uma exceção dentro do stalinismo) e, posteriormente, com a Revolução Chinesa e a Guerra da Coreia[787].

Acompanhando esse documento de Ryan, o boletim interno do SWP de maio de 1951 contém ainda um segundo documento de Vern, também escrito em fevereiro. O mesmo trata em maior profundidade dos problemas metodológicos envolvidos na

[785] Cf. *Ibid.*, p. 5.
[786] Cf. *Ibid.*, p. 4.
[787] Cf. *Ibid.*, p. 5.

análise da direção internacional acerca da transformação social ocorrida na "zona tampão", e do distanciamento nela presente em relação às categorias trotskianas[788].

Já em agosto, foi apresentada uma proposta de Resolução *sobre o Caráter de Classe dos Estados tampão*, assinada por Vern, Ryan e dois outros militantes do setorial de Los Angeles (Esther Patrick e Izzy London) e contendo uma versão mais refinada e sistematizada das análises e críticas anteriormente formuladas pelos dois primeiros em seus respectivos documentos[789]. Tal proposta de resolução se destinava à reunião do Comitê Nacional do SWP a ser realizada em setembro daquele ano, mas tal órgão decidiu apenas por publica-la no boletim interno do partido, para fins de discussão, ao invés de votar pela sua aceitação ou rejeição[790].

4.2. "A biografia da liquidação": da revisão acerca do stalinismo à revisão acerca do Estado, da revolução e do partido marxista

Depois desses documentos de 1950-51, a tendência Vern-Ryan parece ter ficado "adormecida" no interior do partido por quase dois anos. Até 1953, o único documento da mesma data de cerca de um ano depois dessa proposta de resolução, sendo uma curta carta enviada por Ryan, em junho de 1952, ao Comitê Nacional do SWP. A mesma consiste no primeiro dos três documentos que ele escreveu sobre a Revolução Boliviana, entre 1952-54. Nela, expressa consternação com certas informações que estavam circulando (inclusive na imprensa do SWP) acerca da postura aparentemente acrítica dos trotskistas bolivianos ante o governo do MNR, e solicita esclarecimentos[791]. A carta, todavia, parece ter sido completamente ignorada pelo órgão dirigente do partido.

Desconsiderando tal documento, a tendência parece ter voltado à ativa apenas cerca de dois anos depois do debate inicial sobre o Leste Europeu. Esse retorno se deu em novo momento de conflito interno nas fieiras da Quarta Internacional e do SWP em particular. Conforme já apontado na seção anterior, o SWP foi atravessado por uma dura luta fracional a partir do começo de 1953, entre a fração Cochran-Clarke-Bartell,

---

[788] VERN, Dennis. Method, Doctrine and "The Buffer States" [fev. de 1951]. *Debate Bulletin* [Nova York/SWP] n. 8, mai. de 1951, p. 7-34.
[789] PATRICK, Esther et al. Resolution on the Class Character of the Buffer States [ago. de 1951]. In *Debate Bullein* [Nova York/SWP] n. 9, out. de 1951, p. 1-18.
[790] Cf. *Ibid.*, s.p [segunda folha, não numerada].
[791] RYAN, S. [Sam]. A Letter on the Bolivian Revolution [jun. de 1952]. *Internal Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 14, n. 1, jun. de 1952, p. 7-12.

vista como representante das posições do SI no interior do partido, e Cannon-Weiss-Hansen, autointitulados "anti-pablistas" e "trotskistas ortodoxos".

Nesse contexto conturbado, ela se apresentou enquanto o que encarava ser o adversário mais consequente da linha do SI, uma vez que a tendência Cannon-Weiss-Hansen, segundo sua critica, não era formada em torno de um *programa*, expressando, ao invés, uma reação de homens do aparato que desejavam preservar seus postos contra uma perspectiva "liquidacionista". Ademais, criticava ainda o fato de que esta última compartilhava essencialmente do mesmo *método* de análise que sua adversária e não havia sido capaz de apresentar uma crítica consequente à época em que primeiro surgiram as tais ideias "liquidacionistas" – isto é, o período entre o 9º Pleno do CEI e o 3º Congresso Mundial.

Ao longo dessa luta fracional no interior do SWP, a tendência Vern-Ryan apresentou um total de seis documentos, sendo um deles o segundo escrito por Ryan acerca da Revolução Boliviana, que será abordado na seção seguinte. Dos outros cinco, dois se destacam enquanto análises críticas dos eventos do pós-guerra e do que se via enquanto equívocos das duas alas do SWP em disputa, resgatando o conteúdo daqueles documentos de 1950-51. Serão estes os objetos da presente seção.

Já o os outros três são chamados à ala majoritária (Cannon-Weiss-Hansen) para que abandonasse sua visão equivocada acerca do stalinismo e adotasse a linha da tendência Vern-Ryan enquanto o contra-programa a ser contrastado com o do SI e de Cochran-Clarke-Bartell[792]. O último destes, escrito após a suspensão dos membros da minoria e assinado por nove outros militantes do setorial de Los Angeles, afirma que, caso se procedesse a uma "discussão séria", a ala majoritária iria perceber que as concepções da tendência Vern-Ryan "respondem completamente às necessidades da situação" [793].

A Biografia da Liquidação, documento de onde foi tirado o título da presente seção, é o primeiro a abrir esse novo momento de atividade da mesma. Escrito por Dennis Vern em fevereiro de 1953, ele faz um resgate das posições surgidas no interior da Quarta Internacional em relação à transformação social do Leste Europeu e à

[792] Cf. RYAN, Sam & VERN, Dennis. An Open Letter to the National Committee [mai. de 1953]. *Internal Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 15, n. 17, ago. de 1953, p. 1-15 e cf. RYAN, S et al.. For a Stable Unity on the Basis of Marxist Principles! (An Open Letter to the NC Plenum) [nov. de 1953]. *Internal Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 16, n. 1, fev. de 1954, p. 1-22. Os que assinam o documento junto a Ryan são Esther Patrick e Bernie Freedman. Interessantemente, o nome de Vern não consta entre as assinaturas.
[793] Cf. VERN, Dennis et al. *Op. cit.*, p. 25. Os que assinam o documento junto a Vern e Ryan são Esther Patrick, Sylvia Ryan, Charles Fleming, Bernard Friedman, Evelyn Friedman, Margaret Gallagher, Abe B., Joseph Ironsmith e Jack Lynch.

Revolução Chinesa e rastreia o "liquidacionismo" do SI até sua compreensão do *stalinismo* – a qual teria uma raiz comum com aquela de seus opositores do momento, sendo meramente sua inversão.[794]

Nesse sentido, um lado afirmava que o stalinismo era "completamente reacionário", enquanto o outro se baseava na noção implícita de que era "completamente progressivo". Desse ponto de partida, de revisão acerca da categoria de *stalinismo*, argumenta Vern, a maioria do CEI chegara a uma revisão acerca da categoria de *Estado* e, daí, a uma revisão acerca da categoria de revolução e, consequentemente, da necessidade de um partido marxista que fosse política e organizativamente independente dos demais.[795]

Na primeira parte do documento, Vern realiza uma caracterização das duas alas em disputa no interior do SWP. Para tal, ele ressalta que a discordância de fundo por detrás das questões em primeiro plano na luta fracional residia, mesmo sem que isso estivesse explícito, na posição adotada por cada lado ante ao fato de que as revoluções do pós-guerra teriam sido "revoluções proletárias inconscientes", isto é, suas direções seriam "não marxistas e antimarxistas". Nesse sentido, ressalta que a composição das tendências minoritária e majoritária era muito semelhante à dos dois lados que haviam entrado em conflito alguns anos antes, defendendo, respectivamente, que os processos no Leste Europeu, Iugoslávia e China eram ou não eram revoluções proletárias.[796]

Segundo sua avaliação, a tendência que no passado havia negado que tais processos eram revoluções proletárias seria *sectária*, pois negava aspectos da luta de classes que a desagradavam, ao fugirem dos supostos padrões esperados. Já a tendência que havia reconhecido se tratarem de revoluções proletárias seria *oportunista*, pois se focava naqueles aspectos que fugiam à regra, buscando neles uma via alternativa. Por conta disso, Vern encara que nenhuma das duas fornecia uma análise e uma orientação marxista para essas "revoluções inconscientes". E afirma que ambas representavam duas faces do mesmo erro: a ideia de que o stalinismo é *completamente contrarrevolucionário*, não podendo ter realizado revoluções – da qual derivaria a ideia de que ele havia se tornado *completamente progressivo*, sendo agora capaz de tais feitos[797].

---

[794] Cf. VERN, Dennis. *The Biography of Liquidation, op. cit.*, passim.
[795] Cf. *Ibid.*
[796] Cf. *Ibid.*, p. 19.
[797] Cf. *Ibid.*, p. 20.

Contra tais concepções *unilaterais*, Vern resgata, já na parte final do documento, a visão de Trotski da burocracia stalinista enquanto possuidora de *caráter dual*, o qual seria fruto do *papel dual* cumprido por qualquer Estado operário: o de proteger as relações de propriedade socializada e, ao mesmo tempo, expandi-las – sendo que, para realizar este, o mesmo necessita recorrer às "normas burguesas de distribuição" e, consequentemente, acaba por criar uma minoria privilegiada (de trabalhadores qualificados e tecnocratas), por ele protegida. Daí a noção de Lenin, reivindicada por Trotski, do Estado operário enquanto um "Estado burguês sem burguesia". Se essa situação se prolonga no tempo (como de fato ocorreu na URSS), argumenta Vern, cresce a importância dessa minoria e a degeneração da liderança marxista à frente do Estado acaba sendo inevitável.[798]

Ao não levarem em conta tais determinações fundamentais que informavam a ação da burocracia stalinista, ancoradas no papel dual do Estado operário, continua sua argumentação, tanto o CEI, quanto seus opositores, estariam a aplicar o mesmo *método*: o de tomar em separado um dos dois aspectos do Estado operário – o progressivo e o que acaba por assumir uma forma reacionária na situação de isolamento e atraso – e infla-lo fora de proporção.

Assim, a noção "unilateral" e "não dialética" acerca do stalinismo como força *reacionária* seria a grande responsável pela falta de compreensão (primeiro por Stein/Wright/Mandel, depois por Cannon/Weiss/Hansen) acerca do que ocorreu no Leste Europeu, na Iugoslávia e na China – pois ele estava então desempenhando seu "outro" papel ("progressivo" – ao passo que, no imediato pós-guerra, teria atuado como "reacionário", ao deter vários processos revolucionários).[799] Aqui, mais uma vez, se pode ver que Vern e Ryan utilizavam a caracterização antiga de Trotski, do stalinismo como *centrista* no plano internacional, sem atentar que esta havia sido abandonada a partir de 1933.

Vern aponta ainda que, tendo visto seus prognósticos sobre o Leste Europeu, Iugoslávia e China refutados, a liderança do SWP (Cannon/Weiss/Hansen) se manteve em silêncio, mesmo quando a linha aprovada no (9º Pleno do CEI e no) 3º Congresso Mundial ia contra suas posições anteriores. Já o CEI e seus apoiadores mais próximos,

[798] Cf. *Ibid.*, p. 29-31.
[799] Cf. *Ibid.*, p. 32.

tal qual um pêndulo, teriam passado da posição de que o stalinismo era *fundamentalmente reacionário* para a de que ele é *fundamentalmente progressivo*.[800]

Ainda na parte inicial do documento, lembrando que ele e Ryan haviam defendido as mesmas conclusões práticas de Clarke e do CEI no debate inicial acerca do Leste Europeu, Vern ressalta que não deixaram de criticar o *método* dos mesmos enquanto um que levava ao *liquidacionismo*[801]. Isso porque as análises finais do CEI (quando este chegou a um acordo em seu 9º Pleno), segundo sua interpretação, seguiam o *método reformista*: afirmavam que a Revolução Iugoslava havia triunfado apenas após a demissão do último ministro burguês do governo e que o Leste Europeu possuía um "status intermediário" de classe, tendo os Estados burgueses ali mantidos pela URSS se nacionalizado até a própria morte[802].

Aprofundando suas críticas anteriores, Vern resgata a concepção de Lenin de uma revolução enquanto um processo cujo alvo central era o aparato repressivo do Estado, que deveria ser destruído e substituído por outro, a serviço de outra classe – sendo que, apenas a partir desse ponto é que se poderia conquistar mudanças duradouras. E, em contrapartida, resgata também a concepção "evolutiva" da social-democracia, a qual focava, ao invés, na conquista do *governo*, negando, na prática, seu caráter de classe, ao propor uma via gradual, cumulativa.[803]

Estando muito mais próximos da concepção social-democrata do que daquela de Lenin, afirma Vern, Pablo/Frank/Clarke falavam em Estado operário como uma "sociedade", caracterizada pela economia coletivizada – intercambiando, assim as categorias *sociedade* e *Estado* (crítica que já havia sido feita nos primeiros documentos da tendência). Dessa forma, podiam continuar a caracterizar a URSS como um Estado operário, mas diferindo dessa categoria "positiva" o seu *aparato repressivo*, tomado como um "aparato de Estado" "inteiramente reacionário". Medida, segundo Vern, adotada com fins a não realizarem "concessões" ao stalinismo – derivada, portanto, de uma reação subjetiva negativa frente ao mesmo.[804]

Ao realizar tal operação, argumenta Vern, essa ala do movimento trotskista teria acabado por revisar a definição de Estado de Lenin e de Trotski, ao separarem a *forma social* (relações de propriedade) da *forma política* (regime). A partir desse ponto, a

---

[800] Cf. *Ibid.*, p. 33.
[801] Cf. *Ibid.*, p. 19.
[802] Cf. *Ibid.*, p. 20.
[803] Cf. *Ibid.*, p. 21 e 23.
[804] Cf. *Ibid.*, p. 22.

mesma teria, então, revisado também a estratégia de revolução e adotado o método reformista. Pois, se o determinante não é o aparato repressivo, então é possível que a revolução se dê gradualmente, através de uma mudança cumulativa nas relações de propriedade – conforme o CEI encarou ter ocorrido na "zona tampão" do Leste Europeu e na Iugoslávia.[805]

Vern ressalta que a mesma lógica utilizada pelo CEI foi aplicada ainda à China, onde tal órgão considerava, então, haver uma situação de "duplo poder", um "aparato de Estado" controlado por duas classes, por conta da presença nele de representantes burgueses e da ausência de coletivização na economia. Dessa forma, tal órgão falava em um "governo operário e camponês", que iria evoluir *gradualmente* em um Estado operário, através da expurga dos ditos representantes e da socialização da propriedade.[806]

4.3. O "liquidacionismo", do Leste Europeu à Revolução Chinesa

Em outro documento, escrito por Sam Ryan em junho de 1954 (já como parte do Comitê Internacional e cujo conteúdo central, acerca da Revolução Boliviana, será abordado mais adiante) e que reafirma boa parte dessas acusações e análises de Vern, Ryan conclui que, ao passo que Pablo e Cia. adotaram posições *impressionistas* aos problemas apresentados pelas revoluções do pós-guerra, Cannon e Cia. adotaram posições *dogmáticas*, que negavam as conclusões práticas daqueles, mas não apresentavam uma resposta alternativa às questões colocadas aos marxistas por tais eventos: o que se passou com os PCs iugoslavo e chinês?, o que ocorreu no Leste Europeu?, a postura ante a burocracia chinesa deve ser diferente daquela ante burocracia soviética?. Dessa forma, afirma, "Pablo vira suas costas para a doutrina e concentra seus olhos de uma forma empírica e impressionista na 'nova realidade mundial'. Os seus oponentes viram suas costas para os eventos e mentem sua doutrina como um dogma revelado".[807]

Ante a tal atitude dos supostos "trotskistas ortodoxos", questiona: "Será que não é possível encarar a realidade do pós-guerra e ao mesmo tempo manter e defender a

[805] Cf. *Ibid.*, p. 23-24.
[806] Cf. *Ibid.*, p. 25. Aqui é interessante ressaltar que escapa a Vern a centralidade da releitura realizada pelo CEI em torno da noção de "governo operário e camponês". Todavia, conforme será abordado adiante, não tardou para que a tendência percebesse essa releitura e a criticasse, em um documento de maio de 1953.
[807] Cf. RYAN, S. [Sam]. The Bolivian Revolution and the Fight Against Revisionism [jun. de 1954]. *Op. cit.*, p. 16. Mesma página para a citação.

doutrina marxista?". Retomando a noção de que o "empirismo" de Pablo e o "abstencionismo" de Cannon tem uma base comum na revisão da concepção marxista acerca do Estado, originada na revisão da noção de stalinismo, Ryan aponta que a correta apreciação de tal noção leva a uma correta apreciação de tal realidade.[808]

Assim, reafirma as análises sobre a luta da URSS contra o nazismo ter sido uma "guerra-revolução ou guerra-contrarrevolução", por conta do caráter de classe do processo. Tal análise, aventada por Pablo em relação à "Terceira Guerra Mundial", mas ignorada em relação à Segunda, seria a chave para compreender os eventos do Leste Europeu e, portanto, acertar os ponteiros quanto ao que é o stalinismo. A negação de que o que ocorrera na região foi uma *revolução*, derivada da caracterização unilateral do stalinismo enquanto "contrarrevolucionário", ressalta Ryan, teria sido o que levou à revisão acerca do Estado, através das noções de "assimilação estrutural" e "status intermediário".[809] Daí, lança à Cannon e Cia. a seguinte afirmação:

> A escolha não pode ser ignorada: ou abandonem a teoria de que a burocracia soviética é completamente contrarrevolucionária ou então abandonem de forma completa e aberta o marxismo sobre a questão do Estado. A escolha terá de ser feita. O silêncio terá de ser quebrado. Até que esse momento chegue, a luta contra o pablismo não pode ser levada até o fim.[810]

Esse argumento já havia sido apresentado por Vern em *A Biografia da Liquidação*, em trecho onde este (reafirma), contra a análise do CEI, que a mudança no aparato repressivo teria *precedido* a mudança na economia. Assim, argumenta, se o Leste Europeu havia se tornado uma sociedade de transição entre o capitalismo e o socialismo, isso havia se dado porque o Estado expropriara a burguesia e planificara a economia. Por sua vez, se isso ocorrera, era porque o Estado era, necessariamente, um *Estado operário*. E, por fim, se se tratava de um Estado operário, só poderia ser porque uma *revolução proletária* triunfara – "não na mesma forma que em Petrogrado ou Moscou, mas na mesma forma em que triunfara em Tsarítsin [Volgogrado/Stalingrado], na Geórgia, e em toda a Rússia asiática" – ou seja, pela via militar[811].

Já em relação à China, Vern contrapõe à análise do CEI a afirmação de que os elementos de dualidade de poder que existiam em 1926-27 não foram inteiramente destruídos, pois o PC chinês foi para o campo, montou um Exército Vermelho e passou a controlar regiões inteiras. Assim, ele teria se transformado em um "partido-exército",

---

[808] Cf. *Ibid.*, p. 16. Mesma página para a citação.
[809] Cf. *Ibid.*, p. 17. Mesma página para a citação.
[810] *Ibid.*, p. 18.
[811] Cf. VERN, Dennis. *The Biography of Liquidation.* Op. cit., p. 24.

o qual constituía *um Estado operário*, ainda que "bastardo" e "inconsciente". Tal Estado teria coexistido com o Estado burguês governado pelo Kuomitang entre 1928-45, tendo sucedido em se expandir para o resto do país graças à incapacidade do mesmo em liquida-lo e à passividade do proletariado nas regiões sob controle burguês.[812]

Baseado em tal análise, Vern critica duramente a linha do CEI para a China – de "apoio crítico" ao "governo operário e camponês" de Mao – afirmando (tal qual Trotski fizera quando da invasão soviética na Polônia) que, ante a importância da "ciência e da consciência" (isto é, do partido marxista), o Estado operário fica em segundo plano, consistindo em um *meio* para um fim maior. Por isso, afirma, tanto no Leste Europeu, quanto na Iugoslávia e na China, a transição para o socialismo passaria necessariamente pela luta do partido marxista contra o Estado, o qual deveria sumir no longo prazo.[813]

Nessa perspectiva, a política do CEI para a China seria "criminosa", pois, mesmo que Mao e seu PC levassem adiante a expropriação da burguesia (o que não estaria garantido), certamente não o fariam de forma a elevar a consciência dos trabalhadores. Portanto, não se poderia assumir que o stalinismo seria (ou havia se tornado) *fundamentalmente progressivo*, conforme implícito nas análises do CEI.[814]

Para Vern, a situação na China seria análoga àquela da Rússia ao fim da NEP, quando elementos burgueses haviam angariado considerável peso social e político. Nessa comparação, a linha do CEI seria equivalente àquela da capitulação de Radek e Cia., duramente criticada por Trotski, quando estes capitularam à Stalin por considerarem mais importante *o que* estava sendo feito contra tais elementos burgueses do que *como* isto estava sendo feito.[815]

Cabe ressaltar que as análises da tendência sobre a Revolução Chinesa foram mais tarde retomadas, no mencionado documento escrito por Sam Ryan em junho de 1954. Então adotando um tom muito mais duro, que toma o pablismo como "um dos nomes do maoísmo", Ryan ressalta que a *ausência de um partido marxista* foi um dos fatores explicativos para a vitória daquele.[816]

Nesse sentido, aponta que tal vitória de uma corrente política que "não é completamente revolucionária" culmina, necessariamente, em um *Estado operário deformado*, no qual o proletariado se encontra politicamente expropriado. Expropriação

---

[812] Cf. *Ibid.*, p. 25.
[813] Cf. *Ibid.*, p. 33-34.
[814] Cf. *Ibid.*, p. 34.
[815] Cf. *Ibid.*, p. 34.
[816] Cf. RYAN, S. [Sam]. *The Bolivian Revolution and the Fight Against Revisionism* [jun. de 1954]. Op. cit., p. 13. Mesma página para a citação.

essa, afirma, que "não pode acontecer de nenhuma outra forma a não ser esmagando a sua vanguarda com consciência de classe e o seu partido marxista", daí derivando a perseguição aos trotskistas chineses pelo regime de Mao. Trotskistas estes, afirma, que "não são, como os pablistas vergonhosa e maliciosamente os chamam, 'fugitivos da revolução', mas na verdade refugiados (se tiverem sorte) da contrarrevolução – contrarrevolução stalinista que Mao também representa". E concluí, contra a linha do SI: "Entre o maoísmo e o partido marxista não pode haver coexistência pacífica".[817]

A partir dessa análise acerca da Revolução Chinesa, que se mantém enquanto um ponto central da crítica da tendência Vern-Ryan ao longo do tempo, Dennis Vern conclui, em seu documento de fevereiro de 1953, que o *liquidacionismo* do CEI fica claro em relação à China: conta-se que a revolução será liderada e organizada pelo PC e aponta-se como tarefa dos trotskistas *apoiarem criticamente o governo* e *empurrar o PC* para sua transformação em uma organização "centrista de esquerda". Esse mesmo "liquidacionismo" se faria presente também na Inglaterra, na forma da liquidação dentro do "bevanismo"[818] e da disseminação de ilusões no Labour Party.[819] Vern aponta desconfiar, ainda, que o racha no PCI francês (1952) tivesse a ver com a indisposição da maioria do partido em se liquidar no interior do PCF, ainda que ele não tivesse informação suficiente sobre o caso[820]. Ele resume, então, a "biografia da liquidação":

> Como eles [os membros do CEI e seus apoiadores] reagiram subjetivamente contra aparato repressivo de Stalin, eles revisaram o marxismo sobre o Estado. Porque eles revisaram o marxismo sobre o Estado, eles são incapazes de manter as concepções leninistas da revolução proletária. Porque eles não tem as concepções leninistas da revolução proletária, eles são incapazes de entender, manter ou construir um partido marxista. Esta é a biografia da liquidação.[821]

4.4. A crítica aos supostos "trotskistas ortodoxos"

Assim como critica duramente o CEI e seus apoiadores, Vern também não poupa o que encara ser a inconsistência dos "anti-liquidacionistas" do SWP (Cannon-Weiss-Hansen). Nesse sentido, aponta que sua defesa da centralidade do partido marxista se limita aos EUA, já que apoiaram a expulsão da maioria francesa e apoiam a política ante

---

[817] Cf. *Ibid.*, p. 13. Mesma página para as citações.
[818] Ala esquerda do Labour Party, surgida em 1951 e liderada por Aneurin "Nye" Bevane, ex-ministro dissidente do gabinete de Clement Atlee, que reivindicava o socialismo.
[819] Cf. VERN, Dennis. *The Biography of Liquidation, op. cit.*, p. 27.
[820] Cf. *Ibid.*, p. 26-27.
[821] Cf. *Ibid.*, p. 28.

o "bevanismo" na Inglaterra. Especula, ainda, que possivelmente também apoiarão a linha do CEI para a China.[822] Mais tarde, conforme se verá adiante, a tendência Vern-Ryan vê uma confirmação dessa sua critica na conivência dos supostos "trotskistas ortodoxos" com o que consideraram a traição pela Quarta Internacional da Revolução Boliviana de 1952. Assim, conclui Vern, em relação a ambas as alas em disputa:

> De um lado, *liquidação do marxismo* no stalinismo, titoísmo ou bevanismo (ou possivelmente um Partido Trabalhista neste país [EUA]). Do outro lado, uma *seita*, incapaz de entender a história de seu tempo, incapaz de manter o marxismo, e para sempre nas margens desimportantes da história.[823]

Argumentos semelhantes foram ainda utilizados em uma carta de Vern e Ryan ao Comitê Nacional do partido, de maio de 1953, na qual criticam o setor majoritário da liderança do SWP. Nesta, reforçam suas acusações de que não havia clareza política na disputa entre as duas alas da direção – uma vez que ambas defendiam a linha "fundamentalmente revisionista" do 3º Congresso Mundial – e que a ala supostamente "ortodoxa" na realidade compartilhava do mesmo método de análise de seus adversários, enraizado na apreciação unilateral acerca do stalinismo[824]. Tal revisionismo, conforme já argumentado em *A Biografia da Liquidação*, trata da compreensão marxista do Estado, transformada em uma concepção de mudança gradual e que se baseava na ideia de regimes transitórios, sem caráter de classe definido (ou dominado por duas classes).

Vern e Ryan relembram que, originalmente, na discussão acerca da "zona tampão" do Leste Europeu, Cochran e Hansen defenderam a caracterização de "Estados operários" para a região, baseados nas *mudanças econômicas* ali ocorridas, ao que Cannon, Stein e Weiss teriam respondido com acusações de "revisionismo", por conta da ideia de uma mudança qualitativa ocorrida gradualmente, sem uma *revolução*[825]. Mesmo que discordando da análise destes últimos, que então encaravam que o Leste Europeu permanecia capitalista, Vern e Ryan ressaltam que seu *critério* era então correto, mas que os mesmos o abandonaram ao adotarem as teses do 3º Congresso Mundial. Por conta disso, a maioria era agora incapaz de estabelecer as relações entre a

---

[822] Cf. *Ibid.*, p. 29.
[823] Cf. *Ibid.*, p. 29. Ênfase adicionada.
[824] Cf. RYAN, Sam & VERN, Dennis. *An Open Letter to the National Committe* [mai. de 1953]. Op. cit., p. 1-2.
[825] Cf. *Ibid.*, p. 3.

noção de mudança gradual, que rejeita a necessidade de uma revolução, e a rejeição do partido marxista.[826]

Contra a perspectiva compartilhada pelas duas alas, Vern e Ryan resgatam um artigo de Trotski acerca da Revolução Espanhola (*A Revolução Espanhola e os perigos que a ameaçam*, 1931), no qual o mesmo condena veementemente a perspectiva de "regimes intermediários", passíveis de encaminhar uma mudança gradual para um Estado operário, sendo indispensável, para tal, uma *revolução proletária*. Revolução essa que pode ser localizada com precisão no tempo, por se tratar do momento decisivo da *tomada do poder*[827]. O CEI e a maioria do SWP, todavia, haviam afirmado em suas análises sobre o Leste Europeu precisamente aquilo que Trotski condenara em tal artigo, ao utilizar categorias como "duplo poder dentro do Estado", "status intermediário" e "governo operário e camponês" para falarem de um regime intermediário e de uma mudança gradual[828].

Vern e Ryan prosseguem sua crítica apontando que, se as resoluções do 3º Congresso Mundial foram ambíguas em relação às transformações ocorridas no Leste Europeu, o CEI havia sido bastante claro quanto à Revolução Chinesa. Em sua resolução sobre o assunto, ele teria dissolvido a questão do "momento decisivo de quando uma classe enfrenta a outra pelo poder" (termos citados de Trotski) e ainda alterado a concepção de *duplo poder*, para alegar que um regime pode, a um só tempo, representar duas classes antagônicas[829]. Dessa forma, o CEI encarava que o Estado chinês não pertence nem a burguesia nem ao proletariado, mas a ambas as classes, sendo tal noção sintetizada na categoria de "governo operário e camponês"[830].

A carta ressalta ainda que o sentido do termo para Trotski, conforme no *Programa de Transição* (1938), era (na breve passagem em que a usa enquanto categoria, ao invés de slogan de agitação), o de uma *ditadura do proletariado controlada pela pequena burguesia*, um "episódio curto" no caminho para a "verdadeira" ditadura do proletariado. Portanto, concluem Vern e Ryan, o mesmo não pode existir sem ditadura do proletariado, diferentemente do que afirmava o CEI. Utilizar tal categoria da forma como fazia o CEI, apontam, implica ir contra os aspectos

[826] Cf. *Ibid.*, p. 3.
[827] Cf. *Ibid.*, p. 4.
[828] Cf. *Ibid.*, p. 5-6.
[829] Cf. *Ibid.*, p. 6.
[830] Cf. *Ibid.*, p. 7.

centrais da Teoria da Revolução Permanente.[831] Com base em tais argumentos, o restante da carta é dedica a criticar duramente a linha de apoio crítico ao governo de Mao na China[832].

4.5. O stalinismo é "contrarrevolucionário de cabo a rabo e até o núcleo"?

Entre os dois últimos documentos mencionados, *A Biografia da Liquidação* e a carta ao Comitê Nacional do SWP, um grupo de militantes do setorial de Los Angeles escreveu outro documento marcante desse segundo momento de enfrentamentos da tendência Vern-Ryan. Trata-se da "carta aberta" a Joseph Hansen, na qual a mesma aprofunda sua crítica da concepção da ala majoritária do SWP acerca do stalinismo ser "contrarrevolucionário de cabo a rabo e até o núcleo", conforme expresso pelo próprio Hansen em seu documento *O que a Discussão em Nova York Revelou?*[833].

Tal concepção, para os autores da carta, é "empírica, subjetiva e idealista", e deve ser rejeitada. Ainda segundo a crítica inicial dos mesmos, a polêmica travada no por Hansen em seu documento contra a minoria do SWP (Cochran-Clarke-Bartell) se dava contra um espantalho, uma vez que, ele não poderia refutar a posição de Vern-Ryan sem revelar o quanto se afastou da posição trotskista, nem aceita-la sem rejeitar a linha do 3º Congresso Mundial e da maioria do Comitê Nacional do SWP.[834]

Atacando novamente aquilo que encaram ser uma falsa dicotomia, segundo a qual reconhecer que o stalinismo havia gerado novos Estados operários seria uma "concessão" ao mesmo, os autores da carta apontam que isso só faria sentido caso se considerasse previamente que o stalinismo não seria capaz de tal feito, que ele seria, portanto, *intrinsecamente contrarrevolucionário*. Assim, acusam Hansen e seus aliados de *formalismo*, por usarem uma fórmula ("stalinismo é contrarrevolucionário de cabo a rabo"), no lugar de uma análise concreta – predeterminando, portanto, as suas conclusões.[835]

---

[831] Cf. *Ibid.*, p. 8-10.
[832] Cf. *Ibid.*, p. 10-15.
[833] IRONSMITH, Joseph et al. An Open Letter to Comrade Hansen [mar. de 1953]. *Debate Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 15, n. 9, abr. de 1953, p. 1-12. Os que assinam o documento junto a Ryan (interessantemente, o nome de Vern mais uma vez não consta entre as assinaturas) são Joseph Ironsmith, Marguerite Gallagher, Sylvia Ryan, Charles Fleming, Esther Patrick, Kenneth Earle, Leo Kay, Evelyn Freidman e Bernie Friedman.
[834] Cf. *Ibid.*, p. 1.
[835] Cf. *Ibid.*, p. 2-3.

Os autores da carta ainda criticam Hansen, que normalmente citava Trotski extensivamente, por não faze-lo ao afirmar que o stalinismo é "contrarrevolucionário de cabo à rabo". A razão disso, afirmam, seria que não há na obra de em Trotski tal afirmação. Portanto, ou Trotski estava errado, ou as coisas mudaram e uma nova caracterização seria necessária – sendo que Hansen não afirmava nenhuma das duas alternativas.[836]

Indo mais a fundo, a carta ainda critica Hansen por não fornecer uma base sólida para sua caracterização da burocracia soviética como sendo "contrarrevolucionária", uma vez que os vários elementos por ele levantados em sua suposta "análise objetiva" (tamanho da burocracia, sua composição social e seus privilégios), não bastariam para se chegar a tal conclusão[837]. Ademais, apontam que, ao afirmar que o stalinismo é *contrarrevolucionário* e que suas instituições são a "antítese" daquelas de 1917, Hansen cai em uma contradição fundamental, pois reconhecia que o stalinismo defendia as formas de propriedade da revolução. Então, ele seria contrarrevolucionário politicamente, mas não economicamente, questionam?[838]

Segundo os autores da carta, o problema de Hansen estaria no abandono do método materialista de Trotski, que priorizava o *conteúdo social* (as formas de propriedade) às *formas políticas* do Estado operário[839]. Nesse sentido, ante o foco unilateral nos malefícios gerados pelo stalinismo e a afirmação de que é a "casta parasitária" que determina objetivamente o curso político do mesmo, os autores da carta contrapõem a pergunta "o que determina, por sua vez, os interesses da burocracia?". E apontam a resposta do próprio Trotski (citada de *Nem um Estado Proletário, nem um Estado Burguês?*): sendo a política "economia concentrada", a determinação se encontra na forma socializada da propriedade, "refratada através dos interesses da burocracia". Nesse sentido, a análise deve partir sempre *do conteúdo social para a forma política*, e não tomar a forma política como o fator determinante na caracterização do stalinismo.[840]

Portando, definindo o *stalinismo* enquanto "a linha política do Kremlin", a carta afirma que este não pode ser "contrarrevolucionário de cabo a rabo e até a medula",

---

[836] Cf. *Ibid.*, p. 4.
[837] Cf. *Ibid.*, p. 4-6.
[838] Cf. *Ibid.*, p. 7.
[839] Cf. *Ibid.*, p. 7.
[840] Cf. *Ibid.*, p. 7-8. Citações na p. 8.

sendo, ao mesmo tempo, "revolucionário" e "contrarrevolucionário", "progressivo" e "reacionário", "proletário" e burguês" – enfim, *dual*[841].

Os autores ainda vão adiante e afirmam que, sendo o stalinismo a ideologia do *socialismo pequeno-burguês*, ele era baseado, como todo socialismo pequeno-burguês, na aristocracia operária e camponesa. Todavia, uma vez que estes setores sociais estavam atrelados, no caso da URSS, à *propriedade coletivizada* (se tratando, portanto, de um "socialismo pequeno-burguês de um Estado operário"), eles necessitam defender a mesma, tal qual a aristocracia "socialista pequeno-burguesa" baseada na *propriedade privada* também precisa defendê-la. Daí, apesar das linhas políticas de ambas serem basicamente as mesmas, concluem, suas *bases materiais* levam a consequências práticas que por vezes diferem: no caso da primeira, uma posição dual e, no da segunda, uma posição contrarrevolucionária.[842]

Assim, concluem a carta apontando que Hansen utiliza um *método não dialético*, por querer tomar o stalinismo fora de seu movimento, como algo estático e em geral, sem levar em conta as particularidades locais. E ressaltam que, ao abandonarem o método materialista de Trotski, as duas alas da direção do SWP em disputa acabavam por não compreender que, independente de terem feito uma revolução, os PCs iugoslavo e chinês não deixavam de ser stalinistas (ligando, nesse ponto, o argumento com aquele de Vern sobre a "biografia" do "liquidacionismo").[843]

4.6. A Quarta Internacional e a Revolução Boliviana de 1952

Vê-se, a partir desses documentos aqui analisados, que a tendência Vern-Ryan possuía profundas discordâncias estratégicas com o setor majoritário da Quarta Internacional e com seus adversários de maior visibilidade – os trotskistas "ortodoxos" do SWP (Cannon, Hansen, Weiss e Cia.). Divergências essas cujas origens ela rastreava até a compreensão do que era o stalinismo e demonstrava, assim, que as duas alas em disputa consistiam, basicamente, em duas faces da mesma moeda: suas posições antitéticas eram tão somente a inversão uma da outra, partindo de um mesmo método de análise acerca do stalinismo. Assim, quando da Revolução Boliviana de 1952 e da postura adotada pela seção local da Quarta Internacional, a tendência não deixou de

[841] Cf. *Ibid.*, p. 9. Citações na mesma página.
[842] Cf. *Ibid.*, p. 10. Citações na mesma página.
[843] Cf. *Ibid.*, p. 10.

ligar suas críticas à mesma com suas divergências mais profundas com o resto da organização.

Conforme mencionado, o primeiro documento da tendência acerca do assunto consistiu em uma breve carta (de junho de 1952), escrita por Sam Ryan, na qual solicita esclarecimentos à direção do SWP acerca de informações sobre a postura do POR boliviano que considera preocupantes, especialmente a afirmação de seu dirigente, Guillermo Lora, de que o POR estaria apoiando o governo do MNR (mencionada em um entrevista deste ao jornal do PCI francês, *La Verité*, que o SWP republicara traduzida em seu próprio jornal).[844] Apesar da direção do SWP aparentemente ter ignorado o pedido de esclarecimentos, não tardou para que Ryan escrevesse uma dura crítica à linha do POR. Até onde se pôde apurar, a tendência Vern-Ryan foi a única voz crítica dentro da Quarta Internacional, além da já mencionada "Fracción Leninista" do POR, que questionou à época a linha de colaboração de classes adotada pela seção boliviana e pelo SI. Todavia, conforme se verá, as críticas da tendência Vern-Ryan iam muito mais fundo do que dita fração na detecção das raízes dessa linha no "revisionismo pablista".

Ecoando as críticas presentes nos demais documentos, em *Bolívia – O Colaboracionismo de Classe Ganha um Recruta* (agosto de 1953), Ryan afirma que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a liderança da internacional estava a encontrar "situações excepcionais", nas quais as "tradições do leninismo" não se aplicavam (Leste Europeu, China). Frente às mesmas, tal liderança estaria aplicando, na realidade, "os conceitos e métodos do reformismo".[845]

Nesse sentido, quando o POR falava no governo do MNR enquanto "pequeno-burguês", ou quando não deixava claro a qual classe o mesmo servia, ele estaria apenas seguindo a lógica das "exceções", utilizada pela liderança internacional frente à "zona tampão" do Leste Europeu (a qual teria tido um "status intermediário" de classe até 1948), ou frente ao "governo operário e camponês" da China.[846] Da mesma forma, as posições práticas adotadas pelo partido seriam fruto das análises "neo-reformistas" da liderança internacional, que sustentavam

> que o reformismo funcionou na Europa Oriental; que o caráter de classe do Estado foi modificado sem revolução proletária, por manipulações nos

[844] Cf. RYAN, S. [Sam]. *A Letter on the Bolivian Revolution* [jun. de 1952]. Op. cit.
[845] RYAN, Sam. Bolivia – Class-Collaboration Makes a Recruit [ago. de 1953]. *Debate Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 15, n. 17, ago. de 1953, p. 41. Citação na mesma página.
[846] Cf. *Ibid.*, p. 47.

> círculos de poder; que por três anos o Estado estava em um status intermediário"[847].

Análises essas que teriam passado "do reino da teoria (ou terminologia) para o da atividade política", quando aplicadas à China e ao PC de Mao[848]. Assim, conclui Ryan, "O POR não introduziu nada de novo. Ele está aplicando na Bolívia a linha revisionista da Internacional – ainda por cima, com o apoio e o encorajamento da Internacional" [849].

Ao que tudo indica, tal qual a carta de junho de 1952, tais críticas passaram em branco no interior do SWP, sem que tenha havido resposta oficial da liderança do partido. Não obstante, cerca de um ano depois desse documento de agosto de 1953, Ryan escreveu mais um tratando do assunto, o já mencionado *A Revolução Boliviana e a Luta Contra o Revisionismo* , de junho de 1954. Muito provavelmente a razão para tal foi o fato de que o novo partido criado por Guillermo Lora naquele ano (POR-Masas) buscou aproximação com o Comitê Internacional ao romper com a ala do POR liderada por Hugo Gonzáles Moscóso e mais alinhada com o SI.

Neste, que foi o penúltimo documento da tendência Ver-Ryan dentro do SWP, Sam Ryan aproveita a ocasião para recapitular os argumentos e análises centrais da tendência a respeito de como a incompreensão acerca do stalinismo levara a uma mudança oportunista da estratégia por parte da ala majoritária do movimento trotskista ante as revoluções do pós-guerra e como isso determinou negativamente a atuação do POR na revolução de 1952. Encarando que o POR *traíra* tal revolução, Ryan co-responsabiliza os autointitulados "trotskistas ortodoxos", por estes terem mantido silêncio durante longo tempo, enquanto Pablo e seus aliados reviam pontos essenciais do marxismo.[850]

Partindo da caracterização do regime do MNR enquanto *bonapartista*, Ryan argumenta que o fato dele "aparentar estar *entre as classes*" não significa, para os marxistas, que ele não seja o instrumento da classe dominante e, portanto, impossível de ter sua natureza de classe transformada por "pressão" (das massas). Todavia, critica, o POR não encarou a questão dessa forma, caracterizando tal regime como um regime intermediário ("pequeno-burguês") e passível de ser reformado (via um "governo

---

[847] *Ibid.*, p. 50-51. Mesma página para ambas as citações.
[848] Cf. *Ibid.*, p. 51.
[849] *Ibid.*, p. 51.
[850] Cf. RYAN, S. [Sam]. *The Bolivian Revolution and the Fight Against Revisionism* [jun. de 1954]. Op. cit., p. 1.

operário e camponês"), adotando uma postura de colaboração de classes ante o mesmo[851].

Assim, Ryan dedica uma parte considerável do documento a demonstrar, através de citações de *Lucha Obrera* e de resoluções dos congressos do POR realizados entre 1952-54, que, através de sua linha política ante o MNR e seu governo, o mesmo havia *traído* a revolução boliviana, por descartar a centralidade leninista da tomada do poder e apostar em uma via gradual, ao mesmo tempo em que disseminava ilusões no MNR e ajudava, assim, este a desmobilizar as massas. Demonstra também que Lora, que então passara a se apresentar enquanto "anti-pablista" e simpatizante do Comitê Internacional, havia tido protagonismo nesse processo.[852]

Ao longo dessas páginas, Ryan repete os argumentos centrais do documento de agosto de 1953, mas sustentando-os com base nas informações obtidas a partir de uma leitura sistemática de *Lucha Obrera* e os enriquecendo com uma crítica detalhada do que considera a insuficiência das palavras de ordem e da atuação do POR. Ademais, repete também seus argumentos sobre a raiz da atuação dos trotskistas bolivianos se encontrar no "revisionismo pablista" e dedica, conforme visto acima, especial atenção ao caso da Revolução Chinesa enquanto precedente analítico e estratégico de tal atuação.

Acerca deste último aspecto, Ryan argumenta que, na China, "a classe dominante nativa era muito fraca e muito corrupta, privada do apoio efetivo do imperialismo", tendo sido por conta disso que ela pôde ser derrubada "por uma revolução fraca, contida e sabotada por uma liderança burocrática e colaboracionista de classe". Todavia, ressalta, o imperialismo norte-americano jamais permitiria uma "vitória tão fácil" quanto a que ocorrera na China ser reproduzida na América Latina, e que ele teria "muito mais poder, tanto político como econômico, para impedir isso". Ademais, argumenta, o maoísmo não é um substituto adequado para o partido marxista. Dessa forma, tentar reproduzir na Bolívia (via MNR) o que o PC chinês fizera, seria não só politicamente equivocado, como, na prática, desastroso.[853]

Por fim, Ryan usa ainda o caso boliviano para ilustrar um dos argumentos centrais de sua tendência, segundo o qual o "revisionismo pablista" não tinha por fator

---

[851] Cf. *Ibid.*, p. 3.
[852] Cf. *Ibid.*, p. 2-11.
[853] Cf. *Ibid.*, p. 13. Mesma página para as citações.

determinante a questão do entrismo, conforme encaravam os "trotskistas ortodoxos", mas a revisão da compreensão marxista acerca do Estado:

> A luta contra o revisionismo pablista não pode ser confinada a palavras de ordem de "Nenhuma capitulação ao Stalinismo" e "Pelo direito do Partido de existir". Pelos últimos dois anos [1952-53] o POR foi organizativamente independente, enquanto capitulava politicamente ao governo burguês [do MNR]. Por quê? Porque o revisionismo do POR é em uma questão mais fundamental: a natureza de classe do Estado. E o revisionismo pablista como um todo também se baseia fundamentalmente na **rejeição da posição marxista sobre a natureza de classe do Estado**.[854] (ênfase adicionada)

4.6. Conclusão

Certamente são necessários mais estudos sobre a tendência Ver-Ryan, especialmente sobre sua composição e sua atuação no dia-a-dia do setorial de Los Angeles do SWP e sobre o que fez com que Dennis Vern e Sam Ryan trocassem o partido pelo ISL de Max Shachtman, cujas análises sobre a URSS, o stalinismo e as revoluções do pós-guerra eram inteiramente distintas das que eles sustentaram durante sua atuação como tendência. De qualquer forma, o que o resgate e a sistematização de suas ideias aqui realizado mostram é que esse diminuto setor do movimento trotskista foi capaz de tecer análises muito mais sofisticadas acerca de certos fenômenos que vinham causando tanta confusão nas fileiras da Quarta Internacional.

Por mais que sua análise do papel internacional do stalinismo não estivesse em sintonia com aquelas adotadas por Trotski a partir de 1933, a sua profunda compreensão do que era a burocracia soviética e seu distanciamento crítico em relação aos sujeitos políticos das "revoluções inconscientes" do pós-guerra fizeram deles um dos poucos setores que à época reconheceram as mudanças sociais qualitativas ocorridas na "zona tampão", Iugoslávia e China sem entrarem em contradição com a Teoria da Revolução Permanente nem relativizarem a necessidade do partido marxista de vanguarda. Sua capacidade de realizar a "análise concreta da situação concreta", sem recorrer a fórmulas fáceis ou buscarem "atalhos" estratégicos, faz dessa tendência uma importante experiência histórica, que necessita ser levada em conta ante a necessidade de compreender o que houve com o movimento trotskista internacional.

[854] *Ibid.*, p. 14.

CAPÍTULO 6

O MOVIMENTO TROTSKISTA E AS REVOLUÇÕES DO PÓS-GUERRA (1955-63)

Dando continuidade à análise de como as diferentes alas do movimento trotskista internacional do pós-guerra se posicionou ante os grandes eventos de sua época – e como foram por eles afetadas no que tangia sua leitura do arcabouço teórico-programático original do mesmo – neste último capítulo serão abordados os debates mais marcantes do período 1955-63. Mais precisamente, aqueles em torno da chamada "revolução colonial", com destaque para a Guerra de Independência da Argélia (1954-62), e da Revolução Cubana (1959).

O primeiro processo levou a polêmicas entre os grupos do Comitê Internacional e o Secretariado Internacional acerca de qual dos grupos atuantes na guerra civil se deveria apoiar politicamente. E a divisões mais profundas entre os membros do Secretariado Internacional, tendo este sido um evento que fez com que Michel Pablo passasse a defender a centralidade estratégica da luta de classes na periferia capitalista ("terceiro-mundismo"), ao passo que o trio Ernest Mandel, Pierre Frank e Livio Maitan apresentaram discordâncias quanto ao assunto e passou a predominar dentro do SI.

Já o segundo processo acabou por aprofundar as diferenças existentes entre os grupos do CI – conforme visto, um agrupamento consideravelmente heterogêneo – as quais ainda não haviam assumido a forma de conflitos abertos. Diferenças essas que, para alguns de seus grupos (em especial o SWP dos EUA), constituíam *convergências* com os setores do SI, o que fez com que os mesmos retornassem para a Quarta Internacional em 1963 e formassem o chamado "Secretariado Unificado" (SU), como ficou conhecido o novo órgão dirigente internacional – dentro do qual Pablo se viu bastante isolado, por ter sido contra tal reunificação parcial do movimento.

A partir da mesma, se abriu todo um novo período para o movimento trotskista internacional, com os setores do SU se engajando, ao longo das décadas de 1960-70, em duras discussões sobe a "via armada" e acabando por originar novas cisões internacionais. Os grupos do CI que acompanharam o SWP em seu retorno às fileiras da Quarta Internacional (em especial o SLATO) acabaram por formalizar sua adesão às teses desenvolvidas pelo setor majoritário da liderança internacional ao longo das

décadas de 1940-50, ao chegarem a uma análise comum acerca do que vinha ocorrendo em Cuba.

Já os que permaneceram de fora (em especial os grupos inglês e francês), reafirmaram de maneira ainda mais enfática o seus traços dogmáticos expressos ao longo dos anos anteriores, ao negarem visíveis transformações sociais como forma de salvaguardarem sua compreensão do que era o trotskismo, especialmente no que tangia a ideia de que uma revolução não poderia ser caracterizada como tal sem ter a sua frente os próprios trotskistas. Eles declararam morta a Quarta Internacional e, abandonando o suposto caráter de "fração pública" do CI (que mal se materializou, devido à frouxidão dos laços entre seus grupos membros), passaram a definir o mesmo enquanto um embrião para a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. Não obstante, o longo dos anos 1960-70, tais grupos foram paulatinamente assumindo identidades distintas uns dos outros, originando troncos históricos próprios.

Por conta de suas consequências dentro das fileiras trotskistas, pode-se afirmar que a Revolução Cubana produziu uma inflexão na sua divisão organizativa e política causada pela crise dos anos 1951-53, sendo um importante marco histórico. De certa forma, ao ter proporcionado uma reconfiguração organizativa do movimento – e, no caso de uma parcela do mesmo, também teórico-programática – tal revolução não só fechou um capítulo da história do movimento trotskista do pós-guerra, como também lançou as bases fundamentais daquele que a ele se seguiu. Foi no período posterior a tal reconfiguração organizativa de 1963 que o movimento atingiu um nível significativamente maior de fragmentação, a partir da formação de diversos troncos históricos distintos desde o ponto de vista teórico-programático. Esse período, todavia, merece ser objeto de uma pesquisa a parte. Recomenda-se a leitura do Apêndice para um sintético vislumbre do mesmo.

1. Os dez anos de divisão: a questão da "revolução colonial" e o caso argelino

1.1. O 5º Congresso Mundial (1957) e a questão da "revolução colonial"

O SI realizou o 5º Congresso Mundial da Quarta Internacional em outubro de 1957, contando com cerca de 100 participantes, representando 25 países. Pablo foi o responsável pelo documento de caráter mais geral aprovado pelo mesmo, intitulado *As*

Perspectivas Econômicas e as Políticas da Internacional. Neste, apresentava-se uma discussão das causas da prosperidade do capitalismo no pós-guerra, considerada inesperada pelos trotskistas, destacando-se o uso de mecanismos anti-crise por detrás dos mesmos, tais como crédito de consumo e aumento dívida pública. Tal documento também discutia a economia nos Estados operários então existentes, enfatizando a importância da *democracia proletária* enquanto um fator indispensável para sua expansão. Por fim, apontava que a revolução mundial não estava mais no horizonte imediato.[855]

O documento *Ascensão e Declínio do Stalinismo*, submetido por Mandel ao congresso anterior (1954), foi emendado com uma nova seção intitulada *Perspectivas de Queda do Stalinismo* e novamente aprovado. Daquilo que continha de novo, se destacava a noção de que as medidas de "de-stalinização" que vinha se observando no chamado "bloco soviético" desde a morte de Stalin, em 1953, constituíam ações da burocracia com vistas a se auto preservar, ao evitarem – ou ao menos adiarem – revoltas pró-democráticas. Ou seja, já não mais se via um fim do stalinismo como fruto da combinação entre uma iminente revolução mundial, que eliminaria as condições objetivas de sua existência, com uma "auto reforma" por parte da burocracia soviética.[856]

Não obstante certas mudanças que introduziu em relação ao pensamento acerca do stalinismo predominante entre a liderança internacional entre 1951-54, tal documento não deixou de sofrer pesadas críticas por parte dos "anti-pablistas" do Comitê Internacional. A mais profunda veio do grupo inglês, escrita por Bill Hunter (sob o pseudônimo "W. Sinclair") ainda no período pré-congressual.

Com o sugestivo nome *Sob uma bandeira roubada*, tal crítica não só respondia ao documento de Mandel, como ainda apresentava, em sua introdução, um breve balanço das disputas internas e das dificuldades que marcaram a Quarta Internacional antes e depois da Segunda Guerra Mundial, dedicando especial atenção a sintetizar a disputa travada contra Pablo e suas ideias "revisionistas" no começo da década de 1950[857]. Em sua crítica ao documento, Hunter ressaltava que, não obstante a parte original de 1953-54 ter sido reafirmada pela sua nova seção de 1957, sua previsão

---

[855] Cf. FRANK, Pierre. *Op. cit.*, [s.p.].
[856] Cf. *Ibid.*, [s.p.]. O documento foi publicado, após aprovado pelo Congresso, como MONTÉE, Declin et Chute du Stalinisme. *Quatrième Internationale* [SI] n. especial, de dez. de 1957, p. 82-102.
[857] SINCLAIR, W. [Bill Hunter]. Under a Stolen Flag [1957]. In SLAUGHTER, Cliff (ed.). *Trotskyism versus Revisionism. A Documentary History. Volume 3. The SWP's road back to Pabloism.* London: New Park Publications, 1974, p. 2-4.

central de que o stalinismo se encontrava em uma situação objetiva que o impediria de continuar a trair revoluções e de que gradualmente reformaria os regimes bonapartistas que controlava havia sido profundamente refutada. E apontava enquanto exemplos os fatos de a burocracia soviética ter feito diversas "concessões" à burguesia e ao imperialismo para paralisar as revoluções na indochina e para atacar a "revolução argelina", tendo ainda o XX Congresso do PC soviético aprovado uma linha de "via pacífica ao socialismo" e tendo a URSS reprimido brutalmente a Revolução Húngara de 1956.[858]

Assim, atacando duramente o documento de Mandel, Hunter apontava que sua conclusão, a despeito de mudanças pontuais em relação ao original de 1954, continuava a ser a tese de que a *revolução política* no Leste Europeu necessariamente passaria por dentro dos PCs nativos e transformaria sua natureza, através de um processo de luta de tendências estimulada pela pressão das massas. Assim, para Hunter os "pablistas" ligados ao SI, se haviam aberto mão da ideia de uma revolução mundial iminente, continuavam a apoiar a burocracia stalinista, ainda que agora na forma de figuras supostamente à esquerda, como Nagy e Gomulka – mesmo eles tendo sido conciliadores e hostilizados pelas massas quando dos levantes húngaros de 1956. Portanto, a substituição do trotskismo por sujeitos políticos imperfeitos, apontava Hunter, continuava a predominar entre a liderança da Quarta Internacional.[859]

Apesar dessa reafirmação das teses "pablistas" acerca do stalinismo, outro documento desse 5º Congresso, transparecia elementos de um novo foco estratégico que logo seria adotada por parte da liderança internacional. Escrito por Pierre Frank e intitulado *A Revolução Colonial desde o Fim da 2ª Guerra Mundial*, este apontava os novos rumos que a liderança da Quarta Internacional, em especial Pablo, seguiria nos anos seguintes: a substituição da inevitável revolução nos centros capitalistas, sob uma forçosa direção stalinista, pela onda revolucionária na periferia mundial e sua liderança nacionalista pequeno-burguesa. A ideia dos regimes intermediários entre capitalismo e ditadura do proletariado, na forma de "governos operários e camponeses", todavia, continuava a ser o centro explicativo de como que sujeitos políticos "imperfeitos" poderiam cumprir as "tarefas da revolução permanente".

Em tal documento, Frank reafirmava a previsão de uma Terceira Guerra Mundial, a qual ocorreria entre o capitalismo, de um lado, e a URSS e as "revoluções

[858] Cf. *Ibid.*, 5-13.
[859] Cf. *Ibid.*, 14-19.

coloniais", de outro, mas não mais a considerava iminente ou mesmo próxima. Tais revoluções, afirmava-se, teriam enfraquecido politicamente o stalinismo e o reformismo social-democrata, não mais tão influentes como ao fim da Segunda Guerra, e estariam ainda erodindo as bases dos regimes proletários burocráticos.[860]

Tratando daquelas que obtiveram vitória, como a chinesa, Frank ainda afirmava que elas teriam fornecido uma forte confirmação da Teoria da Revolução Permanente – a necessidade da expropriação da burguesia e do imperialismo para a realização das tarefas nacional-democráticas. Teoria essa que, ademais, teria "penetrado" nos PCs e se "fixado" no pensamento daqueles militantes de formação stalinista – ainda que, mais uma vez como no caso chinês, de forma "bastante empírica e oportunista".[861] Daí, concluía que a "revolução colonial" não só era "parte integrante da revolução socialista mundial", como teria passado a constituir, desde a traição da onda revolucionária de 1944-45 nos centros capitalistas, o "elemento mais importante" de tal revolução.[862]

Acerca da liderança de tais revoluções, Frank apontava que apenas nos casos boliviano e cingalês é que elas vinham se desenvolvendo junto a uma atuação do "partido marxista revolucionário", isto é, a grupos trotskistas. Sendo que na China, na Coreia e no Vietnã ela teria triunfado sob a liderança de "partidos operários de origem stalinista". Já nos demais casos, apontava, não obstante sua base proletária, as mesmas teriam direções de caráter pequeno-burguês ou até mesmo burguês.[863]

Já acerca de sua base social, Frank ressaltava a centralidade da *questão agrária* para tais revoluções, a parir da atuação do setor social que considerava o "campesinato". A partir de tal consideração, delineava como importante tarefa do partido revolucionário combinar a luta do proletariado das cidades com a de tais "camponeses". Tal combinação teria como uma de suas "expressões mais elevadas" as *guerrilhas*, as quais o documento considerava tenderam a "elaborar e aplicar uma política correspondente aos interesses das massas" e afirmava possuírem uma "importância política essencial", ainda que reconhecesse seus limites políticos e organizativos. Ao delinear a importância tática da guerrilha rural, tal documento mostra que a centralidade atribuída anos depois à estratégia guerrilheira / "foquista" como o centro da atuação trotskista na periferia

---

[860] REVOLUTION Coloniale Depois la Fin de la 2e Guerre Mundiale, La. *Quatrième Internationale* [SI] n. especial, de dez. de 1957, p. 39.
[861] Cf. *Ibid.*, 39-40. Citações na página 40.
[862] Cf. *Ibid.*, 40. Citações na mesma página.
[863] Cf. *Ibid.*, 41. Citação na mesma página.

capitalista já se fazia de alguma forma presente, certamente como fruto das experiências indochinesas.[864]

Cabe ressaltar que o documento, apesar de reconhecer que o "campesinato" do qual falava possuía uma composição muito diversa de país para país, não abordava suas consideráveis diferenças em relação ao campesinato europeu que fora objeto das análises e teorias de Trotski. Não realizava, assim, assim, uma caracterização das origens históricas diversas e das profundas mudanças pelas quais passara a força de trabalho rural periferia ao longo do século XX.[865]

Já acerca do proletariado, Frank apontava que, a despeito de seus números reduzidos nos países coloniais, ele estaria a *encabeçar* as lutas que vinham ocorrendo em tal parte do mundo. Mas reconhecia também a forte influência de elementos burgueses e pequenos burgueses sobre tal direção.[866]

O documento ainda tratava brevemente da formação do "bloco afro-asitático de Bandung" (os chamados países "não-alinhados"), através do qual alguns países coloniais estariam buscando obter vantagens a partir do "equilíbrio precário" existente entre o imperialismo e os Estados operários. E apresentava um breve resumo da situação das lutas em diferentes colônias, além de comentar a postura do imperialismo e dos países operários frente a tal "bloco de Bandung".[867]

Ele também comentava os governos que emergiram nas colônias após a guerra e que tinham um víeis de luta por independência, tais como Nasser no Egito e Perón na Argentina. Apontando que eles possuíam um poder desproporcional em escala nacional e internacional se comparado ao poder real da burguesia nativa de seus países e que não possuíam condições de travar uma luta consequente contra o imperialismo ou de implementar uma industrialização profunda, Frank os caracteriza como regimes *bonapartistas*, devido às suas relações com as classes antagônicas no plano nacional.[868]

Cabe ressaltar que o próprio Trotski já havia se debruçado sobre fenômeno semelhante no final da década de 1930, ao analisar o governo mexicano de Cárdenas e desenvolver o conceito de "bonapartismo *sui generis*". Conforme visto no Capítulo 2, ele considerou ser possível que burguesias periféricas formassem governos de colaboração de classes para, se apoiando em alguma medida na mobilização das classes

---

[864] Cf. *Ibid.*, 44-45. Citações, na ordem de aparição, ao longo de tais páginas.
[865] Cf. *Ibid.*, 44-45.
[866] Cf. *Ibid.*, 45.
[867] Cf. *Ibid.*, 42-43.
[868] Cf. *Ibid.*, 43-44.

subalternas, obter certas vantagens econômicas a partir de um limitado enfrentamento com os interesses imperialistas. Mas Frank não mencionava tal conceito ou ditas análises de Trotski, não obstante a proximidade com elas.

Por fim, o documento concluía apontando como principal tarefa da Quarta Internacional a construção de um movimento politicamente independente da burguesia nas colônias, aliado aos "camponeses" e que visasse estabelecer o "poder dos trabalhadores, os governos operários e camponeses", sem entrar em maiores detalhes em relação a qual deveria ser a postura em relação às direções políticas "pequeno-burguesas" e nacionalistas das lutas anticoloniais já em curso.[869] Não obstante, vale lembrar que dita relação havia sido em parte estabelecida pelas teses dos 3º Congresso Mundial (1951) sobre a América Latina, bem como pela atuação prática de seções como a boliviana.

1.2. Divergências no SI sobre o "terceiro-mundismo" e o racha de Posadas

Nos anos que se seguiram ao 5º Congresso Mundial a atenção dos trotskistas da Quarta Internacional esteve muito mais voltada para as lutas anticoloniais, em especial a Guerra Civil Argelina. Pois, conforme aponta o próprio Frank, em sua narrativa acerca da história do movimento trotskista, no final dos anos 1950 e começo dos 1960, a Europa ocidental se encontrava em uma situação de considerável marasmo político no concernente ao proletariado. Dessa situação surgiram divergências no interior da liderança internacional envolvendo o fato das atividades das seções europeias terem sido em grande parte dedicadas à, segundo suas palavras, "ajudar as revoluções coloniais".[870]

Para ele, tal atitude teria sido "um reflexo em nosso movimento daquelas correntes que haviam perdido toda a esperança na classe trabalhadora dos países europeus", correntes essas que encaravam que "a revolução na Europa havia sido removida da agenda por um longo período – senão para sempre". Dentro da liderança internacional, aqueles que mais repercutiam esse tipo de ideia "terceiro-mundista" – muito popularizada a partir da experiência da Revolução Chinesa e da ruptura sino-soviética, a partir da qual o maoísmo ganhara vida política internacional própria – foram Michel Pablo e o dirigente do Birô Latinoamericano, Juan Posadas. Frank, apesar da

[869] Cf. *Ibid.*, 46-47.
[870] Cf. FRANK, Pierre. *Op. cit.*, [s.p.].

proximidade com tais ideias que seu documento ao 5º Congresso continha, se aliou a Ernest Mandel e Livio Maitan enquanto bloco de oposição.[871]

As diferenças no interior do SI, entre Pablo / Posadas de um lado, com sua defesa da *centralidade estratégica* da "revolução colonial" em detrimento da revolução nos centros imperialistas, e Mandel / Frank / Maitan de outro, com a manutenção da ideia de que aquela seria um *complemento* desta, cresceram cada vez mais ao longo dos anos após o 5º Congresso. À altura do 6º Congresso Mundial, realizado no começo de 1961, elas assumiram a forma de uma disputa aberta.

Nesse 6º Congresso, foi Maitan quem apresentou uma resolução sobre a questão da "revolução colonial", a qual refletia a visão mais "moderada" da *troika* que ele integrava. Tal resolução abordava centralmente a Revoluções Cubana e a Guerra Civil Argelina, tendo caracterizado como um "Estado operário de origem particular e de tipo novo" e afirmado que a Argélia em breve também se tornaria um.[872] Tais questões serão abordadas em maiores detalhes mais adiante.

Pablo não participara do congresso, pois ele e Salomon "Sal" Santen, outro membro do SI, haviam sido presos às vésperas do mesmo pelas autoridades de Amsterdã, para onde o Secretariado havia sido transferido após a volta ao poder de De Gaulle na França. A prisão foi por conta de ambos, bem como alguns outros poucos membros da liderança internacional, estarem então consideravelmente engajado na Guerra de Independência da Argélia, atuando em solidariedade à "Frente de Libertação Nacional" (FLN).

Na ausência de Pablo, Posadas se lançou candidato ao cargo de Secretário Geral, se apresentando aos demais delegados como representante de Pablo, como forma de impedir que seu cargo fosse ocupado por um dos "europeus" – como passou a ser conhecida a *troika*. Posadas, todavia, não conseguiu ser eleito, tendo o cargo passado para Livio Maitan e o SI sido deslocado para Roma. Relatos dão conta que a intervenção de Posadas foi tão estridente em sua denúncia aos "europeus", que nem aqueles mais próximos a Pablo lhe deram apoio.

A aliança entre Posadas e Pablo foi rompida quando este saiu da prisão, tendo aquele se lançado em polêmica contra o mesmo, acerca de qual lado da disputa sino-soviética deveria ser apoiado "criticamente", uma vez que Pablo abandonara a até então consensual (entre a liderança internacional) posição pró-China e passara a defender a

---

[871] Cf. *Ibid.*, [s.p.].
[872] Cf. *Ibid.*, [s.p.] e MARIE, Jean-Jacques. *Op, cit.*, p. 95.

URSS. Também foi nessa época que Posadas passou a defender suas ideias de seria necessário que a burocracia stalinista lançasse uma "guerra nuclear" e devastasse "um terço da humanidade" como forma de garantir a realização do socialismo.[873]

Posadas e alguns grupos latinoamericanos do BLA deixaram a Quarta Internacional ainda em 1961, para formarem uma nova organização homônima em abril do ano seguinte, através de um "congresso extraordinário" que "expulsou" os membros da liderança internacional, sob argumento de que eles estariam violando o "foco colonial" do 6º Congresso Mundial. Tal congresso elegeu um "novo" Comitê Executivo Internacional e um "novo" Secretariado Internacional, proclamou a nova organização enquanto a "verdadeira" Quarta Internacional e aprovou teses acerca da demanda por uma guerra nuclear e de apoio praticamente acrítico à burocracia stalinista chinesa.[874]

Já Pablo permaneceu na Quarta Internacional até 1964, quando rompeu com o SI para formar a "Tendência Marxista Revolucionária Internacional"[875]. Todavia, conforme já se mencionou, desde o 5º Congresso Mundial a sua militância em prol da Guerra Civil Argelina foi um tanto quanto isolada dentro das fileiras trotskistas – o que é confirmado pelo depoimento de um dos militantes trotskistas que chegou a atuar no processo, em uma fábrica clandestina de armas da FLN[876]. Não obstante, desde os primeiros momentos da guerra civil eclodida em 1954 o SI dedicou especial atenção ao conflito, principalmente ao longo do período 1958-62.

Assim, a partir de fins da década de 1950 Pablo basicamente substituiu o papel que ele acreditava que seria cumprido pelo stalinismo na deflagração da revolução mundial pelo papel da "revolução colonial" e suas direções nacionalistas, reduzindo o proletariado dos centros capitalistas a uma força auxiliar das mesmas, no que foi acompanhado por Posada e sua ideias no mínimo excêntricas. Já a *troika* Mandel / Frank / Maitan, que igualmente abandonou o foco no stalinismo, continuou a defender a centralidade da revolução nos centros imperialistas. Porém, conforme se verá, manteve a noção básica por detrás daquele, segundo o qual sujeitos políticos imperfeitos ou "não ideais" poderiam ser empurrados para além de seus programas pela combinação da "pressão das massas" com a "dinâmica objetiva" da revolução permanente. Visão essa

---

[873] Cf. FRANK, Pierre. *Op cit.*, [s.p.].
[874] Cf. ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 332-34.
[875] Cf. FRANK, Pierre. *Op. cit.*, [s.p.]. Não obstante essa ruptura, Pablo retornou às fileiras da Quarta Internacional poucos meses antes de falecer, em 1998. Cf. BENSAÏD, Daniel. *Op. cit.*, p. 96.
[876] Conforme o depoimento de Mokhtar em ERNEST Mandel. A Revolutionary Life. Direção: Chris Den Hond. [s.l.]: Brussels, 2005. Cópia digital (90min). Disponível em https://youtu.be/LXFFcJQSLrk. Acessado em julho de 2015.

que predominou até o giro operado na década de 1980, para uma estratégia reformista (ver Apêndice).

1.3. A "Conferência de Leeds" do CI (1958) e as ideias de Nahuel Moreno

Por sua vez, o Comitê Internacional, conforme apontado anteriormente, não chegou a constituir um agrupamento internacional centralizado ou mesmo no qual seus grupos membros tivessem contato próximo frequente. Dos dois encontros internacionais realizados pelo CI, o de junho de 1958, ocorrido na cidade inglesa de Leeds, foi o mais substancial, tendo aprovado documentos que expressavam os acordos básicos de seus grupos membros – mas que não circularam em suas respectivas imprensas. Ademais, a chamada "Conferência de Leeds", conforme informa a militante trotskista argentina Mercedes Petit, foi hegemonizada pelos delegados do SWP dos EUA, a ponto de documentos críticos dos delegados ligados ao Secretariado Latinoamericano do Trotskismo Ortodoxo (SLATO) terem sido desconsiderados.[877]

O principal documento adotado pela Conferência de Leeds, uma curta *Declaração Política*, foi escrito pelo dirigente do SWP dos EUA Farrell Dobbs. Nele, o Comitê Internacional se apresentava enquanto legítimo representante do "trotskismo ortodoxo" e reafirmava a centralidade da noção de "crise de direção" presente no *Programa de Transição*, a qual seria a base da "missão histórica" da Quarta Internacional – a de ser o sujeito político necessário à vitória da revolução socialista. Quanto a isso, explicava a não realização da previsão de que a Quarta Internacional emergiria como uma direção de massas no pós-guerra , destacando em especial a retenção da onda revolucionária de 1944-45 por parte das "traições" das direções stalinistas e social-democratas – fatos que tornavam tal "missão histórica" ainda mais relevante. E indicava que o "pablismo" do SI se caracterizava centralmente pelo abandono de dita missão.[878]

Contrastando a orientação "colonial" dos setores ligados ao SI, o documento também ressaltava a centralidade da realização da revolução nas metrópoles capitalistas, a despeito dos avanços representados pelas revoluções na China, Iugoslávia, da transformação do Leste Europeu e das "revoluções coloniais". A esse respeito, o

---

[877] Cf. *Ibid.*, p. 329.
[878] Cf. POLITICAL Statement. In WOHLFORTH, Tim & FELDMAN, Fred (ed.). *Toward a History of the Fourth International.* Second Series. Part 7, Volume 4. Education for Socialists Series. New York: Pathfinder Press, 1978, p, 8.

documento delineava uma previsão de que teria lugar em breve uma ofensiva internacional da burguesia nas metrópoles, a qual geraria uma contraofensiva por parte das massas proletárias das mesmas e um aumento do ascenso então observado nas colônias.[879]

Ademais, o documento também previa que em breve as massas se chocariam com os "aparatos burocráticos" utilizados pelo stalinismo e pela social-democracia para "traírem" o ascenso então observado e que a crise pela qual passava o primeiro abria oportunidade que que seus melhores quadros fossem recortados pelo trotskismo. Todavia, mais uma vez se contrapondo ao "pablismo" do SI, o documento rejeitava a ideia de que tal crise levaria a uma "auto reforma" da burocracia soviética via pressão das massas e apontava a necessidade primordial de uma *revolução política* no interior da URSS, bem como da centralidade de um *Partido Revolucionário* (a Quarta Internacional) para que essa pudesse triunfar. O documento afirmava ainda que a Terceira Guerra Mundial não era "inevitável" e que a tarefa central dos trotskistas era a construção de uma direção política revolucionária, que colocasse na ordem do dia a questão "revolução ou guerra".[880]

Nesse sentido, concluía reforçando a importância da construção de partidos revolucionários nas colônias e semicolônias, onde se deveria construir "frentes únicas anti-imperialistas" com as forças anti-coloniais em luta, mas sem limitar o programa ao da pequena-burguesia e da burguesia envolvidas nas mesmas. Sendo que tais partidos revolucionários, necessariamente trotskistas, seriam a "única chave" para o sucesso da revolução mundial, fosse nas metrópoles ou colônias.[881]

Sendo essencialmente um contraponto às teses do SI, a *Declaração Política* do CI foi acompanhada por uma resolução sobre *O Funcionamento do Comitê Internacional*, na qual se apontava que o mesmo deveria funcionar como um "centro ideológico", que propagasse a formação política das seções nacionais e de seus quadros, especialmente acerca do que era o "revisionismo pablista". Tais seções teriam como tarefa central frente ao SI tentar recrutar suas seções para o "trotskismo ortodoxo". Mas

[879] Cf. *Ibid.*, p. 8.
[880] Cf. *Ibid.*, p. 8-9.
[881] Cf. *Ibid.*, p. 9-10.

o funcionamento do CI continuaria a ser de tipo federativo, sendo ele a soma de representantes de cada seção membro.[882]

Por fim, o terceiro documento adotado pela Conferência foi uma declaração pela *Reorganização da Quarta Internacional*, na qual se afirmava que os eventos internacionais ocorridos entre 1953-58 comprovavam quem eram os verdadeiros "trotskistas ortodoxos". Nela também se rejeitava o "centralismo burocrático" do SI "pablista" e se apontava a possibilidade de uma "reconstrução" da Quarta Internacional em um futuro próximo. "Reconstrução" essa que passaria pela proposta de uma nova conferência internacional junto ao SI, ressaltando, todavia, preocupação em relação ao funcionamento e composição da liderança internacional de uma possível Quarta Internacional "reorganizada". Afirmava-se que, no presente estágio, tal liderança deveria atuar como "guia ideológico", ao invés de focar em orientações organizativas às seções nacionais, e que deveria ser composta por líderes dessas seções, escolhidos de forma democrática e "voluntária".[883] Ou seja, reforçava-se a concepção federalista por detrás do funcionamento do próprio CI, a qual garantia grande autonomia política e organizativa a seus grupos membros.

***

Conforme foi dito, tais documentos foram contestados pelos delegados latinoamericanos da Conferência, ligados ao SLATO – porém, ignorados. Através de Nahuel Moreno, estes apresentaram uma proposta de emendas à *Declaração Política* e também um documento extra, as *Teses Sobre a Frente Única Revolucionária*. As emendas foram posteriormente republicadas em um boletim interno do SLATO[884] e, após uma crítica mais extensa de Moreno ter passado pela reunião de janeiro de 1959 da direção de tal órgão, a mesma foi publicada sob o título *A Revolução Permanente no Pós-Guerra – Crítica ao Documento de Farrell Dobbs*.

Em tal documento, Moreno criticou a caracterização de Dobbs acerca do período pós-guerra, afirmando ter existido no Leste Europeu um "poder dual *sui generis*", através do qual o Exército Vermelho dividira o poder com as burguesias nativas "para

---

[882] Cf. FUNCTIONING of the International Committee. In WOHLFORTH, Tim & FELDMAN, Fred (ed.). *Toward a History of the Fourth International.* Second Series. Part 7, Volume 4. Education for Socialists Series. New York: Pathfinder Press, 1978, p, 10. Citação na mesma página.
[883] Cf. REORGANIZATION of the Fourth International. In WOHLFORTH, Tim & FELDMAN, Fred (ed.). *Toward a History of the Fourth International.* Second Series. Part 7, Volume 4. Education for Socialists Series. New York: Pathfinder Press, 1978, p, 10-11. Citações na p. 10.
[884] Cf. RESOLUCION del Trotskismo Ortodoxo Sobre la Situacion Mundial. [S.l.: s.n.], 1958, [s.p.]. Disponível no acervo *online* da Fundación Pluma, em http://tinyurl.com/jbfhafe. Acessado em junho de 2015.

evitar um poder dual real" – ou seja, a tese de "regime intermediário", defendida por Mandel e Cia. entre 1944-51 – poder esse que teria sido extinto pela ação do stalinismo com o começo da Guerra Fria. Ele também contestou a periodização utilizada por Dobbs, defendendo que o período pós Revolução Chinesa (1949) seria essencialmente marcado pelo ascenso da "revolução colonial", o qual teria passado por uma inflexão com a morte de Stalin (1953), quando as massas soviéticas teriam iniciado seu próprio "processo revolucionário", contra a burocracia stalinista.[885]

Frente a tais acontecimentos, afirmava Moreno, a Teoria da Revolução Permanente teria sido "confirmada" e também teria assumido um "novo caráter", com o acréscimo da necessidade da *revolução política* nos Estado operários enquanto necessidade do triunfo da revolução mundial. Ele afirmava ainda que a combinação da revolução democrático-burguesa com a socialista teria passado a ser um problema central também nas metrópoles capitalista – como nos EUA, por conta da situação da situação legal da população negra, ou na França, por conta da situação dos argelinos.[886]

Por fim, ao falar das "lições" das revoluções políticas ocorridas recentemente na Hungria e na Polônia, a qual critica terem sido ignoradas pelo documento de Dobbs, Moreno afirmava que "a revolução política terá, tal qual as revoluções clássicas, sua **revolução de fevereiro e sua revolução de outubro e um interregno de poder dual**" (ênfase adicionada). Nesse afirmação, já se antevê a divisão que passará a predominar na estratégia defendida por Moreno ao longo dos anos seguintes, pautada pela noção de que a revolução ocorre em dois estágios distintos, um "inconsciente", liderado por um sujeito político não revolucionário, e outro "consciente", quando os trotskistas assumiriam sua liderança.

Tal ideia se fez presente de forma prática nas *Teses Sobre a Frente Única Revolucionária*, também conhecidas como *Teses de Leeds*. Nelas, Moreno desenvolveu algumas das teses básicas que mais tarde vieram a orientar a "atualização" do trotskismo que ele propôs, especialmente à luz da Revolução Cubana, para conformar dita estratégia (comumente denominada "morenismo", a qual será abordada em maiores detalhes na seção seguinte). Desde o início de sua militância, Moreno e seus colaboradores próximos construíram os mais diversos blocos políticos com grupos bastante díspares.

---

[885] MORENO, Nahuel [Hugo Bressano]. La Revolucion Permanente en la Posguerra. Crítica al documento de Farrel Dobbs [1959]. In MORENO, Nahuel. *Escritos sobre la revolución politica*. Versão digital. Disponível em http://tinyurl.com/j3z85gw. Acessado em abril de 2015, [s.p.].
[886] Cf. *Ibid*., [s.p.].

Desde 1953, por exemplo, sob a pressão de seu crescente isolamento no movimento operário argentino, o grupo por ele dirigido havia mudado radicalmente sua caracterização em relação ao peronismo, a qual era uma das principais razões para as divergências com o grupo de Posadas. O peronismo passou então a ser considerado de um regime bonapartista e representante das frações burguesas agropecuárias, tradicionalmente ligadas ao imperialismo britânico, a uma força de resistência ao imperialismo norte-americano.[887]

A partir dessa nova caracterização, o grupo de Moreno realizou um "entrismo" na "ala esquerda" do peronismo, o "Partido Socialista da Revolução Nacional", declarando-se, no cabeçalho de seu periódico, "Sob a disciplina do General Perón e do Comando Superior Peronista". Tal "disciplina" chegou ao ponto do mesmo ter chamado voto em Arturo Frondizi, candidato do partido burguês "União Cívica Radical" nas eleições presidenciais de 1958, uma vez que este havia prometido ao Juan Perón o fim da sua prescrição legal que vigorava contra o peronismo desde o golpe de 1955.[888]

Nas *Teses de Leeds*, Moreno forneceu uma racionalização teórica generalizante a sua relação até então mantida com o peronismo – a qual seria mais tarde repetida com relação ao stalinismo e também ao castrismo. Delineando uma análise muito semelhante à dos "pablistas" do SI acerca da possibilidade de transformar sujeitos políticos "inadequados" em forças revolucionárias, ele afirmava que o ascenso revolucionário daquele momento produziria uma crise nos aparatos e organizações oportunistas da classe trabalhadora, as quais rachariam e dariam origem a "forças revolucionárias inconscientes".

Como as forças trotskistas, consideradas como revolucionários "conscientes", eram ainda muito pequenas e de influência reduzida, elas não seriam capazes de ganhar de imediato tais tendências para seu programa. Assim, ele defendia que as mesmas deveriam formar "unidades de ação revolucionária" com tais tendências, alçando-as à direção das massas ao buscar responder às "necessidades revolucionárias mais urgentes" destas.[889] Segundo suas próprias palavras:

---

[887] Cf. ROJO, Alicia. El trotskismo argentino y los origenes del peronismo. *Cuadernos del CEIP* n. 3, 2007, [s.p.].

[888] Cf. *Ibid.*, [s.p.] e GONZÁLES, Ernesto (org.). *El trotskismo obrero e internacionalista en la Argentina.* Tomo 2 - Palabra Obrera y la Resistencia (1955-1959). Buenos Aires: Editorial Antídoto, 1996, p. 226.

[889] Cf. MORENO, Nahuel [Hugo Bressano]. Tesis Sobre el Frente Unico Revolucionario [1958]. In MORENO, Nahuel. *Escritos sobre la revolución politica*. Versão digital. Disponível em http://tinyurl.com/zpck4tp. Acessado em fevereiro de 2013, [s.p.].

> O importante é compreender que a Frente Única Revolucionaria significa **toda uma nova estratégia geral** que se sintetiza a necessidade de que nossas organizações trotskistas nacionais assumam a tarefa obrigatória de organizar a ação comum das tendências revolucionárias que surjam da crise dos aparatos no movimento de massas, para postular com redobradas forças o direito e a necessidade de que haja uma direção revolucionária do movimento de massas, e para ajudar essas tendências a se elevarem verdadeiramente a atuarem enquanto uma direção revolucionária.[890] (ênfase adicionada)

Desde sua origem, o movimento trotskista lutou para promover um reagrupamento de forças revolucionárias, especialmente nos momentos de crise política das organizações proletárias tradicionais, como a social-democracia e o stalinismo, ganhando para seu próprio programa setores das mesmas que porventura girassem à esquerda. Todavia, as forças com as quais Moreno visava reagrupar eram, na sua própria definição, "centristas de esquerda ou ultra-esquerdistas". Forças essas que "não se elevaram à compreensão da necessidade de nosso programa", mas que, supostamente mesmo "com todas as suas limitações e erros levarão o movimento de massas a posições revolucionárias".[891]

Dessa forma, ele propunha algo que na prática era equivalente à noção básica por detrás da estratégia do SI, de "orientar" organizações políticas "imperfeitas" de forma que estas, sob "pressão das massas", se tornassem aptas a dirigirem uma revolução socialista. A diferença era que, no lugar o entrismo de Pablo e Cia., Moreno propunha a formação de um bloco político, na forma de uma "Frente Única Revolucionária". Não à toa, o SLATO dirigido por Moreno participou da reunificação com o SI em 1963, encabeçada pelo SWP dos EUA – o qual nunca criticou tais posições de seus camaradas latinoamericanos. Tais considerações serão retomadas mais adiante, quando do aprofundamento de tais ideias sob o impacto da Revolução Cubana.

1.4. A "Revolução Argelina" para o SI e para o CI

Conforme mencionado, a Guerra de Independência da Argélia foi um dos eventos "anti-coloniais" que predominaram nos debates internos dos dois setores internacionais do movimento trotskista, bem como dos debates travados entre ambos. Sinteticamente, a mesma teve início em 1° de novembro de 1954, através de uma série de ataques militares realizados pela "Frente de Libertação Nacional" (FLN), um grupo criado a partir da fusão de organizações que almejavam a independência do país e sua

---

[890] *Ibid.*, [s.p.]. Tradução própria.
[891] Cf. *Ibid.*, [s.p.].

emancipação da condição de colônia francesa, estabelecida no começo do século XIX. Tal organização conseguiu grande influência política dentro e fora da Argélia, como através dos escritos de um de seus principais ideólogos Frantz Fanon.

Todavia, apesar de sua posição hegemônica entre o movimento anticolonial , a FLN teve que enfrentar a rivalidade do "Movimento Nacional Argelino" (MNA), fundado pelo veterano líder nacionalista Messali Hadj, também em 1954, em oposição à ideia por detrás da formação da FLN, de lançar um confronto armado generalizado. Rivalidade essa que assumiu a forma armada, tanto na colônia quanto na própria França – onde o MNA tinha uma forte base entre imigrantes argelinos proletários, dirigindo um sindicato dos mesmos – tendo os membros e apoiadores do MNA sofrido pesadas derrotas militares para as forças da FLN.

O conflito anticolonial prosseguiu ao longo de quatro anos essencialmente na forma de um combate de guerrilha, através de diversas ações pontuais da FLN contra alvos militares e civis ligados ao governo colonial francês. Ao longo desse tempo, as ações guerrilheiras se espalharam pelo interior do país através da tomada de terras de descendentes de colonos (*pied-noirs*), até que em 1956 assumiu a forma de um conflito predominantemente urbano. Foi nesse ano que teve início a chamada Batalha de Argel, na qual um misto de ataques pontuais e ações de massa, como greves gerais, deram forte visibilidade à FLN na capital do país. Visibilidade essa que foi respondida duramente pelo governo colonial, através de ataques militares, prisões e tortura em larga escala. A intensa disputa pelo controle da capital durou até fins de 1957, com uma derrota momentânea para a FLN.

A crise política que a guerra civil argelina vinha gerando na França atingiu seu ápice no começo de 1958, quando oficiais do exército francês na colônia, junto a *pied-noirs* nacionalistas e membros da elite local passaram a demandar que Charles De Gaulle fosse reconduzido ao poder, como forma de "unificar a nação" e suprimir a luta anticolonial argelina. Logo nos primeiros meses de 1958, o Governador Geral da Argélia foi para Paris fazer pressão pelo retorno de De Gaulle ao poder e, em sintonia com sua campanha, o general responsável pelas tropas francesas na colônia conduziu um golpe de Estado e estabeleceu uma junta militar em Argel. Pouco após, tais tropas tomaram a ilha francesa Córsega e planejaram dali tomar Paris, caso De Gaulle não fosse empossado Presidente pelo Parlamento – o que veio a ocorrer no final de maio, marcando o fim da chamada "Quarta República" francesa e o começo da Quinta.

Ao longo de 1958-59, enquanto fortalecia sua posição na França através de uma nova constituição, de Gaulle buscou solucionar o conflito argelino através da formação de um governo local moderado, que não tivesse ligação nem com os guerrilheiros anticolonialistas da FLN, nem com os grupos "contra-terroristas" de colonos nacionalistas. Todavia, seus planos não lograram sucesso, tendo aumentado o descontentamento entre os *pied-noirs* nacionalistas e entre as tropas francesas na colônia, ao ponto de dois outros golpes de Estado terem sido realizados na Argélia (em 1960 e em 1961), e de uma organização paramilitar unificada dos *pied-noirs* ter sido formada nessa época (a "Organização do Exército Secreto", OAS). Incapaz de controlar a direita nacionalista e de derrotar a FLN militarmente, o governo francês passou então a negociar a independência da Argélia com esta última, o que ocorreu em 1962, através de referendos realizados nesta e na França, como fruto dos chamados "Acordos de Évian".

Nesses momentos finais do conflito uma crescente tensão começou a emergir dentro da FLN, entre o governo no exílio formado alguns anos antes por parte de seus dirigentes e um Birô Político liderado por Ahmed Ben Bella. Com o apoio do chefe das forças armadas da FLN, Houari Boumédiène, Ben Bella foi empossado Presidente da Argélia independente, mas em 1965 divergências entre ambos levou a um golpe de Estado por parte de Boumédiène, que então assumiu o poder.

Ao assumir o poder em 1962, a FLN suprimiu legalmente as organizações concorrentes, como o MNA e o PC local. Cabe ressaltar que em 1958 o MNA tomou posição favorável às iniciativas de De Gaulle em prol da formação de um governo moderado pró-francês na colônia e, por conta disso, foi excluído das negociações encabeçadas pela FLN no começo da década de 1960, sendo tal postura criticada por seus adversários enquanto uma "capitulação" ao imperialismo francês.

Baseado no "Programa de Trípoli", adotado pelo órgão máximo da FLN (posteriormente substituído pelo Birô Político de Ben Bella) às vésperas da independência, o novo governo realizou uma série de nacionalizações de empresas e terras deixadas para trás pelos *pied-noirs* e franceses que fugiram em massa do país, temerosos de uma retaliação. Nesses primeiros anos foi realizada uma reforma agrária por parte do governo e, ao mesmo tempo, tiveram lugar uma série de iniciativas espontâneas de autogestão das fábricas rurais e urbanas abandonadas. Todavia, o novo Estado erguido pela FLN e por sua força armada sobre os escombros do antigo Estado colonial ligado à França não levou a uma expropriação em larga escala dos capitais

imperialistas, coloniais ou nativos (estes, quase inexistentes). Com os anos, a Argélia se manteve uma formação social capitalista e, não obstante sua independência política formal, continuou a ser um *locus* de valorização de capitais imperialistas, tendo a política nacional sido marcada por intensos conflitos políticos, golpes e uma nova guerra civil.

***

Foi a partir de 1958 que os trotskistas mais produziram artigos e documentos acerca do assunto. Em tal ano, uma dura polêmica foi travada entre o SWP dos EUA e o Secretariado Internacional, gerada pelo fato do primeiro apoiar politicamente o MNA, enquanto o segundo apoiava a FLN. Respondendo a uma série de artigos acerca do mesmo, escritos por Shane Mage (sob o pseudônimo "Philip Magri") para o jornal do SWP (*The Militant*) entre fins de 1957 e começo de 1958, o ex-militante do partido e então membro do SI, Sherry Mangan (sob o pseudônimo "Patrick O'Daniel") acusou tais artigos de conterem diversos erros e falsificações factuais e sintetizou, enquanto contraponto às posições políticas nele expressas, os principais elementos da posição então defendida pela Quarta Internacional.

Conforme a análise de Mangan, não existia uma burguesia nativa na Argélia, sendo os bancos e empresas controlados por europeus ou *pied-noirs*. Ao passo que a composição de classe dos nativos era dividida entre uma massa de pequenos camponeses extremamente pobres, "uma camada semiproletária de camponeses sem terra" (que hora eram empregados como trabalhadores rurais, hora como assalariados urbanos) e um pequeno proletariado urbano. Dessa forma, concluía, não poderia existir uma diferença de classe entre a FLN e o MNA, conforme defendia o SWP. As relações sociais argelinas faziam com que o movimento de massas pró-independência assumisse uma forma "instintivamente revolucionária", uma composição "plebeia e semiproletária" e tivesse uma liderança de quadros educados de origem "pequeno-burguesa".[892]

Todavia, se ambas organizações seriam equivalentes em sua composição de classe, afirmava Mangan, o fato da FLN possuir uma base numericamente muito maior que a do MNA fazia com que a "correlação de forças" dentro da mesma fosse "mais favorável" para a base "plebeia" do que para a direção "pequeno-burguesa". Negando que via na FLN uma organização "marxista revolucionária", ele a caracterizava

[892] Cf. O'DANIEL, Patrick [Sherry Mangan]. The Truth about the Algerian Revolution: an Open Letter to *The Militant Fourth International* [SI] n. 2, Spring 1958, p. 44. Citações na mesma página.

enquanto um "movimento de caráter anti-imperialista revolucionário" e daí delineava enquanto tarefa dos trotskistas "ajudar tal processo [de cristalização interna de diferentes correntes políticas, defendendo interesses sociais distintos] ao defender e ajudar incondicionalmente a revolução argelina e suas organizações contra o imperialismo".[893]

Dessa forma, apesar de ver na FLN e no MNA "agrupamentos pequeno-burgueses nacionalistas, e não partidos marxistas classistas revolucionários", o SI defendia a perspectiva de auxiliar na "diferenciação interna" da primeira, supostamente mais propensa a se tornar revolucionária devido à sua influência de massas – uma tática essencialmente equivalente àquela que passou a predominar no interior da Quarta Internacional desde seu 3º Congresso Mundial. Tal orientação tinha por base um objetivismo igualmente semelhante àquele também originado quando da formulação por Pablo e Cia. de toda uma nova estratégia para a revolução socialista. Pois afirmava que, supostamente "ensina" a Teoria da Revolução Permanente, "o processo que começa como um luta armada de massas por independência nacional [em um país colonial] termina como uma guerra civil pela ditadura do proletariado".[894]

Ao que acrescentava que, conforme o "exemplo iugoslavo", mesmo que um processo desses tivesse a sua frente um sujeito político "oportunista", este seria "forçado pela lógica da situação e pela pressão das massas a adentrar o terreno da revolução socialista". Supostamente tal era a dinâmica em curso na Argélia, onde a FLN, ao "armar a população" estaria "objetivamente preparando a Argélia socialista e o Oriente Médio socialista de amanhã". Por conta disso, tal organização deveria receber "apoio incondicional" em sua luta contra o imperialismo e "crítica amigável" no desenvolvimento de suas políticas.[895]

Em sua resposta a Mangan, Shane Mage reforçou a caracterização presente em seus artigos anteriores criticados pelo SI, segundo a qual o MNA representava a ala "proletária e socialista" do movimento anticolonial argelino, ao passo que a FLN representava a ala "pequeno-burguesa e oportunista", a qual almejava uma Argélia capitalista. Do ponto de vista estratégico, Mage contestava a ideia da inevitabilidade de

---

[893] Cf. *Ibid.*, p. 44. Citações na mesma página.
[894] Cf. *Ibid.*, p. 44 e 47. Citações na página 47.
[895] Cf. *Ibid.*, p. 47. Citações na mesma página. Outra polêmica, mais curta, foi publicada em 1960, após novo artigo de Mage nos periódicos do SWP, reafirmando a defesa política do MNA. Seu conteúdo político era basicamente o mesmo, refletindo a sólida posição de "apoio crítico" do SI à FLN. Cf. IN Defense of the Algerian Revolution. Letter from the International Secretariat of the Fourth International to the Editorial Staff of "International Socialist Review". *Fourth International* [SI] n. 9, Spring 1960, p. 62-64.

uma vitória militar da luta anticolonial, presente nas formulações do SI, e ressaltava, ao invés, a centralidade de uma mobilização do proletariado francês como forma de forçar a burguesia imperialista a abrir mão da colônia argelina. Ele concluía sua resposta apontando que o MNA deveria ser apoiado politicamente justamente por supostamente defender tal perspectiva, bem como por sua defesa de uma Assembleia Constituinte soberana como via de assegurar a independência – ao passo que a FLN se pautava por acordos secretos com o imperialismo e provavelmente almejaria um regime pós-independência centrado em seus círculos dirigentes e sem local para oposição política.[896]

Por volta da mesma época, o grupo inglês do CI dedicou um extenso artigo a uma análise histórica da Argélia e de sua luta anticolonial, no qual defendeu posições análogas à do SWP dos EUA. Escrito por um dos dirigentes do grupo, Michael Banda, o mesmo caracterizava o MNA enquanto "todavia não um partido socialista, o *precursor* de um partido socialista revolucionário", graças à sua "esmagadora composição proletária e suas tradições de luta" – ao passo que a FLN era caracterizada enquanto uma "constelação de patriotas e charlatães". Ademais, tal artigo enfatizava que a solução do conflito argelino passava necessária e centralmente pela mobilização do proletariado francês.[897] Cabe ressaltar que também o grupo francês do CI, então sob a hegemonia de Pierre Lambert, defendia tais posições.

Já quando da formalização dos acordos que logo levariam à independência formal da Argélia, Pablo (ainda preso em Amsterdã) enviou uma carta aberta à FLN em julho de 1961, na qual conclamava esta a "seguir o caminho de Cuba" – isto é, expropriar os capitais imperialistas e dos colonos, realizar uma profunda reforma agrária e adotar um planejamento econômico com vistas a industrializar o país. Dessa forma, ele afirmava que a "primeira fase" da "Revolução Argelina" deveria abrir caminho para a construção do socialismo, dando os primeiros passos necessários para tal. Da mesma forma, afirmava que seria necessário que a FLN passasse de uma "frente nacional", composta por diferentes vertentes políticas, a um verdadeiro partido, com um programa "socialista, revolucionário e democrático". Pablo ainda indicou que, ao longo de tal "primeira fase", seria aceitável que a FLN detivesse o monopólio do poder, mas que ela

---

[896] Cf. MAGRI, Philip [Shane Mage]. Revolutionary Socialism and the Split in the Algerian Nationalist Movement. Repl to O'Daniel. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP] v. 19, n. 2, de abr. de 1958, p. 17-24. Citações na p. 17.

[897] Cf. BANDA, Michael. Marxism and the Algerian Revolution. *Labour Review* [Londres/"The Group"] vol. 3, n. 2, de mar.-abr. de 1958, p. 37-42 Citações na p. 44 e 42, respectivamente.

deveria atuar de forma democrática e, o quanto antes, liberar a formação de outras organizações que fossem comprometidas com a "revolução".[898]

Quando da independência formal e da chegada ao poder da FLN, em 1962, o SI passou a caracterizar seu regime como um *governo operário e camponês*, contendo tal caracterização toda a noção já abordada de uma regime transitório em vias de transformação em uma ditadura do proletariado, o qual deveria receber o apoio político dos trotskistas, ainda que sua liderança não fosse "ideal". Dessa forma, em novembro de 1962, o SI emitiu uma *Declaração sobre a situação na Argélia*, na qual, apesar de certo distanciamento crítico acerca de Ben Bella e seus aliados do Birô Político, bem como de Boumédiène e da ala majoritária das forças armadas que o levaram ao poder, afirmava que esses setores "exprimiram mais fielmente que os outros nesse momento [de disputa interna pelo poder] as necessidades interiores e internacionais da revolução".[899]

Ademais, afirmava que a pressão dos "camponeses" e dos trabalhadores pobres em prol de suas demandas, pelas quais lutaram ao longo de tantos anos, faria com que "a possibilidade de uma estagnação ou de um recuo da revolução [fosse] hoje muito remota"[900]. No seu distanciamento crítico em relação ao Birô Político de Ben Bella e Cia. apontava a necessidade do Estado assumir uma forma democrática, baseada em órgãos de controle de base por parte do proletariado e do campesinato. Bem como de "reconstruir a FLN em um partido revolucionário com influência de massas". Sem tais medidas, afirmava-se, haveria um grande risco da Argélia ser submetida a relações "neocoloniais".[901]

O documento concluía com uma declaração de "apoio crítico" ao governo e a todas as medidas "progressivas e revolucionárias" que ele viesse a adotar, indicando que aos "marxistas revolucionários" caberia lutar por uma reforma agrária radical, pelas nacionalizações dos bancos e meios de produção, pelo monopólio do comércio exterior e pela planificação econômica, além da formação dos já mencionados comitês de base e do controle operário sobre as empresas falidas. Dessa forma, se poderia "repetir" a experiência cubana em pleno Mediterrâneo.[902]

---

[898] Cf. PABLO, M. [Michalis Raptis]. The Decisive Hour of the Algerian Revolution. A letter written by M. Pablo to the FLN from prison in Amsterdam. *Fourth International* [SI] n. 14, Winter 1961-62, p. 30-34.
[899] Cf. RÉSOLUTION du Sécretariat International sur la situation en Algérie. *Quatrième Internationale* [SI] 20e anné, n. 19, de dez. de 1962, p. 55. Citação na mesma página.
[900] *Ibid.*, p. 55.
[901] *Ibid.*, p. 56.
[902] *Ibid.*, p. 56. Citações na mesma página.

Por volta de 1962, Pablo se envolveu ainda mais com a FLN, ao ter passado a atuar enquanto consultor político de Ben Bella e membro de um comitê de quatro pessoas, responsável por preparar um decreto sobre reforma agrária. Ele permaneceu ocupando tais funções até a queda de Ben Bella, em 1965, sem que ninguém do SI o tivesse criticado publicamente por integrar o governo – apenas expressado preocupação em privado. Ademais, conforme ressalta Robert Alexander, não há indícios de que Pablo tenha usado seu posto para favorecer a formação de um grupo trotskista no país. Foi apenas após a independência, sob a coordenação da nova internacional dirigida por Posadas, que veio a surgir um grupo trotskista argelino – o qual caracterizava o país como *capitalista* e apostava na formação de um partido revolucionário junto a uma ala esquerda da FNL.[903]

Foi também nessa época que começou a reaproximação do SWP dos EUA com o SI, através da qual o grupo norte-americano adotou as posições do mesmo sobre a Argélia. Assim, quando do Congresso de Reunificação promovido no ano seguinte, se aprovou uma nova resolução sobre o assunto segundo a linha do SI, resolução essa que fora escrita por Pablo e trabalhava com a perspectiva de uma transformação "rumo a uma revolução socialista", fazendo paralelos com o que ocorrera com Cuba[904]. Tal linha só foi revista em 1969, quando do 9º Congresso Mundial da Quarta Internacional, através de um balanço crítico das posições adotadas ao longo de mais de uma década acerca da "Revolução Argelina". Apenas então se abandonou a caracterização do governo da FLN enquanto uma regime transitório / "governo operário e camponês"[905].

1.5. Conclusão

Conforme visto ao longo desta seção, nem o SI nem o CI possuíam uma sólida unidade programática e estratégica. No interior do SI, Pablo e Posadas se distanciaram cada vez mais da maioria da liderança internacional, ao aderirem a teses "terceiro-mundistas", segundo as quais a revolução mundial teria como seu catalizador e principal elemento a "revolução colonial", ficando o proletariado das metrópoles capitalistas em posição secundária, de auxiliar das mesmas. Já Mandel / Frank / Maitan se distanciaram do foco no stalinismo enquanto sujeito "objetivamente" revolucionário, que predominou nas posições adotadas quando do começo da década de 1950, porém mantiveram a

[903] Cf. ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 34.
[904] Cf. FRANK, Pierre. *Op. cit.*, [s.p.].
[905] Cf. LISTER, John. *Cuba. Radical Face of Stalinism*. London: Left View Books, 1985, p. 118.

noção mais abrangente que o sustentava, segundo a qual sujeitos políticos imperfeitos poderiam ser levados a conduzirem uma revolução socialista vitoriosa, caso estivessem sob "pressão das massas" e recebessem "orientação" dos trotskistas, os quais deveriam apoia-los "criticamente". Daí o apoio, mais ou menos entusiasmado, da Quarta Internacional à FLN argelina e ao regime de Ben Bella.

Já no interior do CI, conforme visto pelas posições e análises adotadas em relação à Guerra de Independência da Argélia, os grupos norte-americano, inglês e francês – os principais – compartilharam em alguma medida de tal noção, ao apostarem na possibilidade do MNA conduzir uma revolução socialista vitoriosa e ao verem no mesmo a "ala proletária e socialista" de tal processo. Ao mesmo tempo, os grupos latinoamericanos sob a influência de Nahuel Moreno vinham cada vez mais desenvolvendo uma nova estratégia, supostamente baseada em uma necessária atualização da Teoria da Revolução Permanente em face à dinâmica das revoluções do pós-guerra.

Ademais, diferenças significativas perpassavam os grupos membros do CI, como em relação à concepção federalista de partido internacional a qual o SWP havia aderido após a experiência negativa com o SI de Pablo em 1953. Ou em relação à questão de em quais bases deveria ocorrer uma reunificação com os setores "pablistas" – para os grupos inglês e francês, na base da provocação de um racha entre sua base e direção; para o grupo norte-americano, na base de acordos entre as lideranças e garantia de autonomia às seções nacionais.

Todavia, se durante os primeiros anos do conflito argelino profundas divergências continuaram a existir entre o SI e o CI, após a Revolução Cubana (1959) setores destes começaram a se aproximar cada vez mais. Assim, acordos acerca do que vinha ocorrendo em Cuba acabaram se expressando também em acordos sobre a Argélia e, finalmente, na reunificação de parte do CI com o SI, sob o signo da Revolução Cubana. É a esse processo, que marca um importante ponto de inflexão na história do movimento trotskista, que se dedica a seção seguinte.

2. O movimento trotskista e a Revolução Cubana (1959-63)

Se a Guerra Civil Argelina gerara duras divergências entre os grupos do CI e a liderança internacional da Quarta Internacional, com a Revolução Cubana o quadro foi diferente. A posição tomada pelo SWP e alguns outros setores do CI em relação ao

regime revolucionário cubano foi muito semelhante àquela que o SI vinha sustentando nos anos anteriores em relação à FLN argelina e ao governo pós-independência por ela hegemonizado, o que propiciou uma reaproximação e a formação do Secretariado Unificado, em 1963.

Apesar de esses desdobramentos serem bem conhecidos e documentados, as narrativas sobre a história do movimento trotskista internacional ante a Revolução Cubana não costumam ir muito além desses rearranjos organizativos por ela influenciados. Narrativas essas fortemente marcadas pelo dualismo comentado na Introdução, segundo o qual afirma-se ou que os grupos do CI que participaram da reunificação de 1963 "capitularam" ao "pablismo", ou que os grupos que permaneceram meramente reafirmaram seu "sectarismo" e "dogmatismo" original que havia levado ao racha de 1953.

Dessa forma, costumeiramente deixa-se de lado uma abordagem mais precisa e sofisticada dos debates travados no seio de tal movimento acerca da Revolução Cubana, a qual seria capaz de traçar um quadro muito mais complexo e dar explicações mais satisfatórias não só para o que ocorreu então, mas também para o que veio a ser o trotskismo nas décadas seguintes a tal reunificação. Infelizmente ainda são poucas as análises apuradas acerca desse tema central, destacando-se a sintética obra do trotskista John Lister (*Cuba: radical face of Stalinism*, 1985) e a recente dissertação da pesquisadora Isabella Meucci[906]. Não obstante possíveis redundâncias ante tais contribuições, é uma abordagem desse tipo que esta última seção intende.

2.1. A dinâmica complexa e excepcional da Revolução Cubana

Ocorrida em 1959, a Revolução Cubana se estabeleceu enquanto um importante marco da história política da América Latina e fez parte de um quadro mais geral de radicalização e lutas sociais a nível internacional que marcaram a década de 1950. Todavia, suas especificidades em relação aos outros casos que integram tal quadro geraram profundas repercussões nos mais variados meios políticos identificados, de uma forma ou de outra, com as ideias socialistas. Muitos buscaram nela um exemplo a

[906] LISTER, John. *Op. cit.*, Part II: Some Answers – Right and Wrong e MEUCCI, Isabella Duarte Pinto. *A Revolução Cubana e o movimento trotskista na América Latina: impactos na construção de um projeto político (1959-1974)*. Dissertação (mestrado) em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2015. Lister foi militante do Socialist Group inglês, grupo dirigido por Alan Thornett e que publicou tal obra. Fundado em 1981, suas origens remontam ao Workers Revolutionary Party (ex Socialist Labour League, nome que assumiu o "The Club" ao deixar o Labour Party) e à Workers Socialist League, um racha de 1975 do mesmo.

ser seguido, tanto pela momentânea "passividade" então vista entre o proletariado dos centros capitalistas, quanto pela necessidade de uma alternativa aos partidos social-democratas e comunistas e seus projetos de colaboração de classes.

Ademais, a partir da vitória da luta militar travada pelo Movimento 26 de Julho, sua estratégia de "guerra de guerrilhas", ou "foquismo" (por conta da centralidade do "foco guerrilheiro"), se tornou uma importante referência para diferentes tendências políticas que já existiam ou que vieram a se constituir sob sua influência. Dessa forma, a Revolução Cubana não só reforçou teses "terceiro-mundistas", segundo as quais o núcleo da revolução socialista mundial passara a ser a periferia capitalista, como ainda deu considerável impulso à nascente e heterogênea *New Left*, composta por correntes socialistas que buscavam alternativas ao modelo eleitoral da social-democracia e "burocrático" do stalinismo.

As duas características mais marcantes da Revolução Cubana foram certamente o caráter do conflito militar que a precedeu, o qual se distinguiu pela atuação de um exército de pequeno porte em parte atuando sobretudo na zona rural e realizando incursões pontuais contra alvos civis e militares do governo – uma *guerrilha*, organizada em "focos" dispersos. E o fato do sujeito político a frente do processo, o Movimento 26 de Julho (M26J), não só não ter sido um Partido Comunista – como nas outras revoluções do pós-guerra que lograram a realização de parte das tarefas nacional-democráticas via expropriação política e econômica da burguesia nativa e do imperialismo – como sequer reivindicar ideias socialistas, mas *nacionalistas*.

Esses elementos certamente estavam presentes em outros processos anteriores, como no argelino, mas o desenvolvimento da Revolução Cubana foi consideravelmente diferente deste e dos demais, ao ter levado à expropriação da burguesia nativa e dos capitais imperialistas e ter conseguido, assim, efetiva emancipação nacional e reforma agrária.

***

Conforme aponta o mencionado John Lister, Cuba possuía na década de 1950 alguns dos melhores índices da América Latina no que concernia questões como alfabetização e renda *per capta*. Todavia, ressalta, tais estatísticas – frequentemente mencionadas por estudiosos hostis à revolução como forma de tentar transforma-la em algo despropositado – mascaravam uma dura realidade de grande desigualdade social,

para a qual o mesmo fornece alguns dados alternativos. Dessa forma, havia motivos consideráveis para descontentamento popular com a ditadura de Fulgencio Batista.[907]

Esta, ademais, desde que se estabelecera em 1952, vinha favorecendo o aprofundamento do predomínio norte-americano sobre a economia do país, exacerbando ainda mais ditas desigualdades. Cabe ressaltar que, desde a independência formal da Espanha, Cuba se tornara uma semicolônia dos EUA, tendo inclusive um dispositivo em sua constituição que permitia intervenção norte-americana, caso se fizesse necessário defender os investimentos estrangeiros no país (a "Emenda Platt"), além da Base de Guantánamo – duas consideráveis violações de sua soberania nacional.[908]

Tal aprofundamento da dependência econômica em relação aos EUA teria feito com que setores da burguesia nativa se afastassem politicamente de Batista, em decorrência da concorrência desfavorável que passaram a ter ante o crescente influxo de capitais imperialistas. Foi em tal contexto sócio-político que surgiu e se fortaleceu o M26J, formado sobretudo por jovens estudantes universitários, defensores de ideias nacionalistas e que advogavam por um programa democrático moderado, centrado na demanda de retorno à Constituição de 1940 (quando o país possuía um regime democrático-burguês), de uma tímida reforma agrária e de certa redistribuição de renda via participação dos trabalhadores nos lucros das empresas estrangeiras.[909]

Dito programa precedia o M26J, sendo uma plataforma comum entre grupos oposicionistas da ditadura. Foi com base nele que Fidel Castro dirigiu o famoso e fracassado assalto ao quartel de Moncada em 26 de julho de 1953, realizado por membros da juventude do Partido Ortodoxo (um dos dois principais partidos cubanos, ao lado do Partido Autêntico) e que batizou o grupo por ele fundado ao sair da cadeia e seguir para o exílio no México, em meados de 1955.[910]

Ao longo de 1955-56, Castro e seus correligionários do M26J buscaram financiamento para dar inicio a um enfrento militar contra Batista, tendo para tal recorrido a empresários norte-americanos e cubanos descontentes com o regime. Em 1956, o M26J retornou a Cuba a bordo do igualmente famoso *Gramna* e tentou um ataque militar que supostamente desestabilizaria o regime de Batista. Este, todavia, também fracassou e os poucos sobreviventes do grupo se dispersaram nas montanhas da

---

[907] Cf. LISTER, John. *Op. cit.*, p. 10-11.
[908] Cf. *Ibid.*, p. 10-11.
[909] Cf. *Ibid.*, p. 11-12 e AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Unesp, 2004, p. 31.
[910] Cf. *Ibid.*, p. 34-36.

Sierra Maestra, onde se dividiram em pequenas células e começaram a planejar novos assaltos a alvos militares do regime de Batista.[911]

Tais assaltos foram sistematicamente realizados ao longo de 1956-59, tendo começado a surtir efeito a partir de meados de 1958, quando aumentaram de intensidade após o fracasso de um chamado à greve geral. Segundo Theodore Draper, o "terror cego" lançado por Batista em resposta às ações do M26J teria sido um dos principais fatores que o fez perder seu apoio popular entre as "classes médias" urbanas[912]. Como resultado do crescente desgaste do regime, em março de 1958 os EUA pararam de enviar armamentos para Batista e seus aliados e, em dezembro, retiraram formalmente seu apoio aos mesmos. Com a abdicação de Batista ao fim daquele ano e sua fuga para o exílio, assumiu um regime continuísta.[913]

O M26J, todavia, se recusou a reconhecer tal regime. Já tendo àquela altura angariado certo apoio nos centros urbanos, este convocou uma greve geral para os primeiros dias de 1959, a durar até que as Forças Armadas se rendessem. Esta, diferente daquela convocada no ano anterior, angariou massivo apoio e paralisou as principais cidades do país, levando à abdicação do novo governo e também a um rápido desmantelamento das Forças Armadas. Assim, formou-se um Governo Provisório amplo, com os políticos liberais Manuel Urrutia como Presidente e José Miró como Primeiro Ministro, sendo Castro o comandante das forças rebeldes que sustentavam o mesmo.[914]

Este foi rapidamente reconhecido formalmente pelos EUA, mas conflitos entre os mandatários civis e Castro não demoraram a surgir. Em fevereiro, Miró abdicou e Urrutia nomeou Castro novo Primeiro Ministro. Já em julho, Urrutia foi deposto por pressão do M26J, que chegou a mobilizar tropas rurais para marcharem sobre Havana. A partir daí, o governo passou a ser cada vez mais composto por quadros do M26J – e logo também pelos stalinistas cubanos – e a assumir políticas cada vez mais radicalizadas. Estas culminaram, em agosto 1960, em uma onda de expropriações, na planificação econômica e no monopólio do comércio exterior.[915]

Conforme ressalta Lister, as reiteradas promessas do M26J ao longo dos anos de luta, de que não pretendia realizar nacionalizações, teria angariado amplo apoio e

---

[911] Cf. *Ibid.*, p. 34-36.
[912] Cf. DRAPER, Theodore. *Castro's Cuba. A revolution betrayed?* [s.l].: New Leader, 1961, p. 8.
[913] Cf. LISTER, John. *Op. cit.*, p. 8-9.
[914] Cf. *Ibid.*, p. 8-9.
[915] Cf. *Ibid.*, p. 16-20.

financiamento por parte de setores variados da sociedade cubana, incluindo até mesmo alguns banqueiros e capitalistas industriais descontentes com o regime[916]. Daí a composição ampla do Governo Provisório e de seu rápido reconhecimento pelos EUA. Mas sem dúvidas a base social do M26J ao longo do período da guerrilha foi a força de trabalho rural, e estes desejavam muito mais do que o limitado programa democrático defendido pelo mesmo.

Todavia, conforme aponta Eric Wolf, diferentemente de outros países onde a força de trabalho rural também foi central em processos de profunda mobilização política contra a ordem burguesa, em Cuba as relações de mercado já haviam penetrado e transformado o campo há anos, via a ação de capitais imperialistas. Dessa forma, no final dos anos 1950 já existia um numeroso *proletariado rural* trabalhando em fazendas de açúcar – predominantemente de capital norte-americano e estruturadas segundo os moldes de produção capitalista e com um razoável grau de organização política. E o mesmo possuía, a altura dos anos 1950, sólida experiência política, expressa na existência de sindicatos próprios e na realização de greves tanto econômicas, quanto políticas.[917]

Assim, as contradições por detrás da mobilização desse setor social não eram tanto as do "desenraizamento" de um *ex-campesinato recém-expropriado*, mas, conforme aponta James Petras, aquelas próprias das relações capital-trabalho – agravadas pela dinâmica sazonal da economia açucareira, a qual fazia com que a oferta de emprego seguisse os ciclos de plantio e colheita da cana. Dessa forma, Petras ressalta que não foi à toa que tenham sido os centros produtores de açúcar o *locus* das poderosas mobilizações proletárias dos anos 1930. Mas junto a tal proletariado rural potencialmente explosivo também se somava a existência de pequenos produtores proprietários bastante precários, por serem incapazes de competir com a produção industrial.[918]

Conforme aponta Wolf, o M26J não recrutou seus guerrilheiros desse proletariado rural, mas de tais pequenos produtores, especificamente daqueles que o mesmo define enquanto camponeses pobres dotados de "mobilidade tática", devido ao afastamento geográfico em relação a seus senhores[919] – os chamados *montunos*. Segundo Draper, tal camada do campesinato cubano era pouco representativa em

---

[916] Cf. *Ibid*., p. 8-9.
[917] Cf. WOLF, Eric. *Op. cit.*, p. 278.
[918] PETRAS, James. *Toward a theory of twntieth century revolution, op. cit.*, p. 179.
[919] Cf. WOLF, Eric. *Op. cit.*, p. 298.

relação às forças sociais do campo em Cuba e consistia no setor mais pobre e iletrado do mesmo, bem como o mais agarrado à ideia de pequena propriedade agrícola. Era muito distinto, portanto, daquele "camponês" (na realidade, *proletariado rural*) empregado nas grandes indústrias rurais. Teria sido apenas nos momentos finais da luta do M26J que o segundo teria adquirido peso entre a base social e os membros da guerrilha.[920]

Ainda segundo a análise de Draper, os "pontos de ruptura" que explicariam o colapso do regime de Batista e a chegada ao poder do M26J teriam sido as tensões internas a uma estrutura econômica *desigualmente desenvolvida*. De um lado, uma classe trabalhadora cujo topo era dotado de condições de vida relativamente boas e cuja base era uma massa que estava sempre a flutuar entre emprego e desemprego, devido à dinâmica sazonal da produção de açúcar. De outro, um campesinato cada vez mais desligado do regime, devido à concorrência dos capitais norte-americanos – donde se explicaria a rapidez da evaporação das Forças Armadas, compostas sobretudo de camponeses pobres. Situação à qual ainda se somava uma classe média volumosa demais para a economia predominante rural do país e também constantes tensões entre capitais nativos e investidores estrangeiros, especialmente no que tangia a posse norte-americana das terras usadas para o plantio de açúcar.[921]

Mas se a força de trabalho rural – especialmente os *montunos* – havia sido a principal base do M26J ao longo da fase de guerrilha, o proletariado não teria ficado de fora do processo por completo. Conforme aponta Lister, o mesmo – apesar de não só não possuir então um partido político próprio e de estar submetido à dura repressão e vigilância em sua estrutura sindical – deu importantes demonstrações de força ao longo do período 1955-59: em dezembro de 1955, foi realizada uma grande greve de trabalhadores rurais; em agosto de 1957, uma greve geral foi realizada em Santiago, em resposta ao assassinato de um membro do aparato urbano do M26J; em abril de 1958, apesar do chamado do M26J a uma greve geral ter fracassado em Havana, fortes

---

[920] Cf. DRAPER, Theodore. *Castroism. Theory and Practice.* New York, Washington, London: F. A. Praeger Publishers, 1965, p. 71.

[921] Cf. *Ibid.*, p. 102-10. Cabe ressaltar que a análise de Draper em relação à Revolução Cubana é muito deficitária em certos aspectos centrais, como em sua caracterização da mesma enquanto uma "revolução *déclassé*", ou "de classe média". Na crítica precisa de Petras, "Theodore Draper's thesis of a 'revolution' betrayed is premised on a series of historic distortions and misconceptions: (1) he totally obliterates the history of anti-capitalist struggle preceeding and accompanying the Cuban revolution; (2) he exaggerates the role of the 'middle class' (a formulation which includes everything from low paid salaried employees to large corporate capitalists - strata whose interests are not usually compatible); (3) he identifies the revolution with a particular event, the downfall of Batista, rather than a process; and (4) he identifies the 'goals' of the revolution with the pronouncements of political leaders at a given moment rather than as products of an ongoing social struggle between conflicting classes restilting in shifts programmatic emphasis.". PETRAS, James. *Toward a theory of twentieth century socialist revolutions, op. cit.*, nota 37.

mobilizações teriam ocorrido entre o proletariado da província de Oriente; e, por fim, a greve geral convocada em 2 janeiro de 1959 foi bastante poderosa, especialmente em Havana.[922]

Dessa forma, conclui Lister, apesar de não terem *composto* a guerrilha, de caráter mais pequeno-burguês (tanto por seus líderes, quanto por sua base) os trabalhadores urbanos cubanos teriam sido cruciais para sua vitória.[923] Opinião semelhante é compartilhada por Petras, que afirma que estes teriam entrado em cena no momento determinante da revolução, ajudando a molda-la através de sua ação[924]. Pois, uma vez chegando ao poder, o M26J logo se viu impossibilitado de influir (e controlar) os mesmos como forma de angariar nova base de apoio social, tendo logo recorrido ao PC cubano – então nomeado Partido Socialista do Povo (PSP) – que se encontrava fortemente inserido na estrutura sindical oficial dos trabalhadores urbanos e rurais[925].

Lister define a política dos primeiros meses do governo revolucionário como uma pautada por "reformas radicais dentro do quadro do capitalismo". Todavia, a aprovação de uma reforma agrária gerou uma crise política em maio de 1959. Ainda que ela meramente resgatasse elementos da Constituição de 1940, acerca da limitação das propriedades rurais e de expropriações com indenizações, foi suficiente para deflagrar uma oposição burguesa e também interferir nos interesses imperialistas. Tal oposição incidiu sobre o M26J fazendo este cindir-se em uma ala favorável e outra contrária a reforma. Foi em grande parte por conta desse conflito que Urrutia foi deposto em julho, como forma de garantir a realização da mesma – sem a qual a base social do M26J muito provavelmente teria se rebelado contra o grupo e desestabilizado o novo governo.[926]

Ao mesmo tempo, desde o começo do ano vinham ocorrendo greves nas principais cidades do país, as quais colocavam a nacionalização das empresas na pauta do dia. A liderança do M26J era contra tais demandas e precisou recorrer ao stalinista PSP para controlar o arredio proletariado urbano. A aproximação com o mesmo também era conveniente no plano diplomático, dada a crescente desconfiança do governo norte-

[922] Cf. LISTER, John. *Op. cit.*, p. 12-14.
[923] Cf. *Ibid.*, p. 14.
[924] Cf. PETRAS, p. 77 e p. 50.
[925] Cf. WOLF, Eric. *Op. cit.*, p. 298.
[926] Cf. LISTER, John. *Op. cit.*, p. 17.

americano após Castro ter assumido como Primeiro Ministro e ter defendido a reforma agrária, pois abria as portas para acordos econômicos com a URSS.[927]

As tensões entre os EUA e o governo hegemonizado pelo M26J e aliado ao PSP cresceram cada vez mais ao longo do ano, de forma que, em novembro de 1959, se firmam os primeiros acordos Cuba-URSS, centrados na troca de açúcar por petróleo cru.[928] Em resposta, em junho de 1960 empresas norte-americanas em Cuba, como a Texaco, Esso e Shell, se recusaram a refinar o petróleo de origem soviética e, em julho, o governo dos EUA reduziu em 95% a importação de açúcar cubano.[929] A intenção clara era forçar o novo governo a se distanciar da URSS e voltar atrás de suas medidas de cunho social, como a reforma agrária, mas o efeito foi o exato inverso. Tais medidas o empurraram cada vez mais para a órbita da URSS e, ante a profunda sabotagem de sua economia, este expropriou as empresas e terras de propriedade norte-americanas entre agosto e outubro.[930]

Essas ações exigiram que o M26J aprofundasse sua aliança com o PSP, de forma a poder incidir sobre o proletariado rural e urbano, essencial para dobrar a resistência das burguesias nativa e imperialista. Nesse novo contexto, Castro passou a favorecer sistematicamente a aliança com os stalinistas, mesmo que à custa do próprio M26J – como foi o caso da apresentação de chapas à liderança das centrais sindicais e estudantis do país (a CTC e FEU), na qual ele não só defendeu o apoio às candidaturas stalinistas, como procedeu a um expurgo de membros de sua organização que resistiram a tal política[931].

O PSP, todavia, não desejava que a burguesia "nacional" fosse expropriada, pois era um ferrenho defensor da estratégia etapista, de caráter essencialmente nacional-reformista. Com a tentativa dos EUA de derrubar de assalto o novo governo, através da conhecida "Invasão da Baía dos Porcos", em abril de 1961, as medidas adotadas em agosto-outubro do ano anterior se mostraram um caminho sem retorno. Ou o governo se enfrentava abertamente com o imperialismo e a burguesia nativa, como forma de não apenas implementar seu programa nacional-democrático original, mas até mesmo de garantir sua sobrevivência física, ou seria derrubado.

---

[927] Cf. *Ibid.*, p. 17.
[928] Cf. *Ibid.*, p. 17-18.
[929] Cf. AYERBE, Luis Fernando. *Op. cit.*, p. 62.
[930] Cf. *Ibid.*, p. 62.
[931] Cf. *Ibid.*, p. 62-63 e LISTER, John. *Op. cit.*, p. 19.

Foi a partir desse momento que teve início a retórica socialista do regime, a qual mais tarde culminou na fusão do M26J com o PSP, formando o partido único do regime – a ORI (Organizaciones Revolucionarias Integradas), que mais tarde deu origem ao Partido Comunista de Cuba. Outra consequência foi a campanha para a repetição da experiência guerrilheira no restante da América Latina, via a "Organização Latinoamericana de Solidariedade" (OLAS), lançada já no final da década de 1960 (agosto de 1967).[932]

A partir da expropriação das burguesias nativa e dos capitais imperialistas, Cuba fizera algo que outros processos de independência nacional igualmente marcados por guerras civis, como o argelino, não foram capazes: abriram caminho para a efetiva realização das tarefas nacional-democráticas. O fizera, todavia, por uma via anticapitalista –ainda que muito mais em resposta à ofensiva burguesa e imperialista e às mobilizações do proletariado e do campesinato pobre do que por vontade própria. Desse momento em diante, uma formação social não capitalista foi forjada no que era considerado o "quintal" da maior potência imperialista da época, um feito até então sem precedentes.

Conforme discute Petras, tal foi resultado de uma dinâmica complexa, através da qual a revolução começou pela unificação de várias classes e frações de classe descontentes com os resultados da penetração capitalista no país (tendo, portanto, caráter *nacional-democrático*) e, no decurso posterior à tomada do poder, acabou por se voltar cada vez mais contra as classes dominantes. Primeiro, em interesse do campesinato pobre, via reforma agrária, posteriormente – ainda que atendendo primariamente à necessidade de sobrevivência econômica do novo regime – em interesse do proletariado, via nacionalização e planificação da economia.[933]

Assim, pode-se afirmar que o processo foi marcado por um aprofundamento cada vez maior de diferenciação de classes, ao longo do qual novos setores a ele aderiram, ao passo que outros se afastaram. Processo esse que foi determinado, do ponto de vista de estrutura social, pela imbricação entre capitais nativos e estrangeiros, a qual impossibilitou uma aliança com uma burguesia "nacional" politicamente "progressiva".

Do ponto de vista de sua estrutura política, todavia, o regime revolucionário que emergiu de tal processo era marcado pela ausência de controle democrático da política

---

[932] Cf. *Ibid*., p. 19-20.
[933] Cf. PETRAS, James. *Toward a theory of twntieth century revolution, op. cit.*, p. 178.

pelo proletariado, em decorrência, segundo Petras, da ausência de estruturas adequadas para tal fim, da militarização decorrente da resistência aos ataques imperialistas, da "fraqueza ideológica" da liderança política e da forte presença de membros da aristocracia operária entre a mesma (no caso, os stalinistas do topo do aparato sindical).[934]

2.2. Breve comentário sobre os trotskistas cubanos

Apesar das relações travadas na década de 1960 entre setores do movimento trotskista internacional (particularmente o Secretariado Unificado) e o regime revolucionário cubano serem relativamente bem conhecidas – especialmente por conta do chamado "debate econômico" travado entre Mandel, Charles Bettelheim e Guevara – é pouco conhecida a existência e atuação dos trotskistas cubanos. Sua história, em grande parte apagada pelas narrativas produzidas pelos diferentes setores do movimento trotskista internacional, foi minunciosamente estudada por Gary Tennant, através de sua tese de doutoramento (1999), baseada em farta pesquisa arquivística e entrevistas[935].

Conforme o mesmo, o trotskismo em Cuba havia começado no início da década de 1930, na forma da "Oposição Comunista de Cuba", dissidência do PC cubano que reivindicava a Oposição Internacional de Esquerda e era liderada pelo ex-dirigente comunista Sandalio Junco (posteriormente assassinado pelos stalinistas). Todavia, quando esta se transformou no "Partido Bolchevique Leninista" (PBL) em 1933, logo surgiram divergências internas – especialmente em relação a sua orientação em prol de uma aliança com o grupo nacionalista de linha insurrecional Joven Cuba (fundado no ano seguinte), a qual se pautava pela perspectiva de que seria possível uma revolução democrática anti-imperialista independente de uma revolução socialista.[936]

Essa disputa entre uma linha estratégica de revolução permanente e outra de revolução democrática marcou profundamente a trajetória do PBL[937]. Em 1940, a ala pautada por uma estratégia "permanentista", favorável à existência de um partido trotskistas independente, fundou o Partido Obrero Revolucionario (POR), após um

---

[934] Cf. *Ibid*., p. 180-81.
[935] A referência para a mesma é TENNANT, Gary. *Dissident Cuban Communism: The Case of Trotskyism, 1932-1965*. Ph.D. thesis (Philosophy), Department of European Studies, University of Bradford, 1999.
[936] Cf. *Ibid.*, Appendix C.
[937] Cf. *Ibid.*, p. 403-12 e ALONSO JÚNIOR, Odir. A esquerda cubana antes da revolução: anarquistas, comunistas e trotskistas. In COGGIOLA, Osvaldo (org.) *Revolução Cubana. História e Problemas Atuais.* São Paulo: Xamã, 1998, p. 38-42.

número razoável de membros do PBL terem se juntado a Joven Cuba. Ao longo dos anos 1930, tal ala conseguiu galgar certa visibilidade e influência na parte oriental da ilha, nas províncias de Guantánamo e Santiago. Mas também o POR acabou sendo perpassado por conflitos em torno da defesa ou não de uma estratégia de revolução democrática e, além desse problema, o partido sofreu duramente com a repressão do regime de Batista, tendo sido dissolvido na década de 1950.[938]

Assim, quando da derrubada do regime de Batista em 1958-59, não mais existia partido trotskista em Cuba. Não obstante, diversos quadros trotskistas históricos e publicamente conhecidos como tal participaram da revolução. Muitos daqueles que se juntaram à Joven Cuba se tornaram destacados membros da mesma e, mais tarde, integraram o M26J. Ademais, na esteira da própria revolução, alguns quadros reorganizar um partido trotskista, refundando o POR em 1960 – o qual se associou ao Birô Latinoamericano dirigido por Posadas e vinculado ao SI. Esse novo POR se pautou pela defesa de um controle democrático das massas sobre o governo revolucionário, através de organismos de tipo soviético, e pelo aprofundamento das medidas sociais em prol da reforma agrária, da expropriação dos capitalistas e da ruptura com o imperialismo. Por conta de sua propaganda radical, o mesmo reprimido a partir de 1962, especialmente por parte de membros stalinistas do aparato estatal, tendo seu jornal sido proibido e seus membros constantemente presos.[939]

Por conta dessa repressão, tal partido foi autodissolvido em 1965, em troca da anistia de seus membros – muitos dos quais presos políticos enfrentando longas penas. Pouco antes, quando da ruptura de Posadas com a Quarta Internacional, ele havia se mantido ligado ao mesmo e, por anos após sua dissolução formal, a "Quarta Internacional Posadista" continuou afirmando ter uma seção cubana.[940] É interessante notar que Ernesto Guevara, ainda que defendendo a ideia stalinista de partido único e tendo inicialmente apoiado a repressão ao POR, a partir de determinado momento interveio a favor dos trotskistas em vários ocasiões, retirando militantes da prisão e até

---

[938] O POR chegou, por exemplo, a dar apoio eleitoral a candidatos burgueses e a fazer blocos políticos com movimentos nacionalistas de orientação democrática. Cf. TENNANT, Gerry. *Op. cit.*, p. 302-19 e TOUSSAINT, Eric. *Los trotskystas cubanos de los años 1930 a 1959. Revolucionarios "olvidados" de la historia.* Disponível em http://tinyurl.com/p83elge. Acessado em setembro de 2013. Originalmente publicado como parte da obra BOVY, Yannick & TOUSSAINT, Eric. *Le pas suspendu de la révolution. Approche critique de la réalité cubaine.* Cuesmes: Edition du Cerisier, 2001.
[939] Cf. TENNANT, Gerry. *Op. cit.*, p. 349-75.
[940] Cf. *Ibid.*, p. 349-75.

mesmo empregando um membro do partido no Ministério da Indústria (ainda que este militante nunca tenha se apresentado publicamente enquanto tal)[941].

2.3. O Secretariado Internacional e a Revolução Cubana (1949-61)

Houve grande sintonia no interior da liderança da Quarta Internacional e também nas fileiras de suas seções nacionais em relação às análises e posicionamentos adotados ante a Revolução Cubana. Apesar da base essencial ter sido aquele novo arcabouço teórico-programático desenvolvido ao longo dos anos 1940-50, nos primeiros momentos do novo regime cubano o SI expressou certo distanciamento crítico em relação ao M26J, o qual destoava tanto do entusiasmo inicialmente observado em relação à Tito e a Mao, quanto do distanciamento parcial expresso em relação à FLN argelina.

Na edição de setembro/outubro de 1959 de *Quatrième Internationale* – portanto, quando o M26J não só já havia chegado ao poder, mas hegemonizado o novo governo – foi publicada uma nota editorial significativa, por conter caracterizações claras acerca do processo e de seus sujeitos políticos e sociais. Nela, caracterizava-se o sujeito político da revolução (a guerrilha castrista) como *pequeno-burguês*, sendo o mesmo caráter de classe atribuído a seus principais sujeitos sociais, apontados como sendo o *campesinato* e a *pequena burguesia urbana*. Ao tratar do regime revolucionário, tal nota ressaltava que o M26J possuía traços "claramente" *bonapartistas*, por conta dos sucessivos expurgos que vinha realizando no topo do mesmo desde a derrubada de Batista. E também afirmava que, apesar da destruição do aparato de Estado ditatorial e da construção de um novo em seu lugar, este não havia deixado de ser *burguês*.[942]

Dessa forma, pode-se ver que, mesmo meses após a tomada do poder, o SI mantinha um claro distanciamento crítico em relação ao governo provisório e ao M26J. Todavia, a nota apontava que, não obstante tais elementos, a revolução não cessava de "obedecer às leis da revolução permanente". Assim, ressaltava que, caso se desejasse realizar a revolução democrático-burguesa inicialmente pretendida – isto é, a conquista da independência nacional face ao imperialismo e a reforma agrária – seria necessário que o processo fosse além do patamar do capitalismo, mobilizando as massas proletárias

---

[941] Cf. TENNANT, Gerry. Che Guevara e os trotskistas cubanos. COGGIOLA, Osvaldo (org.) *Revolução Cubana. História e Problemas Atuais, op. cit.*, p. 169-76.
[942] Cf. OÙ va la Révolution Cubaine? *Quatrième Internationale* [SI], Ano 17, n. 7, set./out. de 1959, p. 28-30.

através de comitês de ação e de milícias como forma de enfrentar a contrarrevolução. Por fim, enfatizava a necessidade da formação de um "partido marxista revolucionário" para que o processo de fato avançasse rumo a uma revolução socialista.[943]

Por conta de tais elementos, a referida nota possuía um tom bastante distinto daquele presente nos documentos acerca, por exemplo, da Argélia – nos quais, conforme visto, mesmo que se apontando deficiências da sua liderança oficial, apostava-se que a "dinâmica objetiva" empurraria cada vez mais a FLN a uma via anticapitalista, delineando a linha de apoio "crítico" à mesma. Mas cabe notar a ausência de qualquer menção aos trotskistas cubanos do POR. Estes só foram mencionados nas publicações de *Quatrième Internationale* em maio do ano seguinte, em uma curtíssima nota informando da reconstrução do mesmo[944]. Outra nota foi publicada por volta da mesma época na edição em inglês de tal periódico (editada por Sal Santen), dando mais alguns detalhes da atuação do POR cubano[945], mas esta não foi reproduzida em *Quatrième Internationale*.

O mencionado distanciamento crítico em relação à liderança da revolução, todavia, não significava falta de entusiasmo com o processo em si. Em uma declaração do SI de 16 de junho de 1960, nomeada *Em defesa da revolução cubana*, declarava-se apoio à mobilização das massas cubanas e se chamava por campanhas de solidariedade internacional a elas, denunciando as hostilidades imperialistas e os planos de uma investida militar contrarrevolucionária, conclamando também por mobilizações classistas contra o embargo econômico norte-americano. Em tal declaração, o SI ainda saudava as medidas de nacionalização levadas a cabo pelo novo regime e apontava para a necessidade de se prosseguir a um controle operário dos ramos nacionalizados, sem indicar apoio político ao regime ou ao M26J.[946]

Já na edição de julho de 1960 de *Quatrième Internationale*, um curto artigo afirmava que a Revolução Cubana havia ultrapassado "largamente" seus limites democrático-burgueses originais, através de medidas como expropriações em larga escala e estabelecimento de um monopólio do comércio exterior. Todavia, ressaltava que tais medidas haviam sido realizadas sob uma liderança "pequeno-burguesa" e uma

---

[943] Cf. *Ibid.*, p. 30-32.
[944] Cf. CUBA. *Quatrième Internationale* [SI], Ano 18, n. 9, mai. de 1960, p. 83.
[945] Cf. REORGANIZATION of the Cuban POR and first issue of "Voz Proletaria". *Fourth International* [SI], n. 9, Spring 1960, p. 67-68.
[946] Cf. IN defense of the Cuban Revolution. *Fourth International* [SI], n. 10, Summer 1960, p. 52-53.

ideologia "burguesa, e não socialista", apontando a "pressão imperialista" como a causa principal por detrás do curso então assumido pelo processo cubano.[947]

A partir daí, pode-se observar uma mudança de postura por parte do SI, o qual passou a aproximar-se mais do padrão de posicionamentos até aqui discutidos em relação às outras revoluções do pós-guerra. No mesmo artigo, comentava-se a formação de uma suposta tendência de esquerda no interior do M26J, interessada em combinar as medidas nacional-democráticas com outras de caráter socialista, e se apontava enquanto tarefa central do POR cubano "ajudar o desenvolvimento desta tendência". Essa "ajuda" deveria se dar no sentido de conferir à revolução quadros dirigentes que aplicassem de forma consciente um programa proletário.[948]

Nessa mesma edição de *Quatrième Internationale*, foi publicado também o rascunho da já mencionada tese do SI para o 6º Congresso Mundial acerca da questão da "revolução colonial", nomeada *Balanço, problemas e perspectivas da revolução colonial* e escrita por Livio Maitan. No trecho deste dedicado a Cuba, afirmava-se que a Revolução Cubana havia "demonstrado a eficácia" da via de uma guerrilha baseada nos camponeses pobres desejosos de reforma agrária e com apoio entre o proletariado urbano. Tal consideração veio a ser determinante para a política do SI nos anos seguintes e, posteriormente, da maioria que eles representavam no interior do "Secretariado Unificado", uma vez que passaram a defender o *guerrilheirismo* como uma nova via estratégica para a revolução socialista.[949]

O documento considerava ainda que, como fruto da ligação extremamente íntima entre a burguesia nativa e o regime ditatorial derrubado, o processo revolucionário estava a evoluir na forma de uma *revolução permanente*, isto é, incidindo cada vez mais sobre a propriedade privada – "à despeito de sua liderança oficial dispare e da ausência de um partido revolucionário de massas". Mas apontava que, não obstante tal direção estar indo além de seu programa, como fruto da pressão sobre ela exercida pelas massas, o capitalismo só seria destruído em Cuba através da criação de um partido revolucionário de massas, capaz de cumprir as tarefas táticas e programáticas necessárias. Daí concluía ventilando a ideia de um regime intermediário entre o capitalismo e a ditadura do proletariado, ao afirmar que "a revolução cubana já ultrapassou consideravelmente o quadro do capitalismo, sem o ter completamente

---

[947] Cf. RÉVOLUTION cubaine, La. *Quatrième Internationale* [SI], Ano 18, n. 10, jul. de 1960, p. 5-7.
[948] Cf. *Ibid.*, p. 5-7.
[949] Cf. BILAN, problèmes et perspectives de la Rvolution coloniale (projet de thèses pour le 6e Congrès Mondial). *Quatrième Internationale* [SI], Ano 18, n. 10, jul. de 1960, p. 70.

quebrado e substituído por um Estado de novo tipo, baseado na economia nacionalizada e planificada".[950]

Quando da realização do 6º Congresso Mundial, no começo de 1961, além de se ter aprovado tal documento do SI, também se aprovou uma resolução especificamente sobre Cuba, escrita posteriormente. Nesta, já se afirmava que a Revolução Cubana havia se transformado em *socialista* e originado um "Estado operário de origem peculiar e de novo tipo" – caracterização que ressaltava a existência de "limitações burocráticas" no regime político revolucionário, devido ao fato de não se ter criado um aparato estatal que correspondesse "às novas relações de propriedade [...] um aparato democrático baseado em conselhos de trabalhadores, camponeses e soldados"[951].

Ainda expressando certo distanciamento crítico do SI em relação ao M26J, tal documento apontava enquanto tarefa central dos trotskistas cubanos "elaborarem um detalhado programa transitório a ser proposto aos trabalhadores, camponeses e intelectuais cubanos", em cujos elementos deveria constar a luta contra deformações burocráticas da revolução e a formação de uma "liderança marxista revolucionária consistente"[952].

É interessante notar a ausência em todos esses documentos e artigos de um uso explícito do (novo) conceito de "governo operário e camponês" para descrever a situação em Cuba, conforme o SI fizera em ocasiões anteriores nas quais governos de Estados capitalistas foram destituídos por processos baseados em ampla mobilização popular e que realizaram (ou tentaram realizar) medidas democrático-nacionais. Por volta do começo dos anos 1960, o termo só apareceu nos materiais da Quarta Internacional enquanto *slogan* – isto é, "pela formação de um governo operário e camponês"[953].

Não obstante, pode-se ver que seu *conteúdo* de tal conceito, conforme ressignificado pelo SI – isto é, a noção de um regime social *transitório* – esteve na base da caracterização realizada pelo mesmo entre as nacionalizações de agosto-outubro de 1960 e o reconhecimento, no começo de 1961, de que ocorrera uma mudança qualitativa e de que surgira em Cuba um "Estado operário". Ademais, cabe destacar mais uma vez a completa ausência de considerações mais profundas acerca de quem seriam os tais

---

[950] Cf. *Ibid.*, p. 70 (mesma página para os trechos citados).
[951] Cf. ON the Nature of the Cuban Revlution. *Fourth International* [SI], n. 12, Winter 1960-61, p. 48-49.
[952] Cf. *Ibid.*, p. 50 (mesma página para os trechos citados).
[953] Cf., por exemplo, POSADAS, Juan. For Support and Extension of the Cuban Revolution [jun. de 1960]. *Fourth International* [SI], n. 10, Summer 1960, p. 28-31.

"camponeses" que estiveram na base do processo revolucionário, os quais, conforme visto anteriormente, estava muito longe (especialmente no caso cubano) do campesinato que figurava nas análises do marxismo clássico e do próprio Trotski.

As análises e posicionamentos adotados pelo SI, especialmente aquelas que se fizeram presente nas teses do 6º Congresso Mundial, elaboradas após as expropriações de agosto-outubro de 1960, aproximaram sobremaneira o mesmo do SWP dos EUA e de alguns outros setores do Comitê Internacional. Os mesmos haviam se entusiasmado consideravelmente com a revolução e com sua liderança oficial e, dessa forma, os acordos em torno da Revolução Cubana entre estes e o SI pavimentaram o caminho para a reunificação parcial do movimento trotskista internacional que veio a ocorrer em 1963, uma vez que o entusiasmo da liderança internacional da Quarta Internacional com o M26J atingira patamares semelhantes nos meses que se seguiram ao 6º Congresso Mundial.

2.4. O SWP dos EUA e a Revolução Cubana (1949-63)

Dos setores do Comitê Internacional que mais se entusiasmaram com a Revolução Cubana o SWP dos EUA foi o principal, tendo sido tal grupo o responsável por conduzir a reunificação parcial com a Quarta Internacional. Desde cedo, a direção nacional do partido demonstrou vivo interesse no novo regime encabeçado pelo M26J, como se pode ver pelo fato de, a partir de meados de 1959, seu periódico *The Militante* (então publicado quinzenalmente) ter passado a conter ao menos um artigo por edição que tratasse de algo relacionado à Revolução Cubana.

Dentre a ala majoritária de seu "Comitê Nacional" (doravante CN), o veterano dirigente Joseph Hansen foi aquele que encabeçou não só o fervoroso apoio do partido ao processo cubano, como quem teceu sua análise e linha política. Hansen, que já havia atuado como secretário de Trotski no México, então se encontrava a frente das principais funções políticas e administrativas do WP, antes sob a responsabilidade de James Cannon. No começo de 1960, ele e outro veterano militante do SWP, Farrel Dobbs, foram enviados para a ilha para acompanharem em primeira mão o que vinha ocorrendo no local desde a tomada do poder pelo M26J.

Ao voltar aos EUA, Hansen enviou ao CN do SWP um artigo sobre *O caráter do novo governo cubano* (julho de 1960), no qual ele considerava que o fim do efêmero governo provisório estabelecido após a derrubada de Batista, com a remoção de Manuel

Urrutia do posto de Presidente do país e de Felipe Pazos do cargo de chefe do Banco Nacional (fatos ocorridos em julho de 1959), havia marcado a formação de um *governo operário e camponês* chefiado pelo M26J. Ao caracterizar o regime do M26J dessa forma, Hansen justificava afirmando que ele possuía um caráter *pequeno-burguês* e que não possuía uma tendência a se apoiar nos ensejos das massas e de enfrentar a burguesia e o imperialismo.

Dessa caracterização, ele apontava que tal regime deveria ser apoiado politicamente e pressionado a adentrar na via da revolução permanente, expropriando a burguesia nativa e os capitais imperialistas do país e estabelecendo um Estado operário.[954] Reunido em janeiro de 1961, o CN do SWP acabou por adotar uma resolução que seguia as análises e posicionamentos de Hansen e na qual afirmava que as nacionalizações realizadas em outubro do ano anterior teriam marcado a passagem desse "governo operário e camponês" para um *Estado operário*[955].

A partir disso pode-se ver o quanto a liderança nacional de tal partido havia absorvido aquelas teses formuladas pela liderança da Quarta Internacional entre 1948-51para explicar o que havia ocorrido no Leste Europeu e na China. Isso já havia sido demonstrado em relação à ausência de desacordos entre a liderança do SWP e a linha do SI para a Revolução Boliviana de 1952 e em suas análises próprias acerca do processo chinês, desenvolvidas em meados da década de 1950. Todavia, se tal liderança havia aderido à dita tese de forma mais "passiva" nos anos anteriores, ao endossar a linha do SI acerca do Leste Europeu e da Iugoslávia e ao não se pronunciar quanto às posições de tal órgão e do POR boliviano em 1952, em relação a Cuba a mesma assumiu uma postura "ativa", de ter ela própria "aplicado" as teses do SI praticamente *ipsis litteris* – diferentemente de suas análises sobre a Revolução Chinesa, que representavam mais algo como um "meio termo".

Em um dos vários artigos e documentos produzidos por Hansen nos meses seguintes a tal pleno, este afirmava que as mudanças efetuadas pelo M26J em relação ao aparato de Estado cubano (especificamente, a destruição das antigas forças armadas) já seria o suficiente para afirmar que havia ocorrido uma mudança qualitativa em 1º de janeiro de 1959. Todavia, continuava Hansen, ainda não estaria claro àquela altura se a

---

[954] Cf. HANSEN, Joseph. The character of the new Cuban government [jul. de 1960]. In HANSEN, Joseph. *The Workers and Farmers Government. Education for Socialists Series*. Pathfinder Press, 1974, p.3-6.

[955] Cf. DRAFT Theses on the Cuban Revolution [dez. de 1960]. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP], v. 22, n. 1, fev. de 1961, p. 1-5.

nova liderança política a frente do Estado cubano estava conscientemente comprometida com objetivos socialistas, estando em aberto que rumo o governo seguiria. Esse seria, segundo ele, um caso no qual o regime, perpassado por uma situação de "duplo poder" e adotando medidas anticapitalistas, seria um *governo operário camponês*.[956] Conforme Hansen argumentou em um documento interno da mesma época:

> O novo regime, que substituiu a coalizão, empreendeu uma série de medidas dirigidas contra os interesses dos latifundiários, capitalistas nativos e imperialistas, as quais promoveram claramente os interesses de classe dos *campesinos* e trabalhadores cubanos. Essas medidas tiveram efeitos em todos os domínios: econômico, social e político. Sua característica marcante foi o desarmamento da burguesia e o armamento das massas. Incursões profundas foram, assim, feitas na antiga estrutura estatal. O rótulo correto para um tal governo é o de *governo operário e camponês*, uma formação pequeno-burguesa há muito prevista pelos marxistas. Nosso *Programa de Transição* pontuou a possibilidade de tais governos aparecem em nossa época, bem como a possibilidade deles irem "além" do que inicialmente pretendiam.[957]

Já com as nacionalizações realizadas em meados de 1960, teria ficado claro, segundo Hansen, que o que existia na ilha então era um *Estado operário*. Por fim, apontava ainda que, se era verdade que não existiam em Cuba órgãos de democracia proletária, isso não significaria que não existisse democracia, sendo mais uma questão de ausência *quantitativa* do que *qualitativa* – donde a ausência da caracterização "burocraticamente degenerado" pra o novo Estado.[958] Essa noção de que não havia um profundo problema democrático entre o novo regime fez com quem a liderança do SWP se tornasse bastante acrítica de certas medidas do M26J, incluindo a repressão aos trotskistas cubanos.

Como exemplo significativo dessa postura acrítica, pode-se citar um artigo de Hansen de abril de 1962, sobre *Che Guevara e os Trotskistas Cubanos*. Neste, ele enfatizava uma declaração de Guevara, em entrevista a um jornal de esquerda norte-americano, de que um ataque realizado à gráfica do POR cubano por parte do governo em meados de 1961, o qual culminou na destruição de placas para impressão de uma versão em espanhol do livro *A Revolução Traída*, havia sido um "erro" cometido por algum "funcionário de segundo escalão".[959]

---

[956] Cf. HANSEN, Joseph. Theory of the Cuban Revolution. *International Socialist Review* [Nova York/SWP], v. 22, n. 1, Winter 1961, p. 3-6.
[957] Id. Cuba – The Acid Test. A Reply to the Ultraleft Sectarians [nov. de 1962]. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP], v. 24, n. 2., jan. de 1963, p. 37.
[958] Cf. Id. *Theory of the Cuban Revolution. Op. cit.*, p. 7-10.
[959] Cf. HANSEN, Joseph. Che Guevara and the Cuban Trotskyists. *The Militant* [Nova York/SWP] vol. 26, n. 15, de 9 de abr. de 1962, p. 3.

Para Hansen, isso confirmava a tese lançada à época pelo SWP, de que o ataque provavelmente fora um ato isolado de responsabilidade de algum stalinista integrado ao aparato estatal, e afirmava que "os líderes principais da Revolução Cubana possuem perspectiva democrática e tem se mantido em sintonia, ao máximo de sua habilidade, com a direção socialista e democrática da revolução que eles guiaram". Ademais, o mesmo concluía o artigo apontando que os trotskistas cubanos eram "críticos demais" e que discordava de sua noção de que as medidas socialistas adotadas pelo M26J haviam sido fruto de pressão das massas, dando a entender que as mesmas teriam sido adotadas como fruto de um comprometimento legítimo e consciente. Cabe ressaltar que nenhuma menção foi feita às prisões de trotskistas realizadas pelo regime cubano naquele mesmo ano.[960]

A defesa da Revolução Cubana e o apoio político a sua liderança oficial se tornaram o centro gravitacional do SWP ao longo dos anos 1960, tendo passado a ocupar um espaço cada vez maior em suas publicações (incluindo aí reproduções de discursos de Castro) e a moldar profundamente sua política. Aprofundando essa nova identidade política tal partido abdicou formalmente ao trotskismo no começo da década de 1980, reivindicando teses segundo as quais uma nova internacional encabeçada pelo centrismo deveria lutar pela construção de *governos operários e camponeses* em todo o mundo, como o primeiro passo necessário à construção de uma ditadura do proletariado (ver Apêndice).

Por fim, cabe ressaltar que, apesar de já bastante ausente das tarefas de direção do SWP por conta de sua idade então avançada, James Cannon não deixou de participar dos debates travados no interior do partido no começo da década de 1960. Se na década anterior ele havia sido o mais ferrenho defensor do "trotskismo ortodoxo", nesse momento, não obstante algumas diferenças em relação à perspectiva de reunificação do movimento trotskista internacional defendida pela maioria do CN, ele declarou apoio à linha adotada por tal organismo em relação à Revolução Cubana.

Ademais, Cannon expressou similar entusiasmo quanto aos guerrilheiros, encarando-os enquanto expressão de "novas forças revolucionárias". Nesse sentido, defendeu, por exemplo, que os trotskistas cubanos integrassem o partido único formado pelo M26J (a ORI) e atuassem com "fidelidade" no interior do mesmo, como parte de uma organização centralizada – sendo que várias declarações públicas de Castro e

[960] Cf. *Ibid.*, p. 3. Citações na mesma página.

Guevara deixaram claro que não haveria espaço para dissenso organizado em tal partido.[961]

2.5. Dissidência dentro do SWP: a "Tendência Revolucionária" (1961-63)

Houve considerável unidade do SWP em torno da linha defendida por Hansen acerca da e para a Revolução Cubana, conforme demonstrado por sua ratificação pela maioria dos delegados de sua 19º Convenção Nacional (junho de 1961), na qual esse tema ocupou papel central[962]. Todavia, a adesão a tal linha por parte do CN do partido não foi unânime. Em sua reunião de janeiro de 1961, Shane Mage, Timothy Wohlforth e James Robertson apresentaram uma contraproposta ao "rascunho de tese" redigido em sintonia com o documento de Hansen e, ao serem derrotados, acabaram lançando uma tendência para travar a disputa no interior do partido.[963]

Essa ala minoritária do CN se contrapunha principalmente ao que encaravam ser uma capitulação da maioria de tal órgão ao regime de Castro e ressaltava como essencial a perspectiva de independência política e organizativa dos trotskistas frente ao M26J. Todavia, o primeiro documento apresentado pela mesma – *Cuba e a teoria marxista* (escrito por Mage, em agosto de 1960) – era claramente influenciado pela ideia de *regimes intermediários* em termos de classe, uma vez que rejeitava a caracterização de que Cuba havia se transformado em um Estado operário e alegava que os rumos da revolução ainda estavam em aberto, no sentido de que a natureza do Estado cubano ainda estava por ser definida. Nesse sentido, foi utilizada o conceito *Estado transitório* como chave explicativa.[964]

Posteriormente, conforme se consolidou a "Tendência Revolucionária" (RT) formada por essa minoria, a mesma passou a definir o novo regime político e social cubano enquanto um *Estado operário [burocraticamente] deformado*, conforme seu documento de julho de 1961, *Cuba e os Estados Operários* (escrito por Wohlforth e que nunca chegou a circular nos boletins do SWP). Apesar de continuarem a criticarem

---

[961] Cf. CANNON, James. New revolutionary forces are emerging. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP], jun. de 1961, [s.p.].
[962] Cf. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP], v. 22, n. 19, set. de 1961. A Conferência adotou apenas três documentos, o "Rascunho de teses" anteriormente aprovado pelo CN; um curto adendo ao mesmo; e um "Relatório político" escrito por Dobbs, resumindo os debates travados ao longo do evento.
[963] Os documentos, as intervenções e os votos deste pleno do Comitê Nacional do SWP foram publicados em três partes, nos n. 1 a 3 do v. 22 do *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP], de fev. a mar. de 1961.
[964] Cf. MAGE, Shane; WOHLFORTH, Tim; ROBERTSON, James. The Cuban Revolution and Marxist Theory [ago. de 1960]. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP], v. 22, n. 1, fev. de 1961, p. 6-9.

centralmente o que viam enquanto uma adesão explícita do SWP às teses de Pablo / Mandel acerca da possibilidade de se substituir o partido trotskista por sujeitos políticos "imperfeitos", os membros da RT mantiveram em sua explicação do que ocorrera em Cuba a noção de *regimes intermediários* entre o capitalismo e a ditadura do proletariado.

Nesse sentido, para a RT, ainda que as nacionalizações tivessem "assentado as bases" para a formação de um Estado operário, teria sido apenas após a fracassada invasão imperialista de abril de 1961 que teria ficado claro que o "aparato pequeno-burguês" do M26J estava "definitivamente comprometido" com as novas formas de propriedade. E, portanto, só a partir de então é que seria correto caracterizar Cuba como um *Estado operário*.[965]

A lógica era que, entre 1959-61 o Estado cubano não podia ser definido em termos claros de classe. Utilizando Cuba como exemplo para tratar do conjunto das revoluções vitoriosas do pós-guerra, a RT afirmava que, por conta de uma "dinâmica dialética" – resultante de circunstâncias excepcionais nas quais os fatores objetivos da revolução encontravam-se maduros, mas seus fatores subjetivos não – em seus primeiros momentos os novos Estados surgidos a partir de tais processos "eram e não eram Estados capitalistas, eram e não eram Estados operários". Tais Estados, portanto, antes de terem assumido caráter proletário, teriam passado por uma fase de *transição*, ao longo da qual teriam cumprido funções de classe *simultâneas*.[966]

Já no que tangia os sujeitos da revolução, a RT encarava que este era, tanto política quanto socialmente, a *pequena-burguesia*. Ela enxergava na liderança do processo um sujeito político composto pela pequena-burguesia urbana e, em sua base, um sujeito social composto pelo campesinato. Em relação a este último, explicava que foi possível ao mesmo atingir coesão política e se mobilizar graças à liderança externa (urbana) do M26J e ao formato guerrilheiro assumido pela luta. Ademais, teria sido por conta de seu caráter de classe e de seu formado militarista que tal processo, ao derrubar Batista, teria culminado na formação de um regime de tipo *bonapartista*, tendo o proletariado supostamente permanecido passivo ao longo do mesmo.[967]

---

[965] Cf. WOHLFORTH, Tim. Cuba and the Deformed Workers States [jul. de 1961]. In [Spartacist League]. *Marxist Bulletin n.* 8. *Cuba and the Marxist Theory. Selected Documents on the Cuban Question*, Nova York, 1966, p. 8-10.
[966] Cf. *Ibid.*, p. 12-15. Citação na página 15.
[967] Cf. *Ibid.*, p. 21-24.

Assim, apesar da análise da RT ter elementos centrais em comum com aquela da liderança do SWP, pautada pela ideia de *regimes sociais transitórios* – análise essa que era estendida às outras revoluções do pós-guerra como sendo seu nexo explicativo principal – a mesma se diferenciava de tal liderança ao criticar sua "capitulação" a Castro e ao M26J. Sua principal diferença, portanto, não era tanto de interpretação acerca do que houve em Cuba, mas de posicionamento frente ao momento pós-revolução, ao defender a centralidade de um partido trotskista no país como forma de garantir a realização bem-sucedida das tarefas socialistas.

Pois, para a RT, Hansen estava errado ao encarar que o Estado operário cubano possuía apenas "deformações burocráticas", passíveis de uma reversão pacífica – análise que derivaria de seu "impressionismo" ante o M26J. Para tal tendência, as deformações do novo regime cubano – caracterizado como *bonapartista* – eram profundas a ponto de representarem uma diferença *qualitativa* frente ao que deveria ser um Estado operário "saudável". Portanto, esta defendia que a instauração de uma *democracia proletária* em Cuba demandava a luta por uma *revolução política* no país, a qual se chocaria violentamente contra o M26J e seus aliados stalinistas.[968]

Ao longo de seu embate com a maioria da direção nacional do SWP, a Tendência Revolucionária estabeleceu contato com o grupo inglês do Comitê Internacional, que também via nas posições daquela uma "capitulação" ao "pablismo". Todavia, as análises de ambos acerca do que ocorrera em Cuba eram díspares, uma vez que o mesmo defendia que Cuba permanecera *capitalista.* Também eram díspares a caracterização acerca do SWP, com a RT encarando que o partido havia se tornado *centrista*. Alguns meses depois da redação do documento de Wohlforth, um enviado do grupo inglês, Art Fox, conseguiu convencer a ele e a alguns outros membros a romperem com a RT e formarem outra tendência oposicionista, diretamente associada ao grupo inglês.[969]

Apesar dessas baixas, a RT continuou a existir até 1963, quando foi expulsa do SWP, após ser derrotada na Convenção Nacional do partido daquele ano. Durante esse período, ela travou um combate contra o que encarava ser a adesão da ala majoritária da direção do SWP ao "revisionismo pablista" não só em relação a Cuba, mas na questão fundamental da necessidade do partido trotskista, levando a outros embates com a

---

[968] Cf. *Ibid.*, p. 8 e p. 15-16.
[969] Cf. INTERVIEW with Geoff White. Spartacist League: The Early Years. Conclusion. *1917*, n. 14, 1994, p. 1-2.

mesma[970]. O mais importante destes combates, para além daquele acerca da Revolução Cubana, foi em torno da postura adotada pelo partido em relação ao então ascendente movimento negro por direitos civis, a qual a mesma acusava de ser "abstencionista", por advogar que o SWP deveria se limitar a apoiar as lideranças daquele. Para a RT, era necessário que o SWP disputasse o movimento negro por dentro, advogando um programa socialista.[971]

Ao longo de 1961-63, a Tendência Revolucionária conseguiu uma sólida base no setorial do SWP da Bay Area de San Francisco, firmando-se ali sob a liderança de Ed Lee e Geoff White – setorial esse que possuía inserção no movimento sindical de estivadores. Seus quadros dirigentes, todavia, pertenciam ao setorial de Nova York, onde integravam o Comitê Nacional do SWP. Quando da reunificação do SWP com o SI em 1963, ela se opôs vigorosamente e acabou expulsa do partido, tendo então buscado primeiro ser reconhecida como membro do novo Secretariado Unificado, como forma de disputa-lo por dentro, e depois aderido ao Comitê Internacional. Dentro deste, todavia, sofrera diversos abusos burocráticos por parte de Gerry Healy, que visava favorecer o grupo formado a partir do racha da RT, tendo se dissociado do mesmo em 1966.[972]

Uma vez fora do SWP, a mesma assumiu o nome de Spartacist League e existe até hoje, ainda que defendendo políticas consideravelmente distintas. Cabe ressaltar que em 1973, ao republicar uma compilação dos documentos da RT sobre Cuba, tal grupo reviu a noção de *Estado transitório* presente nos mesmos, afirmando que ela não era compartilhada pelo grosso da tendência à época. Todavia, a explicação alternativa continuou a guardar elementos fundamentais semelhantes àquela da RT e, consequentemente, dos "pablistas".

---

[970] Seus dois documentos principais são IN Defense of a Revolutionary Perspective. A Statement of Basic Position. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 23, n. 4, de jul. de 1962, [s.p.] e TOWARD Re-Birth of the International. Draft Resolution on World Movement by Robertson et al. Minority. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 24, n. 26, de jun. de 1963, p. 11-18.

[971] Cf. STOUTE, Shirley & ROBERTSON, James. For Black Trotskyism. Against PC Draft Freedom Now. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 24, n. 30, de jul. de 1963, p. 33-43. Nessa disputa a RT angariou a simpatia de Richard Fraser, também opositor da política da direção do partido para o movimento negro, do qual a mesma assimilou a estratégia chamada de "integracionismo revolucionário". Segundo esta, os negros norte-americanos deveriam ser plenamente integrados política e socialmente via uma revolução socialista realizada em unidade com os proletários brancos, ao invés de lutarem por separação nacional ("separatismo") ou por integração via reformas ("integracionismo reformista").

[972] Cf. INTERVIEW with Geoff White. The Struggle for Trotskyism inside the SWP. Part 2. *1917*, n. 8, Summer 1990, [s.p.] e INTERVIEW with Geoff White. Spartacist League: The Early Years. Conclusion. *1917*, n. 14, 1994, *passim*.

Sinteticamente, a Spartacist League explicou o caso cubano – e os demais casos de revoluções do pós-guerra que efetivamente estabeleceram Estados operários – pela tese segundo a qual o que se seguiu à destruição do Estado burguês foi o estabelecimento de um *governo pequeno-burguês*, dotado de "independência temporária da ordem burguesa". Independência essa que seria fruto das profundas mobilizações populares, que colocaram em xeque o poder burguês, e da incapacidade do proletariado de se fazer politicamente representado.[973]

Dessa forma, afirma-se que tal governo "continha em seu seio a indeterminação do resultado final e a tensão entre o potencial de regenerar e consolidar um Estado capitalista ou de uma seção daquele regime se basear na forma de propriedade nacionalizada". Daí, no lugar da noção de um "Estado transitório" / "governo operário camponês" para caracterizar o período de "indeterminação" imediatamente seguido à destruição do Estado burguês, mais tarde (em um artigo de 1976) tal grupo recorreu à afirmação de não haver por certo período um Estado "no sentido marxista" do termo, isto é, de "corpos armados dedicados à defesa de formas particulares de propriedade"[974].

Apesar de guardar semelhanças com as teses de *regimes sociais transitórios*, essa explicação sustentava que, se a transição à formação de um Estado operário deformado (nos moldes sociais e políticos da URSS) foi possível em alguns casos, isso teria decorrido conjunturalmente de condições excepcionais e estruturalmente do fato da composição pequeno-burguesa de tal governo ser equivalente à da burocracia stalinista. Pois, para tal grupo essa burocracia era *pequeno-burguesa* em natureza – uma avaliação, cabe ressaltar, que constou apenas marginalmente nas análises de Trotski acerca da mesma, tendo este enfatizado muito mais suas *origens proletárias*.[975]

Dessa forma, apesar de seu posicionamento frontalmente oposto ao do setor majoritário do movimento trotskista internacional em relação ao pós-revolução naquilo que tangia a caracterização do regime estabelecido e as tarefas frente ao mesmo, vê-se que a "Tendência Revolucionária" / Spartacist League primeiro reproduziu a noção de *regime transitório* daquele e, posteriormente, apesar de te-la negado, apresentou uma explicação alternativa muito similar. A diferença explicativa residia na afirmação de que o Estado "no sentido marxista" do termo deixara de existir temporariamente e de que a

---

[973] Cf. [Spartacist League]. *Marxist Bulletin n.* 8. *Op. cit.*, p. iv e p. vi.
[974] Cf. *Ibid.*, p. iv e p. vi e GUERRILLAS in Power. A Bureaucratic, Anti-Working-Class Regime. *Workers Vanguard* n. 102, de 26 de mar. de 1976, p. 7. Citações na mesma página.
[975] Cf. [Spartacist League]. *Marxist Bulletin n.* 8. *Op. cit.*, p. vi.

possibilidade do novo regime originar um Estado de caráter de classe proletário se dava por sua natureza pequeno-burguesa ser equivalente àquela da burocracia soviética.

Mas, ao considerar tal possibilidade como muito remota e os casos em que efetivamente ocorreu enquanto excepcionais e perpassados por deformações burocráticas qualitativas, não a tomava como base para uma nova estratégia revolucionária. Dessa forma, a Spartacist League conseguiu crescer ao longo da década de 1960 reagrupando forças com grupos (ou parte de grupos) descontentes com a linha tanto do Secretariado Unificado quanto do Comitê Internacional, tendo inclusive construído uma organização internacional, a international Spartacist tendency (hoje International Communist League), mas passou por uma série de problemas internos de burocratização a partir de meados dos anos 1970, os quais propiciaram drásticas mudanças de posições.

2.6. Outras posições no interior do CI: a SLL inglesa, o PCI francês e o SLATO (1949-63)

Conforme mencionado, as discordâncias que a Revolução Cubana suscitou no campo do trotskismo que se reivindicava "ortodoxo" não se deram apenas no interior do SWP. Entre os grupos membros do Comitê Internacional também houve sérias divergências, com o grupo inglês tendo não só realizado análises diferentes daquelas dos seus aliados do outro lado do Atlântico, como adotado uma postura bastante agressiva em relação aos mesmos. À altura, ela ainda se encontrava no interior do Labour Party, mas já atuando publicamente, sob o nome Socialist Labour League (SLL). Com a expulsão de Ted Grant e Jock Haston, em 1950, e a ruptura com o "pablista" John Lawrence em 1953, o grupo era dirigido por Gerry Healy, Cliff Slaughter e Micheal Banda. E, como foi dito anteriormente, estabeleceu laços próximos com a dissidência interna do SWP – primeiro com a Tendência Revolucionária, depois com a dissidência liderada por Wohlforth, nomeada "Tendência Minoritária" e criada graças à sua própria intervenção.

A primeira análise substancial da Revolução Cubana realizada pela SLL consta no principal documento adotado por sua Conferência Anual de 1961, nomeado *As perspectivas mundiais para o socialismo*. Neste se analisava em detalhes diferentes aspectos da conjuntura internacional e sua implicação para o movimento trotskista, dedicando-se espaço à questão da "Revolução Colonial". Em relação a esta, se afirmava

ser equivocado encarar que as revoluções coloniais que vinham ocorrendo desde o fim da Segunda Guerra representavam uma "confirmação" da Teoria da Revolução Permanente (conforme fazia o Secretariado Internacional), uma vez que não possuíam uma liderança marxista/proletária, nem perspectivas de internacionalização.[976]

Era a partir de tal eixo que o documento abordava a Revolução Cubana. Apesar de reconhecer a realização parcial de algumas tarefas nacional-democráticas por parte da mesma, como a reforma agrária e a nacionalização do capital estrangeiro, aquele afirmava que "em todas as questões fundamentais" o regime do M26J pendia "para o lado do capital". Nesse sentido, o caracterizava enquanto *bonapartista* e *pequeno-burguês* – além de "utópico", por tentar construir um "capitalismo nacional" na época imperialista. A partir de tal caracterização, a SLL encarava que o regime cubano só poderia ter *caráter transitório* e que, ou rumaria para uma revolução socialista e a criação de um Estado operário, ou para um regime capitalista anti-operário do tipo ditatorial. Apesar de não afirmar com clareza, o documento deixava subentendido que Cuba ainda seria uma formação social capitalista, com um Estado burguês governado por um regime "popular".[977]

Ao longo dos meses seguintes, a SLL publicou certo número de artigos e documentos sobre a questão cubana em seus periódicos – o jornal *The Newsletter* e a revista teórica *Labour Review*. Apesar das diferenças com a posição da liderança do SWP e de sua associação com a oposição interna às mesmas, foi apenas em meados de junho de 1962 que estas se expressaram na forma de polêmicas duras e públicas entre os dois grupos. Seguindo seu curso de aproximação com o SI, a direção do SWP aprovou em junho de tal ano uma resolução (*Problemas na Quarta Internacional e os próximos passos*) na qual tratava de suas diferenças com a SLL acerca da perspectiva de reunificação com o mesmo, da "revolução colonial" (Cuba e Argélia) e da construção de partidos marxistas de massa[978].

A resposta da SLL a tal resolução possui um título que já resume bem seu conteúdo: *O Trotskismo Traído: o SWP aceita o método político do revisionismo pablista*. Seu argumento central era de que a convergência do SWP com o SI em torno da Guerra Civil Argelina e da Revolução Cubana, especialmente no apoio político às

---

[976] Cf. WORLD Prospects for Socialism. *Labour Review* [Londres/SLL], v. 6, n. 3, Winter 1961, p. 115-116.
[977] Cf. *Ibid.*, p. 116-119.
[978] Cf. DRAFT resolution of the SWP Political Committee. Problems of the Fourth International and the next steps [mai. de 1962]. In SLAUGHTER, Cliff (ed.). *Trotskyism versus Revisionism… op. cit.*, p. 206-32.

suas direções políticas (a FLN e o M26J), representava uma capitulação à noção "pablista" de substituição do sujeito político marxista por grupos pequeno-burgueses que, empurrados por "forças objetivas" e pela "pressão das massas", poderiam efetivamente levar a uma vitória revolucionária de caráter socialista.[979]

A réplica do SWP não tardou, tendo Hansen escrito em novembro do mesmo ano *Cuba – O Teste Ácido. Uma Resposta aos Sectários Ultraesquerdistas*. Como se vê pelos títulos, a essa altura a relação entre os dois grupos havia se tornado bastante hostil. Sua separação foi selada pela tréplica da SLL de março de 1963, *Oportunismo e Empirismo.* Três meses depois, o SWP, junto a alguns outros grupos do Comitê Internacional, formou o "Secretariado Unificado", a partir da reunificação com os setores do SI.

No documento de julho de 1962, a SLL sintetizava suas críticas às diversas posições expressas pelo SWP ao longo dos dois anos anteriores acerca daquilo que tangia não só a perspectiva de reunificação com o SI, mas também a questão cubana, tema através do qual se poderia enxergar com clareza as "capitulações" do mesmo ao "revisionismo pablista" que estaria por detrás da reunificação pretendida.

Resumidamente, a o grupo inglês atacava duramente o SWP por "capitular" ao M26J e por adotar uma postura "liquidacionista" em relação ao mesmo (bem como a outras direções pequeno-burguesas envolvidas em lestas anticoloniais) – isto é, de defender que o protagonismo da revolução caberia a outras forças que não os trotskistas e que estes deveriam apoia-las politicamente ou mesmo se dissolverem em seu interior, sendo esta a verdadeira base de unidade entre o SWP e o SI. E apontava, enquanto alternativa, que reconhecer as medidas progressivas adotadas pelo regime cubano não implicava encarar que ele estava a "confirmar" a Teoria da Revolução Permanente, conforme afirmava o SWP e o SI, mas sim traçar tarefas concretas para que os trotskistas disputassem a liderança das massas e garantissem que o processo rumasse no sentido de uma revolução socialista[980].

Já sobre o caráter da formação social e do Estado cubano, um trecho chave de tal documento reafirmava as ideias básicas já expressas em *As Perspectivas Mundiais Para*

---

[979] Cf. TROTSKYISM Betrayed: The SWP accepts the political method of Pabloite revisionism [jul. de 1962]. In SLAUGHTER, Cliff (ed.). *Trotskyism versus Revisionism… op. cit.*, p. 235-68.
[980] Cf. OPPORTUNISM and Empiricism [mar. de 1963]. In SLAUGHTER, Cliff (ed.). *Trotskyism versus Revisionism. A Documentary History. Volume 4. The International Committee against liquidationism.* London: New Park Publications, 1974, *passim*.

o Socialismo (1961), segundo as quais não havia ocorrido uma mudança qualitativa em Cuba, tendo permanecido a formação social e seu Estado *capitalistas* em natureza:

> Em nossa opinião, o regime de Castro é e continua a ser um **regime bonapartista, sustentado sobre bases estatais capitalistas**. Sua natureza bonapartista é determinada pelo fato de que a classe trabalhadora, por causa da liderança stalinista, é incapaz de tomar e exercer o poder do Estado – enquanto, por outro lado, a grande burguesia *compradora* que apoiou Batista está muito fraca e dizimada para retomar a poder no presente período.[981] (ênfase adicionada)

Em *Oportunismo e Empirismo* tal caracterização era reafirmada, em conjunto a uma profunda critica metodológica e filosófica aos documentos de Hansen sobre Cuba. Neste, acusava-se o mesmo de ser "empirista" / "pragmatista", por encarar que a destruição do regime de Batista por um movimento armado de caráter "popular", cujo regime realizara expropriações no campo e na cidade, implicava "automaticamente" que ali existia um *Estado operário*, independentemente de outros fatores contraditórios com tal caracterização.[982]

A análise por detrás da caracterização da SLL se inseria em uma discussão sobre a Teoria da Revolução Permanente e a questão colonial, a qual apontava a extrema dependência e imbricação da burguesia nativa das colônias e semicolônias perante os capitais imperialistas, fazendo com que esta não tivesse interesse objetivo nem condições estruturais de realizar uma revolução nacional-democrática. Nesse contexto, a pequena-burguesia – que historicamente havia sido a liderança das massas camponesas e proletárias e a ponte entre estas e a burguesia nas revoluções desse tipo – seria incapaz de uma posição *independente* entre o proletariado e a burguesia. Assim conforme afirmara Trotski, sob a fase imperialista do desenvolvimento capitalista a revolução nacional-democrática só poderia triunfar através do protagonismo político e social do proletariado, o qual logo a transformaria em uma revolução socialista.[983]

Dessa forma, a SLL negava que o M26J pudesse ter efetivamente realizado as tarefas que caberiam ao sujeito político marxista. Retomando passagens centrais de *O Trotskismo Traído* contestadas por Hansen em *O Teste Ácido*, o documento de março de 1963 afirmava que "a máquina estatal [cubana] manteve uma estrutura burguesa *apesar* da ausência da burguesia". Pois a "velha máquina estatal" não teria sido *destruída* pelo M26J, mas "preenchida" por funcionários do M26J, em boa parte posteriormente

---

[981] Cf. TROTSKYISM Betrayed… op. cit., p. 257.
[982] Cf. *Ibid*., p. 96-97.
[983] Cf. OPPORTUNISM and Empiricism. Op. cit., *passim*.

substituídos por "burocratas stalinistas".[984] Já no que tangia as nacionalizações realizadas em fins de 1960, o documento apontava que, na fase imperialista, nacionalizações realizadas em países coloniais / semicoloniais podem "significar muitas coisas diferentes", questionando se aquelas realizadas à época no Egito e em Israel acaso implicavam que estes países haviam se tornado Estado operários[985].

Já o regime de Castro, conforme também já caracterizado anteriormente, seria de tipo *bonapartista* ("sustentado em bases estatais burguesas"), por sua relação entre a burguesia nativa em frangalhos e as massas camponesas e proletárias, bem como entre o imperialismo e a URSS. A partir dessa caracterização, o documento também contestava a noção da liderança do SWP, segundo a qual Cuba seria um Estado operário "não corrompido". Para tal, retomava o questionamento realizado em ocasiões anteriores acerca da inexistência de organismos proletários de poder, tanto na forma de conselhos (*soviets*), quanto de milícias autônomas em relação ao exército controlado pelo M26J (*o povo em armas*). E ressaltava o fato de tal liderança se calar quanto à repressão que vinham sofrendo os trotskistas cubanos, ligados ao SI.[986]

Pode-se ver, assim, que a análise da SLL partia de um axioma fundamental – a negação de que um sujeito político que não fosse o partido trotskista pudesse realizar uma revolução socialista. A partir do mesmo, buscava desassociar fenômenos intrinsecamente integrados – como a destruição do aparato burguês e a posterior expropriação da burguesia nativa e dos capitais imperialistas – como forma de poder refutar a tese de que a burguesia cubana havia sido expropriada política e economicamente. Dessa forma, adotava uma postura que era praticamente o avesso daquela do SWP.

Por fim, cabe ressaltar que a SLL foi uma das poucas (talvez a única) organização que atentou à época para as complexidades que marcavam o "campesinato" que vinha assumindo forte protagonismo nas revoltas anticoloniais daquele momento histórico. Em dada passagem de *Oportunismo e Empirismo*, a mesma chamava atenção para o fato de que "Esse 'campesinato' não é de forma alguma igual ao dos textos marxistas do século XIX. Em diversos casos a maioria dos cultivadores não possui terras e ocasionalmente realizam trabalho assalariado". E apontava que a dinâmica econômica de tais países havia criado um "trabalhador migrante, que gasta metade de

---

[984] Cf. *Ibid.*, p. 99-100. Citações em ambas as páginas, em ordem de aparição.
[985] Cf. *Ibid.*, p. 103.
[986] Cf. *Ibid.*, p. 100 e p. 99-100, respectivamente. Citações na página 100.

seu tempo em minas ou plantações recebendo baixos salários, e a outra metade desempregado ou em pequenas plantações de agricultura de subsistência". Tais considerações, todavia, não receberam maior aprofundamento em termos de suas consequências para a tese de que a Revolução Cubana fora protagonizada socialmente pela "pequena-burguesia" rural.[987]

***

Tal qual a SLL inglesa, também o PCI francês possuía análises divergentes daquelas do SWP e, igualmente, não possuía acordo com a ideia de um retorno para as fileiras da Quarta Internacional – especialmente com base na reunificação com uma direção internacional que, afora mudanças pontuais, era composta pelas mesmas pessoas responsáveis pelos abusos burocráticos que seus dirigentes sofrerem entre 1951-52. Todavia, ainda que também discordando da caracterização de Cuba enquanto um "Estado operário", a via analítica assumida pela liderança do PCI – àquela altura hegemonizada por Pierre Lambert – possuía importantes nuances que a diferenciava daquela de seus camaradas do outro lado do Canal da Mancha.

Conforme expressa em um documento de dezembro de 1961, esta se pautava pela noção segundo a qual por mais que tivesse ocorrido a destruição do Estado burguês em Cuba, não se observava no país uma legítima *democracia operária*. E esse seria um critério central, pois uma revolução supostamente não poderia triunfar de forma "deformada". Assim, se Estados operários haviam sido criados de forma já deformada no Leste Europeu, conforme o movimento trotskista assumira em 1948-51, afirmava-se que teria sido pela situação específica da ação do exército soviético – portanto, de um instrumento (ainda que degenerado) do Estado operário criado pela revolução de 1917.[988]

Polemizando com a caracterização de Cuba feita pelo SWP e pelo SI, tal documento ressaltava que a destruição do Estado burguês não necessariamente é seguida pela construção de um Estado operário, podendo haver uma reconstrução daquele sob bases militares. Dessa forma, explicava que a tomada do poder pelo M26J em 1959 apenas destruíra o aparato repressivo burguês, mas não o Estado como um todo. Apesar dessa explicação ser similar à da SLL, o PCI encarava que a ruptura do

---

[987] Cf. *Ibid.*, p. 95. Citações na mesma página.

[988] Cf. POSITION of the French section of the International Committee on the Cuban question [dez. de 1961]. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], abr. de 1963, p. 2-78-11. Não foi possível obter acesso aos boletins internos do PCI – La Verité, donde o uso da reprodução – um tanto tardia – desse seu documento no boletim do SWP. Conforme informado, o título original do mesmo era "Relatório rascunho sobre Cuba".

mesmo com seus aliados no governo de coalização, ainda nos primeiros meses daquele ano, e os expurgos que se seguiram em todas as esferas do aparato estatal representaram uma mudanças importante.[989]

Pois, a partir desse momento, conforme mais se atacava o aparato burguês e, paralelamente, surgiam organizações proletárias, o Estado da burguesia se tornava "mais quebrado, mais decomposto, mais fantasma", originando uma situação de *duplo poder*. Para sustentar tal caracterização, o documento do PCI recorria a uma série de analogias com a Revolução Espanhola e com a afirmação de Trotski de que o governo da Frente Popular daquela época seria a "sombra da burguesia", já que esta havia sido expropriada politicamente e gravemente afetada economicamente.[990]

Mas daí o PCI concluía que se tratava de um duplo poder "especial", marcado pelo fato do M26J poder manobrar entre a burguesia e o proletariado, devido à ausência de um sujeito político revolucionário a frente das massas. Diferenciando entre *natureza do Estado* e *natureza do governo*, e ressaltando a "escolha" que o M26J fizera ao romper a coalização governamental e favorecer as massas proletárias e camponesas, o PCI definia o governo do mesmo enquanto um *governo operário e camponês* (à frente de um Estado burguês quebrado / decomposto / fantasma). O uso dado ao termo era o mesmo que passou a ser utilizado pelo SI desde fins da década de 1940 e que o SWP havia empregando para dar conta da Revolução Cubana em seu primeiro ano e meio, ainda que buscando suas raízes históricas no (suposto) uso que dele fizeram a Internacional Comunista e Trotski.[991]

A partir de tal caracterização, o PCI afirmava que o M26J poderia tanto "abrir rumo" para uma ditadura do proletariado, quanto para a restauração do Estado burguês e do capitalismo, não estando ainda claro àquela altura qual alternativa ele seguiria. E apontava como fatores determinantes para a definição do "rumo" do governo as correlações internacionais de forças e as relações do mesmo com os EUA e com a URSS.[992] Dessa forma, assumia posição parecida com aquela expressa pela SLL no mesmo ano, a saber, que existia em Cuba uma situação necessariamente transitória e temporária, que poderia ou retroceder para a restauração da ordem burguesa, ou avançar

---

[989] Cf. *Ibid*., p. 5-6 e p. 8-10.
[990] Cf. *Ibid.*, p. 10. Citação na mesma página. A tradução no boletim do SWP para a mesma foi "mais em farrapos, mais impotente, mais irreal", mas aqui foi utilizada aquela citada em NORDEN, Jan. *Op. cit.*, p. 26. De fato fontes da época e narrativas históricas se referiam à posição do PCI sobre Cuba como sendo a de um "Estado burguês fantasma".
[991] Cf. POSITION of the French section of the International Committee on the Cuban question. Op. cit., p. 10-11.
[992] Cf. *Ibid*., p. 11-12.

para a consolidação de uma revolução de caráter socialista – com a diferença de aventar a possibilidade de ser o M26J a conduzir a mudança.

Mas expressava sérias diferenças com o SWP no que concernia a atitude política a tomar frente ao M26J e ao governo encabeçado pelo mesmo. Assim, uma considerável parte do documento consistia em uma polêmica com a direção do grupo norte-americano, a qual estaria agindo de forma *centrista*, ao "capitular" ao castrismo ao lhe conferir apoio político. E duras críticas também foram direcionadas a um setor do partido considerado a "ala extrema" dessa posição, a qual via no castrismo um substituto adequado ao partido revolucionário (posição que ao longo dos meses seguintes seria a da própria direção do SWP).[993]

Uma questão importante sobressai nessas análises: a de que o PCI concebia apenas duas vias de se construir um Estado operário – a saber, uma "clássica" (isto é, equivalente à Revolução Russa de 1917) e aquela observada no Leste Europeu ao fim da Segunda Guerra (a da "assimilação estrutural" pela União Soviética, conforme as análises da Quarta Internacional de fins dos anos 1940). Dessa forma, conforme o próprio grupo reconheceu na introdução do documento aqui abordado, seu conteúdo implicava a necessidade de "reexaminar" as análises acerca do que ocorrera no Leste Europeu e "especialmente" os casos iugoslavo e chinês. Pois as mesmas conteriam "marcas" do "revisionismo pablista", particularmente no que tangia a questão da necessidade do partido revolucionário – "marcas" essas que estariam se fazendo nitidamente presentes nas posições do SWP sobre Cuba.[994]

Todavia, ao que tudo indica tal organização não se dedicou verdadeiramente a dito reexame, tendo retomado uma análise da Revolução Cubana apenas em 1979, quando passou a caracterizar Cuba enquanto um "Estado operário deformado". Por detrás da nova caracterização a explicação era bem próxima daquela adotada pelo SWP e pelo SI no começo em 1960-61, segundo a qual o mesmo havia surgido como fruto da "pressão das massas" sobre o "governo operário e camponês" do M26J.[995]

***

[993] Cf. *Ibid*., p. 21-27.
[994] Cf. *Ibid*., p. 1-2.
[995] Cf. LISTER, John. *Op. cit.*, p. 117 e GONZÁLEZ, Ernesto (org.). *El trotskismo obrero e internacionalista en la Argentina*. Tomo 3 - Palabra Obrera, el PRT y la Revolución Cubana. Volumen 1 (1959-1963). Buenos Aires: Editorial Antídoto, 1999, p. 54. O documento no qual a mudança foi expressa, escrito por Stepháne Just, se chama *A Revolução Cubana e o Novo Estado*. Segundo Gonzáles et al., o próprio Just menciona que o PCI havia deixado a questão de lado a partir de 1962.

Por fim, apesar das polêmicas entre o SWP e a SLL / PCI terem dado o tom da discussão sobre Cuba no interior do Comitê Internacional, os "trotskistas ortodoxos" do Atlântico Norte não foram os únicos a se confrontarem acerca do assunto. Na América Latina, intensas discussões também foram travadas no interior do SLATO, à altura liderado pelo já mencionado Nahuel Moreno e pelo dirigente do grupo chileno, Luis Vitale.

O Partido Obrero Revolucionario (POR) argentino, um dos principais grupos do SLATO, inicialmente se posicionou contra a tomada do poder pelo M26J, encarando-o enquanto mais um movimento "gorila" típico da região, e chegou inclusive a comemorar as derrotas iniciais da guerrilha[996]. Já quando da derrubada de Batista, o mesmo efetuou um giro de 180º e, de maneira muito similar ao SWP dos EUA, passou a apoiar entusiasticamente a Revolução Cubana e sua liderança política, encarando que a mesma originara um Estado operário e que levaria a uma profunda mudança na correlação de forças em toda a América Latina[997]. A partir de tal giro, o apoio político do POR ao M26J chegou a assumir forma praticamente crítica, como visto na saudação à fundação do partido único cubano em 1961, ignorando por completo a dura repressão que os trotskistas vinham enfrentando no país e a implicação de tal medida para a democracia no novo regime[998].

Todavia, no segundo encontro internacional do SLATO, realizado em abril de 1961 e que teve por foco a discussão sobre a expansão do "castrismo" na América Latina[999], tal posicionamento do POR argentino encontrou resistência por parte do grupo chileno homônimo, que então negava que houvesse ocorrido uma mudança qualitativa na natureza do Estado cubano e apontava que a conjuntura na região seguiria sendo marcada por lutas defensivas de tipo sindical por parte da classe trabalhadora. No ano seguinte, quando da realização do 2º Congresso do grupo argentino – no qual o tema da Revolução Cubana predominou – Vitale, presente enquanto delegado fraternal do POR chileno, retomou a polêmica travada no encontro do SLATO. Todavia, a essa altura a posição do grupo chileno era de que Cuba havia se tornado um *Estado operário*

---

[996] Cf. COGGIOLA, Osvaldo. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 66. Conforme ressalta o autor, o grupo de Moreno àquela altura realizava um "entrismo" no movimento peronista e a ditadura de Batista era politicamente alinhada com o governo de Perón, donde provavelmente adveio tal posição do POR argentino.
[997] Cf. *Ibid.*, p. 66.
[998] Cf. SIGNIFICADO del partido único, El. *Palabra Obrera* [Buenos Aires/POR], ano V, n. 187, 4 de ago. de 1961, p. 3-4.
[999] Cf. ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 329-30.

deformado, ao passo que os argentinos defendiam que se tratava de um *Estado operário em transição*, encabeçado por um *governo operário e camponês*.[1000]

A posição dos argentinos significava que um Estado operário havia sido construído por forças "não-marxistas", mas que não havia nem se "degenerado", como a URSS, nem nascido "deformado", como aqueles formados no Leste Europeu na década de 1940. A situação de Cuba estaria, assim, *em aberto*. Foi tal posição que predominou no interior do SLATO quando de seu segundo encontro internacional, marcando a retomada da hegemonia de Moreno em tal órgão, que nos anos anteriores encontrava-se mais sob a liderança de Vitale.[1001]

Visando apresentar um posicionamento público coerente, em 1962 o POR publicou um livreto preparado por Moreno acerca do tema *A Revolução Latinoamericana*, o qual continha trechos de documentos anteriores, publicados na revista *Que hacer*, intercalados por novos comentários. Neste, que se tornou o principal material analítico e programático do SLATO à época, além de realizar um apanhado histórico sobre a dinâmica de colonização do subcontinente, Moreno tratava centralmente da Revolução Cubana e de suas implicações para o trotskismo.

Seguindo uma linha interpretativa semelhante à do SWP dos EUA, o mesmo afirmava que as nacionalizações de fins de 1960 marcaram a transformação de Cuba em um *Estado operário* e, ademais, que esse era o primeiro a surgir no pós-guerra sem o domínio de uma camarilha burocrática parasitária. Ainda que afirmando ser possível que a liderança de tal revolução pudesse cometer erros, se delineava enquanto tarefa dos trotskistas a apoiarem politicamente, para que esta seguisse avançando "rumo ao socialismo".[1002] Ademais, Moreno ainda tirou conclusões mais abrangentes a partir de sua interpretação do processo cubano, afirmando que:

[1000] As diferenças se deram principalmente entre Moreno e outro importante dirigente do SLATO, "Vasco" Bengochea. Cf. GONZÁLEZ, Ernesto (org.). *El trotskismo obrero e internacionalista en la Argentina*. Tomo 3... op. cit., p. 56-58.

[1001] Cf. *Ibid.*, p. 56-58. Cabe ressaltar que, apesar de parcialmente superado o conflito com Vitale e o grupo chileno, a linha adotada pelo SLATO em relação à Revolução Cubana recebeu duras críticas advindas de Milcíades Penã, um colaborador de longa data de Moreno, que chegou a ser responsável pela publicação de *Palabra Obrera* durante certo tempo. Tendo rompido com o POR argentino em 1959, por divergências, dentre outros tópicos, em relação à linha inicialmente hostil do partido frente à Revolução Cubana e ao M26J, Penã publicou (sob o pseudônimo José Golan) um documento que atacava *A Revolução Latinoamericana* e buscava refutar as ideias de Moreno nele apresentadas. Cf. GOLAN **,** José. 16 Tesis sobre Cuba. *Revista de la Liberación*, n. 1, primer trimestre 1964, [s.p.] e CASTILHO, Jeú Daitch de. Milcíades Peña (1933-1965): um intelectual aguafiestas. *Revista Tempo Amazônico*, v. 1, n. 2, janeiro-junho de 2014, p. 75-77.

[1002] Cf. MORENO, Nahuel [Hugo Bressano]. *La revolución Latinoamericana*. Buenos Aires: Ediciones Palabra Obrera, 1962.

> Desde cedo a vida há evidenciado as lacunas, omissões e erros do programa da Revolução Permanente.
>
> [...]
>
> A revolução cubana confirmou em nosso continente algo que já havia sido demonstrado pelas revoluções asiáticas: o dogma de que a única classe que pode cumprir as tarefas democráticas é a trabalhadora é falso. **Setores da classe média urbana e do campesinato são, em certas ocasiões, os *caudillos* revolucionários**. (ênfase adicionada)[1003]

Além de relativizar a centralidade do proletariado enquanto *sujeito social* da revolução socialista, conforme preconizada pela Teoria da Revolução Permanente, Moreno também relativizava a centralidade do partido marxista enquanto o *sujeito político* desta. Neste sentido, afirmava que "o maoísmo [*maotsetunismo*], ou a teoria da guerra de guerrilhas, é a afirmação particular, no campo da teoria, da atual etapa da revolução mundial"[1004] – indicando que a forma organizativa do exército guerrilheiro e a estratégia político-militar do "foquismo" seriam os novos caminhos a serem seguidos pelos trotskistas.

Se propondo a "sintetizar a teoria e o programa geral correto (trotskista) com a teoria e o programa particular correto (maoísta ou castritstas)"[1005], Moreno veio a elaborar toda uma revisão do arcabouço teórico-programático do trotskismo, dando origem a uma nova estratégia. Tal estratégia era marcada por uma lógica que, no lugar da necessidade dos sujeitos político e social preconizados por Trotski para que a revolução nacional-democrática tivesse sucesso, ao se ligar organicamente com a socialista, preconizava a possibilidade de processos inicialmente conduzidos por forças políticas não-revolucionárias e forças sociais não-proletárias culminarem em um processo de revolução permanente, a partir da pressão de "fatores objetivos" sobre as mesmas.

Para tal, Moreno pressupunha dois "estágios" para a revolução: um "democrático" e "inconsciente", a ser deflagrado por sujeitos políticos não-marxistas e dotados de programa democrático-burguês (comparado ao fevereiro russo), que posteriormente se transformaria em "consciente" e "socialista" graças à ação de um sujeito político marxista (fosse enquanto liderança, ou enquanto força de pressão – comparado ao outubro). Ante tal dinâmica "objetiva", caberia aos trotskistas se aliarem às forças não socialistas com influências de massas na forma de uma "Frente Única

---

[1003] *Ibid*., p. 41 e p. 43.
[1004] *Ibid*., p. 52-53.
[1005] *Ibid*., p. 54.

Revolucionária", para garantir que as mesmas seguissem um curso revolucionário – ideia que ele já havia proposto, ainda que descolada dessas considerações mais gerais, nas já abordas *Teses de Leeds* (1958). Essa complexa revisão, já esboçada em *A revolução latinoamericana*, foi o tema central de muitos escritos e documentos elaborados por Moreno ao longo das décadas de 1960-80, tendo sido posteriormente sintetizado em suas *Teses de atualização do Programa de Transição* (1980).

Cabe ressaltar que a adesão do POR argentino e do SLATO ao guerrilheirismo, efetuada sob o impacto da Revolução Cubana, marcou profundamente a atuação destes ao longo de certo período, durante o qual os mesmos passaram a se orientar, seguindo a lógica da "Frente Única Revolucionária", para a construção de partidos conjuntos com movimentos "foquistas" / "castristas" – conforme se deu com a transformação do POR argentino em Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT), em 1964. Todavia, pouco anos após sua participação na reunificação com o SI, Moreno abandonou a adesão à guerra de guerrilhas enquanto via estratégica, em 1967. Passou, então, a defende-la apenas enquanto uma tática possível de se adotar em certas ocasiões – mudança essa que levou a uma cisão no PRT e a uma polarização com o setor majoritário da direção internacional da Quarta Internacional reunificada, o qual seguiu a defender o guerrilheirismo até 1974.

Por fim, vale destacar que, com essas ideias e propostas, Moreno foi aquele que mais se aprofundou, à época da Revolução Cubana, nas consequências que sua análise acerca da mesma trazia para o arcabouço teórico-programático trotskiano. Pois, ainda que a mesma também tenha impactado profundamente o SWP dos EUA, neste primeiro momento o mesmo se baseou muito mais nas teses que já haviam sido desenvolvidas pelo SI para dar conta do processo iugoslavo e da transformação do Leste Europeu, tendo apenas anos mais tarde, já na década de 1980, tirado conclusões mais profundas e explicitado sua nova estratégia.

2.7. O "Secretariado Unificado" e o começo de um novo capítulo da história do movimento trotskista (1963)

Conforme se viu, ao longo de 1962-63, duras polêmicas foram travadas no interior do Comitê Internacional acerca do que vinha ocorrendo em Cuba e das propostas do SWP por uma reunificação com a liderança da Quarta Internacional. Inicialmente, as tentativas de reaproximação do SWP foram acompanhadas pelo CI

como um todo, mas não necessariamente com os mesmos fins, já que os grupos inglês e francês almejavam não uma fusão, mas rachar a Quarta Internacional e recrutar o maior número possível de seções desta para o CI. Conforme as diferenças sobre Cuba foram crescendo, aqueles abandonaram a tentativa de aproximação e começaram a denuncia-la enquanto oportunista.

Não obstante essa resistência de setores do CI (a SLL inglesa e o PCI francês), também presente no interior do SI (via Pablo e Posadas – este, até ter rompido em 1962), fusões entre grupos nacionais que haviam se dividido quando do racha de 1953 começaram a ocorrer, como no Chile e Japão, o que adicionou pressão extra para que uma reunificação também ocorresse a nível internacional. Para viabilizar a formação do Secretariado Unificado foram realizados congressos separados – uma Convenção Nacional do SWP e o 7º Congresso Mundial da Quarta Internacional – os quais aprovaram os mesmos documentos básicos e, depois, enviaram delegados a um Congresso de Reunificação (realizado em julho), que os ratificou. Acompanharam o SWP nessa reunificação os grupos austríaco e chinês, bem como o SLATO (ainda que este apenas alguns meses depois).

Dentro da Quarta Internacional reunificada, a tendência formada por Pablo ficou em minoria, mas garantiu representação no novo organismo dirigente internacional hegemonizado pelo bloco Mandel / Frank / Maitan e pelo SWP. Já os setores do Comitê Internacional que se recusaram a integrar a reunificação nos termos em que ela ocorreu se reuniram em setembro, sem o SWP, e votaram pela sua manutenção e por um congresso conjunto com o SI para o ano seguinte – chamado que foi ignorado.[1006] O CI continuou a existir no seu formato de então até 1971, quando o PCI o deixou e ele passou a ser uma organização inteiramente dominada pela SLL inglesa. Todavia, a partir da saída do SWP e do SLATO, ele deixou de se definir formalmente enquanto "fração pública" e passou a defender a "reconstrução" da Quarta Internacional.[1007]

Dos documentos que serviram de base para a formação do Secretariado Unificado, dois haviam sido preparados pelo SWP. O primeiro, publicado em março de 1963, chamava *Pela Antecipada Reunificação do Movimento Trotskista Mundial* e consistia em uma carta de dezesseis pontos que deveriam servir de acordos programáticos básicos. Esta apresentava uma mescla de "ortodoxia" com elementos da nova estratégia desenvolvida no pós-guerra.

[1006] Cf. ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 336-38.
[1007] Cf. *Ibid.*, p. 510-11.

Pois, de um lado, resgatava a noção de que a crise da humanidade se reduzia à "crise de direção política" (*Programa de Transição*) e, daí, a "missão histórica" da Quarta Internacional enquanto o sujeito político necessário à revolução mundial; reafirmava a necessidade de uma revolução política contra a burocracia soviética e via na "de-stalinização" medidas de autodefesa da mesma, realizando "concessões" às massas para arrefecer possíveis revoltas. E, de outro, não tecia críticas à burocracia castrista à frente do Estado operário cubano; e defendia a "incorporação consciente" da guerra de guerrilha e da centralidade "campesina" na estratégia dos partidos marxistas a serem construídos nos países colonial.[1008]

Já o outro, mais substancial, foi escrito por Joseph Hansen e se chamava *Dinâmicas da Revolução Mundial Atualmente* (de junho de 1963). No mesmo, se abordava a revolução nos países imperialistas segundo o modelo clássico – isto é, proletariado mobilizado pelo partido marxista sob um programa transitório – mas se estabelecia toda uma nova estratégia para a periferia colonial / semicolonial. Nesta, se afirmava que, devido à fraqueza política e estrutural das burguesias nativas, bem como à incapacidade de tais formações sociais garantirem um padrão de vida razoável para a maior parte da população e possuírem, portanto, períodos prolongados de estabilidade social, era possível que organizações *não revolucionárias* cumprissem o papel do sujeito politico necessário à revolução socialista[1009].

Assim, se nos países imperialistas a força das burguesias nativas tornava estritamente necessária a atuação de uma "liderança revolucionária marxista genuína", na periferia capitalista a situação seria diferente:

> Confrontada por classes dominantes podres até o núcleo e sem apoio de massas, a revolução atrai para a luta a massa da população trabalhadora, incluindo os camponeses mais pobres e a pequena-burguesia pauperizada, levando ao colapso a ordem tradicional e seu Estado e **exercendo tal pressão em partidos operários centristas e formações similares ao ponto de leva-los ao poder**.[1010] (ênfase adicionada)

Daí, o documento concluía que "A fraqueza do inimigo nos países atrasados abriu a possibilidade de se chegar ao poder mesmo com um instrumento desafinado". E, dessa noção de que "instrumentos desafinados" poderiam servir à revolução socialista

---

[1008] Cf. FOR Early Reunification of the World Trotskyist Movement. (Statement by the Polit Bureau of the Socialist Worker's Party of USA) [mar. de 1963]. *Fourth International* [SI] n. 17, de out.-dez. de 1963, p. 69-72.
[1009] Cf. DYNAMICS of World Revolution Today, The [jun. de 1963]. *Fourth International* [SI], n. 17, out./dez. de 1963, p. 4-5.
[1010] *Ibid.*, p. 5.

na periferia do capitalismo, o Secretariado Unificado logicamente concluía que a tarefa dos trotskistas nesta parte do mundo seria a de "afinar" os mesmos, uma vez que isso seria uma via mais fácil e rápida para a revolução.[1011] Nesse sentido, se referindo à suposta nova "ala esquerda revolucionária" observada no cenário internacional, a partir dos casos cubano e argelino, o documento apontava que

> A infusão de conceitos trotskistas nesta nova corrente castrista também vai influenciar o desenvolvimento de uma liderança revolucionária consciente, particularmente nos Estados operários, [e] irá ajudar a evitar desvios "titoístas" e a melhor assegurar a evolução da pressão de massas e da ação direta na força de limpeza da revolução política.[1012]

A confiança expressa na "corrente castrista" e no próprio Castro e o regime por ele encabeçado em Cuba era tanta que o documento tomava por certo as afirmações destes de que se estava a combater a burocratização no país, e ainda afirmava que os supostos ataques por eles desferidos contra o stalinismo "soavam como a repetição dos discursos leninistas e trotskistas ouvidos na União Soviética há quase quarenta anos atrás"[1013] – ainda que aqueles estivessem perseguindo e reprimindo os trotskistas cubanos, conforme visto. Ecoando o entusiasmo acrítico do SWP, o documento chegava a afirmar que as forças dirigentes da Revolução Cubana, assim como aquelas das Revoluções Iugoslava e Chinesa, eram "inconscientemente trotskistas"[1014].

Conforme se vê, tal qual Pablo fizera anos antes em relação ao stalinismo no começo da década de 1950, sob o impacto da ruptura Tito-Stalin e também da Revolução Chinesa, o bloco formado pelo SWP e pela tríade Mandel / Frank / Maitan, sob o impacto da Revolução Cubana, transformou a exceção em regra, ao tomar tal processo enquanto *modelo* para a revolução socialista, baseando-se na noção de que "fatores objetivos" relativizariam a necessidade de uma direção política revolucionária "consciente". Fatores esses que eram frequentemente referidos como sendo as "leis" da Revolução Permanente, assim reduzida a uma interpretação quase mecanicista da realidade da periferia capitalista.

Dessa forma, repetindo o que Pablo fez anteriormente em relação ao stalinismo, a nova estratégia consolidada entre a ala majoritária do movimento trotskista internacional sob o signo da Revolução Cubana reduzia o papel do mesmo trotskista a uma força auxiliar de outras correntes políticas – neste caso, de correntes que sequer

---

[1011] Cf. *Ibid.*, p. 5 (mesma página para o trecho citado).
[1012] *Ibid.*, p. 12.
[1013] *Ibid.*, p. 23.
[1014] Cf. *Ibid.*, p. 25.

reivindicavam formalmente o socialismo. E, também repetindo a postura inicialmente adotada em relação a figuras como Tito e Mao, confiava nos discursos anti-burocráticos proferidos pelos mesmos atores políticos que reprimiam os trotskistas cubanos e tolhiam a possibilidade de uma democracia proletária de tipo soviética.

Portanto, pode-se ver que a análise dos setores que fundaram o Secretariado Unificado (SU) partia da mesma base conceitual e analítica utilizada nos anos anteriores por Pablo e Mandel e da lógica de substituição do partido marxista enquanto sujeito político da revolução por alternativas "inconscientemente revolucionárias", tendo o núcleo básico das teses elaboradas no começo da década de 1950 sobrevivido ao arrefecimento do suposto "giro revolucionário" do stalinismo que as motivaram. Se a aplicação de tal núcleo para outras correntes não stalinistas já havia ficado clara no caso da Revolução Boliviana e da Guerra de Independência da Argélia, com a Revolução Cubana ele foi formalmente afirmado enquanto centro desse "novo trotskismo" do SU.

Assim, não obstante o distanciamento crítico inicial do SI em relação à liderança oficial da Revolução Cubana nos primeiros momentos de tal processo, bem como de uma série de afirmações de "ortodoxia" ao longo de ambos os documentos naquilo que tangia o papel do movimento trotskista em preencher a lacuna do sujeito político necessário para o triunfo de uma revolução socialista, a formação do Secretariado Unificado se deu sob os marcos de uma busca por "novas vanguardas" e pela adesão à estratégia guerrilheirista. Mas, conforme já se comentou, não obstante os acordos que permitiram essa reunificação parcial, os anos seguintes foram atravessados por duras batalhas acerca de adotar ou não o guerrilheirsmo enquanto nova estratégia central da revolução socialista, uma vez que o congresso do SU de 1969 formalmente aprovou tal perspectiva, em um momento em que o SWP e o grupo argentino liderado por Nahuel Moreno já haviam abandonado seu entusiasmo para com a mesma.[1015]

Ademais, além dessa consolidação do "novo trotskismo", o qual girava em torno da relativização dos postulados da Teoria da Revolução Permanente acerca do *sujeito político* necessário à revolução socialista, dentro do SU houve ainda aqueles que foram mais além. Foi o caso de Moreno, que viu no suposto fato do "campesinato" ter cumprido um papel central na Revolução Cubana – o que ia contra as perspectivas gerais de Trotski acerca impossibilidade de uma ação política independente por parte da classe pequeno-burguesa – um indício de ter sido "superado o esquema trotskista de que só o proletariado é a vanguarda da revolução". Ou seja, uma relativização também do

[1015] Cf. BENSAÏD, Daniel. *Op. cit.*, Capítulo 7.

sujeito social preconizado por dita teoria. Pensamento que foi reafirmado em um documento no qual Moreno aprofundou sua visão particular de qual deveria ser a nova estratégia dos trotskistas a partir das supostas lições das revoluções do pós-guerra, em um momento (setembro de 1964) em que ainda defendia a "incorporação" da via guerrilheira.[1016]

2.8. Conclusão

Conforme visto, as análises e posições desenvolvidas pelo SWP e pelo SLATO sob a direção de Moreno em muito se assemelhavam em suas linhas gerais àquelas de Pablo e, posteriormente, da maioria do SI em relação ao Leste Europeu e à Iugoslávia: encaravam que um misto de nova conjuntura mundial com "fatores objetivos" poderiam tornar aptos às tarefas de direção revolucionária forças que de fato não o eram, podendo estas serem "empurradas" ou "guiadas" pelos trotskistas como forma de garantir o sucesso da revolução. Já a posição da SLL e do PCI em muito lembrava aquela inicialmente adotada por Mandel em relação a tais assuntos, ou a do PCR chinês em relação à Revolução Chinesa: encaravam ser necessário negar mudanças levadas a cabo por forças não revolucionárias como forma de reafirmar o papel de protagonista almejado pelos trotskistas e, consequentemente, sua independência política e organizativa em relação às mesmas.

Mas, conforme se afirmou na introdução do presente capítulo, a Revolução Cubana não só fechou um capítulo da história do movimento trotskista, como também estabeleceu as bases fundamentais daquele que a ele se seguiu. Portanto, conhecer a história do movimento trotskista do pós-guerra aqui apresentada é essencial para se compreender suas diferentes facetas atuais, mas não é suficiente.

[1016] Cf. MORENO, Nahuel [Hugo Bressano]. Dos métodos frente a la revolución latinoamericana. [*Estrategia para la liberación nacional y social de Latinoamérica*, n. 2, setiembre 1964]. Disponível em http://tinyurl.com/zmj7tw6. Acessado em maio de 2015, [s.p.]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se afirmou na introdução do capítulo anterior, a Revolução Cubana não só fechou um "capítulo" da história do movimento trotskista internacional, ao ter gerado o rearranjo organizativo que culminou na formação do Secretariado Unificado e na mudança do Comitê Internacional para um embrião de "reconstrução" da Quarta Internacional, como também estabeleceu as bases fundamentais do momento posterior de tal história. Nesse sentido, cabe ressaltar que outros eventos importantes marcaram o período que o Capítulo 6 cobre (1955-63), mesclando-se com esse novo momento da história do movimento trotskista, localizado na década de 1970.

Pode-se mencionar, a título de ilustração, o desenvolvimento da segunda fase da Guerra do Vietnã (1951-75), a qual está associada o processo revolucionário que também transformou o Laos, em 1975. Bem como outros processos de grande monta, ainda que não tenham levado à formação de novas formações sociais não capitalistas, tais como a ascensão da luta pelos direitos civis dos negros nos EUA na década de 1960 e, já na década de 1970, a experiência da "terceira via" chilena sob o governo de Salvador Allende e seu fim trágico (1970-73), a Revolução dos Cravos (Portugal, 1974) e as Revoluções Nicaraguense e Iraniana (1979).

Todavia, apesar dos debates e análises tecidos pelos diferentes grupos acerca de tais eventos – bem como os debates sobre a *via guerrilheira*, que correram em paralelo ao longo da década de 1960 e da primeira metade da década de 1970 – comporem parte essencial da história do movimento trotskista internacional, os arcabouços teórico-analíticos e programáticos utilizados pelos mesmos foi essencialmente aquele aqui apresentado, desenvolvido ao longo do período 1944-63. Dessa forma – salvo exceções pontuais – os debates que vão de 1963 ao fim dos anos 1970 – e que produziram uma fragmentação organizativa muito maior – não geraram novidades propriamente *teóricas*, mas discordâncias sobre como aplicar devidamente, no decorrer de intensos conflitos de classes, as diferentes ideias anteriormente formuladas.

Assim, sem descartar a importância do período que vai da reunificação de 1963 ao refluxo da luta de classes observado na virada dos anos 1970 para os anos 1980 – marcada pela ascensão do neoliberalismo e que produziu ainda novos rearranjos organizativos e programáticos no seio do movimento trotskista – pode-se afirmar que o *essencial* para se conhecer esse primeiro longo "capítulo" do pós-guerra (1944 a fins da década de 1970) se encontra nos debates e disputas travadas ao longo dos anos 1944-63.

Sem eles é impossível compreender de forma mais apurada como se chegou ao ponto atual, no qual grupos às vezes extremamente díspares se reivindicam parte de uma mesma tradição política e teórica.

Mas, em paralelo a essas intensas lutas de classes que tiveram lugar no centro e na periferia capitalista, as primeiras décadas do pós-guerra foram palco também de importante acontecimento no interior do chamado "bloco soviético", na forma de levantes proletários pró-democracia. Aí se incluem a já mencionada revolta de junho de 1953 na Alemanha Oriental; a Revolução Húngara de 1956; as revoltas pró-democracia ocorridas no mesmo ano na Polônia; a chamada "Primavera de Praga", ocorrida na Tchecoslováquia em 1968; e as revoltas pró-democracia e por melhores condições de vida que varreram a Polônia em 1970 e depois em 1980-81. Já ao longo da década de 1980 novas revoltas eclodiram, muito mais volumosas e em maior número, mas dessa vez desvinculadas de uma clara defesa da propriedade coletivizada, tendo igualado stalinismo a socialismo e assumido, assim, a forma de contrarrevoluções que levaram à restauração do capitalismo na Rússia e no Leste Europeu.

Portanto, assim como é necessário um estudo complementar que cubra as análises e posicionamentos adotados ante as revoluções localizadas entre 1963 e o final dos anos 1970, também é imprescindível uma pesquisa que dê conta do impacto dessas revoltas sobre o movimento trotskista internacional, especialmente aquelas do final dos anos 1980, que se mesclam ao fim da URSS e à abertura de uma conjuntura internacional altamente conservadora e mesmo reacionária. Bem como, cabe reafirmar, pesquisas que abordem o âmbito *social* da história desse movimento, capazes de fornecerem mais elementos para se compreender de forma apurada como se deram as (re)leituras aqui mapeadas.

***

Mas afinal, que (re)leituras foram essas? Conforme visto, a Teoria da Revolução Permanente, um dos principais pilares teóricos da Quarta Internacional, concluía ser impossível a realização de uma revolução democrático-burguesa na época imperialista, devendo as tarefas nacional-democráticas serem realizadas através de uma ligação orgânica com aquelas socialistas, tendo como sujeito social da revolução o proletariado e como sujeito político o partido marxista de vanguarda.

Assim, a expansão soviética no Leste Europeu ao fim da Segunda Guerra, as revoluções com predomínio da força de trabalho rural ocorridas nos anos seguintes na Iugoslávia, China e Indochina sob liderança stalinista, bem como a Revolução Cubana,

cuja liderança sequer reivindicava formalmente o socialismo, representaram consideráveis desafios interpretativos para os trotskistas do pós-guerra – bem como para o conjunto das correntes que reivindicavam o marxismo. Pode-se sintetizar as particularidades de tais processos apontando que:

a) eles ocorreram na periferia do sistema capitalista;

b) seu programa era nacional-democrático (libertação nacional; reforma agrária; regime democrático);

c) suas lideranças, mesmo quando "comunistas", não iam além desse programa;

d) o principal setor social mobilizado foi a força de trabalho rural (em especial ex-camponeses recém-expropriados e desenraizados), tendo o proletariado urbano tido participação reduzida;

e) não houve instituição de órgãos de controle político democráticos; onde estes surgiram, foram suprimidos pela liderança do processo;

f) em um primeiro momento após a destruição do Estado, foram formados governos de coalização junto a representantes da burguesia e a propriedade privada foi juridicamente defendida;

g) não obstante, aqueles processos que de fato realizaram (algumas d)as tarefas nacional-democráticas a que se propunham – uma minoria dos casos – tiveram que realizar a expropriação da burguesia nativa e dos capitais imperialistas, tendo suas lideranças adotado então discursos socialistas.

Conforme já debatido na Introdução deste trabalho, a produção atualmente predominante sobre a história do movimento trotskista internacional do pós-guerra acerca dos impactos desses processos sobre o mesmo gira em torno de duas linhas narrativas dominantes e concorrentes.

De um lado (historicamente associado ao Comitê Internacional dos anos 1950) costuma-se afirmar que as revoluções do pós-guerra teriam produzido entre uma parcela majoritária desse movimento uma adaptação "oportunista" às direções stalinistas e reformistas, através de propostas "liquidacionistas" – o "revisionismo pablista"; ao passo que uma parcela minoritária teria reagido através da defesa da "ortodoxia". Já de outro (historicamente associado ao aos membros Secretariado Internacional dos anos 1950 e ao setor majoritário do Secretariado Unificado), que tal parcela majoritária havia reconhecido novas possibilidades estratégicas e táticas nos processos revolucionários "não ideias" ou "puros" então observados e a elas se adequado; ao passo que a parcela

minoritária havia reagido a isso de forma "sectária" e "ultra esquerdista", ao se deparar com uma realidade que fugia às suas fórmulas pré-concebidas.

Se tais narrativas, ainda que de caráter extremamente acusatório e apologético, indubitavelmente contêm elementos de verdade, nem por isso deixam de ser extremamente simplificadoras e, portanto, produtoras de uma imagem distorcida do que realmente ocorreu. Conforme visto ao longo deste trabalho, de fato as revoluções do pós-guerra ocasionaram entre os trotskistas da época uma série de diferentes releituras acerca do arcabouço teórico-programático do movimento, as quais nem sempre foram explícitas. Todavia, os dois polos principais que se formaram, os quais acabaram por se consolidar em 1953 na forma de uma Quarta Internacional desfalcada e um "Comitê Internacional" com funções de fração pública, estavam longe de serem blocos homogêneos e defensores de análises e posicionamentos diametralmente opostos.

Sob as diferentes e poderosas pressões de produzir respostas para tais eventos políticos em grande parte inesperados, ao mesmo tempo em que se encontravam altamente isolados antes as forças que puderam capitalizar internacionalmente com os mesmos em termos de visibilidade e influência, a maior parte dos trotskistas acabou por se distanciar do sofisticado arcabouço teórico-analítico herdado do pré-guerra, em especial das contribuições pessoais de Trotski. Sob tais pressões – somadas às pressões particulares a que cada grupo trotskista estava submetido em seu país – a grande maioria substituiu a necessidade da "análise concreta da situação concreta" pela pronta aplicação de diferentes fórmulas, engessando assim tal arcabouço – ainda que por vezes através de tentativas de renova-lo ou supostamente resgata-lo.

Da parte da ala majoritária do trotskismo – o SI e o SU liderado por Michel Pablo, Ernest Mandel, Pierre Frank e Livio Maitan, nem sempre conformando um bloco unido – a principais análises, explicações e posicionamentos para tais eventos giraram em torno da introdução no arcabouço trotskista das noções de que era possível uma *transição gradual* entre capitalismo e ditadura do proletariado e de que tal transição poderia ser operada por sujeitos políticos não marxistas (trotskistas).

Pois, primeiro para explicar a transformação do Leste Europeu (1944-48), formularam a tese da "assimilação estrutural", que afirmava que esta havia ocorrido enquanto um processo gradual e vinculado à URSS, tendo originado *Estados operários burocraticamente deformados*. Já para explicar os processos revolucionários iugoslavo (por eles situado em 1948) e chinês (1949), tal ala se sustentou na noção equivocada de que o stalinismo era originalmente caracterizado como centrismo (uma caracterização

que Trotsky havia abandonado já em 1933 no que tangia o plano internacional) e que teria se tornado contrarrevolucionário a partir do pós-guerra (1944-45). Assim, as revoluções vitoriosas lideradas por PCs foram explicadas a partir da noção de que um PC que rompe com Moscou e vai além de seu programa nacional-reformista deixa de ser contrarrevolucionário, se tornando *centrista* e rumando a se tornar revolucionário, devendo ser *apoiado criticamente*. Posteriormente essa lógica de apoio foi estendida ainda a grupos nacional-reformistas pequeno-burgueses com influências de massas.

Em relação aos regimes criados por esses últimos dois processos, tal ala negou que houvesse uma ausência qualitativa de democracia nos mesmos, encarando que possuíam apenas "deformações burocráticas", as quais poderiam ser reformadas a partir de pressões de esquerda sobre suas lideranças – donde a não defesa de uma *revolução política*. Dessa forma, utilizou o conceito de *Estado operário* para caracteriza-los, negando que as "deformações burocráticas" neles observados implicassem uma ausência de democracia proletária e não vendo necessidade de construção de um partido trotskista independente (no máximo, a formação de uma "ala esquerda" no interior do partido a frente do regime). A mesma lógica foi depois aplicada ao caso cubano (1959).

E cabe destacar que, durante certo tempo (1951-54), predominou entre tal ala a análise mais particular desenvolvida por Pablo, segundo a qual uma iminente Terceira Guerra Mundial forçaria o stalinismo a operar um "giro revolucionário" mundo a fora como forma de assegurar a sobrevivência da burocracia soviética – a qual, ademais, seria dissolvida paulatinamente após a revolução mundial, como fruto direto do desenvolvimento das forças produtivas. Donde Pablo derivou a perspectiva de que o papel do trotskismo seria o de ser uma "ala esquerda" desse stalinismo tornado "objetivamente revolucionário", inclusive adentrando os PCs através do ocultamento de partes de seu programa e da sua própria identidade trotskista (o "entrismo *sui generis*").

Apesar dessas ideias mais particulares de Pablo, comumente designadas por seus críticos de "revisionismo pablista", terem tido vida curta (devido à *détente* de meados dos anos 1950) elas lançaram o núcleo básico por detrás das (re)leituras operadas por essa ala majoritária do movimento. Núcleo esse caracterizado pela noção de que sujeitos políticos "imperfeitos" (stalinistas ou centristas) podem ser levados a dirigirem uma revolução socialista caso pressionados por determinadas condições objetivas, devendo os trotskistas apenas "guia-los" e "empurra-los" para a esquerda, ao invés de tentarem se constituírem enquanto liderança de massas.

Para sustentar analiticamente essas posições, tal ala majoritária realizou uma releitura da expressão "Governo Operário e Camponês" para explicar os governos de coalização com elementos burgueses formados num primeiro momento desses processos revolucionários, utilizando-a para designar um "duplo poder" ao nível do Estado e para apontar como tarefa para os trotskistas o apoio crítico a tais governos, com a perspectiva de "empurra-los" à destruição do capitalismo e à formação de Estados operários. Ou seja, transformaram o que antes era um *slogan* agitativo (tradicionalmente utilizado no léxico bolchevique e trotskista enquanto sinônimo para ditadura do proletariado) em um conceito de *regime de transição* entre capitalismo e ditadura do proletariado.

Assim, se não se pode falar em "pablismo" para designar de forma precisa tal ala (uma vez que as ideias particulares de Pablo tiveram vida curta), certamente se pode afirmar que ela realizou uma releitura de alguns dos pontos mais essenciais do que era o trotskismo antes da Segunda Guerra, originando uma nova estratégia. Estratégia essa baseada na perspectiva da possibilidade de sujeitos políticos "imperfeitos" que ascendem ao poder via mobilizações de massas, formando "governos operários e camponeses", serem "empurrados" a criarem Estados operários, ficando os trotskistas reduzidos a um papel secundário e não mais almejando o objetivo central da Quarta Internacional quando de sua fundação, a saber, constituem a solução para a "crise de direção" do proletariado.

Ademais, tal ala majoritária encarou, de forma simplista (pois desprovida de estudos e análises cuidados), que a força social mobilizada nesses processos revolucionários era composta por camponeses pobres. Não obstante todas essas peculiaridades e releituras, afirmaram que a Teoria da Revolução Permanente havia sido fundamentalmente confirmada por tais eventos.

Já os autointitulados "trotskistas ortodoxos" ou "anti-pablistas" – os setores que inicialmente compuseram o Comitê Internacional, como o SWP dos EUA, a SLL inglesa, o PCI - *La Verité* francês, e o Secretariado Latinoamericano do Trotskismo Ortodoxo de Nahuel Moreno – apesar de sua ruptura com os que encaravam serem "revisionistas", mantiveram as mesmas análises desenvolvidas por eles para explicar a transformação do Leste Europeu e as Revoluções Iugoslava e Chinesa. Isto é, PCs que deixaram de ser stalinistas por romperem com seu programa nacional-reformista; existência de regimes transitórios entre capitalismo e ditadura do proletariado;

possibilidade de revoluções liderados por sujeitos políticos "imperfeitos" e sujeitos sociais não proletários.

Ou seja, não contestaram a perspectiva de possibilidade uma transformação social gradual e liderada por não marxistas. Todavia, ainda que tardiamente, no contexto da ruptura de 1953 e da formação do CI, denunciaram o que viam enquanto um "liquidacionismo" dos "pablistas" em relação ao stalinismo, combatendo a proposta do "entrismo *sui generis*" e se recusando ao "apoio crítico" ao governo no caso chinês e iugoslavo, defendendo revolução política pra instaurar uma democracia proletária no que consideraram ser *Estados operários burocraticamente deformados*.

Mas alguns – como o SWP e SLATO – por não terem produzido análises alternativas para os casos do Leste Europeu, Iugoslávia e China, chegaram a conclusões semelhantes às do SI frente a processos como o argelino (1954-62), de apoio crítico primeiro ao MNA e depois à FLN, e o cubano, de apoio crítico ao M26J, encarando que tais forças seriam capazes de trazer o socialismo a ditos países a partir da construção de "governos operário e camponeses" que posteriormente se transformassem em Estados operários. Daí a reaproximação que formou o SU em 1963.

Sendo que o SWP foi mais além, se tornado cada vez mais "castrista", no sentido de ter por foco da sua atuação pública a defesa política do regime cubano. Assim, em 1985, abandonou formalmente a estratégia "permanentista" em prol da defesa de que "governos operário e camponeses" são uma etapa prévia necessária em todo mundo, consolidando a nova estratégia gradualista. Já desde o SLATO, Nahuel Moreno realizou uma síntese que se apresentava enquanto revisão / atualização da Teoria da Revolução Permanente e preconizava uma estratégia de revolução em duas fases – uma primeira "inconsciente" ("fevereiro", os governos de coalização) e uma segunda "socialista" ("outubro", quando o partido trotskista deveria assumir a frente do processo), de forma que também consolidou uma nova estratégia, mas sem abandonar formalmente o trotskismo.

Por sua vez, outros grupos do CI – como a SLL inglesa e o PCI - *La Verité* francês – apesar de também não terem desenvolvidos explicações alternativas àquelas herdadas do período 1944-53, ante o caso cubano se contrapuseram ao que viram como "capitulação" do SWP/SLATO/SI ao M26J defendendo que a Teoria da Revolução Permanente significava que uma revolução só pode ocorrer na presença de uma liderança revolucionária (i.e., trotskista). Não obstante, haviam apoiado criticamente o MNA argelino poucos anos antes, conforme o conjunto do CI também fizera. Ademais,

o não desenvolvimento de explicações alternativas para as análises gradualistas dos processos revolucionários anteriores fez com que encontrassem dificuldades em explicar o caso cubano, tendo negando que ali tivessem ocorrido mudanças sociais qualitativas e afirmando que o país permanecia sendo uma formação social *capitalista*. A SLL recorreu à caracterização do governo do M26J como uma "ditadura bonapartista capitalista" e o PCI como um "governo burguês fantasma", tendo este a modificado uma década depois, para "Estado operário deformado" (cuja origem foi explicada pela noção gradualista contida no novo conceito de "Governo Operário e Camponês").

Mas esses não eram os únicos membros dos nada homogêneos autointitulados "trotskistas ortodoxos", uma vez que alguns setores minoritários – frequentemente ignorados pela História – apresentaram análises e posicionamentos diferentes, como no caso do RCP inglês (o único que se enfrentou com as novas teses e releituras desenvolvidas antes do racha de 1953, tendo sido dissolvido em 1948 após anos de duros enfrentamentos com a liderança internacional) e de duas tendências que surgiram em momentos diferentes no interior do SWP dos EUA, a Tendência Vern-Ryan e Tendência Revolucionária. Não tendo coexistido, o que se pode afirmar é que esses grupos possuíam em comum alguns posicionamentos centrais, alguns dos quais inclusive "herdados" daqueles que os precederam – posicionamentos esses que apresentavam leituras diferentes tanto dos trotskistas majoritários do SI/SU, quanto dos que supostamente combatiam o "revisionismo" desses desde uma posição "ortodoxa".

Eles criticaram a ideia de que o stalinismo seria *intrinsecamente contrarrevolucionário*, afirmando que esta era uma abordagem unilateral e que era dela que advinha a capitulação ao mesmo por parte dos "pablistas" (por encararem que um PC que dirige uma revolução deixa de ser contrarrevolucionário) e a negação das mudanças advindas das revoluções por eles dirigidas por parte dos supostos "ortodoxos" (por encararem que era impossível uma revolução sem marxistas à sua frente). Em contraposição, resgatavam as análises de Trotski sobre o caráter dual da burocracia soviética para explicar o que havia ocorrido no Leste Europeu – sendo que alguns estenderam a mesma ao stalinismo no plano internacional, considerando-o *centrista*, ao passo que outros simplesmente apontaram a *possibilidade excepcional* de um partido não revolucionário dirigir uma revolução, conforme já constava no *Programa de Transição* (1938).

Ademais, eles negaram, via Teoria da Revolução Permanente, a possibilidade de existência de *regimes sociais intermediários* entre capitalismo e ditadura do

proletariado, apontando que o que ocorreu nas revoluções do pós-guerra foram expropriações políticas inconscientes (pois não socialistas e desejosas de uma conciliação impossível com a burguesia e o imperialismo), as quais logo precisaram adentrar no terreno das expropriações econômicas para evitar a contrarrevolução (ou foram derrotadas por sua vacilação). Negaram, portanto, a possibilidade de *transformações graduais*.

Daí analisaram a transformação do Leste Europeu como fruto de uma *expansão burocrático-militar* da URSS, que expropriara politicamente a burguesia já em 1944, ainda que apenas em 1948 tenha eliminando-a formalmente do governo – assim, teria ocorrido uma transformação qualitativa logo ao fim da guerra, não um processo gradual de mudança. E analisaram os processos chinês, iugoslavo e cubano como *casos excepcionais*, nos quais a lógica objetiva forçara lideranças não revolucionárias a irem além de seus programas, pois as lideranças dos mesmos necessitaram expropriar política e economicamente as burguesias nativas e capitais imperialistas não apenas como única forma de realizarem as demandas nacional-democráticas almejadas pelas massas, mas essencialmente como forma de assegurar sua existência física em um contexto de guerra civil.

Entretanto, encararam que tais lideranças não deveriam ser apoiadas, pois tais processos teriam originado *Estados operários burocraticamente deformados*, donde defendiam a perspectiva de formação de partidos marxistas de vanguarda (trotskistas) capazes de liderarem uma *revolução política* para a instauração de regimes de democracia proletária. E não viam tais processos como um modelo ou regra, que demandasse uma nova estratégia revolucionária, tendo antes apontado a existência de muitos outros casos onde o caminho seguido foi o contrário, isto é, da conciliação com a burguesia e o imperialismo à custa das demandas nacional-democráticas e, consequentemente, também do socialismo e da emancipação do proletariado.

Ademais, esses setores (no caso, as tendências Vern-Ryan e Revolucionária do SWP) apontavam o caso da Revolução Boliviana de 1952 como prova de que os "anti-pablistas" compartilhavam dos mesmos desvios fundamentais dos "pablistas" para interpretar tais revoluções peculiares, donde os acordos práticos que demonstraram em torno do apoio crítico ao governo de coalização formado pelo MNR (ou mais precisamente, à "ala esquerda" dele) a despeito da influência de massas da seção local da Quarta Internacional, o que deixou a luta pelo poder proletário fora da ordem do dia.

Todavia, apesar dessas importantes diferenças com os autodenominados "trotskistas ortodoxos", cabe ressaltar que esses setores não questionaram a noção de que o sujeito social desses processos revolucionários foram camponeses pobres, tendo igualmente falhado em detectar as importantes mudanças pelas quais passou a força de trabalho rural como consequência a profunda expansão de capitais imperialistas para a periferia capitalistas no pós-guerra.

Existem ainda aqueles setores que ficaram à margem da disputa CI *versus* SU e que também realizaram importantes releituras, originando novas estratégias. É o caso daquelas desenvolvidas por Ted Grant ao longo dos anos 1950, quando fora expulso do grupo inglês, tendo posteriormente se consolidado enquanto liderança da International Marxist Tendency; e por Tony Cliff e a Internacional Socialist Tendency a ele associada. Um resumo destas pode ser visto no Apêndice que se segue.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que, em um momento em que se fazia profundamente necessário não só um *resgate* do que havia de melhor na tradição crítica do marxismo – devido à crescente influência da vulgata stalinista evolucionista mundo a fora – mas também uma *renovação* que desse conta de novos fenômenos sociais (como as transformações pelas quais vinha passando a força de trabalho rural na periferia capitalista) a única organização marxista internacional então a unir "teoria revolucionária" com "prática revolucionária" não se mostrou à altura dessas tarefas. Apenas alguns poucos setores do movimento trotskista, extremamente minoritários e apagados pela História, foram capazes de realizar uma "análise concreta da situação concreta" (ainda que com deficiências), de forma a articular os elementos centrais da herança teórica-analítica e programática trotskiana com os novos e desafiadores eventos do pós-guerra.

Em um mundo cada vez mais integrado na base da comunicação instantânea via internet e no qual as diferentes frações burguesas são capazes de se organizar em poderosas e influentes organizações internacionais para disputar hegemonia, a ausência de uma contra força internacional(sita) de corte proletário e orientação marxista se mostra a cada dia mais desastrosa. A tragédia do movimento trotskista internacional é, portanto, também a tragédia do marxismo e do internacionalismo proletário. Compreender o que houve com a Quarta Internacional, tanto nos aspectos teórico-analíticos aqui centralmente abordados, quanto nos aspectos organizativos e "sociais", que ainda carecem de pesquisas aprofundadas, bem com resgatar as contribuições daqueles setores que não se renderam às fórmulas fáceis e aos supostos "atalhos" para o

socialismo, é essencial para um recomeço da tarefa iniciada com o chamado do *Manifesto do Partido Comunista*, em 1848. É com essa perspectiva que o presente trabalho espera ter contribuído em alguma medida.

APÊNDICE

1. Breve comentário sobre o pensamento de Ted Grant (*Militant* / IMT) e Tony Cliff (*International Socialism* / IST)

Não é possível encerrar o presente trabalho sem antes tecer algumas notas, ainda que breves, acerca das explicações formuladas a partir das décadas de 1950-60 pelos trotskistas inglesas Ted Grant e Tony Cliff acerca das revoluções do pós-guerra. Pois, apesar de representarem alas bastante minoritárias do movimento trotskista internacional, as correntes dirigidas/influenciadas por eles não deixam de ocupar lugar importante na história do mesmo e se mantêm ativas até hoje, com presença em diversos países. Ademais, tais figuras possuem também uma razoável projeção intelectual para além de seus círculos políticos imediatos, especialmente graças à militância de dirigentes atuais de suas correntes, tais como Alan Woods e Alex Callinicos, respectivamente.

Uma vez expulso do "The Club" pela ala de Gerry Healy, Grant organizou no interior do Labour Party a diminuta Revolutionary Socialist Legue, a qual por certo tempo esteve ligada ao SI após o racha internacional de 1953. Em 1964, ele e seus correligionários lançaram o jornal *Militant*, nome pelo qual o grupo foi mais conhecido. Todavia, Grant acabou expulso da RSL em 1992, após uma divergência acerca de manter ou não o trabalho no interior do LP (ao que ele era favorável) e, junto a Alan Woods e a uma minoria do grupo, formou uma nova organização em torno do jornal *Socialist Appeal*, a qual atualmente encabeça a International Marxist Tendency (IMT).

Conforme visto, enquanto parte da liderança do RCP inglês, Grant teceu profundas análises acerca dos eventos no Leste Europeu e China e realizou duras críticas às posições da liderança da Quarta Internacional. Todavia, com o tempo o mesmo se afastou consideravelmente das análises que formulara junto a Jock Haston e Bill Hunter na década de 1940 e passou a advogar a tese do *bonapartismo proletário* para explicar as revoluções do pós-guerra. Um documento na qual esta é formulada de forma bastante clara é *A Revolução Colonial e os Estados Operários*, originalmente publicado em julho de 1978 na revista teórica da RSL. Neste, Grant afirmava que diversos outros países haviam passado por processos equivalentes aos iugoslavo e chinês, originando o que passou a nomear de "Estados operários bonapartistas", como fruto de processos de "revolução colonial".

A tese por ele desenvolvida para explicar tais processos era de que "guerras camponesas" nos países (semi)coloniais, caso vitoriosas, acabavam por estabelecer regimes *bonapartistas*, baseados nas forças armadas utilizadas contra o Estado colonial. Todavia, a necessidade de implementar as tarefas nacional-democráticas e a impossibilidade das burguesias coloniais e do imperialismo em faze-lo deixavam apenas uma saída progressiva para as burocracias a frente dos "exércitos camponeses": a de primeiro se basear nos trabalhadores e camponeses para atacar os mesmos e, uma vez que fossem derrotados, atacar estes últimos como forma de garantir um poder estável para si. Sendo que a URSS e outros "Estados operários bonapartistas" já existentes serviam de modelo fundamental para mostrar a essa burocracia a viabilidade de tal rumo e o tipo de regime político e social que deveria ser construído.[1017]

Mas esses "Estados operários bonapartistas" seriam para Grant "aberrações temporárias", fruto da maturidade do capitalismo para a revolução socialista combinada à imaturidade do fator subjetivo – a consciência de classe do proletariado e a existência de um partido revolucionário de massas. Estes, não obstante, não seriam a única possibilidade a resultar de um processo de "guerra camponesa". Grant também aventava a possibilidade do mesmo culminar em um "Estado burguês bonapartista", caso a burocracia à frente do "exército camponês" não se baseasse nas massas para atacar a burguesia e efetivar as tarefas nacional-democráticas.[1018]

Dessa forma, ainda que sem delinear apoio político aos sujeitos políticos envolvidos nesses processos e defender a perspectiva de revolução política para tais "Estados operários bonapartistas", Grant passara a trabalhar com uma noção muito próxima àquela de *regimes sociais intermediários*, uma vez que aventava a possibilidade de um regime bonapartista, dada sua independência relativa frente às classes em disputa, de certa forma *optar* pela via do capitalismo ou por aquela do socialismo. A fragilidade de critérios por detrás dessas análises fez com que Grant reconhecesse "Estados operários bonapartistas" nos mais variados casos de conflitos militares ocorridos na periferia capitalista no contexto da Guerra Fria, tais como Cuba, Síria, Vietnã, Laos, Camboja, Angola, Moçambique, Etiópia, Somália, Myanmar, Afeganistão... e a lista continua.[1019] Ademais, tendo em mente suas noções teórico-analíticas, é fácil compreender o entusiasmo de sua corrente com processos como o do

---

[1017] Cf. GRANT, Ted. "The Colonial Revolution and the Workers' States" [*Militant International Review* de jul. de 1978]. In *The Unbroken Thread.The Development of Trotskyism over 40 Years.Op. cit.*, [s.p.].
[1018] Cf. *Ibid.*, [s.p.].
[1019] Cf. *Ibid.*, [s.p.].

"socialismo bolivariano", tendo Alan Woods servido de consultor político de Hugo Chávez por anos.

Já Tony Cliff, conforme já indicado anteriormente, foi expulso da seção inglesa da Quarta Internacional em 1950 por se negar a defender militarmente a guerrilha anticolonial vietnamita contra o ataque imperialista – posição determinada por sua caracterização da URSS, envolvida no conflito, como sendo "capitalismo de Estado". A partir de então, passou a se dedicar à construção de uma corrente que, apesar de reivindicar o trotskismo, desenvolveu novas teses que para muitos de seus críticos constituíam um "revisionismo". Essa nova corrente, nomeada International Socialists (devido à publicação principal da mesma) mais tarde forneceu as bases da atual International Socialist Tendency, tendo como sua principal organização membro o atual SWP inglês – sendo que a IST não funciona como um partido internacional centralizado.

Defendendo a perspectiva de que reconhecer que Estados operários haviam sido formados por uma via que não a da "autoemancipação" do proletariado necessariamente levaria ao "pablismo" – isto é, à capitulação ao stalinismo como via alternativa de se atingir o socialismo – Cliff desenvolveu uma revisão da Teoria da Revolução Permanente para explicar as revoluções do pós-guerra de forma a afirmar que estas não originaram formações sociais não capitalistas, mas sim "capitalistas de Estado".[1020]

Tal revisão, sob o nome de "Revolução Permanente Desviada" (*deflected permanente revolution*), foi sintetizada em um artigo de 1963 de *International Socialism*. Neste, Cliff argumentava que a "economia bélica permanente" decorrente da dinâmica da Guerra Fria havia diminuído a importância das colônias para as metrópoles imperialistas. Por conta disso, afirmava, teria sido possível a obtenção de independência nacional por algumas colônias no contexto do pós-guerra, sem que essas necessariamente rompessem com o capitalismo. Outro fator importante era que as "guerras camponesas" por detrás da independência das mesmas, devido à *passividade política do proletariado* – o qual não teria sido capaz de imprimir sua marca aos processos de luta anticolonial – acabaram sendo dirigidas pela *intelligentsia* urbana, supostamente apegada ao estatismo.[1021]

[1020] Cf. CLIFF, Tony. Permanent Revolution. *International Socialism* (1st series), n. 12, Spring 1963, [s.p.].

[1021] Cf. *Ibid.*, [s.p.]. Mais tarde Cliff passou a enumerar outros elementos "conjunturais", a saber: as crescentes contradições entre EUA e URSS, que teriam limitado a capacidade de ambas intervirem no "Terceiro Mundo", devido ao risco de uma guerra entre elas; o crescimento de importância do Estado nos

Assim, Cliff caracterizava tais processos de independência como tipos peculiares de revoluções *burguesas*, as quais teriam sido possíveis tanto por conta do fator macroeconômico da economia bélica permanente, quanto pelo fator subjetivo da passividade proletária, "burlando" assim os postulados básicos da Teoria da Revolução Permanente e (supostamente) realizando as tarefas nacional-democráticas sem necessitar da expropriação dos capitais nativos e imperialistas. Desse "desvio", conforme Cliff o caracterizou teoricamente, teriam surgido *Estados burgueses independentes*, cuja economia – para suprir sua industrialização incipiente, retardatária e altamente dependente de capitais imperialistas – acabou assumindo a forma de trustes nacionais, controlados por uma burocracia centralizadora, originada da *intelligentsia* que teria dirigido a luta anticolonial.[1022]

Em uma síntese posterior, Cliff afirmou que a Teoria da Revolução Permanente havia se mostrado essencialmente correta ao apontar o caráter absolutamente conservador da burguesia que chega tardiamente à cena capitalista mundial e a decorrente necessidade do proletariado ser o sujeito do processo revolucionário a partir de então. Todavia, caso ele não desempenhasse tal papel no decurso de uma ascenso agudo da luta de classes, as teses que postulam a incapacidade de atuação política independente por parte do campesinato e a necessidade da revolução socialista ir além do terreno nacional não teriam como se efetivarem.[1023]

Daí, devido à ausência do proletariado revolucionário enquanto sujeito social, as contradições sociais dariam novas formas às rebeliões democrático-nacionais, culminando em um tipo de transformação que incluiria "elementos" de uma revolução permanente, mas também *desviaria* dela em "várias formas radicais". Assim, Cliff distinguia entre aquilo que considerava ser de validade "universal" na teoria de Trotski (o caráter conservador da burguesia) e aquilo que seria "contingente" (dependente da atividade revolucionária do proletariado), na ausência do que se teriam efeitos díspares do previsto – "capitalismo de Estado", no lugar de ditadura do proletariado.[1024]

---

países atrasados; o impacto dos stalinistas e social-democratas ajudaram a "desviar" os trabalhadores do rumo de revoluções socialistas; o crescimento de importância da *intelligentsia* "enquanto líder e unificadora da nação". Cf. Id. *Trotskyism After Trotsky... op. cit.*, p. 66-67. Citação na página 67.

[1022] Cf. Id. *Permanent Revolution… op. cit.*, [s.p.].

[1023] Cf. Id. *Trotskyism After Trotsky... op. cit.*, p. 65-68.

[1024] Cf. *Ibid.*, p. 65-68. Citações na página 66. Uma abordagem mais detalhada das análises da corrente "cliffista" acerca da URSS e das revoluções do pós-guerra pode ser encontrada nos capítulos dedicados a tal assunto da obra de Marcel van der Linden, *Western Marxism and the Soviet Union* (2007), além das obras elencadas ao longo das referências desta seção e o breve capítulo dedicado à história da mesma na obra de Robert Alexander.

2. Resumo dos rumos de alguns dos grupos aqui abordados

Como o recorte temporal deste trabalho vai até 1963, ano a partir do qual se inaugura um novo "capítulo" da história do movimento trotskista internacional, cabe um breve comentário sobre o destino dos principais grupos nacionais abordados ao longo do mesmo. Ao longo das décadas de 1960 e, principalmente, 1970, tal movimento passou por uma fragmentação organizativa muito maior do que aquela existente ao longo dos anos 1950, bem como por uma significativa diferenciação teórico-programática entre os agrupamentos internacionais formadas a partir da mesma.

Não obstante dita fragmentação do movimento trotskista internacional ter sido muito maior nas décadas de 1960-70 do que nos anos anteriores, cabe ressaltar que a maior parte das cisões de então não foi ocasionada por conflitos em torno de ideias significativamente novas, mas sim por divergências advindas da aplicação a novos eventos das teses fundamentais desenvolvidas entre 1944-63 – divergências essas que tornaram muito difícil a convivência de certos grupos dentro do Secretariado Unificado ou do que restara do Comitê Internacional. As poucas ideias novas desenvolvidas após o período abarcado por esta pesquisa – especialmente como fruto do debate SWP *versus* maioria do SU, no começo dos anos 1980 – foram muito mais modificações parciais em cima do que já havia sido desenvolvido anteriormente.

A maior parte dos grupos nacionais aqui abordados acabou por fundar agrupamentos internacionais próprios em algum momento da década de 1970, tais como o SLATO dirigido por Nahuel Moreno, o PCI francês – deixando o Comitê Internacional enquanto um agrupamento hegemonizado pela SLL inglesa – ou os já mencionados Birô Latinoamericano (BLA) dirigido por Juan Posadas e os grupos ingleses de Ted Grant e Tony Cliff. Ao fim deste trabalho, encontra-se um fluxograma do movimento trotskista internacional e de suas cisões e múltiplas organizações que ajuda a melhor visualizar essa fragmentação (ver Anexo).

No que tange o Secretariado Unificado, ao longo dos anos 1960-70 ele ficou internamente dividido entre uma ala majoritária, os chamados "europeus" (liderados pela *troika* Mandel / Frank / Maitan) e uma minoritária, composta pelo SWP dos EUA e os grupos latinoamericanos sob influência de Nahuel Moreno. A primeira grande polêmica a dividir o SU foi acerca de adotar ou não a *via guerrilheira* enquanto estratégica, orientação aprovada em 1969 pelo 9º Congresso Mundial. Após um racha

da seção argentina, ocasionada por Moreno ter se distanciado da via guerrilheira assumida pelo PRT-ERP, ficando seu novo grupo rebaixado a "seção simpatizante" do SU, a divisão entre "europeus" e "não-europeus" em torno dessa questão assumiu ares mais tensos. Em 1972 os últimos formaram uma "Tendência Leninista Trotskista" (logo após convertida em "Fração", advogando a substituição da liderança internacional), a qual foi respondida pelos primeiros com a criação de uma "Tendência Majoritária Internacional".[1025]

Após a reversão de tal orientação pelo 10º Congresso Mundial, realizado em 1974, o SWP se retirou da "Fração Leninista Trotskista", mas Moreno e seus correligionários latinoamericanos decidiram manter um organismo opositor, formando a "Tendência Bolchevique" (posteriormente convertida em "Fração", em 1978). As principais divergências entre esta e os "europeus" da liderança internacional se deram em torno de que posição adotar em relação à Revolução dos Cravos (Portugal, 1974) – tendo os grupos portugueses ligados a cada uma assumido lados diferentes das barricadas em dado momento – e da Revolução Nicaraguense (1979). Os conflitos em torno desta última – especialmente o fato dos "europeus" terem condenado a atuação dos trotskistas da "Brigada Simon Bolivar" (uma brigada internacionalista) quando estes foram reprimidos pelo governo sandinista – levaram a "Fração Bolchevique" a romper com o SU em 1979.[1026]

Já na Europa, o PCI francês – cujo nome fora alterado para "OCI" (de "partido" à "organização") em 1967 – vinha desenvolvendo crescentes divergências com a SLL inglesa no interior do CI e acabou por deixar o mesmo em 1971, formando um "Comitê de Reorganização e Reconstrução da QI" (CORQI), junto com alguns grupos latinoamericanos do mesmo. Com a saída da "Fração Bolchevique" do SU, ambos grupos (mais uma tendência formada por um entrismo do CORQI no SU) formaram ainda em 1979 um "Comitê Paritário", que mais tarde passou a se chamar "Comitê Internacional - Quarta Internacional".[1027]

Esse agrupamento internacional, todavia, teve vida curta. Divergências em torno do apoio eleitoral da OCI francesa à candidatura de François Mitterand levaram à sua cisão em 1982. A partir daí, os grupos influenciados por Nahuel Moreno formaram a "Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional" (LIT-CI) e aqueles

---

[1025] Cf. COGGIOLA, Osvaldo. *O trotskismo na América Latina. Op. cit.*, p. 71 e BENSAÏD, Daniel. *Op. cit.*, p. 114.
[1026] Cf. *Ibid.*, p. 119-20.
[1027] Cf. *Ibid.*, p. 119-20 e ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 554-57 e p. 634-36.

influenciados por Pierre Lambert um "Centro Internacional pela Reconstrução da Quarta Internacional" (CORQI), o qual proclamou a "refundação" da Quarta Internacional em 1993, passando a assumir seu nome.[1028]

Ao passo que o grupo de Moreno manteve o núcleo duro das suas teses sobre "revolução democrática" desenvolvidas ao longo de fins da década de 1950 e começo da década de 1960, o de Lambert passou por profundas transformações políticas, defendendo uma perspectiva de "entrismo profundo" em partidos operários com influências de massas e de apoio político "crítico" às suas direções e aos governos que estes viessem a formar. O caso mais icônico é o da relação que o mesmo mantem até hoje com o Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil e com o governo federal por ele encabeçado desde 2003, através de sua seção local, a corrente O Trabalho.

Já o SWP dos EUA, apesar de ter permanecido no SU após a dissolução da "Fração Leninista Trotskista", continuou a ter divergências de tempos em tempos com os "europeus" da direção internacional. E, conforme já mencionado, ao longo dos anos 1960 a sua defesa da Revolução Cubana e seu apoio político ao castrismo se tornaram seu centro gravitacional, a ponto do partido ter paulatinamente abandonado a defesa de uma internacional trotskista e do próprio trotskismo.

Ao longo da primeira metade dos anos 1980, então sob a liderança de Jack Barnes, o mesmo entrou em conflito com os "europeus" ao passar a defender o abandono da Teoria da Revolução Permanente e sua substituição pela perspectiva estratégica de construir *governos operários e camponeses* em todo o mundo, como o primeiro passo necessário à construção de uma ditadura do proletariado, bem como de formar uma nova internacional encabeçada pelas forças castristas. Tal ideia foi expressa de forma mais clara no discurso proferido por Barnes em 1982 à juventude do SWP, intitulado *O Trotski Deles e o Nosso*, no qual foi proclamado o abandono do trotskismo – linha defendida no mesmo ano pelso representantes do partido no 12º Congresso Mundial[1029]. No ano seguinte, uma ala interna que se posicionou contra tal perspectiva, simpática à ala "europeia" da liderança internacional, foi expulsa do partido, gerando duras polêmicas entre a liderança do mesmo e aquela – as quais se prolongaram até meados de 1986, a partir de quando o SWP se afastou consideravelmente da vida

[1028] Cf. *Ibid.*, p. 554-57 e p. 634-36.
[1029] Posteriormente publicado na forma de livro, cf. BARNES, Jack. *Their Trotsky and ours* [1983]. Ney York: Pathfinder, 2002.

interna da Internacional. Ele rompeu formalmente com a Quarta Internacional em 1990.[1030]

Por sua vez, os "europeus", conforme também já comentado, mantiveram o núcleo duro das teses desenvolvidas entre 1948-51, sob o impacto da Revolução Iugoslava e da transformação social do Leste Europeu, e aprofundadas com a experiência da Revolução Cubana. Teses essas que advogavam a possibilidade "instrumentos imperfeitos" serem "empurradas" a fazerem a revolução socialista, como fruto de um misto de "fatores objetivos", "pressão das massas" e "orientação" do partido trotskista. Mas cabe ressaltar que, ante a disputa com Barnes e Cia. – que apontavam a contradição lógica entre a ideia de "governo operário e camponês" como regime transitório entre Estado burguês e Estado operário e a Teoria da Revolução Permanente – Mandel e seus aliados na direção do SU acabaram por abandonar tal uso do termo, que havia sido até então um importante pilar explicativo para as revoluções do pós-guerra.

Em uma resposta a Barnes, Mandel (omitindo e distorcendo fatos) ignorou a concepção gradualista antes utilizada para explicar casos com o iugoslavo e chinês e afirmou que estes países passaram a ser Estados operários desde o primeiro momento de suas revoluções (1944 e 1949, respectivamente), sem existência de estágios intermediários.[1031] A nova explicação alternativa se deu pela introdução da ideia de uma "dessincronia" entre a destruição política e a destruição econômica da burguesia e da noção de que os representantes burgueses nos governos de coalização estabelecidos por esses processos revolucionários nada mais eram do que "reféns", sem poderes reais.

A mesma lógica de "dessincronia" e de burguesia "refém" foi utilizada ainda para explicar os casos coreano e vietnamita. Em tal documento, todavia, os primeiros momentos do caso cubano foram explicados a partir da nova noção de *Estado operário em processo de construção*, processo esse perpassado por um "duplo poder *sui generis*" (o qual teria existido até outubro de 1960), significando que os representantes burgueses, nesse caso, possuíam poder real durante o governo de coalização.[1032]

Tal explicação foi formulada para dar conta de outro processo, que então se encontrava em curso, sem ceder terreno a Barnes e Cia.: o da Revolução Nicaraguense, através da qual a "Frente Sandinista de Libertação Nacional" chegara ao poder em julho

---

[1030] Para mais detalhes, ver ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 879-98

[1031] Cf. MANDEL, Ernest. On the Workers and Peasants Government. ***International Internal Discussion Bulletin* [Nova York/SWP],** vol. XX, n. 2, de abr. de 1984, [s.p.].

[1032] Cf. *Ibid.*, [s.p.].

de 1979, derrubando a ditadura da família Somoza. Para Mandel e seus aliados, ali se via algo análogo aos primeiros momentos da Revolução Cubana (segundo a nova explicação): uma situação de "poder dual *sui generis*", "que não encarna nem um 'Estado burguês', nem um 'governo de duas classes', nem uma 'frente popular', mas uma *ditadura do proletariado, um Estado operário em processo de construção*", sendo que este "não triunfou ainda de forma definitiva sobre seus inimigos *no terreno sócio-político*".[1033]

Assim, com o abandono por parte do SWP da Teoria da Revolução Permanente em prol da adoção da noção de *governo operário e camponês* enquanto regime transitório, e do abandono desta por parte da maioria do SU em prol de novas explicações – que, todavia, não foram apresentadas enquanto uma autocrítica daquelas predominantes ao longo das décadas anteriores – encerrou-se um longo período de contradição entre as explicações para as revoluções do pós-guerra e aquela Teoria. Ainda assim, cabe ressaltar que, apesar da nova categoria de *Estado operário em vias de construção* ter eliminado a noção de regime intermediário, foi mantido o referido "núcleo duro" da estratégia pautada pela aposta nos "instrumentos imperfeitos" serem capazes de realizarem a transição ao socialismo.

Já na segunda metade da década de 1980, então sob a liderança de Daniel Bensaïd e em uma conjuntura de profundo refluxo internacional das forças proletárias, essa orientação do SU assumiu a forma de políticas abertamente reformistas (no sentido de se alcançar o socialismo através de um acúmulo gradual de reformas). Já atualmente, sob a liderança de Michel Löwy, ela se apresenta sob a perspectiva de "ecossocialismo", a qual não possui diferenças fundamentais de conteúdo com a anterior, apesar da ênfase na questão ambiental e da necessidade de impedir o capitalismo de destruir o meio ambiente.

Em praticamente todo o mundo os grupos atualmente vinculados ao SU se encontram dentro de partidos parlamentaristas amplos, tendo em alguns casos (como na França e Portugal) se dissolvido para formar os mesmos. Todavia, desde o "giro" da década de 1980, o SU deixou de ser um partido internacional centralizado, tendo se convertido em um agrupamento de tipo federalista. Atualmente ele praticamente não existe enquanto organização internacional, exceto pela produção do jornal *online International Viewpoint* e pela realização de encontros internacionais não deliberativos.

[1033] Cf. *Ibid.*, [s.p.].

Por fim, no que tange o Comitê Internacional, este foi completamente hegemonizado pela SLL inglesa a saída do PCI / OCI e de seus grupos apoiadores, em 1971. Tal qual seus antigos camaradas do outro lado do Canal da Mancha, o grupo inglês dirigido por Gerry Healy, Cliff Slaughter e Michael Banda também passou por profundas mudanças políticas ao longo dos anos 1970-80, tendo passado a defender ardorosamente regimes como o de Muammar Gadaffi na Líbia e os partidos pan-arabistas Ba'ath.[1034]

Em 1985, então renomeado WRP (Partido Revolucionário dos Trabalhadores), o grupo inglês do CI explodiu após uma disputa de poder ter expulsado Healy, sob acusações de receber dinheiro de Gadaffi e de abusar sexualmente de membros da organização, além de fornecer informações ao governo iraquiano acerca de dissidentes presentes na Inglaterra, facilitando assim o assassinato dos mesmos[1035]. Na sequência, o grupo norte-americano, sob a liderança de David North, foi quem assumiu o comando do CI e hoje em dia suas seções nacionais se chamam todas "Partido da Igualdade Socialista", sendo a principal atividade do agrupamento internacional a manutenção do jornal *online World Socialist Web Site*.

Ao longo dos anos 1980-90, muitos outros grupos surgiram a partir de cisões menores e mais localizadas no âmbito nacional. Em alguns casos, uma única corrente originou ao longo dessas décadas um sem número de outros grupos – como ocorreu com o "Movimento ao Socialismo" argentino, após a morte de seu dirigente Nahuel Moreno. Mas para dar conta delas e de suas especificidades seria necessária uma pesquisa a parte. A seção *Partidos Trotskistas* da lista online de *Partidos de Esquerda no Mundo*, apesar de já razoavelmente desatualizada, dá uma boa dimensão de quais sãos as principais correntes internacionais atualmente existentes a reivindicarem o trotskismo, bem como alguns dos grupos nacionais isolados de maior relevo: http://www.broadleft.org/trotskyi.htm.

[1034] Cf. ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 510-11.
[1035] Cf. HEALYISM Implodes. *Spartacist* n. 36-37, Winter 1985-86, [s.p.]. Disponível em http://tinyurl.com/jqqmpfg. Acessado em outubro de 2015.

ANEXO

O fluxograma a seguir inclui apenas as organizações do movimento trotskista internacional que foram abordadas ao longo deste trabalho. Dessa forma, ele está longe de ser completo, apesar de conter as principais organizações internacionais atualmente existentes, seja em termos numéricos ou de influência / visibilidade.

Legenda: setas grossas indicam continuidade; setas finas, ruptura/expulsão; caixas grossas, maior relevância.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes do movimento trotskista

1.1 Geral

[SWP]. *The Chinese Revolution and its Development*. Education for Socialists series. New York: [s.n.], 1969.

AGAINST Pabloite Revisionism. *Fourth International* [Nova York/SWP] v. 14, n. 5, de set.-out. de 1953.

AMENDMENTS aux thèses sur La Russie et l'Europe Orientale soumis par le R.C.P. de Grande-Bretagne. *Bulletin Interieur du Secretariat Internationale* [Paris/SI], n. special, de nov. de 1948.

BANDA, Michael. Marxism and the Algerian Revolution. *Labour Review* [Londres/"The Group"] vol. 3, n. 2, de mar.-abr. de 1958.

BARNES, Jack. *Their Trotsky and ours* [1983]. Ney York: Pathfinder, 2002.

BILAN, problèmes et perspectives de la Rvolution coloniale (projet de thèses pour le 6e Congrès Mondial). *Quatrième Internationale* [SI], Ano 18, n. 10, jul. de 1960.

BOLIVIE: Tensions entre le gouvernement et les masses. *Quatriè Internationale* [Paris/SI], vol. 11, n. 8-10, de nov. de 1953.

CANNON, James P. A Letter to Trotskyists Throughout the World. *The Militant* [Nova York/SWP] de nov. de 1953.

_____. Internationalism and the SWP [18 de mai. de 1953]. In *Fighting for Socialism in the "American Century"*. Sydney: Resistance Books, 2001. Disponível em http://tinyurl.com/o95gkgb. Acessado em 26 de outubro de 2015, [s.p.].

_____. New revolutionary forces are emerging. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP], jun. de 1961, [s.p.].

CLASS Nature of Eastern Europe, The. *Fourth International* [Nova York/SWP], vol. 12, n. 6, de nov./dez. de 1951.

CLASS Nature of Eastern Europe. *Fourth International* [Nova York/SWP], v. 12, n. 6, nov./dez. de 1951.

CONTRIBUTION to the Discussion on the International Perspectives [jun. de 1951]. In WOHLFORTH, Tim & FELDMAN, Fred (ed.). *Op. cit.*

CRITICISM of Theses of the February 1944 Conference (Resumé). *Fourth International* [Nova York/SWP], vol. VII, n. 67, junho de 1946.

CUBA. *Quatrième Internationale* [SI], Ano 18, n. 9, mai. de 1960.

DISCUSSION Bulletin [Nova York/SWP], v. 22, n. 1-3, de fev. a mar. de 1961. Documentos, intervenções e votos do pleno do Comitê Nacional do SWP dos EUA de janeiro de 1961.

DISCUSSION Bulletin [Nova York/SWP], v. 22, n. 19, set. de 1961. Documentos da Conferência Nacional do SWP dos EUA de 1961.

DOCUMENTS on the "Proletarian Military Policy". Prometheus Research Series n. 2. Prometheus Researsh Library: New York, 1989.

DRAFT resolution of the SWP Political Committee. Problems of the Fourth International and the next steps [mai. de 1962]. In SLAUGHTER, Cliff (ed.). *Trotskyism versus Revisionism… op. cit*.

DRAFT Theses on the Cuban Revolution [dez. de 1960]. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP], v. 22, n. 1, fev. de 1961.

DYNAMICS of World Revolution Today, The [jun. de 1963]. *Fourth International* [SI], n. 17, out./dez. de 1963.

EMERGENCY Conference is Held! *Socialist Appeal* [New York / SWP], vol. 4 n. 26, June 29, 1940.

FAVRE [Marcel Bleibtreau]. Lettre ouverte à E. Germain. *A propos de l'art de couvrir sa retraite* [4 de jul. de 1951]. Disponivel em http://tinyurl.com/qeltuqj. Acessado em 18 de fevereiro de 2015.

_____. Where is Comrade Pablo going? [jun. de 1952]. In WOHLFORTH, Tim & FELDMAN, Fred (ed.). *Toward a History of the Fourth International.* Part 3, Volume 1. Education for Socialists Series. New York: Pathfinder Press, 1974.

FOR Early Reunification of the World Trotskyist Movement. (Statement by the Polit Bureau of the Socialist Worker's Party of USA) [mar. de 1963]. *Fourth International* [SI] n. 17, de out.-dez. de 1963.

FRANK, E. R [Bert Cochran]. Memorandum on Resolution "The Evolution of the Buffer Countries". *International Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 11, n. 5, de out. de 1949.

_____. The Kremlin's Satellite States in Eastern Europe, Yugoslavia, Marxist Theory, and our Perspectives. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP], n. 1, abr. de 1950.

_____. The Kremlin in Eastern Europe. *Fourth International* [Nova York/SWP], vol. 7, n. 11, nov. de 1946.

FUNCTIONING of the International Committee. In WOHLFORTH, Tim & FELDMAN, Fred (ed.). *Toward a History of the Fourth International.* Second Series. Part 7, Volume 4. Education for Socialists Series. New York: Pathfinder Press, 1978.

GERMAIN, E. [Ernest Mandel]. The Third Chinese Revolution Part II. Nature and Perspectives of the China of Mao Tse-Tung. *Fourth International* [Nova York/SWP] vol. 12, n.1, de jan.-fev. de 1951, [s.p.].

_____. What should be modified and what should be maintained in the theses of the Second World Congress of the Fourth International on the question of Stalinism? (Ten Theses). *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], de abr. de 1951.

_____. The Soviet Union after the War And the Policy of the Communist Parties. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], vol 1, n. 2, mar. de 1947.

_____. What should be modified and what should be maintained in the theses of the Second World Congress of the Fourth International on the question of Stalinism? *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], abr. de 1951.

_____. The Yugoslav Question, the Question of the Soviet Buffer Zone, and Their Implications for Marxist Theory. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP] de jan. de 1950.

GOLAN**,** José. 16 Tesis sobre Cuba. *Revista de la Liberación*, n. 1, primer trimestre 1964, [s.p].

GRANT, Ted. *Contra a Teoria do Capitalismo de Estado - Resposta ao camarada Cliff* [1949]. Disponível em http://tinyurl.com/j3vuwku. Acessado em 28 de novembro de 2015.

_____. *Open Letter to B.S.F.I. [British Section of the Fourth International]* [set.out. de 1950]. Disponível em http://tinyurl.com/jqkdg25. Acessado em 05 de abril de 2015.

_____. The Chinese Revolution. [*Socialist Appeal* de jan. de 1949]. In *The Unbroken Thread. The Development of Trotskyism over 40 Years*. Edited by John Pickard. London: Fortress Books, 1989. Disponível em http://tinyurl.com/op6hzbx. Acessado em 1º de abril de 2015, [s.p.].

GREY, V. [Vince Copeland]. The Class Character of the Chinese State. *Debate Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 17, n. 2, de abr. de 1956.

GREY, Vincent [Vince Copeland]. Lessons of the Chinese Revolution. The Problem of Leadership and Program. *Fourth* International [Nova York/SWP] vo. 15 , n. 3, Summer 1954.

GUERRILLAS in Power. A Bureaucratic, Anti-Working-Class Regime. *Workers Vanguard* n. 102, de 26 de mar. de 1976.

HANSEN, Joseph. Che Guevara and the Cuban Trotskyists. *The Militant* [Nova York/SWP] vol. 26, n. 15, de 9 de abr. de 1962.

_____. Cuba – The Acid Test. A Reply to the Ultraleft Sectarians [nov. de 1962]. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP], v. 24, n. 2., jan. de 1963.

_____. The character of the new Cuban government [jul. de 1960]. In HANSEN, Joseph. *The Workers and Farmers Government. Education for Socialists Series*. Pathfinder Press, 1974.

_____. The Problem of Eastern Europe. *International Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 12, n. 2, de fev. de 1950.

_____. Theory of the Cuban Revolution. *International Socialist Review* [Nova York/SWP], v. 22, n. 1, Winter 1961.

_____. What the New York Discussion Has Revealed? The SWP Majority Position on Stalinism in the Cochran Fight. *Internal Discussion Bulletin* [Nova York/SWP] vol. XV, n. 4, de fev. de 1953, [s.p.].

HEALYISM Implodes. *Spartacist* n. 36-37, Winter 1985-86, [s.p.]. Disponível em http://tinyurl.com/jqqmpfg. Acessado em outubro de 2015.

HSIEH-HYUE. Développement et perspectives du stalinisme chinois [abr. de 1949]. *Quatrième Internationale* [SI] vol. 7, n. 8, de out.-nov. de 1949.

IMPERIALIST War And The Proletarian World Revolution. *Socialist Appeal* [New York / SWP], vol. 4 n. 26, June 29, 1940.

IN Defense of a Revolutionary Perspective. A Statement of Basic Position. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 23, n. 4, de jul. de 1962, [s.p.].

IN Defense of the Algerian Revolution. Letter from the International Secretariat of the Fourth International to the Editorial Staff of "International Socialist Review". *Fourth International* [SI] n. 9, Spring 1960.

IN defense of the Cuban Revolution. *Fourth International* [SI], n. 10, Summer 1960.

INSURRECTION en Bolivie. *Quatriè Internationale* [Paris/SI], vol. 10, n. 2-4, de fev.-abr. de 1952.

INTERNATIONAL Situation and the Tasks in the Struggle Against Imperialism, The. *Fourth International* [Nova York/SWP] vol. XII, n. 6, de nov.-dez. de 1951.

INTERVIEW with Geoff White. Spartacist League: The Early Years. Conclusion. *1917*, n. 14, 1994.

INTERVIEW with Geoff White. The Struggle for Trotskyism inside the SWP. Part 2. *1917*, n. 8, Summer 1990, [s.p.].

IVe Internationale et les évènements de Corée, La. *Quatrième Internationale* [SI] vol. 8, n. 5-7, de mai.-jul. de 1950.

JOHSON, J. R. & FOREST, F. State-Capitalism and World Revolution. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP] n. 4, de set. de 1950.

LATIN America: Problems And Tasks. *Fourth International* [Nova York/SWP], vol. 12, n. 6, nov./dez. de 1951.

LATIN America: Problems and Tasks. *Fourth International* [Nova York/SWP] vol. XII, n. 6, de nov.-dez. de 1951.

LATIN America: Problems And Tasks. *Fourth International* [Nova York/SWP], vol. 12, n. 6, nov./dez. de 1951.

LETTER on Yugoslavia. Sent to the IEC by the RCP (Britain). *Prometheus Research Series n. 4*, Nova York, 1993.

LETTRE au Président des Etats-Unis sur la guerre de Corée. *Quatrième Internationale* [Paris/SI] vol. 8, n. 8-10, de ago.-out. de 1950.

LETTRE du C.E.I. de la IVe Internationale au P.C. chinois [fev. de 1953]. *Quatrième Internationale* [Paris/SI] 11º ano, v. II, n. 2-4, abr. de 1953.

LIN; WANG; CHI; TIN; CHIAN; TAO. The rule of the Chinese CP and the tasks of our party. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP] de abr. de 1952, p. 14-31.

MAGE, Shane; WOHLFORTH, Tim; ROBERTSON, James. The Cuban Revolution and Marxist Theory [ago. de 1960]. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP], v. 22, n. 1, fev. de 1961.

MAGRI, Philip [Shane Mage]. Revolutionary Socialism and the Split in the Algerian Nationalist Movement. Repl to O'Daniel. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP] v. 19, n. 2, de abr. de 1958.

MAKI. Why is this civil war called a revolution and the importance of this recognition. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP] de mar. de 1952, p. 12-21.

MANDEL, Ernest. On the Workers and Peasants Government. *International Internal Discussion Bulletin* [Nova York/SWP], vol. XX, n. 2, de abr. de 1984.

MILLER, David [Steve Zeluck]. The Character of the State in China. Does Trotsky's Theory of the Permanent Revolution Hold Up? *Fourth International* [Nova York/SWP] vol. 16, n. 1, Winter 1955.

MINUTES of the Third World Conference. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP] de dez. de 1951.

MONTÉE, Declin et Chute du Stalinisme. *Quatrième Internationale* [SI] n. especial, de dez. de 1957.

MORENO, Nahuel [Hugo Bressano]. Dos métodos frente a la revolución latino-americana. [*Estrategia para la liberación nacional y social de Latinoamérica*, n. 2, setiembre 1964]. Disponível em http://tinyurl.com/zmj7tw6. Acessado em maio de 2015, [s.p.].

_____. La Revolucion Permanente en la Posguerra. Crítica al documento de Farrel Dobbs [1959]. In MORENO, Nahuel. *Escritos sobre la revolución politica*. Versão digital. Disponível em http://tinyurl.com/j3z85gw. Acessado em abril de 2015, [s.p.].

_____. Tesis Sobre el Frente Unico Revolucionario [1958]. In MORENO, Nahuel. *Escritos sobre la revolución politica*. Versão digital. Disponível em http://tinyurl.com/zpck4tp. Acessado em fevereiro de 2013, [s.p.].

_____. *La revolución Latinoamericana*. Buenos Aires: Ediciones Palabra Obrera, 1962.

MORENO, Nahuel. *O partido e a revolução*. 2ª ed. São Paulo: Sundermann, 2008

NEW imperialist peace and the building of the parties of the Fourth International, The. *Fourth International* [Nova York/SWP], vol. VII, n. 67, junho de 1946.

O'DANIEL, Patrick [Sherry Mangan]. The Truth about the Algerian Revolution: an Open Letter to *The Militant Fourth International* [SI] n. 2, Spring 1958.

ON the Nature of the Cuban Revlution. *Fourth International* [SI], n. 12, Winter 1960-61.

OPENING Adress. Delivered at Second World Congress of Fourth International. *Fourth International* [Nova York/SWP], vol. IX, n. 6, ago. de 1948.

OPPORTUNISM and Empiricism [mar. de 1963]. In SLAUGHTER, Cliff (ed.). *Trotskyism versus Revisionism. A Documentary History. Volume 4. The International Committee against liquidationism.* London: New Park Publications, 1974.

OÙ va la Révolution Cubaine? *Quatrième Internationale* [SI], Ano 17, n. 7, set./out. de 1959.

OUR integration in the real mass movement, our experience and perspectives. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP] de set. de 1953.

PABLO, M. [Michalis Raptis]. The Decisive Hour of the Algerian Revolution. A letter written by M. Pablo to the FLN from prison in Amsterdam. *Fourth International* [SI] n. 14, Winter 1961-62.

_____. The building of the revolutionary party. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], jun. de 1952.

_____. Korea and the "Cold War". *Fourth International* [Nova York/SWP] vol. 11, n. 5, de set.-out. de 1950.

_____. On the duration and the nature of the period of transition from capitalism to socialism. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], jul. de 1951.

_____. Where are we going? *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], mai. de 1951.

PIRANI, Simon. *Vietnam & Trotskyism.* [S.l.]: [Communist League, Australia], 1987. Disponível em http://tinyurl.com/haf9muu. Acessado em novembro de 2015.

POLITICAL Statement. In WOHLFORTH, Tim & FELDMAN, Fred (ed.). *Toward a History of the Fourth International.* Second Series. Part 7, Volume 4. Education for Socialists Series. New York: Pathfinder Press, 1978.

POSADAS, Juan. For Support and Extension of the Cuban Revolution [jun. de 1960]. *Fourth International* [SI], n. 10, Summer 1960.

POSITION of the French section of the International Committee on the Cuban question [dez. de 1961]. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], abr. de 1963.

PROPOSALS for Amendments Submitted by the RCP (England). *Worker's International News* [Londres/RCP] vol. 6, n. 10, de nov./dez. de 1946.

REORGANIZATION of the Cuban POR and first issue of "Voz Proletaria". *Fourth International* [SI], n. 9, Spring 1960.

REORGANIZATION of the Fourth International. In WOHLFORTH, Tim & FELDMAN, Fred (ed.). *Toward a History of the Fourth International.* Second Series. Part 7, Volume 4. Education for Socialists Series. New York: Pathfinder Press, 1978.

REPORT on the Activity of the European Secretariat. Resumé of report by G. *Fourth International* [Nova York/SWP], vol. VII, n. 67, jun. de 1946.

REPORT on the movement of the Fourth International in Latin America. *International Bulletin* [Nova York/SWP], vol. 1, n. 2, ago. de 1940.

RESOLUCION del Trotskismo Ortodoxo Sobre la Situacion Mundial. [S.l.: s.n.], 1958, [s.p.]. Disponível no acervo *online* da Fundación Pluma, em http://tinyurl.com/jbfhafe. Acessado em junho de 2015.

RÉSOLUTION au sujet des territoires occupies. *Bulletin Interieur du Secretariat Internationale* [Paris/SI], vol. 1 n. 5, ago. de 1946.

RÉSOLUTION du Sécretariat International sur la situation en Algérie. *Quatrième Internationale* [SI] 20e anné, n. 19, de dez. de 1962.

RESOLUTION of the Central Committee of the LSSP on IS Resolution "Rise and Decline of Stalinism". *Discussion* Bulletin [Nova York/SWP] A-17, de mai. de 1954.

RESOLUTION on the Class Nature of Yugoslavia. *Internal Bulletin* [Nova York/SWP], vol. XII, n. 3, de out. de 1950.

RESOLUTION on the Crisis of Stalinism and the Developments of the Yugoslave Revolution. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], set. de 1950.

RESOLUTION on the Yugoslav Revolution and the Fourth International. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], jan. de 1951.

RESOLUTION on the Yugoslave Revolution and the Fourth International. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], jan. de 1951.

RESOLUTIONS and decisions adopted after the reports of commissions. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP] de dez. de 1951.

REVOLUTION Coloniale Depois la Fin de la 2e Guerre Mundiale, La. *Quatrième Internationale* [SI] n. especial, de dez. de 1957.

RÉVOLUTION cubaine, La. *Quatrième Internationale* [SI], Ano 18, n. 10, jul. de 1960.

RISE and Decline of Stalinism. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP] de set. de 1953, [s.p.].

SHUZHI, Peng. The Chinese Experience with Pabloite Revisionism and Bureaucratism. A Letter to James P. Cannon [30 de dez. de 1953]. *Internal Bulletin* [Nova York/SWP], A-15, fev. de 1954, [s.p.].

SIGNIFICADO del partido único, El. *Palabra Obrera* [Buenos Aires/POR], ano V, n. 187, 4 de ago. de 1961.

SINCLAIR, W. [Bill Hunter]. Under a Stolen Flag [1957]. In SLAUGHTER, Cliff (ed.). *Trotskyism versus Revisionism. A Documentary History. Volume 3. The SWP's road back to Pabloism.* London: New Park Publications, 1974.

STENOGRAM of Discussion in the Political Committee of the Socialist Workers Party on the Buffer Countries. *Internall Bulletin* [Nova York/SWP] vol.11, n. 5, de out. De 1949.

STOUTE, Shirley & ROBERTSON, James. For Black Trotskyism. Against PC Draft Freedom Now. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 24, n. 30, de jul. de 1963.

STRUGGLE of the French Trotskyists Against Pabloite Liquidationism, The. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP] A-17, de mai. de 1954, [s.p.].

STUART, J. B. [Sam Gordon]. New Stage in the Asian Revolution. Civil War in Korea. *Fourth International* [Nova York/SWP] vol. 11, n. 5, set.-out. de 1950.

THESES on Comintern Tactics [1922]. Disponível em http://tinyurl.com/ju8rwzv. Acessado em 27 de novembro de 2015.

THESES on the American Revolution [1946]. Disponível em http://tinyurl.com/obzhv4g. Acessada em 23 de novembro de 2015.

THESES on the International Perspectives and the Orientation of the Fourth International Movement. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], jan. de 1950.

THESES on the International Perspectives and the Orientation of the Fourth International Movement. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], jan. de 1950.

THÈSES sur la liquidation de la deuxième guerre impérialiste et la montée révolutionnaire. *Quatrième Internationale* [Paris/SE], n. 4-5, fev./mar. de 1944.

THIRD Chinese Revolution and the Tasks of the Revolutionary Communist Party. International Information Bulletin [Nova York/SWP] de mar. de 1952.

THIRD Chinese Revolution, The. A Resolution of the Fourth International. *Fourth International* [Nova York/SWP], v. 13, n. 4, jul./ago. de 1952.

THIRD Chinese Revolution, The. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], jun. de 1949.

THIRD, Chinese Revolution and its Aftermath, The [1955]. In [SWP]. *The Chinese Revolution and its Development.* Education for Socialists series. New York: [s.n.], 1969.

TOWARD Re-Birth of the International. Draft Resolution on World Movement by Robertson et al. Minority. *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 24, n. 26, de jun. de 1963.

TROTSKYISM Betrayed: The SWP accepts the political method of Pabloite revisionism [jul. de 1962]. In SLAUGHTER, Cliff (ed.). *Trotskyism versus Revisionism… op. cit*.

USSR and Stalinism, The. *Fourth International* [Nova York/SWP], vol. IX, n. 4, jun. de 1948.

WOHLFORTH, Tim. Cuba and the Deformed Workers States [jul. de 1961]. In [Spartacist League]. *Marxist Bulletin n.* 8. *Cuba and the Marxist Theory. Selected Documents on the Cuban Question*, Nova York, 1966.

WORLD Prospects for Socialism. *Labour Review* [Londres/SLL], v. 6, n. 3, Winter 1961.

WORLD Situation and the Tasks of the Fourth International. *Fourth International* [Nova York/SWP], vol. IX, n. 4, jun. de 1948.

YUAN, Chun. The problem of the so-called “revolutionary situation”. Criticism of “The Thesis on the Errors Committed by our Party and Their Nature”. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP] de abr. de 1952. p. 1-13.

YUGOSLAV Revolution, The. *Fourth International*, v. 12, n. 6, nov./dez. de 1951.

1.2. Tendência Vern-Ryan (SWP dos EUA)

IRONSMITH, Joseph et al. An Open Letter to Comrade Hansen [mar. de 1953]. In *Debate Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 15, n. 9, abr. de 1953, p. 1-12.

PATRICK, Esther et al. Resolution on the Class Character of the Buffer States [ago. de 1951]. In *Debate Bullein* [Nova York/SWP] n. 9, out. de 1951, p. 1-18.

RYAN, S. [Sam]. A Letter on the Bolivian Revolution [jun. de 1952]. In *Internal Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 14, n. 1, jun. de 1952, p. 7-12.

_____. The Bolivian Revolution and the Fight Against Revisionism [jun. de 1954]. *Debate Bulletin* [Nova York/SWP] A-22, de out. de 1954, p. 1-20.

_____. Eastern Europe and the Nature of Stalinism [fev. de 1951]. In *Debate Bulletin* [Nova York/SWP] n. 8, mai. de 1951, p. 1-6.

RYAN, S. et al. For a Stable Unity on the Basis of Marxist Principles! (An Open Letter to the NC Plenum) [nov. de 1953]. In *Internal Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 16, n. 1, fev. de 1954, p. 1-22.

RYAN, Sam & VERN, Dennis. An Open Letter to the National Committee [mai. de 1953]. In *Internal Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 15, n. 17, ago. de 1953, p. 1-15.

RYAN, Sam. Bolivia – Class-Collaboration Makes a Recruit [ago. de 1953]. In *Internal Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 15, n. 17, ago. de 1953, p. 41-51.

VERN, Dennis & RYAN, Sam. Resolution on "McCarthyism" [set. de 1954]. In *Debate Bulletin* [Nova York/SWP] A-24, de nov. de 1954, p. 1-14.

VERN, Dennis et al. Statement on the Recent Suspensions in the SWP [nov. de 1953]. In *Internal Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 16, n. 1, fev. de 1954, p. 23-25

VERN, Dennis. Method, Doctrine and "The Buffer States" [fev. de 1951]. In *Debate Bulletin* [Nova York/SWP] n. 8, mai. de 1951, p. 7-34.

_____. The Biography of Liquidation [fev. de 1953]. In *Debate Bulletin* [Nova York/SWP] vol. 15, n. 5, mar. de 1953, p. 18-36.

_____. The Distinction Between "State" and "Society" [jul. de 1950]. In *Discussion Bulletin* [Nova York/SWP] n. 5, out. de 1950, p. 27-57.

GRANT, Ted. The Colonial Revolution and the Workers' States[*Militant International Review* de jul. de 1978]. In *The Unbroken Thread.The Development of Trotskyism over 40 Years.Op. cit.*, [s.p.].

CLIFF, Tony. Permanent Revolution. *International Socialism* (1st series), n. 12, Spring 1963, [s.p.].

2. Bibliografia

2.1 Referência geral

ALAVI, Hamza. Peasants and revolution. In MILIBANDAND, Ralph & SAVILLE, John (eds.). *The Socialist Register*. London: The Merlin Press, 1965, p. 241-77.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BROUÉ, Pierre. *El partido bolchevique*. Madrid: Ayuso, 1973.

_____. *História da Internacional Comunista (1919-1934)*. Tomo Um. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

_____. *História da Internacional Comunistas (1919-1943)*. Tomo II. Da atividade política à atividade policial e anexos. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

BROWN, Archie. *The Rise and Fall of Communism.* New York: Harper Collins, 2009.

BRUS, Wlodzimierz. Stalinism and the "People's Democracies". In TUCKER, Robert C. (ed.). *Op. cit.*, p. 239-56

CARR, Edward Hallet. *The Russian Revolution. From Lenin to Stalin.* New York: The Free Press, 1979.

CASTILHO, Jeú Daitch de. Milcíades Peña (1933-1965): um intelectual aguafiestas. *Revista Tempo Amazônico*, v. 1, n. 2, janeiro-junho de 2014.

COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Moderna, 1986. Versão digital, disponível em http://tinyurl.com/ou3ywpz. Acessado em 10 de dezembro de 2015, [s.p.].

_____. *A Segunda Guerra Mundial*. *Causas, estrutura e consequências.* São Paulo: Editora LF, 2015.

DIMITROV, Grigori. *Speech on the Chinese Question. Delivered 10 August 1937 at the Meeting of the Secretariat of the ECCI*. Disponível em http://tinyurl.com/h8br2w4. Acessado em novembro de 2014, [s.p.].

DRAPER, Theodore. *Castroism*. *Theory and Practice.* New York, Washington, London: F. A. Praeger Publishers, 1965.

_____. *Castro's Cuba. A revolution betrayed?* [s.l].: New Leader, 1961.

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010, p. 176-191.

GRAMSCI, Antonio. "A revolução contra *O Capital*". In COUTINHO, Carlos Nelson (org.). *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 61-65.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JOHN, S. Sandor. *Bolivia's Radical Tradition: Permanent Revolution in the Andes*. Tucson: The University of Arizona Press, 2009.[1036]

[1036] Essa obra foi listada duas vezes por ser tanto uma análise da Revolução Boliviana de 1952 desde um ponto de vista marxista, quanto uma pesquisa arquivística sobre o movimento trotskista boliviano.

LENIN, V. I. *Tres artículos de Lenin sobre la guerra y la paz.* Pekín: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1976, *passim*. Disponível em http://tinyurl.com/q7avppt. Acessado em 21 de novembro de 2015.

_____. Dos tácticas de la socialdemocracia em la revolución democrática [1905]. In _____. *Obras selectas*. 1ª ed. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2013, p. 220-304.

_____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria* [1899]. Dois volumes. Coleção Os Economistas. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. *O Estado e a revolução. A revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo: Editora Sundermann, 2005.

LEWIN, Moshe. *Lenin's Last Struggle*. 4th ed. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008.

LISTER, John. *Cuba. Radical Face of Stalinism*. London: Left View Books, 1985.[1037]

LORA, Guillermo. *A History of the Bolivian Labour Movement. 1848-1971*. Edited and abridged by Laurence Whitehead. Translated by Christine Whitehead. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

LUXEMBURGO, Rosa. *Estagnação e progresso do marxismo* [1903]. Disponível em http://tinyurl.com/mhdb6ub. Acessado em 19 de maio de 2015.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Adress of the Central Authority to the League [March 1850]. In _____. *Collected Works*. Vol. 10. [Livro digital]: Lawrence & Wishart, 2010, p. 277-287.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONTEIRO, Marcio Lauria. Lenin e a burocratização do Estado soviético. *Blog Convergência*, 7 de julho de 2014. Disponível em http://tinyurl.com/qj77ohq. Acessado em 27 de maio de 2015.

_____. Outubro na mira do revisionismo historiográfico (Parte 1). In *Blog Convergência*, 23 de janeiro de 2014. Disponível em http://tinyurl.com/nof8fpg. Acessado em 27 de maio de 2015.

_____. Revolução Russa e revisionismo historiográfico: o retorno neoliberal da "tese da continuidade". *Revista História e Luta de Classes* ano 10, n. 19, de março de 2015, p. 23-29.

PETRAS, James. Socialist Revolutions and their Class Components. New Left Review, n. 111, set./out. de 1978, p. 37-64.

[1037] Essa obra foi listada duas vezes por ser tanto uma análise da Revolução Cubana desde um ponto de vista marxista (primeira parte do livro), quanto um sintético estudo de sua repercussão entre o movimento trotskista (segunda parte).

_____. Toward a theory of twentieth century socialist revolutions. *Journal of Contemporary Asia*, n. 3, 1978, p. 167-95.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político y clases sociales en el Estado capitalista*. 30ª ed. México: Siglo XXI, 2007.

SENA Jr., Carlos Zacarias F. de. Frente única, frente popular e frente nacional. Anotações históricas sobre um debate presente. *Anais do V Colóquio Internacional Marx e Engels*. Campinas: Unicamp, 2007. Disponível em http://tinyurl.com/lmuzkla. Acessado em 19 de maio de 2015.

SERGE, Victor. *O Ano I da Revolução Russa*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SHACHTMAN, Max. *The bureaucratic revolution: the rise of the Stalinist state.* New York: Donald Press, 1962.

SMITH, S. A. *Revolution and the People in Russia and China. A Comparative History.* New York: Cambridge University Press, 2008.

TODOROV, Antony. L'expansion européenne d'après-guerre. In DREYFUS, Michel et al. (org.). *Le siècle des communismes. Op. cit.*, p. 323-42.

TSE-TUNG, Mao. *On Coalition Government* [abr. de 1945]. Disponível em http://tinyurl.com/hg7mob4. Acessado em novembro de 2014.

_____. *On The New Democracy* [jan. de 1940]. Disponível em http://tinyurl.com/nbfta76. Acessado em novembro de 2014.

WOLF, Eric R. *Peasant Wars of the Twentieth Century*. New York, Evanston, London: Harper & Row Publishers, 1969.

YAZBEK, Mustafa. *A Revolução Argelina*. São Paulo: Unesp, 2010.

2.2. Teoria

BIANCHI, Álvaro. A parábola do pós-modernismo. *Blog Convergência*, 10 de dezembro de 2014. Disponível em http://tinyurl.com/mecr9qw. Acessado em 07 de janeiro de 2015.

CHANDRA, Nirmal Kumar. The Peasant Question from Marx to Lenin The Russian Experience. *Economic and Political Weekly* v. 37, n. 20, May 18-24, 2002, p 1927-38.

COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História. Brasil: 1954-1964*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.14, n. 27, 1994, p. 9-26.

FONTANA, Josep. As guerras da história. In: *A história dos homens*. Bauru: Edusc, 2004, p. 358.

_____. *História depois do fim da História.* Bauru: EDUSC, 1998, p 17-22.

FORMISANO, Ronald. The Concept of Political Culture.*The Journal of Interdisciplinary History*, v. 31, n. 3, Winter 2001, p. 393-436.

HOBSBAWM, Eric. Da História Social à História da Sociedade. In *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 83-105.

MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo.* Rio de Janeiro: Consequência, 2014, 67-98.

MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. In: _____ (org.). *Op. cit.,* p. 17-49.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. de. A dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, 2004, p. 39-72.

TRAVERSO, Enzo. The New Anti-Communism: Rereading the Twentieth Century. In HAYNES, M. & WOLFREYS, J (eds.). *History and Revolution – Refuting Revisionism*. Londres, Nova York: Verso, 2009, p. 138-55.

WOOD, Ellen Meiksins. What is the "Postmodern" Agenda? In: _____ & FOSTER, John Bellamy. *In Defense of History. Marxism and the Postmodern Agenda.* New York: Monthly Review Press, 1997, p. 1-16.

2.3. História dos partidos políticos – teoria e historiografia

ARAÚJO, Maria Paulo Nascimento. Por uma história da esquerda brasileira. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 333-53.

BATALHA, Claudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In CEZAR, M. F. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4a ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 145-58.

BATALHA, Claudio H. M. Os Desafios Atuais da História do Trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, jan./dez. 2006, p. 87-104.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In REMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 57-98.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In _____ & VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 37-54.

DREYFUS, Michel & GROPPO, Bruno. Les Partis communists français et italien. In DREYFUS, Michel et al. (org.). *Op. cit.*, p. 423-432.

FINK, Leon. A grande fuga: como um campo sobreviveu a tempos difíceis. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 64, 2012, p. 16.

GROPPO, Bruno & PUDAL, Bernard. Historiographies des communists français et. In DREYFUS, Michel et al. (org.). *Le siècle des communismes.* Éd. augmantée et mise à jour. Paris: Seuil, 2004, p. 93-115.

_____. O Comunismo na História do Século XX. *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, n. 75, 2008, p. 115-41. Disponível em http://tinyurl.com/qh63h7d. Acessado em 03 de fevereiro de 2013.

HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5 n. 10, março/agosto de 1985 p. 208-31.

HOBSBAWM, Eric. História operária e ideologia. In *Mundos do Trabalho. Novos Estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 15-31.

LIMA, Luziano Pereira Mendes de. Lênin: para além da direita e esquerda [2015]. *Anais* do *VIII Colóquio Internacional Marx-Engels*. Texto eletrônico, sem paginação. Disponível em http://tinyurl.com/q2ne798. Acessado em 3 de setembro de 2015.

LINDEN, Marcel Van der. Editorial. *International Review of Social History*, vol. 38/supplement S1, abril de 1993, p. 1-3.

_____. História do Trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, n. 1, janeiro-junho de 2009, [s.p.].

PETERSON, Sílvia Regina F. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 8, dezembro de 1997, p. 62-78.

PUDAL, Bernard & PENNETIER, Claude. Do partido bolchevique ao partido stalinista. In Dreyfus, M. et al. (org.). *O Século dos Comunismos. Depois da Ideologia e da Propaganda, uma Visão Serena e Rigorosa*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 389-391.

SANTOS, Igor Gomes. A "eficiência real": apontamentos de Gramsci para uma história/concepção dos partidos políticos. *Revista História e Luta de Classes* ano 6, n. 9, de julho de 2010, p. 28-32.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. de. Mito, memória e história: a historiografia anticomunista no Brasil e no mundo. In MELO, Demian (org.). *Op. cit.*, p. 97-121.

2.4. O pensamento de Leon Trotski e o arcabouço original da Quarta Internacional

ALMEIDA, Maycon Bezerra de. Política Militar Proletária: Trotsky diante da Segunda Guerra Mundial. *Anais do IV Colóquio Internacional Marx-Engels*. Disponível em http://tinyurl.com/ndwcf3n. Acessado em 21 de novembro de 2015.

ANDERSON, Perry. Trotsky's Interpretation of Stalinism. *New Left Review*, vol. 1, n. 139, May-June 1983, p. 49-58.

BIANCHI, Álvaro. O desenvolvimento desigual e combinado: a construção do conceito. In *Blog Convergência*, 4 de fevereiro de 2013. Disponível em http://tinyurl.com/lplxqwh. Acessado em 13 de maio de 2015.

_____. O Marxismo de Leon Trotsky - notas para uma reconstrução teórica. *Idéias*, Campinas, 14 (1/2), 2007, p. 58-99.

_____. O primado da política: revolução permanente e transição. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 05, 2000, p. 101-15.

BRUCE, Dave. *Trotsky and the Materialist Analysis of Stalinism*. [S.n.]: texto digital, p. 5. Disponível em: http://tinyurl.com/ozvcgg4. Acessado em 10 de maio de 2015.

CERDEIRA, Bernardo. A natureza social da ex-União Soviética. Atualidade de uma polêmica. *Revista Outubro*, n. 1. São Paulo: Xamã, 1998, p. 81-99.

CHILCOTE, Ronald H. Trotsky and Development Theory in Latin America. *Critical Sociology*, n. 35, 2009, p. 719-41.

DEMIER, Felipe Abranches. *Do movimento operário para a universidade: Leon Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro*. Dissertação (mestrado) em História. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

_____. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Tese (doutorado) em História. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, 2012.

_____. Teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 01, 1998.

DEUTSCHER, Isaac. *Trotski: o profeta armado, 1879-1921*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GAIDO, Daniel. Los orígenes del Programa de Transición en la Internacional Comunista. *Revista Izquierdas*, n. 23, abril 2015, p. 191-214.

GETZLER, Israel. Outubro de 1917: O debate marxista sobre a revolução na Rússia. In HOBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, v. 5, 1985, p. 25-43.

GUIMARÃES Jr., M. C de P. & LOPES, T. C. Trotsky's Law of Uneven and Combined Development in Marini's Dialetics of Dependency. *Political Economy, Activism and Alternative Economic Strategies - Fourth Annual Conference in Political Economy*. July 9-11, 2013, The Hague, The Netherlands. Disponível em http://tinyurl.com/j6o4rj2. Acessado em maio de 2014.

JOHNSTONE, Monty. O socialismo num só país. In HOBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, v. 5, 1985, p. 113-42.

KNEI-PAZ, Baruch. Trótski: revolução permanente e revolução do atraso. In HOBSBAWM, E. (Org.). *História do Marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1985, v. 5, p. 170.

LÖWY, Michael. A política do desenvolvimento desigual e combinado. A teoria da revolução permanente. São Paulo: Sundermann, 2015.

MANDEL, Ernest. Why The Soviet Bureaucracy is not a New Ruling Class. *Monthly Review*, 1979, p. 63-89.

MCNEAL, Robert H. Trotskyist Interpretations of Stalinism [1975]. In: TUCKER, Robert C. (ed.). *Stalinism. Essays in Historical Interpretation. With a new introduction by the author*. New Branswick, London: Transaction Publishers, 1999, p. 30-51.

MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello. Trotsky e a revolução permanente: a história de um conceito chave. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *A tese da continuidade e o marxismo:* análise da historiografia da Revolução Russa e das contribuições de Leon Trotsky. Monografia (bacharelado) em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, 2013.

PABLO, Michel. On the Slogan of "Workers" and Farmer's Government. *Fourth International* [Nova York/SWP], v. 8, n. 2, fev. de 1947, [s.p.].

SPARTACIST League. A workers government without revolution? *Spartacist Britain* n. 11, de maio de 1979, [s.p.]. Disponível em http://tinyurl.com/pq7zhy7. Acessado em 27 de novembro de 2015.

STERNBERG, Fritz. Conversations with Trotsky. [*Survey*, n. 47, April 1963]. Disponível em http://tinyurl.com/mfs9klr. Acessado em 03 de dezembro de 2014.

TROTSKY, Leon. A URSS na Guerra [25 de set. de 1939]. In *Em defesa do marxismo* [compilação]. São Paulo: Editora Sundermann, 2011, p. 22-43.

_____. A revolução permanente. In _____. *A teoria da revolução permanente* [compilação]. São Paulo: Editora Sundermann, 2011, p. 131-318.

_____. *A revolução traída – o que é e para onde vai a URSS*. São Paulo: Editora Sundermann, 2005.

_____. *As rês concepções da revolução russa* [1939]. Disponível em http://tinyurl.com/n7eup38. Acessado em 20 de maio de 2015.

_____. Balanço e perspectivas. In _____. *A teoria da revolução permanente* [compilação]. São Paulo: Editora Sundermann, 2011, p. 25-130.

_____. De um arranhão ao perigo de gangrena [24 de jan. de 1940]. In *Em defesa do marxismo*. *Op. cit*., p. 145-96.

_____. *Em defesa do marxismo* [compilação]. São Paulo: Editora Sundermann, 2011.

_____. *História da Revolução Russa*. Tomo Um. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

_____. *Lições de outubro*. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

_____. More Thoughts on the Party Regime (October 3, 1957). In: *Writings of Leon Trotsky (1936-37)*. 2nd ed. New York: Pathfinder Press, 1978, p. 475-78.

_____. Novamente, e uma vez mais, sobre a natureza da URSS [18 de out. de 1939]. In *Em defesa do marxismo*. *Op. cit*., p. 47-57.

_____. *O programa de transição para a revolução socialista*. São Paulo: Ed. Sundermann, 2008.

_____. *Peasant War in China and the Proletariat* [1932]. Disponível em http://tinyurl.com/nd7ymcg. Acessado em 1º de junho de 2015.

_____. *The Third International After Lenin - The Draft Program of the Communist International: A Criticism of Fundamentals* [1929]. Disponível em: http://tinyurl.com/my97wqd. Acessado em 20 de maio de 2015.

_____. *Thermidor and Bonapartism* [maio de 1931]. Disponível em http://tinyurl.com/nof8fpg. Acessado em setembro de 2013.

_____. *Thermidorianism and Bonapartism* [janeiro de 1931]. Disponível em http://tinyurl.com/puonevb. Acessado em maio de 2015.

TWISS, Thomas Marshall. Trotsky's Analysis of Stalinism. *Critique: Journal of Socialist Theory*, v. 38, n. 4, 2010, p. 545-63.

2.5. História do movimento trotskista

ALEXANDER, Robert J. *International Trotskyism, 1929-1985: a documented analysis of the movement*. Durham: Duke University Press, 1991.

ALONSO JÚNIOR, Odir. A esquerda cubana antes da revolução: anarquistas, comunistas e trotskistas. In COGGIOLA, Osvaldo (org.) *Revolução Cubana. História e Problemas Atuais.* São Paulo: Xamã, 1998, p. 29-50.

BENSAÏD, Daniel. *Os trotskismos* [2002]. Lisboa: Combate, 2008.

BORSTEIN, Sam & RICHARDSON, Al. *The War and the International: A History of the British Trotskyist Movement, 1937-1949.* London: Socialist Platform, 1986.

BROUÉ, Pierre. How Trotsky and the Trotskyists Confronted the Second World War. *Revolutionary History*, Vol. 3 No. 4, Autumn 1991. Disponível em http://tinyurl.com/prw5ybp. Acessado em 1º de junho de 2015.

CALLINICOS, Alex. *Trotskyism*. Londres: Open University Press, 1990.

CASTRO, Atilio. *El P.O.R. y la IV. Internacional*. La Paz: Ediciones Masas, 2015. Disponível em http://tinyurl.com/gl8k4xw. Acessado em 06 de novembro de 2015.

CLIFF, Tony. *Trotskyism After Trotsky. The Origins of the International Socialists*, 1999.

COGGIOLA, Osvaldo. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1984

ERNEST Mandel. A Revolutionary Life. Direção: Chris Den Hond. [s.l.]: Brussels, 2005. Cópia digital (90min). Disponível em https://youtu.be/LXFFcJQSLrk. Acessado em julho de 2015.

FELDMAN, Fred. Section I: The Parity Commission and Peng Shu Tse's "Pabloism Reviewed". In WOHLFORTH, Tim & FELDMAN, Fred (ed.). *Toward a History of the Fourth International.* Part 7, Volume 1. Education for Socialists Series. New York: Pathfinder Press, 1977.

FRANK, Pierre. *Fourth International – The Long March of the Trotskyists* [1969]. London: Ink Links, 1979. Disponível em http://tinyurl.com/kpwye4e. Acessado em 08 de setembro de 2013.

GOLDNER, Loren. *Introduction to the Johnson-Forest Tendency and the Background to "Facing Reality"* [2004]. Disponível em http://tinyurl.com/zooj3pk. Acessado em 27 de novembro de 2015.

GONZÁLES, Ernesto (org.). *El trotskismo obrero e internacionalista en la Argentina.* Tomo 2 - Palabra Obrera y la Resistencia (1955-1959). Buenos Aires: Editorial Antídoto, 1996.

GONZÁLEZ, Ernesto (org.). *El trotskismo obrero e internacionalista en la Argentina*. Tomo 3 - Palabra Obrera, el PRT y la Revolución Cubana. Volumen 1 (1959-1963). Buenos Aires: Editorial Antídoto, 1999.

HALLAS, Duncan. Fourth International in decline: from Trotskyism to Pabloism. 1944-1953. *International Socialism,* n. 60, 1973. Disponível em http://tinyurl.com/qh4dpem. Acessado em 18 de fevereiro de 2015, [s.p.].

JENKINS, Peter. *Where Trotskyism got lost: The restoration of European democracy after the Second World War.* Spokesman' pamphlet, n. 59. Nottingham: Spokesman Books, 1977. Disponível em: http://tinyurl.com/qb8vluv. Acessado em 10 de abril de 2015.

JOHN, S. Sandor. *Bolivia's Radical Tradition: Permanent Revolution in the Andes*. Tucson: The University of Arizona Press, 2009.

KAREPOVS, Dainis. Mario Pedrosa e a IV Internacional (1938-1940). In MARQUES NETO, José Castilho de (org.). *Mario Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 99-130.

LANDY, Sy. Steve Zeluck 1922-1985. *Proletarian Revolution* n. 24, Summer 1985. Disponível em http://tinyurl.com/zpm4nbu. Acessado em 12 de dezembro de 2015.

LINDEN, Marcel van der. *Western Marxism and the Soviet Union. A Survey of Critical Theories and Debates Since 1917*. Boston: Brill, 2007.

LISTER, John. *Cuba. Radical Face of Stalinism*. London: Left View Books, 1985.

MARIE, Jean-Jacques. *O Trotskismo*. Traduzido por Alice Kyoko Miyashiro. São Paulo: Perspectiva, 1990.

MEUCCI, Isabella Duarte Pinto. *A Revolução Cubana e o movimento trotskista na América Latina: impactos na construção de um projeto político (1959-1974)*. Dissertação (mestrado) em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

NORDEN, Jan. Yugoslavia, East Europe and the Fourth International. The Evolution of Pabloite Liquidationism. *Prometheus Research Series n. 4*, Nova York, 1993.

NORTH, David. *The Heritage We Defend: A Contribution to the History of the Fourth International.* Londres: Paperback, 1988.

PETIT, Mercedes. *Apuntes para la historia del trotskismo (de 1938 a 1964)*. [S.n]: [Buenos Aires], 1980. Disponível em http://tinyurl.com/jjma7dr. Acessado em 21 de outubro de 2014.

ROBERTSON, James. Max Shachtman and the Bolivian Revolution. In *Revolutionary History*, Vol. 4, No. 4, Spring 1993, [s.p.]. Disponível em http://tinyurl.com/jm984mh. Acessado em 30 de outubro de 2015.

ROJO, Alicia. El trotskismo argentino y los origenes del peronismo. *Cuadernos del CEIP* n. 3, 2007, [s.p.].

SAGRA, Alicia. *História das Internacionais Socialistas*. São Paulo: Editora Sundermann, 2005.

TENNANT, Gary. *Dissident Cuban Communism: The Case of Trotskyism, 1932-1965*. Ph.D. thesis (Philosophy), Department of European Studies, University of Bradford, 1999.

_____. Che Guevara e os trotskistas cubanos. COGGIOLA, Osvaldo (org.) *Revolução Cubana. História e Problemas Atuais, op. cit.*, p. 169-76.

TOUSSAINT, Eric. *Los trotskystas cubanos de los años 1930 a 1959. Revolucionarios "olvidados" de la historia.* Disponível em http://tinyurl.com/p83elge. Acessado em setembro de 2013. Originalmente publicado como parte da obra BOVY, Yannick & TOUSSAINT, Eric. *Le pas suspendu de la révolution. Approche critique de la réalité cubaine.* Cuesmes: Edition du Cerisier, 2001.

VILLA, José. *A Revolution Betrayed. The POR and the Fourth International in the Bolivian Revolution* [1992]. Traduzido por Mike Jones. Disponível em http://tinyurl.com/zkhg4wq. Acessado em 3 de novembro de 2014.

WALD, Alan. *The New York Intellectuals: The Rise and Decline of the Anti-Stalinist Left from the 1930s to the 1980s*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1987.

WOHLFORTH, Tim & FELDMAN, Fred. *Education for Socialists. Toward a History of the Fourth International – Part 7*. 4 vol. New York: Pathfinder Press, 1977-78.